

HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL

Império: a corte e a modernidade nacional



Título: História da vida p

Título: História da vida privada no Brasil.



34081613

108753

CAO DIRIGIDO POR FERNANDO A. NOVAIS

COORDENADO POR LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO


COMPANHIA DAS LETRAS

raiso Fluminense.



RUA NOVA
DO CONDE.
Sabbado 8
da corrente
haverá
**GRANDE
BAILE
MASCARADO**
do Paraiso
Fluminense.
No lugar do
costume en-
contrario os
frequentado-
res deste a-
mavel diver-
timento om-
pibos para
ida e volta.
GRATIS.

TRAGEDIAS,
Comedias e Dramas

MENTO,
DA RUA DIREITA,
R.

au,
o francez,
e senhoras.
rainha n. 4 vendo-se

DE TOMAR POR SI MESMO A MEDIDA
DE UMA GABELEIRA.

De uma frente á ou-
tra, passando de trás
da testa,
Do meio da testa até
a orelha.

C-BELLEZEIRO DE PARIS
para de offerecer ao respeitavel publico uma
sola para cortar e pentear os cabellos, situ-
da no Ouvidor n. 37, 1º andar; tambem pen-
ta e figurou: do ultimo o gosto de Paris, e
para ir a qualquer chamado, mesmo fora
de tempo sempre promptas e bellas as ma-



ARTAR CABELLOS
VIDOR N. 112
CHARLES JUGAND,

BAILE MASCARADO.

liga casa mui-
cophecida do
Clerot. Mu-
se da rua dos

rico e variado sortimento de dominos, costumes inteiramente novos, feitos pelos figurinos do baile
em Paris, chegados recentemente; tem mascaras de arame, setim, velludo, etc., etc.
grande e lindo sortimento de barbas e cabellos pertencentes ao cabellificio do theatro Lyrico.
acha á disposicao do respeitavel publico.
B. Entrada particular, na rua da Valla n. 11.



Ourives n. 17 pa-
ra a rua do Ou-
vidor n. 136, on-
de continua a alu-

ATENÇÃO.

Vende-se um preto de idade de 20 a 24 annos,
cozinha e é perfeito tanoeiro, faz toda a obra, desde
um barril até um tonel, muito proprio para uma
fazenda; vende-se com a condição de ser para fóra
da cidade, e o motivo da venda ha de agradar ao
comprador; quem do mesmo precisar queira diri-
gir-se a esta typographia em carta fechada com as
iniciaes M. P., ou annuncie por este Jornal.



DENTES AMERICANOS.

Dr. W. H. Johnson tem um grande sortimento de
cabellos de dentes incorruptos, os quaes se reficem
por tempo de cinco a seis annos e que ficam bellos e pro-
rios. Tapa os dentes fôrados com uma pupa, ficando
assim os dentes como a-nua de natural. Tem tambem
grande pos: ao de seus p:os excellentes, os quaes con-
serva os dentes muito claros.

49 RUA DO OUVIDOR 49



RAINHA DAS FLORES

RUA DO OUVIDOR, 73

Auguste Claude e Teyssier tem a honra de pre-
venir ao respeitavel publico, e particularmente aos
seus freguezes, que receberão um grande, lindo e
variado sortimento de perfumarias das primeiras
casas de Paris; entre essas, chegadas pelo ultimo
navio, ha uma verdadeira banha de URSO, contra
a queda dos cabellos, que não se encontrará em
outra casa senão na dos annunciantes.



Lava-se, põem-se á moda, e faz-se tudo que perten-
ce a esta arte, tanto para senhora como para ho-
mem.

Queijos londrinos

muito frescos, vindos pelo vapor Tevint; vendem-
se no armazem de J. A. da Costa Carvalho, rua do
Hospiço n. 38.

L'UNION DES CHARGEURS,
LINHA REGULAR DE PAQUETES
FRANCEZES

ENTRE O HAVRE E O RIO DE JANEIRO.



O paquete Imperatrice du Brasil, capitão Chic-
radame, sahirá no dia 20 do corrente: para
carga e passageiros dirijão-se aos consigna-
tarios A. Leuba e C., rua da Aliandega
n. 48, ou a A. David, agente da linha,
rua Direita n. 65.

FOLHINHAS DE PAULA BRITO,

com a VIDA DE SANTA THERESA, todas as
taboas de taboas, carros de 4 rodas, marinha,
passementes, lindas creodotas, etc. Preço 320 rs.
na praça da Constituição.



Na banca n. 19 vende-se choro e namorado baldado,
fiscal, a 3,000 a arroba.

AO COLLETE DE GURO,
RUA DA AJUDA N. 18

Casa especial de colletes para
senhoras e meninas.

Mme. Camille tem a honra
de participar ás suas freguezas
que acaba de receber um sorti-
mento de 2.000 Colletes sem
costura e de outros feitos, pa-
ra senhoras e meninas, da me-
lhor fabrica de Paris (C. Verclay)
a saber: á Marie Stuart, dito-
de puxar a barbatana e á pre-
guicosa aertos pela frente.



HISTÓRIA
DA VIDA PRIVADA
NO BRASIL

2

Ac. 108753

Conselho editorial

Lilia Moritz Schwarcz — *presidente do conselho*

Fernando A. Novais — *coordenador da coleção*

Laura de Mello e Souza — *organizadora de volume*

Luiz Felipe de Alencastro — *organizador de volume*

Nicolau Sevcenko — *organizador de volume*

Fernanda Carvalho — *consultora de iconografia*



Apoio cultural:



R\$ 63,00
NF. 0589

HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL

2

Império: a corte e a modernidade nacional

Coordenador-geral da coleção:
FERNANDO A. NOVAIS

Organizador do volume:
LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

9ª reimpressão



Copyright © 1997 by Os Autores

Projeto gráfico e capa:

Hélio de Almeida

sobre foto de João Ferreira Villela,

"Ama escrava e menino Augusto Gomes Leal",

Acervo da Fundação Joaquim Nabuco, Recife, c. 1860

Guardas:

Anúncios do Jornal do Comércio

Editoração eletrônica:

Acqua Estúdio Gráfico

Secretaria editorial:

Fernanda Carvalho

Assistente de coordenação e

pesquisa iconográfica:

Pedro Puntoni

Índice remissivo:

Maria Cláudia Carvalho Mattos

Preparação:

Márcia Copola

Revisão:

Beatriz Moreira

Ana Maria Barbosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da vida privada no Brasil : Império / coordenador-geral da coleção Fernando A. Novais ; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. — São Paulo : Companhia das Letras, 1997. — (História da vida privada no Brasil ; 2)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7164-651-3 (obra completa)

ISBN 978-85-7164-681-0 (v. 2)

1. Brasil - Civilização 2. Brasil - História - Império, 1822-1889 3. Brasil - Usos e costumes I. Novais, Fernando A., 1933.- II. Alencastro, Luiz Felipe de. III. Série.

97-2835

CDD-981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Vida privada : Civilização : História 981

2008

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

981
H673

V.2

SUMÁRIO

Introdução. Modelos da história e da historiografia imperial — Luiz Felipe de Alencastro, 7

1. Vida privada e ordem privada no Império — Luiz Felipe de Alencastro, 11
2. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista — João José Reis, 95
3. A opulência na província da Bahia — Katia M. de Queirós Mattoso, 143
4. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado — Ana Maria Mauad, 181
5. Senhores e subalternos no Oeste paulista — Robert W. Slenes, 233
6. Caras e modos dos migrantes e imigrantes — Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux, 291
7. Laços de família e direitos no final da escravidão — Hebe M. Mattos de Castro, 337
8. O fim das casas-grandes — Evaldo Cabral de Mello, 385

Epílogo — Luiz Felipe de Alencastro, 439

Notas, 441

Apêndice, 469

Obras citadas, 487

Créditos das ilustrações, fontes e bibliografia da iconografia, 501

Índice remissivo, 513

INTRODUÇÃO

MODELOS DA HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA IMPERIAL

A tardia formalização do ensino de história nas universidades brasileiras deu lugar a improvisos. Felizmente, deu também destaque a autores que elaboraram obras audaciosas, livres da estreiteza acadêmica, pluridisciplinares, cuja marca constitui um trunfo de nossa historiografia. Gilberto Freyre é um desses autores, e *Sobrados e mucambos* uma dessas obras ímpares.

Livro fundador do estudo da vida privada no Brasil e ensaio pioneiro na bibliografia internacional sobre o assunto, *Sobrados e mucambos* — publicado em 1936, mas esquematizado desde 1922 — atravessa as barreiras da intimidade patriarcal e penetra no cotidiano da sociedade do Império.¹ Mais do que *Casa-grande & senzala* (1933), clássico de longas revoadas no tempo e no espaço, *Sobrados e mucambos* aproxima-se das regras de ouro do grande livro de história: uma temática definida com base no conhecimento de uma conjuntura específica (a urbanização da família patriarcal rural), uma periodização conforme ao tema (o Império, teatro da mudança da casa-grande para os sobrados citadinos) e, enfim, fontes congruentes com a problemática e a época (diários, correspondências, narrativas dos viajantes, jornais e teses universitárias oitocentistas). De quebra, Gilberto Freyre granjeia a história oral, a memória relatada por testemunhos dos tempos do Império. Gente da mais diversa condição — de ex-escravos à viúva de Joaquim Nabuco — foi por ele inquirida nos anos 1920-30, quando a maioria dos brasileiros ainda tinha um pé na roça. Quando, nas suas próprias palavras, a residência em apartamentos limitava-se ao Rio de Janeiro e a São Paulo, enquanto o resto do país vivia em casas

plantadas em cidades meio campestres. O que lhe permitia concluir, em 1936: “o privatismo patriarcal ou semipatriarcal ainda nos domina; mesmo que a casa seja mucambo”.²

Por isso mesmo, por causa do jeito como a sociedade brasileira veio a ser, *Sobrados e mucambos* às vezes confunde tanto quanto ilumina.³ Para o historiador que busca articular seqüências e rupturas da vida cotidiana ao movimento calibrado pelo tempo e pelos eventos, fica difícil seguir pelo país afora os traços intermitentes das intuições freyrianas. Desse modo, o segundo volume da *História da vida privada no Brasil* leva em conta, junto com o inventário de *Sobrados e mucambos* — livro que deve ser mais admirado do que imitado —, as pesquisas recentes dos autores dos capítulos, os segredos dos números amanhados pela administração imperial e agora sistematizados pela informática. Graças a esses recursos, o primoroso *Atlas do Império do Brasil* (1868), do geógrafo e jurista maranhense Cândido Mendes de Almeida, primeira visualização completa do território nacional de que dispuseram os brasileiros da época, pôde ser digitalizado para combinar-se com os dados espacializados do recenseamento geral de 1872.⁴

Deliberadamente, procedeu-se ao amálgama de “vida privada” e “vida cotidiana”. Com efeito, não há por que separar-se os dois gêneros de história, na medida em que “cotidiano” refira-se à intimidade, aos modos de vida, ao dia-a-dia da existência privada, familiar, pública, às formas de transmissão dos costumes e dos comportamentos. Tenho para mim que os motivos que levaram Ariès e Duby a distinguir, aliás de modo pouco explícito, o privado e o cotidiano, decorreram, entre outras circunstâncias, da necessidade de apartar os estudos por eles organizados na *Histoire de la vie privée* (Paris, Le Seuil, 1985) da coleção *La vie quotidienne en...*, iniciada pela editora parisiense Hachette nos anos 1940 e contando com títulos prestigiosos. Na Alemanha, onde não existia esse impasse editorial, o corte história privada/história do cotidiano não ganha relevo entre os especialistas da *Alltagsgeschichte* (história do cotidiano).⁵

Inserido de permeio à Colônia e à República, este volume adequou-se a certos parâmetros. Em conjunto, procuramos esboçar uma evolução cujo recorte temático seguia o enfoque regional. Além do mais, não se pretendia analisar cada uma das regiões do Império. Mas os modos de vida que tiveram continuidade e, mais precisamente, os núcleos constitutivos da sociabilidade brasileira contemporânea. Desde logo, não há estudo das cidades, vilas e povos de uma região importante na Colônia — o Maranhão e o Pará —, ou seja, a Amazônia atual, cujo impacto na sociabilidade nacional permanece restrito no século XIX e em boa parte do século XX. Inversamente, a cidade de São Paulo, contando apenas com 25 mil habitantes em 1870 — depois inflada e revolvida de maneira descomunal pela imigração estrangeira e as migrações nacionais —, só vai guardar um tênue vínculo social com seu passado oitocentista. Mais do que na capital, é no Oeste da província, em Campinas, com 34 mil habitantes em 1870, que se revela a continuidade histórica engendrada pela sociedade paulista. Continuidade fundada na mescla de escravos e imigrantes, de patriarcalismo e coerção econômica. Desse processo nasceram os costumes das frentes agrícolas e pecuárias, depois espalhados pelo Norte do Paraná, e pelo Centro-Oeste e Norte do país. O contexto social da agricultura de fronteira movida por migrantes de dentro e de fora do país distingue-se dos núcleos coloniais fixos, na maioria dos casos formados por alemães e italianos. Inicialmente implantados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, esses núcleos deram lugar a uma sociedade consistente que se tornou um componente importante da diversidade cultural brasileira. Bahia e Pernambuco, principais províncias de uma área que constitui o pólo de maior difusão demográfica e cultural do país, aparecem de maneira distinta e complementar. A vida familiar baiana foi analisada mediante o cruzamento entre os documentos e as estatísticas extraídas dos testamentos da época, enquanto o cotidiano pernambucano emerge do estudo da biografia e do diário íntimo de dois senhores de engenho. Enfim, as outras províncias do Império têm sua característica social de maior relevo visualizada nos mapas informativos elaborados com os dados do censo de 1872. Na sequência dos capítulos, os autores explicitam as mudanças sociais que definiram o perfil da vida privada no Império.

Naturalmente, o Rio de Janeiro, a corte da monarquia, o centro cultural, político e econômico do território nacional — desfrutando no século XIX de uma preeminência que nenhuma outra cidade brasileira jamais virá a ter —, mereceu um tratamento específico no quadro do volume. É no Rio de Janeiro que se desenrola o “paradoxo fundador” da história nacional brasileira: transferida de Portugal, sede de um governo parlamentar razoavelmente bem organizado para os parâmetros da época, capital de um império que pretendia representar a continuidade das monarquias e da cultura europeia na América dominada pelas repúblicas, a corte do Rio de Janeiro apresentava-se como o pólo civilizador da nação. Tal era o motor do centralismo imperial em face das municipalidades e das oligarquias regionais. Tal era o suporte da legitimidade monárquica diante das repúblicas latino-americanas. No entanto, é justamente na corte que o escravismo, na sua configuração urbana, assume o seu caráter mais extravagante, tornando emblemático o desajuste entre o chão social do país e o enxerto de práticas e comportamentos europeus.

No tocante à iconografia, também houve uma opção prévia. Apesar de iniciativas editoriais recentes, o Império é quase sempre representado por meio de pinturas, aquarelas e gravuras dos grandes e pequenos artistas oitocentistas. O que talvez tenha contribuído para agregar — na cultura marcadamente visual dos brasileiros de hoje — o período imperial ao passado colonial, empurrando o “arcaísmo” monárquico para longe da “modernidade” republicana. Por esse motivo, ao lado de pinturas e desenhos, foram privilegiadas ilustrações extraídas da vivacíssima imprensa nacional e fotografias da época. Redimensionando a distância que nos separa do passado, as fotos imperiais ajudam a aproximar as representações, a estabelecer uma nova periodização, uma nova temporalidade na nossa história nacional.

Luiz Felipe de Alencastro

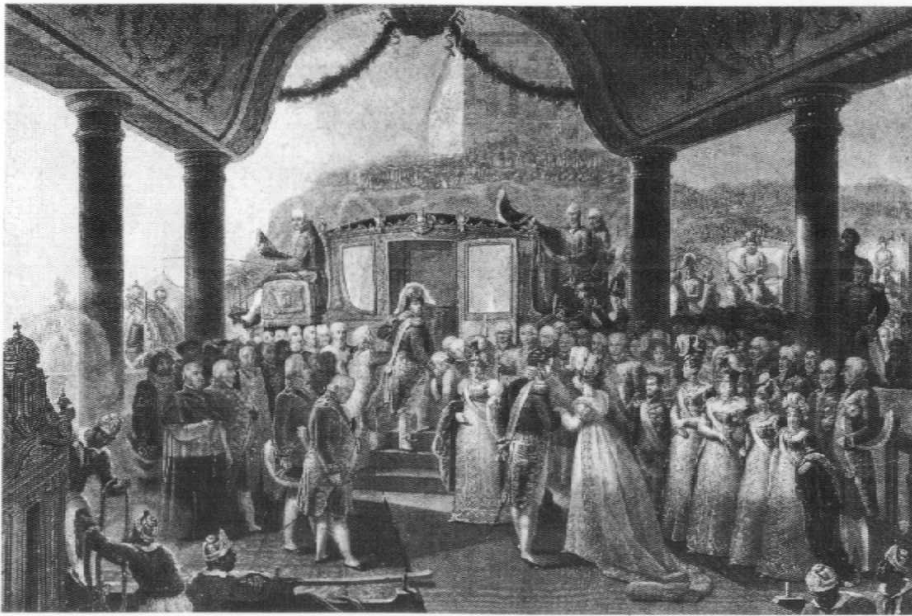
VIDA PRIVADA
E ORDEM PRIVADA
NO IMPÉRIO

Luiz Felipe de Alencastro

BUROCRACIA DE ARRIBAÇÃO

A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas, funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes, após o ano de 1808. Concretamente, além da família real, 276 fidalgos e dignitários régios recebiam verba anual de custeio e representação, paga em moeda de ouro e prata retirada do Tesouro Real do Rio de Janeiro.¹ Luccock calculava em 2 mil o número de funcionários régios e de indivíduos exercendo funções relacionadas com a Coroa. Juntem-se ainda os setecentos padres, os quinhentos advogados e os duzentos “praticantes” de medicina residentes na cidade.² Terminadas as guerras napoleônicas, oficiais e tropas lusas vêm da Europa para a corte fluminense. Segundo o almirante russo Vassili Golovin, que fez duas estadias na cidade, em 1817 havia no Rio de Janeiro de 4 mil a 5 mil militares.³

No total, pelo menos 15 mil pessoas transferiram-se de Portugal para o Rio de Janeiro no período.⁴ Para melhor medir a força desse empuxo burocrático, convém lembrar que em 1800, quando a capital dos Estados Unidos mudou-se de Filadélfia para a recém-construída Washington, o contingente de funcionários do governo federal americano não excedia o milhar, contando-se desde o presidente John Adams aos cocheiros do serviço postal.



1. Esposa do então príncipe d. Pedro e futura primeira imperatriz do Brasil, d. Carolina Leopoldina desembarcou no Rio de Janeiro em 1817. Filha do imperador da Áustria, d. Carolina foi cedida em casamento depois de um minucioso tratado luso-austriaco, no qual d. João VI pagava ao sogro de seu filho dotes e contradotes avultados que o obrigavam a hipotecar as rendas da Casa de Bragança. O casamento assegurava aos Bragança o apoio do império austriaco. (Charles Simon Pradier, Desembarque da arquiduquesa d. Carolina Leopoldina no Rio de Janeiro, 1818)

De resto, administradores e colonos de outras partes do Império português, notadamente Angola e Moçambique, também migram para o Rio. Em seguida, Portugal atravessa uma fase de instabilidade política que contribui para manter no Rio de Janeiro, até meados do século, uma parte dos interesses lusitanos anteriormente transferidos para o Brasil. De seu lado, setores mais comprometidos da monarquia espanhola saem dos países sul-americanos tomados por revoluções republicanas e mudam-se para o Rio de Janeiro, único refúgio da legalidade monárquica no Novo Mundo.

A parcimônia de dados disponíveis não permite que se meça precisamente o fluxo migratório em direção à nova corte sul-americana. Mas é possível captar as mudanças comparando os dados dos censos efetuados na cidade em 1799 e 1821. Entre uma e outra data, a população urbana, excluídas portanto as freguesias rurais do município, subiu de 43 mil para 79 mil habitantes. Em particular, o contingente de habitantes livres mais que dobrou, passando de 20 mil para 46 mil indivíduos.

Não foram só reinóis e monarquistas latino-americanos que aportaram na corte fluminense. O enxerto burocrático suscitou uma procura de moradias, serviços e bens diversos, atraindo para o Rio mercadorias e moradores fluminenses e mineiros. Enfim, chegam mais africanos, dado que a baía de Guanabara convertera-se, desde o final do século XVIII, no maior terminal negreiro da América. Embora a maioria des-

ses indivíduos se destinasse à zona agrícola, um número crescente de escravos será retido no meio urbano para atender à demanda de serviços: entre 1799 e 1821 a percentagem de cativos no município salta de 35% para 46%.⁵

A RUPTURA DO CIRCUITO DE COMÉRCIO CONTINENTAL

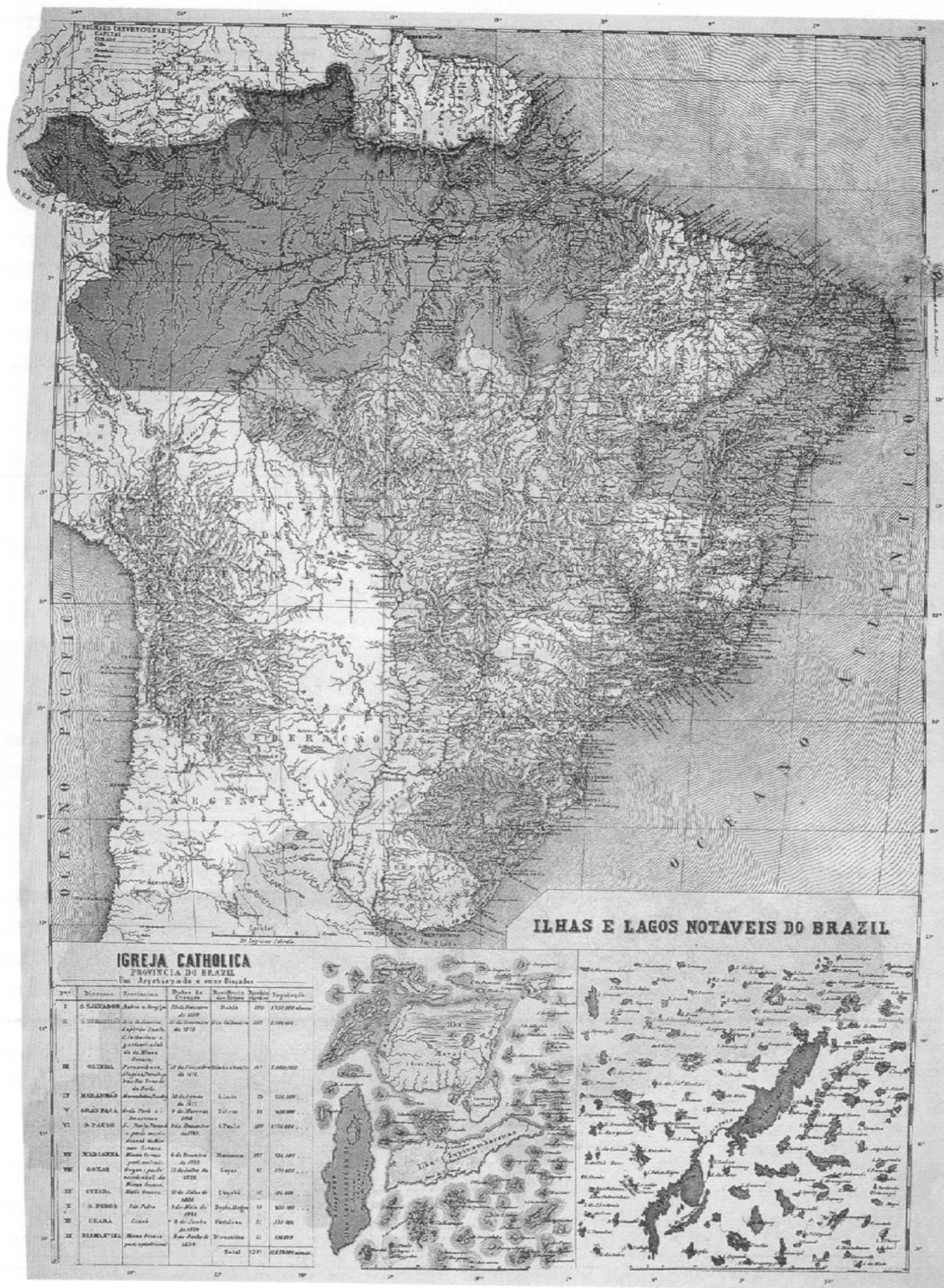
Enquanto a corte se ajeitava no caos pré-urbano do Rio de Janeiro, importantes mudanças atravessavam o território colonial.

Movido a ouro em pó, o mercado do polígono mineiro formado por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso açambarcava toda a América portuguesa no século XVIII. Comprava bens europeus e escravos pela Bahia e pelo Rio de Janeiro, mulas e gado do Rio Grande do Sul e dos currais do São Francisco. Através dos rios Madeira, Mamoré e Amazonas, as minas de Mato Grosso conectavam-se a Belém e ao Atlântico. De maneira descontínua, emergira a mais longa rede de comunicações terrestres e fluviais do continente americano. Nas veredas do ouro medravam fazendas, roças, vendas e vilas que desenhavam um mapa extenso de povoamento e um circuito de comércio continental. Entretanto, a partir dos anos 1770, a produção no polígono do ouro declina, desativando a imantação mercantil irradiada pelo centro do território. Graças ao ressurgimento da agricultura de exportação — agora impulsionada pelo algodão, o arroz e o café, além do açúcar e do tabaco —, as atividades litorâneas e o comércio marítimo de longo curso mantêm-se num patamar elevado.⁶

Contudo, rompe-se o circuito de comércio continental. Parte de Minas amplia suas atividades na agricultura, na pecuária e no laticínio, fornecendo alimentos para o Rio de Janeiro. Mas São Paulo, o Sul, o Norte e o Nordeste desligam-se pouco a pouco do centro mineiro. Trocas litorâneas de cabotagem deslocam e desmancham as trocas sertanejas. Dessa maneira, a Independência traz a autonomia política a um território esgarçado pelo deslizamento do comércio terrestre interiorano para as zonas costeiras.

Investidos de representatividade instituidora após a Independência —, quando a legitimidade do governo do Império sediado no Rio de Janeiro ainda não se encontrava assentada —, as câmaras e os juizados municipais catalisam os

2. Divisão eclesiástica do Império: o catolicismo era a religião oficial e as sedes das paróquias funcionavam como cartórios em que os párocos — funcionários públicos — exerciam as atividades cartorárias. Note-se que o mapa, como todos os subsequentes, não inclui zonas do Norte brasileiro e o Acre, posteriormente incorporados ao território nacional. (Atlas do Império do Brasil, Cândido Mendes, 1868)



interesses locais contrariados pelos novos rumos do comércio brasileiro. Desse modo, o primeiro confronto institucional entre o privado e o público imperial desenrola-se no âmbito do município.

Por trás dessas pendengas, algumas delas descambando nas guerras civis conhecidas como “revoluções regenciais”, perfilha-se uma questão central na história política das nações do Novo Mundo, um debate doutrinário de primeiro plano que viu Hamilton opor-se a Jefferson após a Revolução Americana. Qual o alcance do poder exercido por autoridades locais eleitas pelos proprietários rurais? Qual o escopo do governo central? Estavam em jogo diferentes concepções da liberdade individual, do pacto político no Estado constitucional moderno. Tudo isso ganha maior complexidade nos países americanos — particularmente nos Estados Unidos e no Brasil —, onde existia um sistema escravista de permeio a uma comunidade que professava, ou buscava atingir, os princípios liberais predominantes na economia, na política e na sociedade da Europa Ocidental.

O PRIVILÉGIO PRIVADO

Nos confins da língua latina e do direito romano, a palavra *privus* (particular) deu origem a duas variantes, *privatus* (privado) e *privus-lex* ou *privilegium* (lei para um particular, privilégio). Essas variantes fundem-se de novo num só significado no contexto do escravismo moderno, no qual o direito — o privilégio — de possuir escravos incide diretamente sobre a concepção da vida privada. Como na Colônia, a vida privada brasileira confunde-se, no Império, com a vida familiar. Resta que, no decorrer do processo de organização política e jurídica nacional, a vida privada escravista desdobra-se numa *ordem privada* preñe de contradições com a ordem pública.⁷ Manifesta-se a dualidade que atravessa todo o Império: o escravo é um tipo de propriedade particular cuja posse e gestão demandam, reiteradamente, o aval da autoridade pública.

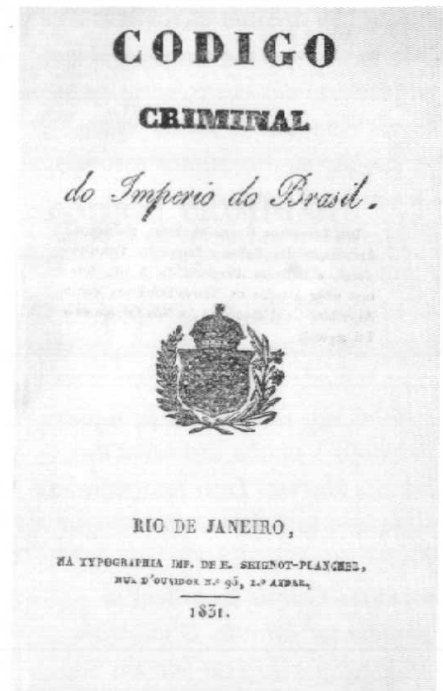
Tributado, julgado, comprado, vendido, herdado, hipotecado, o escravo precisava ser captado pela malha jurídica do Império. Por esse motivo, o Direito assume um caráter quase constitutivo do escravismo, e o enquadramento legal ganha uma importância decisiva na continuidade do sistema: ao

fim e ao cabo, a escravidão desaba de um dia para o outro — de 13 para 14 de maio de 1888 —, quando uma lei de quatro linhas revoga seu fundamento jurídico. Havia, portanto, uma ordem privada específica, escravista, que devia ser endossada nas diferentes etapas de institucionalização do Império. Os condicionantes históricos desse processo configuraram duradouramente o cotidiano, a sociabilidade, a vida familiar e a vida pública brasileira. Nesse sentido — e esta é a idéia que fundamenta todo o capítulo —, o escravismo não se apresenta como uma herança colonial, como um vínculo com o passado que o presente oitocentista se encarregaria de dissolver. Apresenta-se, isto sim, como um compromisso para o futuro: o Império retoma e reconstrói a escravidão no quadro do direito moderno, dentro de um país independente, projetando-a sobre a contemporaneidade.

A PRIVACIDADE E O PODER MUNICIPAL E PROVINCIAL

Desde 1828, o Primeiro Reinado começa a erodir o autonomismo municipal, restringindo a competência das câmaras às matérias econômicas locais e proibindo que os vereadores deliberassem sobre temas políticos provinciais ou gerais. A regionalização instaurada pelo Ato Adicional (1834) cria as assembléias provinciais, mas a tendência antimunicipalista prossegue. Nesse movimento, o governo central subtrai a autonomia das municipalidades e, sobretudo, a competência jurídica e policial dos juízes de paz eleitos em cada cidade e dos juízes municipais indicados pelas câmaras.⁸

Ora, o exercício do poder público por autoridades designadas pelos presidentes de províncias, ou seja, pelo governo central — em detrimento das autoridades locais escolhidas pelos proprietários, eleitores qualificados da região —, afigurou-se como uma ameaça à ordem privada, isto é, à ordem em geral. Esse embate pode ser ilustrado pelo levante ocorrido nos sertões do Maranhão, a Balaiada (1839-41), conflito típico de uma região desconjuntada pelo recuo do comércio interno, pelo novo desenho da geografia econômica do país. Retrato da instabilidade social da área, causa e efeito de um povoamento pouco gregário, o Maranhão apresentará no censo de 1872 a maior proporção de solteiros do Império: três quartos de seus habitantes respondiam a essa situação.⁹



3. *Organizando a legislação nacional, o Código Criminal do Império do Brasil (1830) adaptou a escravidão à modernidade oitocentista.* (Código Criminal do Império do Brasil, 1831)

4. A ordem privada escravista.

O homem branco é o senhor, dono, proprietário dos cinco outros homens negros e mulatos. Está na frente, na posição de autoridade e domínio. Os outros se encontram atrás. O primeiro à esquerda do senhor é mulato, está bem vestido. Ao contrário dos outros, deixou o cabelo meio liso crescer, penteou-o, fez uma risca no lado esquerdo, como o seu senhor. Mas não pode usar sapatos, privilégio e marca distintiva dos livres e libertos. Tirar fotografia era uma operação demorada. Ninguém podia se mexer durante quase dois minutos. Outras tentativas já podiam ter falhado. O fotógrafo Militão, que fez essa foto em São Paulo, deve ter reclamado. Por isso ou por outras razões mais secretas, o senhor está zangado, de cara amarrada. O escravo situado à sua direita, assustado, encolheu-se. Na extrema esquerda, o homem com a varinha na mão — pastor de cabras ou de vaca leiteira na cidade — tem um olhar altivo, talvez porque traga nas mãos o objeto de seu ofício, que o distingue dos outros cativos, paus para toda obra. Na extrema direita, o homem de branco se mexeu: estragou a foto da ordem escravista programada pelo seu senhor. Vai apanhar. No seu rosto fora de foco vislumbra-se o medo. Vai apanhar. (Foto de Militão Augusto de Azevedo, São Paulo, c. 1870).

Meses antes da insurreição, o presidente da província, falando na Assembléia maranhense, explicava o papel dos novos “prefeitos de comarca” e justificava a redução das competências dos juizes de paz, expressão do poder senhorial nas municipalidades: “É impossível que deixeis de conhecer todos os excessos cometidos pelos juizes de paz [...] arbitrariedades e perseguição contra os bons, inaudita proteção aos maus, e porfiada guerra às autoridades”. Posta nesses termos, a acusação não deixava dúvidas sobre os propósitos centralizadores da política imperial. Nomeado pela Coroa, o “prefeito de comarca” — cuja autoridade estender-se-ia sobre vários municípios — estaria encarregado de instaurar a ordem imperial no interior do país.

Reagindo à iniciativa, o jornal *Bemtevi*, órgão do autonomismo maranhense, vai direto ao ponto: a autoridade nomeada pelo Rio de Janeiro desagregaria a ordem privada, subvertendo a organização social vigente.

Um prefeito tem espalhados tantos quantos oficiais de polícia, espíões, ele quer, para saber do que se passa fora e dentro das casas! Adeus sagrado das famílias! Os prefeitos chamarão e corromperão nossos escravos para dizerem tudo que em nossas casas se faz e se diz, e acrescentarem o mais que nem se faz, nem se diz! Com uma autoridade tão absoluta quem se julgará seguro! Quem os poderá ter mão! Mil maldições pesem sobre a cabeça de quem pediu e sancionou uma tal lei!¹⁰

O escravismo entranhava nos lares, no âmago da vida privada, um elemento de instabilidade que carecia ser estritamente controlado. Em consequência, o poder, a segurança pública, devia tirar seu fundamento da esfera pública de dominação mais compacta, mais imediata, mais próxima: a municipalidade. Contudo, o governo central absorvia o espaço do poder municipal. Eventualmente manipulado por contrários, o representante do governo do Rio de Janeiro poderia transformar os escravos domésticos em espíões, trazendo a insegurança para dentro das casas, para “o sagrado das famílias” dos proprietários.

Em todo o caso, o Império não deu mais margem para o incremento do poder municipal. Na verdade, a disputa sobre para outro patamar, para a esfera regional, no seguimento da



descentralização operada em 1835 com o início das assembleias provinciais. Desde logo, o embate transpunha-se para uma arena mais ampla, e também mais perigosa, na medida em que uma facção da classe dominante podia encampar a autoridade pública regional e jogá-la contra uma outra facção, abalando a ordem privada escravista.

Foi o que sucedeu em São Paulo e em Minas Gerais durante a Revolução Liberal de 1842. Havia, nas duas províncias, a crença de que o governo centralista do Rio, dominado pelos conservadores, tornara-se “formalmente ditador” ao desencadear uma “violenta perseguição” contra as câmaras, arrogando-se atribuições policiais e judiciárias pertencentes às municipalidades.¹¹ Na cidade mineira de Campanha, a Sociedade dos Patriarcas Invisíveis fazia seus membros assinar o

5. Recife, teatro da Revolução Praieira (1848-9), o levante político mais radical ocorrido no Império. (Emil Bauch, Largo do Corpo Santo, meados do século XIX)



juramento de lutar contra o “governo absoluto”, leia-se centralista, e alegadamente pró-português, do partido conservador. Outros rebeldes, reunidos nas vizinhanças de Caxambu para combater o “partido galego”, cingiam “o lagarto [ombro] do lado direito” com uma faixa verde-amarela.¹² À leitura dos autos dos processos, emerge toda uma trama de relações pessoais, familiares, que orienta o engajamento dos combatentes de um e de outro campo.

Deflagradas as hostilidades, as forças governistas lançaram mão — conforme denuncia um simpatizante dos liberais, o cônego José Antônio Marinho — do instrumento mais “iníquo” e de conseqüências “mais terríveis” que podia existir no país: mobilizaram nas tropas legalistas os escravos fugidos dos proprietários insurgentes. Até aquela altura, continua o cônego Marinho, “existiam as mesmas convicções” nos dois campos que se enfrentavam em sangrentos combates, “proprietários, capitalistas, pais de família estavam debaixo de uma e de outra bandeira; com a chegada, porém, da tropa de linha, a província [de Minas] foi inundada de nuvens de *nagôs* e *minas* que levaram a toda a parte a devastação e o saque”. Espalhará-se “o germe mais perigoso que porventura se possa plantar no Brasil”.¹³

Em suma, durante as revoluções do Império, podia-se abrir fogo contra as tropas legais, sublevar os cidadãos, desencadear a guerra civil. Desde que um e outro campo guardassem “as mesmas convicções” básicas do consenso imperial: o respeito à ordem privada escravista.

Mas não era só com relação aos cativos que surgia o

problema. Em conexão com o escravismo desenvolvia-se o paternalismo, o patriarcalismo rural e urbano, segundo a análise consagrada por Gilberto Freyre. Também nesse domínio, nas relações entre fazendeiros e homens livres, ocorriam choques entre o público e o privado, como sucedeu em Pernambuco, quando uma ala radical e urbana do partido liberal — o partido praieiro — colidiu com o setor mais tradicional dos senhores de engenho, incorporado ao partido conservador.

Antes de resumir o entrevero, convém sublinhar o entrelaçamento do sistema eleitoral com a vida privada no Império.

Após a Independência, os homens brasileiros maiores de 25 anos, com certa renda anual, podiam ser "votantes", isto é, eleitores de segundo grau. Em geral, trinta votantes escolhiam um eleitor de primeiro grau, o qual, dispondo do dobro da renda anual dos votantes, podia eleger e ser eleito vereador, deputado ou senador.¹⁴ Dada a exigüidade da população adulta, livre e masculina nas zonas rurais, os critérios para a qualificação dos votantes tinham de ser moderados. Se dispusessem da renda mínima exigida, os analfabetos e os ex-escravos (ao contrário do que definia a legislação dos estados sulistas norteamericanos) também estavam aptos a eleger-se para o posto de vereador e habilitar-se como eleitores de segundo grau.¹⁵ Além disso, fraudes permitiam que indivíduos mais modestos fossem reconhecidos como votantes a fim de eleger os proprietários de suas terras no escrutínio de primeiro grau.

Desse modo, os senhores de engenho e os fazendeiros mantinham um contingente mais ou menos constante de agregados — seu curral eleitoral particular — em suas propriedades. Mesmo nos lugares em que existia oferta regular de escravos ou, no outro quadrante social, um mercado de trabalhadores livres. Fatores que, noutras circunstâncias, teriam levado os proprietários a retomar as terras cultivadas pelos agregados para explorá-las com sua mão-de-obra assalariada ou cativa. Um dos autores mais perspicazes e menos reconhecidos do Império, Luiz Peixoto de Lacerda Werneck, filho do barão do Paty do Alferes, escrevia sem rodeios em 1855: "O que sustenta hoje a pequena agricultura é o nosso sistema eleitoral. Os grandes possuidores do solo consentem

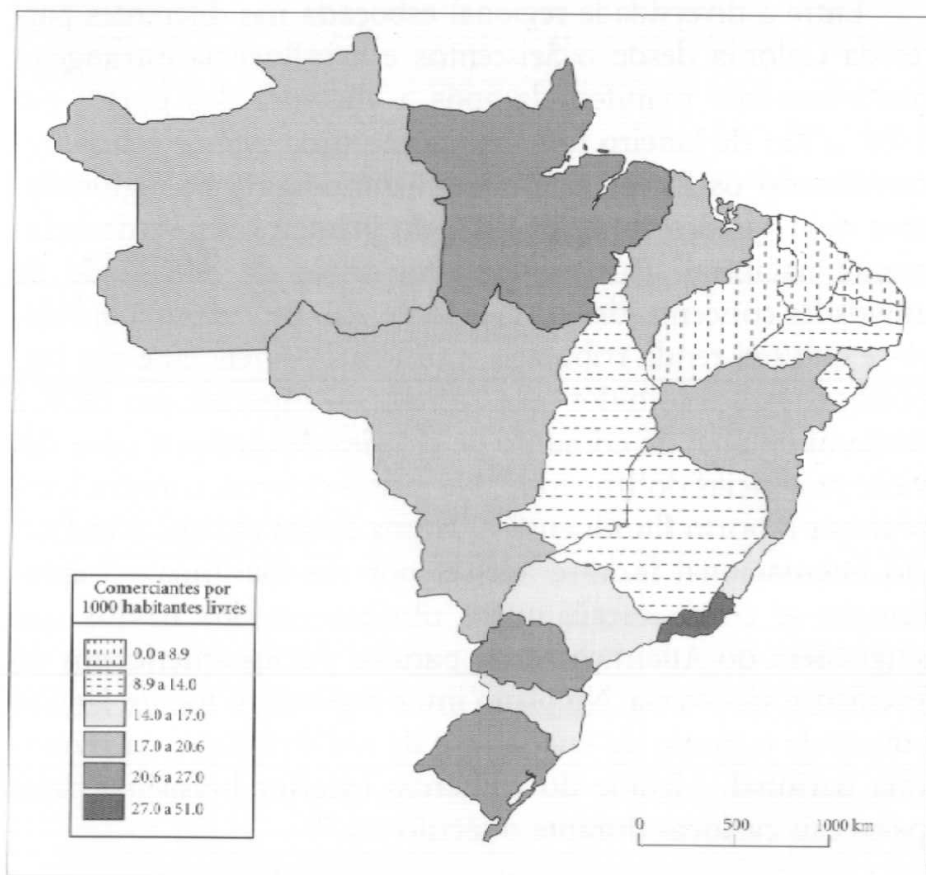
ainda os agregados, porque o nosso sistema eleitoral assim o reclama".¹⁶ Deveres e direitos dos senhores e de seus dependentes encontravam, dessa forma, um prolongamento institucional no sistema partidário e eleitoral. Assimilado ao comportamento político do país, tal fenômeno constituiu um importante fator de estruturação das relações entre os proprietários rurais e seus dependentes, dando lugar, mais tarde, ao triplo "coronelismo, enxada e voto".¹⁷

Tudo isso foi posto em xeque em Pernambuco nas eleições para o Senado, em 1847. Nessa oportunidade, os funcionários regionais ligados ao partido da Praia, detentor do governo da província, aliciaram agregados e moradores dos engenhos para que votassem nos candidatos praieiros, contra os proprietários de suas terras, candidatos conservadores na eleição de primeiro grau. Conhecida a vitória dos praieiros na eleição primária, a açucarocracia do partido conservador retaliou, apressando-se em expulsar de suas terras os agregados "traidores".

Nabuco de Araújo, futuro ministro da Justiça e líder do partido liberal moderado, justificou o expediente em nome do respeito às regras não escritas do patriarcalismo.

Foi tal o terror que se incutiu na população que os moradores [...] que se uniam aos senhores de engenho pela força do hábito, pela influência dos costumes antigos, pelos laços da gratidão, antes quiseram votar com a polícia que os aterrava do que com os seus patronos naturais que os sustentavam; e como os senhores de engenho, pelo legítimo uso de sua propriedade, têm o direito de expelir de suas terras os moradores que não lhes agradam, a polícia atual [praieira] [...] não duvidou propalar por seus agentes que tal direito não existia e que ela interviria para o fazer cessar.¹⁸

Revoltados, os agregados expulsos juntaram-se ao partido da Praia, engrossando o caldo revolucionário que deu à Praia (1848-9) o estatuto de levante mais radical de toda a história do Império. Esmagada a revolta, o Ministério conservador "saquarema", justamente chamado de "governo da oligarquia", restabeleceu, como Evaldo Cabral de Mello observa no capítulo 8 deste livro, um dos primados do sistema imperial: a influência política das famílias nas diferentes regiões do país. Minas Gerais conhecera um refluxo de sua influência



6. O número de comerciantes por mil habitantes livres mostra, em 1872, o peso da hegemonia comercial da corte, inserida aqui no espaço da província fluminense. (LED-Cebrap) (Ver Apêndice, tabela 1.)

política na corte após a derrota da Revolução de 1842, São Paulo ainda não era o que virá a ser. Desde logo, esvaziada a autonomia municipal e assentada a preeminência das oligarquias nos governos provinciais, o Segundo Reinado assegura a hegemonia do governo central — da “corte madrasta” —, como definiam os panfletos praieiros.

Capital do país, corte da monarquia, sede das legações diplomáticas, maior porto do território e área de forte concentração urbana de escravos, o Rio de Janeiro aparece, doravante, como o teatro das contradições imperiais.

• A HEGEMONIA FLUMINENSE

Singular na geografia política do Novo Mundo, o Império representou também um momento único na história brasileira. Efetivamente, no regime monárquico forjou-se no Rio de Janeiro — capital política, econômica e cultural do país — um padrão de comportamento que molda o país pelo século XIX afora e o século XX adentro.

Entre a diversidade regional esboçada nas diferentes partes da Colônia desde o Seiscentos e a influência estrangeira continuamente manifestada após a abertura dos portos em 1808, o Rio de Janeiro funciona como uma grande eclusa, recanalizando os fluxos externos e acomodando os regionalismos num quadro mais amplo, pela primeira vez verdadeiramente nacional. Para se ter uma idéia da densidade de atividades concentradas na cidade do Rio de Janeiro, considere-se que sua renda tributária municipal — referente aos impostos e taxas recolhidos pela Câmara — superava, em 1858, a renda municipal do conjunto de cidades de qualquer uma das vinte províncias do Império.¹⁹ No plano externo, convém lembrar que o porto fluminense — numa época em que o comércio internacional fazia-se apenas por via marítima — apresentava-se como escala quase obrigatória dos navios que singrassem do Atlântico Norte para os portos americanos do Pacífico, e vice-versa. No plano inter-regional, o Rio de Janeiro constituía o ponto de encontro e de redistribuição da economia nacional. Metade do comércio exterior brasileiro passa pelos cais cariocas durante o século XIX.²⁰

Etapas bem distintas marcaram o crescimento do Rio de Janeiro. No decurso do século XIX, os cativos representam da metade a dois quintos do total de habitantes da corte. Um contraste nascerá entre a densidade de escravos na cidade e as pretensões civilizadoras da corte e da Coroa, orgulhosa de seu estatuto de única representante do “sistema europeu” — da monarquia — na América tomada pelo sistema republicano. Contraste que as características próprias da gestão e posse de cativos no meio urbano fazem ainda mais flagrante.

Considerando que a população do município praticamente dobrou nos anos 1821-49, a corte agregava nessa última data, em números absolutos, a maior concentração urbana de escravos existente no mundo desde o final do Império romano: 110 mil escravos para 266 mil habitantes.²¹ No entanto, ao contrário do que sucedia na Antiguidade, o escravismo moderno, e particularmente o brasileiro, baseava-se na pilhagem de indivíduos de uma só região, de uma única raça. Em outras palavras, no moderno escravismo do continente americano a oposição senhor/escravo desdobra-se numa tensão racial que impregna toda a sociedade.²²

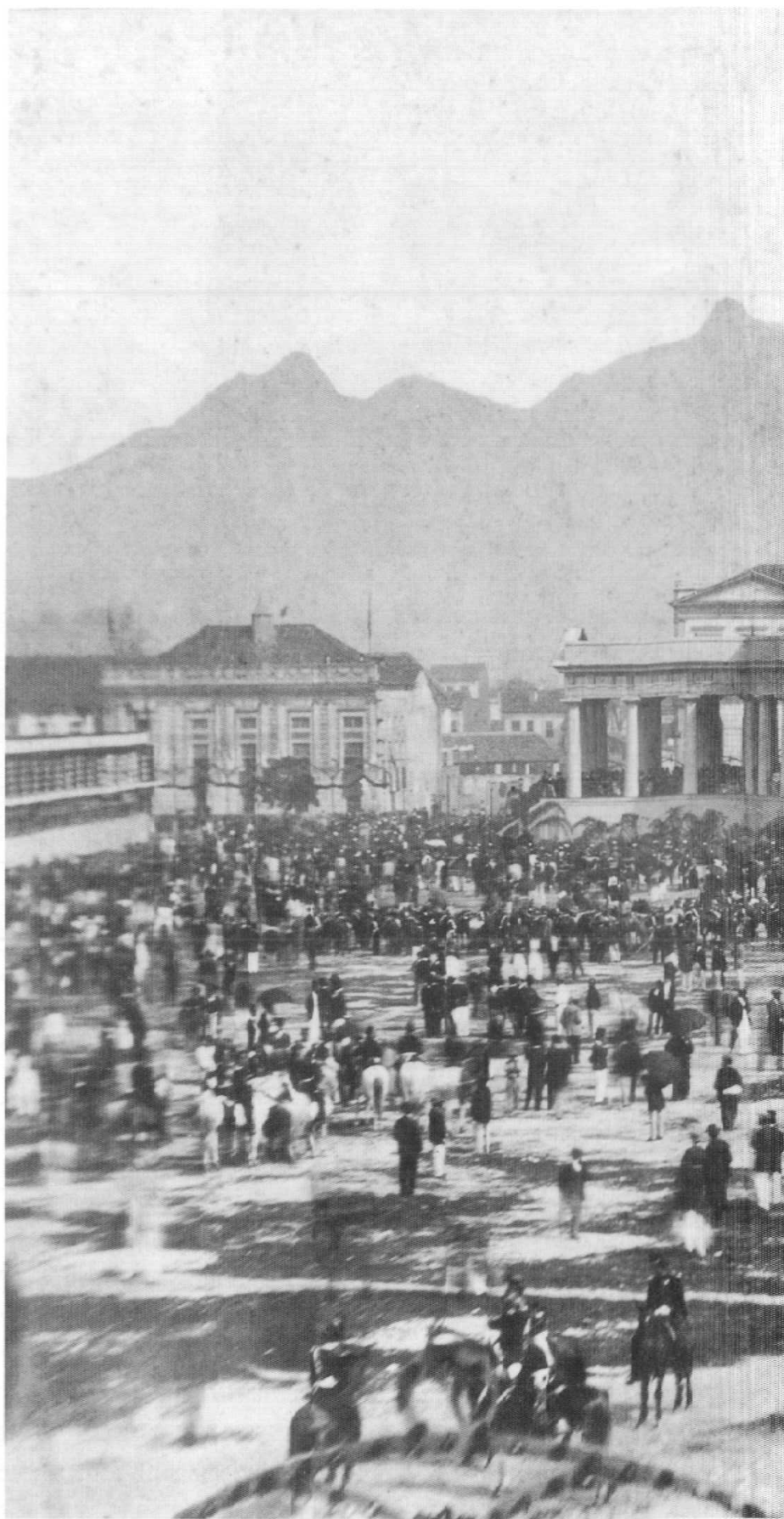


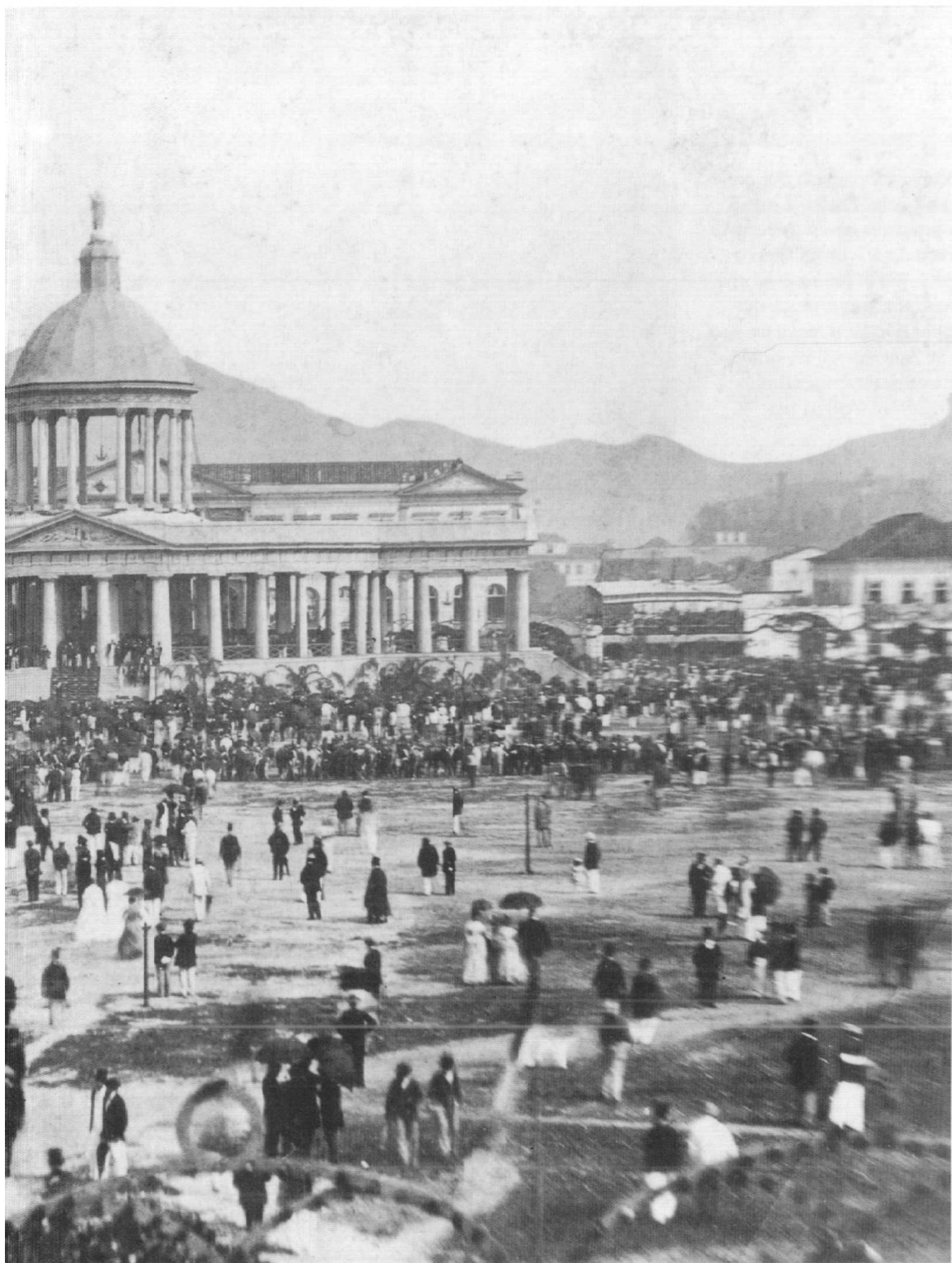
7. De longe o maior porto do Brasil, o Rio de Janeiro constituía o ponto de convergência dos mercados provinciais e de redistribuição das mercadorias importadas. (Foto de Revert Henrique Klumb, Vista do largo do Paço e do porto, 1860)

Tamanho volume de escravos dá à corte as características de uma cidade quase negra e — na sequência do *boom* do tráfico negreiro nos anos 1840 — de uma cidade meio africana. No núcleo urbano do município, formado pelas nove paróquias centrais, as percentagens eram menores, mas o impacto da presença escrava parecia maior, na medida em que envolvia o centro nervoso da capital, sede dos principais edifícios públicos, as praças, as ruas e o comércio mais importantes do Império.²³ Do total de 206 mil habitantes que moravam na área nos anos 1850, 79 mil (38%) eram cativos.

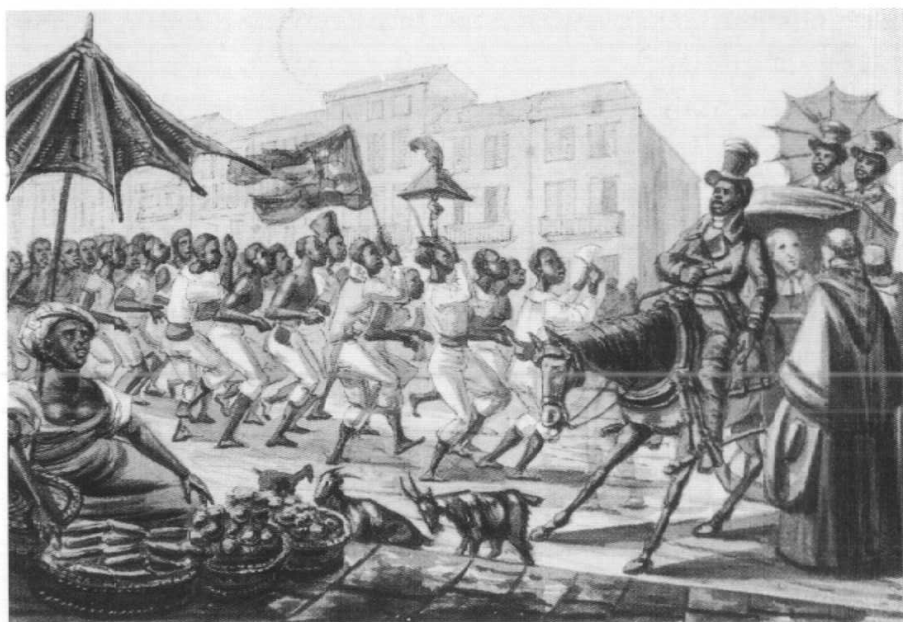
Numa data em que o tráfico negreiro já estava legalmente proibido havia dezoito anos, o censo de 1849 mostra um dado revelador: um habitante de cada três do município do Rio de Janeiro tinha nascido na África. Isto é, viviam na corte 74 mil africanos escravos e livres.²⁴ Pode-se dar de barato que a cifra estivesse aquém da realidade, pois os proprietários costumavam ocultar a origem dos seus africanos para escapar à acusação de contrabando. Maciçamente formado por escravos (89%), esse contingente africano fundia-se nos outros 22 mil cativos nascidos no país. Nessa época, entre 1825 e 1850, desembarcou na área fluminense o essencial do fluxo de 250 mil escravos moçambicanos deportados para o Brasil. Povo oriundo do planalto do Zimbábue e chamado “mocaranga”. Daí, talvez, o substantivo *mocorongo* que, no Rio, Espírito Santo e em São Paulo é sinônimo de “caipira” e de

8. Com damas de sombrinhas, militares e o jeito de Washington emprestado pelo prédio copiado do Capitólio, então situado no Campo de Santana, o Rio de Janeiro festeja o final da Guerra do Paraguai em 1870. (Foto de Marc Ferrez, Campo de Santana na festa pelo fim da guerra, 1870)





9. Procissão festiva de escravos passa pela rua Direita. Contando com a maior população urbana de escravos registrada desde o fim do Império romano, o Rio de Janeiro tinha ares de cidade africana em meados do século passado. Nesta época, um terço dos habitantes do município havia nascido na África. (Paul Harro-Harring, *Cena na rua Direita*, 1840)



“mulato quase escuro”. Características de quem vinha de comunidades étnicas distintas dos povos da África Ocidental e Central até então deportados para a Colônia e o Império.

Outros municípios e cidades brasileiras e americanas tinham proporções maiores de cativos. Uma das mais fortes deve ter sido a registrada defronte à corte, em Niterói, onde, em 1833, quatro quintos da população eram escravos. Ou em Campos, ainda na província fluminense, povoada em 1840 por 58 mil habitantes, dos quais 59% eram escravos.²⁵ Salvador também possuía uma importante população africana livre ou cativa. No entanto, a capital baiana tinha menor porte, cerca de 81 mil habitantes em 1855, reunia menos europeus e não concentrava — como a corte — os atributos políticos e culturais que acentuavam os contrastes da escravidão urbana no Rio de Janeiro.²⁶

Num plano mais geral, o Império também discrepava, em meados do século, das outras duas grandes regiões escravistas da América: Cuba e os Estados Unidos. Cuba vivia ainda sob o domínio colonial espanhol e as implicações mais amplas do problema incorriam na responsabilidade de Madrid. Nos Estados Unidos, o escravismo, desconectado do tráfico africano desde 1808, tornara-se uma “instituição peculiar” restrita ao Sul do território e resolutamente combatida pelos outros estados da União.

Entranhado no Estado centralizado, difundido em todo o território, na corte e nas províncias mais prósperas como

nas mais remotas, o escravismo brasileiro ameaçava a estabilidade da monarquia e fazia o país perigar. E a elite imperial sabia disso: malgrado a ameaça das canhoneiras da marinha de guerra britânica, o Brasil será — até 1850 — o único país independente a praticar o tráfico negreiro, assimilado à pirataria e proibido pelos tratados internacionais e pelas próprias leis nacionais. A tolerância com o comércio negreiro reduzia o Império à categoria dos estados barbarescos do Norte da África implicados na pirataria. Sob a alegação de estancar essas atividades no Mediterrâneo, a Inglaterra havia fincado pé em Gibraltar e Malta e a França invadira a Argélia (1830). Nesse contexto, o *bill* Aberdeen (1845) — decretado pelo governo britânico para ampliar a ação repressiva das canhoneiras da Royal Navy contra os negreiros brasileiros — ficou conhecido no Império como o “*bill* argelino”.

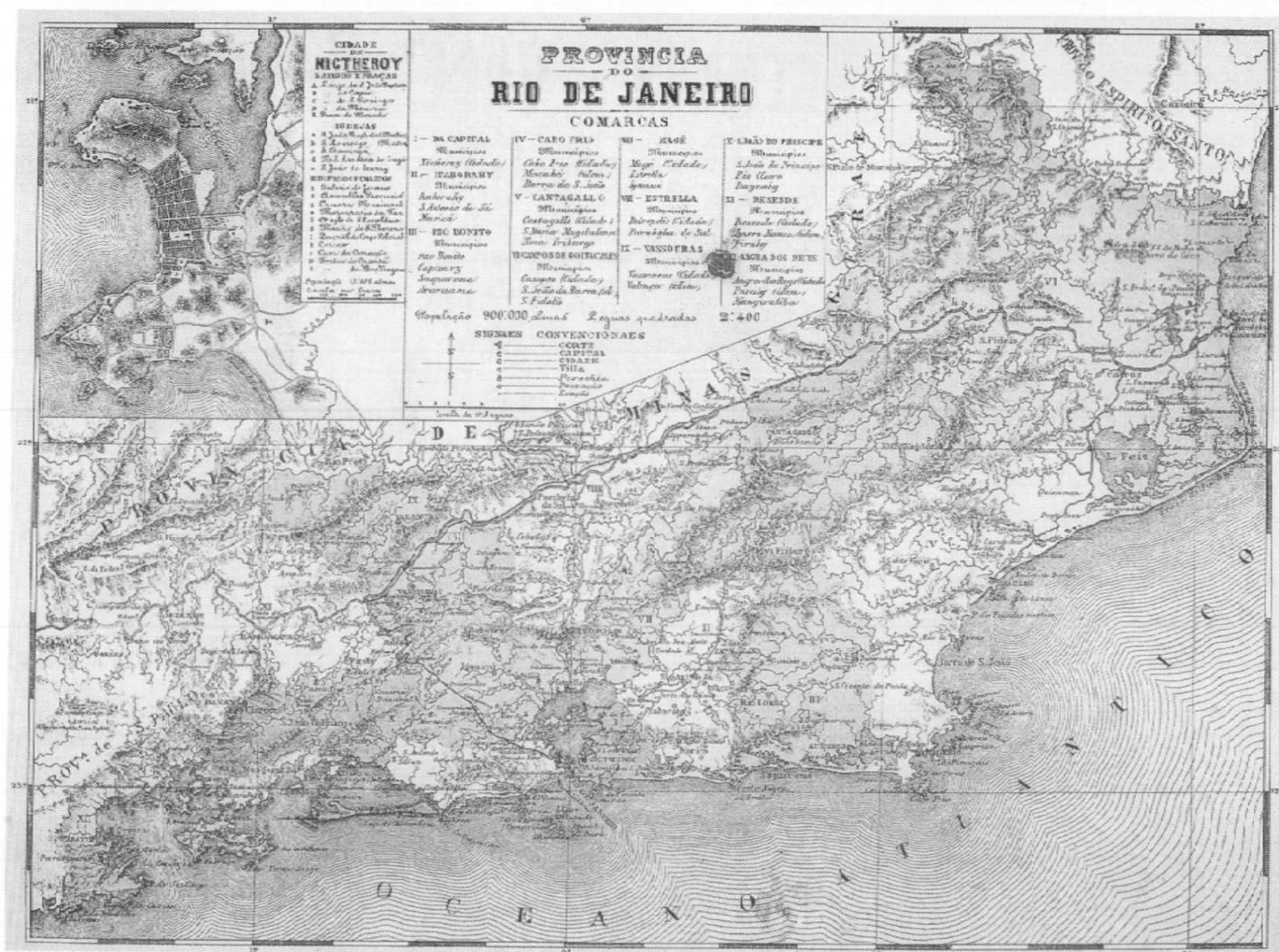
Tudo indica que a opinião pública enfiou a carapuça, sentindo-se atingida no seu amor-próprio. Não se pense, com efeito, que o assunto interessava apenas diplomatas e políticos de alto coturno. Um incidente banal ocorrido em 1857 demonstra o ressentimento criado entre as camadas populares da corte pelo fato de os países europeus e, em particular, o governo britânico tratarem os brasileiros como reles piratas mouros. Um casal inglês, empregado na nova Companhia de Iluminação de Gaz, desentendera-se com um delegado carioca. Julgando-se ofendido, o meganha exclamou: “Vocês pensam que estão em terras de mouros?” e, ato contínuo, deu-lhes voz de prisão.²⁷

As conseqüências internas do tráfico preocupavam mais ainda a elite imperial. Na *Aurora Fluminense*, o grande jornalista Evaristo da Veiga verberava, desde 1831, os negreiros que queriam “africanizar o Brasil”, introduzindo cada vez mais escravos no Império.²⁸ Quinze anos mais tarde, o sentimento do absurdo suscitado pelo panorama social e político do Império inspira a Gonçalves Dias o seu poema em prosa *Meditação* (1846), escrito depois de seu retorno da Universidade de Coimbra e três anos antes de sua mudança do Maranhão para o Rio de Janeiro: “E nessas cidades, vilas e aldeias, nos seus cais, praças e chafarizes — vi somente escravos [...] Por isto o estrangeiro que chega a algum porto do vasto império — consulta de novo a sua derrota e observa atentamente os astros — porque julga que um vento inimigo o levou às Costas d’África. E conhece por fim que está no Brasil”.²⁹

Com o término do tráfico de africanos em 1850, um fluxo intenso de imigrantes lusitanos, por vezes embarcados na frota negreira reciclada neste novo tipo de transporte, chega à corte. Cruzada pelos fluxos migratórios dos cativos transferidos para a zona rural, e dos portugueses que chegavam ao seu porto, a corte conservou praticamente o mesmo número de habitantes entre 1850 e 1872. Mas a composição étnica e social do município alterou-se de maneira radical: o número de portugueses dobrou, subindo de um décimo para um quinto da população total. Paralelamente, caíam as percentagens referentes aos escravos. Quanto aos africanos, seu número sofre uma grande redução e corresponde, em 1872, a menos de 1% do total de habitantes. Em compensação, a vizinha província fluminense aparece como unidade do Império que conta com a maior proporção de escravos africanos. Repare-se que a vizinhança dos interesses negreiros e escravocratas fluminenses pesará no imobilismo da Coroa, e do Império, sobre a matéria. Onze dos doze deputados da província do Rio de Janeiro e da corte votaram contra a Lei do Ventre Livre (1871). Do mesmo modo, em 13 de maio de 1888, oito dos nove deputados que votaram contra a Lei Áurea, haviam sido eleitos pela província fluminense, considerada por Joaquim Nabuco como a mais “reacionária” do Império, porque, nela, “a escravidão estava politicamente organizada”.³⁰

Segundo um cálculo global de Haddock Lobo, o organizador do censo de 1849, de cada dez habitantes do município, somente quatro eram brancos nessa última data. Em 1872, em consequência da imigração portuguesa, essa proporção já se invertera: de cada dez habitantes, seis foram classificados como brancos.

A média de habitantes por domicílio, o “fogo” — o qual podia compreender não só os pais e os filhos, como também outros parentes, os empregados e os escravos —, atingia 9,8 no município da corte em 1849. Vinte anos mais tarde, com o aumento do número de casas e de imigrantes, essa média caíra para 6,2. Enfim, o número volta a subir um pouco, passando para 7,2, no censo de 1890, quando os cortiços tornam-se característicos da cidade.³¹



A SUPREMACIA DA FALA CARIOCA

Embora formado na Universidade de Coimbra, o maranhense Gonçalves Dias, ao retornar ao Brasil, achava inaceitável adequar as rimas brasileiras à métrica da pronúncia portuguesa. Numa carta para um amigo, Gonçalves Dias explicava que qualquer brasileiro estranharia um poema, semelhante ao de um poeta português da época, no qual *mãe* rimava com *também*.³² O sentimento de divergência fonética e lingüística era, aliás, recíproco. Nas charges do célebre caricaturista lusitano Bordallo Pinheiro, sobre a primeira viagem do imperador a Portugal (1872), aparece, entre as bagagens de d. Pedro II, um “Guia de conversação brasileiro-português e português-brasileiro”.³³

Mas não era só a orelha fina dos poetas ou a pena severa dos chargistas que registrava a diferença. Anúncios publica-

10. Envolvendo a corte, a província fluminense, que Joaquim Nabuco considerava a mais “reacionária” do Império, concentrava os interesses escravagistas e teve grande influência sobre a política imperial. (Cândido Mendes, Atlas do Império do Brasil, 1868)

11. "Gentes, você já viu já?"
 Mexendo na concordância verbal
 e no ritmo das modinhas, o lundu
 molda a linguagem e a música
 brasileira, desde meados do século
 XIX. (Jornal do Comércio, set.
 1953)

GENTES, VOCÊ JÁ VIO JÁ?



Novo e mul gracioso lundu
 brasileiro, poesia do curioso R.
 B., posto em musica pelo pro-
 fessor Dorison: 1º numero do No-
 vo ALBUM de modinhas; preço
 800 rs.

A venda na Imprensa de mu-
 sica de Filippone e Comp., rua
 dos Latoeiros n. 59.

NA rua dos Pescadores n. 19 vendem-se cofres de
 ferro, por preços modicos

dos nos jornais davam como característica principal de alguns escravos fugidos a sua fala "aportuguesada". Naturalmente por terem sido criados por senhores portugueses, como nota Gilberto Freyre, pioneiro no estudo desse gênero de documento.³⁴ Se é verdade que aparecem referências da mesma natureza a escravos sertanejos, de fala "amatutada", os cativos que falavam português corretamente passavam por "pernósticos" diante de senhores inseguros em relação ao uso do vernáculo. Fabrício, o estudante de medicina carioca, personagem de um romance de Joaquim Manuel de Macedo, refere-se assim a um escravo, dono de fala escorreita: "o maldito do crioulo era um clássico a falar português".³⁵

Nessa altura, o sotaque da corte ainda não havia se estabilizado e o Império dividia-se numa sucessão de falares distintos.

Eduardo Angelim, cearense de Aracati, foi para o Pará na grande seca de 1825 — primeiro movimento de migração nordestina — e tornou-se um dos dirigentes da revolução dos Cabanos (1835-6). Líder carismático de grande dignidade política, foi considerado por Gonçalves Dias como "o Garibaldi brasileiro". Testemunho anônimo de um de seus companheiros descreve-o em cores vivas: "homem de estatura que dava na craveira cearense, branco com laivos de caboclo, a tez de jambo tostada do sol, a cabeça chata, pescoço grosso e curto, cabelos corridos e negros, os pés pequenos, o peito

SANTUÁRIO À LEZ E SE AÇÃO À VENDA NA RUA DA QUITANDA N. 77

AS AFAMADAS

FOLHINHAS DE LAEMMERT PARA 1854

ORGANISADAS, COM A REFORMA DOS DIAS SANTOS, PARA TODOS OS BISPADOS DO IMPÉRIO.



DECIMO-QUINTO ANO

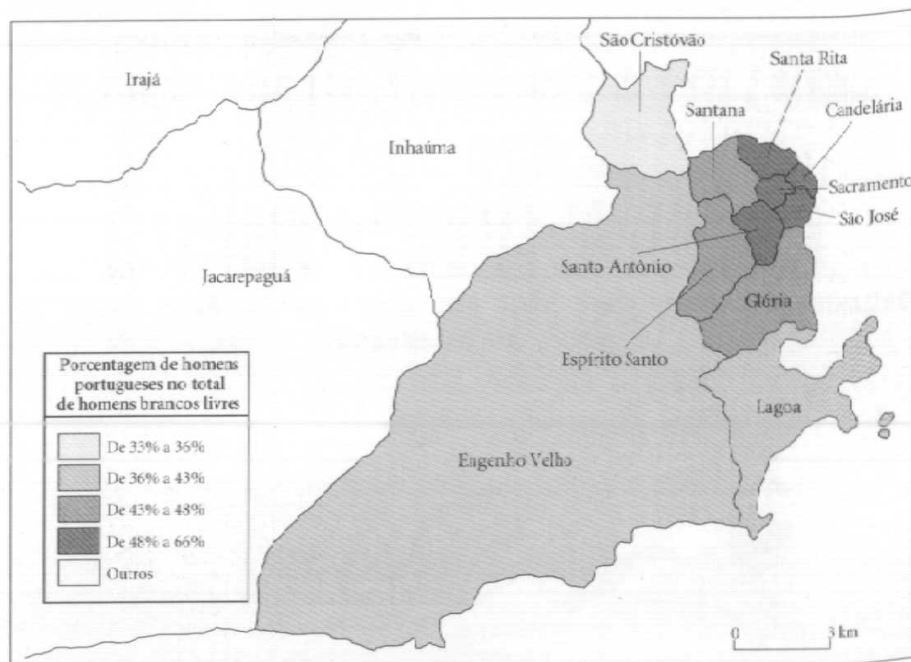
Tratado de Emissões Anuais e Illustrações de encontros Personagens, contendo o sempre aplaudido antigo O Livro Novo com as graças das paróquias e da Igreja Nacional, e os fatos históricos mais importantes de 1853-1854. P. Pedro II, Imperador do Brasil, e do

12. Folhinhas Laemmert para 1854: concebidas e impressas na corte, elas pautam o cotidiano de todas as províncias. (Jornal do Comércio, out. 1854)

largo, a musculatura e pose de um gladiador [...] Falava com correção o vernáculo do Ceará, abundando em imagens e cortesias”. Donde havia, bem definido nessa época, um “vernáculo” cearense e um tipo, uma “craveira” cabeça chata.³⁶

Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres Maranhão, autor da *Poranduba maranhense* e dicionarista do tupi-guarani, registra no início do século XIX “certo dialeto”, mistura de português e de línguas nativas, corrente na província nordestina.³⁷ Da mesma forma que o Maranhão, São Paulo praticava até meados do século XVIII um bilingüismo, no qual a língua geral, de uso doméstico e privado, era tão conhecida quanto a língua portuguesa, praticada em público e na escrita.³⁸ Dessa maneira, o linguajar paulista conservava — e conserva até hoje nas cidades do interior — a dificuldade de expressão dos fonemas que não existem no tupi-guarani, o *f*, o *l* e o *rr*. Contudo, o corte bem distinto entre o *r* curto do interior paulista e o *r* bem rolado do falarrri carioca só se acentuou na segunda metade do século XIX, quando desembarcou no Rio de Janeiro a imigração portuguesa. Nos anos 1850, quando o número de africanos se apresentava bastante elevado no Rio e na Bahia, é provável que a língua portugue-

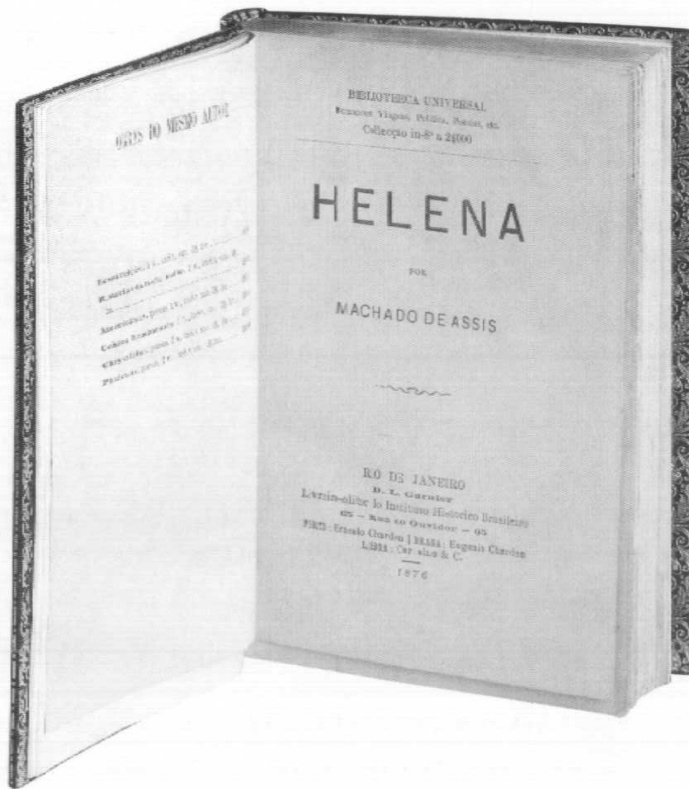
13. Em 1872, a população masculina portuguesa sobrepujava a população masculina brasileira em alguns bairros do Rio. No censo de 1890 essa tendência será acentuada. Resultou daí um aportuguesamento do sotaque carioca. (LED-Cebrap) (Ver Apêndice, tabela 2.)



sa não tivesse curso entre boa parte dos habitantes das duas cidades, e de outras, como Campos e Niterói, habitadas por uma forte proporção de africanos. Num discurso no Parlamento, um deputado baiano declarou, em 1851, que na Bahia, “entre a população preta, não se fala a língua do país”.³⁹ Na corte, a presença mais densa de portugueses — donos da língua —, e a presença igualmente densa de africanos e de seus descendentes — deformadores da língua oficial —, levou a população alfabetizada a moldar sua fala àquela do primeiro grupo.

Nos anos 1870, metade da população masculina da corte era estrangeira, vinda principalmente de Portugal. Poucos anos antes, por volta de 1860, Ana Bittencourt registrava que os baianos podiam distinguir a fala “bastante aportuguesada” do sotaque fluminense.⁴⁰ Bem longe do advento do rádio e muito antes ainda da televisão, os habitantes do Rio já influenciavam a fala dos habitantes das outras províncias.

A partir dos anos 1850, quando o *Jornal do Comércio* começa a publicar o registro dos debates parlamentares previamente taquigrafados, os leitores de todo o Império puderam familiarizar-se com a linguagem mais apurada que predominava na corte, ou melhor, com a versão padronizada dos discursos editados pelo jornal.⁴¹ Com efeito, as sessões da Câmara e do Senado passaram a ser transcritas numa sintaxe e num vocabulário mais polido que apagava os regionalismos



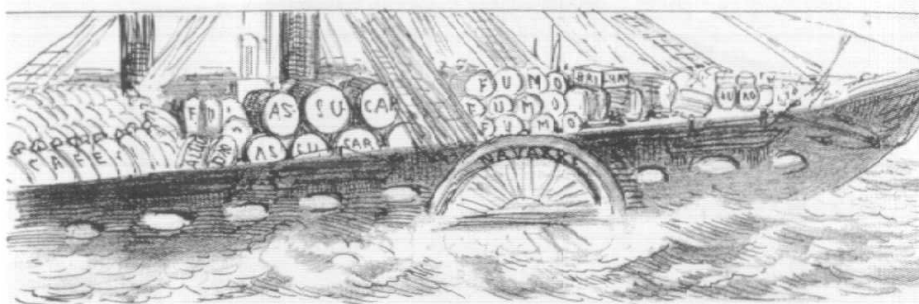
14. Todos os grandes escritores brasileiros moravam na corte e ali escreviam seus romances. As editoras Laemmert e Garnier publicavam “livros de algibeira” a baixo preço e os vendiam por correspondência em todas as províncias do Império. (Machado de Assis, *Helena*, 1876)

difundidos na imprensa provincial durante os embates políticos das revoluções regenciais. Em momentos diversos, Gonçalves Dias e o jovem Machado de Assis trabalharam como revisores dos discursos da Câmara e do Senado. Em vista da padronização da linguagem parlamentar, deputados provinciais ou gerais que abusavam dos idiomatismos regionais acabavam sofrendo troças. De tradicional família pernambucana, o bacharel e deputado Manuel Carneiro da Cunha exprimia-se num português carregado de africanismos e recebeu em 1843 o apodo de “deputado caçanje”. Isto é, alguém que falava como os negros do reino de Caçanje, em Angola.⁴²

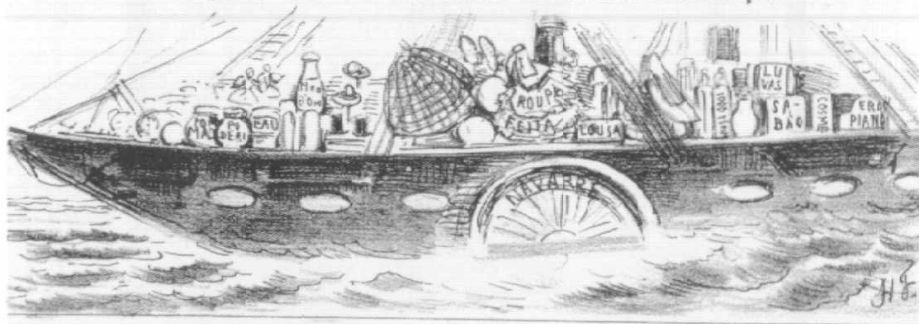
Fazendo comparações ousadas entre a Roma antiga e a atualidade do Império, relatando novidades das províncias e do estrangeiro, os discursos parlamentares veiculavam também uma certa forma de ilustração “imperial”, uma sensibilidade cultural mais ampla, que plasmou as oligarquias regionais e as classes dominantes do Segundo Reinado.

A BAÍA DE GUANABARA, O PÓRTICO DO IMPÉRIO

A corte, as embaixadas estrangeiras, o comércio marítimo, as escalas contínuas de viajantes que cruzam o Atlântico



O QUE O PAQUETE DO BRASIL LEVA PARA A FRANÇA.



O QUE EM COMPENSAÇÃO O MESMO PAQUETE TRAZ DE LA' PARA O BRASIL.

15. Em troca do açúcar, do café, do fumo e do tabaco brasileiros o paquete trazia da Europa os supérfluos e a moda francesa. (A Semana Ilustrada, 1867)

Sul, a chegada de profissionais europeus, engendram no Rio de Janeiro um mercado de hábitos de consumo relativamente europeizados, num ultramar ainda pouco ocupado por essas “falsas Europas” (a expressão é de Fernand Braudel), pelas áreas de povoamento europeu mais tarde implantadas na Argentina, na África do Sul e na Austrália. Além do mais, há uma particularidade da economia brasileira que deve ser explicada para se entender o afluxo de importados — bens de consumo e supérfluos — que transforma a vida social da corte e do Império em meados do século. No capítulo 3, Katia Mattoso analisa de perto a opulência privada na Bahia imperial.

De fato, no ano de 1850, os fluxos do comércio externo brasileiro conhecem uma rápida e decisiva reorientação. Considerando-se apenas os anos 1841-50, constata-se que cerca de 335 mil africanos haviam sido ilegalmente importados no Império, representando um valor equivalente a 28% do total das importações legais efetuadas pelo país na mesma época.⁴³ Os pagamentos desse contrabando negreiro corriam por fora. Em letras de câmbio emitidas pelos comissários dos fazendeiros para serem sacadas, em favor dos traficantes, nas grandes casas importadoras de produtos brasileiros em Lisboa, Porto, Nova York e Londres.

A LA BELLE AMAZONE,

RUA DO OUVIDOR N. 82.

PALAIS NE,

faz vestidos de senhoras para montar a cavallo, muito bem feitos e com toda a delicadeza; tem sempre um grande sortimento de roupa feita, e muitas fazendas para fazer qualquer obra de encomenda, como panno, casimiras pretas e de cores, merinós, brins brancos e de cores, côtes de seda para colletes, fustões brancos e de cores lisos e bordados, próprios para baies; chapéus de senhoras para montar a cavallo, ditos de seda para homens, ditos en-



ALFAIATE,

feitos para meninos, de color, brancos e de cores. Tem igualmente um lindo sortimento de chambres de sedas adamecadas forrados de seda, ditos de ganga e de chila, polainas de casimira pretas e de cores, gravatas de seda e de murcelina, chapéus e bonés de palha para meninos, e muitas outras fazendas.

N. B. Nesta casa acha-se sempre um grande sortimento de vestuários para meninos desde a idade de 3 até 14 annos, de todos os gostos e

feitos. Tudo se vende por preços os mais commodos possíveis.

16. La Belle Amazone, loja francesa da rua do Ouvidor, vende selas e roupas de montaria para as mulheres. Na mesma época havia importação de cavalos de montaria ingleses. (Jornal do Commércio, abr. 1853)

Cessado o tráfico, ocorre um retorno das divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação e até então reservadas para financiar a compra de africanos. O efeito na balança comercial e na balança de pagamentos do Império é imediato. Comparando-se o quinquênio de 1845-50 ao de 1850-5 (o ano fiscal corria de julho a junho), constata-se que o valor das importações do Rio de Janeiro cresce uma vez e meia. Vários fatores demonstram que houve um forte acréscimo na entrada de importados — bens de consumo semiduráveis, duráveis, supérfluos, jóias etc. — destinados aos consumidores endinheirados da corte e das zonas rurais vizinhas.

Cavalos ingleses e de raça árabe, próprios para passeios, foram importados da Inglaterra. Um anúncio de 1851 destaca o leilão, na rua Direita, área do comércio inglês na corte, de seis cavalos europeus “perfeitamente ensinados para sela, sem defeitos nem vícios, mansos a ponto de poderem servir para montaria de senhora”. Entre eles, o cavalo Waterloo, vencedor das corridas do hipódromo de Somerset, na Inglaterra.⁴⁴ No item relativo a jóias e objetos de ouro e prata, o crescimento é de quase três vezes. Os artigos classificados como “não especificados” — nos quais devem estar incluídos pianos e toda sorte de novas mercadorias de consumo — tomam proporções consideráveis na pauta de importações. De um quinquênio ao outro, o crescimento em valor desse item de importados cresceu sete vezes. No que se refere à balança de pagamentos, o

17. O relógio de algibeira, o "cebolão", será vendido por ambulantes em todos os cantos do Império, trazendo a hora certa ao Brasil oitocentista. Fabricantes europeus e americanos fizeram relógios especiais para serem vendidos no Rio de Janeiro. (Jornal do Comércio, set. 1854)

córtex de
dão ameri
om 30 va-
grandes de
e algodão,
e fortes,
; ditas
ção; cór-
12 cova-
dentro,

de 1851.



Meios
times, i
ingleses,
a confian
dos e liso
cebeu-se
plato son
conta, e
nard, GG
defronda
Braço de
O grão

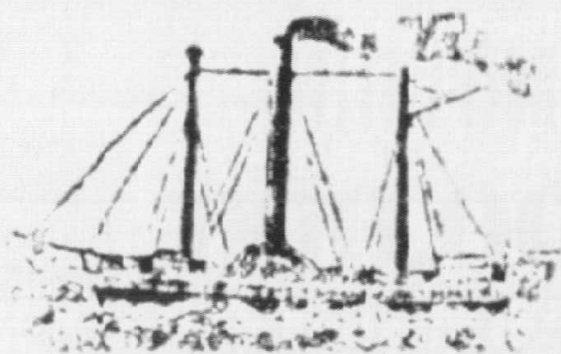
provincia
de 9 cu 10
nnos, para
ndas. ten-

to e a fama bem merecida que
relogios os dispensão de qualqu

52 me do 1851

repatriamento de capitais sob forma de moeda registrou um crescimento de mais de três vezes nos mesmos quinquênios.⁴⁵ Acresce, ainda, a transferência de letras de câmbio — ordens de pagamentos em divisas ou em mil-réis — da Europa e dos Estados Unidos, cujo montante parece ter sido considerável. Enfim, deve também entrar em linha de conta o contrabando de mercadorias valiosas e de fácil transporte como as jóias e os relógios de algibeira, os "cebolões".

Horas e minutos da regularidade diurna dos trópicos, cuja medida costumava parecer aleatória e desnecessária aos luso-brasileiros, começam a poder ser marcados passo a passo, de cebolão na mão, nas casas, nas fazendas, nas estradas, nos rios, nos portos do litoral.⁴⁶ Com a inauguração, a partir de 1850, de uma linha regular de navio a vapor entre Liverpool, na Inglaterra, e o Rio de Janeiro, o tempo imperial entra em sincronia com o tempo da modernidade européia. Compras e vendas de mercadorias, cartas e encomendas, taxas de câmbio, juros comerciais, viagens de parentes e amigos possuíam, doravante, um parâmetro temporal fixo. Chovesse ou fizesse sol, com vento ou sem vento, a Linha de



LINHA DE PAQUETES A VAPOR DE LIVERPOOL.

COMPANHIA SUL-AMERICANA E GERAL DE NA-
VEGAÇÃO A VAPOR.

Estabelecida por conta régia de S. M. B.

Os seguitos vapores, novos e de primeira marcha, sahem
de Liverpool no dia 24 de cada mez.

<i>Brazileira</i>	Capitão D. Green
<i>Luzitana</i>	J. Brown
<i>Olinda</i>	G. H. Haron
<i>Bahiana</i>	

Devem chegar a este porto no dia 21 e seguir para Mon-
tevidéo no dia 24. Estarão de volta no dia 7 do seguinte
mez para regressar a Liverpool no dia 10 com escala pela
Bahia, Pernambuco e Lisboa.

O vapor *Argentina* fica no llo da Prata para fazer a car-
reira entre Montevideo e Buenos-Ayres em conjunção com
os vapores acima.

18. Inaugurada em 1850, a Linha de Paquetes a Vapor de Liverpool “estabelecida por conta régia de Sua Majestade Britânica” levava exatos 28 dias para chegar ao Rio. Rompendo com três séculos de incerta navegação à vela, o impacto da regularidade dessa linha a vapor marcou o imaginário imperial: a menstruação passará a ser chamada “paquete”. (Jornal do Comércio, ago. 1853)

Paquetes a Vapor de Liverpool mantinha o ritmo de seus vapores *Brazileira*, *Luzitana*, *Olinda* e *Bahiana* com uma pontualidade naturalmente britânica: um ou outro desses navios, “novos e de primeira marcha”, saía sempre de Liverpool cada dia 24 do mês para chegar ao Rio exatamente no dia 21 do mês seguinte, continuando depois a viagem para

19. As lojas de roupas feitas, para crianças e adultos, acompanham a intensificação da vida social nos lugares públicos e privados. O anúncio dá destaque à novidade da época: tecidos de borracha importados da Inglaterra e dos Estados Unidos. (Jornal do Comércio, jul. 1854)

ROUPA FEITA.
AOS
100,000
PALETOS.

Grande sortimento de toda a classe de roupa feita para homens.

VESTUARIOS PARA MENINOS
 de idade de 2 annos até a idade de 15 annos.

Fazendas de borracha inglezas e americanas.

N. B. Nesta casa ha sempre uma bella escolha de roupões de senhora para montar a cavallo — como se usa agora em Paris — simples e bordados.

RUA DO OUVIDOR N. 82.

Rua da Quitanda n. 77. E. e H. Laemmert.
NOVO CORREIO DE MODAS

dedicado ás famílias brasileiras, trazendo novelas escolhidas e variadas, recordações historicas e biographicas, interessantes viagens, poesias de bom gosto, anecdotas e charadas. O folhetim dará conta das modas, dos theatros, bailes, assembleas, concertos, e mais de tudo que diz respeito aos interesses da sociedade elegante da corte.

Condições de assignatura.

- I. A partir do anno de 1852 o *Novo Correio de Modas* se publicará todos os domingos com a regularidade que é notoria nas publicações periodicas dos Editores.
- II. Constará cada numero de oito paginas impressas com typo novo em bom papel.
- III. Cada numero será adornado de um lindo figurino colorido das ultimas modas; mudados de Paris pelos vapores inglezes, sendo tres no max de senhora, e um de homem.
- IV. Assigna-se em casa dos Editores E. e H. Laemmert, rua da Quitanda n. 77, por Rs. 12 \$000 por anno, ou Rs. 7 \$000 por semestre, responsabilizando-se a casa dos annunciantes pela regular publicação e entrega.

20, 21. Revistas dirigidas ao público feminino difundiam as modas européias. (Jornal do Comércio, out. 1854)

ANNUNCIOS.

AO BOM TOM

DO RIO DE JANEIRO E DE TODAS AS PROVINCIAS DO IMPERIO DO BRAZIL.

No domingo 1º de janeiro de 1853 sahirá á luz o

Jornal das senhoras,

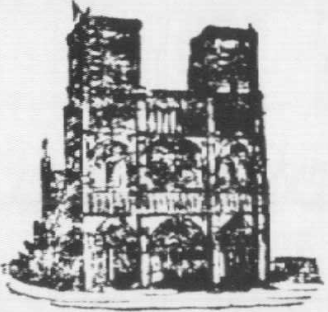
folhetim de 8 paginas, todo consagrado ao

BELLO SEXO BRAZILEIRO

o Prata. Esses *ships* tinham, como outros navios ingleses, um nome feminino. Eram, porém, *packet boats*, “paquetes”. No imaginário brasileiro, tamanho foi o impacto da regularidade de sua chegada às águas da Guanabara que a menstruação de todas as mulheres do Império, e da República, tomará o nome “paquete”, em referência ao ciclo de 27 ou 28 dias que os *packet boats Brasileira* ou *Bahiana* levavam para singrar de Liverpool até o Rio.

Parte da movimentação internacional criada na corte nos anos 1850 resultou também do efeito indireto da corrida do ouro na Califórnia. Como não havia o canal do Panamá,

FAZENDAS FRANCEZAS.



A NOTRE-DAME-DE-PARIS,
Rua do Ouvidor, N.º 455.
CAZAUX DECAP & Cia.

AS FAZENDAS
de seda trazidas ultimamente de Paris pelo Sr.
Cazaux, as quaes fôrão admittidas á exposição
universal de Londres, estarão expostas á vista do
publico no armazem de Notre Dame de Paris,
hoje das 6 ás 8 horas da noite.



**VILLE
DE
PARIS.**

RUA DO OUVIDOR N.º 39, CANTO DA DO CARMO.
Grande sortimento de roupa feita, casacas, sobre-
casacas, paletós de panno fino e de casimira preta,
calças, colletes, ceroulas, camisas, gravatás, colla-
rinhos, jaquetas de alpaca, merino e panno; cortes
de colletes, cachemierenne, fustão e seda branca
bordada, lenços de seda branca, proprios para
casamento e soirées: robes de chambre de seda

aberto só mais tarde, em 1914, nem as estradas através dos Estados Unidos, apenas duas rotas ligavam Nova York a San Francisco. Ia-se de navio até a costa da América Central, passava-se o istmo do Panamá (então território colombiano) em lombo de burro e depois se embarcava, no Pacífico, noutro navio para a Califórnia. Ou se fazia a viagem inteira de navio, descendo a América do Sul do lado Atlântico até o cabo Horn, para depois subir pela costa do Pacífico. Nessa rota, a escala na Bahia e no Rio ocorria com freqüência.

Um relatório da embaixada francesa na corte informa: "A febre amarela do ouro [...] traz ao Rio, cada dia, em escala, navios americanos carregados de emigrantes para a Califórnia". Mais de 8 mil americanos já haviam passado pela baía de Guanabara nos primeiros cinco meses de 1849.⁴⁷ Continuando pelos anos seguintes, o movimento contribuirá para agregar o porto do Rio ao comércio externo norte-americano. Nathaniel Sands, a principal casa importadora americana no Rio, publica reclames de tecidos, de máquinas debulhadoras de milho. Anuncia, também, produtos industriais fabricados para o Sul escravista da América do Norte e, portanto, de boa aceitação no Império. Tal é o caso dos fogões para cozinha. Sabe-se que os fornos brasileiros apresentavam-se bastante toscos na épo-

22, 23. Modas de Paris, geralmente vendidas em lojas da rua do Ouvidor. (Jornal do Comércio, ago. 1851)

24. As "burras de ferro" (cofres) e outros produtos manufaturados norte-americanos penetram em maior número no mercado brasileiro após 1850, na época da corrida do ouro na Califórnia. Dado que não existia ainda o canal do Panamá, os navios americanos faziam escala na Bahia e no Rio antes de se dirigirem para San Francisco. (Jornal do Comércio, out. 1854)

3

BURRAS DE FERRO

À PROVA DO FOGO.

As melhores e mais bem acabadas

BURRAS DE FERRO BATIDAS DE HERRINGS, À PROVA DO FOGO, O MELHOR QUE EXISTE.

Estas cofres têm ganhado o premio em todos os mais famosos concursos por uns poucos de annos, e foram julgados, depois de experimentações, os melhores que apparecerão na grande exposição universal, quando lá se acharem outros que tinham sido remettidos de todas as partes. Para prova de que livros, papéis, dinheiro, etc., estão livres de serem queimados, elles foram expostos por espaço de cittedias consecutivas ao mais ardente fogo, sem que fosse possível achá-las avariadas por qualquer dos objectos.

Vendem-se em casa de Nathaniel Sands e C.,
RUA DA ALFANDEGA N 20.

DEBULHADORES DE MILHO

APERFEIÇOADOS DO AUTOR SANDS.

A utilidade desta machos é ainda muito pouco conhecida neste país, no entretanto que em todos aquelles donde o milho é produzido ellas são geralmente empregadas; podem com facilidade debulhar 200 alqueires por dia sem quebrarem os grãos, fazendo desta maneira a serviço a que 20 pretos não poderiam dar conta. Todos os fazendeiros que tem fideles nos seus moinhos achão convenientissimos; são muito fortes, simples e pouco sujeitos a desorganizar-se; não precisam de mais de três apóbas, podem ser transportadas com facilidade para o interior. Os proprietarios affiançam estas machos. Preço 100\$00. A venda em ca. de

NATHANIEL SANDS E C.
Rua da Alfandega n. 20.

OBJECTOS DE CAPRICHOS.

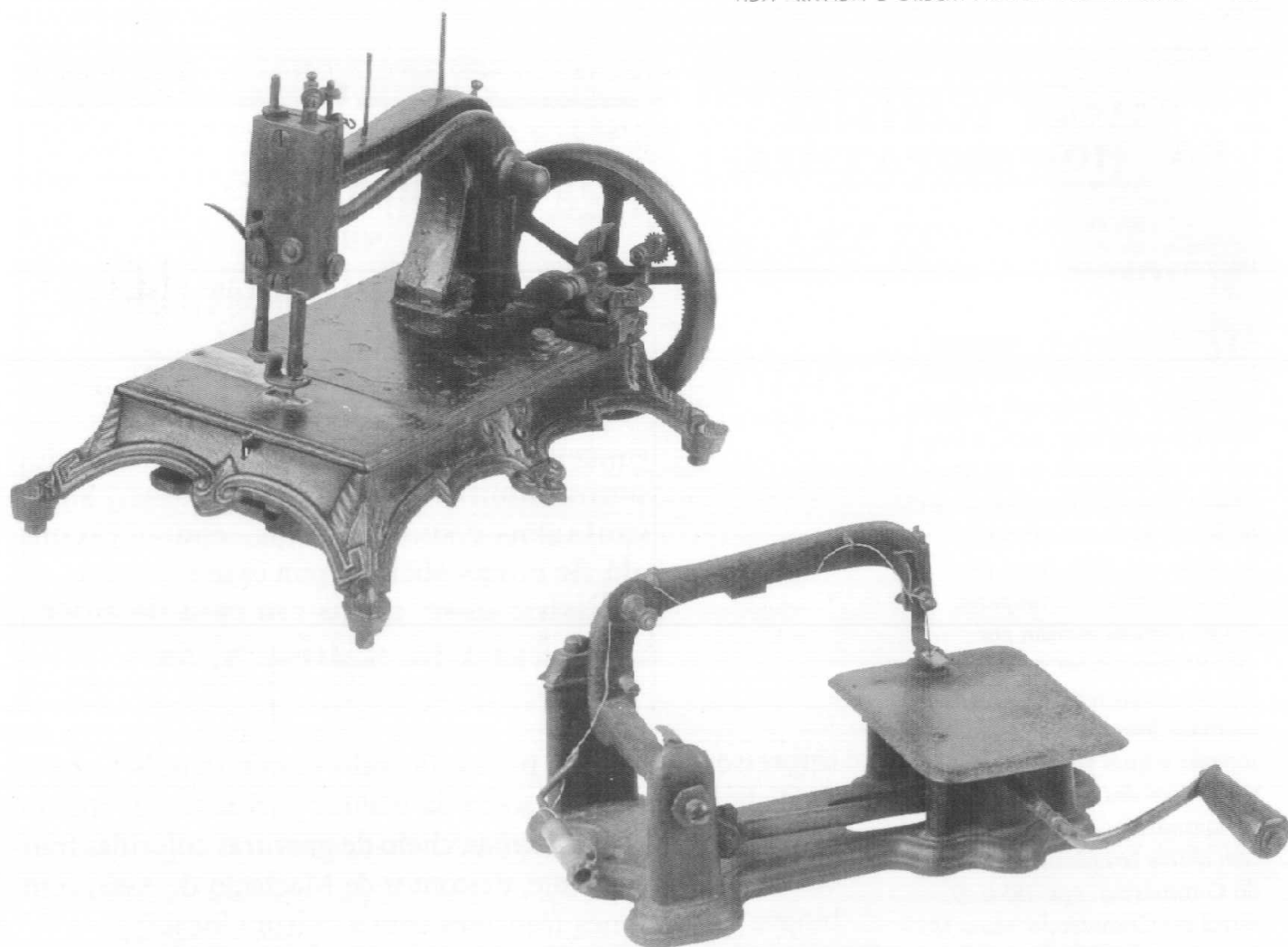
MOBILIAS NORTE-AMERICANAS.

Os abaixo assignados respectivamente convém, ao meu imparcial e illustre publico desta capital examinar o mais rico e importante armazem de traves, constante de mobílias completas, fabricadas expressamente por conta do assinante, no mais apurado gosto, que a tudo se recella de melhor manufatura dos Estados Unidos. Estas mobílias são de gosto mais delicado que se pode imaginar, assim como se vêem, como ainda não tem apparecido neste mercado, de granito, mogno, jacarandá, nogueira, teca, etc., podendo ser transportadas tanto para o interior como para as provincias em pequenos volumes, e são facis de armar.

A venda, por preços ordinarios, neste novo e igualmente de grandes mobilias americanas.

Manoel Olegario Abranches e C.
10 RUA DA ALFANDEGA 10
DEFRENTE DO NOVO EDIFICIO PARA O BANCO COMMERCIAL.

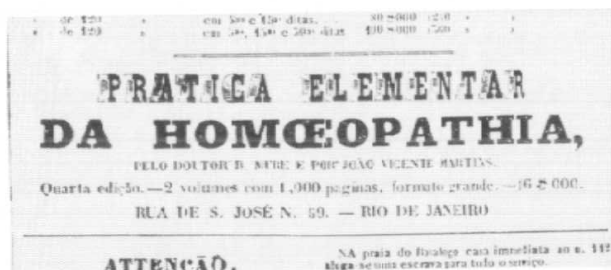
ca: uns buracos de tijolo em que não havia nem grelha. Em meados do século começam a aparecer fornos de ferro do tipo específico anunciado pela casa Sands: fogões "muito fortes e igualmente simples na sua composição, de maneira que podem ser sem receio entregues à discrição dos pretos".⁴⁸ Que podem ser usados por escravas e empregadas negras livres.



Entretanto, o estabelecimento do Segundo Império na França (1852-70) dá ao Segundo Reinado um novo tom de modernidade e confirma o francesismo das elites brasileiras.⁴⁹ Francesismo que ia além da cópia das modas parisienses expostas nas lojas da rua do Ouvidor e referia-se, também, à vida rural francesa. A um modo de vida caracterizado por uma cultura camponesa rica, menos desequilibrada que a da Itália, menos rústica que a da Espanha e Portugal, mais densa que a da Inglaterra, mais presente que a da América do Norte. Folhetins, operetas e romances vindos da França difundiam no Império a imagem de um modo de vida rural, conservador e equilibrado, entrelaçado de aldeias e pequenas cidades nas quais o padre e o militar, quando havia casernas, apareciam como personagens de prestígio.

Desenhava-se a representação de uma sociedade rural francesa que aparecia como um paradigma de civilidade para a sociedade tropical e escravagista dos campos do Império.

25. Estes modelos norte-americanos de máquina de costura, patenteados em 1850, permitiam o incremento das atividades domésticas das mulheres livres e escravas. (Museu Histórico Nacional, c. 1850)



26, 27. A homeopatia incorpora práticas da medicina tradicional brasileira e da fitoterapia indígena. Escrito poucos anos antes, o livro sobre a homeopatia, do dr. Mure, médico socialista francês estabelecido no Brasil, já se encontrava na 4ª edição em 1851. Junto com o kardecismo e a homeopatia, os tratamentos médicos por magnetismo faziam sucesso. Seguiam-se as teorias do médico austríaco Mesmer (1733-1815), segundo o qual havia fluidos magnéticos dos seres vivos que se transmitiam a outros indivíduos, com efeitos terapêuticos. (26. *Jornal do Comércio*, ago. 1854; 27. *Jornal do Comércio*, maio 1853)

3

MEMORIA

SOBRE

O MAGNETISMO ANIMAL E O SONNAMBULISMO.

POR

PEDRO ERNESTO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

MEDICO HOMŒOPATHIA,

contendo a historia do magnetismo e de sonnambulismo, seus progressos, suas vantagens e sua utilidade, com o exemplo de curas obtidas por este systema

Distribue-se gratis em casa do autor.

RUA DE S. JOSE N. 36.

Impresso em Paris, e publicado pelo editor francês Garnier, estabelecido no Rio e sócio da editora parisiense, de mesmo nome, o *Jornal das Famílias*, cheio de gravuras coloridas francesas e, freqüentemente, de contos de Machado de Assis, combinava os costumes franceses com a cultura local.⁵⁰

Daí a influência conjunta, por intermédio de autores franceses e dos círculos francófilos, de três correntes de pensamento e de prática social que, numa certa medida, se completam no cotidiano do Segundo Reinado: o positivismo, o kardecismo e a homeopatia. O positivismo enfatiza, nos escritos de Auguste Comte, a preeminência da cultura latina e introduz o Império do Brasil no concerto das grandes nações contemporâneas: não era pouca coisa para um país até então vilipendiado por causa do tráfico negreiro. O kardecismo aparece como uma religião de brancos que integra o cientificismo e um dos componentes catárticos, liberadores, das religiões afro-brasileiras, o transe.⁵¹ Enfim, a homeopatia incorpora, como se verá em seguida, práticas da medicina afro-brasileira e da fitoterapia indígena. Médicos homeopatas interessam-se pelas curas obtidas mediante sonambulismo e o magnetismo, abrindo a via ao kardecismo, enquanto os positivistas fazem propaganda da homeopatia. Mudavam as idéias, mudava também a música imperial.

IMPASSES DA MÚSICA IMPERIAL

Flauta, rabeca e violão apareciam como os instrumentos europeus mais comuns no país até meados do século XIX. Harpa, cítara e cravo circulavam menos, e o piano só entrara em poucos sobrados do Rio, de Recife e da Bahia, sendo praticamente desconhecido noutras partes. Famílias importantes de senhores de engenho do interior baiano não tinham nem visto um piano até os anos 1850.⁵² À exceção do piano, todos os outros instrumentos apontados já estavam, de muito, pautados pelos ritmos afro-brasileiros. Nessas circunstâncias, na ausência de uma cultura musical européia, como impedir que os ritmos e os sons africanos, afro-brasileiros, subvertissem as festas religiosas, civis, sociais? Como entalar nas senzalas o som das marimbas, agogôs e tambores? Que fazer para que o funeral não virasse umbigada, e o canto de Natal não engatasse no lundu? Esta era precisamente a pergunta feita, em 1834, por *O Carapuceiro*, vituperando as festas natalinas de Pernambuco num editorial que, hoje, se nos afigura delicioso: “Que quer dizer festejar o prodigioso, o Sacratíssimo Nascimento do Redentor com saraus de semelhante natureza, com o lascivo lundu? [...] Em alguns presépios até entram no círculo das pastorinhas mulheres avelhantadas, mães de filhos e até avós de netos, armadas de pandeiros ou maracás, e nota-se que são as mais dengues, as mais buliçosas e dançadeiras”.⁵³

Não se tratava apenas de um problema rítmico, ou mesmo instrumental: a música e as danças afro-brasileiras apresentavam-se como resultantes de uma prática social, de uma cadência sonora que compassava os trabalhos, os serões, o transporte de gente e de carga, o refluxo do choro, a sublimação da dor, o tédio da espera ao abrigo da chuva, o embalo dos bebês, a viagem para o Além. A onipresença dos ritmos afro-brasileiros derivava da onipresença da escravidão afro-brasileira.⁵⁴

Uma virada na música e nas danças imperiais sucede nos anos 1850 com o aumento das importações de pianos. Como se viu, o Rio de Janeiro recebe nessa época carradas de bens de consumo. O surto de febre amarela havia deixado os importadores preocupados com uma possível queda no comércio da corte. Não foi o que aconteceu, explicava um diploma-

28. As lojas do Rio vendiam, trocavam e alugavam pianos ingleses e franceses, fazendo destes instrumentos musicais um must do Segundo Reinado. Na mesma época, os pianos passam a ter partes internas fabricadas em liga metálica e resistem melhor ao calor dos trópicos. (Jornal do Comércio, dez. 1851)

GRANDE SORTIMENTO DE PIANOS INGLEZES

COLLARD & COLLARD.
ALISON & ALLISON.
ROBERT WENTZ.

TOWN & PACE.
BROADWOOD & SONS.
CAPUY.

PIANOS PATENTE REPETITOR
CONCERTA AFINA
Fornecedor da Casa Imperial.
RUA DOS OURIVES, N.º 61.
Rio de Janeiro
PIANOS NOVOSE DE SEGUNDA MÃO
PREÇOS MUITO RAZOÁVEIS.

PIANOS INGLEZES

EM TODOS OS PREÇOS.

COM NOTÁVEIS MELHORAMENTOS E DE PREÇOS REDUZIDOS.

H. V. Frion, de volta da sua viagem a Londres, trouxe um rico e escolhido sortimento de pianos, sem exageração o mais completo que até hoje no Brasil tem existido das mais acreditadas fabricas de Londres. Estes instrumentos, construidos segundo as instruções do annunciante, e com consideraveis melhoramentos, merecem uma realisação de alta e a nacional no Brasil, ao distincto e na elegancia de seus

ta francês, num despacho para o governo parisiense: “Não houve nada disso, e as reuniões entre estrangeiros e nacionais, os bailes e as festas de todo o tipo sucederam-se com entusiasmo”.⁵⁵

A mercadoria-fetichismo dessa fase econômica e cultural será o piano. Àquela altura, o progresso da tecnologia industrial levará à substituição, no corpo interno do instrumento, dos quadros de madeira por quadros de liga metálica, os quais, permitindo uma tração maior nas cordas de aço, aperfeiçoavam o som e tornavam as afinações menos necessárias. Mais sólidos e menos sujeitos a reparos, os pianos podiam viajar para os trópicos, servindo de frete para os navios estrangeiros que respondiam à explosão da demanda de mercadorias inertes no Império, depois de cessada a importação de mercadorias vivas. As duas pequenas fábricas de pianos existentes no Recife e na corte não eram páreo para as grandes marcas que desembarcam a partir de 1850. Ao contrário dos outros instrumentos musicais até então correntes no país, suscetíveis de serem aqui copiados por hábeis artesãos, o pia-

no dos meados do século passado já ganhara as características de produto industrial sofisticado.

Desenvolve-se um importante mercado para esse instrumento. Possuíam-se pianos de todo jeito. Comprados à vista, em segunda mão, por meio de crediário, no qual o vendedor aceitava o modelo antigo de entrada para a compra de um novo, ou alugados. Além dos pianos de cauda e de armário, havia um modelo mais modesto, uma grande caixa contendo o corpo e o teclado do instrumento, mas sem pedal, que devia ser colocada em cima de uma mesa. Nos modelos mais sofisticados, ricos candeeiros completavam o móvel. Logo surgem os primeiros sinais do assanhamento consumista: “Aluga-se um lindo piano inglês, por não se precisar dele”, anuncia, já em 1851, um morador da corte.⁵⁶ Se não precisava, por que comprou? Porque dava status, porque era moda, *a moda*, anunciando os 25 anos, a maioridade efetiva de d. Pedro II, o fim da africanização do país e da vexaminosa pirataria brasileira, o prenúncio de outros tempos e dos novos europeus que iriam imigrar para ocidentalizar de vez o país. Porque o Império iria dançar ao som de outras músicas.

De alto valor agregado e de imediato efeito ostentatório — as duas características que fazem desde então a felicidade respectiva dos importadores e dos consumidores brasileiros de renda concentrada —, o piano apresentava-se como o objeto de desejo dos lares patriarcais. Comprando um piano, as famílias introduziam um móvel aristocrático no meio de um mobiliário doméstico incaracterístico e inauguravam — no sobrado urbano ou nas sedes das fazendas — o salão: um espaço privado de sociabilidade que tornará visível, para observadores selecionados, a representação da vida familiar. Saraus, bailes e serões musicais tomavam um novo ritmo. Vendendo um piano, os importadores comercializavam — pela primeira vez desde 1808 — um produto caro, prestigioso, de larga demanda, capaz de drenar para a Europa e os Estados Unidos uma parte da renda local antes reservada ao comércio com a África, ao trato negroiro.

No embalo do piano entra, nos sobrados e nas fazendas, o papel de parede importado. Reproduzindo ornamentos, desenhos e cores da moda, o papel de parede muda o visual acanhado do interior das residências imperiais.

29, 30. Os progressos técnicos das gráficas européias e americanas trazem ao Império a moda do papel de parede pintado que mudará o interior das moradias brasileiras. A partir de 1837, navios americanos trazem gelo diretamente do inverno nova-iorquino para o verão carioca. No Rio, aparecem as primeiras sorveterias que vendiam raspadinha de diversos sabores. O sorvete reconfortou o desejo de cosmopolitismo da corte. (29. *Jornal do Comércio*, fev. 1853; 30. *Jornal do Comércio*, ago. 1852)



NOVA LOJA

DE

PAPEIS PINTADOS

64 A RUA DO OUVIDOR 64 A

DEFRENTE DO JORNAL DO COMMERCIO.

João Carvalho de Matos (ex-caixeiro dos Srs. Wallenstein e Masset) participa ao respeitável publico que tendo feito uma viagem a França comprou nas principaes fabricas de Paris um grande e variado sortimento de papeis pintados, e espera que a sua escolha seja da approvaçãõ de seus amigos e do respeitavel publico, de quem espera generosa retecção.

SORVETES E GELO

Todos os dias depois das 11 horas, na confeitaria do
Leão, rua do Ouvidor n. 30.

Os efeitos dessa mudança no consumo e nos costumes são consideráveis e repercutem em vários planos.

Reflexo do potencial do consumo brasileiro de mercadorias caras e ostentatórias, instalou-se na corte uma viva concorrência entre os importadores dos pianos franceses (das marcas Erard, Pleyel) e ingleses (Broadwood, Towns & Packer). Nas estatísticas inglesas, a exportação de “instrumentos musicais” para o Império atinge na década de 1850 o seu patamar mais alto.⁵⁷ Erard, o maior fabricante de pianos da França, abre uma filial no Rio e publica na imprensa um comunicado redigido sob medida para bajular a auto-estima do consumidor imperial: “Apreciando devidamente a importância deste grande mercado, o estado adiantado da arte musical nesta corte, o sr. Erard não duvidou fundar nesta capital um grande depósito [...] convidando assim todos os artistas, tanto brasileiros como estrangeiros, e todos os curiosos da corte para virem por si mesmos apreciar os seus instrumentos”.⁵⁸

Sem compromissos com a venda de pianos, outro francês, Charles Expilly, pinta, alguns anos mais tarde, um retrato menos lisonjeiro do estado das artes na corte. “O Rio possui hoje um teatro lírico [...] suas ruas são iluminadas a gás e há um piano em cada casa. É verdade que esse teatro está situado no meio de uma praça infecta [...] que as ruas, sem passeios, são mal calçadas de pedra bruta, e que afinal, nos tais

32. A privatização da festa pública: o Carnaval de salão se torna marca de status, enquanto o entrudo, o Carnaval de rua, é alvo da repressão policial. (A Semana Ilustrada, 1863)



sonatas. Tocava Haydn, tomava café sem parar e, quando des-
cia a inspiração, só compunha polcas. Do piano, instrumento
nobre, capaz de alçá-lo aos píncaros da arte ocidental, Pesta-
na só conseguia tirar polcas. Musiquinhas populares que seu
editor, baixamente mercenário, intitulava “Senhora dona,
guarde o seu balaio” ou “Não bula comigo, nhonhô”.⁶¹

Pestana sofria assim porque queria dar à sua atividade
um caráter público. Queria transformar-se num grande artis-
ta. Mas o piano permitia exercitar pendores privados no âm-
bito dos saraus familiares. Por isso, as modinhas para piano
continuaram sendo difundidas em meio à esfuziante impres-
sa musical do Segundo Reinado. Menos atormentado que
Pestana, Paula Brito, o agitador cultural do Império, compôs
um lundu para piano que estourou na corte e nas províncias,
“A marrequinha de iaiá” (1853). “Marrequinha” era um laço
do vestido amarrado na altura das nádegas, mas também,
como sugere Tinhorão, “alguma outra particularidade anatô-
mica sexualmente apetecível”. Quem quer que tenha sido a
iaiá, e fosse de quem fosse a marrequinha, os versos do lundu
continuam guardando um encanto arrebatador:

*Iaiá, não teime,
Solte a marreca.
Se não eu morro,
Leva-me a breca.*⁶²

Novidades nacionais e estrangeiras recebiam a aprovação
da sociedade e da imprensa da corte — transformando-se em
moda imperial —, e daí irradiavam para o resto do país. Sedia-

dos no Rio, na rua do Ouvidor, os italianos Filippone e Torna-ghi, editores de *O Brasil Musical*, revista quinzenal que publicava peças para canto e piano, anunciavam possuir filiais na Bahia, Pernambuco, Porto Alegre e Buenos Aires.⁶³ Tomando a modinha a sério, Ernesto Nazareth (1863-1934) e, mais tarde, Villa-Lobos, iriam pôr o piano no seu devido lugar, resolvendo o impasse que atribulava Pestana.⁶⁴

BARRADOS NO BAILE: A PRIVATIZAÇÃO DO CARNAVAL

Além das novas músicas, havia a ópera. O casamento, em 1843, de d. Pedro II com d. Teresa Cristina, irmã de Fernando II, rei das Duas Sicílias, traz de Nápoles e outras cidades músicos e cantores italianos. Numa de suas resenhas, Martins Pena critica os altos salários que o teatro imperial São Pedro de Alcântara — financiado por José Bernardino de Sá, grande negreiro e amante do *bel canto* — oferecia aos cantores de ópera, atraindo cantores italianos que chegavam “em cardumes às nossas praias”. Numa de suas peças, *O dilettante*, ele parodia a mania da ópera e a falsa cultura musical na corte.⁶⁵ Outras peças satíricas nacionais, representadas nos teatros no intervalo das peças mais célebres, assumiam sem complexos o grotesco do sadismo escravocrata. Na opereta *A vara mágica*, anuncia-se que “o ator J. M. Ramos cantará a muito aplaudida ária: ‘Meu iôio você me mata’”.⁶⁶

Nos bailes públicos e privados dançava-se a “cachucha”, dança andaluza que fez grande sucesso na primeira metade do século, como o lundu. Depois veio a polca, o fandango, a valsa, a quadrilha e o *schottisch*, mais tarde conhecido como “xote”. A partir dos anos 1870 aparece o maxixe, que Ernesto Nazareth, por razões de marketing, chamará de “tango brasileiro”. Partituras musicais de piano estavam sendo constantemente postas à venda e anunciadas nos jornais. Também apareciam reclames de demonstrações, nos teatros e salões da corte, sobre a maneira de dançar os novos ritmos. Assim, a imprensa anunciava uma apresentação paga, num dos teatros da cidade, da dança *schottisch*, por dois casais franceses “vestidos a caráter”. Informava-se ainda a venda de uma partitura de *schottisch* em quadrilha de contradanças, dedicada “às sociedades de bailes da corte”. Quadrilha “muito recomendável às senhoras pianistas, não só pela graciosidade do estilo, como pela facilidade de execução”.⁶⁷

PROVISÓRIO.
COMPANHIA LÍRICA ITALIANA.
83ª recita dos Srs. accionistas e 12ª de assignatura
NOVE SABBADO 5 DE MARÇO DE 1853.

Entrão em scena as primas-donas Giuseppina Zecchini e Augusta Candiani.
Representa-se-ha a opera

NORMA,

Musica de Bellini.

A prima-dona A. Candiani executará a parte de Adalgisa.

A Sra. Candiani nutrido sempre a boa vontade de bem servir ao respeitavel publico, de quem tem recebido constantemente tantas provas de estima, não hesitou encargar-se do papel de Adalgisa sem a menor exigencia para com a empresa, anim do proporcionar desta forma mais uma occasiao de satisfazer a vontade ha tanto manifestada por todos de a ouvir cantar com a Sra. Zecchini; e tendo tamem mais em vista as difficuldades que se apresentão sempre por falta do repertorio novo, foi prompta em annuir ao pedido da mesma empresa.

No intervalo do 1º ao 2º acto as Sras. Baderna e Berthani dançarão em caracter camponez

UM PASSO A DOUS.

Os bilhetes de camarotes, cadeiras e gorceas vendem-se no escriptorio do theatro.

Começará ás 8 e meia horas.

33. Um grande sucesso no Segundo Reinado, a ópera *Norma*, de Bellini, que a Companhia Lírica Italiana apresentava pela 83ª vez no Rio, em 1853, com as divas Giuseppina Zecchini e Augusta Candiani. Foi essa trupe italiana que inventou o Carnaval de salão carioca em meados dos anos 1840. (Jornal do Comércio, mar. 1853)



34. Arlequim de canoa zomba dos grã-finos cariocas durante a enchente do Carnaval de 1867. Pierrô, Colombina, Arlequim, personagens da *commedia dell'arte* italiana e estranhas ao folclore lusitano e afro-brasileiro, incorporam-se aos carnavais do Rio por influência dos atores de ópera italianos. (O Arlequim, 1867, Rio de Janeiro)

Entretanto, nos bailes maiores, mais públicos, ocorreu uma ruptura fundamental. Separou-se a festa da rua, popular e negra, embora de origem portuguesa — o entrudo —, da festa do salão branco e segregado, o Carnaval. Tudo começou em meados dos anos 1840, quando uma trupe italiana, falida na corte, resolveu se virar e organizou no teatro São Januário “um carnaval veneziano de máscaras”. Alguns anos depois, um editorial do *Jornal do Comércio*, sob o título “O nosso Carnaval”, saúda o êxito da nova festa: “O Carnaval [...] é mil vezes preferível ao entrudo de nossos pais, porque é mais próprio de um povo civilizado e menos perigoso à saúde”. Civilizado porque mais europeu. Menos perigoso à saúde porque, no entrudo, além dos limões-de-cheiro, podia-se receber na cabeça o conteúdo dos penicos dos sobrados e as pauladas dos capoeiristas.

Ao contrário, no novo Carnaval havia entrada paga e desfile compassado de carros alegóricos, no modelo italiano, como o carro do Congresso das Sumidades Carnavalescas. No verão de 1856, anunciava-se que a elite paulista também havia aderido ao “carnaval veneziano” repudiando “o entrudo moleque”.⁶⁸ Clubes privados passam a preparar o Carnaval para seus sócios. Um reclame da loja Às 10000 Máscaras, da rua do Ouvidor, prevenia, às vésperas do Carnaval: “Convidamos os ilmos. srs. sócios do Club Fluminense, e aos mais apreciadores dos bailes mascarados, a virem visitar e examinar os nossos costumes à fantasia, onde acharão riquíssimos e novos ‘dominós’ de seda”. Figuras carnavalescas da *commedia dell'arte* italiana, desconhecidas no Brasil — Pierrô, Arlequim, Colombina —, incorporam-se ao folclore urbano e literário nacional.

Duas décadas mais tarde, João Romão, o taverneiro agiota de *O cortiço*, arrepende-se de sua sovinice e da vida pouco atenta à promoção social: “Fora uma besta! [...] Por que [...] não

JORNAL DO COMMERCIO, SABBADO 25 DE FEVEREIRO DE 1854

ÀS 10,000



MASCARAS.

RUA DO OUVIDOR N. 74

Convidamos aos Illms. Srs. socios do CLUB FLUMINENSE, e aos mais apreciadores dos bailes mascarados, a virem visitar e examinar os nossos costumes e fantasia, onde acharão riquissimos e novos decorações de sedas e chamalotes, de todas as cores, o lindissimo Titis, tudo feito expressamente para este carnaval; juntamente acharão um completo sortimento de mascaras de setim, arame e cartão, tudo quanto ha de bom, e os preços são de amigo.

35. No sábado, dia 25 de fevereiro, às vésperas do Carnaval de 1854, a loja Às 10000 Máscaras anuncia fantasias, "tudo feito expressamente para este Carnaval". (Jornal do Comércio, fev. 1854)

aprendera a dançar? e freqüentar as sociedades carnavalescas? e não fora de vez em quando à rua do Ouvidor e aos teatros e bailes, e a corridas e a passeios? [...]"⁶⁹ Os bailes carnavalescos de salão — privatizando um divertimento público para os sócios dos clubes e os que podiam adquirir ingresso — haviam se tornado marca de distinção, coisa de gente fina. Em oposição ao "entrudo moleque", festa pública para o grande público, evento de rua e alvo designado das cacetadas da polícia. Arlequim, Pierrô, Colombina são alguns dos novos nomes popularizados no Brasil durante o Império.

DAR NOME AOS BRASILEIROS: JOAQUINS, LYCURGOS, ROSALINDAS, CAIOS, JEFFERSONS E BISMARCKS

É sabido que a Independência desencadeou um movimento lusópho e nativista de troca de nomes de batismo. Há casos conhecidos de "tupinização" de sobrenomes. Como o de um ramo da família pernambucana Galvão, que passou a chamar-se Carapeba. Porém, o exemplo mais célebre, se não o mais radical, é o do visconde de Jequitinhonha (1794-1870), baiano, fundador da OAB e estadista do Império, cujo nome de batismo era Francisco Gomes Brandão. Herdeiro de um negreiro da Bahia e homem de cor — como dois terços dos habitantes de sua província —, o futuro visconde diplomou-se em direito e filosofia na Universidade de Coimbra, onde ganhou, segundo Katia Mattoso, "brilhante reputação nos estudos e péssima nos costumes". De retorno a Salvador,

ingressou na militância independentista e, em 1823, trocou seus nomes portugueses por uma onomástica esdrúxula, um verdadeiro manifesto nativista: passou a chamar-se Francisco Gê Acaiaba de Montezuma. Gê, ou jê, é sinônimo de tapuia, Acaiaba vem do tupi, e Montezuma era o imperador asteca capturado por Cortez durante a conquista do México.⁷⁰

Havia na elite imperial um fascínio pelos astecas, os quais, aparecendo como a sociedade mais civilizada da América pré-colombiana, inspiravam a maneira mais civilizada de declarar-se pró-americano. O próprio regente d. Pedro, futuro Pedro I, toma o nome de Guatimozín, o último imperador asteca, ao aderir, em 1822, à loja maçônica Grande Oriente do Brasil. D. Pedro entrara na maçonaria guiado por José Bonifácio, ele mesmo introduzido no Grande Oriente de Portugal, em Lisboa, pelo conde de Linhares. Por meio da maçonaria, criaram-se laços de sociabilidade entre a elite reinol e a elite colonial. Contudo, na transferência da corte, as lojas mudam o seu referencial simbólico, aderindo ao indianismo posticho da elite brasileira. Uma das três seções maçônicas do Rio de Janeiro afiliadas ao Grande Oriente Brasileiro, toma o nome de Esperança de Nictheroy. Àquela altura, Niterói não tinha ainda virado nome de cidade, e lembrava o nome primitivo da baía de Guanabara.

Os excessos da imagem indígena que se pretendia colar ao Império suscitaram, anos mais tarde, uma reação do historiador, médico, militante homeopata e polígrafo alagoano Mello Moraes, ascendente do poeta Vinicius de Moraes. Irritado com a estátua equestre de d. Pedro I, inaugurada na praça da Constituição, na atual praça Tiradentes, onde está até hoje, ele escreveu no seu jornal *Brasil Histórico*: "O imperador está a cavalo, com a Constituição aberta na mão. No pedestal se acham jacarés, alguns outros bichos e também enormes e exageradas figuras de índios. Tudo isto [...] parece uma caçoada. Pois o imperador proclama a Constituição aos índios e aos jacarés? [...] Que parte tiveram estes índios e aqueles jacarés na Independência do Brasil?"⁷¹

Para além da moda indianista, a mudança de nomes e sobrenomes deixa de ser incomum após 1822 e toma outro significado durante as lutas civis da Regência.

MANOEL José de Araujo faz sciente ao respeitavel publico que por haver outros de igual nome, já annunciou, e agora rectifica que se assigna Manoel José Ribeiro de Araujo.

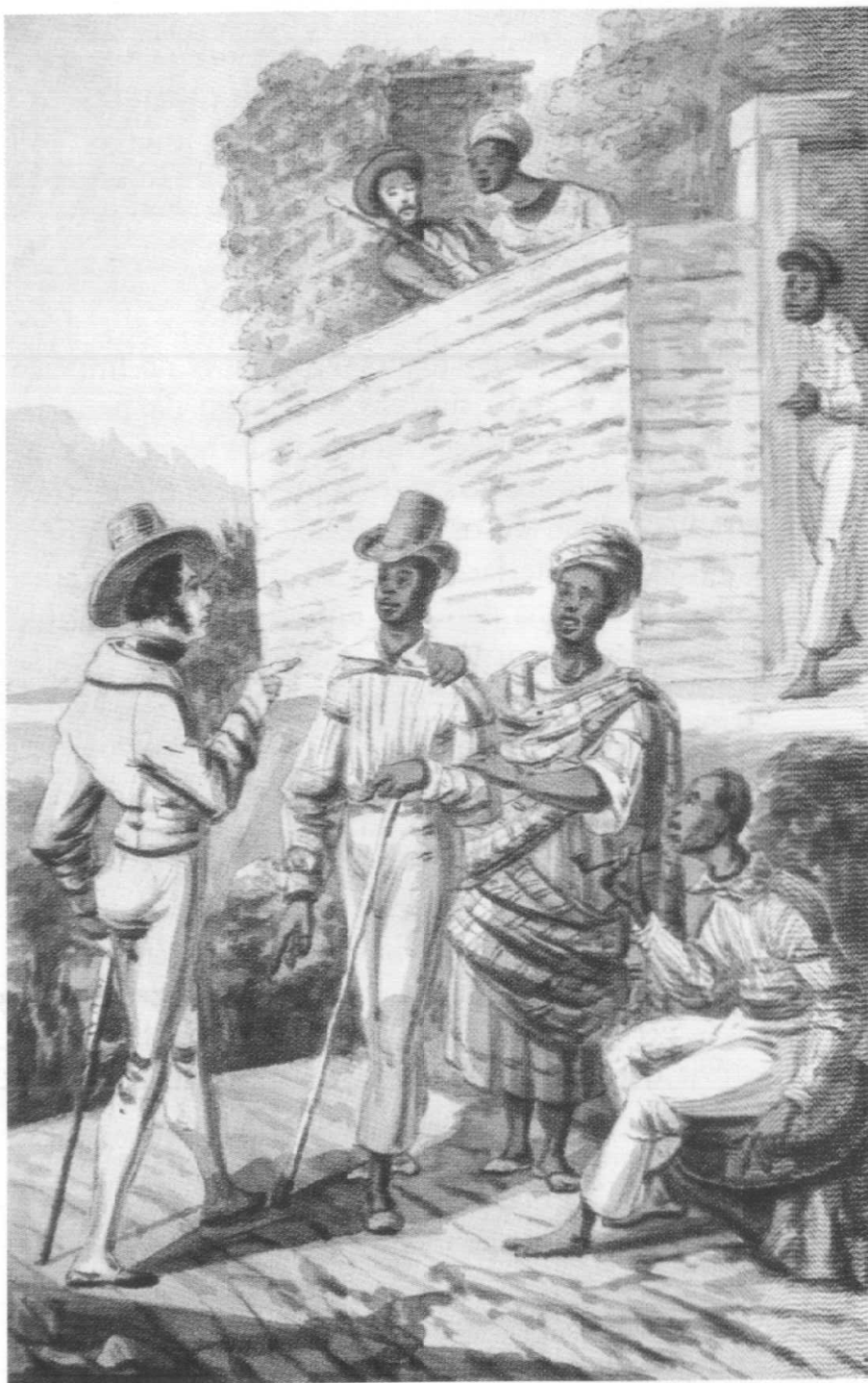
36. O estoque reduzido de nomes portugueses usados no Império levava à troca de nomes e de sobrenomes, prática relativamente corrente e fácil de ser realizada. (Jornal do Comércio, maio 1852)

Conforme a tradição portuguesa, não havia no Império nenhuma lei civil fixando normas a respeito da matéria. Qualquer um podia batizar seus filhos com os nomes da mãe ou dos avós. Irmãos tinham às vezes sobrenomes diferentes e as mulheres não adotavam os nomes dos maridos. Também parecia ser relativamente fácil trocar de sobrenome. Prática derivada da circunstância de haver um estoque reduzido de prenomes tradicionais portugueses, e do raro hábito de se anexar “Filho”, “Júnior” ou “Neto” aos sobrenomes. As regras atualmente em vigor nessa matéria só foram fixadas em nosso país pelo Código Civil de 1916.⁷²

Gilberto Freyre observou a mudança dos nomes cristãos para prenomes gregos e romanos, e depois ingleses e franceses, na seqüência da desruralização das classes dominantes no século XIX.⁷³ Segundo ele, teria havido certa cronologia temática nessa evolução. Não é a impressão que se recolhe lendo *O Carapuceiro* do ano de 1837. Nele, o padre Lopes Gama escrevia que diferentes gêneros de novos prenomes se propagavam numa mesma onda, desde aquela época. Abandonavam-se os nomes tradicionais portugueses em proveito de outros, tirados da mitologia, da história, dos romances e até da geografia. Como de hábito, o editor de *O Carapuceiro* caricaturava a nova moda: “hoje quase ninguém se batiza se não por Sêneca, Focião, Socrates, Epaminondas, Lycurgo, Mitrades ou por Júpiter, Marte, Saturno, Vênus, Diana, Minerva, ou por Antuérpia, Philadelphia, Marilândia, ou finalmente, o que é o bom-tom, por Clélia, Adelaide, Getúlia, Eufrogina, Clarissa [...] alguns pais têm levado o bom gosto a ponto de inventar, e engendrar nomes compostos de flores, batizando as filhinhas por Jasmilindas, Perpetulinas, Bemequerindas”.⁷⁴

O fenômeno parece estar ligado ao contexto às vezes nativista, às vezes simplesmente deslusitanizante, da Regência.

37. O pintor abolicionista Harro-Harring registra um momento crucial da opressão escravista sobre a sociedade: qualquer negro ou mulato livre podia ser confundido com um cativo em fuga. Às vezes o escravo fugido, misturado à população da cidade do Rio, traía-se ao responder quando o chamavam por seu antigo nome. (Paul Harro-Harring, Brasileiro acreditando haver reconhecido seu escravo fugido, 1840)

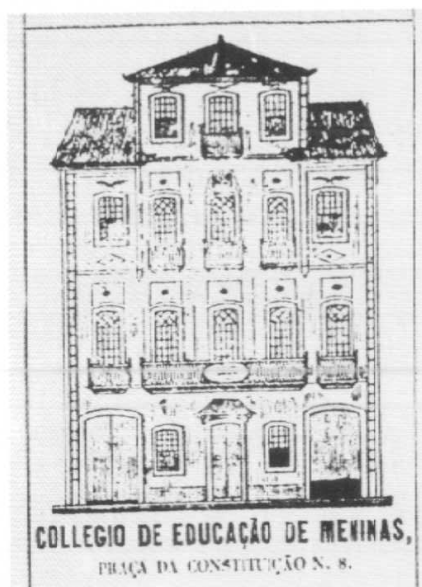


Antes disso predominavam os nomes tradicionais: os róis de centenas de indivíduos citados nos inquéritos sobre as revoluções mineira (1842) e pernambucana (1848-9) — e portanto nascidos no Primeiro Reinado ou em data anterior — mostram uma esmagadora maioria de nomes tirados ainda da onomástica portuguesa.

Já na década de 1880, num quadro bem diferente — na cidade de São Paulo, onde despontava a vaga de imigração européia —, Ina von Binzer trata do mesmo assunto, numa de suas cartas para a Alemanha. Depois de ironizar a mistura de nomes, a penca de sobrenomes, a batelada de apelidos (“imagine os seguintes irmãos enfileirados: Sinhazinha, Nhonhô, Nhanhá, Sinhara, Nenê, Nhonhozinho, Bebê”) e a facilidade com que se trocava o patronímico, ela fica indignada com uma denúncia de um jornal alemão de São Paulo: ao ser preso na cidade, um vigarista brasileiro afirmou chamar-se João Leão Bismarck! Se o imperador tolerava os “pseudos” Pedros de Alcântara que corriam as ruas e os barões do Império deixavam seus ex-escravos adotarem seus nomes, tudo bem, era problema dos brasileiros. Mas Ina pensava que o governo alemão devia reagir, proibindo o uso dos grandes nomes de seu país em nossas plagas.⁷⁵ Ao contrário do que escrevia a perspicaz governanta alemã, nem sempre a classe dominante manifestava olímpica indiferença sobre as homenagens que incidiam sobre seu patrimônio patronímico.

João Ramos, militante do Club do Cupim, agremiação pernambucana de abolicionistas radicais, reage mal quando descobre que um ex-escravo, ao qual dera fuga em 1887, assinava-se “João Ramos”. Este escrevera ao seu benfeitor uma singela carta de gratidão, informando que se encontrava em segurança no Ceará, onde a escravidão já havia sido abolida. No entanto, o insuspeito abolicionista anotou azedamente à margem da carta: “tomou para si o meu nome e tem a petulância de escrever-me, divertindo-se comigo”.⁷⁶

A propaganda republicana do final do Império traz os novos nomes americanos — Jefferson, Franklin, Washington — e relança os clássicos da república romana (de 509 a 29 a. C.) — Múcio, Mário, Cornélia, Caio. De Marco Aurélio, Júlio César, imperadores de Roma, mas também de Aníbal, Amílcar, Viriato — os dois cartagineses e o lusitano que combateram as legiões da Roma republicana —, pode-se pensar que representassem, às vezes, uma reação monarquista ao proselitismo onomástico dos republicanos. Na mesma vaga, apareceram os Augustos, as Clotildes e outros titulares do panteão positivista. De todo modo, o troca-troca de nomes parece ter sido pautado pela evolução das diferentes camadas sociais.



38. O Colégio de Educação de Meninas, inaugurado no Rio em 1853. Aprendia-se a história antiga e a literatura moderna, em que constavam os heróis e heroínas cujos nomes serviam para batizar as novas gerações de brasileiros. (Jornal do Comércio, jan. 1852)

Por um lado, o senhoriato e os proprietários urbanos laicizados escolhiam, tanto para seus filhos como para seus escravos, nomes tirados da Antiguidade clássica ou dos romances, e em particular dos romances e poemas indianistas. Note-se ainda que nove dentre dez títulos de nobreza distribuídos durante o Império referiam-se a lugares do território nacional — geralmente topônimos indígenas —, contribuindo assim para nobilitar nomes nativistas.⁷⁷ Durante a Regência, cidades e vilas substituíram seus nomes portugueses por nomes indígenas. Niterói, até então denominada Praia Grande, ganhou seu novo nome tupinambá quando se tornou, em 1835, a capital da província do Rio de Janeiro. Provavelmente, foi também nessa época de exaltação indianista que o designativo *carioca* deixou de ter, para os habitantes do Rio, o significado pejorativo que ainda carregava no início do século XIX.⁷⁸

Por outro lado, no ambiente urbano, menos favorável ao exercício do poder patriarcal, os forros e as camadas populares podiam estar mais propensos a usar novos prenomes compostos de partes dos nomes dos pais, de flores, ou simplesmente inventados. Morando fora das fazendas, dos sítios e dos sobrados, alheios ao militantismo de beira de pia batismal dos monarquistas e dos republicanos, desobrigados de agradar proprietários e vigários, os remediados e os pobres se sentiam livres para chamar seus filhos como bem entendessem. Sem invocar nomes cristãos, gregos ou romanos que pareciam estapafúrdios ou traziam a má lembrança de homônimos, ex-senhores e ex-patrões mandões e arbitrários.⁷⁹ Nessa hipótese, a multiplicidade de apelidos verificada em todas as camadas sociais — sinal da erosão cultural do estoque de prenomes tradicionais portugueses — representaria uma etapa da substituição do onomástico cristão pelos nomes leigos.⁸⁰

De maneira geral, essas novidades correspondem ao avanço de costumes leigos no seio da sociedade. Como decidira o Conselho de Estado, os vigários exerciam ofícios cartorários e estavam submetidos à autoridade dos presidentes de província. Sendo funcionário do governo, “oficial público”, quando passava certidões de nascimento ou de óbito, o vigário não tinha lá muita moral para impor aos recém-nascidos nomes tirados do santoral cristão. Deve-se levar ainda em

ES'RAVOS.
Os Srs José Bouia e Carloso venderão
os seguintes escravos:
José, Congo, maior de 50 annos
José, Cobocin, maior de 30 annos.
Carlos, 20 annos, lustrador.
Firmito, 20 annos, perito official lus-
trador.
Florinda, cozinheira.
Josefina e filha.
Pertencentes ao mesmo fallecido Campos

39. Os nomes que os senhores impunham aos escravos serviam de referência, às vezes ao lado de sua etnia africana, nos leilões negreiros. (Jornal do Comércio, jun. 1853)

conta a presença mais freqüente do médico — muitas vezes médico e compadre — no atendimento pós-natal, tirando o bebê das mãos da parteira e do padre e sugerindo nomes leigos para o recém-nascido.

Outros indícios ligados à evolução da prática sexual dos casais confirmam a emancipação da vida privada ao arrepio da liturgia católica.

O estudo do movimento sazonal de nascimentos permite uma invasão da intimidade das alcovas, no que se refere à observância da abstinência sexual durante os dias santos. Recuando-se nove meses as datas de nascimento, constata-se, no quadro do comportamento tradicional ibérico e ibero-americano, uma nítida queda das concepções durante dois meses do ano. Em dezembro, época do Advento, na qual os fiéis deviam dedicar-se ao preparo espiritual para o Natal, e em março, mês da Quaresma, mês de penitência. Tal fenômeno parece ser característico do período colonial e da primeira metade do século XIX. Contudo, no final do Império, e mesmo antes disso, essa particularidade sazonal começa a desaparecer, mostrando que os casais brasileiros pareciam mais inclinados a gozar o ano inteiro dos prazeres da terra do que desfrutar eternamente dos prazeres do Céu. A par da mudança paulatina dos prenomes, o declínio da influência da religião sobre a sexualidade confirma a laicização da vida privada ao longo do período imperial.⁸¹ Antes de a República instaurar o casamento civil, em 1891, o comportamento conjugal dos brasileiros já passava ao largo da ortodoxia matrimonial católica.

• MODAS DA CORTE E COSTUMES DO IMPÉRIO

CACHIMBOS E CHARUTOS

Ao lado dos surtos violentos, e às vezes sangrentos, de antilusitanismo, o nacionalismo brasileiro desenvolveu uma maneira de ser, um comportamento individual, privado, que tinha um significado público de afirmação da singularidade nacional.

Cipriano Barata, deputado baiano nas Cortes de Lisboa em 1821, constituinte em 1823 e editor do jornal pernambucano *Sentinela da Liberdade*, professava, segundo um testemunho, “um nacionalismo hiperbólico [...] que ia ao extremo de desdenhar tanto as idéias e os homens, como as coisas transmarinas”. Só trajava roupas tecidas de genuíno algodão brasileiro e cobria-se com um chapéu feito de palha de palmeira de carnaúba. Na mesma altura, os nacionalistas mais exaltados cortavam o cabelo de um jeito que deixava uma risca bem aberta no penteado. Esse corte bizarro chamava-se nem mais nem menos que “estrada da liberdade”, e pretendia representar o fim do jugo colonial. Tendo entrado na moda após a Independência, o penteado ainda tinha sua bossa nos anos 1860.⁸² E o corte de barba também se politizava. Denúncia sobre a perseguição movida pelo partido da Praia aos membros do partido conservador em Pernambuco informava que a polícia praieira obrigava os opositores que usassem cavanhaque, sinal distintivo do partido conservador, a “rapar a pêra [o cavanhaque]”. Nô lugar dito Brejo da Madre-Deus, um delegado praieiro tivera o topete de impedir o enterro de um morto que “tinha na face uma pêra”.⁸³

Outras formas de nativismo, e até de nacionalismo econômico, entravam nos costumes. Carolina, a linda Moreninha do romance do mesmo nome, advertia seu namorado de que só fumasse charutos brasileiros, e não cubanos, “porque isso era falta de patriotismo”.⁸⁴ Ao inverso de “pitar” (palavra tupi) cigarro de palha, hábito usual nas varandas das casas ou nas solidões dos caminhos, fumar — gesto público de sociabilidade — virou moda na Regência e no Segundo Reinado.⁸⁵ Mas fumar o charuto, e não o cachimbo, preferido pelos europeus. O motivo desse desvio à moda ocidental respondia à constatação de que muitos negros brasileiros *também* fuma-

40. Seguindo costume ancestral africano, os negros e negras brasileiros fumavam cachimbo. (Foto de Henschel, c. 1870)



41. O hábito de fumar charuto se generaliza entre a elite e dá lugar à piadas. "Este charuto que me deste agora é melhor que o de ontem. Que conta estás aí fazendo?" "É o quanto do que tens economizado em charutos à minha custa este ano..." (Bazar Volante, 1863, Rio de Janeiro)



vam cachimbo, seguindo costume ancestral africano. Aliás, *cachimbo* vem da palavra do idioma quimbundo *kixima*, que quer dizer "coisa oca".

O uso alegadamente fuleiro do cachimbo no país será um dos tópicos escolhidos por um sócio do Instituto Histórico para "repelir as arguições injustas" sobre o Império publicadas na imprensa européia. Buscando demonstrar que um viajante inglês, autor de um artigo da revista britânica *Bentley's Miscellany*, interpretava tudo de má-fé, nosso crítico reporta-se à passagem na qual se descrevia a bagunça das tropas de linha da corte no final da Regência. Segundo o texto da *Bentley's*, os soldados do exército estiravam-se preguiçosamente na frente de um quartel, enquanto seu oficial,

que não estava nem aí, fumava cachimbo pouco adiante. O comentário do nosso crítico foi tão certo quanto paradoxal: “duvido que o oficial tivesse na mão um cachimbo [...] em nosso país, só os negros ou estrangeiros é que fazem uso de tal traste”.⁸⁶ Não terá sido esse o único momento em que os brasileiros tiveram de apartar-se da moda ocidental por causa do chão social do país.

O nacionalismo tabaqueiro da Moreninha respondia, certamente, à importante atividade econômica desenvolvida pelas fábricas de charuto da corte. Devia haver um mercado interessante para o produto, pois, no ano de 1853, um fabricante de Havana anunciava na imprensa um novo tipo de charuto especialmente destinado aos consumidores brasileiros, o “puro” denominado El Guanabara.⁸⁷

DO MÉRITO DAS MUCAMAS

As práticas de amamentação — assunto polêmico da vida familiar oitocentista — também engendraram outro desvio do comportamento brasileiro com relação ao modelo europeu.

Como na Europa e na América do Norte, o recurso às amas-de-leite parecia ser bastante comum no Império. A ponto de um articulista do *Ostensor Brasileiro*, jornal quinzenal publicado na corte, escrever, em 1845: “Não se encontram em todo o Império cinco mães que, pertencendo à classe elevada, aleitem seus filhinhos [...] não se encontrarão dez na classe média [...] não será coisa fácil apontar vinte na classe baixa”.⁸⁸ Fieira de números fantasistas, mas úteis para indicar que o hábito do aleitamento materno seguia a escala inversa da renda familiar. Assim, o aluguel de amas-de-leite representava uma atividade econômica importante nas cidades. Pequenos senhores de escravos exploravam esse mercado, alugando a terceiros suas cativas em período pós-natal. *Mukama*, em quimbundo, refere-se aos escravos domésticos de ambos os sexos, cativos do próprio povo ambundo nas aldeias nativas de Angola. O uso exclusivamente feminino do substantivo na Colônia e no Império demonstra a especialização econômica da mulher cativa no trabalho doméstico e no aleitamento dos filhos dos senhores. Periódicos de todas as províncias formigam desse tipo de publicidade. Do *Diário*

42. Como na Europa, o costume de não amamentar os próprios filhos era bastante comum no Império. (A Semana Ilustrada, 1866)



de Pernambuco em 1829: “Vende-se uma escrava parida, da primeira barriga, própria para criar”, ao *Jornal do Comércio*, da corte, anunciando, meio século mais tarde: “Mucama — Aluga-se escrava ama-de-leite, parida há um mês e sem filho”. Sem filho porque o bebê havia morrido, deixando todo o seu leite para ser transformado em renda escravista do senhor de sua mãe.

Contudo, a partir dos anos 1850, aparecem anúncios como: “Se aluga uma senhora branca com abundância de leite, moça, sadia, robusta e carinhosa para criança”.⁸⁹ Nessa época, a imigração portuguesa, e em particular a originária dos Açores, mais feminizada, traz para a corte uma oferta de amas-de-leite brancas que passam a competir com as mucamas de aluguel, tornando mais complicado o debate sobre a amamentação. Uma oferta de “senhora” — como especifica o anúncio —, que inverte o pronome pessoal *se*, mudando a partícula apassivadora do verbo pronominal em objeto direto, ativo: uma mucama *é posta a alugar-se* pelo seu proprietário, a senhora livre *se aluga* ela própria.

Na Europa há toda uma discussão sobre as vantagens do aleitamento materno, a fim de garantir melhores cuidados ao bebê e, supostamente, transmitir-lhe, pelo leite, as qualidades culturais de sua mãe. Pouco a pouco o costume das amas-de-leite de aluguel declina, e o médico, baseado numa nova especialidade — a puericultura —, intervém cada vez mais no cuidado dos bebês, em detrimento das práticas e da autoridade

defronte da guarda, que será gratificado, querendo.

Ama de leite.

Aluga-se uma com muito e bom leite, com pouco mais de um mês de parida e sem filho; procurem na rua do Cano n. 74, loja.

LAVA-SE e engomma-se; na ladeira do Senado, subida

43. O aluguel de amas-de-leite cativas rendia bom dinheiro aos senhores de escravos urbanos. (Jornal do Comércio, abr. 1852)

de materna.⁹⁰ Com base nas idéias científicas, ocorre uma masculinização de ofícios e práticas exercidos exclusivamente pelas mulheres.

No Brasil e no Sul dos Estados Unidos esse debate enreda-se no escravismo. George Fitzhugh, um intelectual pró-escravista da Virgínia, ousava alegar, em 1850, que os escravos domésticos haviam criado grandes homens na Roma e na Grécia antigas, e agora o faziam nos Estados Unidos, onde já haviam criado George Washington.⁹¹ Audácia escravocrata que parece não ter tido curso no Império, onde se registrava, ao contrário, a condenação quase unânime das amas-de-leite escravas. *O Constitucional*, jornal paulistano, explicava em 1853: “O infante alimentado com o leite mercenário de uma africana, vai, no desenvolvimento de sua primeira vida, aprendendo e imitando seus costumes e hábitos, e ei-lo já quase na puberdade qual outros habitantes da África central, sua linguagem toda viciada, e uma terminologia a mais esquisita, servindo de linguagem”.⁹² O redator do jornal não fornece detalhes, mas muitas palavras e expressões africanas já haviam se incorporado, para todo o sempre, na língua portuguesa do Brasil. Duas palavras em quimbundo, referindo-se ao recôndito da intimidade, mostram o alcance dessa penetração lingüística: *caçula*, de *kazulê*, “o filho mais moço”, e *cabaço*, de *kabasu*, “hímen, virgindade feminina”.

Paradoxalmente, o argumento de *O Constitucional* retomava as teses de progresso social difundidas pelo iluminismo, pintando-as com as cores locais da ojeriza racial. Com efeito, no livro *Emile* (1762), tratado filosófico sobre a educação e o tratamento das crianças que iria acelerar a mudança dos costumes ocidentais, restabelecendo a prioridade do aleitamento materno, Rousseau escrevera: “Aquele que amamenta a criança de outra no lugar da sua, é uma má mãe, como ela poderá ser



LEITE MERCENÁRIO

Vêde, e horrorisae-vos, mães carinhosas!



LEITE GRATUITO

Vêde e invejæe, mães desnaturadas!

44. A defesa da amamentação materna retoma as idéias de progresso social difundidas pelos humanistas europeus. Mas também envolve a ojeriza racial voltada contra os negros. (Bazar Volante, 1863, Rio de Janeiro)

uma boa ama-de-leite?”⁹³ Vulgarizado por diversos autores, esse e outros argumentos humanitários eram brandidos mundo afora pelos defensores da amamentação materna.

Sucedeu que um eminente médico da corte, o dr. Antônio Ferreira Pinto, avançou um contra-argumento importante para justificar o recurso às mucamas. Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o dr. Ferreira Pinto invoca a peculiaridade social brasileira para passar ao largo das novas doutrinas européias. No seu livro *O médico da primeira infância* (1860), ele pondera que as mucamas eram mais vantajosas, porque “entre nós [são] alentadas pela esperança de melhoramento de condição”. Segundo ele, existia, no Império, a prática de tornar a escrava forra quando terminava o período de aleitamento. No caso de escravas alugadas, também não sucediam muitos inconvenientes, dado que “a ama escrava é muitas vezes seduzida e embalada pela esperança de distinção, amizade, bom passadio, recompensas ou alforria da parte dos senhores ou dos pais das crianças, quando são alugadas”.⁹⁴ Com precisão cirúrgica o doutor da Facul-

dade de Medicina do Rio localiza a artéria que irriga o escravismo: aspirando a sair de seu estatuto aviltante, “seduzida e embalada” por essa esperança, a mucama deixaria de lado a sua “cria” para fornecer ao nhonhozinho todo o carinho que ele necessitasse. O arbítrio senhorial lograva extorquir da escrava um tipo especial de serviço que o simples salário não podia obter da ama-de-leite livre.

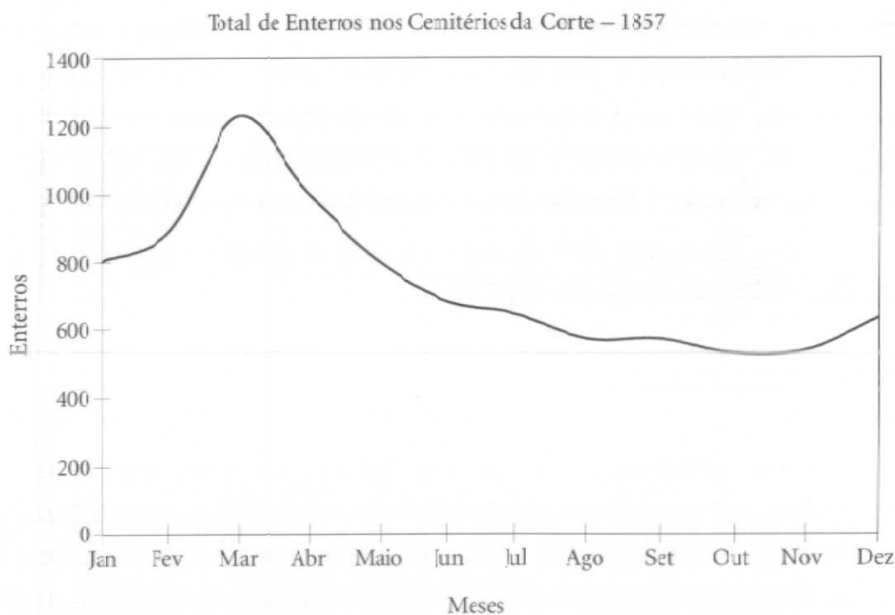
O PAVOR DO PARTO

A transmigração de 1808 trouxera, além de outras incógnitas, um problema propriamente vital para a monarquia. Podiam os membros da corte portuguesa, os burocratas reinóis, suas famílias, seus filhos recém-nascidos, sobreviver nos trópicos? Com efeito, a data marca o início da primeira migração rápida, densa e contínua de europeus para uma cidade tropical. Nada parecido havia ocorrido antes nas Américas e muito menos na África ou na Ásia.

Cupim, mofo e insetos, pululando em muito maior quantidade e variedade do que na Europa, atacavam os móveis, os livros, as roupas e os homens. Disseminadas pela mosquitada e as chuvas de verão, as febres alastravam-se pelo centro do Rio, já bastante povoado e com poços contaminados ou salobros. Malgrado os vários riachos, a falta de água potável constituía um problema crônico na cidade, obrigando, desde os anos 1670, as autoridades a promover a construção do aqueduto da Lapa. Com o verão, tudo piorava, na ausência de uma rede de esgotos que só começa a ser construída em meados dos anos 1860. Até essa data, e mesmo depois dela, os escravos encarregados de levar os dejetos domésticos até as praias, e por isso chamados “tigres” (muito provavelmente por causa da cor tigrada com que a matéria fecal sujava o seu corpo), continuaram ativos na cidade. No Recife os “tigres” só desapareceram em 1882. Gilberto Freyre acredita que a facilidade de dispor de “tigres” retardou a instalação da rede de esgotos nas cidades do Império.⁹⁵

Ao longo do século XIX, quem dançava no Rio em fevereiro e março era a morte, a Grande Ceifeira. Febres intermitentes ocorrem na primeira metade do século, e a febre amarela torna-se endêmica a partir de 1850.⁹⁶ Surtos de cólera e varíola também fustigam o Império nos anos 1850-60. Com

45. O aumento de enterros no Rio no mês de março é consequência das febres contraídas durante as chuvas de verão. (Almanak Laemmert, 1859, gráfico LED-Cebrap)



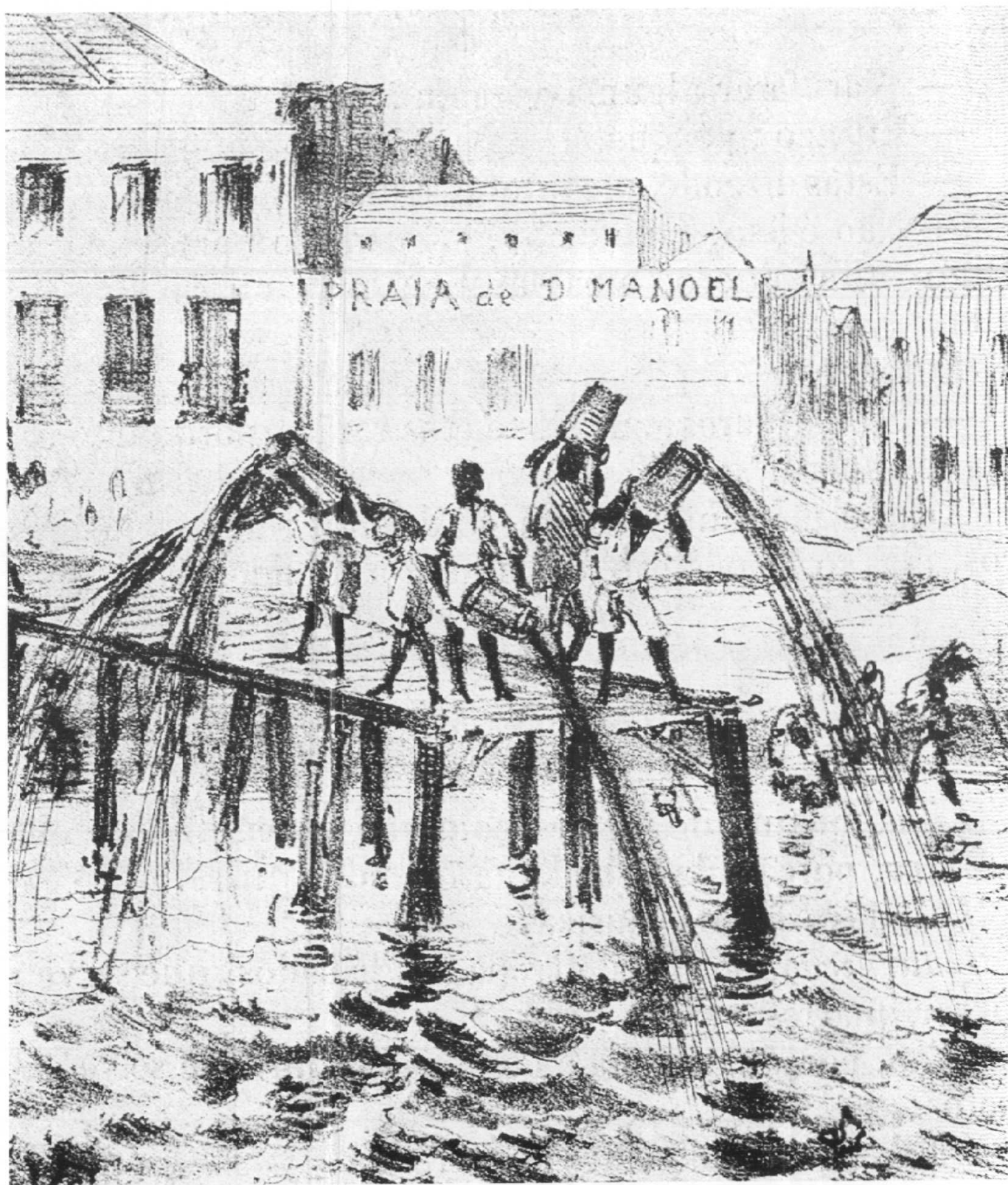
o início da navegação regular a vapor, nos anos 1840, o tempo das viagens encurta-se, dificultando a descoberta — e a quarentena nos portos — de indivíduos embarcados e infectados por doenças contagiosas ainda incubadas. O fenômeno também teve efeitos graves na Bahia, cujos habitantes conheceram uma alta mortalidade na década de 1850.⁹⁷ No mesmo contexto, o povo de Recife desfilava com a estátua de São Roque, o “advogado da peste”, enquanto penitentes flagelavam-se no meio da rua.⁹⁸ Todas as províncias acabaram sendo atingidas por essas pestilências e mortandades. João José Reis explica, no próximo capítulo, o contexto geral da morte no Brasil oitocentista.

O ambiente epidemiológico da corte levou a família imperial a tornar regulares, a partir de 1847, os veraneios em Petrópolis, vila promovida a cidade dez anos mais tarde em meio a uma febre de construções. A morte na tenra idade dos dois herdeiros do imperador, Afonso (1845-7) e Pedro (1848-50), dava novos foros de notoriedade ao ambiente pestilencial do Rio de Janeiro. Nesse contexto, Petrópolis surgia como uma solução de sanitarismo urbanístico, como uma medida profilática em benefício da família real e da elite da corte: dado que era impossível sanear o Rio no verão, tempo de todos os perigos, o imperador e seus próximos batiam em retirada, mudavam-se para a montanha.

No meio disso tudo, o ano inteiro, havia dois grupos de alto risco, unidos pela mesma triste sina: os nascituros e as

46. No Carnaval carioca quem dançava era a morte, ceifando as vítimas trazidas pelas epidemias de verão. (Agostini, Revista Ilustrada, “O Carnaval de 1876”)





47. Os "tigres": escravos encarregados de recolher e jogar diariamente os dejetos domésticos na praia. (A Semana Ilustrada, 1861)



48. A imundície das ruas do Rio incomodava os pedestres e trazia epidemias. (O Arlequim, 1867, Rio de Janeiro)

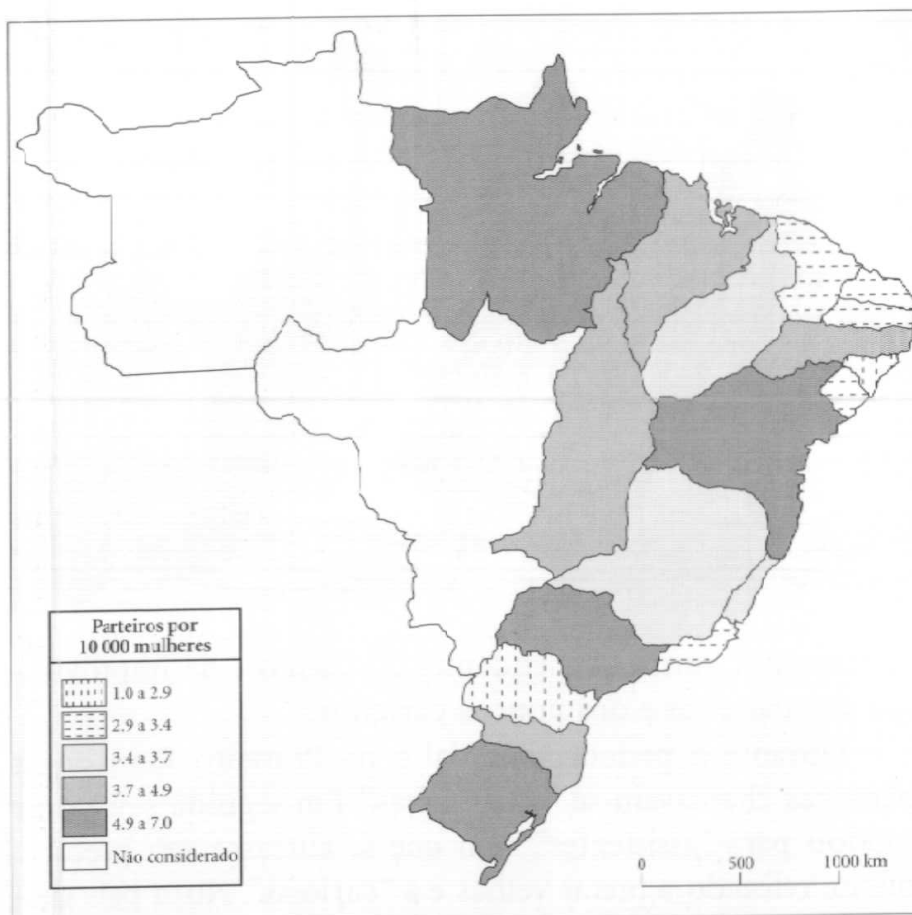
parturientes. Ambos dependentes do talento e da improvisação das parteiras e dos poucos parteiros.

Durante o período colonial e no Primeiro Reinado as parteiras chamavam-se “aparadeiras”. Em seguida seu nome mudou para “assistentes”, sem que se alterasse seu precário ofício, relegado a pretas velhas e a “curiosas”. Num país desprovido de tradição camponesa, num centro como a corte, cidade de migrantes transplantados da Europa, da África e das outras províncias brasileiras — uma migração majoritariamente masculina —, não existia a cultura tradicional das parturientes, transmitida noutras partes, ao longo das gerações, das avós, das tias e das mães para as filhas.

Cultos ligados à proteção do parto — Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora da Luz, Nossa Senhora da Glória — revelam o temor ao risco de morte no momento do nascimento. Aliás, as normas canônicas que vigoravam na Colônia e no Império determinavam a obrigatoriedade da confissão em três ocasiões precisas: antes do parto, na Quaresma e na extrema-unção.⁹⁹ Entre uma data fixada pelos dias do calendário, a Quaresma, e outra, a extrema-unção, fixada pela inexorabilidade do destino humano, a confissão compulsória das parturientes dá a medida dos perigos que rodeavam os partos. Tanto para as mães como para os recém-nascidos, freqüentemente vitimados pelo tétano umbilical, o mal-de-sete-dias. Dado que seu ofício tratava tanto da vida como da morte, as parteiras tinham um sinal

49. Número de parteiros e parteiras por 10 mil mulheres em 1872. O Rio de Janeiro, área de fortes migrações, apresenta um número relativamente pequeno desses profissionais. (LED-Cebrap)

(Ver Apêndice, tabela 3.)



lúgubre pintado na frente das casas que habitavam — uma cruz preta —, indicativo de sua profissão.¹⁰⁰ Quando uma “aparadeira” saía para trabalhar quase sempre havia um luto: ou morria a mãe ou morria o bebê. Diante da frequência dessas mortes, Gilberto Freyre observou o culto dos “an-jinhos”, os cadáveres enfeitados dos recém-nascidos, num funeral quase festivo, como uma representação destinada a sublimar o choque emocional sofrido pelos pais.¹⁰¹ Mas esse é apenas um lado de um drama que tinha duplo aspecto.

Além das formas já assinaladas de culto mariano, aquilo que não aparece, nem se pode medir, é o pânico das mulheres confrontadas com a perspectiva da própria morte durante a gestação, o parto e o puerpério. Talvez — mas é apenas uma suposição — o pavor do parto tenha levado as senhoras a ser mais tolerantes na aceitação dos filhos adulterinos de seus maridos. Em face da pressão marital e familiar para aumentar a prole, a acolhida do filho que o marido tivera alhures podia representar, para as senhoras das casas grandes e dos sobrados, um vexame de conseqüências infi-

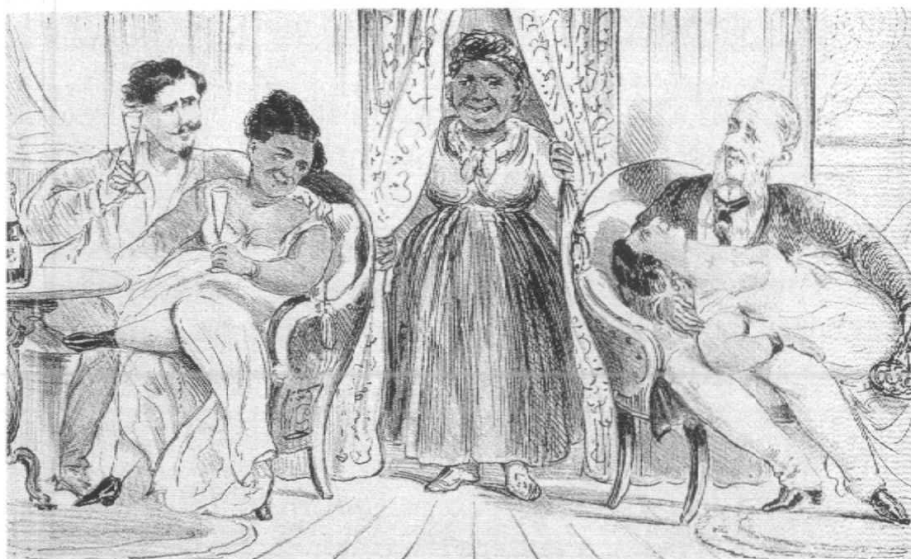
nitamente menos graves do que o risco mortal de uma nova gravidez.

Como no caso do aleitamento materno, o debate sobre os cuidados pré-natais toma outro rumo quando envolve o escravidão.

Na Europa Ocidental ocorre, durante o século XIX, uma progressiva medicalização das doenças em detrimento das práticas não médicas tradicionais.¹⁰² Pouco a pouco esse processo transfere-se para o terreno das enfermidades infantis e femininas mais correntes no Brasil. Na Academia Imperial de Medicina organizam-se, em 1846, debates sobre a mortalidade infantil no Rio de Janeiro, dando lugar aos estudos que o médico Pereira Rego, depois barão do Lavradio — pioneiro da medicina tropical e do sanitarismo no Império —, publicará em seguida nos *Annaes de Medicina Brasiliense*. Novos livros de anatomia difundiam um conhecimento mais preciso do corpo humano. Cheio de ilustrações sobre as veias, os ossos e os músculos, o *Atlas completo da anatomia do corpo humano*, do dr. Bock, da Universidade de Leipzig, fora traduzido para o português e dedicado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.¹⁰³ Manuais sobre a gravidez e o parto são traduzidos ou diretamente escritos para os leitores brasileiros. O cearense Joaquim Alves Ribeiro, doutor em medicina pela Universidade de Harvard, redigiu *O manual da parteira ou Pequena compilação de conselhos na arte de partejar, escrita em linguagem familiar* (1861).¹⁰⁴ Incluído no catálogo de venda por correspondência da editora Laemmert, o livro *Felicidade do amor e Hymeneio* (1871), do dr. Mayer, traduzido do alemão, propunha-se a ir mais longe, dando conselhos sobre a “arte de procriar filhos bonitos, sadios e espirituosos e conselhos úteis nas relações sexuais”. Notícias na imprensa anunciavam a chegada de médicos e remédios europeus destinados à clientela feminina.

Àquela altura, generaliza-se na Europa, como contraceptivo, o “coito interrompido”. Tal hábito deve ter se espalhado também no Império, difundido não só pelo conselho compassado dos médicos como pela voz rouca das meretrizes estrangeiras, cujo número tende a aumentar na corte após 1850. Com efeito, uma estatística da polícia observava, em 1859, que na Freguesia do Sacramento, no centro do Rio,

50. Um bordel na Freguesia do Sacramento, área de meretrício no centro do Rio de Janeiro. (A Semana Ilustrada, 1867)



havia perto de mil prostitutas, das quais novecentas eram estrangeiras.¹⁰⁵ O bordel mais célebre da corte em meados do século deve ter sido o da “Barbada”, cafetina mulata que ostentava um bigode espesso e um quase-cavanhaque, exploradora de outras mulatas e de estrangeiras. Fora as marafonas de luxo, do tipo da personagem de *Lucíola* (1862), no romance de José de Alencar, houve, primeiro, uma rede de tráfico de mulheres dos Açores e da Madeira, e depois, já nos anos 1880, de “francesas”, na verdade, de polonesas, as “polacas”.¹⁰⁶

Um dos primeiros doutores a abrir um consultório especializado nas doenças femininas foi o dr. Chomet, médico francês formado nas faculdades de medicina de Paris e do Rio, e autor de vários livros sobre o assunto. Seu encarte nos jornais afirmava que ele tratava as “moléstias das mulheres e das vias genito-urinárias [...] tão comuns e tão rebeldes no Brasil”. Um homeopata dava consultas sobre “moléstias venéreas antigas ou recentes”.¹⁰⁷ Anúncios de remédios e de médicos indicam que as doenças venéreas proliferavam pelo Império afora. Mas o assunto permanecia tabu no seio das famílias. Poeta fêmeeiro, intelectual ilustrado e homem viajado, Gonçalves Dias já tinha sífilis diagnosticada em 1852 quando casou com a filha de um médico da corte. Seu casamento entortou, ele trocou correspondência íntima com o sogro, separou-se da mulher, mas, nas cartas familiares, não há referência sobre sua grave enfermidade (“os testículos me

MOLESTIAS DAS MULHERES.
ESTREITAMENTOS DA URETRA, ETC.
MOLESTIAS VENEREAS.
CONSULTORIO DO DR. H. CHOMET, RUA DOS OURIVES N. 41.
 Consultas todos os dias uteis, do meio dia ás 3 horas.
 As outras horas para as visitas dos doentes.
 Tratamento por correspondencia para os doentes de fora.

MEDICINA NACIONAL

51. O dr. Chomet, médico francês, foi pioneiro da ginecologia no Rio. Contudo, os médicos enfrentavam resistências paternas e maritais no atendimento clínico das moças e das senhoras. (Jornal do Comércio, ago. 1853)

vão crescendo demasiadamente”, escreve ele no seu diário em 1862).¹⁰⁸

É de crer que o dr. Chomet, e a generalidade dos médicos do Império, encontrasse intransponíveis resistências paternas e maritais no atendimento clínico das moças e das senhoras. Na verdade, a medicalização só penetra na intimidade feminina e no recesso dos lares oitocentistas depois que o doutor adere ao segmento parafamiliar tradicional, tornando-se médico e compadre, cheio de afilhados em meio à prole de seus clientes. A propósito, Gilberto Freyre observa que o “absolutismo” do pai de família dissolvia-se à medida que outras figuras de homem ganhavam ascendência na sociedade escravista: o juiz, o correspondente comercial, o diretor do colégio, o médico.¹⁰⁹

De fato, o prestígio dos médicos afirmava-se, inclusive, perante a nobreza factícia da corte. No começo dos anos 1860, um processo opôs o visconde do Souto — banqueiro que iria à falência levando de roldão centenas de depositantes — ao seu médico particular, o dr. Bompani. Este recorrera à justiça para receber os honorários que lhe eram devidos pelo visconde. O *Jornal do Comércio* comenta o processo: “O sr. visconde do Souto continuou a pensar que na sua opulência esmagaria o médico. Mas não lembrou que a ciência não se mercadeja com esses títulos pomposos, porém vãos [...] que são olhados com perfeita indiferença pelas naturezas superiores que procuram as honras da ciência e somente essas”.¹¹⁰

Ao longo dos anos, a presença — passageira nos navios ou permanente nos consultórios — de médicos americanos e europeus, ao lado dos debates das faculdades do Rio e da Bahia, liberou a medicina brasileira da estreiteza do ensino coimbrão, dando lugar a uma heterodoxia médica que se

52. Na segunda metade do século, com a sujeira dos rios e córregos, os banhos de mar passam a ser considerados terapêuticos. (A Semana Ilustrada, 1874)

contrapunha à heterodoxia social e cultural da corte.¹¹¹ Como no resto do Império, cultuavam-se certos santos para a cura de doenças específicas. São Brás, contra as doenças da garganta; santa Luzia, contra as dos olhos; são Sebastião, contra as epidemias da varíola; são Bento, contra o veneno das cobras.¹¹² Mário de Andrade deu destaque, num ensaio original, à utilização no Brasil de remédios feitos de excrementos. Prática terapêutica quase toda oriunda da medicina popular europeia.¹¹³ Sérgio Buarque de Holanda estudou outras práticas médicas populares correntes na Colônia e no Império.¹¹⁴ Na corte, teorias e experimentos médicos tinham livre curso de permeio às terapias tradicionais. Na Regência, ainda se fazia um unguento, supostamente útil para prevenir a queda dos cabelos, com a gordura do corpo dos escravos e outros indivíduos enforcados em sentença criminal.¹¹⁵ Certo dr. Santos publicou em 1838, na *Revista Médica Fluminense*, os resulta-



dos de uma experiência inédita: fizera uma cascavel picar um negro leproso para estudar os efeitos do veneno da cobra na evolução da doença. Mas o experimento fracassou porque o doente morreu em 24 horas.¹¹⁶ Os problemas mais gerais de saúde pública punham todos em risco e geravam debates que a imprensa seguia atentamente e repercutia no resto do Império. O médico Pereira Rego aparecia como redator-chefe da principal revista médica do país, publicada por Paula Brito, importante editor da corte. Aproveitando a ansiedade gerada pela epidemia de febre amarela, trazida em 1849 por um navio vindo de New Orleans, Paula Brito faz publicidade de sua revista médica: “Febre amarela — A questão científica entre os srs. drs. De Simoni, Carvalho e Pereira Rego continua nos *Annaes de Medicina Brasiliense*”.¹¹⁷

Terá sido essa curiosidade impositiva, essa heterodoxia médica necessária, vital no ambiente epidemiológico da corte, que facilitou a rápida divulgação da homeopatia no Império. Não só no Rio de Janeiro e nas principais cidades marítimas, como também na nova fronteira agrícola. Eram homeopatas dois dos cinco médicos que clinicavam em Campinas em 1857.¹¹⁸ Em geral humanistas e até socialistas, médicos e farmacêuticos homeopatas atendiam gratuitamente os doentes pobres, propondo fazer no Brasil “novos Matusaléns [...] e concorrendo para o bem geral da humanidade”, como proclamava um anúncio da Botica Central Homoepathica, drogaria e centro de divulgação da homeopatia. O farmacêutico da Botica assegurava dispor, além das tradicionais plantas curativas européias, de “uma preciosa coleção de todas as plantas brasileiras”.¹¹⁹ Por meio da homeopatia — e da valorização da fitoterapia tropical —, a medicina científica européia vinculava-se à medicina popular indígena e afro-brasileira. Vínculo que contribuiu para popularizar no país esse novo sistema terapêutico.

Paralelamente, editam-se os manuais médicos dirigidos aos fazendeiros e versando sobre o tratamento dos escravos. Mas aqui prevalece a peculiaridade brasileira, e os preceitos médicos assumem um caráter esdrachadamente mercantil. Diante da cessação do tráfico negreiro — prevista desde os tratados anglo-portugueses de 1810 assinados no Rio e efetivada em 1850 —, os autores exortam os senhores a proteger a saúde das escravas grávidas a fim de garantir a reprodução de



53. O manual da Escola de Homeopatia do Rio de Janeiro, mantida pelo Instituto Homeopático do Brasil, foi publicado em francês em Paris e no Rio. (*Doctrine de l'École de Rio de Janeiro et pathogénésie brésilienne*, 1849)

seu investimento. “As negras que acabam de parir, isto é, que acabam de aumentar o capital de seu senhor, não são sempre tratadas [...] com as atenções que seu melindroso estado requer”, registrava o *Manual do fazendeiro ou Tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros generalizado às necessidades de todas as classes* (1835), do dr. Imbert, médico francês clínicando na corte. Tentando juntar a filantropia leiga dos reformistas europeus aos interesses bem entendidos dos escravocratas, o dr. Imbert esboça um “Plano filosófico, moral e higiênico, próprio para por ele se dirigir pela maneira que se deve presumir mais filantrópica e mais vantajosa, um estabelecimento agrícola contendo grande número de escravos”.¹²⁰

O SAPATO E O SANITARISMO IMPERIAL

O avanço da medicalização e da puericultura, a moderna profilaxia, o tratamento sintomático das doenças e a experiência internacional da medicina militar das tropas coloniais nas Antilhas, na África e na Ásia levavam à constatação da unidade do gênero humano perante as epidemias.¹²¹ Nos anos 1830-2 ocorrera uma pandemia mundial de cólera, atingindo tanto as regiões tropicais como as cidades européias e norte-americanas. Classes e raças opostas e distantes entre si enfermavam da mesma maneira em todos os quadrantes do globo.

No Império, a febre amarela atingia sobretudo os estrangeiros. Tanto os europeus, como os africanos oriundos de áreas do Continente Negro onde não existia a doença. O cólera acometia principalmente as pessoas mais modestas, mal instaladas: os escravos e os proletários portugueses que começavam a afluir para a corte. No Rio, e mais tarde em Santos, a barreira epidemiológica bloqueava a chegada de fluxos mais densos de imigrantes. Nesse contexto, urgia tomar medidas profiláticas mais amplas. Ora, algumas dessas medidas embaralhavam as fronteiras sociais. Como cuidar dos escravos das zonas rurais fluminenses? Durante o cólera, fazendeiros tentaram trazê-los para a corte, em busca de assistência médica. Mas houve protestos, porque se temiam o contágio e o agravamento da situação sanitária da cidade. Interesses mercantis também entravam em linha de conta para travar a campanha de prevenção médica. Um paulista, negociante de

escravos, escreve a um jornal da corte, durante a epidemia, para protestar contra a maneira “de exagerar os episódios coléricos”, pois isso provocava uma queda em seus negócios.¹²² O paradoxo do sanitarismo no contexto da escravidão ficou evidente no caso do uso do sapato, reservado aos livres e libertos, à exclusão dos escravos.

Os documentos registram e as fotografias da época ilustram: um escravo de ganho — dono de um pecúlio tirado da renda obtida para seu senhor no serviço de terceiros — podia ter meios para vestir calças bem-postas, paletó de veludo, portar relógio de algibeira, anel com pedra, chapéu-coco e até fumar charuto em vez de cachimbo. Mas tinha de andar descalço. Nem com tamancos, nem com sandálias. De pé no chão. Para deixar bem exposto o estigma indisfarçável do seu estatuto de cativo. Uma das astúcias dos escravos fugidos no Rio consistia em arranjar sapatos, calçá-los, e misturar-se aos negros e mulatos livres e libertos que circulavam pela cidade. Anúncio sobre fuga de escravo advertia: “anda calçado para fingir que é forro”.¹²³ Sucedeu que um dos preventivos aconselhados durante os surtos de cólera dos anos 1850 consistia, justamente, no uso de sapatos. Aproveitando-se da conjuntura favorável para seus negócios, uma sapataria da corte publicou o seguinte anúncio: “É geralmente conhecido que a moléstia reinante tem atacado com mais influência a escravatura, devido a esta andar descalço [...] lembramos pois aos senhores possuidores de escravos que muita vantagem tirarão de os trazerem calçados enquanto nos flagela a epidemia atual, encontrando para esse fim sapatos grossos e muito próprios, pelo módico preço de 1\$500 o par, na sapataria da rua do Carmo n.º 51”.¹²⁴

Numa cidade cheia de livres e libertos negros e mulatos que andavam ao lado de milhares de escravos, a iniciativa criaria uma bruta confusão. Como saber quem era quem, se todo mundo passasse a usar sapatos? Daí, talvez, a prudente ressalva do dono da sapataria da rua do Carmo: os escravos poderiam usar sapatos “enquanto” durasse o surto de cólera.

Diante da reumanização do cativo pelo moderno sanitarismo, novas teorias classificatórias do gênero humano entram em cena. Como se sabe, o poligenismo ganhara suporte científico, na sequência das descobertas da paleontologia oitocentista, ao propor, contra o monogenismo bíblico, a idéia

de que as raças contemporâneas provinham de troncos originalmente distintos do gênero humano. Mais tarde, essas idéias dão lugar à frenologia — o estudo comparativo das medidas do crânio e do cérebro — e ao racismo científico: as medidas do crânio tornam-se o vértice da razão ocidental.

Restrito na Europa aos naturalistas e aos teólogos, o debate sobre essas teorias sofre uma torção ideológica no Império e nos estados escravistas do Sul dos Estados Unidos. Ali, Josiah C. Nott, médico escravocrata e poligenista americano, propôs uma nova disciplina, a “negrologia” (*niggerology*), e fez sucesso com sua defesa científica da escravidão em conferências proferidas na Assembléia Legislativa e na Universidade de Louisiana no final dos anos 1840.¹²⁵

No Império, as novas idéias parecem ter sido inicialmente veiculadas por médicos franceses, escolarizados na medicina militar e naval das Antilhas e do Magrebe. Médico particular de d. Pedro II, o francês dr. Sigaud reservou uma parte de seu livro *Du climat et des maladies du Brésil* (1844) às “doenças nervosas dos negros”: a epilepsia, a loucura e o suicídio. No que se refere ao suicídio, ele distinguia o comportamento dos minas e dos congos. Nos primeiros, o ato resultava “de uma forte resolução”; nos segundos, decorria de uma “mania aguda”. Discorrendo longamente sobre a matéria, o dr. Sigaud pretende ainda que nas cidades os escravos preferiam suicidar-se por enforcamento ou usando venenos, mas nas outras partes eles se matavam por “sufocamento voluntário” e banzo.¹²⁶ Constatado o número elevado de suicídios entre os escravos — comprovado pela estatística policial da época —, os cientistas passam a reduzir o ato de desespero e de revolta a uma patologia cerebral característica dos negros.¹²⁷

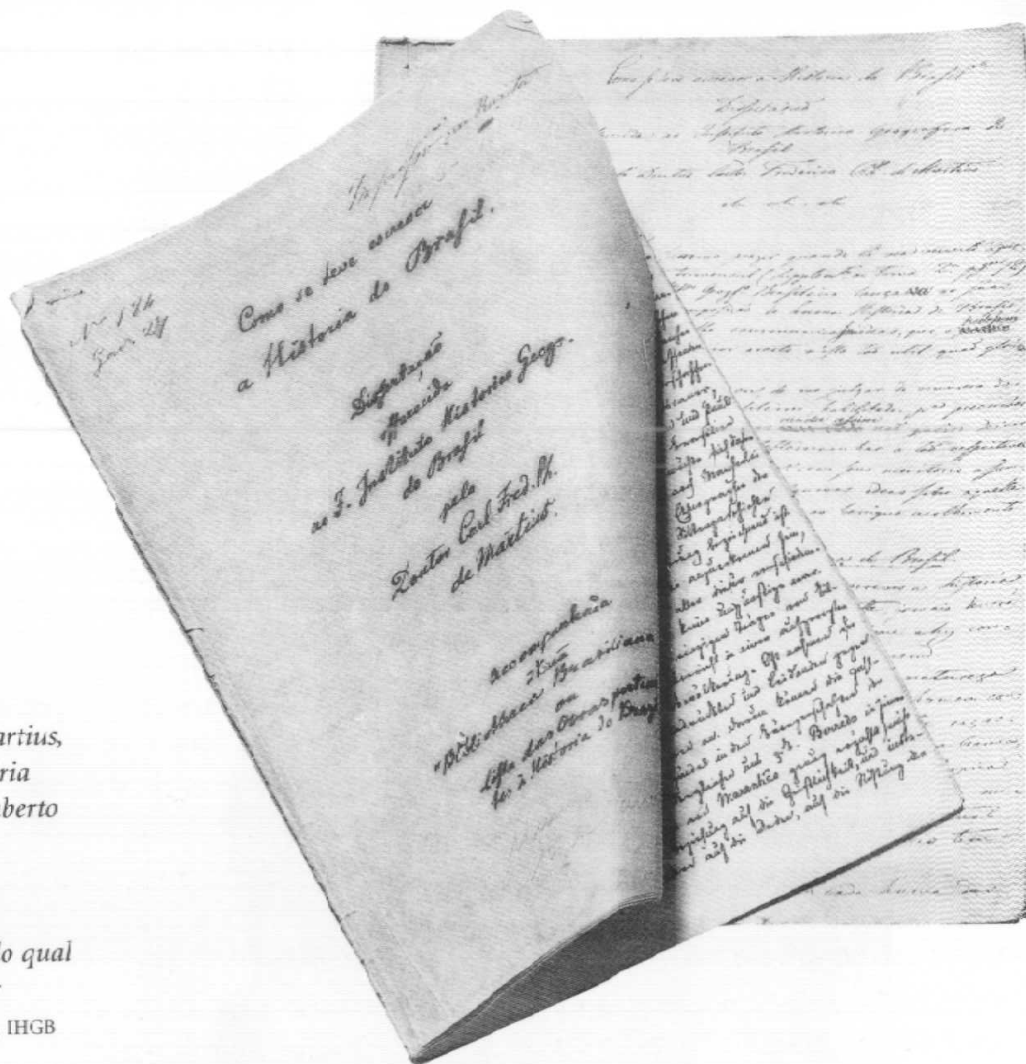
No já citado *Manual do fazendeiro*, livro que conheceu um vivo sucesso no Império, tendo sido ampliado e reeditado, o dr. Imbert, ex-cirurgião da marinha imperial francesa, vai mais longe. Segundo ele, o negro diferia do branco não só pela cor como também “por uma limitação em sua organização cerebral, que não lhe permite levar ao mesmo grau a extensão das suas faculdades intelectuais”. Caracterizados por essa deficiência cerebral, os escravos entregavam-se à libertinagem e à preguiça, “vícios dos negros que produzem as enfermidades”.¹²⁸ Fechava-se o círculo. No quadro do progresso induzido na saúde pública e no entendimento das doenças

54. Um escravo de ganho podia ter meios para vestir calças bem-postas, paletó de veludo, portar anel, relógio de algibeira e chapéu-coco. Mas tinha de andar descalço, sinal do seu estatuto de cativo. O privilégio oitocentista do uso do sapato terá, talvez, dado origem ao gesto de saudação que os malandros cariocas encenam quando cruzam um companheiro: um longo volteio de braço finalizado por um tapinha no sapato escrupulosamente engraxado. (Foto de Christiano Jr., c. 1860)



CHRISTIANO JR PHOT

55. A tese de Carl F. P. von Martius, "Como se deve escrever a história do Brasil", venceu o concurso aberto sobre esse tema pelo Instituto Histórico. Houve protestos no Império contra o fato de um estrangeiro ensinar o modo pelo qual a história do Brasil deveria ser concebida. (Isa Adonias (org.), IHGB 150 anos, 1843)



tropicais — consequência do debate entre alopatia e homeopatia, da presença de médicos estrangeiros, da fundação das faculdades de medicina do Rio e da Bahia, da ação dos reformadores sociais —, o novo discurso científico vinha confortar a velha prática escravista.¹²⁹ Agora os negros também podiam ser mantidos no cativeiro em nome da “limitação em sua organização cerebral”, em nome da ciência.

Efetivamente, as teorias científicas combinam-se com a hierarquia social preexistente para também justificar o escravismo: as novas idéias ratificam a prática e os argumentos tradicionais. Desse modo, o argumento tradicional da evangelização, defendido com alta retórica pelo padre Antônio Vieira no século XVII, e professando que os negros haviam sido retirados da África e do paganismo para receber no Brasil a luz do cristianismo, continuará sendo plenamente avaliado pelo Império. Num lance de grande significado ideoló-

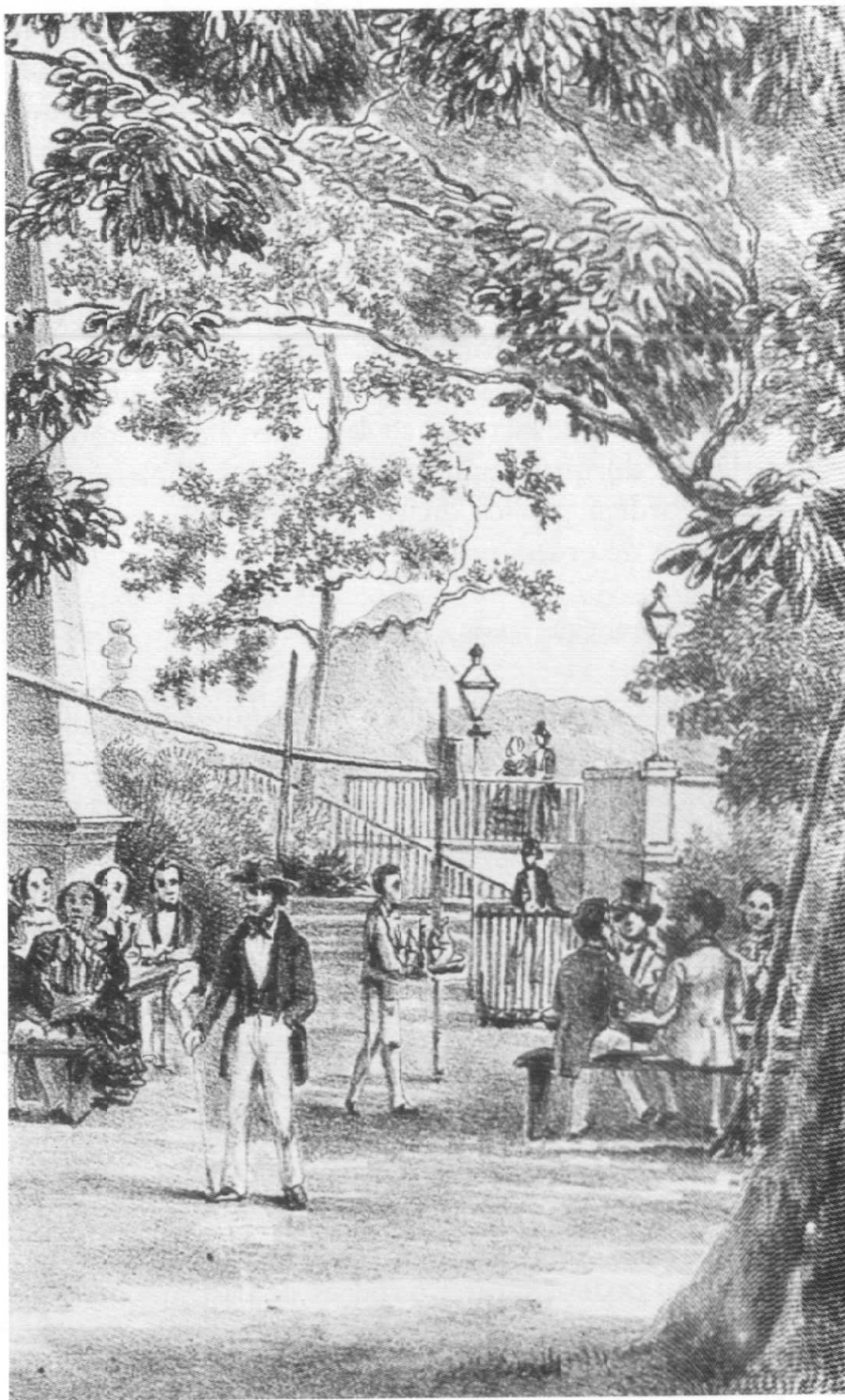
gico — numa das duas gigantescas manipulações estatísticas do Império (a outra será apontada em seguida) —, os organizadores do censo de 1872 decidem que cada um dos 1 508 566 escravos do país devia ser computado como católico. Acatólicos só havia 27 744 entre os africanos livres, os outros estrangeiros e os brasileiros.¹³⁰ Nenhum — nem um único — entre os escravos. Trezentos e cinquenta anos depois do início da escravidão negra no Brasil, o governo do Império não podia admitir — numa só cidade, numa só paróquia, numa só fazenda, num só sobrado — a fraude do argumento associando a posse de escravos ao dever de catequização dos negros. Dever do qual, supostamente, desincumbiam-se os senhores. A ordem pública ditava a manipulação estatística que ocultava a desordem privada.

A SÍNDROME DE ESCRAVA ISAURA

Num país escravista, possuindo, no mínimo, segundo o primeiro censo de 1872, 20% da população dita preta e 38% mulata, o problema mais geral da identidade constituía uma fonte permanente de tensão social. Visando a estimular a imigração estrangeira após o término do tráfico negreiro, o governo imperial expediu o regulamento de 18 de junho de 1851, destinado a criar um registro civil nacional. Medida essencial para dar plena cidadania aos não-católicos, sobretudo aos imigrantes protestantes, que dependiam dos párocos para obter certidões de nascimento — assimiladas às certidões de batismo — e atestados de óbito. Mas os párocos opuseram-se ao novo registro, defendendo o prestígio social e as rendas auferidas pela sua atividade cartorária. O conflito engrossou quando começaram a correr boatos de que os funcionários civis do governo imperial poderiam rever certidões de nascimento, estabelecer que tal e tal mulato ou negro livre podia ser filho de uma escrava e, desde logo, “escravizar pessoas livres”.¹³¹ Houve tumultos em várias províncias e o governo recuou, abandonando o projeto. No final das contas, a reforma cartorária só será reiniciada em 1888 e levada a cabo na República.

Buscar as origens do estatuto social e civil parecia perigoso. Desde logo, convinha que não houvesse dúvidas quanto ao cotidiano: livres e libertos procuravam parecer brancos. Brancos e bem-apegoados.

56. A iluminação a gás na parte central do Rio prolonga a vida social nos parques e nas ruas da cidade. O Passeio Público, no Rio de Janeiro, era lugar de ver e de ser visto. (E. Rensburg, Álbum do Rio de Janeiro e seus arrabaldes, séc. XIX, s. d.)



Nesse contexto, o Império, e a corte em particular, apresentava-se como um excelente mercado para os fotógrafos, cabeleiros, droguistas e outros profissionais que prometiam mudar a aparência de seus clientes. Como demonstra Ana Maria Mauad no capítulo 4, a fotografia, novidade mundial, participa do processo de fabricação da auto-imagem da elite imperial. O

59. Os cafés passam a usar a iluminação a gás para atrair a clientela. (Jornal do Comércio, nov. 1854)

O proprietario deste estabelecimento convilla a todas as pessoas que forem amantes do café com leite, a que venhão ver e provar que não de goziar. O mesmo esmera-se o mais possivel, alim de ter sempre o bom café com leite que já tem grande fama. Também tem café simples das duas horas da tarde em diante, muito bem feito e sem mistura. Isto só vendo!

Poisanto vinde, freguezes,
Uma charena tomar
Inda mesmo que não seja
Senão para experimentar.

Café simples e bem feito....
Café em casa torrado,
Feito em vasilhas muito limpas....
Oh! que excellente bocado!

No grande café da Fama,
Hoje a gaz illuminado,
Ha o bom café com leite
Por todos apreciado.

O salão, que é muito extenso,
A muitos inveja faz,
Principalmente depois
Da iluminação a gaz!

CAFÉ COM LEITE A TODA A HORA.

A aparência racial também era foco de atenção, visto que não havia limites para o preconceito de cor.

O periódico recifense *A Voz do Brasil*, órgão antilusitano, publica, em 1848, a diatribe de um leitor contra um cidadão português que, por acaso, era mulato. Característica posta em relevo de maneira pejorativa, apesar de o insulto habitual dos próprios portugueses contra os nacionalistas brasileiros basear-se, precisamente, no antimulatismo: "Olhe, sr. redator, isto é só aqui para nós, que ele [o português em questão] não gosta que se digam lá estas coisas, é apardavascado e um cabelo, olé, danado, cheio de altos e baixos".¹³⁷ Nessas circunstâncias, o uso de perucas de cabelos lisos, claros, importados, tinha boa aceitação. A cabeleira postiça aristocrática, às vezes branca, empoada de talco, apreciada na Europa nos séculos XVII e XVIII, não tivera voga na América portuguesa.¹³⁸ Quando o adereço já caía em desuso na Europa, entra na moda no Império para esconder o cabelo pixaim. Diversos cabeleireiros da corte fazem propaganda da mercadoria. Uma das personagens machadianas do conto "O lapso", o vereador Tomé Gonçalves, compra dez cabeleiras em cinco anos.¹³⁹ Mais direta, a Água dos Amantes, uma nova loção para a pele, garantia embranquecer quem a usasse:



*Quem for amante não pode
Su'água deixar de comprar,
Tira panos, sardas, espinhas,
Faz a pele clarear.*

Outro anúncio do mesmo produto prometia resultados mais radicais ainda: “faz desaparecer a cor trigueira em cinco dias”.¹⁴⁰ O reverso da vontade de querer parecer branco consistia em caracterizar, a qualquer preço, a escravidão como um estatuto exclusivamente reservado aos negros, aos pretos e pardos. Dois fatos surpreendentes ilustram essa tendência.

Após 1850, com a intensificação do tráfico inter-regional de escravos, podia acontecer que aparecessem no Rio cativos brancos ou praticamente brancos. Por um motivo simples. Seguindo a norma do direito romano, o direito imperial brasileiro prescrevia que o estatuto do filho seguia o estatuto da mãe: o filho da escrava nascia escravo. Naquela altura, alguns escravos brancos — filhos, netos e bisnetos de escravas mulatas e de brancos —, até então isolados em fazendas sertanejas, começaram a ser vendidos para a corte.

60. Havia fotógrafos especializados em “embranquecer” fotos de pessoas notoriamente mulatas ou negras. Esta nova loção prometia tirar espinhas e clarear a pele. Noutro anúncio garantia que o produto fazia “desaparecer a cor trigueira [mulata] em cinco dias”. (Jornal do Comércio, ago. 1854)

Em 1858, o *Jornal do Comércio* noticiou um incidente altamente revelador. O artigo intitula-se “Escravo branco” e diz o seguinte: “Apresentou-se ontem na Praça do Comércio um homem branco, de olhos azuis e cabelos louros, de 25 a 26 anos, que jaz no cativeiro e pedia uma subscrição para comprar a sua liberdade. As pessoas presentes mal podiam acreditar que esse homem fosse escravo”. Feitas as verificações, constatou-se que o homem estava falando a verdade. Imediatamente os passantes organizaram uma coleta e conseguiram os 1600 contos de réis para alforriar o escravo branco.¹⁴¹

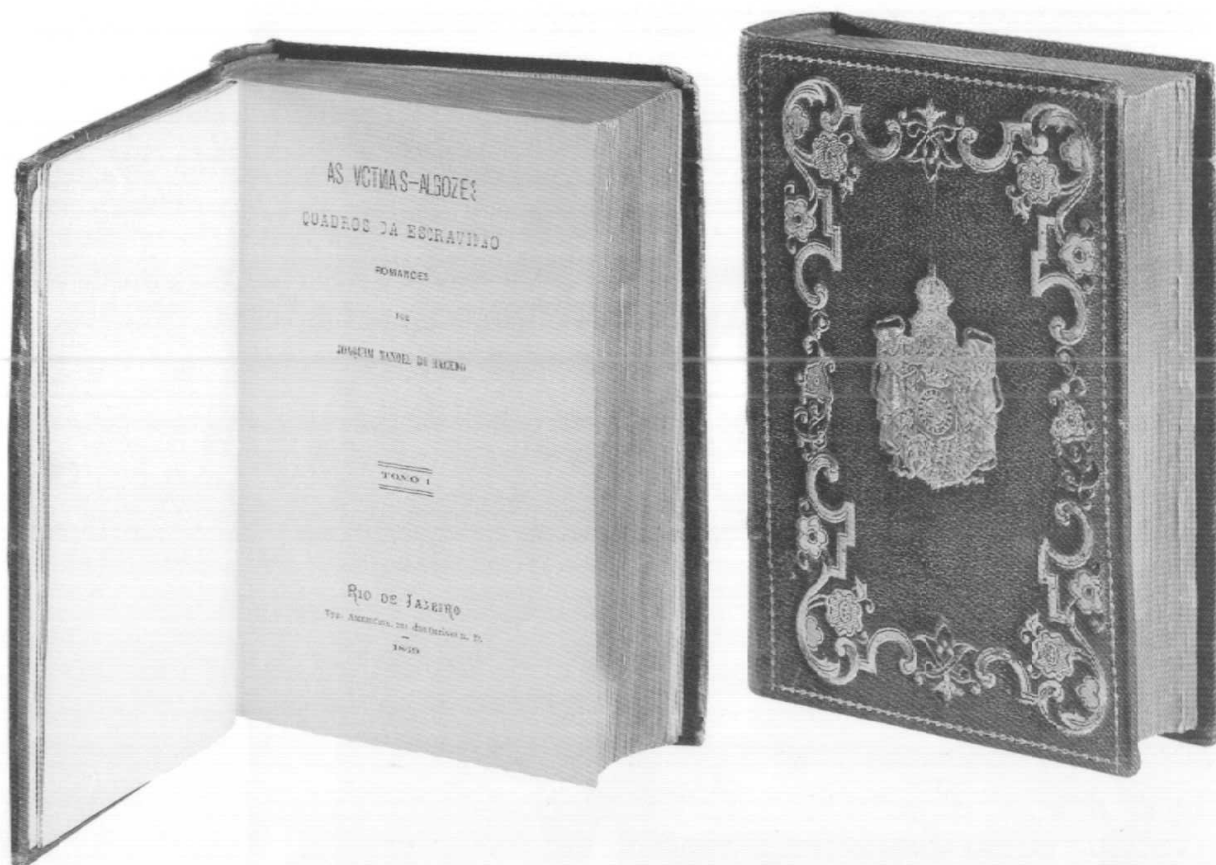
Outra manobra da mesma natureza, mas de muito maior magnitude, vem inscrita no censo de 1872. Por decisão eminentemente ideológica, os organizadores do recenseamento decidiram que não havia, em nenhum canto do Império, nenhum escravo branco. Todos são computados como pretos (69%) ou pardos (31%). À diferença da escravidão na Grécia e na Roma antiga, o escravismo moderno reforça o estatuto legal do cativeiro com a discriminação racial: o escravo só podia ser preto ou mulato, nunca branco.

61. Uma caricatura sobre o desejo brasileiro, de copiar o vestuário e a maquiagem francesa. “Modas chegadas no último pacote: coletes que fazem uma bela figura até aos corcundas, coisas que substituem a falta de certos corpos e que fornecemos baratinhas, pomadas, cheiros, pós-d’arroz, eh bien tout ce qu’il faut pour élever l’humanité.” (A Semana Ilustrada, 1873)





62. De pés descalços —
estatuto da escravidão —,
esse vendedor é, muito
provavelmente, um cativo
branco. (Foto de
Christiano Jr., c. 1860)



63. Em *As vítimas-algozes*, publicado em 1869, Joaquim Manuel de Macedo traçava “quadros da escravidão”, narrando crimes escabrosos que demonstravam como o escravo se tornava o algoz de seu senhor.

OS LADINOS E O COLAPSO DA ORDEM PRIVADA ESCRAVISTA

Em 1852, a escritora norte-americana Harriet Beecher-Stowe publica um romance que terá um enorme impacto político, reforçando a campanha abolicionista americana às vésperas da Guerra de Secessão, *A cabana do Pai Tomás* (*Uncle Tom's cabin*). Relatando a vida do “pai Tomás”, negro bonzinho e sofredor, a autora procurava demonstrar todo o mal que os senhores faziam aos escravos. O romance tornou-se um best-seller mundial; foi traduzido, lido e comentado no Império. Longe de sua juventude e dos arrufos da Moreninha, o médico, historiador, romancista e figurão da intelectualidade imperial Joaquim Manuel de Macedo leu o livro e não gostou. Calcado na sua experiência sobre o escravismo brasileiro, Macedo escreveu *As vítimas-algozes* (1869), coletânea de três contos antiescravistas, narrando crimes escabrosos cometidos pelos escravos contra os seus senhores.

Mas as razões do abolicionismo de Macedo baseavam-se em princípios diametralmente opostos aos de Beecher-Stowe. Esta pensava que a escravidão era ruim porque transformava

o cativo num coitadinho. Macedo sustentava que a escravidão era péssima porque tornava o cativo um criminoso, um verdugo de seus senhores. De vítimas os escravos passavam a ser algozes; era preciso se desembaraçar deles, largá-los na natureza.

Logo na primeira linha do livro Macedo escreve: “Queremos agora contar-vos em alguns romances histórias verdadeiras que todos vós já sabeis”. Ou seja, o romancista não achava que inventava coisa alguma: todos os dramas contados em seu livro estavam cotidianamente estampados nos jornais.

Macedo tinha razão. Veja-se, por exemplo, uma notícia sobre uma escrava cozinheira, publicada nos jornais da corte. Depois de envenenar seis pessoas da mesma família, a escrava foi, apesar de tudo, vendida, porque seus senhores não queriam perder dinheiro mandando prendê-la. Na cozinha dos novos donos, voltou a envenenar a comida, fazendo duas outras vítimas. Não obstante, essa família ainda a alugou a terceiros, permitindo que continuasse temperando seus quitutes com veneno. Ao comentar os crimes desta *serial killer* oitocentista, o *Jornal do Comércio* adverte: “Desgraçadamente abundam os fatos de escravos perversos e assassinos vendidos pelos senhores que os reconhecem criminosos, para salvarem seu valor, sem se importarem com os males que irão causar aos novos senhores”.¹⁴² Alguns dias depois, muito provavelmente para evitar causar pânico entre os leitores, o jornal publica uma nota dizendo que todo o incidente não passava de um boato sem fundamento. Mas deixa sem explicação o comentário feito pelo próprio editorialista, confirmando que “abundam os fatos” semelhantes. O editorial é do maior interesse, porque mostra a crise da escravidão doméstica e os perigos que dela decorriam, numa altura em que já apareciam alternativas, pois o mercado de trabalho livre começa a adensar-se na corte.

Patenteava-se a erosão dos pactos senhoriais que haviam assegurado, durante três séculos, a submissão dos escravos. Na grande cidade, o individualismo e a sede de lucro pareciam incompatíveis com a solidariedade escravocrata tradicional: a envenenadora fora passada adiante. A ordem pública da corte não podia mais ser garantida por causa da desordem privada escravista.

No outro extremo, no setor mais dinâmico da economia nacional, na fronteira cafeeira do Oeste paulista, acontecia um fenômeno similar.

Após o fim do tráfico internacional em 1850, houve um tráfico interno, em que escravos das cidades, do Norte, Nordeste e até do Sul, passaram a ser vendidos para as zonas rurais do Centro-Sul e sobretudo para São Paulo. Entretanto, a maioria desses cativos já eram “ladinos”, nascidos eles próprios no Brasil e às vezes descendentes de gerações de outros “ladinos”. Muitos fugiam e revoltavam-se na fronteira cafeeira paulista, onde o isolamento e a exploração senhorial pareciam bem mais intensos, e onde se encontravam também fazendeiros iniciantes, com pouca ou nenhuma prática no exercício do domínio e da administração escravista. Criou-se o fantasma do crioulo assassino, bem retratado no romance *As vítimas-algozes*: “O escravo africano mata o senhor, e se afasta do cadáver: o escravo crioulo, antes de matar, atormenta e ri das agonias do senhor, e depois de matar insulta e esquarteja o cadáver. Toda escravidão é perversa; mas a escravidão inteligente é dez vezes mais perversa do que a escravidão brutal. Uma odeia por instinto. A outra por instinto e com reflexão”.¹⁴³

As revoltas de escravos no Oeste paulista, anunciadas na florescente imprensa interiorana, causavam pânico entre os homens livres do campo e os desviavam do sistema escravista. Desde 1857, a *Revista Commercial*, de Santos, noticiava: “consta por cartas do interior da província que geralmente ali existe grande repugnância de comprar os negros que os negociantes de escravos continuam a introduzir de outras províncias. O número de escravos que fugiram aos seus novos senhores não é pequeno e aumentará [...] visto que pela maior parte são pardos e crioulos vendidos contra sua vontade”.¹⁴⁴ Apesar da notória ocultação da origem africana dos escravos, o censo de 1872 revela fortes discrepâncias entre as velhas e as novas áreas cafeeiras paulistas. Na comarca de Bananal, coração do Vale do Paraíba, a proporção de africanos no total de escravos sobrepuja em um terço a proporção de igual natureza medida na comarca de Rio Claro, vanguarda do avanço do café no Oeste paulista.

A historiografia costuma contrapor o novo fazendeiro do Oeste paulista, tido como empresário moderno, ao “ve-

lho” fazendeiro do Vale do Paraíba e, sobretudo, ao senhor de engenho nordestino, alegadamente arcaizantes e escravocratas. Mas o processo é mais complexo. Depois do golpe fatal que a supressão do tráfico negreiro deu no escravismo, o Oeste paulista modernizou-se graças, em parte, à resistência dos próprios escravos. O custo de manutenção do arcaísmo, isto é, do controle dos escravos ladinos, tornara-se elevado demais em comparação ao custo de gestão da mão-de-obra imigrada.

Diante da resistência dos escravos ladinos, a política imigrante, agora com a carta da imigração italiana na mão, começa a ganhar mais adeptos. A supressão do tráfico negreiro minava as bases da ordem privada escravista, pondo em xeque, ao mesmo tempo, a reprodução dos escravos e a reprodução da própria classe escravista. Trezentos e cinquenta anos antes de Cristo, no contexto do escravismo da Grécia antiga, Aristóteles escrevera: “Ser senhor não consiste simplesmente em adquirir escravos, mas em saber se servir dos escravos”.¹⁴⁵ Muitos proprietários rurais e urbanos do Império poderiam endossar essa observação. Mas havia uma diferença, uma enorme e definitiva diferença. Aristóteles vivia num mundo em que a sociedade sem escravos parecia absolutamente inconcebível. Enquanto no século XIX, dominado pelo trabalho livre, o escravismo apresentava-se como uma grotesca exceção que o Império do Brasil era o último país do mundo aferrado em manter.

A revolta dos ladinos apressa o fim do escravismo no Brasil. Como o demonstram Robert Slenes e Hebe de Castro — respectivamente nos capítulos 5 e 7 deste livro —, as relações entre proprietários e empregados, as novas formas de vida privada, ficariam, por muito tempo ainda, tributárias da ordem privada escravista que tinha vigorado por três séculos e meio em nosso território.

O COTIDIANO DA MORTE NO BRASIL OITOCENTISTA

João José Reis

As atitudes diante da morte e dos mortos foram tomando novas formas e novos sentidos ao longo do século XIX. O tema se liga a uma das preocupações maiores dos homens e mulheres daquele tempo, a preocupação com uma boa morte. As concepções sobre o mundo dos mortos e dos espíritos, a maneira como se esperava a morte, o momento ideal de sua chegada, os ritos que a precediam e sucediam, o local da sepultura, o destino da alma, a relação entre vivos e mortos — eram todas questões sobre as quais muito se pensava, falava, escrevia e em torno das quais se realizavam ritos, criavam-se símbolos, movimentavam-se devoções e negócios.

A morte não era então vista como o fim do corpo apenas, pois o morto seguiria em espírito rumo a um outro mundo, a uma outra vida. Daí ela poder ser encarada até com júbilo. Em 1821, um senhor de engenho de Itu, em carta para seu genro, assim se referia à notícia da morte da filha: “parabéns da passagem que fez nossa filhinha Maria deste mundo para a vida eterna”.¹ A morte era tida como uma passagem, motivo por que a idéia de deslocamento espacial e viagem estava sobremaneira presente nos ritos que a cercavam. As cerimônias e a simbologia que envolviam a morte eram produzidas para promover uma boa viagem para o outro mundo, cuja distância deste era consideravelmente menor do que hoje. O tratamento dispensado ao morto visava integrá-lo o mais breve possível em seu lugar, para seu próprio bem e a paz dos vivos.

A rigor, não havia morte, já que se vivia em profunda-



1. A crença numa outra vida no Além era compartilhada pela generalidade dos brasileiros. Enterro de um negro na Bahia. (Johann Moritz Rugendas, *Voyage pittoresque dans le Brésil*, 1833)

de a crença na imortalidade da alma. Esse princípio geral era, no entanto, cheio de variáveis. Na tradição católica do Além, a morte existia apenas nos casos em que a alma fosse dar no Inferno. Ou, como escreveu o padre Bernardo José Pinto de Queirós, autor de um manual de assistência aos agonizantes publicado em 1802, ali a alma “estaria sem dúvida sepultada nas vorazes chamas [...] naquele tenebroso cárcere”.² Tal destino resultava de condenação no julgamento individual em seguida ao falecimento, que, além do Inferno, podia ter como resultado a absolvição absoluta, e então a alma alcançaria o Paraíso, ou a condenação mais leve e mais comum de expiar as culpas no Purgatório. Negociar essa estadia que Jacques Le Goff denominou de “Inferno temporário” era uma almejada alternativa à condenação eterna. Assim rezava um trecho do solilóquio recomendado ao agonizante: “E se até agora têm sido muitos os meus pecados, mandai-me, Senhor, para o fogo do Purgatório, por quanto tempo quiserdes, mas não me mandeis para o Inferno, porque não posso nele amar-vos”.³

O Purgatório era, dessa maneira, uma região de passagem na geografia celeste. Para dele escapar mais rapidamente, além do arrependimento na hora da morte, os mortos precisavam da ajuda dos vivos, na forma de missas e promessas a santos. A existência do Purgatório permitia e promovia a relação entre vivos e mortos.⁴



2. Cruzes à beira das estradas lembravam acidentes trágicos e convidavam os viajantes à caridade e à compaixão para com os mortos. (Kidder e Fletcher, *Brazil and Brazilians*, 1857)

Quando viajava pelo interior de Minas Gerais em 1817, Saint-Hilaire passou por uma cruz erguida à beira da estrada e lhe contaram como ela fora parar ali: “Um homem, viajando nessa região, acreditou ter visto almas do Purgatório, que volteavam ao redor do seu cavalo, sob a forma de pombos, pedindo-lhe preces. Em memória desta aparição ele fez erguer a cruz; a história que venho a relatar acha-se gravada ao pé da mesma”.⁵ Essas cruzes, que ainda continuam a ser erguidas em nossas estradas do interior, serviam também para marcar o lugar onde alguém havia morrido tragicamente, vítima de acidente ou assassinato, por exemplo, e lembravam a quem passasse a obrigação de rezar pela alma do infeliz. “Duas mortes sofre, quem por mão alheia morre”, dizia o ditado português colhido no século XVIII e que podia significar o acúmulo de morte física e espiritual. A condenação fatal de que falava o padre Queirós.⁶

Mas o resultado podia não ser sempre tão trágico, graças à solidariedade na relação entre vivos e mortos. O viajante alemão Rugendas, no Brasil na década de 1820, passou por uma cruz no caminho entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde assaltantes costumavam atacar e dar cabo de suas vítimas, enterrando-as dentro do mato próximo juntamente com suas montarias, que também sacrificavam.⁷ Essa sepultura ao léu, em terra profana, ao lado de animais, era fórmula perfeita de tormento para as almas dos assim mortos e enterados. Para salvá-las faziam-se necessárias muitas rezas. As bases daquelas cruzes se enchiam de pedras que contabilizavam as preces ditas na intenção dos mortos ali representados, ajudando-os a atravessar o estado liminar em que viviam e integrando-os definitivamente ao outro mundo.

Tradições semelhantes chegaram da África. Uma proporção muito alta dos habitantes do Império ao longo do século XIX era constituída de escravos africanos e seus descendentes. Cidades como Salvador e Rio de Janeiro tinham populações majoritariamente negras e mestiças. De suas terras de origem, os africanos haviam trazido ritos fúnebres e sofisticadas concepções sobre o Além. Todos viam os espíritos ancestrais como forças poderosas que os ajudavam a viver o cotidiano e asseguravam-lhes uma boa morte. Eles também acreditavam em recompensas e punições quando mortos, inclusive na existência de almas penadas nascidas de problemas com a ritua-

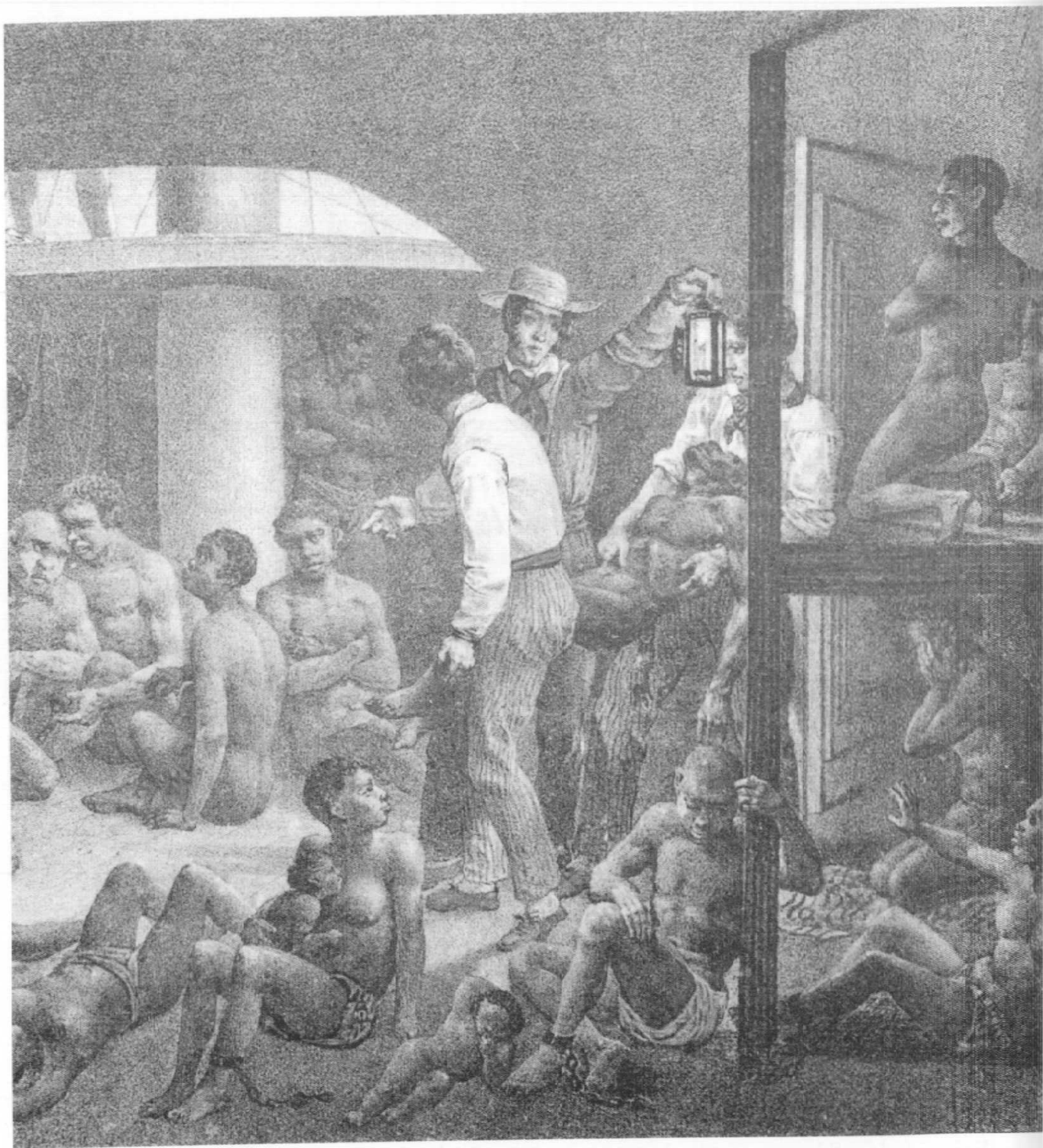
lística fúnebre ou pela experiência de um tipo indesejável de morte. A morte prematura, a morte por feitiçaria, a falta de ritos fúnebres e sepultura adequados conturbavam a travessia do africano para o Além. Entre os iorubas — que vieram a ser conhecidos por nagôs na Bahia e se incluíam entre os negros minas no Rio e outras regiões sulistas — havia a possibilidade de o morto vagar por regiões terrestres até que os vivos o despachassem conforme as regras do axexê.⁸ Candomblés dedicados aos mortos, os egungum nagôs, foram criados na primeira metade do século XIX, segundo a tradição oral conservada pela gente do culto.⁹

Na segunda metade do século, o jornal *O Alabama* denunciou a realização de cerimônias para os mortos africanos em vários candomblés de Salvador, de extração nagô e jeje. Em 1865 o jornal acusava um negro de “dar ventura, adivinhar e curar de feitiço aos crédulos e supersticiosos”. Estes, além disso, estavam convencidos de que “o tal negro tem o poder de evocar os mortos para virem fazer revelações”.¹⁰ Nesta e em outras denúncias, o jornal lamentava que não apenas os negros freqüentassem os especialistas africanos na comunicação com o Além, mas também gente branca de várias condições.

Também os africanos circulavam por mais de um registro religioso, cuidando de seus mortos à maneira católica e africana. Numa ocasião, em 1869, *O Alabama* publicou sobre vendedoras de peixe, a maioria delas africanas ou crioulas: “as vendedeiras de peixe na Preguiça encasquetaram-se de que as almas das companheiras falecidas andavam atrasando-lhes o seu comércio e por isso reuniram-se ontem, mandaram celebrar doze missas, alugaram um armazém em Santa Bárbara e aí fizeram um serviço extraordinário, onde ferveu tabaque até seis horas, para afugentar as almas que não são mais deste mundo, e não virem atrapalhá-las”.¹¹

A despeito do tom depreciativo do periódico, que via na religiosidade africana sinais de superstição e barbarismo a serem reprimidos, a notícia confirma o que temos dito até aqui sobre a negociação, nem sempre tranqüila, entre vivos e mortos no Brasil oitocentista.

Deportados e feitos escravos no Império, os africanos foram forçados a obedecer a regras católicas, mas nunca abandonaram inteiramente suas tradições. Em suas irmanda-



3. Três homens retiram um escravo provavelmente morto do porão do navio negreiro. (Johann Moritz Rugendas, Voyage pittoresque dans le Brésil, 1833)

des eles africanizaram o catolicismo, celebrando santos patronos com mascaradas, a percussão dos atabaques, danças cheias de energia corporal, canções cantadas em línguas nativas e a eleição fictícia de reis e rainhas negros. Por outro lado, o catolicismo barroco, com sua efusão de ritos, símbolos e cores, e com sua cultura processional de rua, não era de todo estranho a eles. E, dada a flexibilidade da religiosidade africana, havia sempre lugar para novos rituais, símbolos e deuses. Por outro lado, apesar do protesto dos fundamentalistas, a Igreja foi forçada a aceitar — ou pelo menos fechar os olhos para — os africanismos nas cerimônias fúnebres. Contudo, não há dúvida de que as regras católicas predominaram, especialmente no lado público dos funerais.

Segundo as regras dessa cultura funerária, a primeira estratégia de salvação era organizar cuidadosamente a própria morte, depois de viver uma longa vida. Segundo um artigo de 1836 no *Diário da Bahia* que definia os vários estágios do ciclo da vida, a *velhice* se localizava entre 64 e setenta anos, e era caracterizada pela preparação para a morte por meio do “Rosário à noite, testamento e missa diária”.¹²

Era importante não ser tomado de surpresa pelo último ato entre os vivos. Daí por que a morte acidental, prematura, sem os ritos devidos, era vista como grande desventura, que fazia sofrer a alma de quem partia e a consciência de quem ficava. A morte devia ser de alguma forma anunciada, por meio de algum sinal, uma doença ou diretamente por forças do Além. A doença, segundo o padre Queirós, seria uma prova do empenho de Deus em facilitar a salvação, “porque se assim não fosse, ele [...] mandaria uma morte repentina”.¹³ Nessa hora, ajudava também um bom relacionamento com os santos de devoção. No interior de Minas, na primeira metade do século XIX, Manuel Corsino confiava que sua morte seria anunciada por Nossa Senhora do Carmo, para que pudesse tratar de não morrer em pecado mortal. Para isso rezava todos os dias certa oração que tinha como objetivo garantir aquele aviso prévio. Corsino adoeceu várias vezes, mas tranquilizava seus familiares dizendo que saberia quando a enfermidade fosse fatal, e nesse caso logo avisaria. E assim, acometido certa ocasião de uma doença, informou calmamente à família: “Hoje Nossa Senhora me apareceu e me avisou, que a partida é no sábado, que é o meu dia e que há de ser a tais horas. Agora sim;



não tenho mais dúvida que a minha vez chegou e que é preciso que eu cuide da viagem; tratem, portanto, de mandar chamar o padre". Este veio, Manuel cumpriu todos os ritos da ocasião, despediu-se da família e dos amigos, e partiu no dia marcado.¹⁴

OS TESTAMENTOS

Muitos organizavam sua morte oralmente, de preferência na presença de familiares, amigos e do padre, como parece ter sido o caso de Corsino. Mas os outros, inclusive escravos (os chamados libertos), também escreviam ou ditavam testamentos em que, além de pedir a interferência de forças celestiais, destinavam parte de seus bens à organização dos próprios funerais. Tudo com vistas a pôr "a alma no caminho da salvação", como escreveu em 1811 na Bahia Joaquina Maria de São José.¹⁵ Esses documentos, às vezes escritos com muita antecedência, nomeavam santos como advogados no Tribunal Divino, indicavam a quantidade e o tipo de missas que considerassem necessárias a abreviar a passagem pelo Purgatório, escolhiam o modelo de mortalha, às vezes o tipo de caixão, estabeleciam o número de padres, pobres e músicos durante o cortejo e a cerimônia de enterro, e finalmente especificavam o local da sepultura.

Diversos aspectos não religiosos dos testamentos tinham implicações místicas. A morte representava, por exemplo, um importante mecanismo de ordenação econômica. Como em Portugal, o morto não descansaria enquanto não visse pagas suas dívidas comerciais com os vivos. O manual do padre Queirós recomendava ao moribundo que devolvesse ao dono qualquer coisa "injustamente adquirida [...] pois que ninguém pode entrar no Céu sem que primeiro restitua o alheio".¹⁶ Nos testamentos oitocentistas eram insistentes as instruções de pagamento aos credores, mesmo àqueles que, como escreveu um morador da Bahia em 1816, "não me têm pedido talvez por ignorarem que eu lhes sou devedor".¹⁷ Frequentemente, na lista de débitos em moeda corrente incluíam-se, lado a lado, credores humanos e sobrenaturais, pois as promessas não pagas — na forma de missas e donativos — faziam parte do mesmo livro de contas a ser examinado pelos fiscais do Tribunal Divino. Em 1802, um senhor de engenho em Santo Amaro, no Recôncavo, reconheceu em

testamento uma longa lista de credores deste e do outro mundo, inclusive o Senhor do Bonfim, a quem devia 50\$000, e o Senhor Sacramental do Convento de Santa Teresa, a quem devia 20\$000, em ambos os casos dívidas de promessas feitas e não cumpridas.¹⁸ Esse dinheiro ele deixava em testamento para ser agora, talvez tardiamente, investido em missas, a moeda corrente no Além.¹⁹

Advogados ciosos de sua atividade, os santos não perdoavam facilmente o calote dos mortos. Era muito perigoso morrer devendo-lhes promessas, pois assim lesados podiam se abster de qualquer intervenção em favor do morto durante o julgamento da alma. Daí o cuidado daquele senhor de engenho há pouco visto. Num outro episódio de meados do século, uma senhora que partia do interior da Bahia para tratar-se de doença do pulmão em Salvador, avisaria a sua irmã: "Naquela arca, deixo algumas disposições [testamentárias] e uma nota de promessas feitas aos Santos, as quais ainda não pude cumprir. Está tudo em uma caixinha".²⁰

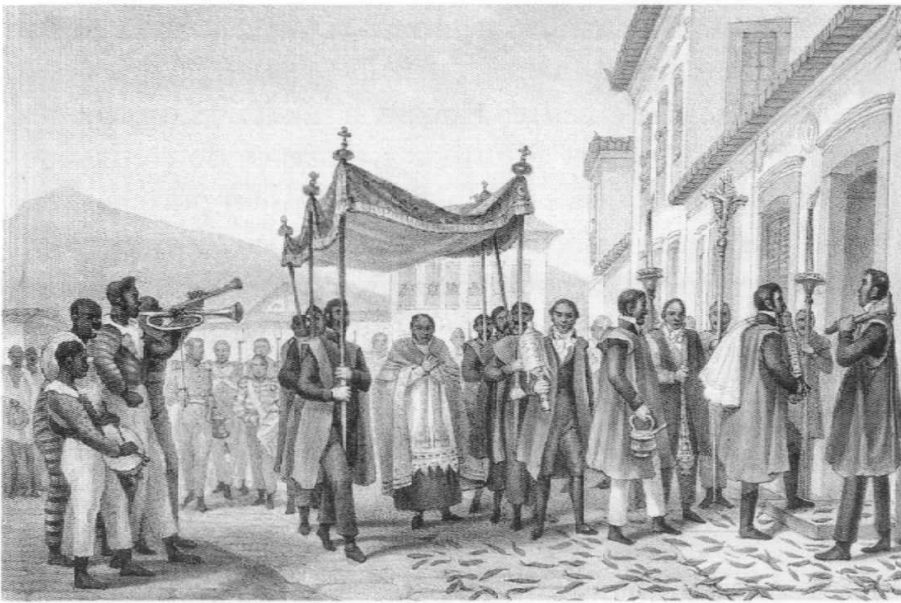
A morte também era um momento de reparação moral, no espírito do velho provérbio português: "A morte com honra desassombra".²¹ Fazer justiça aos que ficavam significa-



4. Diante da eventualidade de morrer num barco ou numa estrada durante uma viagem, a morte na própria cama, em casa, era desejada pelos que temiam não ter sepultura num cemitério cristão. (A Semana Ilustrada, 1863)

va limpar-se para enfrentar a justiça divina. Velhos pecados da carne eram corrigidos na hora da morte, quando pais reconheciam filhos tidos de relações ilícitas e homens casavam com amásias, às vezes ex-escravas, fazendo-as herdeiras legítimas. Quando caiu doente em 1833, Eugênio Pereira Nogueira, morador no Recôncavo, escreveu um testamento no qual declarava ter tido “ajuntamento ilícito” com a escrava Bonifácia, mãe de três filhos, aos quais ele deixava parte da herança apesar de duvidar que fossem seus: “não os julgo meus filhos, porém sejam ou não...”.²² A lógica dele foi: na dúvida, seria melhor não arriscar sua alma nesse momento estratégico de decisões salvíficas. Outros testadores negavam paternidade com convicção, como um certo Luís Pedro de Carvalho, também baiano, que em 1835 acusou de prostituição as mães de duas meninas que elas diziam serem suas. Carvalho escreveu: “Se minhas filhas fossem, eu não ocultaria, e muito menos na hora em que estou próximo a dar contas ao Criador”.²³ A hora da morte não era momento de mentiras porque, se ludibriar os que ficavam ainda era possível, não o era fazê-lo com o Pai Eterno, cujo julgamento seria implacável.

A morte ideal não devia ser uma morte solitária, privada. Ela se encontrava mais integrada ao cotidiano extradoméstico da vida, desenhando uma fronteira tênue entre o privado e o público. Quando o fim se aproximava, o doente não se isolava num quarto hospitalar, mas esperava a morte em casa, na cama em que dormira, presidindo a própria morte diante de pessoas que circulavam incessantemente em torno de seu leito — a morte representava “uma manifestação social”, como a definiu Philippe Ariès.²⁴ Reuniam-se familiares, padres, rezadeiras, conhecidos e desconhecidos. Era como em Portugal. Um inglês que por lá passou na década de 1820, encarou isso com muita estranheza, tendo testemunhado a invasão do quarto de um moribundo que receberia a extrema-unção por uma multidão de pessoas, inclusive estranhos, entre estes membros da “ralé”. Ao contrário dos ingleses, que preferiam a “decência de morrer pacífica e quietamente”, em típico estilo burguês, os portugueses, escreveu o inglês, “deduzem conseqüências vantajosas da numerosa coleção de pessoas em volta da cama do doente”.²⁵ Na corte do Rio de Janeiro estranhos também se juntavam a procissões



5. Quando o viático era levado a um doente, o costume obrigava os passantes a seguir a procissão. (Jean Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 1834)

do viático, segundo observaram diversos viajantes da primeira metade do século XIX. O alemão Pohl, por exemplo, assim descreveu o que viu lá: “Se, por exemplo, o Santíssimo era levado a um enfermo, não só se juntavam ao préstito, rezando, pessoas de todas as condições, como quem, vindo de coche, encontrasse o cortejo, tinha a obrigação de descer, desocupando o lugar para o sacerdote e acompanhando o carro a pé”.²⁶ Além de descrever uma procissão dessas, Debret a retratou, e o préstito que acompanhava o viático, além de padre e sacristão, incluía uma banda de músicos negros, soldados, membros de uma irmandade (provavelmente do Santíssimo Sacramento) e transeuntes. Debret não penetrou no quarto do moribundo, mas o inglês Lindley o fez, em 1802, em Porto Seguro. O recinto se achava “cheio de parentes, visitantes e fâmulos”, o que o tornava “imensamente quente e pequeno”, criticou sufocado o estrangeiro, ele próprio um estranho admitido na cena.²⁷

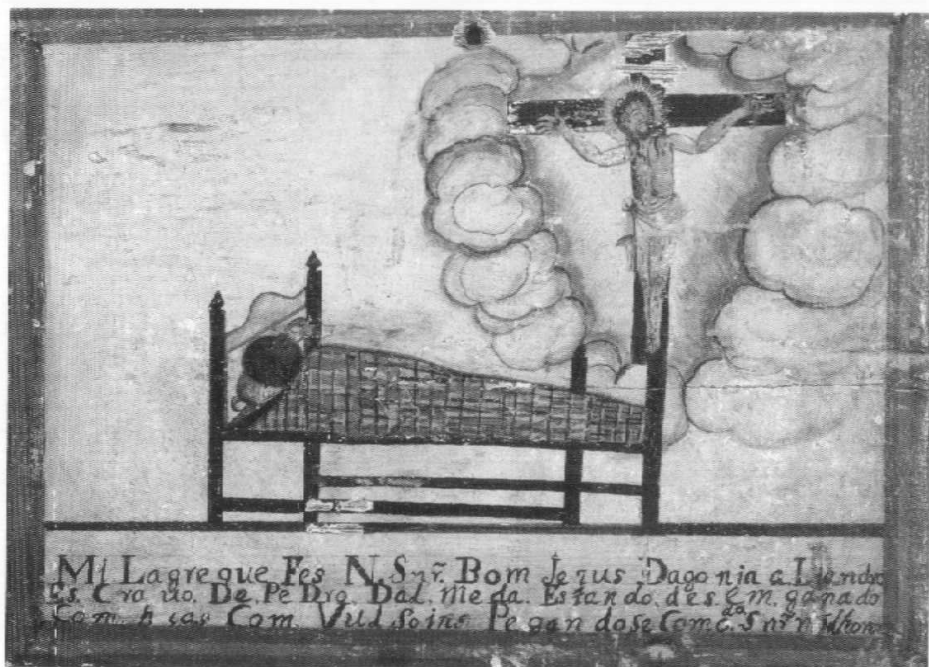
O testemunho desses norte-europeus é interessante, entre outras razões, porque ressalta a especificidade de nossa cultura funerária. Mas a composição das personagens em torno do leito de morte não era tão caótica como lhes parecia. O padre Queirós, que nos tem acompanhado nesta viagem sobre a morte, recomendava que a ele não comparessem pessoas que tivessem dado “ocasião de pecados” ao enfermo. Ou seja, desafetos, companheiros de folias, as próprias amantes ou as dos cônjuges. Talvez por isso a marquesa

de Santos, amante de d. Pedro, tivesse sido impedida de entrar no leito de morte da imperatriz Leopoldina. Além dessas visitas indesejáveis, o padre criticava o "ajuntamento de pessoas estranhas", embora admitisse a presença de conhecidos que testemunhassem a fé do doente e orassem por ele.

Quanto à participação dos padres, Queirós obviamente colocava-a em primeiro plano e, aliás, dirigira a eles seu manual de bem morrer, de mais de trezentas páginas, para guiá-los do modo mais eficaz possível na operação em torno dos últimos e dramáticos momentos do moribundo, nessa hora decisiva em que uma falha ritual podia redundar na perdição definitiva da alma do assistido. Um trecho da oração ao agonizante recomendada por Queirós dizia: "O horror das trevas, o ardor das chamas, e o rigor dos tormentos lhe sejam desconhecidos. Satanás, o mais cruel inimigo, lhe ceda com todos os seus sequazes, trema à sua chegada em companhia dos Anjos, e vá se esconder nesses horríveis calabouços de uma eterna escuridão".²⁸

No Brasil rural a assistência paroquial era dificultada pelas distâncias, pela própria ausência de padres e sobretudo pela população a ser assistida. Escravos, por exemplo. O estudo de Sheila de Castro Faria indica que na freguesia fluminense de Santo Antônio de Guarulhos, em Campos, apenas 4% dos escravos mortos se foram com pelo menos um sacramento. Um número muito baixo, mesmo considerando a presença maciça de africanos no lugar, os quais não se interessariam em receber os sacramentos por apegados a tradições pagãs, ou, se católicos, por falta de interesse de seus senhores.²⁹

No Brasil urbano do século XIX as pessoas foram assistidas com alguma regularidade pelos padres na hora da morte. O estudo de Claudia Rodrigues, que cobre o Rio de Janeiro entre 1812 e 1885, mostra que, subtraindo os anos epidêmicos em que ficava mais difícil o acesso aos padres, pelo menos 60% dos mortos receberam algum sacramento antes de falecer, sendo que 41% receberam todos, ou seja, penitência, comunhão e extrema-unção.³⁰ Os mortos de Salvador, numa amostra de 712 óbitos em 1835-6, não foram tão bem servidos: 52% não receberam nenhum sacramento.³¹ E isso se deu,



6. Fora da intermediação dos padres, desenvolviam-se relações mais diretas com o divino. O escravo Liandro agradece o milagre de sua recuperação com um ex-voto. (Invocação ao Bom Jesus da Agonia, século XIX, Minas Gerais)

em parte, por negligência dos padres, aos quais o arcebispo da Bahia, d. Romualdo Seixas, acusou em pastoral de 1829 de “indignos mercenários” por não assistirem aos enfermos que não lhes pudessem pagar.³² Felizmente, não era apenas do domínio dos padres o conhecimento de estratégias de combate ao inimigo que se punha de emboscada nessa perigosa passagem para o Além.

Aqui residia a importância da ampla afluência humana ao leito de morte, nem sempre de acordo com o receituário dos ministros da Igreja. Como em Portugal, contava a força gerada pela soma de orações recitadas pela multidão em benefício daquele que se preparava para partir. Frequentemente, havia objetivos específicos a serem atingidos, como no caso de doentes “sem força para morrer”, que necessitavam ajuda para abreviar a agonia, a queima de velas, beberagens administradas e certas rezas recitadas pelos presentes.³³ Um bendito pernambucano, feito para ajudar a morrer, assim incentivava o moribundo a deixar pacificamente o mundo dos vivos:

Pecadô repara
 Que hás de morré,
 Chama por Jesus
 Que ele há de valê.

[...]

7. *A medicina contra a morte. No censo de 1872, o número de médicos, cirurgiões, farmacêuticos e parteiros em cada 10 mil habitantes mostra a concentração desses profissionais de saúde na área do Rio de Janeiro. O Rio Grande do Sul também se destaca por causa da medicina militar agregada às tropas. Santa Catarina e Paraná, com poucos habitantes, tinham um número relativamente alto desses profissionais. O Amazonas e o Mato Grosso apresentam discrepâncias estatísticas e não foram considerados. (LED-Cebrap)*
(Ver Apêndice, tabela 4.)



*Não conhece os teus
Que contigo estão
Com ânsia tão grande
No seu coração?*²³⁴

Chegava um momento em que a agonia do doente exauria aqueles reunidos em volta dele, os quais, para aliviar a todos os presentes, inclusive o próprio doente, deixavam de pedir por sua saúde para solicitar sua morte. Nesse instante se reconhecia que o moribundo teria chegado a um estado de morto-vivo, uma zona liminar, perigosa, que precisava atravessar com urgência. Os vivos podiam ajudar com um empurrão final.

Essa proteção humana que cercava a hora da morte em nossa antiga cultura funerária era fruto de uma sociedade pouco individualista, em que a vida e a morte privadas ainda não haviam sido reduzidas ao pequeno mundo da família nuclear tipicamente burguesa. Isso valia mesmo para as classes superiores, em que esse processo de privacidade iria aos poucos se instalando ao longo do século XIX, sempre com

variações regionais, diferenças entre o rural e o urbano, além de outras diversidades.

Uma concepção fúnebre fundamental era vincular o tratamento do cadáver ao destino da alma, um comportamento comum a várias outras culturas.³⁵ Quando a morte chegava, muitos ritos domésticos eram imediatamente executados com o corpo do morto ou em torno dele, objetivando afastar os espíritos malignos e garantir uma partida tranqüila do defunto.

AS CARPIDEIRAS

A morte era anunciada por carpideiras, com frequência especialistas contratadas para a ocasião. Tanto em Portugal como em vários países da África as mulheres recebiam aos berros o passamento dos membros de suas comunidades.³⁶ No Brasil as carpideiras não parecem ter constituído uma ocupação remunerada como na Europa, ou pelo menos não era um costume generalizado, a se crer na avaliação do padre Lopes Gama, escrevendo de Pernambuco em *O Carapuceiro*, em 1832.³⁷ No entanto, a carta de um leitor ao *Jornal da Bahia*, em 1857, insinua que elas existiam aqui sim, e critica suas atividades: “Como viveriam as carpideiras sem defuntos que fossem pranteados? O pranto porém é de outros, delas só é o ganho; choram por conta dos que as pagam, pouco se lhes dando com as lágrimas que vertem; e mais chorarão pelo maior malvado, se maior espórtula receberem”.³⁸

Mesmo que a profissão de carpideira não fosse difundida entre nós, a choradeira feminina era comum, como reconhecia o próprio padre Lopes: “não faltam certas mulheres de timão, que são capazes de chorar incessantemente de pura mágoa de quanto defunto elas nunca viram”. Arrematando: “E um enterro, quanto mais chorado é, maior fama adquirir”.³⁹ Já em 1832, o padre pernambucano via nisso um costume indesejado, sem nenhuma vantagem para os mortos e que apenas se somava a outras vaidades dos enlutados. Mas o costume, além de difundido, tinha funções rituais no catolicismo tradicional e resistia ao tempo. Em data já avançada do século XIX (meados da década de 1870), o engenheiro inglês James Wells, passando pelo arraial de Formosa, no extremo Oeste da Bahia, documentou essas mulheres em plena ação: “Por volta da meia-noite, fui acordado por barulhos sobrena-

turais, e o clarão de luzes na rua. Ao sair à porta, encontrei quase todas as mulheres do arraial reunidas perto de uma casa próxima, algumas chorando, outras gritando o mais que podiam, outras cantando uma nênia agreste, e todos os cachorros e galos do lugar latindo e cantando”⁴⁰

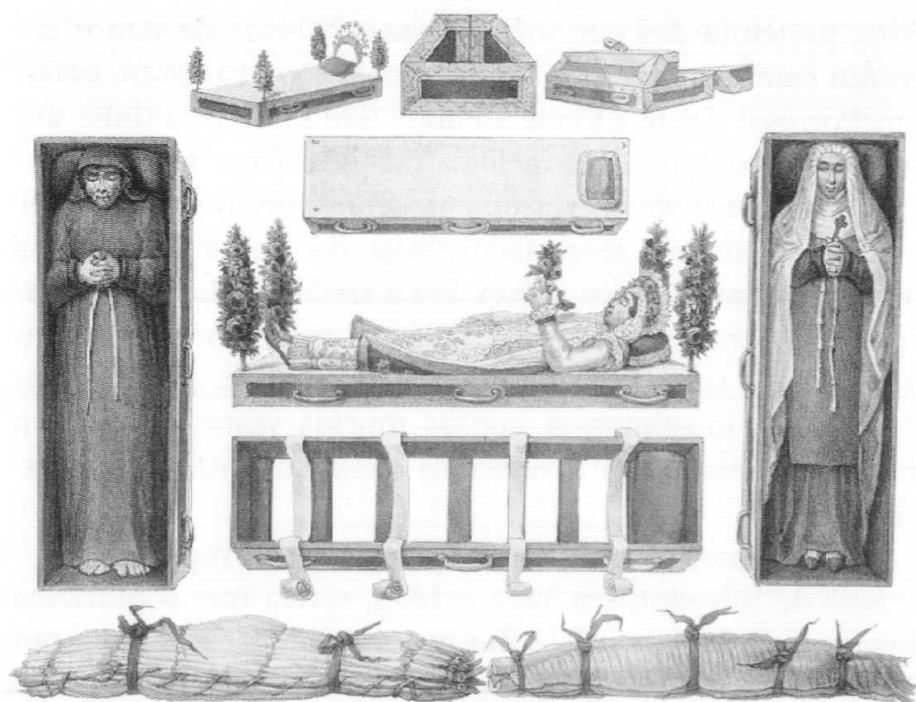
Elas, continua o narrador, se mantiveram acesas noite adentro e antes de o dia raiar acompanharam o morto à sepultura, tendo, escreveu sempre irônico Wells, “aparentemente reservado os pulmões para o *finale*; elas rodopiavam, jogavam os braços para cima e gritavam com fúria”.⁴¹ Os homens nesse momento se juntaram às rezas, mas sem muito empenho. Tudo se fez sem a presença de um padre, personagem rara naquele sertão, o que talvez explique a maior desenvoltura e veemência das carpideiras.⁴²

Antes da saída do morto de casa, outros ritos domésticos deviam ser acionados, entre eles o banho do cadáver com infusões especiais ou perfumes. Em seguida carecia vestir o defunto adequadamente, tarefa também cheia de significados.

O guarda-roupa fúnebre era especial, em particular nos meios urbanos. Até meados do século passado, poucos indivíduos usavam roupas seculares, a roupa do dia-a-dia, em seus funerais. Mesmo numa amostra para todo o século no Rio de Janeiro, as roupas de uso vestiram apenas 13% dos mortos para os quais temos informações a esse respeito. Os demais defuntos iam à sepultura vestidos principalmente de mortalhas de santos (57%) e em cores (13%). Entre as mortalhas de santos, destacavam-se, para as crianças, a de Nossa Senhora da Conceição, para os adultos o hábito de santo Antônio.⁴³ O interior fluminense — especificamente Campos —, em meados do século, vestia seus escravos para a morte sobretudo de branco (55%), fosse com mortalhas ou lençóis.⁴⁴

8. Rica mortalha de um dignitário que era cavaleiro da Ordem de Cristo. (Jean Baptiste Debret, Cavaleiro de Cristo exposto em seu caixão aberto, 1834)





9. Diversos esquifes e corpos embalsamados. No ambiente tropical, a rápida decomposição dos cadáveres, impossibilita a realização de longos velórios como na Europa. (Jean Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 1834)

Em São Paulo, no início do século XIX, o hábito de São Francisco vencia em 40% a preferência dos pedidos em testamento, seguido pelo de Nossa Senhora do Carmo, com 25%.⁴⁵ Na Bahia, em 1835-6, as mortalhas brancas, pretas e franciscanas constituíam o traje mais habitual.

Mortalhas brancas de tecido de algodão ordinário eram populares entre os africanos no Rio e em Salvador, pois o branco é a cor fúnebre de muitos grupos étnicos da África, como os nagôs, jejes, angolas, congos e os muçulmanos em geral. Para os nagôs, por exemplo, o branco se relaciona ao orixá Obatalá, ou Oxalá, o criador, que, na hora da morte, reivindica sua criação. Entre os congos, o mundo dos mortos é o “reino branco”.⁴⁶ Mas o branco tem também importantes significados no simbolismo da morte cristã. Os testadores podiam ser ainda mais diretos. Em 1832, Manuel Siqueira, senhor de 42 escravos, pediu para ser “amortalhado em um lençol branco à imitação de Nosso Senhor Jesus Cristo”, uma alusão ao Santo Sudário, no qual, segundo a tradição, Cristo estava envolto quando ressuscitou.⁴⁷

O uso de mortalhas pretas aumentou desde o início do século XIX em Salvador e no Rio, até entre os escravos, e mesmo no interior.⁴⁸ Na corte o preto se difundiu principalmente entre mulheres casadas.⁴⁹ Quando combinado com um crucifixo em volta do pescoço, obtinha-se o hábito de santa

Rita, protetora dos que sofrem. Vestir hábitos de santos era muito comum, em especial o hábito de são Francisco, usado em Portugal desde a Idade Média.⁵⁰ São Francisco tinha um lugar de destaque na escatologia católica. Uma tela setecentista na parede do consistório do convento franciscano de Salvador retrata-o resgatando almas do Purgatório com a ajuda do cordão de seu hábito. Diz a tradição que, certamente com a permissão de Deus, ele fazia expedições periódicas àquela zona celeste com o objetivo de resgatar almas ali encarceradas. Imaginava-se que os mortos vestidos com seu hábito pudessem ser favorecidos nessas aventuras franciscanas.⁵¹

Uma amostra de mais de mil óbitos dos registros paroquiais de Salvador, em 1835 e 1836, revela que a mortalha branca foi usada por 44% dos mortos, a mortalha preta por 16% e o hábito franciscano por 9%. Os demais 31% foram enterrados com outros tipos de mortalhas, inclusive os hábitos de outros santos. Os meninos, por exemplo, usavam muito o uniforme militar de são Miguel Arcanjo — que no Rio incluía túnica, botas vermelhas, cinto, capacete dourado, armadura e espada —,⁵² uma fantasia apropriada a um tipo de morto que, segundo o imaginário popular, se batizado, era imediatamente incorporado ao exército angelical comandado por são Miguel, e desse lugar velaria pelos pais na vida e na morte.⁵³ Os meninos também se vestiam de são João Batista e as meninas de Nossa Senhora da Conceição, ambos santos patronos da fertilidade no Brasil. Nesses casos os pais pareciam querer reparar a perda dos filhos com gestos que propiciassem a sobrevivência de futuros rebentos, uma preocupação importante num ambiente demográfico caracterizado por altas taxas de mortalidade infantil.⁵⁴

A propósito, os recursos simbólicos de positivação da morte menina atravessavam várias camadas da cultura funerária. Os anjinhos eram maquiados, enfeitados com coroas de flores, vestidos com mortalhas coloridas e para eles não se devia chorar. O inglês Luccock, que morou no Rio de Janeiro de d. João VI, viu que as crianças eram “gaily dressed” para a morte; o francês Arago procurou em vão lágrimas num funeral infantil carioca de que participou, em 1817; Ferdinand Denis afirmou que tanto no Rio como na Bahia o funeral infantil tinha “uma pompa entre nós [franceses] ignorada e



10. Anjinho preto de cadeirinha. Como em outros países ibero-americanos era costume, mesmo entre as pessoas mais modestas, fazer grandes despesas para o enterro de crianças, reputadas por “anjinhos” até a idade de sete anos. (Jean Baptiste Debret, Cortejo de negrinho, 1834)

nada tem de fúnebre”. O uso continuava em meados do século, com Robert Minturn achando que “um costume bonito prevalece na celebração dos funerais de crianças” no Rio, e prosseguia descrevendo o clima de cor e festa.⁵⁵

Muitas explicações se davam, no interior do próprio imaginário mortuário, a respeito desse estado de alma diante da morte infantil. Uma das mais interessantes conservou-se na cultura caipira paulista e foi coletada por Maynard Araújo, já em meados do século xx, segundo a qual não se devia chorar para não molhar as asas do anjo que vinha recolher o anjinho. O mais comum era considerar positivo que as famílias contassem com anjos familiares que as protegessem. Essa concepção podia aparecer em situações as mais surpreendentes. Em 1882, escravos rebeldes do município de Campinas, São Paulo, mataram um feitor, sua mulher e um filho deles de dois anos. Interrogados por que não haviam poupado a criança, responderam que seus pais precisavam de “anjos companheiros na entrada do céu”.⁵⁶

Voltemos à mortalha. Escolhida esta, o especialista em vestir defunto entrava em cena. Não podia ser qualquer pessoa, mas uma que conhecesse com segurança seu trabalho, além de ser proba, honesta e devota. Segundo Câmara Cascudo: “Nem todos têm o direito de tocar no cadáver”. Era preciso, por exemplo, saber se comunicar com o morto, para que este cooperasse com a operação: “dobre o braço, Fulano, levante a perna, deixe ver o pé!”. Ou: “Fulano, feche os olhos para o mundo e abra-os para Deus”.⁵⁷ Tudo devia ser acompanhado de um bendito de “vestir defunto”, talvez como aquele recolhido em Pernambuco por Getúlio César:

*Veste esta mortalha
Quem mandô foi Deus;
Quem mandô visti
Foi a mãe de Deus.*

*Amarre este cordão,
Quem mandou foi Deus;
Quem mandou marrá
Foi a mãe de Deus.*

*Bota este capuz,
Quem mandou foi Deus;
Quem mandô buscar
Foi a mãe de Deus.*

E assim continuava com cada peça do vestuário fúnebre: véu, meia, sapato. Informa ainda César que sete deviam ser os nós do cordão da mortalha, sendo rezado um pai-nosso e uma ave-maria para cada nó, portanto um total de catorze preces, além do bendito, apenas nesse ritual de vestir.⁵⁸

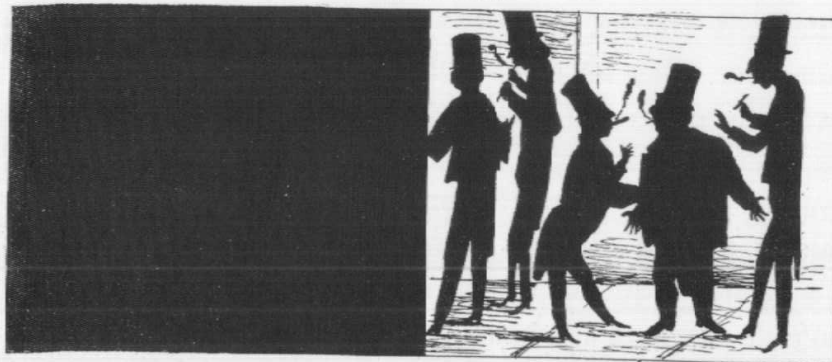
O uso dessas mortalhas piedosas sugere um apelo à proteção dos santos nelas invocados, e sublinha a importância do cuidado com o cadáver na passagem para o Além, atenção com a alma em sua peregrinação expiatória e com a ressurreição no dia do Juízo Final. Vestir-se de santo representava desejo de graça, imaginar-se mais perto de Deus, antecipando participação na Corte Divina. A roupa mortuária protegia os mortos e promovia uma integração ditosa no mundo deles, mesmo que lá o endereço nem sempre fosse o mesmo. Segundo um cônsul francês na Bahia, os escravos africanos que em 1830 se revoltaram em Salvador usaram suas melhores roupas africanas na crença de que, se morressem, retornariam em espírito a suas pátrias.⁵⁹

Uma vez adequadamente vestido, o morto estava pronto para o velório, que em geral acontecia na sala de sua própria casa, agora decorada com panos fúnebres. A “armação da casa” era muitas vezes de grande luxo e custosa, feita com tecidos finos bordados com fios de ouro e prata. Rico ou pobre, carecia que até a hora do enterro o morto ficasse protegido pelo ambiente lutuoso, mas sobretudo por agentes do luto. Ele não podia ser deixado só, pois solitário tornava-se presa fácil de maus espíritos. Durante o velório, as carpideiras con-

PHYSIOLOGIA DO ENTERRO POR-FLUMENJUNUS



O efusie do carro.



Na saia dos pezames.

A espera do enterro.



A volta do cemitério.

11. "A physiologia do enterro":
a charge de Flumens Júnior ironiza
o bate-boca que surgia nos funerais,
transformados em eventos sociais
animados. (Bazar Volante, 1865)

tinuavam seu labor, juntando-se a outras mulheres que rezavam em voz alta, cantavam benditos e incelências, estas aos pés do defunto, aqueles à sua cabeceira.⁶⁰ Ainda mais do que na hora da morte, estranhos participavam de velórios e cortejos fúnebres. Arago conta o que lhe aconteceu no Rio de Janeiro de 1817:

Um homem me pára em pleno dia pelo colete na esquina de uma rua, e me pede se não quero lhe dar o prazer de acompanhar um pequeno Jesus ao Céu.

"Que se deve fazer para isso?"

"Me siga."

"Eu vos sigo."

Nós entramos em uma casa de bela aparência e subimos ao primeiro andar. Uma centena de velas acesas, num aposento classe [*classé?*] iluminavam uma figurinha pálida que duas damas enfeitavam de flores, fitas e pedras preciosas, enquanto uma rapariga lhe maquiava as bochechas de um rosa brilhante [...] O senhor da casa me veio beijar a mão e me dar uma vela acesa.⁶¹

Convinha a participação de todos, e sem dúvida a de um estrangeiro branco devia render em prestígio para a família enlutada. A família, amigos, vizinhos e estranhos mantinham-se de olhos abertos, vigilantes, solidários. Daí a adequação do termo *sentinela*, termo militar — ali se travava uma batalha de morte — que com muita propriedade se usava em lugar de *velório*. E, para manter os vivos em estado de alerta, comida e bebida eram servidas. Wells escreveu sobre o velório a que foi na remota Formosa: “Percebi que a agonia do pesar era alimentada e sustentada por libações frequentes e liberais de cachaça”.⁶²

Os cortejos deixavam a casa com o pôr-do-sol, como se o fim do dia fosse uma metáfora para o fim da vida. Esse horário também sugere associações entre o sono e a morte. De qualquer forma, a sombra da noite aumentava a dramaticidade dos funerais antigos, que podiam ser espetaculares, imitando as procissões do Enterro de Cristo ou de Nossa Senhora da Boa Morte, em que música, fogos de artifício, comida e bebida abundavam. Funerais fictícios de imagens de cadáveres divinos, essas cerimônias serviam de modelos para os funerais dos humanos.

FUNERAIS-FESTAS

Os brasileiros faziam da participação nessas cerimônias obrigação de fé, se não um dos passatempos prediletos, conforme o testemunho dos viajantes estrangeiros, os quais, preconceituosos, principalmente os protestantes, esquecidos de que em seus países um dia a morte fora assim celebrada, viam naquilo indício de atraso brasileiro ou superstição católica. A capacidade de mobilizar muita gente, por exemplo, era um sinal de prestígio do morto e sua família, um símbolo de poder secular, e ao mesmo tempo uma proteção extra para a

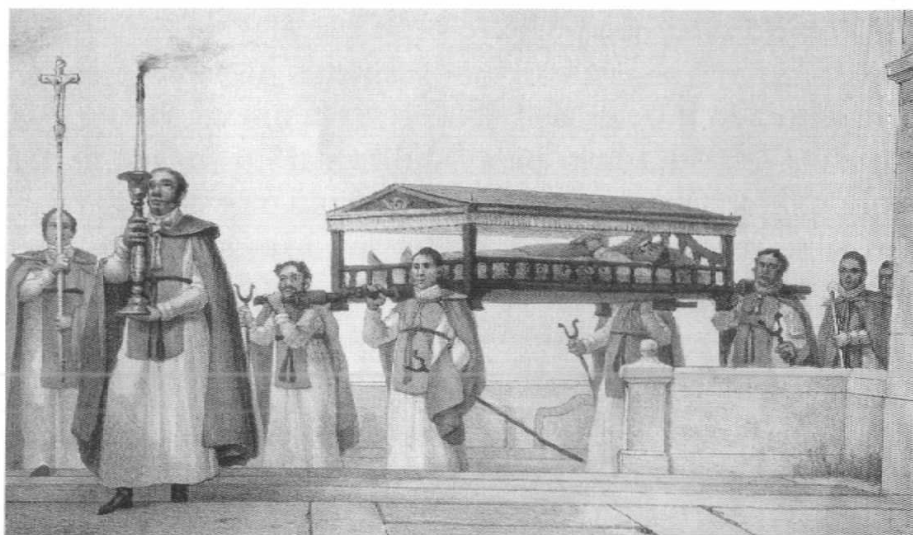
alma do defunto, que podia se beneficiar das rezas da multidão. As famílias ricas distribuíam centenas de cartas-convites. Uma viúva do interior da Bahia escreveu um convite em que chamava o destinatário para “abrilhantar” o funeral de seu marido.⁶³ Nessa época, meados do século, nos centros urbanos já se vendiam convites impressos. Mas só muitos anos depois começaram a aparecer na imprensa os anúncios de agradecimento aos que compareciam a funerais, como o da família Alves que, em 1857, agradecia “a todos os amigos que se dignaram comparecer ao acompanhamento do cadáver de sua mulher, filha, irmã etc.”.⁶⁴

Mas não apenas os amigos participavam dos cortejos. Aqui a ruptura da cerca da vida privada se repetia com maior força ainda. Juntavam-se pobres especialmente contratados, mediante esmolas com frequência estabelecidas em testamentos, ou simples transeuntes, como aconteceu com Arago acima, que terminou acompanhando o “pequeno Jesus” até o lugar de sepultura. O mesmo aconteceu a Luccock, na mesma época e também no Rio, quando foi abordado na rua e praticamente intimado a carregar o caixão de uma criança morta.⁶⁵ Ainda



12. Memento da viscondessa de Arcozello, redigido em francês. A partir do Segundo Reinado passou a ser prática comum distribuir uma lembrança do morto aos amigos e parentes. (1912)

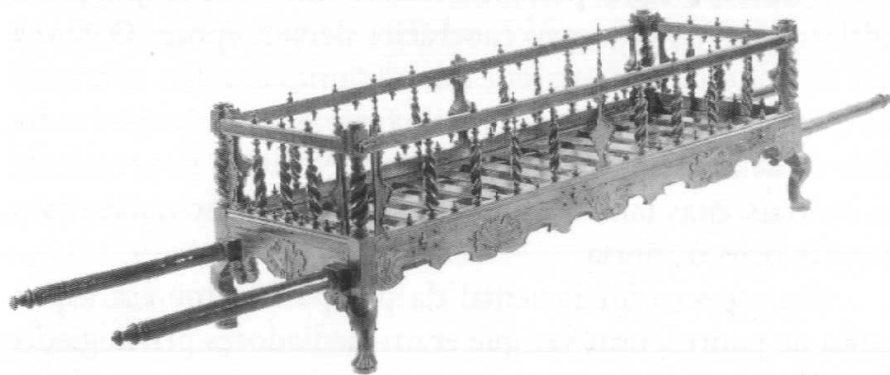
13. Os membros das irmandades tinham velórios especiais. (Jean Baptiste Debret, Cortejo fúnebre de um membro da Confraria de Nossa Senhora da Conceição, 1834, Rio de Janeiro)



sobre o Rio, confirmava Ferdinand Denis: “Não é somente os parentes e amigos do defunto que acompanham o caixão; todo o indivíduo, vestido com decência, que ante a casa do falecido passa, é convidado a pegar numa tocha e a seguir o enterro”.⁶⁶

Denis especificava, porém, que tal comportamento era mais comum nos funerais afluentes. Foi o caso do estudante Feliciano Coelho Duarte, de importante família mineira, morto em São Paulo em 1850 e enterrado em grande estilo. Ele sofreu o tipo de morte indesejada, pois se foi jovem, de doença fulminante, talvez epidêmica. Morte triste mas que protagonizou um grande funeral. Daquelas que naquele tempo ficavam marcadas na lembrança dos participantes. “Seu enterro”, escreveu um colega mais tarde, “foi um desses acontecimentos que por muito tempo e por diferentes motivos nunca deixam de se conservar na memória daqueles que a ele assistiram [...] o préstito fúnebre [...] pode-se dizer que ocupava toda ou quase toda aquela tão extensa rua.”⁶⁷

Nos melhores funerais da época, cada assistente recebia uma vela, pois, como escreveu Wetherell, que viveu na Bahia nas décadas de 1840 e 1850, considerava-se “um ponto de honra haver um grande consumo de cera num funeral”.⁶⁸ Do ponto de vista ritual, a cera ajudava a abrir o caminho do morto nas trevas da morte, simbolizando o esvair-se da matéria, função simbólica que às vezes não chegava a desempenhar porque não derretia por completo. Era então reaproveitada para iluminar a noite dos vivos. Podia ser vendida ou trocada na taverna da esquina, mais um incentivo para que os pobres acompanhassem os funerais que cotidianamente



14. Um esquife trabalhado onde eram transportados os mortos. Pertenceu à Igreja de São Pedro dos Clérigos, em Mariana, Minas Gerais. Muito usado pelas irmandades locais, foi fabricado no final do século XVIII.

encontravam em suas andanças pela cidade. No interior, as velas eram bens escassos muito caros, como testemunhou Pohl em um arraial de Goiás, ao escrever sobre negros que viviam remexendo seu baú à procura delas.⁶⁹ Em 1827, Seidler observou a respeito de soldados convidados a participar de um enterro no interior gaúcho: “Não se fizeram de rogados, pois podiam depois ficar com as velas e na primeira venda barganharem-nas em troca de alguma coisa que lhes apetecesse”.⁷⁰ Pessoas pobres como aqueles negros e estes soldados eram freqüentadores profissionais de funerais, às vezes contratados às centenas para acompanhar o féretro em troca de velas e comida. Em Salvador, os pobres se organizavam em grupos liderados por capatazes responsáveis pela distribuição das esmolas. Os capatazes tinham até registro na Câmara municipal. Os pobres serviam aos ricos vivos e também quando estes morriam. Suas preces eram tidas como sobremaneira eficazes por serem eles, supostamente, escolhidos de Deus, conforme rezava a Sagrada Escritura.⁷¹

Feitos de velas e pobres, além de outros elementos, esses funerais em grande estilo não eram necessariamente o melhor expediente para uma vida eterna feliz, mas com freqüência funcionavam como uma solução para a dor dos sobreviventes. A literatura ficcionista representou diversas vezes esse sentimento. Em *As vítimas-algozes* (1869), Joaquim Manuel de Macedo comenta o funeral organizado para a esposa pela personagem Paulo Borges, o qual a traía com uma escrava que, em doses homeopáticas, a envenenara secretamente: “O marido adúltero supôs enganar a Deus e aos homens, e talvez a si mesmo, dando aos restos mortais de sua santa mulher honras fúnebres suntuosas, esmolas aos pobres, missas, e aparatoso ofício do sétimo dia”.⁷²

O autor, é claro, pertencia a uma elite letrada que já via criticamente os costumes funerários de sua época. O fato é que documenta a vigência de tais costumes em data avançada do Oitocentos. Naquele tempo os funerais eram organizados com os detalhes das festas de hoje, objetivando impressionar os mortais, mas também pressionar os dignitários celestiais a receber bem o morto.

Um aspecto fundamental da pompa fúnebre era a presença de padres, uma vez que eram mediadores privilegiados da salvação. Como estes eram raros no interior profundo do país, onde especialistas leigos dirigiam todas as etapas do funeral, os brasileiros urbanos procuravam dispor de quantos padres pudessem contratar para as solenidades da ocasião. No auge da era barroca — final do século XVII — houve testadores que pediram até cem padres em seus funerais, mas com o passar do tempo esses números altos foram rareando. Na primeira metade do século XIX, em Salvador, não encontrei enterro com mais de cinquenta sacerdotes católicos. Mesmo o visconde de Camamu, presidente da província que morreu assassinado em 1830 — um tipo de morte que requeria aparato ritual especial —, não foi acompanhado por mais de 24 padres.⁷³

Além de muitos padres, todo funeral respeitável devia ter orquestra. Nada mais espetacular e saudável do que morrer com música, tocada às vezes por até quarenta instrumentistas. Tocava-se na saída do cortejo de casa e durante a missa de corpo presente. Os mais modestos pediam música somente na igreja, e apenas coro sem acompanhamento, estilo gregoriano ou cantochão. A música se confundia com a percussão dos sinos, produzindo a versão barroca da noção multicultural de que a morte feliz deve ser ruidosa. A celebração da morte dispensava o silêncio: os pobres rezavam em voz alta, as carpideiras pranteavam, os músicos tocavam, o sacristão repicava o sino.

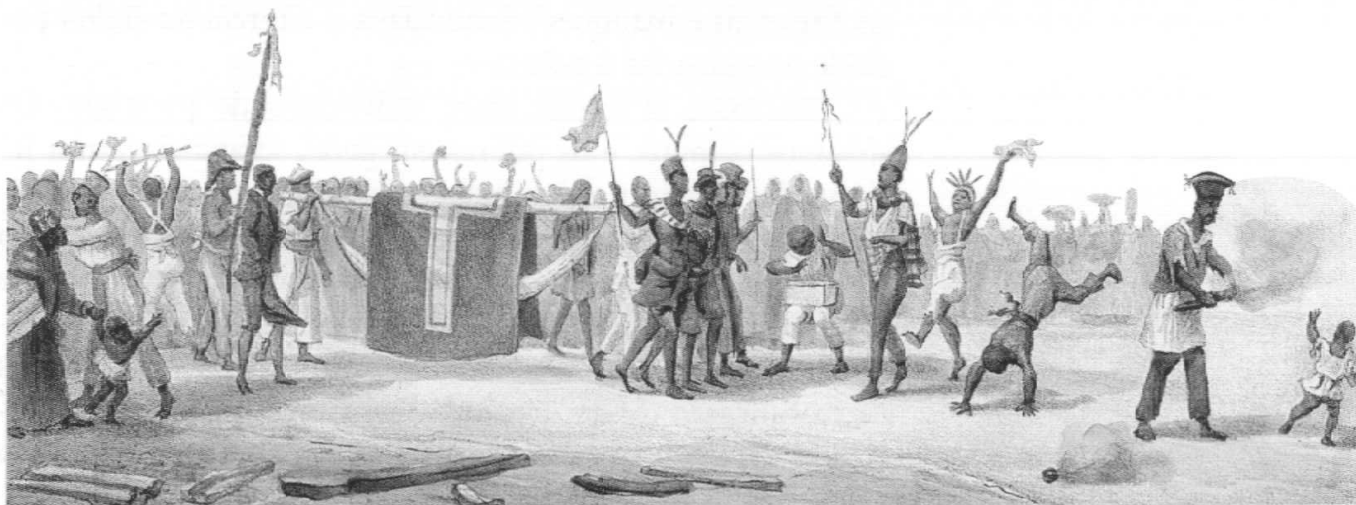
Eis um morto que foi à sepultura em grande estilo: em 1817, José Antônio da Silva, comerciante em Salvador, antes de morrer mandou contratar quinhentos mendigos; uma orquestra e vinte padres para acompanhá-lo à sepultura. Ele também lembrou aos executores de seu testamento que avisassem sobre a morte dele quatro irmandades às quais estava afiliado, para que estivessem presentes e tocassem os sinos de

suas igrejas. Somando mendigos, padres, músicos, membros de confrarias, amigos e vizinhos, o funeral do português foi animado por uma multidão de, provavelmente, mais de mil pessoas. José Antônio era solteiro e sem família; tendo vivido só, não quis morrer assim — teve uma vida privada vazia mas uma morte plena.

A POMPA FÚNEBRE AFRICANA

A pompa católica tinha uma contrapartida africana que foi recriada pelos escravos no Brasil oitocentista. Quando esteve no Rio de Janeiro entre 1816 e 1831, Debret fez muitos quadros de cerimônias fúnebres, inclusive do magnífico funeral de um “príncipe africano” exilado pela escravidão no Rio de Janeiro. Escravidão que, entretanto, não eliminara, na comunidade africana daqui, hierarquias políticas e religiosas trazidas da África. Durante o concorrido velório daquele aristocrata africano, o morto foi visitado por delegações de diversas outras nações da África representadas na corte carioca. Reinava um clima de festa, com dança acompanhada por palmas e percussão africanas. A isso somava-se o foguetório, que se tornou mais animado com a saída do cortejo, sendo o morto levado numa rede coberta por um pano mortuário com o desenho de uma grande cruz. À frente, um mestre-de-cerimônias abria caminho a bengaladas em meio à multidão e ainda mais à frente acrobatas piruetavam acompanhados pelo som de tambores e o pipocar de bombas e foguetes. Chegando a uma igreja de irmandade negra, enquanto do

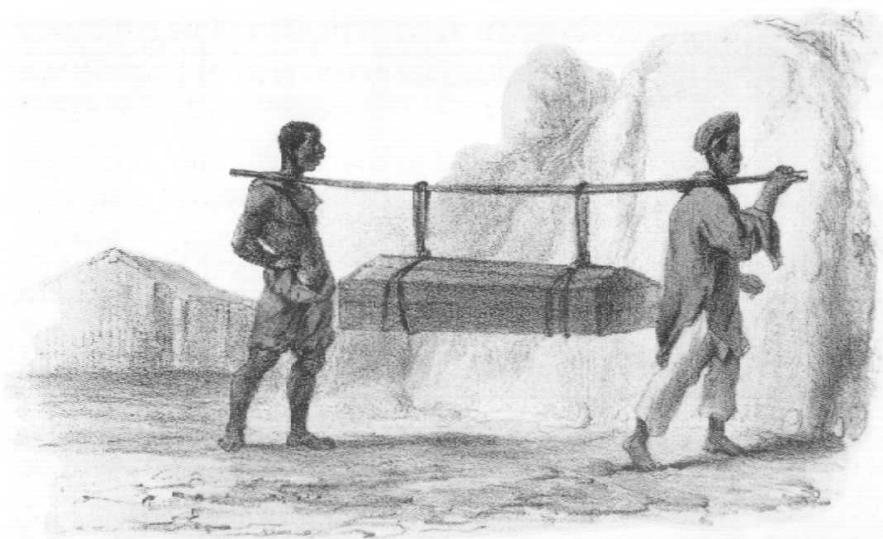
15. As irmandades dos negros organizavam os funerais de seus dignitários. O cortejo era festivo, com músicos e capoeiristas. (Jean Baptiste Debret, Cortejo fúnebre do filho de um rei negro, 1834)



lado de dentro acontecia a cerimônia de sepultamento, nos moldes católicos, do lado de fora fervia a celebração ao estilo africano.⁷⁴ Um outro viajante francês, Expilly, lembrou que “a grande ambição dos angolanos é fazer para aqueles que amam funerais faustosos”.⁷⁵ Os angolanos — identidade que encobria diversas etnias deportadas através de Luanda e Benguela — formavam maioria entre os africanos do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX.

Na Bahia, os africanos, na sua maioria vindos de bem longe de Luanda, do golfo de Benim, também celebravam em grande estilo a morte de seus líderes políticos e religiosos. Em 1836, ano seguinte ao levante dos malês em Salvador, o funeral de um negro nagô assustou a cidade, segundo um leitor do *Correio Mercantil*. “Consta-nos”, escreveu ele, “que na noite do dia 8 do corrente houveram [...] boatos de rusgas de pretos. A causa de um tal boato parece ter sido o enterro de um preto Nagô, ao qual assistira para mais de duzentos pretos com seus archotes.”⁷⁶ Em 1841, o formando de medicina Antônio José Alves, pai do “poeta dos escravos” Castro Alves, censurou em sua tese de conclusão de curso esses funerais africanos, que segundo ele eram infelizmente freqüentes em Salvador, muitos os seus participantes, grande a quantidade de archotes que queimavam e a “algazarra” que faziam.⁷⁷ Muitos desses mortos eram sacerdotes jejes e nagôs, cujas cerimônias fúnebres se prolongavam por sete dias após o falecimento. Numa ocasião, em 1843, os africanos, “mais de 2 mil indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades [...] concorrerão a solenizar a morte de um magnata dos seus, que falecera há pouco tempo; a grita foi horrenda e como nunca [...]”. Eram ocasiões de “estrepitosas folganças e batuques”, denunciava o *Correio da Bahia* pedindo providências à polícia.⁷⁸

Mas esses africanos eram indivíduos de prestígio. Os africanos comuns, e os pobres em geral, se associavam a irmandades católicas, entre outras razões, para melhor solenizar suas mortes. “Todo Irmão que falecer será acompanhado até a sepultura pela corporação desta Irmandade na forma de costume”, estabelecia o compromisso de uma irmandade fluminense em 1814.⁷⁹ As irmandades procuravam ser eficientes na mobilização de seu pessoal, devidamente aparatado, carregando bandeiras, cruzes e velas, além do esquife coletivo da associação. As irmandades negras criaram cargos cujos ocu-



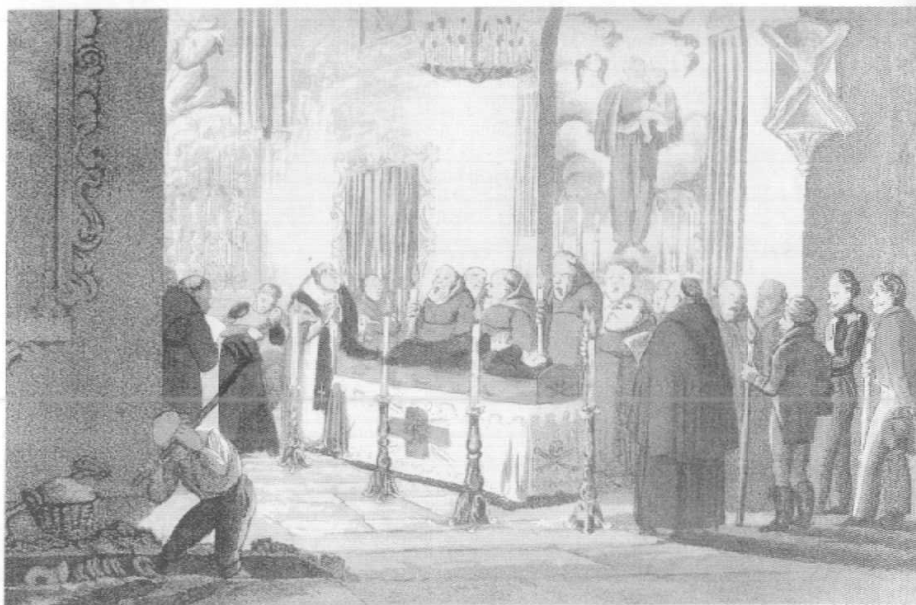
16. Ser enterrado sem cortejo fúnebre era um mau presságio no caminho para o Além. (L. Buvelot e Auguste Moreau, Rio de Janeiro pitoresco, 1842)

pantes se dedicavam a avisar os irmãos sobre o falecimento dos associados. O compromisso da Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco de Salvador estabelecia que o membro ausente sem justificação nas cerimônias fúnebres, quando morresse, não seria acompanhado pela irmandade. A congregação dos negros minas de nação Mahi, estabelecida no Rio em 1786, punia com multas os membros que, sem justa causa, “faltarem quando falecer seu Irmão e o não acompanharem até a sepultura”.⁸⁰

Não só os negros e pobres se associavam a irmandades, que fique claro. Na verdade, essas instituições religiosas leigas faziam parte da vida de quase todos os grupos sociais e em geral as pessoas a elas se associavam de acordo com sua condição social, origem nacional e classificação racial. Havia irmandades de brancos, mulatos e negros; de brancos da terra e d’além-mar; de negros brasileiros e africanos; de africanos de diferentes origens africanas. Com o avançar do século XIX muito dessa segregação desapareceria, mas as irmandades, agora racialmente misturadas, persistiram, embora sem o brilho do século anterior. Todas elas, no entanto, em todos os tempos, se obrigavam a zelar pela boa morte de seus membros durante as várias etapas dos ritos fúnebres, entre outras coisas exigindo em seus compromissos que os associados acompanhassem os funerais que promoviam.

Afinal, o cortejo fúnebre representava a última passagem do morto pelo espaço mundano — geralmente lugares conhecidos por onde ele havia circulado durante a vida —, sendo

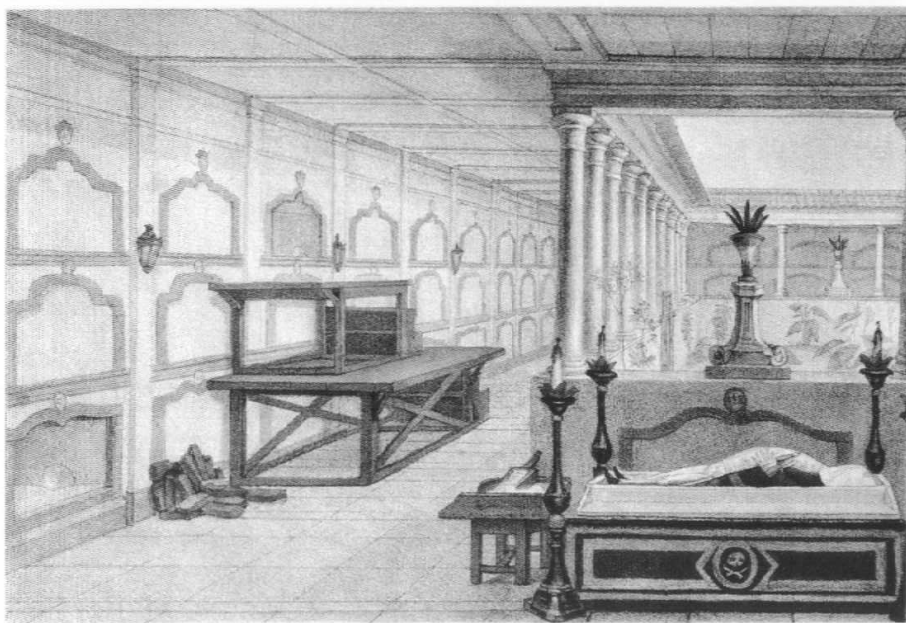
17. Ter um túmulo dentro da igreja era uma forma de o morto manter contato mais freqüente com os vivos. (Jean Baptiste Debret, 1834, Rio de Janeiro)



assim a verdadeira despedida do mundo dos vivos, uma vez que ao entrar no local de sepultura, em geral a igreja, já estaria se integrando ao espaço sagrado. A saída triunfante do mundo dos vivos anteciparia uma entrada equivalente no Além.

Um aspecto fundamental da cultura funerária do passado era a escolha adequada do lugar da sepultura. Uma das formas mais temidas de morte era a morte sem enterramento adequado. Morrer no mar, por exemplo, era particularmente terrível e até hoje no sertão se reza pelas “almas das ondas do mar”, atitude que sem dúvida nasceu no litoral. Em 1823, um comerciante da Bahia que atravessava o Atlântico com freqüência escreveu em testamento: “espero, na Misericórdia divina, eu morrer em terra”. Três anos depois morreu no mar e provavelmente virou mais uma alma penada do Atlântico.

Além de ser bom morrer em terra firme, era também indispensável ser enterrado em solo sagrado e perto de casa. Para os luso-brasileiros, até pelo menos a metade do Oitocentos, esse lugar ainda era a igreja. Da mesma forma que os cortejos fúnebres imitavam a procissão do Senhor Morto, ter sepultura na igreja era como tornar-se inquilino na Casa de Deus. A proximidade física entre cadáver e imagens de santos e anjos representavam arranjo premonitório e propiciador da proximidade espiritual entre a alma e os seres divinos no reino celestial. A igreja representava uma espécie de portal do Paraíso. Ao mesmo tempo era o lugar perfeito e desejável

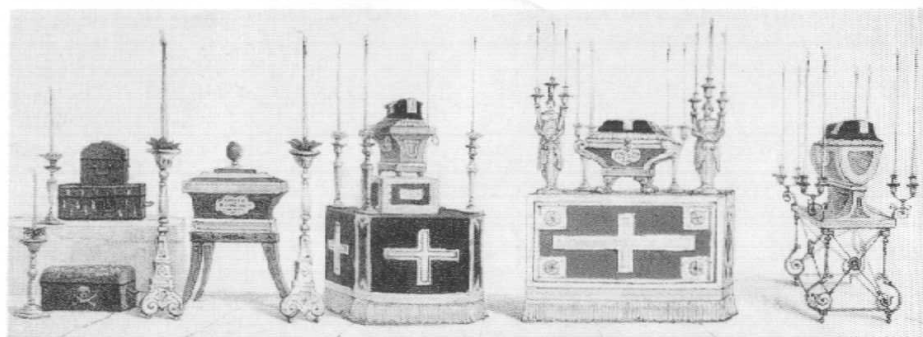


18. Jean Baptiste Debret,
Catacumbas da Paróquia
do Carmo, 1834, Rio de Janeiro.

para se aguardar a ressurreição no dia do Juízo Final, uma concepção amplamente difundida no mundo católico desde a Idade Média. Em 1764, em Salvador, os irmãos negros de Santa Ifigênia protestaram contra a maneira desrespeitosa como eram sepultados os cadáveres dos pretos pela Santa Casa de Misericórdia, pondo em perigo a “imortalidade de suas almas e a futura ressurreição de seus corpos”. A doutrina da mortalidade da alma no Inferno e da ressurreição do corpo penetrara no pensamento dos irmãos negros associada à idéia de sepultura adequada.

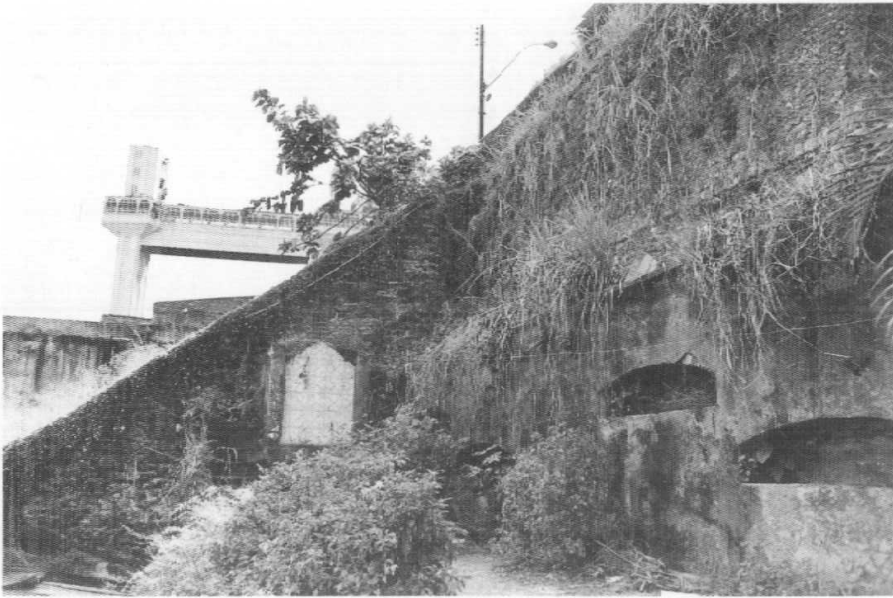
Ter uma cova dentro da igreja era também uma forma de os mortos manterem contato mais amiúde com os vivos, lembrando-lhes que rezassem pelas almas dos que se foram. E aqui a proximidade de casa era fundamental, uma vez que facilitaria a permanência do morto na memória da comunidade de vizinhos e parentes. Para as autoridades eclesiásticas, havia a vantagem política adicional de lembrar aos vivos que seu dia chegaria, reprimindo-lhes a vontade de pecar, e animando-os na piedade cristã e na obediência à Santa Madre. Assim os mortos vieram a ocupar os mesmos templos que freqüentavam em vida, onde haviam recebido o batismo e o matrimônio, e onde agora testemunhariam e influenciariam os negócios corriqueiros da comunidade — pois naquela época as igrejas serviam de recinto eleitoral, sala de aula, auditório para debates políticos e sessões de tribunal. Os vivos pisavam sobre sepulturas enquanto ali

19. Os ossuários guardavam os restos mortais das famílias. (Jean Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 1834)



participavam dessas atividades, ou “passeavam sobre os mortos”, como observou criticamente o francês Arago a respeito do que viu no Rio.⁸¹

Nas décadas de 1820 e 1830, cerca de 60% dos testadores de Salvador pediram para ser enterrados, quer nas igrejas de irmandades, quer nas matrizes de suas paróquias, o que demonstra a presença de um espírito de comunidade que se projetava além da vida. No mesmo período, em São Paulo, as matrizes se constituíram numa das mais populares opções (24%), seguida na mesma proporção pela igreja do Carmo, que abrigava importante confraria. No Rio de Janeiro, as igrejas de irmandades e ordens terceiras eram ainda mais populares, pois durante a primeira metade do século enterraram 89% dos mortos da cidade — só as irmandades negras enterraram sozinhas metade destes.⁸² As pessoas desejavam um enterro em território conhecido, perto daqueles com quem tinham dividido a vida cotidiana. As atitudes diante da morte traduziam uma concepção de viver em que a paróquia, e o que ela continha, representava a referência espacial mais significativa. A baiana Jerônima Maria dos Santos escreveu, em 1836: “Declaro que quero ser sepultada na Igreja Matriz do Passo, que é minha freguesia...”. Em 1828, também em Salvador, Jacinta Teresa pediu para ser enterrada na mesma freguesia em que vivera, na mesma igreja onde fora batizada. O costume parecia generalizado nas cidades da costa e no interior. Falando de Campanha, no interior de Minas, Francisco de Paula Rezende, que escreveu suas memórias no final do século XIX, lembrou-se: “Muito próximo da casa que foi de meu avô, a das Dores era por assim dizer a igreja de nossa devoção; e não só foi aí que meu pai se casou, mas foi ainda aí que se enterrou seu corpo”.⁸³ Vida e morte convergiam ao mesmo lugar, mar-

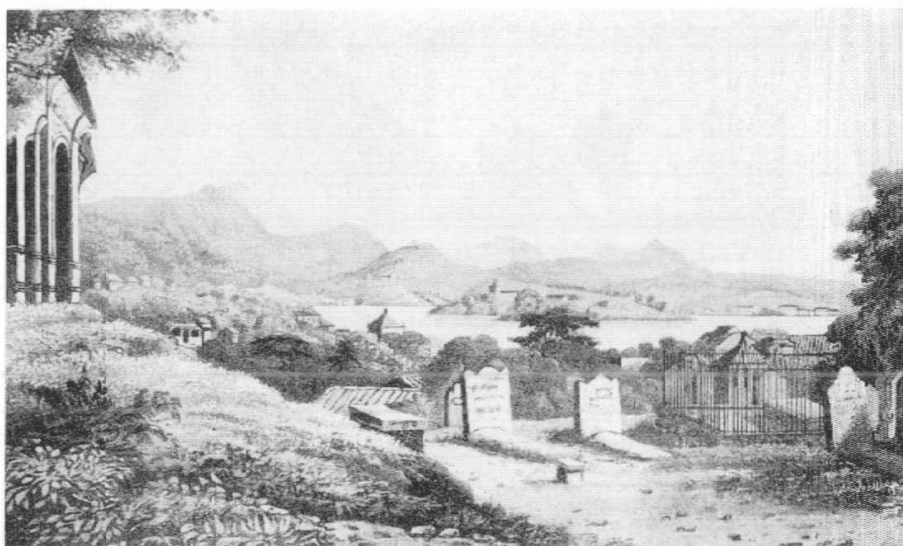


20. Ruína dos carneiros da Igreja de Conceição da Praia, Salvador.

cando o fechamento do círculo do tempo terreno do indivíduo. O que sugere uma concepção não linear de vida, mas de retorno a um novo começo.

Embora as igrejas fossem o local ideal de enterro, havia entre elas e dentro delas uma geografia da morte que refletia hierarquias sociais e outras formas de segmentação coletiva. O Convento da Piedade e a igreja da Misericórdia, na Bahia, se tornaram o lugar de repouso de mortos afluentes. Poucos brancos tinham covas em igrejas negras. Os que as tinham, quiseram dar provas de grande humildade com vistas à salvação. Em 1824, por exemplo, um poderoso senhor de engenho baiano tentou evitar o Inferno pedindo para ser enterrado numa cova na igreja da Irmandade do Rosário dos Pretos, alegando ser grande devoto da santa dos negros. Para tanto deixou em testamento legado de um conto de réis, o preço de três bons escravos. Mesmo sem pedir, ao morrer dois anos depois ele receberia dos irmãos negros uma sepultura perpétua perto do altar-mor, sobre cuja lápide, hoje desaparecida, inscreveram: "Aqui jaz os restos mortais de nosso irmão e benfeitor marechal José Acciavoli falecido em 9 de Fevereiro de 1826".⁸⁴ O senhor de escravos foi comemorado como irmão de escravos, e é possível que fosse de fato membro da irmandade, pois essas associações negras comumente recrutavam em meio à gente branca e rica membros que as protegessem e financiassem. Entretanto, os parentes de Acciavoli não dispensaram a pompa fúnebre depois que o morto saiu

21. Cemitério dos Ingleses, no Rio de Janeiro, a primeira necrópole protestante na América portuguesa. Autorizados a se instalar no Brasil após 1810, os ingleses receberam também a permissão de dispor de cemitério próprio. (Gravura no livro de Mary Graham, c. 1824)



de suas vistas. No dia seguinte ao sepultamento, mandaram realizar uma missa solene na igreja negra com a presença de quarenta padres.⁸⁵

A maioria dos afluentes reconstituíam na morte as hierarquias da vida. Túmulos perpétuos, individuais ou de família, eram ocupados pelas personalidades mais poderosas da sociedade. Sobre eles se inscreviam brasões e se glorificavam os inquilinos descrevendo suas ocupações no governo e seus títulos estamentais. Mesmo as covas comuns, não ocupadas em regime de perpetuidade, se dividiam de acordo com a posição delas em relação aos altares e outros lugares distintos dos templos. A ordem de importância variava das covas no adro, de menor prestígio, àquelas próximas do altar-mor, onde se acomodavam os mortos melhor situados na vida. Além das imagens de santos, concebiam-se outras referências espaciais que lembram práticas mágicas elementares. Em 1829, por exemplo, Rita dos Anjos pediu ao marido que a enterrasse perto da pia de água benta da igreja de São Francisco, em Salvador. Ela certamente desejava se beneficiar dos respingos caídos sobre sua sepultura. Ou aquele testador de São Paulo, que em 1814 pediu para ser enterrado na porta de uma igreja, recurso muito comum de quem queria ser dos primeiros a merecer a lembrança dos devotos.⁸⁶

Durante o século XVIII, as irmandades e mais tarde as igrejas paroquiais e conventuais construíram carneiros nos subso-los para abrigar irmãos e paroquianos mais afluentes. Era um movimento de separação dessas pessoas da massa dos mortais



22. Cemitério inglês da Bahia, também fundado no início do século XIX. (Salvador, 1868)

comuns enterrados no corpo e outros locais da igreja. Os carneiros da exclusiva irmandade da Santa Casa da Bahia, por exemplo, foram concebidos para evitar que seus irmãos continuassem a freqüentar as mesmas sepulturas em que se enterravam os enfermos pobres do hospital. O sentido era claramente reproduzir entre os mortos a hierarquia do mundo dos vivos, uma atitude inversa à daquele senhor de engenho que preferiu ser enterrado entre negros. Além disso, os carneiros separavam os mortos das imagens sagradas e afastavam os mortos dos vivos, pois estes não mais pisariam sobre covas enquanto estivessem no templo ouvindo missa ou participando de outras cerimônias religiosas. Foi um passo decisivo em direção a uma morte mais individualista, não apenas por essas razões, mas porque isolava um morto do outro e todos eles do contato com a terra, esse parâmetro orgânico de morte comunitária. No Brasil a terra, como observou Denis em 1818, era vista como equivalente ao cadáver, uma adequação à famosa imagem de retorno ao pó, agora esquecida.⁸⁷

OS CEMITÉRIOS PROTESTANTES

Nem todo mundo era sepultado nas igrejas. Os protestantes europeus e norte-americanos, por exemplo, tinham seus próprios cemitérios, em geral fora do perímetro urbano, no estilo dos cemitérios rurais norte-americanos, modelo que sucedeu aos *graveyards* dos templos protestantes. Em 29 de setembro de 1823 Maria Graham visitou o cemitério in-



23. No cemitério dos protestantes em Belém, um túmulo de três ingleses que morreram de febre amarela. O comércio dos produtos florestais amazônicos e o interesse pela borracha, já vivo na época, atraíam europeus e americanos ao Pará. Mas as febres tropicais cobravam um pesado tributo aos que chegavam. (c. 1870)

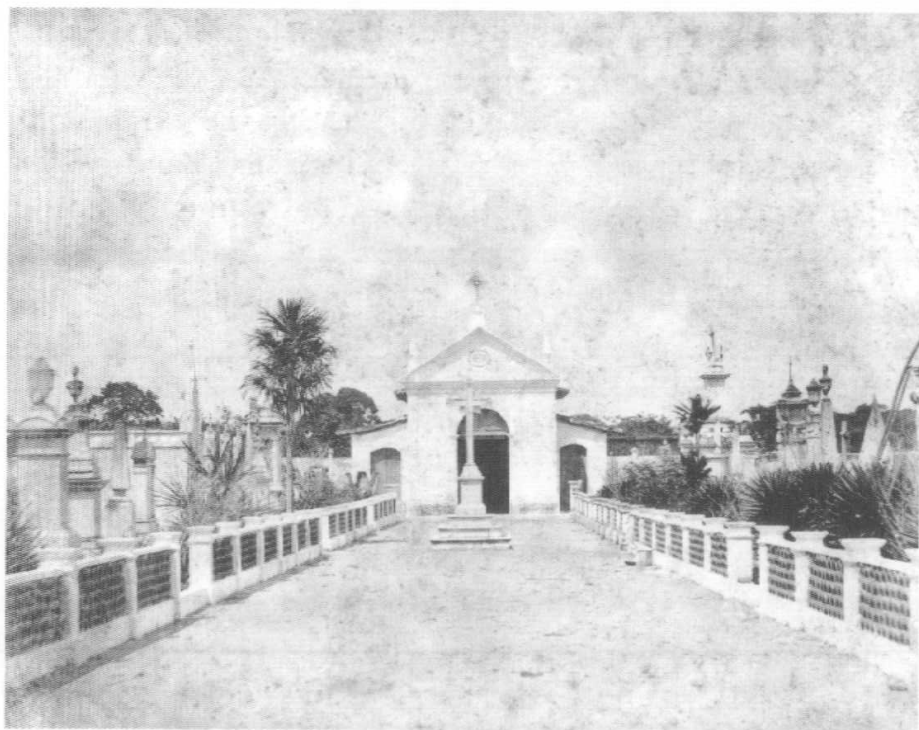
glês do Rio de Janeiro, localizado na praia da Gamboa, que desenhou e descreveu longa e até entusiasticamente:

julgo um dos lugares mais deliciosos que jamais contemplei, dominando lindo panorama, em todas as direções. Inclina-se gradualmente para a estrada ao longo da praia; no ponto mais alto há um belo edifício [...] Em frente a este edifício ficam várias pedras e urnas e os vãos monumentos que nós erguemos para relevar nossa própria tristeza; entre estes e a estrada, algumas árvores magníficas. Três lados deste campo são cercados por pedras ou grades de madeira [...] Na minha doença entristecia-me por não conhecer este cemitério. Estou agora satisfeita, e se a fraqueza, que ainda me resta, atirar-me aqui, os muito poucos que vierem ver onde jaz a amiga não sentirão o aborrecimento.⁸⁸

Sobre esse mesmo cemitério, o pastor Ewbank, tendo também se encantado com a vegetação circundante, escreveu cerca de vinte anos depois: “Difícilmente poder-se-ia encontrar cemitério mais repousante pela terra”.⁸⁹ O cemitério dos ingleses no Rio estava adaptado à concepção de uma necrópole longe da cidade, integrado a um cenário rural, que estava em moda na Europa e sobretudo nos Estados Unidos.⁹⁰

Ambiente fúnebre tão reconfortante não era o destino derradeiro de outros estrangeiros, que eram pagãos ou recém-cristãos — os escravos africanos —, ou mesmo os brasileiros pobres indigentes, na maioria negros e mestiços. Embora muitos escravos recebessem sepultura eclesiástica em suas irmandades, ou mesmo nas igrejas paroquiais e conventuais, a maioria era levada a cemitérios mantidos pelas Santas Casas, ou enterrados à toa nas fazendas do interior. No mesmo dia em que visitou o cemitério de seus compatriotas, Maria Graham pouco antes visitara o da Misericórdia, sobre o qual escreveu laconicamente: “é tão pequeno que chega a ser desagradável e, segundo creio, insalubre para a vizinhança”.⁹¹ A respeito desse mesmo lugar, poucos anos depois Seidler escreveria linhas inadequadas ao leitor de estômago fraco:

Ao referir esse cemitério acodem-me lembranças que me arrepiam [...] deve ser horrível saberem [os sobreviventes sobre] o parente ou amigo enterrado de uma forma que



24. Cemitério de Nossa Senhora da Soledad em Belém, que se tornará uma grande necrópole com a corrida da boriacha para a Amazônia. (Belém, c. 1870)

causa horror ainda ao mais indiferente passante. Sem esquife, muitas vezes sem a menor peça de roupa, em absoluta nudez, são atirados os mortos desse hospital de pobres numa cova que nem tem dois pés de profundidade. Dois negros conduzem o morto para a sepultura em uma padiola ou rede presa a comprida vara, atiram-no ao buraco, como a um cão morto, põem um pouco de terra solta por cima e então, se por causa da pouca profundidade da cova, alguma parte do corpo fica descoberta, socam-no com pesados tocos de madeira, de forma que acaba formando-se um horrível mingau de terra, sangue e excrementos. E se alguns dias depois com uma forte chuvarada [...] a terra frouxa é arrastada pela água, não raro uma perna ou um braço esmagado [...] assustam ao infeliz que nesse campo-santo vai chorar alguma pessoa da família.⁹²

Como bom protestante, Seidler acreditava que a forma de sepultura não influenciava em nada o destino do morto: “é indiferente que um dia nosso cadáver repouse aqui ou ali, que o comam os tubarões ou os vermes; o morto nada percebe”.⁹³ Como temos visto até aqui, essa não era a concepção predominante no Brasil do século passado, onde se acreditava que enterros em lugares como os cemitérios da Misericórdia seguramente comprometiam a salvação da alma. Eles

provocavam um sentimento de repulsa religiosa mais profundo do que a indignação moral sentida pelo alemão. Quantos não teriam sentido medo ao pensar que um dia seus cadáveres poderiam ir parar naquele lugar tão repulsivo na terra quanto pavoroso era o Inferno no outro mundo? Pois o enterro ali certamente comprometeria a salvação do morto.

A situação da necrópole da Misericórdia do Rio não constituía um caso isolado no Império, e tal como lá os mais prejudicados eram as almas dos escravos. Em Salvador, temos notícias da primeira metade do século XVIII de que a municipalidade ali depositava os cadáveres de escravos abandonados pelos senhores nas ruas, estradas e praias, ou daqueles africanos falecidos durante a quarentena que antecedia o desembarque após a terrível travessia nos navios negreiros — navios que por sinal eram também chamados pelo nome fúnebre de *tumbeiros*. A remoção desses mortos era feita por responsáveis pela limpeza pública, sem qualquer cerimônia religiosa. As coisas não melhoraram muito depois que a Santa Casa assumiu a administração do cemitério.

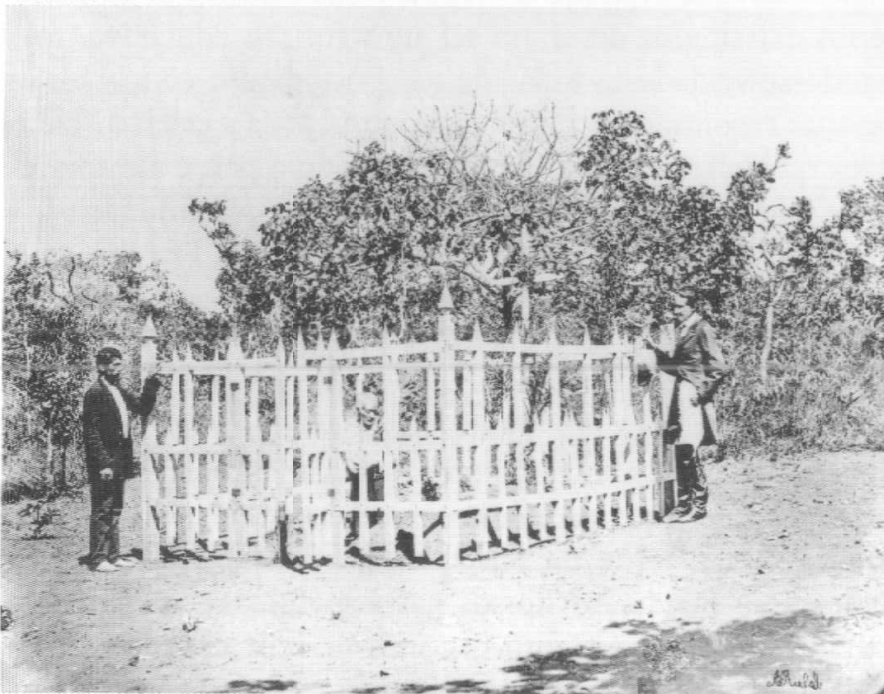
Evitar que seus cadáveres acabassem nesses cemitérios constituía uma outra razão por que os escravos procuravam se associar às irmandades. Estas também acusavam os párocos de enterrar os escravos e negros pobres em lugares profanos. A Irmandade do Rosário das Portas do Carmo, numa lista de queixas, dizia que os párocos de Salvador “enterravam os pretos escravos nos matos contíguos às suas paróquias querendo-os supor distrito dos adros; a qual indecência já não experimentam por terem as suas sepulturas dentro desta Igreja”.⁹⁴ As irmandades negras desempenharam papel fundamental na definição de, e disputa por, lugares sagrados de enterro para seus membros. Elas representavam uma família ritual, substituindo ou complementando, em vida e na morte, a frágil rede de parentesco de sangue dos escravos. Eram especialmente importantes para os nascidos na África, onde nagôs, jejes, tapas enterravam os principais mortos dentro das suas próprias casas; e angolas e congos enterravam-nos próximos a suas aldeias. No Brasil, esses escravos escolheram ser enterrados entre irmãos de devoção.

A igreja, então, era o lugar no Brasil amplamente concebido como ideal para o enterramento dos mortos. Mas, da mesma forma que os médicos europeus do século XVIII, os

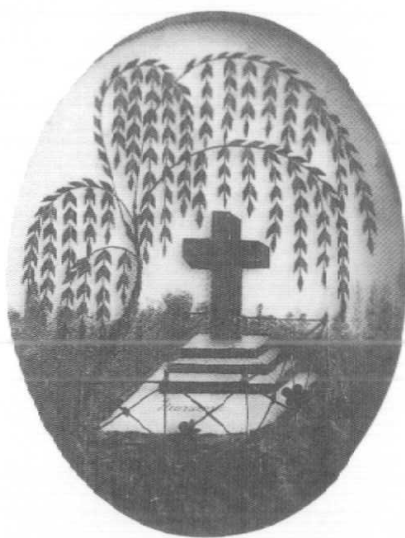
nossos médicos do século seguinte não concordavam com isso. Depois da Independência, as idéias higienistas européias, sobretudo francesas, capturaram as mentes de nossa elite cultivada. Os doutores se acreditavam representantes do iluminismo nos trópicos, e lutavam, como escreviam incessantemente, para elevar o novo país à altura da civilizada Europa. As reformas funerárias que prescreviam objetivavam trazer a civilização ao país.

A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, fundada nos anos 1830, dedicou muitas falas em suas reuniões e páginas de seus periódicos à crítica das práticas insalubres de enterramento, além de outros costumes funerários. O repicar dos dobres fúnebres, por exemplo, era visto como grandemente prejudicial à saúde, porque lembrava aos vivos, sobretudo aos enfermos, a possibilidade da morte. Exercitando uma espécie de medicina psicossomática *avant la lettre*, os médicos atribuíam muitas doenças à impressão causada por esses dobres. Também criticado era o transporte dos cadáveres em redes e caixões precários.

Mas a preocupação central dos médicos era sem dúvida com os enterramentos no interior das aglomerações urbanas, sobretudo dentro dos templos. Manuel Maurício Rebouças, tio do abolicionista André Rebouças, defendeu em 1831 uma tese na Escola de Medicina de Paris que condenava os enter-



25. Jazigo da família Brandt, em Lagoa Santa, Minas Gerais. O cercado alto evitava que os bichos desenterrassem os cadáveres; as estacas deviam ser profundas para evitar também que os tatus fizessem toca. (1868)



26, 27, 28, 29. Mementos aos mortos postos junto aos oratórios particulares. (Convento dos Humildes em Santo Amaro da Purificação, Bahia. Artesanato Funerário, Museu do Instituto Feminino da Bahia)

ros dentro das cidades, particularmente dentro das igrejas. Quando retornou ao país no ano seguinte, foi aclamado por um jornal baiano como um “ornamento da literatura brasileira” e tornou-se professor da recém-inaugurada (1832) Faculdade de Medicina da Bahia.

Em sua tese, Manuel Maurício repetiu fatos e métodos de investigação que lera na literatura médica francesa. O cúmulo da ilustração nas teses higienistas da época era a teoria dos miasmas, segundo a qual a decomposição dos cadáveres produziria gases ou eflúvios pestilenciais, que atacavam a saúde dos vivos. Estes deviam se cuidar transferindo os mortos para cemitérios localizados fora do perímetro urbano, em lugares elevados e arejados, cercados de árvores frondosas que ajudassem a limpar o ar, longe de fontes de água potável e fora da rota de ventos que soprassem sobre a cidade. O ar, como se vê, era uma preocupação central; limpá-lo de fluidos miasmáticos tornou-se uma grande obsessão do século. Os novos cemitérios deviam ser organizados e funcionar segundo normas técnicas, como, por exemplo, possuir um número de covas duas vezes maior do que o número de habitantes da cidade; um período de dois anos devia separar um enterro do outro na mesma sepultura; as covas teriam sete pés de fundo e manteriam entre si uma distância conveniente, de forma a “refratar os raios miasmáticos”. Além de ser o ambiente mais higienicamente indicado ao repouso dos mortos, esses cemitérios extramuros deveriam ter uma função educativa, tornando-se verdadeiras aulas de comportamento cívico: ali as pessoas encontrariam túmulos monumentais a celebrar cidadãos exemplares que haviam bem servido o país e a humanidade. No cemitério-modelo dos reformadores funerários, a virtude cívica substituiria a devoção religiosa. Era um programa burguês que se recomendava a uma sociedade semi-estamental baseada na escravidão.⁹⁵

Embora a tese de Rebouças fosse um projeto para o Império — pois a grande França já resolvera seus problemas funerários —, ela pouco discutiu os miasmas especificamente brasileiros. Mas outros médicos — em particular aqueles organizados em torno da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro — estudaram nossos gases mefíticos, enchendo as páginas de suas teses com histórias de horror protagonizadas pelos mortos brasileiros. Estes não atacavam as pessoas,

como as almas do outro mundo da tradição popular, mas atacavam sua saúde. Histórias de gente desmaiando ou morrendo por freqüentar igrejas onde se sepultavam os mortos; histórias de doenças graves provocadas por cadáveres em putrefação que minavam, através das paredes, pelo interior de casas vizinhas a igrejas; histórias de epidemias terríveis causadas por corpos mal enterrados em povoações do interior. Os vivos deviam evitar os mortos, sobretudo evitar seu cheiro, pois este era instrumento de contágio, a forma manifesta do fantasma miasmático. Um médico de Pernambuco escrevia que os cadáveres locais “já de longe atormentam os narizes daqueles que passam pela mesma rua, e até pela mesma ponte, apesar do vento”.⁹⁶ Este e outros doutores recomendavam uma permanente vigilância olfativa, uma novidade para narizes que, treinados na cultura funerária barroca, tinham desenvolvido devota tolerância ao fedor cadavérico — imitando Cristo diante do putrefato corpo de Lázaro — como testemunho de fé na ressurreição. Os brasileiros eram agora instados a adotar uma nova sensibilidade olfativa. Salvar a pele tornava-se mais importante do que salvar a alma.⁹⁷

Nas grandes cidades do Império de então a campanha médica conquistou a opinião dos legisladores, alguns médicos eles próprios. Como parte das reformas liberais prometidas por Pedro I, a lei de 1828 que reestruturava as municipalidades estabelecia que as Câmaras providenciassem a remoção dos mortos das áreas urbanas. Com o passar dos anos, além das Câmaras — que emitiram dezenas de posturas regulamentando as práticas fúnebres —, as assembleias provinciais, que começaram a funcionar em 1835, produziram leis que obrigavam as irmandades, paróquias e conventos a abandonar o costume de enterrar seus mortos nas igrejas.

O LUGAR DO ENTERRO

Como estavam cercados de funções simbólicas, o fim desses enterramentos foi objeto de resistência. No Rio, em 1825, o padre Perereca escreveu um libelo defendendo a continuidade do costume, que via como pio e adequado à salvação da alma. Considerava aqueles que o criticavam como infectados pelas idéias racionalistas, anti-religiosas e mesmo atéias do momento, uma influência dos filósofos mofinos do



iluminismo. Chegou a prever que, se as reformas não fossem feitas com o aval das autoridades eclesiásticas, o povo se rebelaria. Isso ele escreveu em 1826. Dez anos depois houve realmente um levante popular contra a proibição dos enterros nas igrejas, não na corte, mas em Salvador. O movimento ficou conhecido como Cemiterada e foi assim:⁹⁸

Em 1835, a recém-inaugurada Assembléia Provincial da Bahia receberia a proposta de uma empresa formada por três sócios desejosos de explorar os enterros em Salvador. Dois deles eram homens de negócios, um importador de vinhos e um alambiqueiro e proprietário urbano; o terceiro era juiz dos ausentes, que cuidava de questões de herança e sabia quanto se gastava com enterros, já que era tudo cuidadosamente registrado nos inventários *post-mortem*. Em sua proposta, esses homens faziam eco aos argumentos higienistas contra os enterros nas igrejas e explicavam que, mais do que um negócio, o empreendimento era uma forma de contribuir para a civilização na Bahia. Mas, já que precisavam de algum retorno por tão patriótico sacrifício, exigiam o monopólio dos enterros em Salvador durante trinta anos. A idéia foi aceita pelo governo, a Assembléia e o arcebispo, d. Romualdo Seixas, que por acaso era o presidente da Assembléia. Em junho de 1835, uma lei sagrou o contrato.

Apesar do apoio do arcebispo, muitos padres, frades, e sobretudo as irmandades, se opuseram com vigor à Companhia do Cemitério. Inicialmente resistiram por meio de petições e abaixo-assinados dirigidos ao governo e à legislatura provinciais. Embora nunca mencionassem a relação entre salvação e enterro eclesiástico, essas petições defendiam a religião tradicional contra o assalto dos reformistas. Seus signatários argumentavam como cidadãos cujos direitos constitucionais se achavam ameaçados. Usavam a linguagem liberal para defender instituições pré-liberais.

Eles sustentavam que o monopólio concedido era inconstitucional, porque feria direitos adquiridos de propriedade (o direito de desfrutar de seus túmulos) e abolia privilégios religiosos seculares. As irmandades baianas queixavam-se de que a proibição resultaria em queda de associados, pois as pessoas na sua maioria as procuravam com vistas a uma sepultura no interior de seus templos. O fim dos enterros no Convento de São Francisco, segundo os frades, eliminaria sua



30. Vista aérea do Campo Santo. As cidades cresceram e cercaram os cemitérios antes situados longe do burburinho profano das ruas. (Salvador, 1940)

principal fonte de rendas e também prejudicaria seus planos de recrutamento de noviços. A Ordem Terceira de São Domingos, na qual predominavam os portugueses, foi apocalíptica. Anunciou o declínio da religião, o fechamento das igrejas, a insurreição dos fiéis e a derrocada do Estado. Muitas petições advertiram da possibilidade de um levante popular. O movimento contra o cemitério apresentava como objetivo a regeneração de uma ordem contratada entre o Estado e o cidadão, um movimento feito em nome da religião, do direito e da liberdade de propriedade, ameaçados pela empresa monopolista. Na lógica exagerada, mas coerente, das irmandades a ordem funerária existente fazia parte da ordem política do Império.

A própria Igreja não foi poupada nessas petições. A lei isentava da proibição as ordens religiosas sujeitas a regras de reclusão, como as irmãs concepcionistas, medida que estabelecia uma discriminação dentro do próprio rebanho católico. Pior ainda, a lei silenciava em relação aos cemitérios inglês e americano, o que significava que só aos católicos seria negada a liberdade de sepultura.

Mas por que a Igreja quis assim? O arcebispo tinha um plano. Seus adversários mais importantes não estavam fora da Igreja, entre os inspirados pelo iluminismo. Para d. Romualdo a nova lei era um passo na romanização do catolicismo por ele preconizada. A criação de cemitérios privados seria devastado-



31. Tipografia anuncia que fazia cartas de enterro, "para adultos e anjinhos", "a qualquer hora do dia ou da noite", em qualquer urgência e por preço módico. (Jornal do Comércio, 1853)

ra para as irmandades, elas que eram o canal institucional mais expressivo da devoção popular. Tal como os médicos, a alta hierarquia eclesiástica acreditava que a verdadeira religião dispensava enterros em seus templos, e insistir nessa velha atitude seria aderir à superstição. A Igreja também lutava no terreno simbólico. Para ela sempre fora importante separar o culto divino do culto aos mortos, uma mistura ritual que evocava tradições pagãs de culto aos ancestrais. Já para as irmandades, os vivos, os mortos e as divindades formavam uma família ritual. D. Romualdo sabia que a separação abalaria a influência das irmandades e aumentaria o poder da hierarquia eclesiástica.

A reforma, contudo, encontrara as irmandades em dias de declínio. A pesquisa em testamentos e registros paroquiais de Salvador mostra que o número de irmãos vinha caindo desde o começo do século. A popularidade de santos patronos, medida pelos pedidos de proteção na hora da morte, também estava em declínio. Tudo isso acompanhava uma lenta secularização do conteúdo dos testamentos baianos. Assim, a Cemiterada aconteceu num momento de queda da devoção, como se fosse uma reação para evitar um colapso definitivo. Por serem o principal agente da devoção tradicional, as irmandades assumiram a vanguarda dessa revolta.

E lograram uma vitória completa. A Assembléia Provincial decidiu cancelar o contrato com a Companhia do Cemitério e suspender a proibição dos enterros nas igrejas, que continuaram por mais vinte anos. Embora uma devassa fosse feita sob pressão do governo imperial, ninguém foi indiciado, ninguém foi sequer preso, nenhum líder identificado.

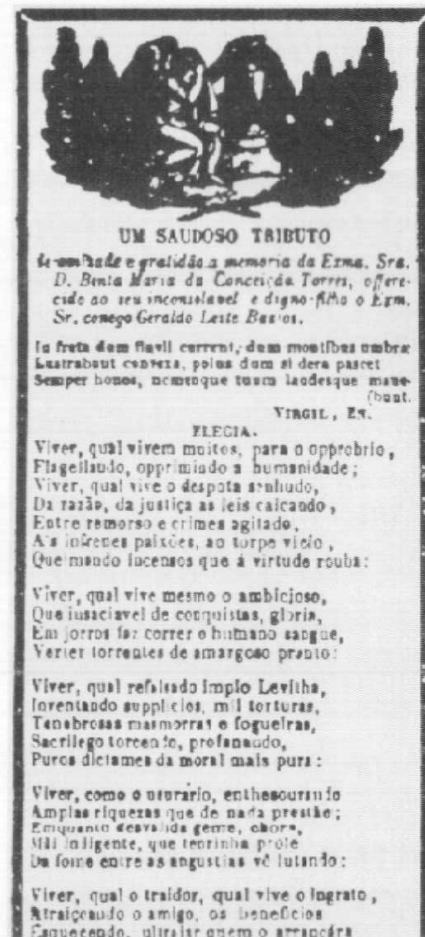
Houve, entretanto, um líder, o visconde de Pirajá, membro da importante família Pires de Carvalho e Albuquerque. Tinha assento na Assembléia Legislativa, era monarquista da tendência absolutista, adepto do catolicismo tradicional, associado a pelo menos duas ordens terceiras, e valorizava a ostentação funerária como parte da ordem social. Durante o levante, os manifestantes gritaram "Morra José Araújo [um dos donos do campo-santo], viva o Santinho", um apelido talvez ligado à beatice do visconde. Seu nome encabeçava uma petição contra o cemitério que circulou em Salvador por dez dias e que recebeu 280 assinaturas, número considerável numa sociedade com alto índice de analfabetismo. Membros de outras importantes famílias também assinaram,

mas assinaram principalmente comerciantes, funcionários públicos, e além deles artesãos e outras pessoas comuns. Esse abaixo-assinado ameaçava com a quebra da ordem social e política caso prevalecessem a “fome do ouro e o monopólio” contra os “interesses gerais”.⁹⁹

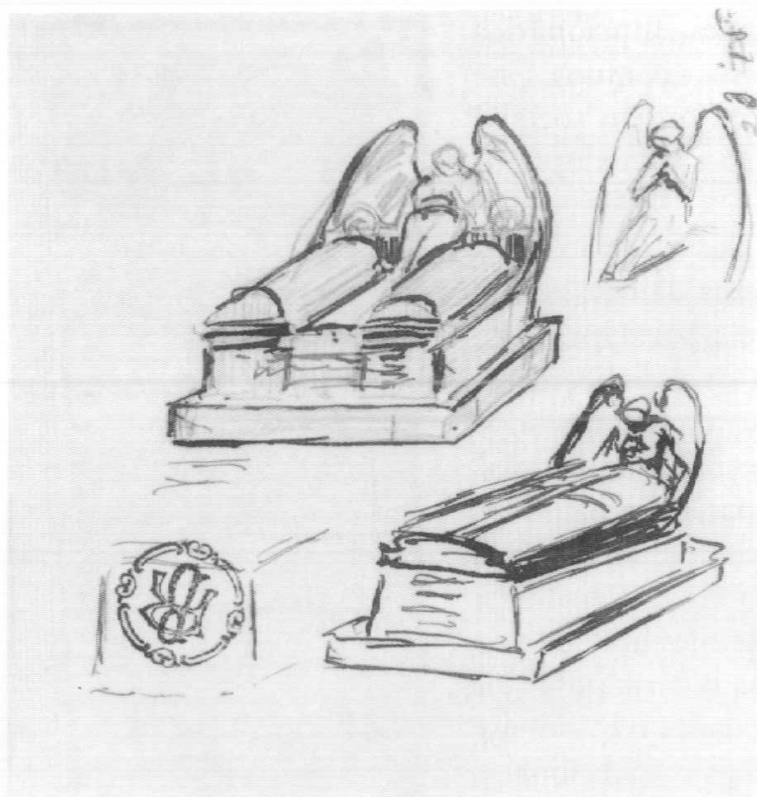
Outras fontes indicam o perfil social dos que participaram do ataque ao cemitério. Uma testemunha da devassa viu homens e mulheres descalços, o que sugere a participação de escravos, uma vez que usar sapatos era um sinal de liberdade. A maioria dos testemunhos, todavia, apontou que a multidão se compunha de indivíduos de “diferentes classes e sexos”, composição também sugerida pela participação de irmandades de todas as classes no protesto. A presença feminina deve ser destacada. Foi provavelmente a primeira vez que mulheres livres, em geral reclusas, estiveram numa manifestação de rua, nesse caso, de fato, um quebra-quebra. Elas reiteraram o que parece ser uma regra intercultural em sociedades tradicionais: as mulheres são importantes agentes da religião tradicional e, em particular, têm um papel relevante nos ritos fúnebres, como as carpideiras que encontramos páginas atrás. Além de contar com homens e mulheres, o movimento foi pluriclassista e multirracial. Tanto o visconde como o escravo tiveram interesse em manter práticas funerárias tradicionais.

Mas decerto a motivação do visconde não foi a mesma que a do escravo. Ele defendia interesses senhoriais de uma aristocracia que, embora decadente — Pirajá andava endividado na ocasião —, e exatamente por isso, vivia em seus mortos as glórias do passado. A sepultura perpétua de sua família no Convento de São Francisco era um símbolo de privilégio e da esperança de que essa vantagem seria estendida ao Além. Já o escravo tinha razões igualitárias para defender a tradição: uma cova na capela da irmandade dignificava sua morte e representava a possibilidade de um melhor lugar no outro mundo, depois de haver ocupado o último lugar neste. Visconde e escravos tinham projetos diferentes para uma mesma rebelião. Por outro lado, todos os que fizeram a Cemiterada seguiram aquele impulso básico, a que Freud se refere, de “privar a morte de seu significado de eliminação da vida”.¹⁰⁰

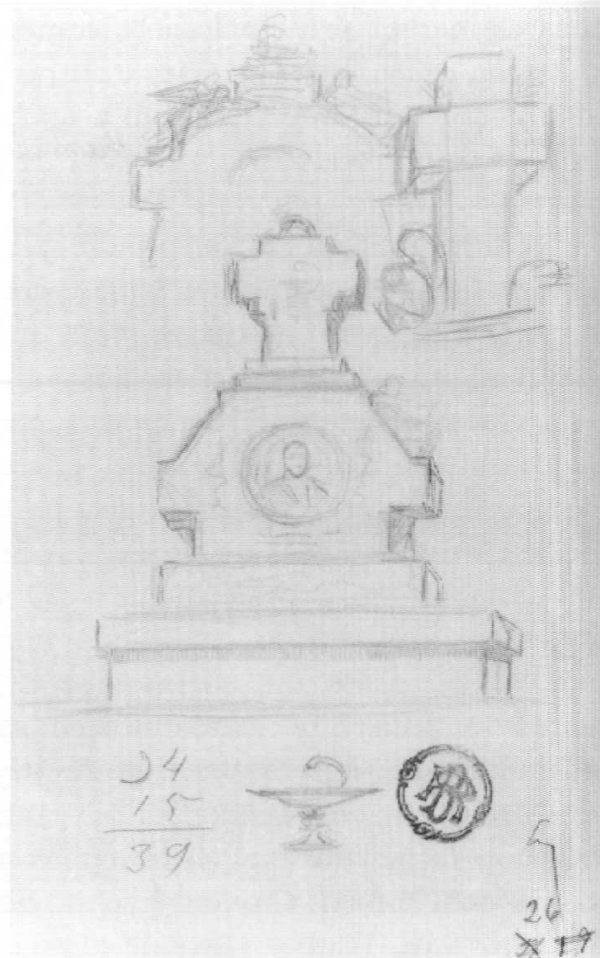
Em outros pontos do Império não houve episódios violentos como a Cemiterada, mas as novas diretrizes não foram introduzidas sem oposição, conforme vimos na pena ferina



32. *Oferecida ao cônego carioca Leite Bastos, a oração publicada no jornal procurava consolá-lo da perda da mãe. Há muitas homenagens fúnebres desse gênero na imprensa da época. (Jornal do Comércio, 1851)*



33, 34. As mudanças no estilo de morrer foram acompanhadas das novas modas fúnebres. O escultor Bernardelli fazia túmulos sob encomenda, segundo modelos clássicos. (Finais do século XIX, Rio de Janeiro)



de Perereca. Com ritmos diferentes, em todo o Império, mesmo no interior, as populações foram se adaptando ao novo regime funerário.

Alguns fatores apressaram esse movimento; talvez o mais importante tenha sido a epidemia de cólera que se abateu sobre uma vasta área do Império em 1855-6. A peste triunfou diante da precariedade sanitária, a impotência das autoridades, a confusão dos médicos, a resignação dos religiosos, o desespero da população e principalmente o medo de todos. Os mortos, contados aos milhares e espalhados entre todas as categorias sociais, já não podiam receber os cuidados que até então os sobreviventes lhes dedicavam para que desfrutassem uma boa morte. Aquela convivência pacífica e solidária entre vivos e mortos ruiu em face da desordem instalada pela epidemia. Já não se gastava tempo com os mortos, porque eles passaram a ser temidos instrumentos dessa desordem. Em primeiro lugar ficava agora a saúde física dos vivos, não a saúde espiritual dos mortos. Entre as pri-

meiras providências figurava a expulsão destes da cidade dos vivos, das igrejas e cemitérios intramuros.¹⁰¹

Essa nova atitude subverteu comportamentos arraigados, que durante séculos haviam regulado a cultura espiritual. Diante da peste o costume foi obrigado a render-se. Mas o que mudou não foi apenas o lugar da sepultura. Este representava peça tão decisiva do xadrez da morte que as mudanças aí operadas refletiram sobre outros aspectos dos funerais de outrora. Aquele modelo de morte se baseava na maneira como as personagens do drama fúnebre se distribuía através do espaço e o papel que representavam a partir de seus lugares — daí a importância de se atentar para o lado cênico daqueles funerais. Havia uma integração entre o teatro da vida e o teatro da morte: a casa estava perto da igreja, ambos faziam parte de uma paróquia, que fazia parte de uma cidade. Vivos e mortos faziam companhia uns aos outros nos velórios em casa, em seguida atravessavam juntos ruas familiares, os vivos enterravam os mortos em templos onde estes haviam sido batizados, tinham casado, confessado, assistido a missas e cometido ações menos devotas — e onde continuariam a encontrar seus vivos cada vez que estes viessem fazer essas mesmas coisas, até o encontro final sob aquele chão e no além-túmulo. Tudo isso agora acabara. No cemitério longe de casa e da paróquia as visitas seriam ocasionais, como se vivos e mortos tivessem de repente se tornado estranhos. A partir daquela mudança radical de cena, instaurou-se um estranhamento entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, acompanhado de um esfriamento nas relações das pessoas com o sagrado.

As mudanças no estilo de morrer refletiram e influenciaram mudanças no modo de pensar e sentir. Estava em curso um movimento de secularização da mentalidade da época, que se expressou em novas formas, não religiosas, de cultivo do espírito — hábitos de leitura, métodos de ensino, teatro etc. — e na difusão de novas formas de associação — grêmios literários, associações de classe etc. —, que ocupariam parte do terreno antes quase inteiramente ocupado pelas rezas, igrejas e irmandades. O surto epidêmico de meados do século XIX serviu como catalisador das mudanças que já vinham lentamente trabalhando a mentalidade do século, inclusive no que diz respeito ao modo de morrer.

A OPULÊNCIA NA PROVÍNCIA DA BAHIA

Katia M. de Queirós Mattoso

Tratar a questão da opulência privada no Brasil no século XIX, e de forma toda particular em Salvador da Bahia, implica evidentemente confrontar abundância com miséria, enfocar uma sociedade do ponto de vista de suas relações com o dinheiro e com os seus bens materiais e imateriais. É tentar investigar também o que os domínios do luxo, do fausto e do aparato pretendem esconder ou revelar: um mundo de aparências que os textos da época descrevem com maior ou menor justeza.

A opulência é, obviamente, uma noção bastante relativa; ela utiliza seus meios de maneira ostentatória. Quando Vilhena, no começo do Oitocentos, fala em “riqueza e opulência” da terra baiana, o uso que faz da redundância não é inocente.¹ Já existe aí um julgamento sobre essa riqueza. Refinado homem de letras e observador lúcido, imaginativo e experimentado, esse português que durante dez anos perseguiu sem sucesso a fortuna sem que os baianos lhe facilitassem o caminho, precisou dizer e, mais ainda, escrever — porque os baianos não lhe deram ouvidos — certas verdades que alguns prefeririam nunca ter sabido. Vilhena não era, no entanto, nem ave de mau agouro como Cassandra, nem alguém que cultivasse apenas os próprios interesses como Cincinnatus. Ao contrário, ele estava mesmo pronto a servir o poder. Sua descrição da Bahia, contida numa longa solicitação ao regente português, é rica em análises e propostas inteligentes visando o incremento da fortuna baiana.

Graças a ele, como também aos inúmeros pesquisadores que utilizaram em seus trabalhos os ricos arquivos baianos



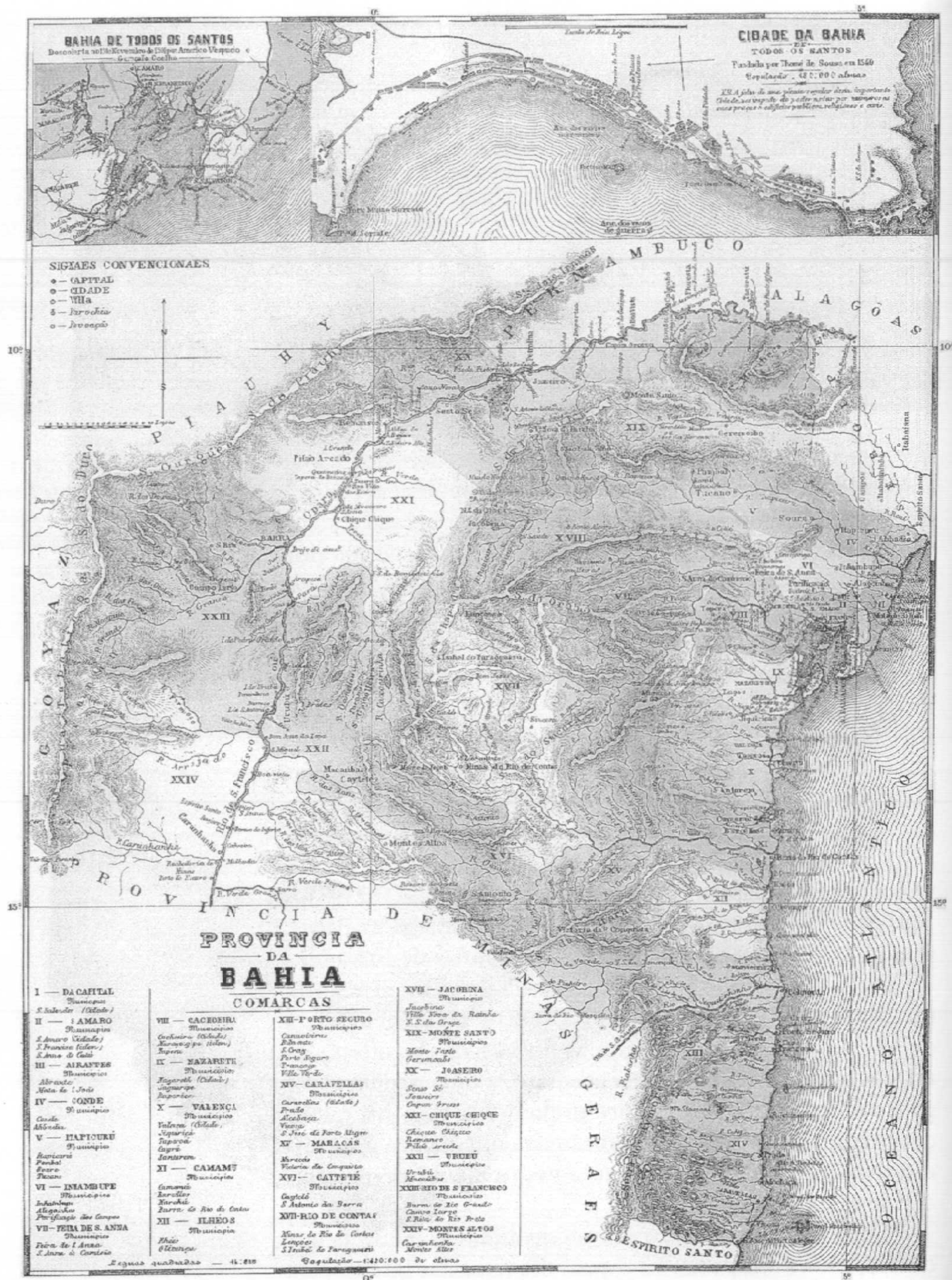
que o século XIX nos legou, é possível, hoje em dia, tentar responder à questão seguinte: o que é a opulência privada nessa região, numa época em que Salvador, mercado e porto de dimensões que abarcam uma vasta extensão do interior, guarda com ciúmes seu Recôncavo, celeiro do açúcar, do fumo, da mandioca, faz vir de longínquos sertões o gado com que se abastece, e explora suas terras agrícolas como se fossem minas a depredar, sem se preocupar com o empobrecimento do solo?

1. Vista panorâmica da Cidade Baixa. Junto com o Rio de Janeiro e Recife, Salvador forma a tríade de capitais portuárias que difundem a modernidade oitocentista no Império. (Salvador, c. 1880)

A PROVÍNCIA DA BAHIA

A província da Bahia representa então mais ou menos 15% da população brasileira. No início do século XIX, Salvador tinha mais de 50 mil habitantes. Em 1872, dos 10 112 000 habitantes do Brasil, 1 379 616 residiam na Bahia, sendo 108 138 moradores das onze paróquias de Salvador.² Cidade rural, como também, e essencialmente, mercantil; metrópole regional, assim como centro redistribuidor, a cidade de Salvador está sujeita às flutuações das ofertas de um mercado internacional caprichoso, a uma produção de gêneros de exportação sempre prejudicada pela má qualidade dos transportes, a um abastecimento difícil e insuficiente.³ Consideram-na, no entanto, opulenta de uma riqueza ostentatória.

Bom número de historiadores mediram as riquezas que circulavam no seu porto, ou o ouro das trezentas igrejas, ou a



suntuosidade dos palácios, pela bitola da pobreza de seus escravos, da miséria dos libertos e da maioria dos mulatos desempregados. As desigualdades entre brancos pobres, que jamais puderam fazer fortuna, e “brancos da terra” instalados nos melhores cargos da administração e do clero, ou que se tornaram proprietários de engenhos, só podem ser avaliadas pelo cotidiano vivido.

O olhar de cada baiano de então sobre a beleza opulenta da sua cidade, sobre a magnificência do culto católico, ou sobre a fartura da mesa dos ricos não é certamente o mesmo que o de um miserável de hoje. Um determinado tipo de opulência responde, faz eco e só pode existir a par de um determinado tipo de pobreza e em relação às exigências de riquezas bem precisas. Para tentar compreender a complexidade da sociedade baiana, na qual cupidez e solidariedade se misturam tão sutilmente quanto o sangue dos negros ao dos brancos, é necessário que, seguindo os passos de Vilhena mas com os instrumentos de análise de que dispomos, investiguemos o que essa opulência — testemunho e emblema dos anos de esplendor da cidade de Salvador — esconde.

O século XIX aqui considerado termina com o fim do Império e da escravatura. É claro que uma sociedade escravista não muda de um dia para o outro com a Abolição e a República. Aliás, durante todo o século evoluções e mudanças ocorreram. No entanto, a vida no seu cotidiano e, sobretudo, as relações sociais demonstram certa estabilidade, ou melhor, uma real resistência à violência dos fatos históricos dessa época.

Eis por que o testemunho de um Vilhena, datado dos primórdios do século XIX, nos parece tão precioso. Com efeito, esse nosso professor de grego, enviado por Lisboa para formar a fina flor da juventude baiana e que acabou em pouco tempo ganhando a metade do que deveria por não conseguir um número suficiente de alunos, conviveu com ricos e pobres, conheceu a riqueza intelectual e também certa miséria material. Quem sabe lê-lo percebe que Vilhena formulou, com bastante precisão, a questão angustiante para ele, e que hoje o é também para nós: por que o número dos filhos das camadas mais abastadas da população, enviados por suas fa-

2. *A província da Bahia.*
(Cândido Mendes, Atlas
do Império do Brasil, 1868)



3. Uma linda vendedora de doces na Bahia. Essa atividade dava uma boa renda para os senhores das escravas. (c. 1840)

mílias para estudar humanidades em Salvador, diminuiu pela metade? Será que a fortuna de seus pais teria se tornado insuficiente para pagar os cursos? Por que uma opulência tão bela e tantos insucessos? Ele percorreu um bom número de engenhos e perdeu grande parte do seu tempo perambulando por escritórios comerciais à procura de protetores dispostos a escutar-lhe as propostas. Acabou por conhecer todas as camadas da população.

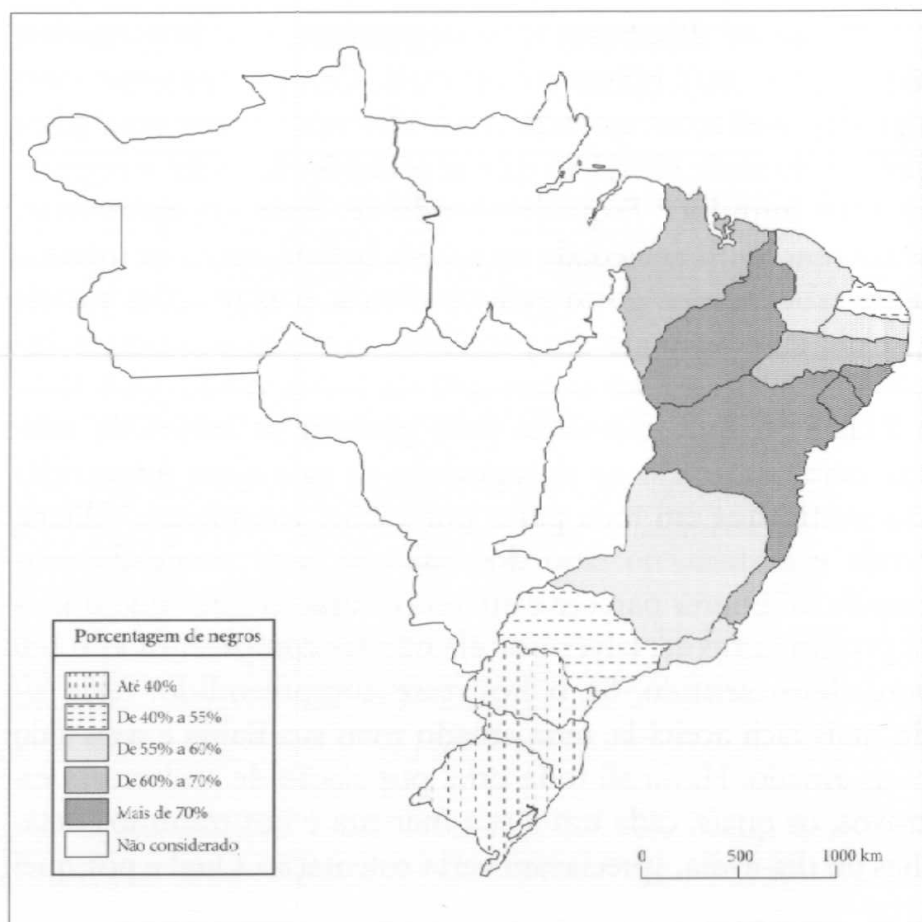
Como os dissabores o amarguraram, seus julgamentos são severos, mas nunca superficiais. Complementados com algumas avaliações quantitativas, eles nos abrem uma pista que vai do mais visível ao que se esconde, do mais arrogante ao mais humilde.⁴ Esquadrinhando-se, atrás das aparências, as coerências da sociedade escravista baiana, torna-se interessante saber se esse gosto pela opulência, e as relações sociais que ele suscita, pode ser percebido também em outras regiões brasileiras. Será o exemplo da Bahia válido para todo o Brasil?⁵ A luta necessária para garantir os meios de subsistência e o desejo de salvaguardar as vantagens adquiridas são motivados em toda parte por razões complexas. Vilhena revela e destaca, no caso dos baianos, uma arraigada propensão ao querer parecer e aparecer, característica que o irrita profundamente, talvez por ele não ter compreendido o seu verdadeiro sentido. Se o houvesse compreendido, teria sido mais fácil aceitá-la, teria amado mais sua Bahia e teria sido mais amado. Havia ali toda uma população de senhores e escravos, os quais, cada um à sua maneira e nos mínimos detalhes do dia-a-dia, apreciavam certa ostentação. Qual e por quê?

O SENTIDO DA OPULÊNCIA PRIVADA

Opulência é, na verdade, uma palavra carregada de sentidos, os quais, aliás, vão se particularizando ao longo do século XIX. Para Vilhena ela já quer dizer “riqueza” e mesmo uma riqueza “grande”. Entretanto, antecipando-se aos verbetes cada vez mais precisos das edições sucessivas dos dicionários publicados em Portugal, ele já lhe atribui também o sentido de “riqueza ostentatória”.⁶ Quando se trata da terra baiana, sua riqueza é considerada somente enquanto realidade visível. Quando o que está em causa, porém, são os modos de vida, ela se torna para ele ostentatória, sentido que o dicionário de Moraes ratifica, desde 1844, por meio de alguns *talvez* e *às vezes*, acrescentando, em edições posteriores, uma nuance de poder e influência.

É apenas a partir dos anos 1880 que o adjetivo *opulento* e o substantivo que lhe corresponde assumem amplamente os sentidos de “plenitude”, de “magnificência” e mesmo de “beleza”.⁷ Os dicionários confirmam os usos estabelecidos. A “opulência” de Vilhena pode então ser considerada no seu

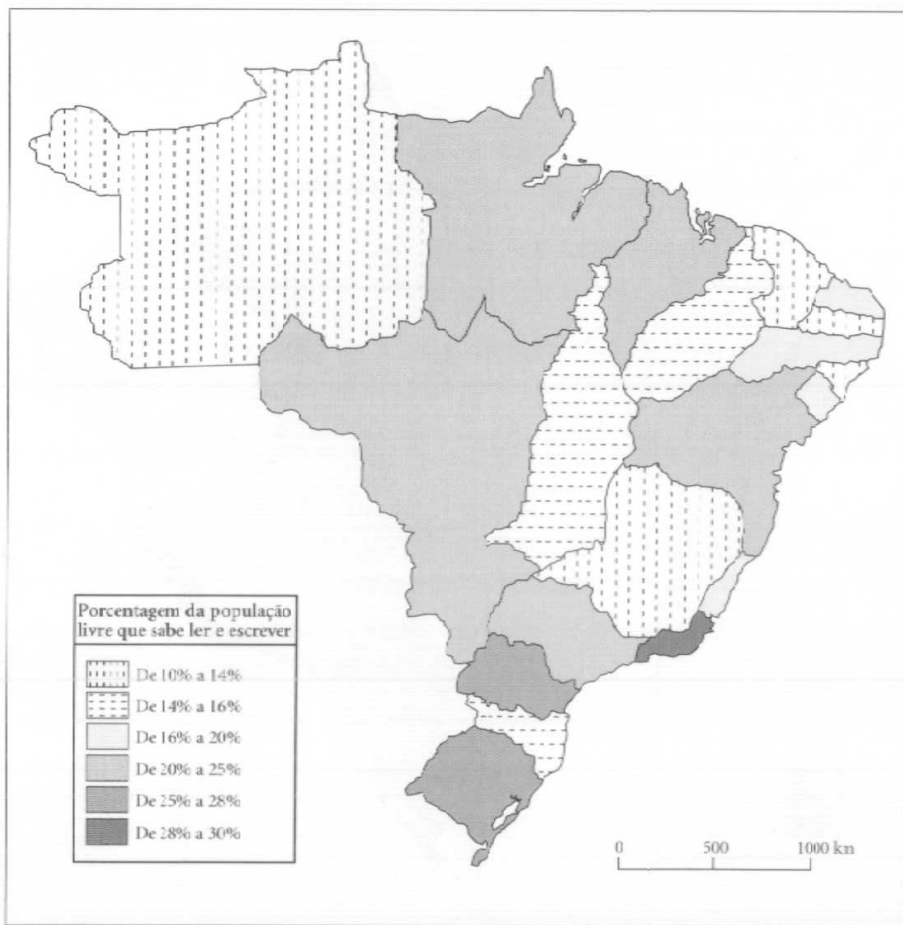
4. No censo de 1872, a província da Bahia e a do Piauí, ligada à economia baiana pelas trilhas do sertão, têm a maior porcentagem dos que se declaram mulatos e negros ("pardos" e "pretos"). (LED-Cebrap, 1997) (Ver Apêndice, tabela 5.)



sentido lato. Resta-nos procurar ver de que opulências podem se revestir ricos e pobres, proprietários ou escravos, pequenos artesãos ou pescadores, na sociedade baiana do século XIX. Qual é a relação que se estabelece aí entre opulência e poder?⁸

Essa relação é mais evidente nos altos escalões sociais. O Brasil elaborou um modelo de sociedade inspirado no modelo português, com certas adaptações. Na Bahia, por exemplo, a oposição portuguesa nobres/plebeus foi substituída pela oposição homens brancos livres/escravos negros. No contexto escravista, todos os homens brancos, quaisquer que fossem suas origens sociais, funções ou riquezas, ocupavam, porque livres, uma posição preeminente e se davam ares de nobreza. Com o tempo a mestiçagem criou, no entanto, novas categorias de homens livres, cujo número ficava à mercê do jogo das alforrias.

A nobreza portuguesa tinha desprezado o Brasil em proveito do Estado da Índia, a área mais prestigiosa do Império lusitano. Alguns dos fidalgos a serviço do rei que aqui perma-

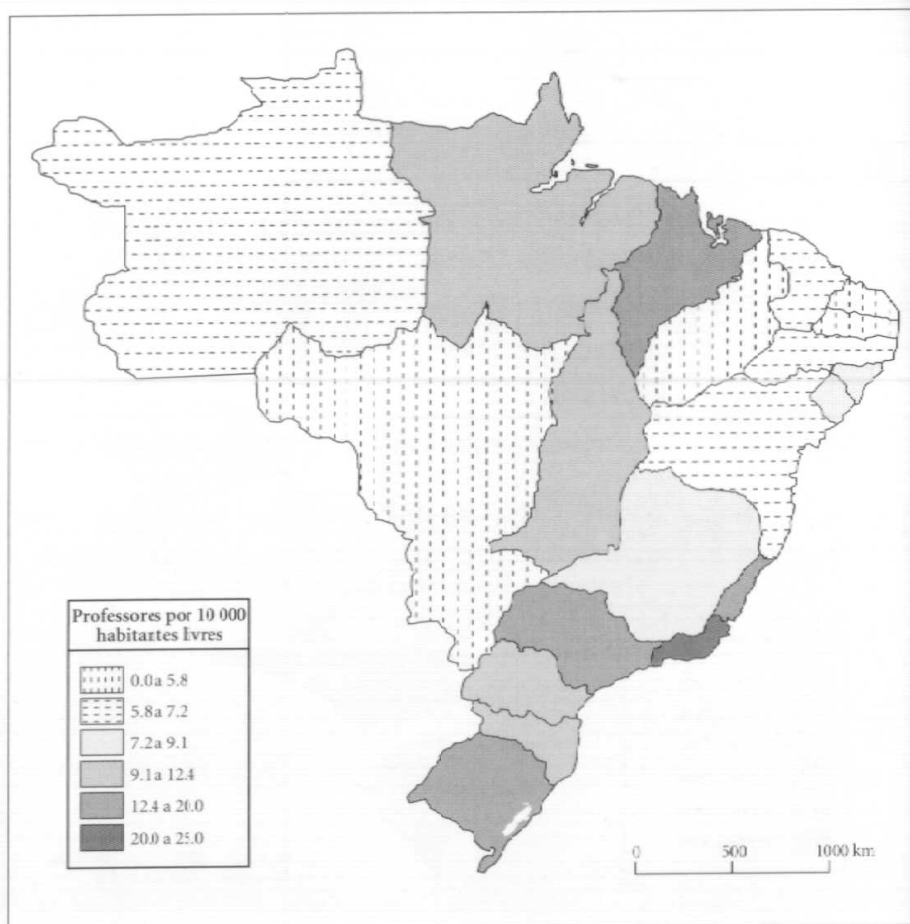


5. A região do Rio de Janeiro conta com a maior porcentagem de habitantes livres que sabem ler e escrever no censo de 1872. (LED-Cebrap)
(Ver Apêndice, tabela 6.)

neceram não eram bastante numerosos para constituir uma classe nobiliárquica. Vilhena, discorrendo sobre o item “população”, põe em dúvida a origem nobre de bom número de famílias que se apresentavam como tal.⁹ A seu ver, na Bahia, a “duração dos tempos” provocara uma verdadeira confusão entre os que eram nobres e aqueles que ele qualifica de desprezíveis plebeus. Segundo ele, um plebeu torna-se “abjeto” quando quer se fazer passar por nobre, e não faltam em seus escritos troças a propósito dos baianos que vivem a inventar para as próprias famílias genealogias tão longas quanto “a dos hebreus, e disputar nobreza com os grandes de todo o mundo [...] Outros há que tendo seus pais vindo não há muitos anos para o Brasil, para serem caixeiros [...] porque a fortuna lhes foi propícia [...] cuidam seus filhos que o Imperador da China é indigno de ser seu criado”.¹⁰ E vale lembrar que, no imaginário português da época, a China representa o país da opulência e da riqueza.

Vilhena assinala também que muitas famílias usurparam nomes ilustres e, mesmo pobres, pavoneavam-se, desde que

6. Em 1872, a Bahia, terra onde o ilustrado Vilhena fora professor, aparece com um número baixo de professores para cada 10 mil habitantes livres. (LED-Cebralp) (Ver Apêndice, tabela 7.)



punham os pés fora de casa, para esquecer a miséria e a sujeira em que viviam. Tratar-se-ia, portanto, de uma opulência que procurava iludir, tapando-se o sol com a peneira, porque aí as aparências de riqueza eram mais importantes ainda que a riqueza em si mesma. Para ele, o verdadeiro nobre deve ser rico, mas também modesto. Exasperam-no, igualmente, tanto o novo-rico que se serve de sua fortuna para aparecer, quanto o que é pobre e leva um trem de vida acima das próprias posses para se alçar ao nível dos nobres, vivendo somente de aparências no intuito de obter um alvará do príncipe e o reconhecimento de um sangue nobre que não corre em suas veias.

O genealogista frei Antônio de Santa Maria de Jaboaão elaborou, no início do século XIX, um catálogo genealógico de todas as famílias poderosas de senhores de engenho do Recôncavo baiano. Ele agracia todas elas com ilustres ancestrais. Assim é que Gaspar de Araújo, por exemplo, seria descendente



te da nobre linhagem dos Araújo de Ponte Lima, do Alentejo, e que Catarina, sua mulher, descenderia dos “Góis da Bretanha, província da França”. Na verdade, Gaspar e a mulher chegaram ao Brasil como simples emigrantes.¹¹ Nesse caso, a opulência — real ou mesmo factícia — é apenas um meio de afirmação de sua nobreza, que constitui símbolo de poder porque é o que ocorre em Portugal.

De fato, Portugal conhece uma nobreza bastante hierarquizada, com cinco graus nobiliárquicos.¹² Entre eles os fidalgos formam um grupo bem particular. O dicionário português de Moraes — que nasceu no Rio mas publicou sua obra em Lisboa — define *fidalgua* como “o foro ou caráter civil de fidalgo, que el-Rei concede mandando lançar em seus livros o nome da pessoa, a quem toma nesse foro para seu serviço, com exercício de serviço ou sem ele”.¹³ Remarquemos que um diminutivo pejorativo aparece num dicionário português de 1881: o *fidalgote*, considerado um “fidalgo de data recente”.¹⁴ Para Vilhena, quase todos os fidalgos baianos se enquadram nessa categoria. E esse é o sonho de todo brasilei-

7. Grupo de crianças sobreviventes da grande seca que flagelou o Nordeste, e principalmente o Ceará, provocando alta mortalidade e um movimento de migração na área em 1877-8.

ro ilustre, pois para realizá-lo exigem-se apenas mérito e riqueza. Como, aliás, fora o caso, em sua origem, para a ascensão de nobres em Portugal, país onde a nobreza de origem militar é posta em pé de igualdade com a que foi adquirida por virtude ou pelo exercício de altas funções administrativas. A estima é sempre um pressuposto para tais honrarias. Mas com que tipo de estima é preciso contar para tornar-se fidalgo, “filho d’algo”? Com a do príncipe? Com a que se respalda num consenso da categoria dos que já são nobres ou personalidades destacadas na sociedade, ou com uma estima reconhecida por toda a sociedade?

Todo dirigente, todo “notável”, pode, portanto, ter pretensões à nobreza. Qualquer um deles pode demandar ser consagrado fidalgo pelo respeito e honra que goza na comunidade em que vive. Nada exige que seja “filho d’algo” se seus bens e sua educação estiverem voltados para o serviço da pátria.¹⁵ É claro que o título continua a ser distribuído com parcimônia, o que o torna ainda mais prestigioso. Herdado — mas para isso requerendo-se uma confirmação por parte da Coroa — ou conferido, ele cria uma espécie de “meritocracia” consciente de seu valor, um grupo cuja riqueza, poder e estilo de vida consagra uma nobreza da terra, denominação que, aliás, ela inventou por e para si própria, e que conseguiu impor.

Convenhamos que é uma aristocracia no limite do senso antigo do termo; falta-lhe estar engajada diretamente no “serviço da Coroa”, faltam-lhe com frequência títulos nobiliárquicos verdadeiros, mas faltam-lhe sobretudo as tradições familiares das linhagens. Ela tem, entretanto, a influência de-



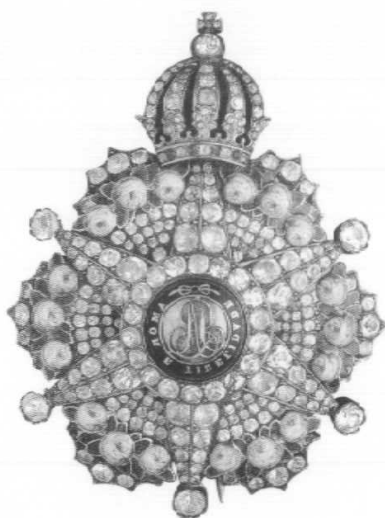
8. Cavaleiros de Cristo com grande traje da ordem. (Jean Baptiste Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 1834)

corrente da aura que envolve o prestígio atribuído à posse de terras e aos aspectos aparentes de um visível luxo espalhados na casa-grande das fazendas. Ora, em torno de 1818, a proporção dos senhores de engenho de imigração recente ainda é bastante grande. Na Bahia, de 316 engenhos, somente 92 pertencem às vinte famílias de mais destaque, chegadas ao Brasil nos séculos XVI e XVII.¹⁶

Inúmeros são, todavia, os candidatos à nobreza entre os grandes negociantes e os letrados. Vilhena comenta que entre eles há até mesmo mulatos ricos, “fofos” e “soberbos”, pois, salvo algumas exceções, ninguém parece muito preocupado em avançar até muito longe na investigação sobre as origens sociais dos candidatos. É apenas quando a admissão de alguém pode prejudicar os interesses do grupo dominante que o pretexto das origens “impuras” talvez seja evocado.

Vale lembrar que nem todos os nobres do Império do Brasil são fidalgos e que certos fidalgos não obtiveram necessariamente um título de nobreza. Francisco Pereira Sodré, por exemplo, tornou-se barão de Alagoinhas em 1879, mas, tendo nascido bastardo, foram em vão suas demandas de uma qualificação como fidalgo, ainda que esta fosse hereditária em sua família havia duas gerações. Por duas vezes o pedido dele foi recusado por d. Pedro II, apesar da insistência de seu meio-irmão celibatário e das duas meias-irmãs. No entanto, João José de Almeida Couto, fidalgo e barão do Desterro, obteve a fidalguia para o genro — que não era nobre — alegando simplesmente o fato de não haver herdeiros em sua família.¹⁷ Influência local e posse de terras agrícolas conjugadas ao “viver como um nobre” pesam muito nessa sociedade.

Hélio Vianna como Ruy Vieira da Cunha, em seus estudos sobre a nobreza brasileira, ressaltam que os comerciantes raramente eram agraciados com títulos de nobreza. Cita-se como excepcional o caso do mineiro José Francisco de Mesquita, sucessivamente visconde, conde e marquês do Bonfim. Na Bahia, numa exceção que confirma a regra, o comerciante Joaquim Elísio Pereira Marinho recebeu o título de visconde de Guai: ele era então ministro da Marinha, e isso já em 1889.¹⁸ As estratégias matrimoniais ocultam, contudo, em muitos casos, a contribuição de fortunas feitas no comércio ao patrimônio do casal. Por outro lado, é comum também a



9. Criada em 1829 para comemorar o segundo casamento de d. Pedro I, a Ordem Imperial da Rosa era distribuída à larga. Gonçalves Dias recusou-se a recebê-la porque estava sendo concedida a notórios negreiros. (Em ouro, brilhante e rubi, c. 1850)

prática de casamentos endogâmicos destinados a manter as grandes propriedades numa mesma família.

Stuart Schwartz afirma que, “apesar da aspiração ao status de nobreza, os senhores de engenho constituíam-se essencialmente em uma aristocracia de riqueza e poder, que desempenhou e assumiu muitos dos papéis tradicionais da nobreza portuguesa, mas nunca se tornou um Estado com bases hereditárias”.¹⁹ É essa aristocracia que dá à Bahia certas tonalidades da sua opulência. Sua elite é modelo para toda a população, pois nunca viveu escondida atrás de muros intransponíveis. Ela soube mesclar um tipo de vida rural com a sua vida urbana, mantendo uma grande mobilidade, nos dois sentidos, entre campo e cidade. Se todo proprietário rural usufruindo de uma certa riqueza é candidato a um reconhecimento público, todo um grupo de cidadãos, negociantes, comerciantes, altos funcionários e profissionais liberais aspira à “conquista da terra”, seja por compra, seja por meio de um casamento. Possuir um engenho assegura prestígio e poder nessa sociedade que é, finalmente, pouco hierarquizada na sua aparência.

TRABALHADORES LIVRES E ESCRAVOS

Os viajantes vindos da Europa muitas vezes decreveram uma região onde uma massa escrava é inteiramente dominada por aqueles que a possuem. Viram aí uma sociedade rural que, mesmo na cidade, se estrutura em torno dos engenhos, de onde vão e vêm os seus proprietários, no trajeto constantemente percorrido entre suas duas residências: a rural e a urbana. Souberam descrever Salvador enquanto cidade verdejante, salpicada de minúsculas explorações agrícolas, ou melhor, chácaras capazes de produzir no interior mesmo do perímetro urbano uma boa parte dos víveres de primeira necessidade ao consumo citadino. Eles perceberam a agitação dos milhares de formas de comércio que animavam ruas e portos.

Mas esse mundo do trabalho é mal avaliado em relação ao mundo do trabalho escravo, como também, por outro lado, em relação ao mundo dos poderosos. Fica claro, entretanto, que falam de uma opulência que é da Bahia inteira. Apenas os vagabundos e os mendigos estão excluídos dessa



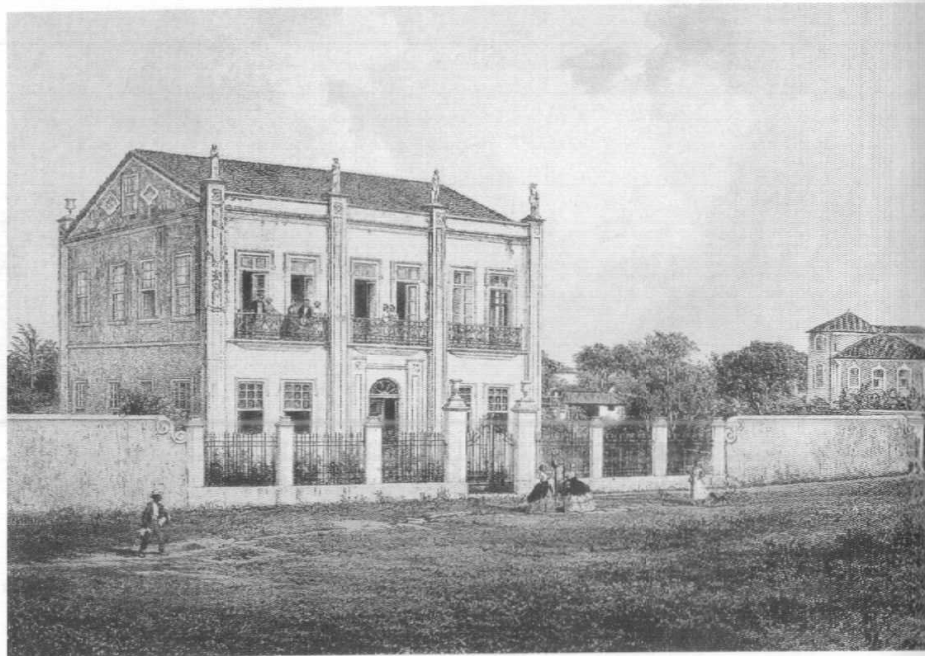
riqueza geral. Dela participa até mesmo a massa dos escravos, sobre os quais respinga o esplendor do mestre, cujo fausto permite também o sustento de artesãos, pescadores e padres. É evidente, porém, que o tipo de vida do escravo de uma família rica não é o mesmo que o de um outro trabalhando sozinho para um senhor pobre.

Num engenho, é a dona da casa quem dirige os trabalhos e o dia-a-dia de uma equipe de cozinheiras, amas de meninos, carregadores, ganhadores, fiadeiras, costureiras, lavadeiras, passadeiras ou de pintores, pedreiros e barbeiros. Quanto ao trabalho nas plantações, este não exige mão-de-obra especializada, enquanto o da fabricação do açúcar requer técnicos competentes. Na realidade existe certa mobilidade no interior do grupo escravo, e o mestre não hesita em fazê-los subir ou descer de posto no trabalho. Todos vivem, então, na esperança — na maioria das vezes uma miragem — de receber uma carta de alforria. Embora, ao que parece, as alforrias tenham sido proporcionalmente mais numerosas na Bahia do que em outras regiões do Brasil.

Modelo do liberto, modelo do mestre: eis para o escravo os exemplos prestigiosos a serem imitados para conseguir dos poderosos um pouco da sua influência e assim usufruir do brilho dos mais prósperos. Qual o escravo que não se sentiria vaidoso de ser paramentado por sua senhora com belos trajes ou pesadas correntes de ouro para acompanhá-la à igreja? O escravo de uma casa de ricos será quase sempre

10. A Ordem do Cruzeiro foi instaurada em 1822 para comemorar a coroação de d. Pedro I.

11. Chegados durante o Segundo Reinado, mestres-de-obra portugueses constroem casas inspiradas na arquitetura oitocentista de Portugal. Casa particular na Bahia. (Victor Frond, 1861)



desdenhado pelo seu colega mal nutrido pertencente ao vizinho pobre.

Certos escravos, pelo fato de ocuparem funções essenciais na dinâmica econômica da cidade, alcançaram relativa independência material, graças a um trabalho exercido longe dos senhores durante boa parte do dia e, às vezes, durante a noite. Estes, sendo obrigados a entregar aos proprietários o total, ou uma porção, dos seus ganhos, constituem, certamente, um bom investimento. O estilo de vida que levam não parece diferir do de certos vendedores ambulantes, artesãos ou pescadores livres. Estes últimos, inclusive, não podem nem mesmo contar com as boas relações mantidas com um senhor para ajudá-los a encontrar clientes ou um trabalho.

É difícil, portanto, traçar fronteiras muito precisas entre os diversos grupos sociais dessa sociedade escravista. Tanto entre os libertos quanto entre os escravos, existem os que são favorecidos e os miseráveis. Acontece também que nem todos os representantes dos poderes civis, militares e religiosos podem ser classificados entre os opulentos cujas grandiosas fortunas saltem aos olhos. Por outro lado, nem todo proprietário agrícola é um senhor de engenho e nem todos os senhores de engenho são opulentos, mesmo se tentam parecê-lo.

Funcionários, subalternos, soldados, pequenos comerciantes, artesãos e padres de menor importância, cada um a seu modo, tiram proveito ou dão sua contribuição a essa ri-



12. O senhor faz o negro beijar a figura de um santo. Uma das justificativas da escravidão formuladas no século XVI e XVII tinha fundamento evangélico: os senhores deviam ensinar a religião cristã aos cativos extraídos da África, antro do paganismo. (c. 1840)

queza baiana. Seria somente pelo fato de tal bispo, tal dono de fazendas de gado ou de navios equipados para o tráfico possuir bens fulgurantes que o brilho das suas fortunas resplandeceria sobre todos?

Antes de tentar responder a essa questão é útil saber quem é rico, quem se faz passar por tal e quais são essas fortunas privadas que dão à Bahia uma aura de opulenta doçura de viver. Afinal, a fertilidade dos massapês é tão enganadora quanto o mundo de aparências das elites.²⁰ Onde reside então a decantada riqueza baiana?

No que concerne aos bens materiais, a análise de testamentos e inventários baianos do século XIX ajuda a responder a tal questão. É uma pena que os dados de que dispomos não se prestem facilmente a comparações com outras regiões brasileiras.

OS LIMITES DAS FORTUNAS

Estruturas sociais e hierarquias econômico-sociais do Rio de Janeiro, entre 1797 e 1860, foram estudadas por João Fragoso, enquanto Zélia Cardoso de Mello trabalhou sobre as

13. “Moleque, enxota aquele gato.”
 “Maria, calça-me esta meia.”
 A charge ironiza a preguiça das
 iaiás. (A Semana Ilustrada, 1869)



Metamorfoses da riqueza em São Paulo, entre 1845 e 1875. Mas não é possível comparar as fortunas cariocas e paulistas com as baianas baseando-se nesses estudos, pois os autores não dão os montantes totais das fortunas nem os elementos que as compõem. João Fragoso, aliás, interessa-se sobretudo pelos negociantes e, por conseguinte, utilizou deliberadamente a libra esterlina em vez do mil-réis nos seus cálculos. Além do mais, ele estudou a primeira metade do século XIX, enquanto o trabalho de Zélia Cardoso enfoca a segunda metade do século passado.²¹

Na Bahia, como a posse de qualquer bem já é uma fortuna, as “fortunas” dos baianos podem, grosso modo, ser classificadas em oito categorias.²²

As fortunas “muito pequenas” no geral só incluem bens pessoais: roupas, móveis e, antes de 1850, muitas vezes um escravo de pouco valor. Nestas não há sinal de opulência; muito pelo contrário, o que transparece é uma real precariedade no viver cotidiano. Lembremos que são necessários trezentos mil-réis, ou mais, para a compra de uma casinha ou, no período anterior a 1850, para a aquisição de dois bons escravos. Repare-se também que o século XIX é, em geral, um período de baixa inflação.

São as fortunas “médias baixas” que apresentam os bens mais diversificados: uma ou duas casinhas, mobiliário que não se limita ao catre rústico e aos bancos em torno de uma mesa de má qualidade. Cadeiras, baús, roupas, utensílios de cozinha já são aí mais numerosos. A morada talvez não seja mais uma construção de taipa, podendo consistir numa casa térrea com quintal, porta e janela abrindo para a rua, paredes

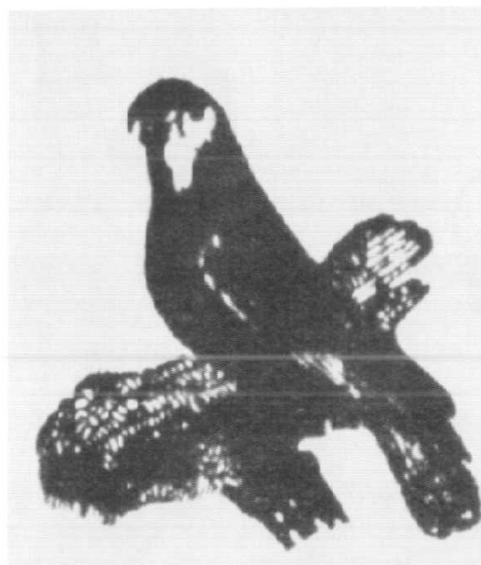


14. A imigração de proletários europeus traz às cidades brasileiras um contingente de famílias brancas que são levadas à mendicância. (A Semana Ilustrada, 1867)

de um colorido alegre, os dois quartos dando para o corredor. Mesmo se isentas de imposto, essas casinhas conferem ao seu dono um real prestígio.

Quanto ao sobrado, este figura entre os bens daqueles cuja fortuna está na faixa dos 2 mil aos 10 mil contos de réis. Nesse tipo de casa, a família mora no andar superior e o térreo serve de local de trabalho ao seu proprietário, artesão ou negociante; o andar térreo pode eventualmente estar alugado a escravos ou a artesãos livres. Os que alcançaram esse nível de riqueza possuem escravos e agregados, móveis e jóias. Essas fortunas nem sempre se encontram ao abrigo de uma falência, já que dívidas importantes, ou empréstimos concedidos sem precaução, podem arruinar um proprietário que tenha emprestado ou tomado emprestado dinheiro para

15. O gosto pelos pássaros em gaiola, hábito tanto europeu como africano, era muito difundido em todas as camadas sociais do Império. Aqui o dono, morador do Rio, procura um papagaio fugido, de cor cinza, provavelmente importado do Gabão, na África. (Jornal do Comércio, 1851)



Fugio, hontem de tarde, um papagaio cõr de cinza, e ficou pelo lado da lapa; quem o levar á ladeira de Santa Theresa, a ultima casa abaixo do convento, receberá alviçarras, se quizer, e se ficará muito obrigado.

manter sua posição. Não faltam exemplos de testamentos revelando aos herdeiros mais dívidas do que bens, aspecto a ser lembrado quando se quer compreender o que é na verdade a opulência baiana.

As fortunas verdadeiras ultrapassam os 10 mil contos de réis. São aquelas em que se estabeleceu uma espécie de estratégia de equilíbrio entre os diferentes elementos que as compõem: bens imobiliários, depósitos bancários, ações, obrigações. Na categoria dos que possuem esse tipo de fortuna encontram-se muitos comerciantes bem estabelecidos na praça, funcionários e magistrados, representantes de várias profissões liberais e alguns membros do alto clero. São, em geral, fortunas sólidas.

É possível afirmar ainda, com base na documentação trabalhada, que já existe então uma elite da classe média baiana e que esta, sem possuir uma grande fortuna, representa de 31% a 34% do total das fortunas inventariadas, enquanto as grandes fortunas representam 40% a 50% desse total.

Evidentemente, os que possuem bens de grande valor são os primeiros interessados em redigir um testamento. Os pobres, que não têm nada a deixar para seus filhos ou para associações de caridade, em geral só fazem o seu testamento para indicar como desejam ser enterrados ou para revelar a existência de filhos naturais.

Convém, entretanto, observar o enriquecimento real dos baianos no correr do século. Ainda que em cerca de um terço dos inventários *post-mortem* os dados sobre a ocupação pro-



16. Os castiçais, utilizados em cerimônias religiosas, começaram a ser usados nas casas com o barateamento da vela. Até meados do século XIX, a candeia, com óleo de mamona ou de baleia, era mais popular. Depois entrou na moda a lâmpada de querosene importado. (Século XIX)

fissional dos inventariados sejam imprecisos, é possível, com ajuda de certos recortes, tentar uma análise mais fina para saber quem possui o quê.²³

Uma análise da natureza dos bens possuídos pelas diferentes categorias sócio-econômicas da sociedade baiana, visando esboçar uma pesquisa serial dos elementos que levam esses bens a ser considerados como indícios de opulência, ajudará talvez a compreender melhor sobre que tipo de bens ativos são fundadas as apreciações de opulência, no final das contas bastante qualitativas, num período de baixa inflação.²⁴

Um quarto dos inventários estudados dizem respeito à fortuna de pessoas que vivem de rendas (“rentistas”). Trata-se, na verdade, de formas bem variadas de viver sem trabalhar: homens que se retiraram do ofício, locadores de escravos, agiotas etc. Eles se encontram por toda parte. Salvo pelos certificados emitidos pelo Estado, não se trata aqui nem de subvenções do governo nem de títulos de rendas vitalícias, mas de rendimentos provenientes de bens imobiliários, de ações, de obrigações, de depósitos bancários, da locação de escravos e de empréstimos consentidos feitos por particulares.

A metade desse tipo de fortuna pertence a mulheres, entre as quais muitas vivem do trabalho de seus escravos. As cartas de alforria evocam, em expressões variadas, o reconhecimento pela dedicação do escravo — dedicação mescla-



Para crianças: chapéus à la Henri IV, à la François I, à la Bergère, etc.; bonés de palha, de cachemira, de clina, etc.; para homem: gorros de veludo bordado de ouro, de seda, lisos, bonés de esalmira, de clina, do brim, etc.; objectos chegados agora, e só nesta casa é que se acha esta fazenda, por ser de bom gosto, e de um preço muito razoavel; na casa do Napoleão, rua do Ouvidor n. 53.

17, 18. Fantasias infantis, brinquedos importados e as bonecas de borracha que começam a ser fabricadas na Europa e nos Estados Unidos, chegam às mãos dos nhonhozinhos e das nhonhozinhas, separando os jogos das crianças dos diferentes grupos sociais. (Jornal do Commércio, 1851)



CASA DO PREÇO FIXO.
RUA DO OUVIDOR N. 68.

Participa ao respeitavel publico que acaba de receber um grande sortimento de bonecos e brinquedos de criança, tudo do melhor gosto possivel; um rico sortimento de caixinhas de fantasia para festas. Na mesma casa encontra-se sempre lindas fiores para penteados de senhoras, pentes de tartaruga, crescentes e perfumaria finas, etc., etc. (

PERDEU-SE, ou foi fortado, da presente loteria.

da de afeição, mas muitas vezes também de amargura, pelos anos passados a percorrer as ruas da cidade procurando ganhar algum dinheiro num trabalho mais ou menos especializado ou na venda de alimentos preparados em casa, de mercadorias baratas ou de quinquilharias. Carregando enormes tabuleiros na cabeça, as ganhadeiras alegram a cidade com seus gritos e seu bom humor, enquanto bandos de crianças vão correndo atrás, seguindo as mães pelas ruas que serpenteiam nos flancos das colinas. A agitada Salvador de então é uma cidade colorida, onde a abundância de fontes cristalinas atenua a miséria dos mais pobres.

Na realidade, a maioria das mulheres que vivem do trabalho de seus escravos só se servem de um ou dois deles para tal. Os inventários não indicam jamais a cor da pele dos inventariados. Mas há, certamente, entre essas proprietárias de escravos de ganho, tanto mulheres brancas como mestiças, muitas delas descendentes de libertas. As mercadorias do tabuleiro das escravas — quitutes, bebidas, bordados — eram quase sempre preparadas pelas senhoras donas da casa, que, tendo uma determinada posição social a manter, não poderiam se expor a vendê-las na rua. É fácil, porém, imaginar quais os laços de dependência que se estreitavam, nos dois sentidos, entre um bom escravo ganhador e sua senhora, esta incapaz de sobreviver dignamente sem os tostões providos da venda ambulante.²⁵

Por outro lado, até cerca de 1870, homens “vivendo de rendas” alugavam escravos qualificados para os serviços de pedreiro, latoeiro, carpinteiro ou pintor. No final do século, con-

RELOGIOS NORTE-AMERICANOS

de lindos e modernos feitios, de caixas á la americana, de pouca para 8 dias, tanto de pendulo, como horisontales, de bolso ou com pesos, com despertador e campainha.

Além de se venderem por preços baratissimos, a varjo, garante-se o bom regulamento, devolvendo-se seu importe quando assim se não verifique, e por atencão fazer-se ha uma diferença muito favoravel.

Mons. Olegario Abrachas e C.

10 Rua da Alfandega 10,
DEFRENTE DO NOVO EDIFICIO PARA O BANCO COMMERCIAL.

M^{ME} ADELE DANTIGNY,
tendo de se retirar no proximo paquete para Europa, julga não dever nada a mais

ALUGA-SE um prestijoso conchito, na rua de S. Pedro n. 133.

ALUGA-SE uma casa para uma de leite, pertencida ha tres annos e do primeiro parto, na rua do Senhor dos Passos n. 140.

19. Os importados americanos aparecem em maior quantidade na época da corrida do ouro na Califórnia (1850-60). Indo para lá os navios americanos deviam costear a América do Sul, fazendo muitas vezes escala na Bahia e no Rio de Janeiro, antes de passar para o Pacífico. (Jornal do Comércio, 1853)

tudo, o mercado de trabalho vai se tornando cada vez mais restrito para os escravos, até que acaba desaparecendo.

Uma outra categoria sócio-profissional deve ainda reter nossa atenção: ao lado dos que vivem de rendas e parecem não trabalhar, existe um grupo de homens que exercem vários tipos de trabalho ao mesmo tempo. Não nos referimos aqui a casos que ocorrem muitas vezes, como o de um escravo barbeiro que é também músico, ou o de um pedreiro que pode ser enviado para cortar cana, pois estes dizem respeito a ocupações que se sucedem e concernem sobretudo a escravos ou pobres livres que não farão fortuna alguma.

Os que nos interessam aqui são principalmente os profissionais liberais, filhos ou netos de senhores de engenho, de negociantes, de ricos comerciantes, de magistrados ou de altos funcionários. Advogados ou médicos, estes não hesitam em se lançar a aventuras comerciais e bancárias. Eles são ainda funcionários dos mais altos escalões ou assalariados, seja como deputado seja como professor. Lembremos que o prestígio atribuído ao saber caracteriza o século XIX baiano. De alto a baixo na escala das fortunas, portanto, o acúmulo de funções permite a uns sobreviver, a outros enriquecer. E permite a todos o dar-se a parecer. Essa prática não choca ninguém, muito pelo contrário; ela é prova de habilidade tanto quanto de saber e de poder. Faz parte das estratégias profissionais de todo baiano.

Qualquer que seja a origem do total dos ganhos de quem vive de rendas, quaisquer que sejam os salários, honorários ou

lucros comerciais dos que acumulam duas, três, às vezes quatro fontes de remuneração, seus bens incluem também outro item importante, que, aliás, pode ser encontrado em praticamente todos os testamentos e inventários baianos: o dos empréstimos e dívidas. É preciso abordar esse item com cautela para não considerá-lo necessariamente como indício de fraqueza dos que emprestam ou fragilidade dos que tomam emprestado. O dinheiro que circula é, afinal, uma riqueza e, por outro lado, o empréstimo fácil caracteriza todas as classes sociais da Bahia.

É verdade que os empréstimos aparecem como fonte única de renda somente em um décimo dos inventários de mulheres e em um quinto dos de homens. Qualificamos esses inventariados como “rentistas”. Observa-se que em alguns casos eventuais os empréstimos representam somas ínfimas. Constata-se sobretudo que os credores não parecem preocupados com o fato de as dívidas não terem sido pagas. Com efeito, uma honestidade natural reina entre os baianos; ninguém quer morrer deixando dívidas. Os herdeiros terão sempre como primeiro dever e preocupação regularizá-las segundo o desejo do testador, que as deixa enumeradas com toda a precisão. As dívidas em ativo representam, em grosso, quase um sétimo da fortuna total inventariada na Bahia, na época estudada.

Emprestar e tomar emprestado não são práticas vergonhosas numa sociedade em que solidariedade e a ajuda mútua constituem o fundamento das relações vivenciadas, da vida de família e dos vínculos entre os mais ricos e os menos ricos. Dificuldades imprevistas podem acontecer a qualquer um. Os que tomam emprestado agem sempre de boa-fé. Os que emprestam, habituados a taxas que se elevam com frequência a 2% ao mês, não consideram que estejam praticando a usura. A mesma impressão de generosidade pode motivar tanto quem empresta um ou dois mil-réis a alguém que precisa comprar o que comer, quanto a quem adianta somas bem mais elevadas a um senhor de engenho que ainda não colheu sua produção. A capacidade de fazer empréstimos, isto é, de encontrar facilidade na praça para tal, como a capacidade de poder emprestar, isto é, de dispor da liquidez necessária, são ambas sinais de opulência e sobretudo de prestígio.²⁶

20. Uma escrava com turbante e panos-da-costa, isto é, tecidos importados da costa ocidental africana. (Foto de Cristiano Júnior, c. 1864)



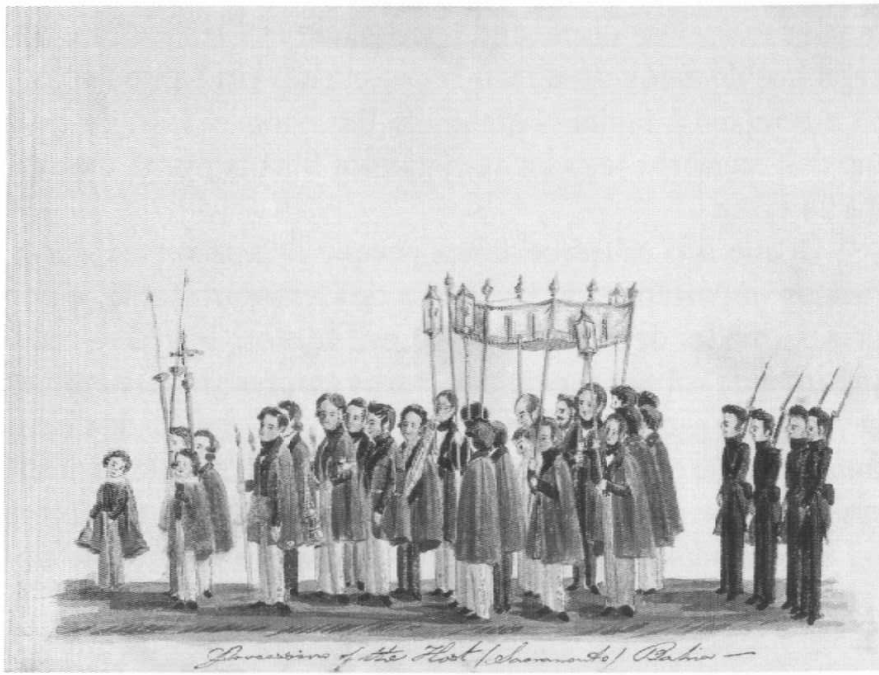
21. A senhora e a mocinha vão à missa e mostram a roupa nova. Encerradas nas casas pelos pais e os maridos, as mulheres da maior parte das cidades brasileiras só conheciam o convívio social extra-familiar nas missas e nas cerimônias religiosas. (c. 1840)



Compreende-se então como, no decorrer do século XIX, o sentido da palavra *opulência* vai se reforçar, passando a significar cada vez mais “a qualidade visível da riqueza e sua utilização na convivência social”. Na edição de 1844 do dicionário de Moraes, um novo verbo vai aparecer: o verbo *opulentar*. Além de poder ser considerado como uma sorte de superlativo “poético”, este é também um transitivo que comporta em si os sentidos de “ser” e de “tornar opulento”.²⁷ A edição de 1890 chegará mesmo a propor o reflexivo: *opulentar-se*, isto é, “tornar-se opulento, enriquecer-se”. Ou seja, aquele que empresta e ajuda, enriquece.²⁸ Este enriquece, com efeito, não somente das riquezas prometidas pelo Cristo, ou simplesmente dos juros dos empréstimos, se os cobrou, mas também da consideração geral. Torna-se, no senso do século XIX, abastado. A personagem abastada é, também, alguém “cheio de víveres”. A superabundância do necessário define bem certa opulência, como a que existe, por exemplo, na opulência física... Mas, para não irmos muito longe, o fato é que a definição de *opulência* de Moraes, que já sugeria ostentação, influência e enriquecimento esperado, esclarece um dos aspectos do papel desempenhado pelos empréstimos na sociedade baiana.

A BANCARROTA DE UM NEGREIRO

Como se explica então que um grande negociante como Cerqueira Lima tenha falido? A história das ascensões sociais é



22. A procissão leva o Sacramento em meio aos fiéis; vigários e comerciantes davam destaque às festas dos santos padroeiros para atrair os sertanejos às cidades. (c. 1840)

quase sempre transmitida nas famílias, a das falências geralmente calada. Porém, como Cerqueira Lima possuía uma das maiores fortunas baianas, sua ruína alimentou muita fantasia, deu muito o que falar. O inventário da residência desse traficante de escravos é revelador de uma opulência ostentatória: uma magnífica biblioteca, sala de música com dois pianos, quatro salões com poltronas recobertas de cetim de cores variadas, uma imensa sala de banquete com sua esplêndida prataria realçada de madrepérola e marfim, finas toalhas bordadas, relógios em todos os cômodos... Lacaios em librés rutilantes e chapéus emplumados serviam à mesa sempre cheia de convidados, e conduziam os belíssimos coches e carruagens da família. Ora, em 1824, os ingleses apreenderam um dos seus brigues com um carregamento de escravos. Cerqueira Lima dá início então a um processo judicial contra o governo inglês.

No entanto, nos quinze anos do desenrolar do processo, tudo o que ele conseguiu foi a apreensão de mais três dos seus navios pelos ingleses. Doente, ao que se diz Cerqueira Lima não suportou mais essa crise financeira e morreu, deixando uma viúva incapaz de se defender. O passivo da sucessão foi naquele momento avaliado em 500 mil contos de réis, enquanto o ativo comercial valeria, segundo o inventário, 400 mil contos de réis: os 100 mil contos de réis restantes foram disputados rapidamente pelos credores. Todos os objetos de luxo que enfeitavam o interior da esplêndida casa no bairro da Vi-

tória acabaram se dispersando por venda em leilão. Um dos engenhos do espólio, o de São Filipe, situado em Santo Amaro, foi arrendado à família Bittencourt Berenguer César, da qual um dos membros se casou com a única filha legítima de Cerqueira Lima.

O que não sabemos, talvez porque faltem certos documentos importantes do inventário de Cerqueira Lima, é por que as dívidas declaradas — 100 mil contos de réis — não tinham sido cobertas, nem por outros empréstimos, nem pela venda de alguns dos bens imobiliários. O leilão dos bens impressionou os contemporâneos, mas a estratégia matrimonial que representa o casamento da filha de Cerqueira Lima ou a recusa dos credores a estender o crédito à viúva do negociante falam mais talvez sobre o que foi a opulência na Bahia no século XIX: ela não se encontrava unicamente no luxo espalhado pela casa de Cerqueira Lima.²⁹

Não é, sem dúvida, somente no montante das fortunas ou na repartição dos bens possuídos que se deve procurar a verdadeira opulência baiana. Além do mais, as fortunas avaliadas não são a de um povo verdadeiramente rico. No estado atual dos nossos conhecimentos, parece impossível comparar a riqueza do Brasil no século XIX com a de um país da Europa Ocidental na mesma época.³⁰



23. Novos ricos do período imperial, os negociantes de café fluminenses procuravam imitar em suas casas o estilo francês do Segundo Império (1852-70). Sala de jantar da Casa da Hera, Vassouras, Segundo Reinado.

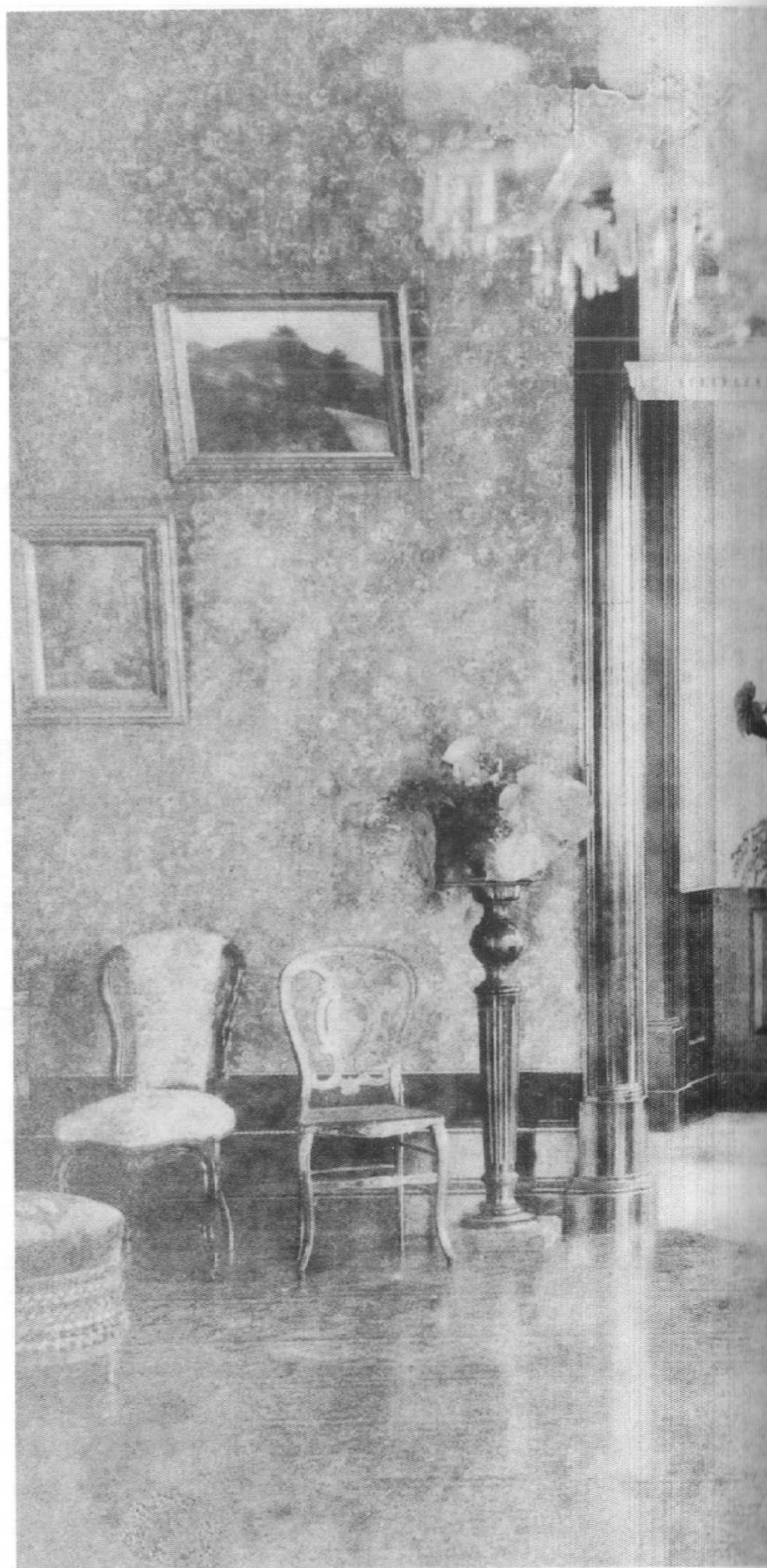
A opulência baiana, portanto, deve também ser percebida nas formas de utilizar as riquezas, no que estas deixam transparecer. O ouro da igreja de São Francisco, a nobreza da fachada de uma casa-grande ou o luxo de uma festa não são sinais exteriores das mesmas riquezas que aquelas deixadas pelos castelãos ingleses e franceses. O querer “se mostrar” da Bahia não é o mesmo *vouloir-paraitre* da França.

Parece que Vilhena — inventor e admirador da opulência baiana — sugere, a quem sabe lê-lo, alguns traços de uma opulência em que se revelam qualidades que é necessário aprender a descobrir. Por exemplo, a longa e bem conhecida descrição que ele faz das senhoras da Bahia tem sido incluída, na maioria das vezes, no rol das críticas de Vilhena contra os modos de viver dos baianos.

AS MULHERES BAIANAS SEGUNDO O PROFESSOR VILHENA

Façamos uma nova leitura deste texto, examinando-o de mais perto, pois é um texto muito bom, no qual o autor não se mostra em nada um misógino; muito pelo contrário:

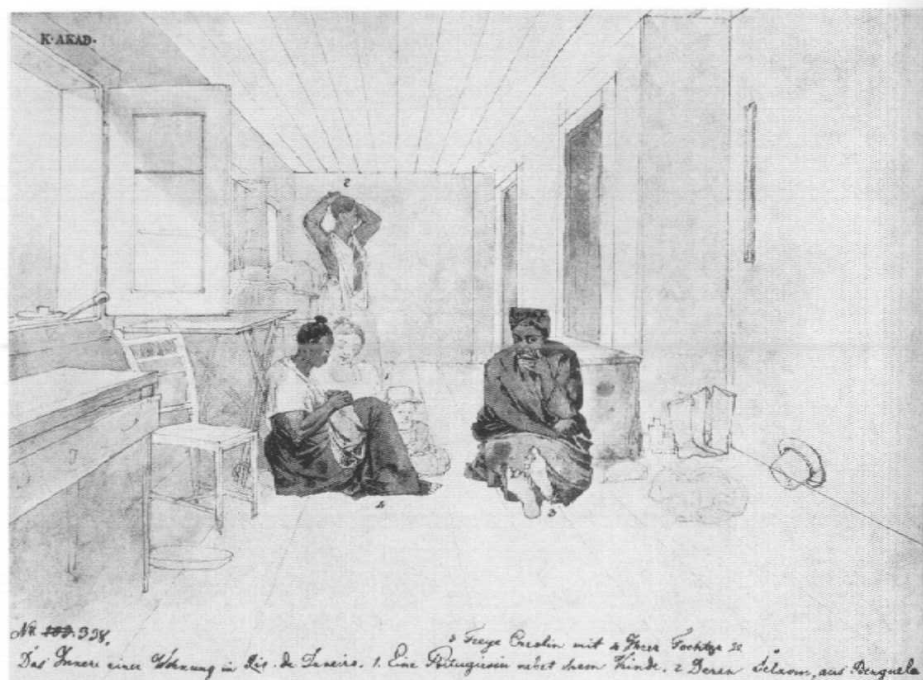
[...] aquelas, que aqui são senhoras, o sabem verdadeiramente ser, apesar das preocupações de que vêem seus pais ou maridos possuídos, vindo por isso a imitá-los; e podes viver certo em que os que aí vão dizer o contrário, mentem, ou nunca aqui trataram com senhoras, mas sim com mulheres da tarifa, que em toda parte se encontram; aquelas pois que são senhoras, não dão acesso tão livre como aí vão publicar os detratores. São estas criticadas de pouco honestas, por andarem dentro em suas casas em mangas de camisa, com golas tão largas, que muitas vezes caem, e se lhes vêem os peitos, sem que esses maus críticos se lembrem, de que estão debaixo da zona tórrida, onde o grande frio corresponde ao que aí sentimos em maio. Igualmente as notam de andarem em suas casas muitas vezes descalças, e de ordinário sem meias, com camisas de cassa finíssima, e cambraia transparente; sem que atendam, como disse, ao clima em que se acham, nem indaguem a razão; porque esses mesmos que em Portugal não passavam de camisas de pano de linho, e pode ser que bastante grosseiro, aqui lhes custa aturá-las de Bretanha de Hamburgo, de que aqui só ves-



24. Os rústicos móveis coloniais foram substituídos por mobiliário de estilo, às vezes importado da Europa. Salão de festas de uma rica residência em Niterói no final do século. (c. 1890)



25. No início do século XIX, a pobreza do mobiliário era comum. Senhoras e escravas freqüentemente sentavam no chão. (Thomas Ender, 1817)



tem as negras, e não todas; porque o comum são cassas. São extremosamente amigas das suas amigas, e tão zelosas umas das outras, que bem podem competir com os amantes mais impertinentes. São pouco afeiçãoadas às senhoras que vêm da Europa; a causa porém desta desafeição procede da emulação no vestir, pregar, e pisar, em que estão hoje muito adiantadas. Quando saem às suas visitas de cerimônia, é em sumo grau asseadas, sem que duvidem gastar com um vestido quatrocentos mil-réis, e mais, para aparecerem em uma só função; e tanto caso fazem, em ocasiões tais, de cetins, quanto nós poderemos aí fazer de serguilha. As peças com que se ornão são de excessivo valor, e quando a função o permite aparecem com suas mulatas, e pretas vestidas com ricas saias de cetim, becas de lemiste finíssimo, e camisas de cambraia, ou cassa, bordadas de forma tal, que vale o lavor três, ou quatro vezes mais que a peça; e tanto é o ouro, que cada uma leva em fivelas, cordões, pulseiras, colares ou braceletes, e bentinhas, que sem hipérbole, basta para comprar duas ou três negras, ou mulatas como a que o leva: e tal conheço eu que nenhuma dúvida se lhe oferece em sair com quinze ou vinte, assim ornadas. Para verem as procissões, é que de ordinário saem acompanhadas de uma tal comitiva. As cadeiras em que saem

para funções públicas não importam em menos de duzentos, ou trezentos mil-réis; e a parelha de negros que a conduzem, nada menos de trezentos mil-réis, levando muitas vezes outra ou outras iguais parelhas para fazerem mudas; quer porém a miséria, que nunca esta grandeza aparece nas igrejas por maiores que sejam as festividades, porque em quase nenhuma aparece uma senhora; e sendo todas as funções da igreja aparatosas, segundo o costume, unicamente gozam delas os homens graves, que para o fazerem são convidados por cartas, e tudo mais são multidões de negros, e negras de que se enchem os templos.

O ordinário das mulheres deste país é serem meigas, e chulas; entre as vulgares há muitas que nada devem às feias, e o não terem quem as sustentem, e trate, e o não haver em que se ocupem, é o motivo por que de ordinário se valem dos dotes da Natureza, de que fazem mau uso, para poderem subsistir; assim como há também muitas, que vistas de noite pelas ruas, passam pela calúnia de dissolutas, quando aliás são honestas, e virtuosas; obrigando aqueles egressos noturnos o não terem quem de dia lhes vá comprar o sustento, e tudo mais de que precisam.³¹

Será que essas mulheres da Bahia não simbolizam toda a opulência que Vilhena procura demonstrar? Existe aí, antes de mais nada, uma adaptação necessária ao clima, evidenciada na simplicidade dos trajes de qualidade; há a fidelidade às amizades e o zelo da solidariedade; há o ciúme de uma Europa invejada e imitada; há o gosto do cerimonial, do luxo necessário para honrar a Deus e aos santos; há, é claro, a preocupação em aparecer, mas também o gosto de conversar; há, enfim, a beleza dos corpos.

Vindo de Vilhena — um resmungão —, esse hino à mulher da Bahia merece ser posto em paralelo com a admiração que ele dedica à terra do Recôncavo, tão cheia de promessas que não se cumprem. Para ele, que conhece as duas margens do Atlântico português, uma diferença salta aos olhos: no lado brasileiro, a opulência se desperdiça.

Ora, Vilhena talvez não tenha dado o peso suficiente, na balança da sua avaliação, à carga do sistema escravista e da sua relação com as facilidades da vida dos homens livres. Se há

26. Num dia santo, a escrava se veste caprichosamente; seu garbo fazia parte da representação ostentatória de seus senhores. (c. 1840)

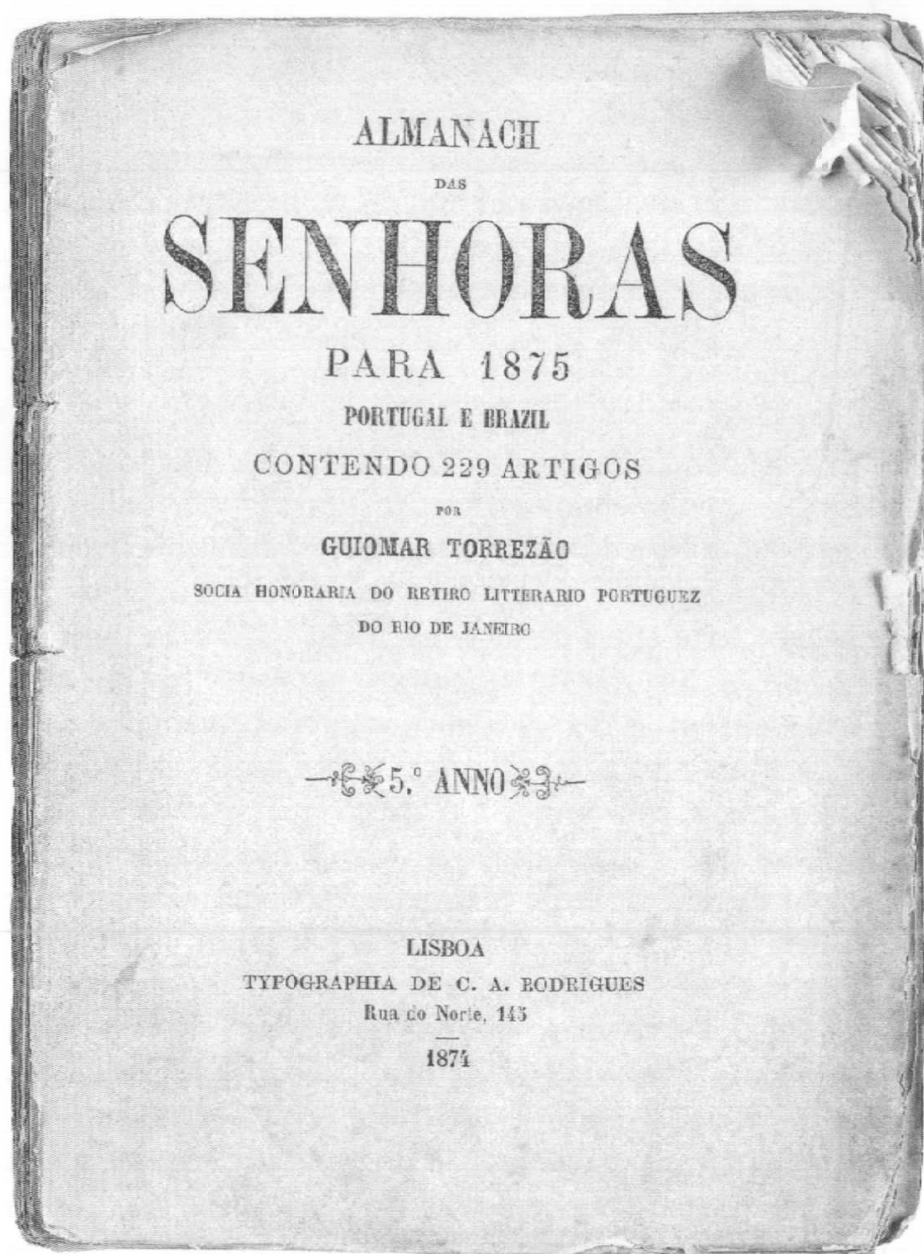


tantos desocupados na Bahia, se os homens livres podem exercer ao mesmo tempo vários ofícios e encontrar sempre onde se empregar, seja no comércio, seja como funcionário público, isso ocorre graças ao trabalho escravo. A escravidão deu ao homem livre na Bahia um sentimento de superioridade e de desprezo pelo trabalho, desprezo não só pelo trabalho manual, mas por todo trabalho longo ou muito cansativo, seja este qual for.

“VIVER COMO UM NOBRE”

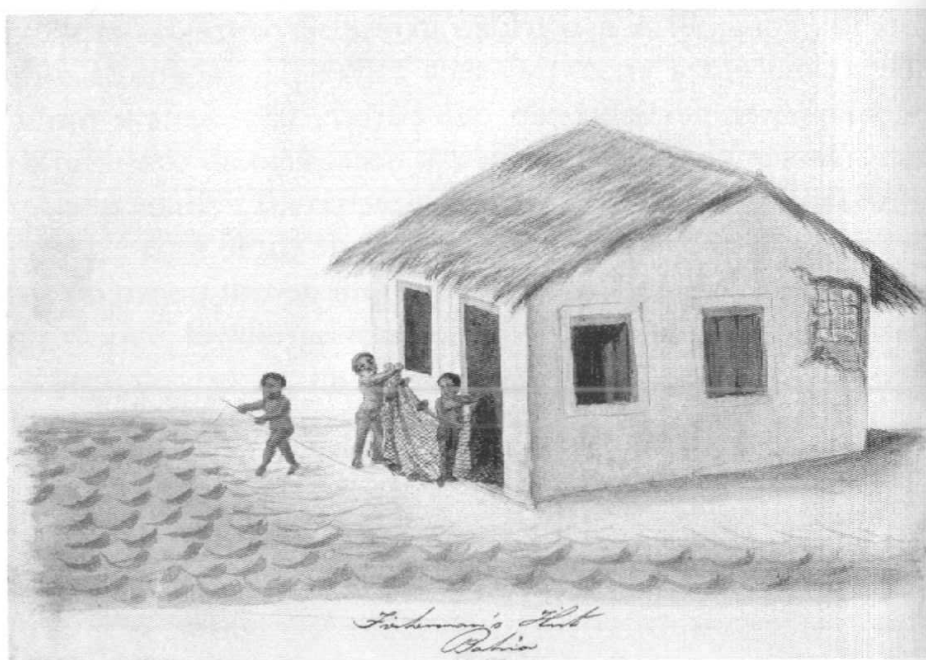
O “viver como um nobre” dos primeiros brancos instalados no Brasil — que desde cedo souberam fazer os autóctones trabalhar para eles, e logo depois os negros importados da África — não se transformou num “viver burguês” à moda européia. Expandiu-se, pelo contrário, pelas classes

médias. Por quê? A escravidão parece ser uma das explicações. Uma outra encontrar-se-ia talvez na doçura da vida baiana. Viver na Bahia, ao que parece, não custava muito caro. Tentamos calcular o que era necessário ao consumo de uma família de cinco pessoas, no século XIX. Vimos que sobriaria a um trabalhador especializado de então uma margem suficiente do seu salário para a compra de um pouco do supérfluo que torna a vida diária mais agradável.³² Além do mais, desde a segunda metade do século XIX existem muitos assalariados que são proprietários das casas onde moram com suas famílias.



27. O Almanach, editado em Lisboa e vendido no Império, permitia que as senhoras seguissem a moda européia. (1875)

28. Crianças pobres de Pernambuco saem nuas para ir pescar. A pequena pesca era o recurso da pobreza. "Pindaíba", palavra tupi que designa a vara de pesca, deu lugar à expressão "estar na pindaíba", estar dependente da pescaria para sobreviver, ou ainda estar na pobreza. (c. 1840)



Segundo Francisco Silva Lima: "A alimentação era frugal e barata. Se não havia grandes fortunas como há hoje, também as despesas eram moderadas [...]".³³ Descrição idílica, incitada, sem dúvida, pelas lembranças da sua juventude, o que não anula o fato de que ser opulento na Bahia é também acreditar sê-lo.

Se a opulência baiana é atribuída principalmente aos senhores de engenho enquanto suas fortunas e poder estão decrescendo ao longo do século XIX, muitos entre eles vivendo, na verdade, acima das suas posses, isso é bem um indício de que o que conta antes de mais nada são os sinais exteriores da riqueza. A história do século XIX na Bahia fala de uma sociedade em que o rico deve socorrer o pobre, em que cada família tem os seus protegidos, em que a aceitação das dificuldades que a vida impõe é o preço que se paga ao jogo social e em que a frugalidade na vida de todo dia permite a aquisição de um traje de luxo para esconder a miséria. A verdadeira riqueza não se encontra, portanto, unicamente entre os mais afortunados, cujo luxo poderia ter causado espanto a algum convidado incapaz de avaliar o que havia ali também de generosidade e de hospitalidade. A riqueza da Bahia se baseia, levando-se em conta certa flexibilidade das hierarquias sociais, na convicção de que cada um dos níveis dessas hierarquias engendra suas próprias elites, isto é, seus homens e suas mulheres capazes de dar proteção e apoio. As

redes de solidariedade, o desenvolvimento das instituições de crédito, das associações religiosas ou sociais, das sociedades de comerciantes ou de negociantes são sinais de riqueza, de opulência.

A opulência baiana não tem somente a beleza enganadora de uma ilusão: seus sinais exteriores devem-se mais aos valores do coração e das relações entre os homens que aos contos de réis empregados nos negócios, sejam estes quais forem.

IMAGEM E AUTO-IMAGEM DO SEGUNDO REINADO

Ana Maria Mauad

Cara Tereza

Estimo que tenhas passado bem assim como as pequenas, que graças a Deus, sei que gozam de saúde, e a quem darás dois beijinhos de minha parte.

Ontem à noite houve aqui um grande baile, que durou até as duas horas da manhã reunindo-se quarenta senhoras bem trajadas e muitos homens — dancei dez contradanças e seis valsas.

Esta tarde vou passear pela vila, como ontem já o fiz, e ver o que houver digno de ser examinado, e amanhã às quatro horas depois de ouvir a missa, parto para a fazenda do Marquês de São João Marcos, onde me pretendo demorar até o dia 25, partindo neste para Iguaçu onde passarei este dia os de 26 e 27 e talvez 28.

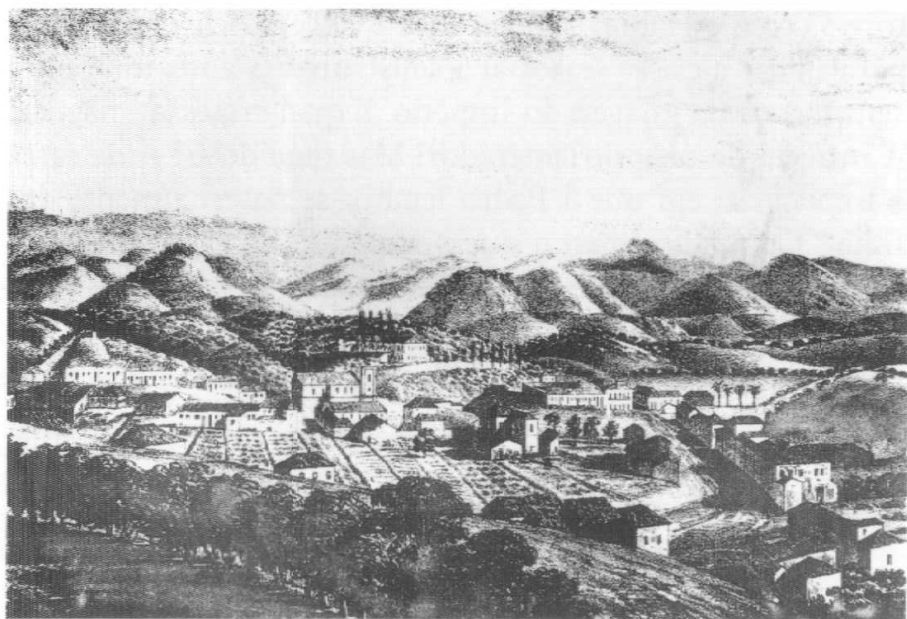
Adeus, um abraço bem apertado de

Seu afeiçoado esposo

Pedro

Respeito de todos e recomendações a todos¹

D Pedro II escrevia à imperatriz, de Vassouras, uma das paradas na viagem que realizou pela província fluminense no verão de 1848. Saindo de Petrópolis, percorrera a região do café, sendo recebido em grandes fazendas e vilas, cujo cotidiano ficava revirado pela chegada do monarca.



1. Vassouras, pujante centro cafeeiro nos anos 1840. (A Vila de Vassouras, Ostensor Brasileiro, 1843)

A visita teve cobertura do maior jornal do país, o *Jornal do Comércio*, que descreveu as festas e os atos do imperador nos diferentes lugares, reforçando as conexões culturais entre a província e a corte.

Quatro meses depois, em correspondência ao visconde de Macaé, presidente do Conselho de Ministros, o presidente da província relaciona “os nomes das pessoas que serviram e obsequiaram ao Augusto Senhor na sua última viagem por alguns municípios ao sul desta província”.² O documento cita os fazendeiros e seus amigos que receberam o imperador, as suas respectivas comendas, honrarias e brasões, bem como indicações sobre o novo título que gostariam de obter. No documento acompanha-se a distribuição de títulos seguindo a proximidade e intimidade entre o monarca e a aristocracia rural.

Nele aparecem também as anotações do imperador, que escrevia, à margem dos informes, a graça e os títulos que conferiria aos seus anfitriões. Ao lado do nome de um fazendeiro, d. Pedro havia primeiro escrito: “Hábito de Cristo”; depois, como se tivesse lembrado algum mal-entendido, riscou a promessa de comenda. Nos pedidos de título julgados excessivos, o comentário imperial é mais enfático: “devagar que o mundo não vai se acabar”.³

Apesar de ter visitado muitas localidades e de ter sido homenageado por poderosos senhores de escravos, o imperador só fez um marquesado e dois baronatos, agraciando dezenove outros fazendeiros com comendas do Hábito de Cris-

to, e 33 com o Hábito da Rosa. Mas a viagem dele contribuiu para ajudar a classe senhorial a construir sua auto-imagem à semelhança da imagem do Império. E qual era essa imagem? A imagem do próprio imperador? Mas qual delas? A da carta à imperatriz, em que d. Pedro lembra-se paternalmente das filhas? Ou a auto-imagem que o imperador esboça em 1861, aos 36 anos de idade, reproduzida a seguir?

[...] Sou dotado de algum talento; mas o que sei devo-o sobretudo a minha aplicação, sendo o estudo, a leitura e a educação de minhas filhas, que amo extremosamente, meus principais divertimentos. Louvam minha liberalidade, mas não sei por quê, com pouco me contento, e tenho oitocentos contos por ano. Nasci para consagrar-me às letras e às ciências e, a ocupar posição política, preferia a de presidente da República ou ministro à de imperador. Se ao menos meu pai imperasse ainda estaria eu há onze anos com assento no Senado e teria viajado pelo mundo. Jurei a Constituição; mas ainda que não jurasse seria ela para mim a segunda religião [...] Confesso que em 21 anos muito mais poderia ter feito; mas sempre tive o prazer de ver os efeitos benéficos de onze anos de paz interna devidos à boa índole dos brasileiros [...] respeito e estimo sinceramente minha mulher, cujas qualidades constitutivas de caráter individual são excelentes.⁴

Ou ainda a do próprio retrato de 1855, cuja autoria lhe é imputada, no qual posa de forma completamente diversa de todos os seus outros retratos, pomposamente oficiais, com uma das mãos escondida dentro do paletó, o corpo recostado nas grades da varanda do Paço de São Cristóvão? Qual dessas três faces do imperador se imporia à imagem do Império? Ou seria mais adequado inverter o questionamento e indagar se a face do imperador não espelhava o Segundo Reinado?

Imperador e Império tiveram a sua imagem desenhada pela pena aguçada e perspicaz dos viajantes e de seus “riscadores” (desenhistas), pelos pintores e retratistas e fotógrafos que por aqui transitaram. Independentemente da modalidade do registro, foi o olhar do estrangeiro que nos enquadrou, ao mesmo tempo que educava o nosso olhar, para que nós mesmos pudéssemos nos mirar nos espelhos da cultura importada de seus países de origem.



Uma constante dessas imagens será a escolha da cidade do Rio de Janeiro como a síntese da representação do Império. Como observava o jornalista alemão Von Koseritz, radicado desde 1851 no Rio Grande do Sul, quando passou pela corte em 1883: “Sentimos aqui pulsar a vida do Império — aqui encontramos o ponto central e mais importante dele [...] vê-se diariamente na rua do Ouvidor os homens que governam o país e conduzem a opinião pública [...] O Rio de Janeiro e o Brasil e a rua do Ouvidor e o Rio de Janeiro”.⁵

Enquanto a imagem da corte era uma imagem não somente pública, mas publicada nos jornais e nas exposições universais, a imagem do Império ainda tinha como modelo a família imperial.

2. Vista do morro da Glória e da baía de Guanabara, quando a cidade se estendia para fora do centro, ao longo do litoral.

O OLHAR DOS VIAJANTES ESTRANGEIROS

Para o viajante, a impressão causada pelo olhar é a que fica, fornecendo o estatuto de verdade ao relato. O fato de ele ter estado presente, de ter sido a testemunha ocular de um evento, ou de um hábito cotidiano qualquer, garante à sua narrativa o teor incontestável.

Na segunda metade do século XIX, dois viajantes produziram relatos distintos mas igualmente significativos sobre o Brasil: Charles Ribeyrolles e Carl von Koseritz. Ribeyrolles, republicano convicto, chegou ao Brasil a convite do fotógrafo Victor Frond para participar do projeto de um livro contando as riquezas e as belezas do país.⁶ Tal projeto resultou no livro *Brazil pittoresco*, em que as litogravuras de Sourier, baseadas nas fotografias de Frond, apresentam uma composição equilibrada do Império. Paisagens em grandes panoramas, os principais prédios do governo, as fazendas, os lugares pittorescos, a vegetação exuberante, a arquitetura bem-acabada, está tudo lá, definindo o Segundo Reinado. O texto de Ribeyrolles acompanha a direção dada pelas imagens.⁷ Um Ribeyrolles muito mais preocupado em explicar o cotidiano do que os diamantes da coroa.

O capitão Von Koseritz escreve na década de 1880, com o regime já estremecido. Chega à corte em 1883, em meio a um surto de febre amarela. Visita os lugares importantes, tece comentários sobre os hotéis e restaurantes, participa do circuito de salões e das festas da comunidade estrangeira. Na condição de repórter da *Gazeta*, do Rio Grande do Sul, escreve o seu diário de viagem em forma epistolar: as “cartas da corte”, publicadas regularmente pelo jornal.

O que os viajantes têm em comum? Num primeiro momento, seu olhar de observadores externos enquadra com

3. O francês Victor Frond registrou a sua própria imagem quando fotografava o Colégio dos Jesuítas na Bahia. (Victor Frond, 1861)



clareza quase classificatória tipos, costumes, normas de comportamento. Passado algum tempo, a vivência cotidiana leva-os a se misturar ao ambiente visitado, se tornar íntimos de gente da terra, se familiarizar com as rotinas e os problemas da cidade. Reclamam do calor, dos mosquitos, das chuvas torrenciais, da sujeira das ruas, do descaso das autoridades, dos cocheiros e dos caminhos para os diferentes sítios, da situação política. Nesse movimento “não só figuram um Brasil, como ensinam a figurá-lo, a descrevê-lo”.⁸

Em seu brilhante livro sobre a influência da narrativa dos viajantes e do traço dos desenhistas, acompanhantes dos naturalistas, na composição da literatura romântica nas décadas de 1830 e 1840, Flora Süssekind demonstra como essas obras criaram uma imagem do país que se decalca na figuração do Império. Corroborada pelas fotografias de paisagens em chapas de grande formato e pela participação do Brasil nas exposições universais, essa imagem teve como marca aquilo que a autora denominou de “a sensação de não estar no todo”, iluminar uma parte escurecendo as demais.⁹

A problemática da verdade na criação de uma imagem de Brasil enfatiza o papel dos relatos de viajantes, principalmente o dos estudiosos naturalistas. A escrita em trânsito forneceria o tom de testemunha ocular aos relatos, escritos no estilo simples da verdade. O mesmo tom estaria presente nas aquarelas e desenhos dos pintores que acompanhavam as expedições. Ender, Rugendas, Taunay, Hércules Florence, eram eloqüentes na sua necessidade de tudo registrar. Tal eloqüência fica ainda mais patente se pensarmos que foi esse mesmo Hércules Florence o descobridor, no Brasil, seis anos antes de a notícia chegar da França, da possibilidade de fixar desenhos com a luz: a fotografia.¹⁰ O empenho do desenhista Florence em encontrar alguma técnica que copiasse a natureza com toda a fidelidade, é exemplar para se caracterizar o papel assumido pela fotografia na construção da imagem de um Brasil muito mais ligado com o futuro imperial do que com o seu passado de colônia.

No que se refere tanto à figuração da realidade como à lógica industrial, o daguerreótipo, apresentado na Academia de Ciências da França em 1839, é um sucesso.¹¹ Em primeiro lugar, por proporcionar uma representação precisa da realidade, fornecendo à imagem um estatuto técnico que lhe sub-



4. O primeiro daguerreótipo tirado no Brasil e na América do Sul, por Luis Compte, em 1840: o Paço Imperial com a tropa formada na sua frente. Ao fundo, à direita, o Hotel de France. Aqui se situava o coração do Império.

traí, por completo, os vestígios de subjetividade. Em segundo lugar, a rapidez e procedimentos simples e codificados ampliam seu uso, retirando o caráter de unicidade da produção visual do século XIX.¹² Como se sabe, o daguerreótipo ficou conhecido no Brasil em 1840. Sua chegada foi registrada pelos jornais da corte:

Finalmente passou o daguerreótipo para cá os mares e a fotografia, que até agora só era conhecida no Rio de Janeiro por teoria [...] Hoje de manhã teve lugar na hospedaria Pharoux um ensaio fotográfico tanto mais interessante, quanto é a primeira vez que a nova maravilha se apresenta aos olhos dos brasileiros. Foi o abade Compte



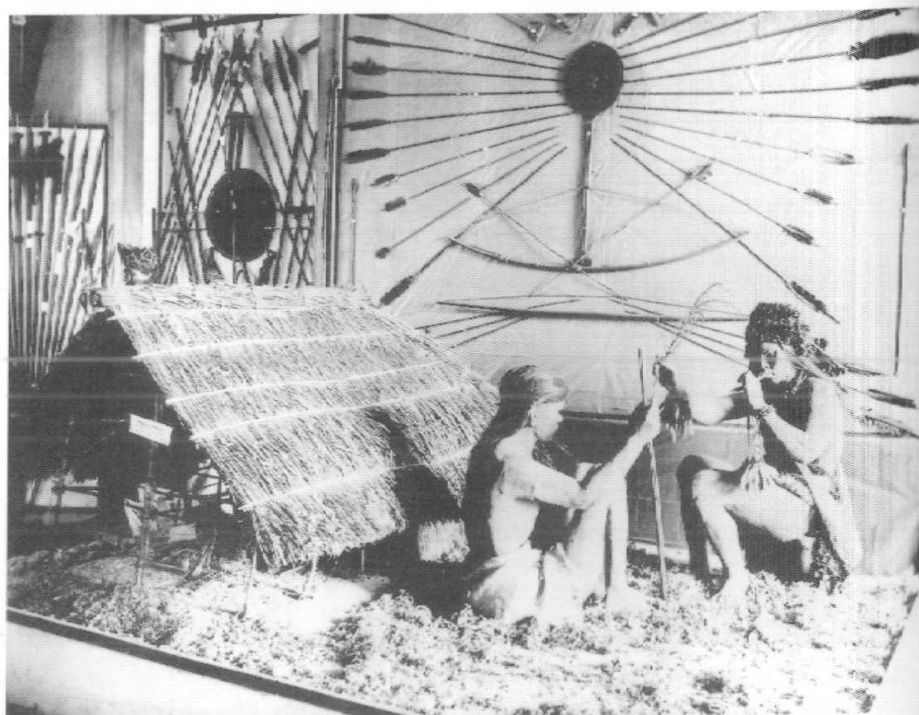
5. O Hotel Pharoux, importante centro de reuniões no Segundo Reinado. Foi ali que, em 1840, o abade Compte apresentou ao imperador o primeiro daguerreótipo. (Foto de Klumb em 1880)

que fez a experiência: é um dos viajantes que se acha a bordo da corveta francesa *L'Orientale*, o qual trouxe consigo o engenhoso instrumento de Daguerre, por causa da facilidade com que por meio dele se obtém a representação dos objetos de que se deseja conservar a imagem [...] É preciso ver a coisa com seus próprios olhos para se fazer idéia da rapidez e do resultado da operação. Em menos de nove minutos o chafariz do Largo do Paço, a praça do Peixe, o mosteiro de São Bento, e todos os outros objetos circunstantes se acharam reproduzidos com tal fidelidade, precisão e minuciosidade, que bem se via que a coisa tinha sido feita pela própria mão da natureza, e quase sem a intervenção do artista.¹³

A necessidade da experiência visual, ressaltada na crônica, é uma constante no século XIX. Numa sociedade em que a grande maioria da população era analfabeta, tal experiência possibilita um novo tipo de conhecimento, mais imediato, mais generalizado, ao mesmo tempo que habilita os grupos sociais a formas de auto-representação até então reservadas à pequena parte da elite que encomendava a pintura de seu retrato. A demanda social por imagens incentivou pesquisas no sentido de melhorar a qualidade técnica das representações, facilitar seu processo de produção e retirar-lhe o caráter de relíquia, ainda presente no daguerreótipo. De fato, apesar de sua possível reproduzibilidade, o daguerreótipo aparecia como uma



6, 7. Fotos da Exposição Antropológica de 1882. Desaparecendo das matas por causa dos massacres perpetrados pelos bugreiros, das doenças e do movimento da fronteira agrícola no Centro-Sul, os índios começam a entrar como estátuas nos museus imperiais.



peça única, acondicionada em estojo de luxo às vezes considerado como uma jóia.

Portanto, o desenvolvimento técnico e a conquista de novos mercados e de paisagens exóticas foram ingredientes importantes para os novos usos e funções da imagem, notadamente a fotográfica. Atuando nessa direção, os fotógrafos-paisagistas contribuíram para corroborar a imagem delineada pelos paisagistas e desenhistas que acompanhavam as expedições naturalistas. No século XIX, a fotografia de paisagem prendia-se aos cânones da pintura romântica e do paisagismo dos grandes panoramas. Daí as chapas de grande formato aparecerem como as mais adequadas a esse tipo de fotografia: produziam um resultado próximo ao das vistas e dos panoramas pintados. Marc Ferrez, fotógrafo brasileiro que atuou na corte a partir da década de 1870, especializou-se em vistas, chegando a aperfeiçoar o aparelho inventado por M. Brandon, próprio para vistas panorâmicas.

Entretanto, é importante perceber que a fotografia de vistas, mesmo com apoio nos cânones da pintura, desenvolve uma linguagem própria, em que a nitidez e a distribuição clara dos planos é a marca fundamental — uma estética cuja função primordial é transmitir mensagens que engendrem um sentido, distinto daquele produzido pelas pinturas, aqua-

relas e desenhos. Como bem avalia Solange Ferraz de Lima, a fotografia abstrai o tempo e reordena elementos do real na síntese da imagem. Ao escolher temas variados e isolados entre si para compor as vistas, tais imagens eliminam as relações sociais, justapondo-se numa colagem do real em que o progresso se equivale pelo que aparenta e não por sua realidade.¹⁴ Guardando tal perspectiva, a fotografia brasileira no século XIX teve as exposições universais como espaço de excelência para a sua divulgação.

Maria Inez Turazzi, em interessante ensaio sobre a fotografia e as exposições internacionais, demonstra como se conjugavam o “progresso material” e a “fantasia lúdica” na construção do ideal de um mundo novo. A *mise-en-scène* do espetáculo futurista tinha na fotografia seu melhor adereço, concebida como fruto da criatividade a serviço da criação humana. Por meio dela poderiam ser expostos, sem maiores esforços, os recursos naturais e os frutos do trabalho mecanizado, temáticas fundamentais às “vitrines do progresso”.¹⁵

A partir de 1862 a fotografia e os fotógrafos do Império participam das exposições universais e recebem vários prêmios. Tais premiações figuravam no verso dos retratos dos fotógrafos da corte, como marca de distinção e qualidade de seus serviços. Era o retrato o que mais atraía a clientela já consolidada na corte na década de 1860. Aliás, o século XIX, afora o fascínio causado pelas vistas estereoscópicas, foi dominado pela preeminência do retrato.¹⁶

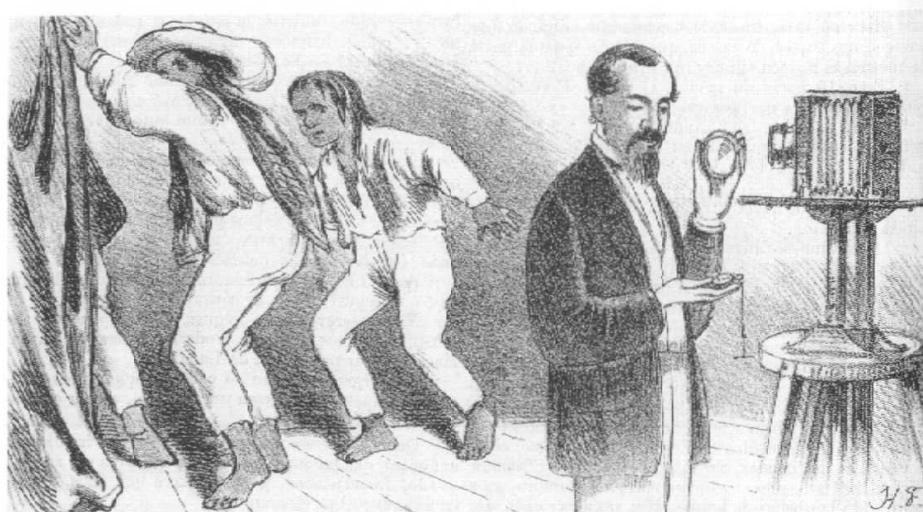
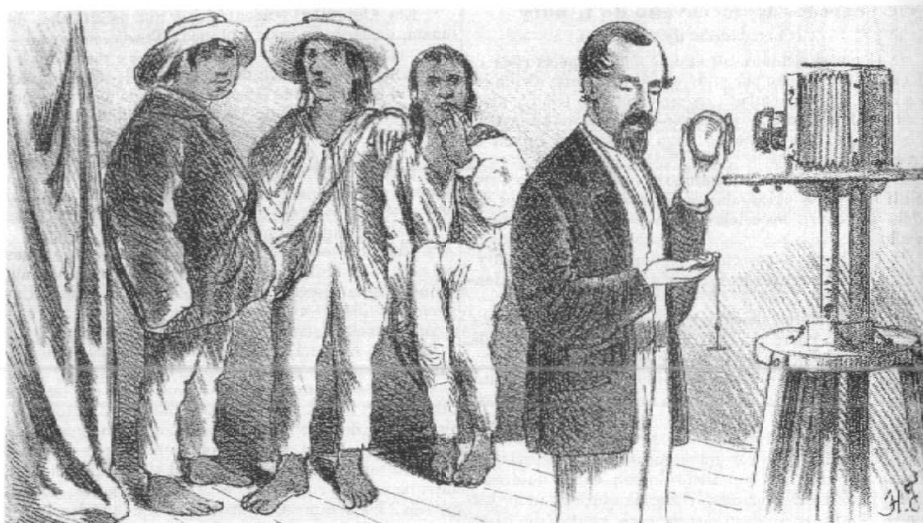
A pose é o ponto alto da *mise-en-scène* fotográfica oitocentista, pois nela combinam-se a competência do fotógrafo em controlar a tecnologia fotográfica, a idéia de performance, ligada ao fato de o cliente assumir uma máscara social, e a possibilidade de uma forma de expressão adequada aos tempos do telégrafo e do trem a vapor.

O COTIDIANO DAS IMAGENS

Seu consolo nesse abandono de galé, nessa espécie de viuvez d'alma, era o retrato de Aleixo, uma fotografia de baixo preço tirada na rua do Hospício, quando ele e o pequeno moravam juntos na corveta. Representava o grumete em uniforme azul, perfilado, teso, com um sorriso pulha descerrando-lhe os lábios, a mão direita pousada



8. Marc Ferrez fotografou em 1875, no sul da Bahia, os últimos remanescentes dos botocudos que dominaram a região durante séculos.



9. Índios aculturados se assustam e fogem do ateliê do fotógrafo.
(A Semana Ilustrada, 1864)

frouxamente no espaldar de uma larga cadeira de braços, todo meigo... Bom-Crioulo guardava esta miniatura religiosamente com cautelas de namorado, e à noite quando ia se deitar, despedia-se dela com um beijo úmido e voluptuoso.

Sob o olhar do apaixonado o retrato permite a corporificação do ente amado, a fotografia enleva e consola. Adolfo Caminha escreve *Bom-Crioulo* na década de 1890. Nessa época, o Rio, tornado capital federal, tinha mais de trinta fotógrafos com endereço fixo, e um trabalhador já podia tirar uma foto a baixo custo no centro da cidade. A situação evoluiu ao longo do século.¹⁷

Nos primeiros anos de fotografia no Império, os fotógrafos, ou daguerreotipistas, como eram chamados, não tinham endereço fixo. Em geral instalavam-se num hotel, onde recebiam a clientela. Para avisar da sua chegada e de seus serviços, anunciavam no *Jornal do Comércio*. Normalmente, as oficinas funcionavam de acordo com a luminosidade do dia. No Brasil, sobretudo no verão, a claridade era fator favorável a uma boa imagem. O mesmo não se podia dizer do calor, já que as chapas deveriam ser sensibilizadas no ato fotográfico. Ressalvas também eram especificadas nos anúncios: “N. B.: tiram-se retratos todos os dias, das nove horas da manhã às três horas da tarde (se forem crianças de dois a seis anos, só até ao meio-dia)”.¹⁸ Para uma criança irrequieta, o tempo de exposição deveria ser o menor possível e, portanto, situar-se no horário matinal, de maior luminosidade.

No daguerreótipo já se evidenciava o cuidado de criar uma representação que fornecesse ao cliente a ilusão da realidade embelezada, como mostra o anúncio de Guilherme Telfer: “Daguerreótipo — Guilherme Telfer participa ao respeitável público desta corte que, fiado do mais perfeito conhecimento de sua profissão, ele pode produzir umas sombras na pintura de modo mais delicado possível, ao mesmo tempo dando uma expressão tão natural aos olhos, que nenhum artista tem podido até hoje realizar”.¹⁹

Somente na década de 1850 o setor fotográfico começa a crescer. A partir de 1854 aparece, no *Almanak Laemmert*, a rubrica de *officinas photographicas* e, em 1866, a de *photographs*. Fotógrafos que inventam de tudo para driblar a concorrência que crescia dia a dia, pois muitos dos profissionais, além de tirar retratos em vários processos e fotografias de vistas, e vender instrumentos para tal atividade, também ensinavam a fotografar. Paralelamente, o tempo da pose ia diminuindo. De cinco minutos, caíra para um minuto em 1846. No entanto, a *mise-en-scène* do retrato adquiria novos atributos ligados ao fundo e aos adereços de acompanhamento.

Nessa encenação evidenciava-se o papel do cliente como ator na performance, e o do fotógrafo como aquele que dirige a ação: “J. F. A. Carneiro, de volta de sua viagem à Europa, onde adquiriu novos conhecimentos, acha-se de novo à testa de seu estabelecimento e espera que o público continuará a dispensar-lhe coadjuvação”.²⁰ Qual o tipo de conhecimento

detido pelo fotógrafo que podia ser aprendido à custa de iniciação e de atualização constante? Os anúncios respondem a essa pergunta apontando um duplo caminho que marca os usos e funções da fotografia no século XIX: ora como arte ora como ciência.

A fotografia é arte quando produz a beleza e controla as técnicas próprias da pintura, apresentando um resultado híbrido: a fotopintura, amplamente criticada pela estética da época mas que no Brasil teve um grande público. Na realidade, a fotopintura fornecia um ar aristocrático à fotografia, aproximando-a dos quadros pintados a óleo, principalmente porque oferecia variedade de tamanho; inclusive retratos em tamanho natural, e coloridos, atributo interdito à fotografia do período que, apesar de algumas tentativas esparsas na Inglaterra e na França, ainda era exclusivamente preto-e-branco.

Outros fotógrafos, mesmo exercendo a fotopintura, como é o caso de Joaquim Insley Pacheco, "fotografista da Augusta Casa Imperial", preferem ressaltar o caráter científico da técnica fotográfica, enfatizando, mediante a descrição dos procedimentos adotados, o acesso a um conhecimento especial e moderno:

A boa determinação do claro-escuro, e o aperfeiçoamento da vista pelo estudo do desenho e perspectiva, puseram o diretor do primeiro estabelecimento de ambrotipo do Rio de Janeiro em estado de atrair atenção pública



STAHL & WAHNSCHAFTE
Photographos
de S M o IMPERADOR.
Rua do Ouvidor 117.
RIO DE JANEIRO



para suas ricas galerias de quadros [...] todas as pessoas que o obsequiarem, indo ali fazer retratar a si ou a seus mais caros objetos de afeição, ao verem a perfeição, a beleza e a fidelidade com que suas formas são impressas sobre vidro sobre puros raios de luz, indicarão as suas amizades a procurarem esta casa.²¹

Idéias interessantes estão contidas nesse anúncio. A ciência produz a beleza, por meio da captação precisa da realidade, uma hiper-realidade que conta, para sua criação, com a mão do fotógrafo, controlando a natureza responsável pelos puros raios de luz que sensibilizam a chapa. O fotógrafo é o alquimista moderno que manipula humores de composição certa, combinando física e química na criação de uma beleza renovada pela técnica. Um novo tipo de artista para um tempo em que a técnica influenciava as representações sociais.

Como já foi dito, muitos fotógrafos vendiam em suas oficinas material fotográfico. Entretanto, com a ampliação do campo profissional do fotógrafo, esse material passou a ser retirado das oficinas e alocado em lojas especializadas na sua importação. Tal movimento denota a industrialização de produtos químicos e da ótica, relacionados à chamada segunda Revolução Industrial.

Na década de 1870, a concorrência se acirra e os preços das fotografias baixam. Normalmente o preço variava de 3\$000 a 5\$000 a dúzia de retratos em porcelana, a última

10, 11, 12, 13, 14, 15. Vários logotipos de fotógrafos do Segundo Reinado, alguns dos quais sócios de casas fotográficas da Europa.



21 DE DEZEMBRO DE 1878

O BESOURO

297

FAGUNDICES

PHRASES E PENSAMENTOS FAGUNDICOS



O Fagundes vai a um
photographo reproduzir-se;
o Lopes Cardoso por exemplo;

olha para o objectivo e diz: « Então não
tenho a cabeça de pernas para o ar?! »

O Fagundes colloca-se em posição.



A cabeça mais para alli.
Assentado não vai bem.

É melhor em pé, e com ar de riso,
não acha?

Firme! lá vai sair o passarinho!...



Um, dois, trez...
(O Fagundes desce).

Prompto!

A chapa sai assim e o Fagundes diz, ao
vel-a: Todos saem um; eu, Fagundes, depu-
tado, saio aos trez! Que fagundismo!!!

novidade em relíquias e memórias. No interior, em razão da distância das lojas onde se vendia o material fotográfico, os preços aumentavam de maneira considerável.

Comparativamente, uma dúzia dos afamados retratos em porcelana custava o mesmo que uma lata de conserva de abacaxi, e mais do que um sapato simples.²² Assim, pode-se calcular que os gastos com fotografia não pesavam no orçamento de uma família urbana de renda média no século XIX, principalmente porque as idas ao fotógrafo não eram tão assíduas, talvez uma ou duas vezes por ano, ou em ocasiões especiais.

Nenhuma outra família gastou tanto com fotografia quanto a imperial. D. Pedro II é sempre lembrado nos livros de história da fotografia como um dos grandes incentivadores dessa atividade. Segundo Gilberto Ferrez, o imperador, com catorze anos em 1840, época em que o daguerreótipo chegou ao Brasil, ficou tão entusiasmado com a invenção que adquiriu um aparelho, tornando-se, provavelmente, o primeiro brasileiro a fazer daguerreótipos.²³

As fotografias pertencentes à família imperial incluem uma gama variada de temas: desde os retratos posados mais formais, passando pelas imagens do cotidiano, até os panoramas e os registros das solenidades do Império em diferentes províncias. Em algumas imagens, como aquelas em que o imperador ou a imperatriz permitem que suas figuras sejam duplicadas e postas frente a frente numa mesma fotografia, fica patente o bom humor e a aceitação em desmascarar, mesmo que de brincadeira, a encenação fotográfica.²⁴ Já em outras, mais sérias e posadas, fixa-se o inesperado, prejudicando a pose ideal mas enriquecendo o registro casual.²⁵ Na foto de Klumb, a imperatriz Teresa Cristina, num vestido negro, com chapéu, casaco e um semblante concentrado, posa solenemente, sem se dar conta de que o fotógrafo também registrou a curiosidade das crianças, que espiavam por detrás da coluna.²⁶ Existiam ainda as fotografias que eram enviadas às exposições universais, onde a imagem do Brasil adequava-se aos padrões da cultura ocidental. Numa dessas fotos, o imperador é retratado acompanhado por livros, pelo globo e por canetas-tinteiros, todos signos condizentes com um Brasil moderno e culto. O imperador é a imagem do Império nas exposições universais, e a fotografia possibilita essa identificação.²⁷

16. Bordalo Pinheiro ironiza as situações esquisitas vividas por "Fagundes" no ateliê do fotógrafo. (Revista O Besouro, 1878)



17. A moça se espanta com a novidade. (A Semana Ilustrada, 1863)

A quantidade e a variedade de fotos ainda existentes denotam a importância que a família imperial dava ao registro fotográfico. A própria princesa Isabel recebeu aulas particulares de fotografia de Klumb. Segundo os livros da Casa Imperial, no período de 1848 a 1867, gastou-se em fotografias e álbuns de fotos uma soma correspondente a 14% da verba oficial alocada todo ano na rubrica orçamentária “Professores, etc. para a Família Imperial”.

Além da família imperial, a clientela dos estúdios era formada pela classe senhorial agrária e pela população urbana, enriquecida pelo comércio e serviços prestados à burocracia imperial.

Os serviços mais comuns de fotografia, prestados pelos estúdios, eram os retratos *carte-de-visite* (6 x 9 cm), utilizados

para se enviar como lembrança e compor álbuns a serem expostos nas mesas das salas de estar. Raramente surgiam serviços como o encomendado pelos barões de Nova Friburgo, que contrataram o fotógrafo italiano Manoel Bachieri para documentar a construção de seu palácio. Pelo serviço de fotografia o barão pagou a quantia bastante significativa de 80 mil-réis.²⁸

Por causa dos limites de tempo e luminosidade para a fixação das chapas, poucas são as fotografias tiradas no interior das casas. Estas só aparecem na década de 1880, e deixam entrever o cotidiano e o bem-estar das famílias abastadas oitocentistas. Marc Ferrez é responsável por belas fotos da família imperial, as quais, mesmo posadas, denotam descontração e o hábito de se fazer fotografar. Em imagens nítidas, com sombras e boa definição, emerge do passado o gabinete particular de d. Pedro II, com seus livros, armários e acessórios diversos; a cena serena da princesa Isabel tocando piano em companhia da baronesa de Muritiba, no Palácio de Laranjeiras; o passeio de charrete, puxada por um carneiro, dos filhos da princesa Isabel e do conde d'Eu; e a intimidade da condessa de Barral abraçando os filhos da princesa Isabel.²⁹

Em geral, a profissão de fotógrafo não garantia uma renda regular, e muitos tinham ocupações paralelas: eram pintores, relojoeiros, dentistas, negociantes e até mesmo mágicos. Ramos, um fotógrafo que viajou pelo Vale do Paraíba fotografando os fazendeiros e suas famílias, anunciava-se no *Almanak Laemmert* não como fotógrafo, mas como dentista, sua ocupação regular.

No ano de 1870 atuavam na corte, com endereço fixo e anúncio no *Almanak Laemmert*, 38 fotógrafos. Nesses anúncios ofereciam serviços diversos e indicavam o endereço, o qual, dependendo da rua, já era garantia de distinção. Concentravam-se basicamente no centro da cidade. Da janela do segundo andar do sobrado, na Ouvidor, onde se situava o estúdio de Insley Pacheco, o cliente mirava para dentro, escolhendo a melhor cena e pose para compor a ambientação de sua imagem, e para fora, avaliando qual o caminho a seguir.

Freqüentar o ateliê fotográfico faz parte de um conjunto de códigos de comportamento que pretendem igualar o habitante do Rio ao morador de Paris, e a rua do Ouvidor ao boulevard des Italiens, integrando a cidade na civilização ocidental.³⁰





18, 19. A imperatriz Teresa Cristina e sua filha, a princesa Isabel, em 1885.

A OFENSIVA DA PUBLICIDADE

Uma crônica de época reflete sobre o papel da publicidade na sociedade oitocentista. Em virtude do tom premonitório do texto, vale a citação:

Ó anúncio! tu és a luz dos historiadores futuros, diz um escritor moderno. Qual vendo um anúncio do fluido transmutativo não ficará percebendo que houve neste século pessoas vaidosas que tentavam mudar a cor dos

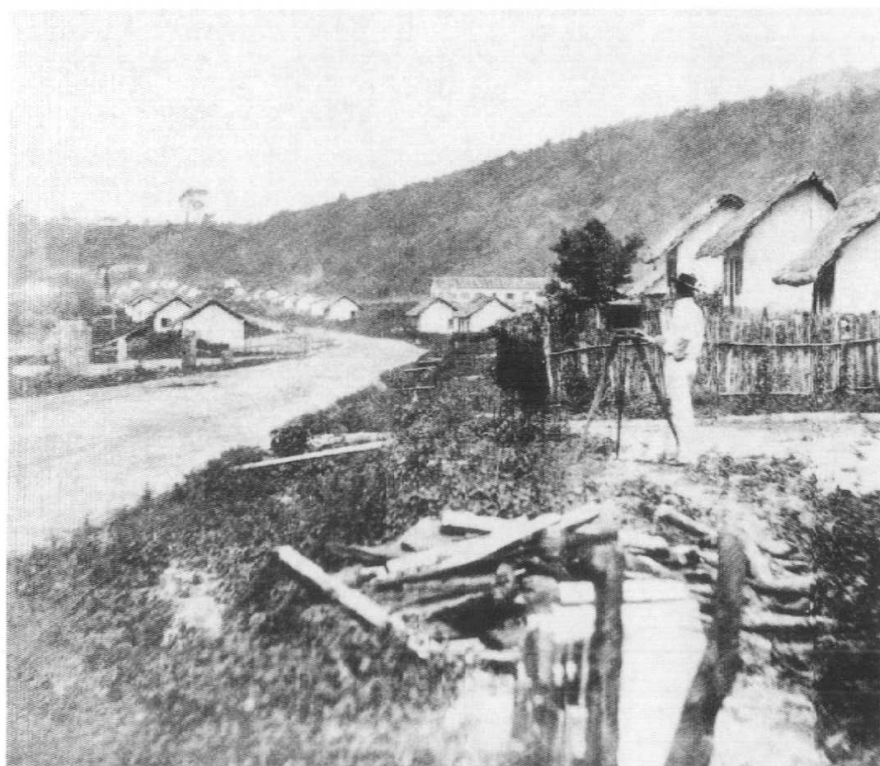
20. Anúncio de fotógrafo publicado na revista de Angelo Agostini, A Vida Fluminense, de 1º de janeiro de 1870.



cabelos quando eles lhe embranqueciam? Qual contemplando os nomes simbólicos de *cold cream*, de branco de baleia, não concluirá daí que a tez das damas se preparava para os estragos da atmosfera... e do tempo? Quem não ficará iniciado na clínica vulgar de cada época, lendo o nome de patês, das farinhas, dos [...] dos elixires, das pílulas, das cápsulas, que os estômagos digerem em nome da saúde? O anúncio é hoje em dia o rei das opiniões. Um anúncio faz uma reputação. Um homem que não materializou o seu nome num anúncio não é digno de figurar na lista de eleitores, nem de ter voto para membro de qualquer associação [...] O anúncio [...] esse agente do industrialismo, esse representante vivo do *make money*, triunfa até mesmo nas límpidas esferas onde outrora reinava soberana a inspiração.³¹

A destacada presença da publicidade na corte aponta para um mercado consumidor bastante movimentado já na década de 1850. Trinta anos depois os anúncios, que já ultrapassavam as folhas dos jornais diários, invadiam os muros e espaços vazios da cidade.

A cultura visual dos jornais, revistas e das ruas abre uma janela para o cotidiano oitocentista do Rio de Janeiro, permitindo avaliar os significados atribuídos às noções de conforto e bem viver. A maior parte da publicidade era ilustrada com desenhos ou acompanhada de uma minuciosa



21. Documento raro: um fotógrafo fotografado na Colônia Pedro II, em Juiz de Fora. (Foto de Klumb, 1880)

descrição que permitia uma visualização clara do produto a ser consumido.

Os produtos importados eram valorizados pela sua qualidade, e o estabelecimento comercial que os vendia garantia sempre contato direto com a matriz internacional. Em tais anúncios a narrativa é objetiva e valoriza-se a variedade das mercadorias postas à disposição do consumidor. Em um outro tipo de publicidade, busca-se atrair a atenção do cliente por meio de um recurso cômico, como o seguinte reclame de colchões, em que a intimidade dos casais é exposta de uma forma bem tropical:

Ora Bolas... Camas, Colchões! Pinico (A espiga de ouro na ponta)!! O amor tem fogo é o diabo. Atiça. Quem vê a minha espiga, logo a... cobiça. Se as moças soubessem e as velhas pudessem.... Quem não arrisca não petisca... Ataca Filipi!!! Bota-fogo na canjica!!! Quem não chora não mama. Ól *raits*. Ganha-se pouco mas o pagode é certo. Aqui nunca se diz tinha-tinha, mas acabou-se. Tem sempre fazenda de pronto para mocinhas casadoirras. Boas e sólidas camas... ditas com medalhão no centro (50\$ e 60\$), ditas marquesas fortes para casadinhos de fresco (22\$ e 21\$) e para solteiras (19\$ e 20\$)... col-



chões com linho forte para casados (16\$, 18\$ e 20\$), duram até acabarem, desde que em cima deles... por conta brincarem... lençóis de cretone francês, é Paris de França — 1\$200 [...] Deixai-vos de luxo, olhem berimbau não é gaita e temps moné (tempo é dinheiro). Depois queixarem-se a quem? Au bispo, sim au bispo, hão de ganhar muito dinheiro com isto. Ora bolas... (e de cabeça para baixo) Se as moças soubessem e as velhas pudessem. Quem não arrisca não petisca!!!!³²

Alguns fotógrafos produziram imagens de escravos dentro e fora de seus ateliês.³³ Christiano Jr. anunciava no *Almanak Laemmert* de 1866: “variada coleção de costumes e tipos de pretos, cousa muito própria para quem se retira para a Europa”. Produziu uma coleção de *cartes de visite*, em que os escravos apareciam em atividades cotidianas, encenadas no



CHRISTIANO J^o & PACHECO

PHOTOGRAPHS

45. Rua da Quitanda 45.

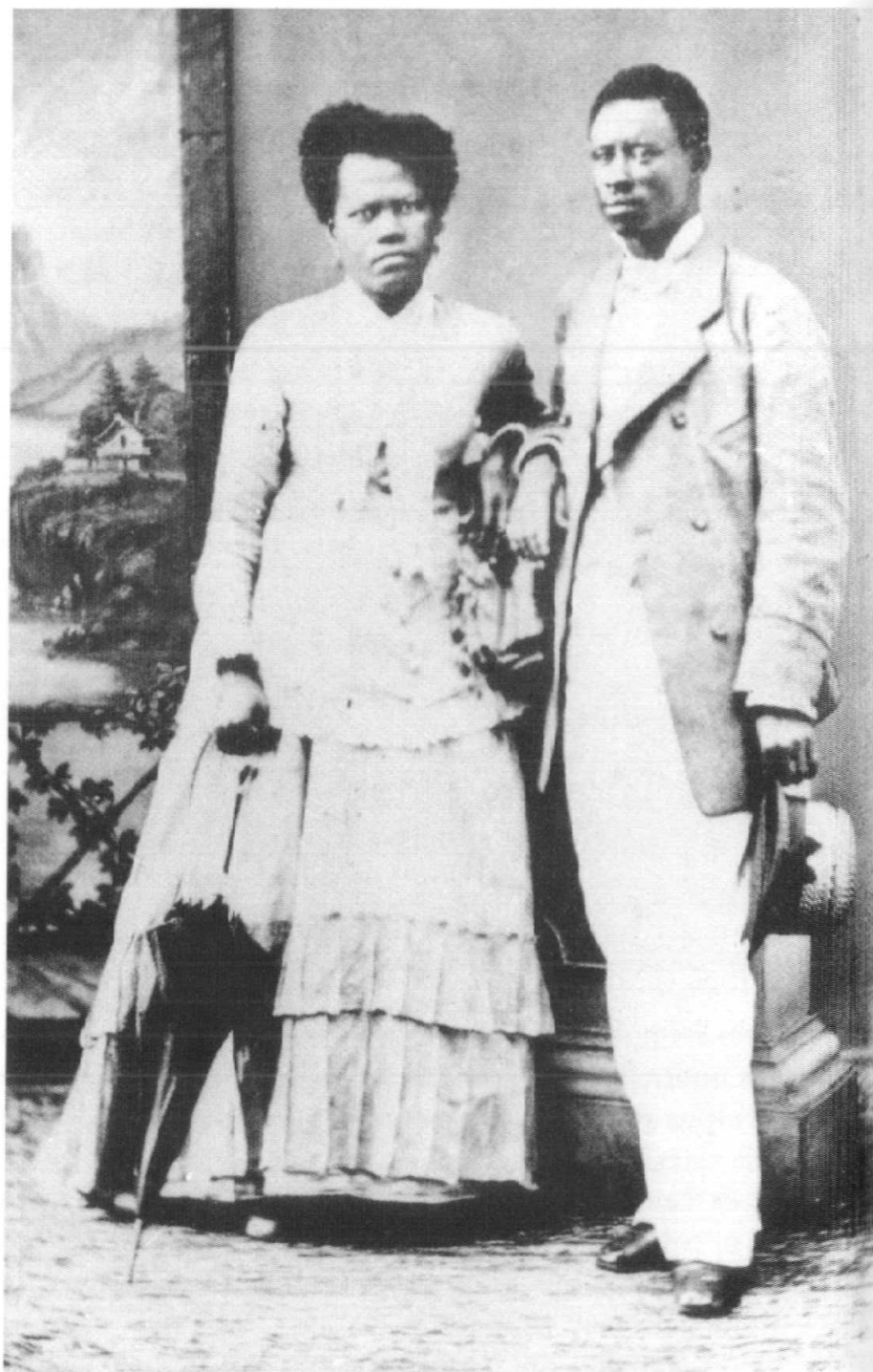
RIO DE JANEIRO

22, 23, 24, 25. Alguns exemplos de fotos de formato de cartes de visite com escravos feitas por Christiano Jr. em seu ateliê. Havia na Europa oitocentista uma curiosidade meio perversa sobre os escravos da África e da América. Christiano explorou esse mercado e exportou fotos dos escravos brasileiros. (c. 1860)

estúdio do fotógrafo; em outras, posavam em trajes bem cuidados, as mulheres com turbantes e os homens de terno, mas todos sempre descalços. A escravidão era delineada, nesse caso, pela estética do exótico.

A casa Leuzinger foi responsável por preciosas imagens em que o cotidiano tanto era recriado no estúdio quanto captado no detalhe dos amplos panoramas. O primeiro caso é exemplificado por uma série de seis *cartes de visite* que registram o trabalho dos ambulantes, na sua maioria negras vendedoras de frutas, doces e fazendas.³⁴ Já no segundo caso, o registro é casual; na fotografia do casario da Lapa, surgem os lençóis estendidos no gramado ou pendurados nos varais, indicando a atividade das lavadeiras.³⁵

Victor Frond litografou fotografias em que o trabalho escravo na rotina das fazendas tornou-se tema conhecido internacionalmente. Marc Ferrez também registrou o trabalho escravo nas fazendas de café. Numa das fotos, em imagem



26. Entre as leves modas da Europa e os duros modos do Império, este casal de cidadãos negros livres ou libertos busca o seu caminho dez anos antes da Abolição. (Foto de Militão, São Paulo, 1879)

definida e detalhada, o grupo de negros vindos do campo posa, ao ar livre, para o fotógrafo, encarando-o, como se quisessem fazer a imagem falar. Em outra, o quadro é mais complexo, pois, ao retratar o trabalho de secagem do café, registra a convivência cotidiana das crianças brancas e negras nas brincadeiras e o hábito de ter as crianças por perto mesmo durante o trabalho.³⁶



27. Presença, rara em fotografias da época, de duas mucamas na foto de família fluminense do final do século. (c. 1890)

Nas fotografias tiradas no Recife, a ama-de-leite aparece com a criança refestelada nos braços; a ama, sentada, os braços apoiados, vestida com elegância e trazendo uma medalha no pescoço, é fotografada com o menino a seu lado, de pé, recostado no ombro dela, ternamente lhe envolvendo o braço; o negro idoso, de fraque, colete, gravata-borboleta, bengala e cartola, posa sentado e cansado por não ter sido dono da própria vida.³⁷

Depois da Abolição, era comum o retrato de família com o pai, a mãe, as irmãs, os irmãos, as crianças e bebês e as negras da casa, geralmente nas extremidades da foto. Já no século XX, aparecem os registros da presença do negro ao lado do imigrante branco nas fazendas de café.

No que se refere ao *décor* da cidade, é preciso lembrar que o Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX estava longe de ser uma cidade ordenada de acordo com o modelo civilizatório europeu.³⁸ O recurso ao close-up permite a ampliação de pequenos detalhes, escondidos entre as imagens; deles surgem a sujeira da cidade, o movimento do mercado, o pregão dos ambulantes, o trânsito dos bondes, as ruas estreitas e sinuosas, e as moradias precárias, que já ocupavam os morros, temas das crônicas de Bilac e alvo das picaretas demolidoras do prefeito Pereira Passos no início do século XX. A capital imperial, que nada tinha de metrópole européia,

aparece em imagens ambíguas de cidade colonial. A imagem dos lençóis estendidos por todos os lados do morro do Castelo, da chegada do peixe ao mercado, das negras vendendo frutas, das carroças e dos bondes puxados a burro, dão a medida da diversidade do meio urbano. Enfim, as classes populares só figuravam nas fotografias na condição de “tipos humanos”, objetos de atenção das casas fotográficas para produzir o lado pitoresco da sociedade imperial.

A CORTE EM MOVIMENTO

As crônicas dos jornais e das revistas faziam revisões semanais ou quinzenais de bailes e episódios recém-acontecidos, davam conselhos sobre o dia-a-dia, e tinham nas mulheres o seu público-alvo.³⁹ O inverno, mesmo o tropical inverno da corte, levava o clima da cidade a aproximar-se do de Paris.

Quando a meteorologia tornava-se imprecisa, os cronistas resolviam o problema por conta própria: “fixemos nós as estações do ano conforme elas devem ser: o inverno seja aplaudido no movimento, na alegria radiante dos salões, nos divertimentos, no delírio da dança, das corridas... Mas o verão, seco e ardente, nos leva ao campo, à vida doce e tranqüila, ao remanso suave de uma existência que se vigoriza e se reabilita para de novo estreitar viçosa e animada nos salões”.⁴⁰ Portanto, na estação calmosa as mesmas senhoritas trocam os “salões, onde se reúne o povo do mundo elegante, pelas amenas alamedas de nossos pitorescos arrabaldes”.⁴¹

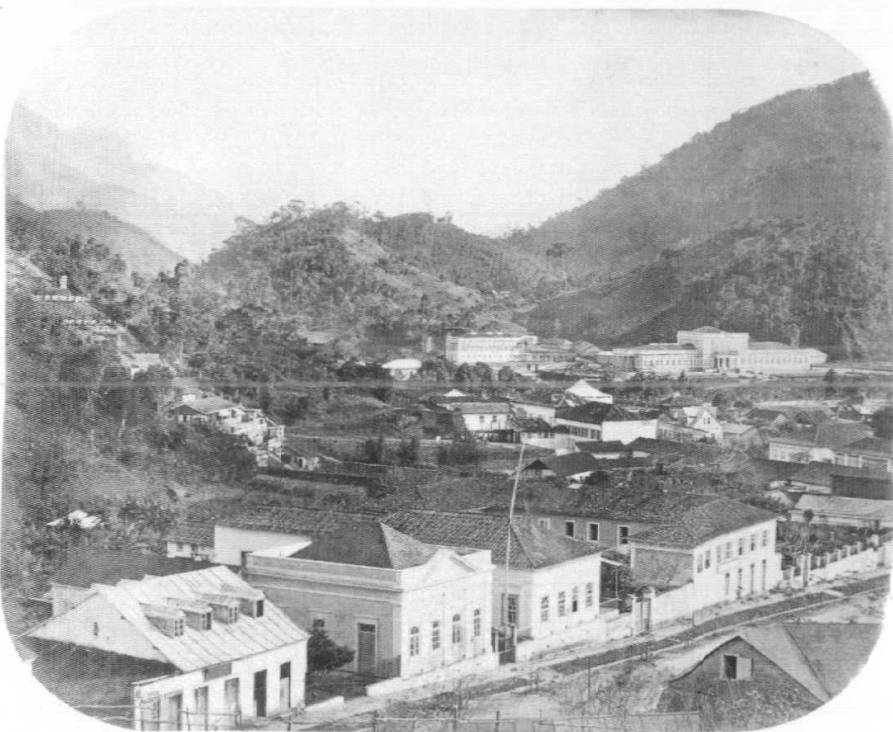
Nesse sentido, é bom lembrar o papel de Petrópolis, elevada ao estatuto de cidade mais européia do Império. Como escreve o cronista de um jornal de modas em 1853: “Petrópolis é muito chique... muitas famílias, hóspedes de todas as classes para lá foram passar a festa, ao abrigo da estação calmosa; os hotéis estão cheios; muito prazer e muita vida em tudo”.⁴² Petrópolis se manteve como opção de bem viver até os anos de 1950, concorrendo nessa época com Copacabana, em termos de lugar de excelência para a representação social da burguesia urbana em ascensão.⁴³

De Petrópolis são as fotos tiradas por Otto e Pedro Hees, nas quais a cidade surge crescendo por entre as montanhas, ou ainda o “flagrante” de Marc Ferrez captando o burburinho das ruas e o movimento de carruagens na estação de trens da

cidade, provavelmente tirada no verão, quando a corte se mudava para lá. No Rio, do grande movimento social mencionado pelas crônicas, nada ficou registrado em imagens fotográficas, com certeza pelo limite técnico dos primeiros anos da fotografia, e mais tarde pela inexistência do hábito da reportagem fotográfica, que se disseminaria com a introdução da fotografia nas revistas ilustradas, a partir de 1900, com a publicação de fotos na *Revista da Semana*.

Tais publicações, ao mesmo tempo que informavam, conformavam certos tipos de comportamentos, os quais, criados na corte com base em referências estrangeiras, eram propagados pelas províncias como modelos a ser seguidos ou como normas de conduta. O contato entre a corte e a província ficou registrado na crônica publicada no jornal *O Gosto* por ocasião do casamento do imperador d. Pedro II:

Os últimos navios têm trazido novas e modernas fazendas de gosto para as principais lojas, que as vão subdividindo, a rua da Quitanda se enfeita e a do Ouvidor se remexe. Antes deste dia tudo são incertezas [...] depois não haverá dúvidas, o figurino será dado pela Imperatriz. O que se nota nas senhoras, nota-se nos homens e a profusão e confusão de modas da corte será tal, que fará



28. Petrópolis, estação de veraneio e refúgio das pestilências do verão carioca. (Fotografia de Augusto Stahl, c. 1870)



perfeito contraste com a confusão e profusão de modas que hão de vir do campo ostentar entre nós as galas de seu brilhantismo nas festas noturnas... Damos parabéns aos senhores da cidade, que têm muitas relações com as pessoas do campo. Oh! não lhes hão de faltar numerosas companhias.⁴⁴

Cidades do Vale do Paraíba, no auge da produção cafeeira, concorriam com a própria corte como mercado consumidor de produtos importados, contratador de serviços fotográficos e de eventos culturais. Além dos fotógrafos itinerantes, companhias de espetáculos freqüentaram a região, indicando que também na província o cotidiano se movimentava com base no consumo de bens simbólicos, ligados a um *habitus* de classe que se formulava.⁴⁵

CAFÉ, DISTINÇÃO E FOTOGRAFIA NO COTIDIANO DAS FAMÍLIAS DO VALE DO PARAÍBA

Voltemos à viagem de d. Pedro II pelo Vale. O imperador sai de Petrópolis, no início de fevereiro de 1848, às três horas da manhã, acompanhado de uma comitiva formada pelo “Exmo. Presidente da província, camarista, guarda-roupa, estribeiro menor, seu ajudante de campo, do guia e dos criados da casa com archotes”.⁴⁶ Ao longo de seu caminho essa comitiva foi sendo aumentada pelos oficiais da Guarda Nacional da região. O imperador chegou a Sumidouro, depois a Vila Paraíba, Valença, Vassouras, Vila Iguaçu e daí seguiu por terra para a corte.⁴⁷ Em cada lugar era recebido por um importante fazendeiro local com muitos festejos.

Depois da recepção na chegada, as visitas seguiam o mesmo ritual de beija-mão, conversas com os familiares do anfitrião, jantar, apresentação de piano ou baile, ceia, descanso. Nas diferentes localidades, o imperador liberou verbas para obras públicas e distribuiu esmolas.⁴⁸ Anos depois, em 1874, seguindo o mesmo ritual de festejos, o conde d’Eu visitaria a região. No seu trajeto, o imperador e depois o conde, acompanhados de archotes e girândolas, estabelecem a contigüidade espacial da corte e da província.

A ligação com a corte não se limitava às visitas dos dignitários do Império. Para os negócios do café, tratamento

29. Farmácia e Drogaria Granado & Cia., fundada em 1870, e até hoje na rua Primeiro de Março, no Rio de Janeiro. No andar de cima a fotografia gigante do casal imperial ao lado do conde d’Eu, o qual faturava prestígio para o projetado Terceiro Reinado de sua esposa, a princesa Isabel. (Foto de Marc Ferrez, 1888)

de saúde, compras na rua do Ouvidor, idas ao teatro e aos salões, a corte sempre era a referência do espaço de excelência dos fazendeiros. A prosperidade econômica da região, além de estreitar os laços com a corte, garantia aos barões do café uma representação social apropriada à classe senhorial. Entre tais formas de representação destacavam-se o consumo de produtos e os modismos da corte e do exterior. Louças, móveis, roupas de cama e vestidos eram adquiridos muitas vezes por meio de catálogos das grandes lojas da corte ou até mesmo da França, especialmente a Galeria Lafayette, como ficou notificado nos livros de conta corrente do barão de Vassouras.⁴⁹

Além dos eventos relativos aos momentos especiais do cotidiano — casamentos, batizados, aniversários e velórios —, as famílias abastadas do Vale do Paraíba também organizavam saraus e bailes. Em 1865, Joaquim Teixeira Leite escrevia ao conselheiro Belisário: “Diga à Chiquinha que não é só no Botafogo que se diverte a gente; as moças se têm aqui regalado de saraus, semanas houve de dois e a cousa parece continuar”.⁵⁰ Jogos de cartas, dados, bilhar etc. ocupavam as noites em Vassouras, a ponto de as memórias sobre a cidade indicarem ser a casa do barão de Vassouras um “verdadeiro cassino”. No inventário dos bens do comendador Francisco Lacerda Werneck, o barão do Paty do Alferes, “nos móveis de todas as fazendas e casa do Paty do Alferes vêm descritos utensílios de jogos, mesas de bilhar, voltaretas, etc.”.⁵¹ Os inventários de grandes fazendeiros são ricos em referências a móveis, prataria, jóias e roupas finas e importados, denotando um consumo ostentatório.

Na década de 1870, Joaquim Gomes Pimentel, rico fazendeiro da região de Valença, agraciado em 1864 com o título de visconde de Pimentel, organiza um “Álbum de recortes de jornal e impressões de viajantes da fazenda Vista Alegre”.⁵² Nesse álbum o visconde recolheu as notícias publicadas nos jornais da região e da corte sobre ele, seus feitos e sua fazenda, construindo uma auto-imagem que o dava como um fazendeiro próspero e empreendedor.

Entre as principais notícias guardadas pelo visconde de Pimentel constam: a visita do conde d’Eu à sua fazenda, e toda a pompa da recepção, com direito à apresentação da banda de música formada por 27 escravos, ricamente traja-



dos;⁵³ a descrição de sua fazenda por Zaluar, viajante que percorreu a região do Vale e deixou suas impressões registradas em artigos publicados no *Jornal do Comércio*, em que exaltava a modernidade das instalações, entre as quais destacava-se um gasômetro que iluminava a fazenda inteira, além de todo o maquinário movido a vapor; a liberdade concedida a filhos de escravos nascidos antes da Lei do Ventre Livre.⁵⁴ A inauguração da escola de ingênuos merece ser transcrita:

Inaugurou-se no dia 2 do corrente, na fazenda denominada Vista Alegre, município de Valença, uma escola destinada aos filhos livres das escravas da mesma fazen-

30, 31. Apesar do calor carioca, a imitação das modas européias levava as damas brasileiras a vestir pesadas roupas de veludo, como este vestido de uma grã-fina do Segundo Reinado. (c. 1880) Usada como adereço de passeio nos primeiros veraneios oitocentistas europeus, a sombrinha foi adotada sob o sol tropical. Gilberto Freyre acreditava que os chapéus femininos não tiveram o mesmo sucesso porque foram introduzidos por prostitutas de luxo européias. Esta sombrinha em marfim e seda pertenceu à imperatriz Teresa Cristina. (Museu Imperial, século XIX)



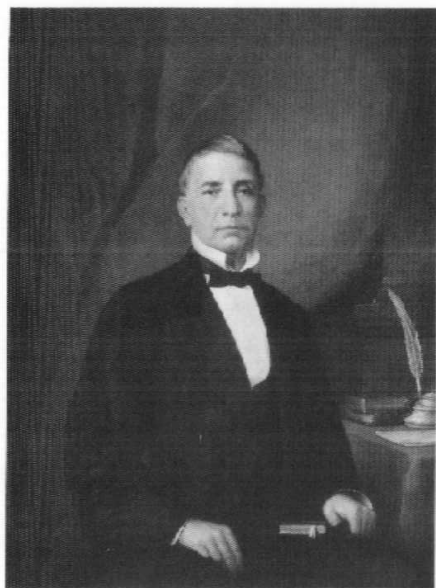
32, 33, 34. Retrato do coronel Francisco Peixoto Lacerda Werneck (barão do Paty do Alferes). Pintura de sua esposa, d. Maria Isabel de Assumpção Lacerda Werneck, baronesa do Paty do Alferes quando jovem, e sua fotografia anos mais tarde. (Quadros c. 1840 e foto anônima)

da. A festa de inauguração esteve à altura da generosa iniciativa de seus fundadores os ilmos. Srs. viscondes de Pimentel. A toda a festa assistiram os escravos, com a fronte radiante de alegria, tocando uma banda de música, organizada com os mesmos escravos. O Sr. visconde de Pimentel, depois de pronunciar um discurso expondo seu pensamento [...] convidou o Sr. Artur Fernandes de Castro Bravo, professor da escola, a fazer a chamada. Responderam 42 alunos, 27 do sexo masculino e quinze do sexo feminino, 34 dos quais nascidos depois da lei de 28 de setembro. Achavam-se presentes os representantes da imprensa e grande número de convidados.⁵⁵

Um ano depois os mesmos jornais noticiavam o aniversário da fundação da escola, com direito à premiação dos alunos que obtiveram maior destaque, todos ex-escravos.

Outro documento privado, o diário da viscondessa do Arcozello, dá uma visão mais intimista da vida na região.⁵⁶

A viscondessa do Arcozello, Maria Isabel de Lacerda Werneck, era casada com Joaquim Teixeira e Castro, médico português radicado no Brasil e agraciado pelo rei de Portugal com o título de visconde do Arcozello. Em 1867 o casal herdou do barão do Paty do Alferes, pai de Maria Isabel, a Fazenda Monte Alegre. Em seguida, o visconde comprou dos cunhados a Fazenda Piedade e de terceiros a Fazenda Freguesia, todas na zona de Paty do Alferes. No diário, a viscondessa deixou suas impressões durante o ano de 1883. Desvenda-se



35, 36. Joaquim José Teixeira Leite, negociante de café, o homem mais rico de Vassouras em meados do século passado e sua esposa, Ana Esméria Teixeira Leite.

um lado do cotidiano da elite cafeeira do Vale que permite penetrar nos hábitos e na intimidade doméstica.

Todos os itens ligados à gerência da casa eram anotados detalhadamente: os gastos com a compra de tecidos, com produtos para consumo da casa, com produtos para serem vendidos; as reses que se matavam a cada dois dias e quanto pesavam; as despesas com o essencial e com “miudezas”; os alqueires de café colhidos; os estragos causados pelas chuvas na agricultura; o pagamento de mercadorias aos escravos; as gorjetas pagas aos empregados; as roupas distribuídas aos escravos e aos libertos; os batizados; o pagamento de dívidas e serviços; o pagamento de ordenados; a compra de roupas e utensílios domésticos.

Paralelamente, aparecem as anotações ligadas à intimidade do lar. A educação dos filhos menores foi mencionada, por exemplo, no dia 14 de maio quando o marido decide dispensar a preceptora: “O Castro falou hoje com D. Sara que não queria continuar com os meninos estudando em casa, que iam para o colégio. Ela disse que neste caso retirava-se para o Rio”. Cita também a despedida de d. Sara, que já devia fazer parte da família: “partiu D. Sara às cinco e meia, tive muita pena dela”. Outro registro de preocupação foi de julho, quando os filhos menores adoeceram em consequência de uma epidemia de sarampo: “mandei chamar o compadre para ver o Raul que tem estado bem caído desconfio ser sarampo pois tanto aqui como em Monte Alegre apareceu o

sarampo". Uma semana depois a epidemia é certa e o outro filho pequeno aparece doente: "O Mário está muito abatido com os sarampos, tem uma grande camada".

Os maiores, já casados, vão para a corte, têm filhos e recorrem à mãe para resolver problemas variados: "Recebi carta de Francisquinho pedindo uma ama para a pequenina que é muito gulosa"; já no dia seguinte, toma providências para resolver o problema: "fui ver uma ama para ir criar minha netinha escolhi Agostinha e parece-me que ela há de servir".

Em relação a si própria, só anota as poucas mazelas que a incomodam, principalmente as dores: "Eu tenho passado muito mal do meu estômago não sei como hei de viver sem poder comer nada". Em relação ao marido, limita-se ao relato das suas idas e vindas nas fazendas e nas freguesias próximas, silenciando sobre carinho e intimidade. Por fim, outro tema recorrente são as diversões, tanto as domésticas, como o jogo de víspera, o canto de romances e os passeios em família a cavalo e de "troll", ou trole, como as públicas: procissões, fogos e cavalinhos. Os acontecimentos e as despesas das férias na corte e em Caxambu são registrados também diariamente, algumas vezes com a melancolia de quem sente falta de casa: "Esteve um dia muito triste, o almoço e o jantar muito ruim por falta de peixe".

A viscondessa registrou em seu diário uma vida simples em que o trabalho não se limitava aos escravos, mas era dividido entre todos. Um cotidiano marcado pela atividade contínua, no qual toda a família era responsável pela preservação da riqueza. Da viscondessa, a única imagem que nos restou foi a de um pequeno cartão com seu retrato, revelando um rosto cansado, envelhecido, envolto em nuvens, pelo efeito *flo* da fotografia; embaixo, dizeres em francês notificam a sua morte.

A análise da coleção de fotos de famílias importantes do Vale, os Werneck, os Avellar, nos permite revelar os quadros de representação da auto-imagem imperial.⁵⁷ A coleção estudada é formada por dois álbuns, organizados com base em fotos avulsas herdadas e coletadas, somando um total de mais de duzentas fotos. Nessas séries estão retratados os membros da família e toda a rede social que a troca de fotografias teceu, apontando para o fato de que o objetivo da fotografia

era também a circulação entre os pares de uma imagem considerada ideal, consubstanciando-se nesse circuito o comportamento necessário à sedimentação da classe senhorial enquanto fração social dominante.⁵⁸

Como essas fotografias sobreviveram ao tempo e seus agentes de destruição: baratas, traças, cupins, enchentes e raivas, as raivas familiares de efeito retardado que levam, por vezes, à destruição de fotografias num ritual de morte simbólica? Dora Werneck de Almeida Menezes as guardou e as deixou para seu neto, como legado de toda uma vida que concentra muitas outras.⁵⁹

Dora é bisneta do barão do Paty do Alferes, sobrinha-neta da viscondessa do Arcozello e sobrinha-bisneta do visconde de Pimentel, neta de Francisco de Assis e Almeida e de Mariana Isabel, filha do barão. Ao acompanhar a trajetória de algumas dessas personagens, entramos pelas frestas do passado em seu cotidiano.⁶⁰

Francisco de Assis e Almeida, advogado liberal, tendo vindo foragido de Minas por causa das desavenças entre liberais e o poder central, fixa residência em Vassouras, acompanhando os irmãos que já haviam se mudado para lá. O mais velho, dr. José Caetano Furquim de Almeida, também advogado, casa-se com Francisca Gabriela Teixeira Leite, sobrinha-neta do barão de Vassouras. O caminho estava aberto para a ascensão dos demais integrantes da família.

Dr. Assis começa a advogar na cidade, assumindo importantes clientes, entre os quais duas figuras de famílias proeminentes: o barão do Paty do Alferes, um Werneck, e o barão de Capivary, um Avellar. Embora não nutrissem muita simpatia um pelo outro, como é costume entre os poderosos de uma mesma região, não se pode dizer que fossem inimigos.

O comendador Francisco de Peixoto de Lacerda Werneck tornou-se barão do Paty do Alferes em 1852, tomando o título tão almejado por Joaquim Ribeiro de Avellar desde 1843, quando o pedira ao imperador. A recusa do imperador a Avellar reforça sua preferência pelo comendador Werneck, um típico homem do Império, coronel da Guarda Nacional e poderoso fazendeiro, que escreveu o opúsculo *Memórias sobre uma fazenda de café*, em 1840, para orientar o filho, Luís Peixoto de Lacerda Werneck, então estudante de direito em Paris, sobre como deveria administrar sua futura herança.





37, 38, 39, 40, 41. Cinco gerações de uma família de mulheres fluminenses em fotos feitas num lapso de trinta anos. D. Rosa Maria Joaquina (mãe), c. 1870; d. Rosa Joaquina Garcia (filha), c. 1880; Joaquina Amélia Garcia (neta) e seu marido, Saturnino Rodrigues Alves Barbosa, c. 1870; Eugênia Amélia Alves Barbosa (bisneta), c. 1890; Dora Werneck de Almeida (trineta), c. 1890.

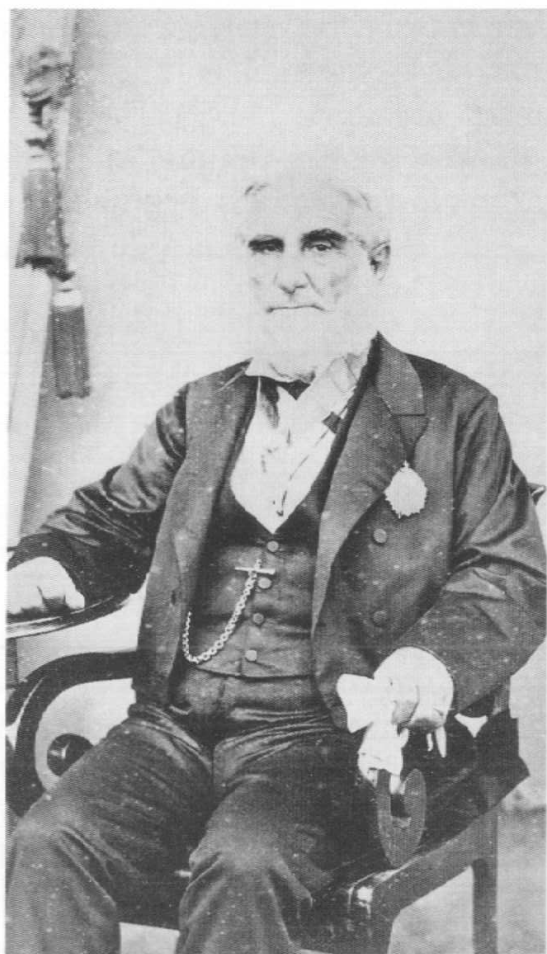
Joaquim Ribeiro de Avellar, o barão de Capivary, era tio da baronesa do Paty do Alferes. Depois da morte de sua mãe, o barão de Capivary toma posse da Fazenda Pau-Grande, tendo como sócias as irmãs: Mariana Luísa Avellar, Antônia Angélica Avellar e Maria Angélica Avellar.

A vida na Fazenda Pau-Grande não foi marcada por alegrias. Brigas entre parentes por limites de terras eram entremeadas de conflitos cotidianos com os escravos.

O barão de Capivary não era um modelo de retidão. Não se casou, mas teve um filho, reconhecido em escritura pública em que consta que a mãe do menino era “teúda e manteúda” pelo barão. Esse filho herdaria o patrimônio de Pau-Grande, inclusive a parte das tias, incorporada pelo barão de Capivary. Batizado com o nome do pai, o filho do barão foi estudar na Europa. Lá, andou aprontando, “fazia carreiras de pandegaria e passeios”. Para discipliná-lo, seu pai arranja-lhe um casamento com a filha de uma rica e influente família da corte. Mariana Velho e Silva, que depois do casamento passa a assinar Mariana Velho de Avellar, era filha do mordomo do Paço Imperial, o conselheiro José Maria Velho. Graças ao seu prestígio junto à Coroa, o conselheiro realiza o casamento dos jovens na Quinta da Boa Vista. Joaquim e Mariana são agraciados com os títulos de visconde e viscondessa de Ubá.

A viscondessa de Ubá introduziu na Fazenda Pau-Grande os preceitos de requinte e conforto domésticos. Nessa época foram também construídas as latrinas dentro de casa. Por serem latrinas de opalina branca filetada a ouro, cresceu a lenda de que eram feitas de ouro.

Da mesma forma que o filho do barão de Capivary, o médico Manuel Peixoto de Lacerda Werneck, filho do barão do Paty, casa-se com uma moça da corte, Etelvina Teixeira de Macedo, filha de um embaixador. Por ter vivido com a família em várias cidades do mundo, Etelvina era bem informada e falava inglês correntemente. A educação da menina e sua experiência cosmopolita provocou certa insegurança no dr. Manuel, que foi se aconselhar com sua mãe, a baronesa do Paty do Alferes. Esta prontamente tirou do dedo um anel de brilhantes, herança de família, e deu-o ao filho para que apresentasse a noiva com ele. No dia do noivado, Manuel chega à casa dos Teixeira de Macedo, no Catete, com um ramo de flores em meio ao qual pusera o anel de brilhantes. O presen-



42, 43, 44. Uma dinastia da aristocracia cafeeira fluminense. O velho pai, Joaquim Ribeiro de Avellar, barão de Capivary, c. 1880. O filho e a nora, visconde e viscondessa de Ubá, Joaquim Ribeiro de Avellar e Mariana Velho de Avellar, c. 1860. E os netos, ao lado de madame Doyen, governanta francesa da Fazenda Pau-Grande.



45. Mariana Isabel de Lacerda Werneck de Almeida e seus filhos Rosa e Antônio Furquim Werneck de Almeida. (c. 1860)

te causou forte impressão na corte. Etelvina adaptou-se bem ao interior. Suas escravas aprenderam as canções em inglês que costumava cantar.⁶¹

Ao contrário da vida em Pau-Grande, as fazendas do barão do Paty do Alferes foram cenários de muitos casamentos e nascimentos; entre eles, o casamento de Francisco de Assis e Mariana, avós de Dora.

Mariana tinha só catorze anos quando Assis pediu sua mão. Mas o casamento era o destino imediato de muitas das mocinhas dessa época, mesmo das filhas do barão, homem preocupado com a formação intelectual dos herdeiros. Assis assegura-lhe a formação de Mariana e, em vista de tal promessa, o casamento fica acertado. No dia 23 de junho de 1845, a Fazenda Piedade estava em festa, pois casavam-se todas as filhas do barão do Paty do Alferes.

Na única *carte de visite*, colada em papel-cartão negro, está a serena imagem de um menino no colo da mãe. Por detrás, vislumbra-se a mão masculina que apóia a cabeça da criança. O menino é Arthur, morto ainda criança, filho do dr. Francisco Furquim Werneck, casado com sua prima Hortense; no verso da foto, havia um ícone da morte.

Nascimentos e mortes aconteciam no mesmo espaço, as crianças nasciam em casa e os mortos eram enterrados nas capelas das fazendas. No entanto, estas não figuram nas fotografias dos álbuns, não eram tema para retrato; conhecê-las, no seu interior, era possível somente pela descrição dos viajantes ou pelas fotografias das atuais sedes, que foram mantidas como patrimônio histórico.⁶²

Uma das moças da família de Assis, Rosa, casa-se com João Carlos Mayrink, médico, em cerimônia na paróquia de Vassouras.⁶³ Com esse casamento garantiu-se a ligação com a corte, pois o dr. João Carlos descendia de família de dignitários do Paço Imperial. Rosa, como o barão de Joatinga, personagem de uma outra coleção, também vai para Paris.⁶⁴ Lá, talvez ainda em lua-de-mel, deixa-se fotografar, posando com uma das mãos apoiada numa cadeira adornada e a outra segurando um leque de plumas que faz par com o detalhe do vestido, complementado por jóias.

Anos mais tarde, agora em Nice, a fotografia revela o aumento da família: dois filhos e uma filha, juntamente com o marido, compõem um quadro bastante sugestivo. Posando



1. Dois ramos de café e tabaco circundam o escudo de armas na bandeira do Império. Um canto português fazia troça da Independência, ligando-a ao café.

Cabra gente brasileira
Do gentio de Guiné
Que deixou as Cinco Chagas
Pelos ramos do café.

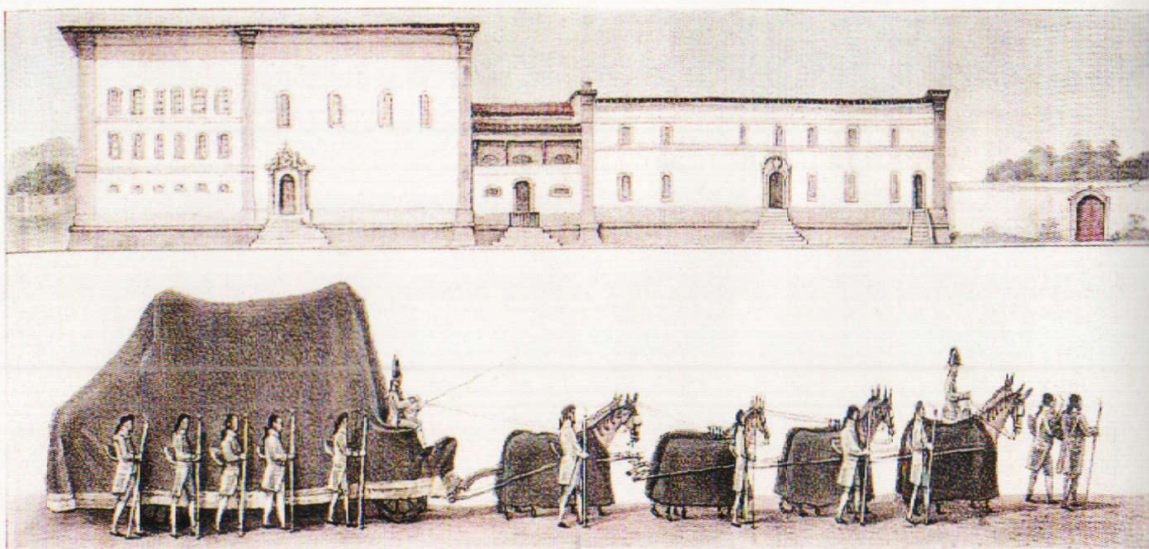
(Museu Histórico Nacional)

2. No início do século XIX,
Debret pinta as mulheres
de uma fazenda brasileira
como a um harém oriental.

(Jean Baptiste Debret, Visita
a uma fazenda)







3. A morte de d. Leopoldina, em 1826, deu lugar a boatos de envenenamento. Conseqüência do segredo da política monárquica, a morte dos reis costumava ser atribuída a complôs e a causas extranaturais.

(Jean Baptiste Debret, Convento da Ajuda e exéquias de Sua Majestade imperatriz Leopoldina, Rio de Janeiro, 1834)

4. O ritual da corte, aparecia como algo estranho à maioria da população. Um panfleto da Revolução Praieira (1848-9) classificava d. Pedro II de "monarca governado por mexeriqueiros desvergonhados".

(Victor Frond, Palácio Imperial no Rio de Janeiro, 1861)





5. A cadência do passo dos carregadores de café prefigura a marcha-rancho do Carnaval carioca.

(Paul Harro-Harring, 1840)



6. A capital do Império era, nesta época,
o principal centro urbano da América do Sul.

(Victor Frond, Panorama do Rio de Janeiro, 1861)



7. Petrópolis representou durante algum tempo a utopia do país quase europeu que o Brasil poderia vir a ser conforme o desejo da elite imperial.

(Victor Frond, Palácio Imperial de Petrópolis, 1861)



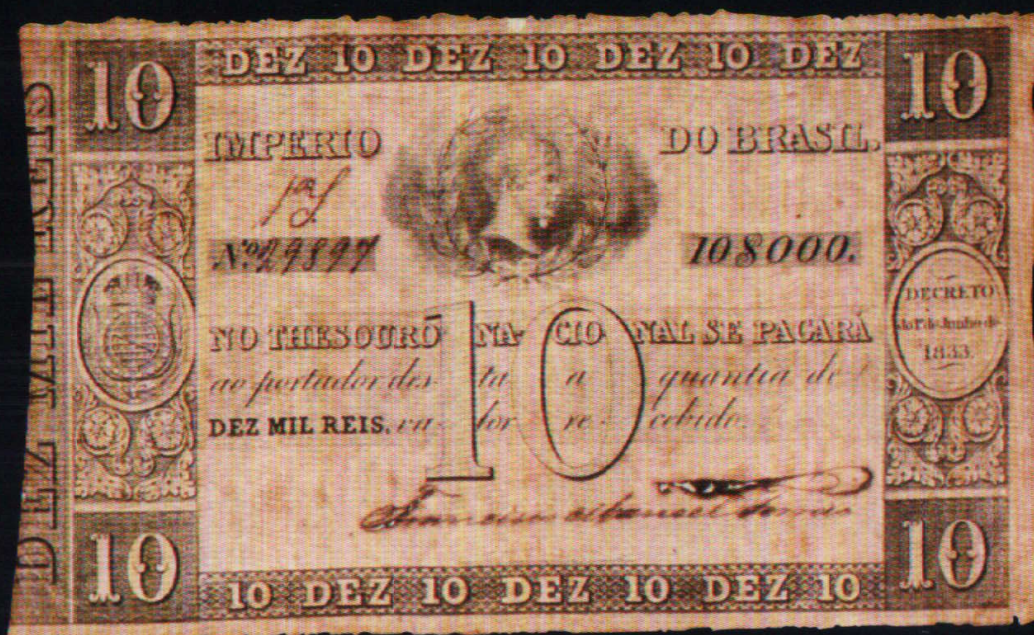
8. D. Pedro II,
por volta de seus
35 anos, quando
já exercia a
plenitude do Poder
Moderador.

(Victor Frond, 1861)



9. D. Teresa Cristina,
irmã do rei das Duas
Sicílias. Seu casamento
com d. Pedro II, em 1843,
traz cantores italianos que
desenvolvem o gosto pela
ópera no Rio de Janeiro.

(Charles Ribeyrolles e
Victor Frond, 1861)



11. Títulos do Tesouro Imperial. Num país escravista, com um número reduzido de assalariados, as notas tinham circulação limitada. Tratos apalavrados, moedas, trocas de mercadorias e ordens de pagamento endossadas por casas comerciais garantiam as grandes e pequenas transações comerciais.

(Museu Histórico Nacional)





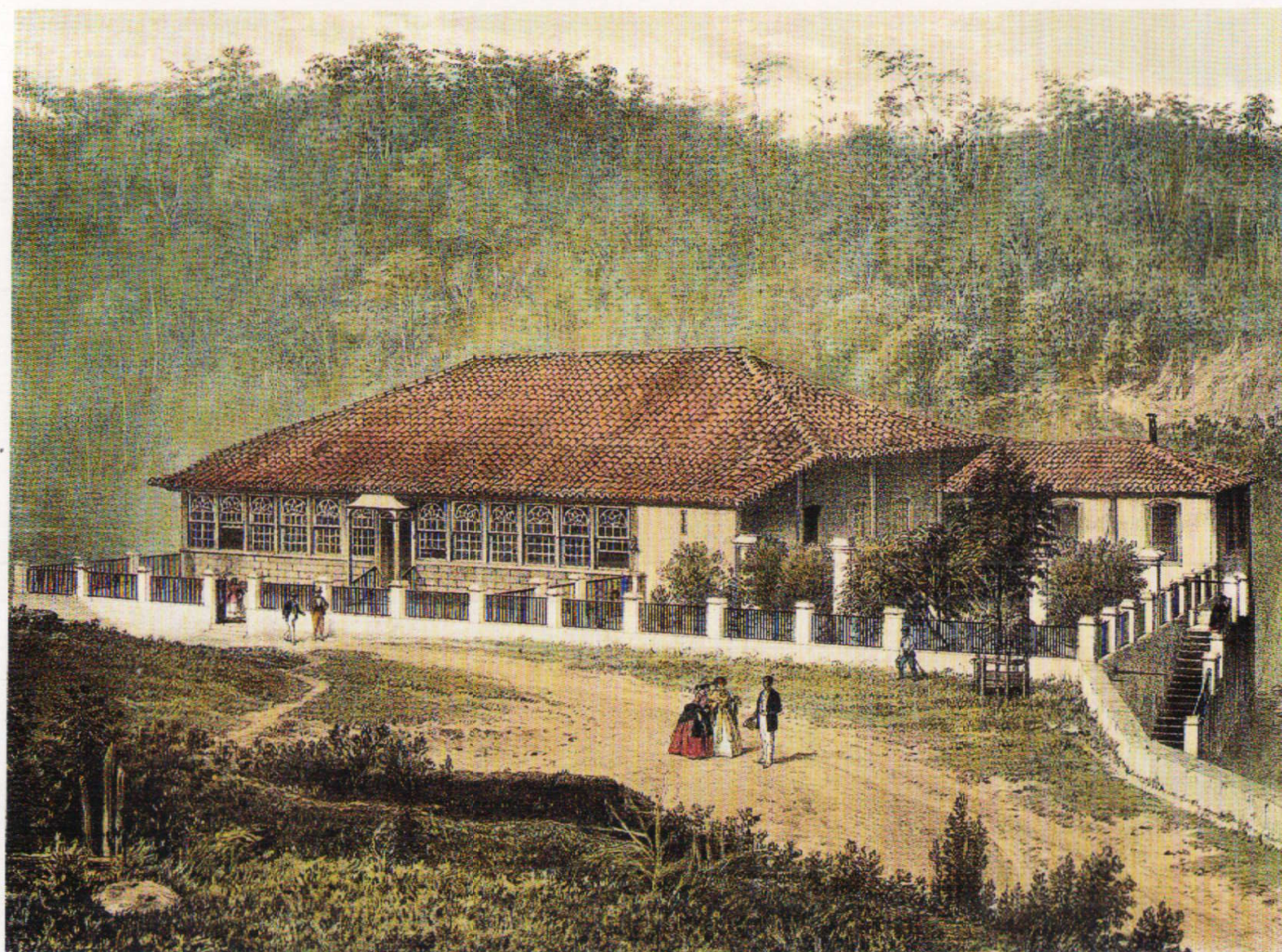
12. Difundida pelos portugueses na África, a mandioca, como outra planta sul-americana, o milho, incorporou-se à dieta africana, criando costumes alimentares similares nas duas margens do sistema escravista luso-brasileiro no Atlântico Sul. O preparo da farinha demandava um trabalho de equipe, integrando escravos jovens e velhos na mesma roda de labuta, cantos e conversas.

(Modesto Broccos, Engenho de mandioca, 1892, Museu Imperial)



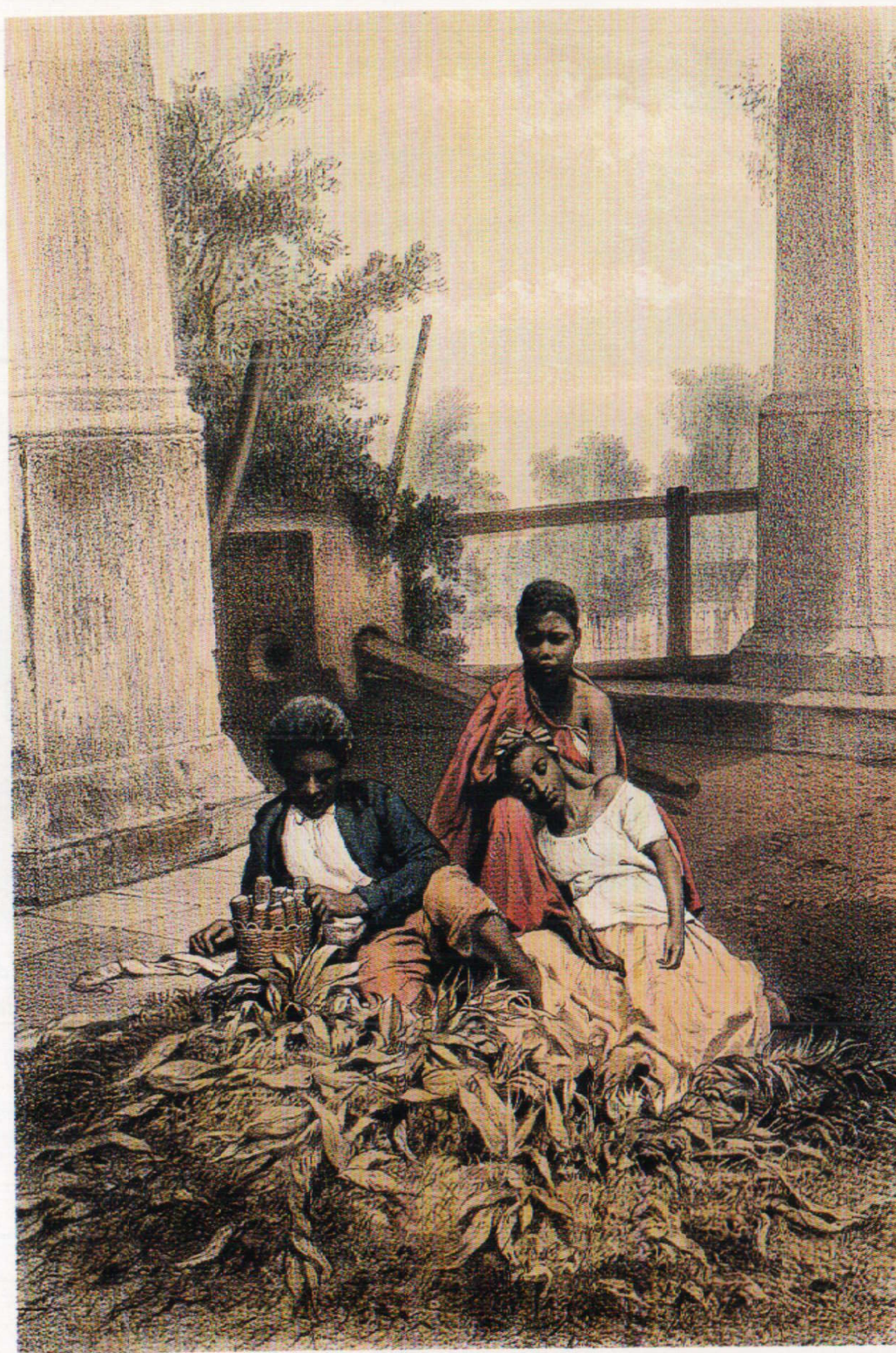
13. Grupos de cozinheiras cativas seguiam
junto com os escravos para a roça.

(Victor Frond, Almoço na roça, 1861)



*14. A vida na fazenda podia ter algum conforto,
mas impunha o convívio com a violência
da disciplina escravista.*

(Victor Frond, 1861)



15. Victor Frond tenta fixar o momento de aproximação afetiva que ligava as cativas após a labuta diária.

(Victor Frond, *Negras depois do trabalho*, 1861)



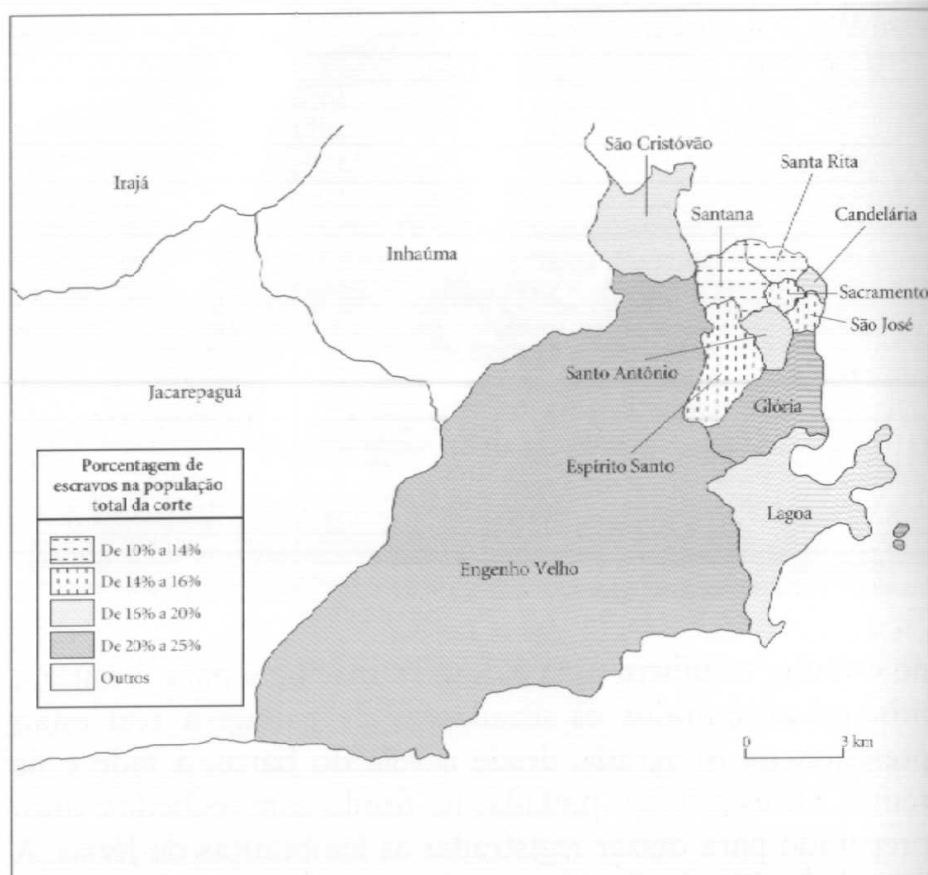
46. Visconde de Mayrink e família.
Como na Europa, no Império
tornara-se chique tirar retratos
dentro de canoas. (1880)

no estúdio, escolhem uma paisagem marítima para montar a *mise-en-scène*; todos os simulacros da paisagem real estão presentes na fotografia, desde a vela do barco, a rede e os remos, até as gaivotas pintadas no fundo com rochedos: tudo preparado para deixar registradas as lembranças de férias. A foto é da década de 1880, e com certeza poderia ter sido tirada ao ar livre, na própria paisagem. Por que optar pelo simulacro? Tal escolha denota que o ato fotográfico, correspondendo às lembranças cotidianas e à construção da memória familiar, tais como férias no exterior ou lua-de-mel em Paris, estava ligado ao estúdio, à pose e à auto-representação daquela sociedade.

Depois da morte do marido, Mariana ficava sentada em seu quarto de dormir, defronte à parede recoberta, “desde o rodapé até quase o teto, com os retratos de todos os parentes falecidos.”⁶⁵ Suas personagens, Rosa, João Carlos, Francisco, Assis, Caetano, Joaquim, Marianas entre outros, são nomes que identificam imagens fotográficas. Como chegar àquilo que não foi imediatamente revelado pelo olhar fotográfico?

No álbum de recortes de jornais do visconde de Pimentel, o tempo surge como marca das transformações sociais. O recorte com o anúncio da Lei do Ventre Livre (1871) abre a sua coletânea. Com esse anúncio inaugura-se um novo tempo para as relações sociais, como também o tempo da nar-

47. Apesar da intensa imigração portuguesa, a zona urbana da corte ainda contava com muitos escravos no censo de 1872. (LED-Cebrap)
(Ver Apêndice, tabela 8.)



rativa do visconde, na qual ele relata as transformações ocorridas por sua própria iniciativa.

No diário da viscondessa do Arcozello, o tempo é plural. O tempo climático, do frio e da chuva; o tempo de vida, dos filhos que crescem e dos netos que nascem; o tempo da colheita do café e da garantia da riqueza; o tempo dos escravos e de suas tarefas diárias: múltiplos tempos que se seguem na construção dos dias. Nas fotografias de Dora, o tempo também passa, nas imagens que vão da criança ao ancião, na sucessão de gerações, dos guardiões da riqueza ou da memória desta. Em todos esses registros, e em tantos outros, uma outra categoria opera na construção da narrativa das memórias: o espaço. O espaço doméstico, das tarefas diárias e das crianças, o espaço da produção onde a riqueza é gerada, o espaço do poder e do governo da casa.

Na coleção de duzentas fotos estudadas, muito poucas registraram a data em que foram tiradas. Assim, foi a mudança da própria representação espacial que nos permitiu delimitar a cronologia da coleção. As mudanças nas alternativas técnicas e estéticas, a indumentária, o envelhecimento das

pessoas da família, a escolha dos fotógrafos, indicam-nos um período que vai de 1860 até 1890.

A influência do retrato a óleo na composição dos retratos fotográficos é indubitável. Antes de ter sido fotografada, a elite cafeeira do Vale foi pintada por Barrandier, artista francês que viajou pela região por volta de 1840. Seus retratos figuravam nas paredes das fazendas, sendo mais tarde fotografados pelos próprios fotógrafos itinerantes, como uma forma de adequar a pintura à nova função da imagem, que não era só de ostentação no âmbito doméstico, mas de circulação numa esfera mais ampliada.

A presença de tais retratos a óleo nas paredes das fazendas foi registrada por Taunay: “como decoração dos salões viam-se custosíssimas guarnições de cortinas dos mais finos panos de vivas cores, dignos dos lustres e dos candelabros, mas antagonismo absoluto com a simplicidade dos móveis. Retratos a óleo eram quase sempre os únicos quadros de tais salas. E que retratos geralmente! Que horrores! Que obras de pinta-monos!”.⁶⁶

Na coleção analisada a natureza do enfoque variou: fotos pequenas para facilitar a circulação, em cartas e recordações; eminentemente verticais para dar sentido de imponência à pose; com equilíbrio entre a direção esquerda e a direita, harmonizando a representação entre os extremos; ênfase na figuração masculina, pois é ela que garante a reprodução do sistema; concentração na parte inferior para não perder detalhes; escolha denotando cuidado em mostrar a indumentária e demais atributos da cena arranjada.

O retrato não era composto somente pela imagem; as anotações dos diferentes guardiões das fotos, as dedicatórias e o verso das imagens indicam os caminhos que a imagem percorreu na construção de uma auto-imagem de classe. As inscrições identificam personagens, desmentem identificações anteriores, montam genealogias. Não deixam, enfim, o tempo velar a memória do passado. As dedicatórias podem desvendar sentimentos mais discretos: “Teu pai chamava o meu de amigo, mas eu te chamo de muito mais...”, escreve uma moça no verso de uma foto com que presenteava o namorado.

Do conjunto das fotografias analisadas, 95% foram produzidas em estúdios e 5% nas próprias fazendas por fotógrafos itinerantes. Do conjunto de fotos, a distribuição geográfi-

ca mostrou que 10% haviam sido feitas no exterior (Paris, Nice, Cannes, Roma, Praga, Berlim), 55% em estúdios da corte, 2% em estúdios no Vale do Paraíba e 33% nas próprias fazendas da região.

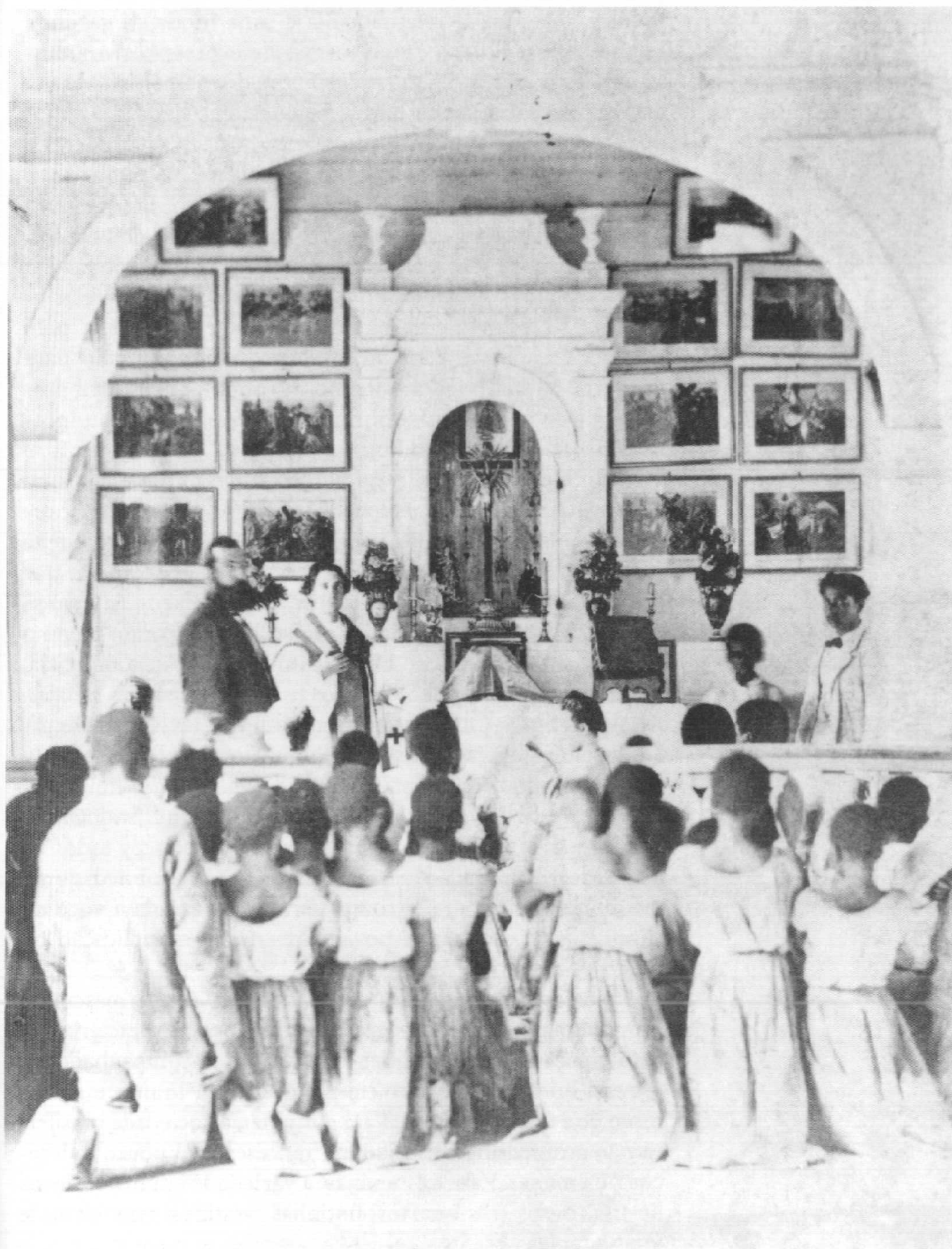
Para a elite cafeicultora, a marca de um dos fotógrafos famosos no verso da foto atuava como emblema de distinção social. O *must* da fotografia oitocentista está representado nessa coleção de duzentas fotos, desde Insley Pacheco, que possuía filial em Paris, até o próprio Nadar, que deixa a sua marca *rouge* na frente e no verso da imagem.

Não faltaram os fotógrafos itinerantes, que iam de fazenda em fazenda oferecendo seus serviços, ou aqueles que montavam ateliês provisórios. Um desses itinerantes, Manuel de Paula Ramos, foi responsável por um conjunto de retratos bastante significativos da região. Uma das imagens por ele registrada foi a cena de uma missa rezada na capela da Fazenda Água Limpa, situada na região de Pirai. Na imagem, ordenados e voltados para o altar, encontram-se os escravos da fazenda; separados por uma grade decorada, estão os convidados do dono da fazenda, Teixeira da Nóbrega, sua esposa e o padre próximos ao altar. Numa das poucas fotografias do interior das fazendas, aparece a organização espacial: o crucifixo no centro da imagem; os escravos de joelhos, organizados em semicírculo e de costas para o fotógrafo; os brancos, separados dos negros, de pé e olhando para a objetiva fotográfica. São também do fotógrafo Ramos as fotos da banda de escravos e das festividades da fazenda do visconde de Pimentel.

Apesar de a maioria das fotos concentrar-se na figuração isolada, os objetos interiores ajudavam na composição da cena. Livros para marcar a cultura e a ilustração; os barcos, bancos de jardim ou fundos pintados com motivos campestres assinalam um momento de descontração, ligado ao lazer ou às férias; adornos em metal, colunas, vasos, franjas, cestas, biombos, carrinhos de bebê, mesas de vários tamanhos e estilos etc.: objetos que caracterizam um conforto artificial na montagem fotográfica mas indicativo de uma forma de representar vivências cotidianas.

Para o homem, o retrato centralizado no busto — representando 24% do total das fotos — enfatiza a representação de poder própria às estátuas de grandes homens nas praças

48. Comendador Joaquim Teixeira da Nóbrega (barbado, à esquerda), fotografado junto à família e escravos na capela da Fazenda Água Limpa, de sua propriedade, no município de Barra do Pirai, no Rio de Janeiro. (c. 1870)



públicas. De fato, a estatuamania é uma moda da segunda metade do século XIX, e suas formas de expressão cruzaram-se com as do retrato. Outros atributos de masculinidade são dados pela variação de barba, bigodes, costeletas, cavanhaques, penteados com brilhantina etc. Já para as mulheres e crianças, o espaço do todo é o que importa. Às mulheres, o corpo inteiro serve para valorizar o vestuário. Em nenhum momento a mulher está associada aos atributos domésticos, como registrava a viscondessa em seu diário. As roupas e a pose escolhidas para a composição de sua imagem relacionam-na ao usufruto da riqueza gerada e gerenciada pelo marido. Quanto às crianças, o corpo inteiro é usado para figurar o tamanho dos meninos e imputar-lhes atributos próprios ao mundo infantil, como o carro de bebê, ou mostrar-lhes vestidos de adultos.

Em todos os casos, o que ficou patente foi a escolha da representação singular em detrimento da plural, explicada pelo tipo de circulação da *carte de visite*, eminentemente feita para lembranças. Como exceção, vale ressaltar a foto em que aparece a mãe com o filho já sem vida nos braços, na qual se percebe a mão de um homem apoiando a cabeça do menino por trás. É uma foto de busto, com iluminação sombreada, fundo negro e efeito *flo* — todos os atributos visuais de contrição e retiro —, uma imagem sensível que revela uma sensibilidade que foge às poses e trejeitos do retrato oitocentista.

No século XIX a marca será a simplicidade, em contraposição aos babados e brocados do Antigo Regime. Enquanto a indumentária masculina vai perdendo aos poucos todos os elementos de sedução para enquadrar-se na sobriedade de um burguês abastado, a roupa feminina, passada a voga da simplicidade, se lançou novamente numa complicação de rendas, bordados e fitas.⁶⁷

Nos retratos analisados, o padrão da roupa masculina acompanha as tendências gerais do século XIX e caracteriza-se pelo signo da simplicidade: terno escuro, acompanhado de gravata-borboleta fina, colete preto, camisa branca e a corrente do relógio de bolso. Para a mulher, a sociedade brasileira não acompanhou os ditames franceses e há poucos adereços ou enfeites. Para as meninas, a variedade era maior: laços de fita, meias três-quartos, botinhas, vestidos mais claros e jóias simples.

Por fim, o ritual do retrato era marcado pela pose. Tal padrão acompanha o adotado nas fotos de estúdio de caráter mais comercial, próprio à clientela do Vale do Paraíba, e condiz com a descrição da indumentária e do estilo de vida que se queria representar. Afinal de contas, quem estava sendo retratado ali eram os gerenciadores da riqueza e dos negócios do Império.

O ÚLTIMO BAILE E A ÚLTIMA FOTO DA FAMÍLIA IMPERIAL

O Baile da Ilha Fiscal assinala o fim do Império. Organizada pelo governo para recepcionar um ministro e oficiais da marinha chilena, a festa mudou o cotidiano da cidade. Cabeleireiros, barbeiros, modistas e alfaiates não paravam de trabalhar. Aglomerado no cais Pharoux, o povo tentava assistir ao embarque das celebridades. Calcula-se que cerca de 3 mil pessoas compareceram à festa. Os convidados eram recebidos com banda de música e taças de champanhe. A festa durou até as cinco horas da manhã, fechando em grande estilo as portas do Império.

O interessante é que o baile se realizou no dia 9 de novembro, mas ainda no dia 16, com a República já instalada, as notícias sobre a festa continuavam a ser publicadas como se nada tivesse mudado. A procura por comentários sobre o baile foi tamanha que o jornal *O Paíz* aumentou sua tiragem para 35 mil exemplares, e a edição do dia 10 de novembro esgotou-se completamente.⁶⁸

Complementando o fausto e a exuberância do derradeiro baile, coloca-se a última fotografia da família Imperial. Essa foto, tirada na varanda do palácio de Petrópolis, apresenta a imperatriz, d. Antônio, a princesa Isabel, d. Pedro II, d. Pedro Augusto, d. Luís, o conde d'Eu e d. Pedro — o príncipe do Grão-Pará. D. Antônio está sentado à frente do grupo; a imperatriz, sentada ao lado, esboça um leve sorriso; a descontraída princesa Isabel abraça o pai, que mantém a pose de imperador, com uma das mãos dentro do casaco, *à la* Napoleão; os demais, de pé, deixam-se fotografar em pose solta.

Em 1907, já no declínio do café do Vale do Paraíba, o visconde de São Laurindo, dono de terras em Bananal, passa a limpo sua vida. Na *Cronologia da família Almeida*, ele faz uso dos eventos para tecer seu passado: os Natais passados



em família, os casamentos, falecimentos, condecorações recebidas e dívidas. Somente alguns comentários permitem entrever a melancolia de quem já viveu dias melhores: “1891 — Falece o imperador do Brasil — D. Pedro II. Falece em Paris, banido pelos usurpadores republicanos; pelos ingratos traidores, especuladores e covardes, vencedores pela traição dos quartéis”.

Não há fotografias sobre esse período, o álbum de retratos do visconde de São Laurindo, tal como o da família Werneck, só vai até os anos 1890. A partir de então, todo esse mundo seria tema de outras representações.

49. Otto Hees tirou a última foto da família imperial às vésperas da proclamação da República e do exílio. Da esquerda para a direita: a imperatriz, d. Antônio, a princesa Isabel, o imperador, d. Pedro Augusto (filho da irmã da princesa Isabel, d. Leopoldina, duquesa de Saxe), d. Luís, o conde D'Eu, d. Pedro de Alcântara, príncipe do Grão-Pará. Num comentário caloroso, Alexandre Eulálio considera que esta foto representa o fim do “ciclo do patriarcalismo caboclo”.

SENHORES E SUBALTERNOS NO OESTE PAULISTA

Robert W. Slenes

MÃE E ESCRAVA DO FILHO

Ao tornar-se maior de idade em 1869, no município de Campinas, São Paulo, um jovem compõe um documento extraordinário, formulado na linguagem da propriedade mas carregado de emoção: “Digo eu Isidoro Gurgel Mascarenhas, que entre os mais bens que possuo [...] sou senhor e possuidor, de uma escrava de nome Ana [...] [recebida na herança] de meu Pai, Lúcio Gurgel Mascarenhas [...] e como a referida escrava é minha Mãe, verificando-se a minha maioridade hoje, pelo casamento de ontem, por isso achando-me com direito, *concedo à referida minha Mãe plena liberdade, a qual concedo de todo o meu coração*”¹ (grifos meus).

Não era comum no século XIX um filho ser proprietário de sua mãe. O caso extremo, no entanto, muitas vezes ilumina a norma, ao revelar processos sociais cotidianos no interior e em torno de fatos inusitados. A história de Isidoro e de seus pais, Lúcio e Ana, é exemplar nesse sentido. Contextualizada com outras evidências e analisada em detalhe, ela oferece uma janela para desvendar as relações de poder entre “senhores” e seus subordinados — escravos e libertos, trabalhadores nacionais e imigrantes — no “Oeste histórico” paulista.²

Os fios desta história despontam no início do século XIX, quando o avô de Isidoro, Pedro Gurgel Mascarenhas, chega a Campinas. As experiências de Pedro e de seu filho Lúcio, ao construírem seus patrimônios, são elucidativas dos processos de povoamento do Oeste paulista por pessoas li-

1. O novo faroeste: no mapa de 1868, inserido no Atlas de Cândido Mendes, primeira visualização completa do território nacional de que dispuseram os brasileiros, boa parte do território de São Paulo aparece ainda entregue a “indígenas ferozes”. (Atlas do Império do Brasil, 1868)

vres e cativas, e dos caminhos de enriquecimento e empobrecimento que se abrem a partir da década de 1790, quando a sua região se transforma em área de “grande lavoura” (agricultura voltada para a exportação), primeiro centrada no açúcar, depois no café.

Entretanto, é a trama tecida pelos protagonistas da história, na interação entre eles, que mais nos interessa neste ensaio. A vida de Ana, como também a de outras escravas, suas parceiras, sugere muito a respeito do poder nas relações entre homens dominantes e mulheres subalternas. Os dramas de outras personagens também jogam luz sobre o (des)governo dos senhores, e ainda sobre as estratégias de sobrevivência e autonomia elaboradas, em contrapartida, pelos escravos.

Da análise dessas vivências emerge o retrato de uma classe senhorial prepotente e freqüentemente arbitrária, mas sobretudo ardilosa: uma classe que brande a força e o favor para prender o cativo na armadilha de seus próprios anseios. Dentro de certos limites, os senhores estimulam a formação de laços de parentesco entre seus escravos e instituem, junto com a ameaça e a coação, um sistema diferencial de incentivos — no intuito de tornar os cativos dependentes e reféns de suas próprias solidariedades e projetos domésticos.³

Essa política de domínio é relativamente bem-sucedida. Por isso mesmo, talvez ela subverta a autoridade dos senhores ao mesmo tempo que contribui para sua dominação no cotidiano. Rachado por linhas de solidariedade diversas, cujas pontas em geral convergem para a casa-grande, o grupo escravo também desfruta de uma experiência em comum e de instituições, inclusive familiares, que incentivam uma identidade própria. Como resultado, os senhores dormem sobressaltados, pois sabem que os líderes das revoltas nas senzalas com freqüência são os escravos mais “chegados” aos proprietários. A prepotência dos senhores e seu afã de transformar trabalhadores em dependentes sobrevivem à substituição de escravos por imigrantes. O contraponto entre proprietários e “colonos” no final do século XIX guarda certas semelhanças com aquele entre senhores e escravos, ainda que expresse também as novas relações de trabalho.

A FAMÍLIA GURGEL MASCARENHAS

Pedro Gurgel Mascarenhas, natural de Pitangui, Minas Gerais, se estabeleceu na província de São Paulo por volta de 1813.⁴ Foi registrado no recenseamento de Campinas de 1824 como pessoa que “vive de seus negócios”. Eram, sem dúvida, negócios prósperos, pois já lhe permitiram acumular dezesseis escravos, mais do que dois terços dos senhores de Campinas possuíam na época. Censos posteriores são mais explícitos quanto à fonte de renda dele: em 1825 ele “vive de jornais [“salários” ou aluguéis] dos escravos” e em 1829 é dado como “taipeiro”, construtor (no contexto, “empreiteiro”) de prédios de taipa. Seus escravos provavelmente trabalhavam na construção, além de prestar outros serviços. Cinco dos treze cativos presentes em 1825 e em 1829 são descritos, quando recebem a liberdade em 1843 e 1861, como artesãos qualificados: três “carapinas” (carpinteiros), um taipeiro e um alfaiate.⁵

Os censos, contudo, não mencionam outra atividade de Pedro que certamente lhe deu muitos lucros. Num processo de 1829, movido por ele contra um devedor, nosso “taipeiro” previne-se contra a possível acusação de ganancioso, dizendo que “estando morador há dezesseis anos e tendo vendido nesta Província trezentos negros [ele, Pedro] nunca propôs ação alguma ainda que se lhe deva muitos anos [...]”. Em suma, além de adquirir alguns escravos para viver de seu serviço e aluguel, ele os comprava em maior número para revender.

Em dezembro de 1843, aos setenta anos, à beira da morte, Pedro redigiu seu testamento. Como não tinha herdeiros “forçados” — nunca se casara e os pais haviam falecido —, estava livre para distribuir sua propriedade a quem quisesse. Declarou, então, que “tenho um filho natural, de nome Lúcio, é mulato, e o instituo por meu herdeiro”. Como Pedro era descrito nos censos sempre como “branco” e Lúcio, a única vez que aparece nesses documentos, é descrito como “pardo”, a mãe de Lúcio podia ser negra ou mulata.⁶ Anos mais tarde, Lúcio a identificaria em seu próprio testamento apenas como “Florência”, sem atribuir-lhe sobrenome ou o título de “dona”, o que sugere que ela era de origem humilde. Se Florência acompanhara Pedro a Campinas, ela não mais

morava com ele no mesmo “fogo” (domicílio), segundo os censos da época.

Lúcio, sim, chegou a Campinas com Pedro, mas não como filho reconhecido. No censo de 1824, um “Lúcio agregado” (morador livre), descrito como solteiro e pardo, de 23 anos — justamente a idade que o Lúcio filho teria —, se encontra no fogo encabeçado por Pedro. Seu nome está no final da lista de escravos, ou seja, o mais longe possível do registro do chefe de domicílio. Nos anos subseqüentes, nenhum Lúcio está mais presente nesse fogo. O testamento de Pedro revela, entretanto, o paradeiro do filho. Ao reconhecer a paternidade em 1843, Pedro indicou que Lúcio estava morando em Araraquara. Isto é, entre 1824 e 1825 Lúcio teria deixado de viver junto com o pai, mudando-se, então ou depois, para o “sertão” do Oeste paulista. Ainda segundo Pedro, Lúcio era “carapina” de ofício. Se também negociava escravos, como seu pai “taipeiro”, não o sabemos.

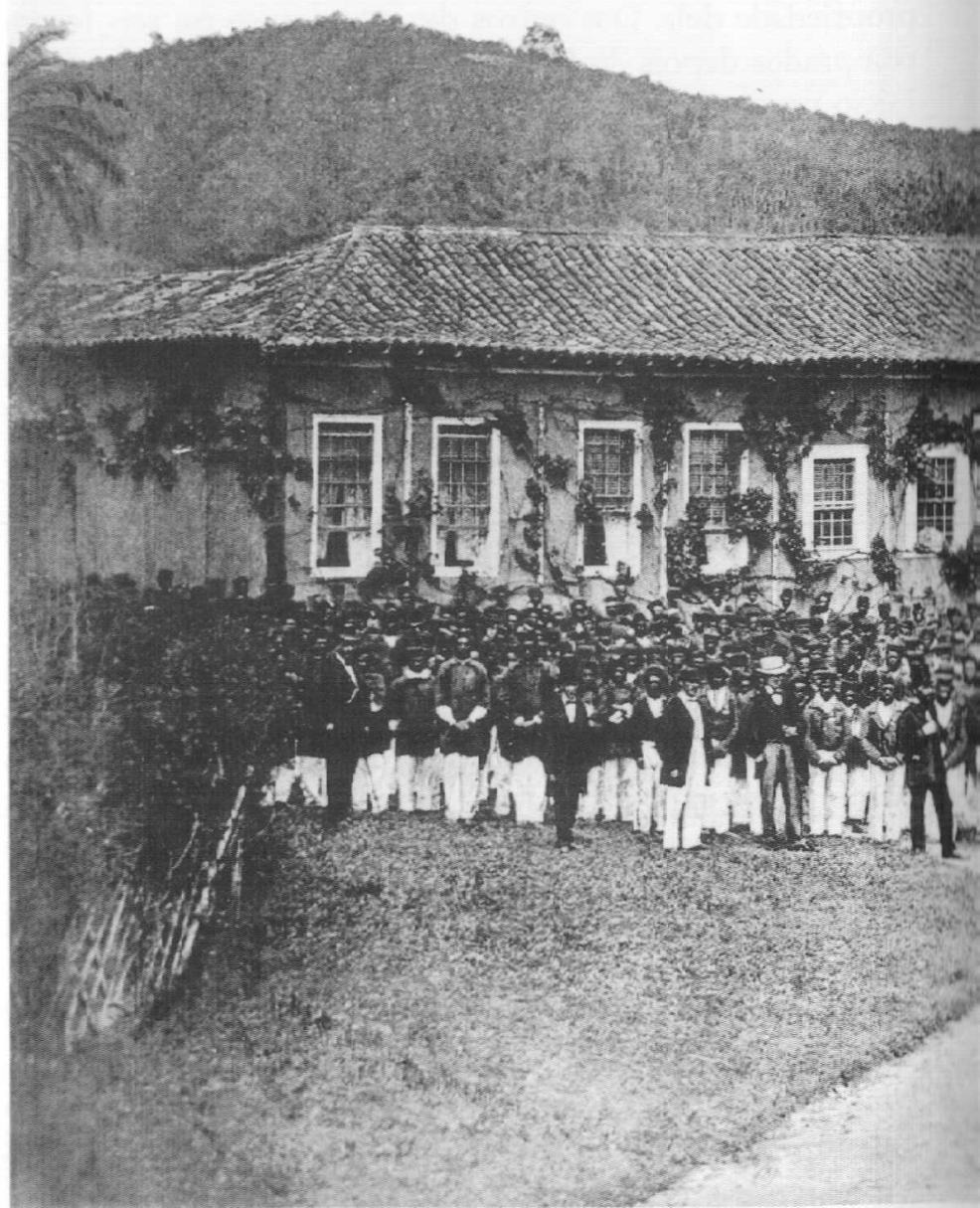
A justiça é lenta, e Lúcio só recebeu sua herança em meados de 1847. Ainda morava em Araraquara, onde também se encontrava em julho de 1848, quando foi preso pela polícia; “por embriagado e andar fazendo desordens, assinou termo de bem viver”.⁷ Logo em seguida, no entanto, Lúcio mudou-se para Campinas. Em 1850, seu nome aparecia pela primeira vez na lista de votantes desse município, que dava a profissão dele como a de “administrador”. Dirigia, talvez, um engenho de açúcar ou fazenda de café. Já em 1852, sua ocupação era a de “agricultor”. Quatro anos mais tarde, de acordo com o registro paroquial de terras dessa época (um “recenseamento” fundiário), ele tinha uma propriedade na cidade de Campinas, além de um “sítio” na área rural. Lúcio provavelmente residia durante parte considerável do ano na cidade. Em seu inventário, uma casa urbana recebeu boa avaliação e foi descrita como melhor aparelhada — contendo vários objetos de prata — do que a casa do sítio, tida como “simples”. Além disso, o inventariante de seu espólio e quatro dos padrinhos dos filhos de seus escravos eram vizinhos próximos de sua propriedade urbana.

Quando Lúcio faleceu, em 1861, seu patrimônio consistia principalmente em 23 escravos, o sítio, e duas casas e um terreno urbanos. Seu espólio foi avaliado em 52 contos de réis (52:000\$000), ou em torno de US\$ 27 000 pelo câmbio da épo-

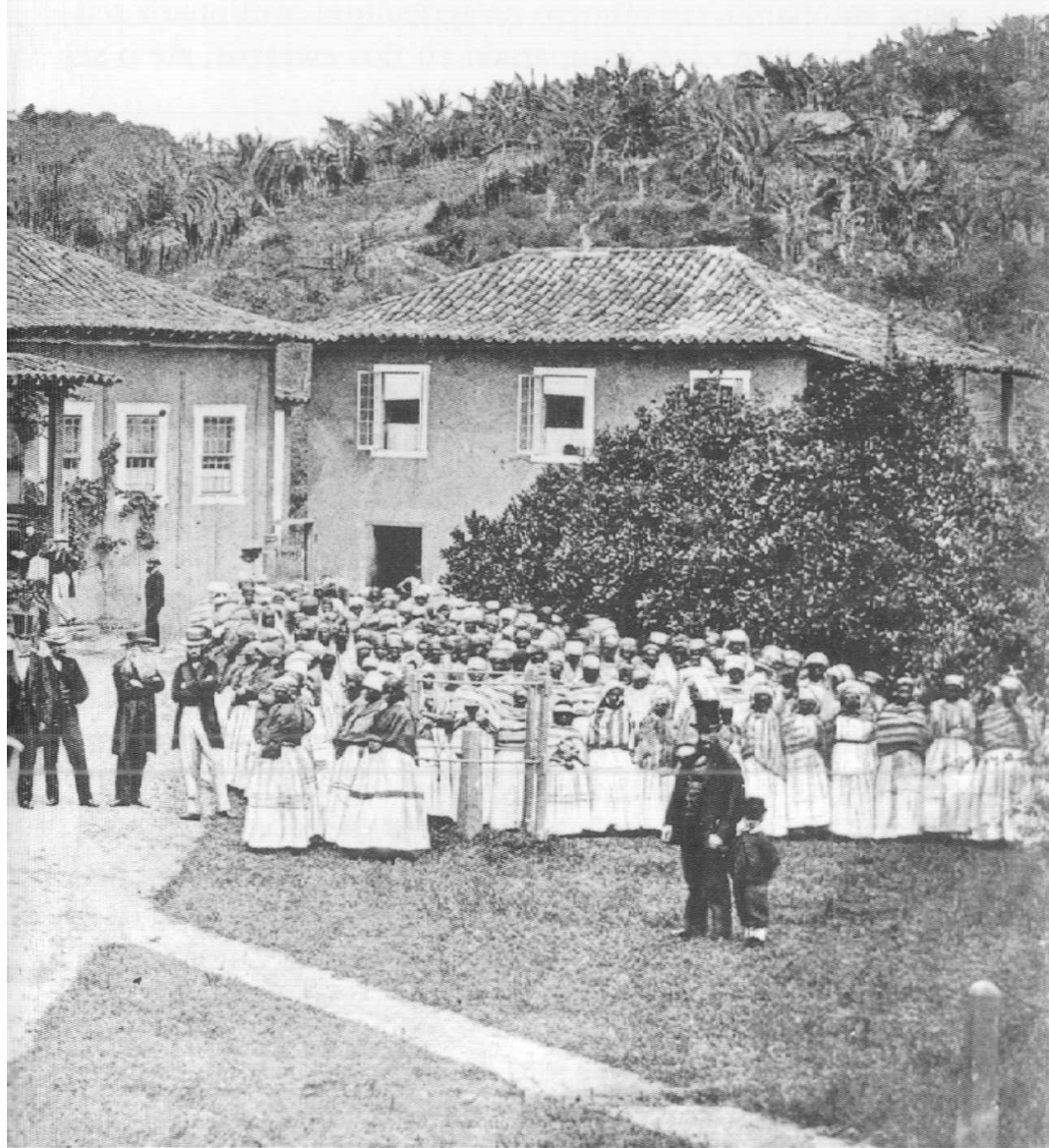
ca.⁸ Ele era, portanto, um homem próspero na sua comunidade, mesmo entre senhores de escravos, embora estivesse longe de ser um dos mais ricos. (Em 1872, três em cada quatro senhores em Campinas tinham menos de vinte cativos; porém, os 4% mais ricos possuíam acima de cem.)⁹ Seus escravos, representando quase dois terços dos bens fundiários dele — proporção nada estranha para os senhores da época —, eram predominantemente homens adultos. Destes, a maioria compunha-se de trabalhadores de roça, sem dúvida empregados nos 23 hectares, onde Lúcio havia plantado milho, feijão e arroz.

O patrimônio que Lúcio tinha quando morreu crescerá, provavelmente, desde o ano em que recebeu a herança de Pedro. Em 1861, sete de seus escravos haviam nascido na propriedade dele. Dos outros dezesseis, cinco ou seis foram comprados depois do falecimento de seu pai. Entretanto, se Lúcio prosperou no final da década de 1840 e na de 1850, é evidente também que a maioria dos escravos adultos de 1861 foi adquirida por ele em Araraquara antes de 1844, ou herdada do pai. Portanto, quando Lúcio atraiu a atenção da polícia de Araraquara em 1848, não foi por ser um homem “pobre” e suspeito de ser “perigoso”. É bem possível que tenha sido responsável, de fato, por “desordens” nesse ano — o que, como veremos, só reforça a imagem de pessoa voluntariosa que emerge dos documentos sobre a relação dele com as mães de seus filhos.

Até aqui, as histórias de Pedro e Lúcio são bastante expressivas da região em que viviam. A partir da década de 1790, a alta dos preços mundiais do açúcar após a revolução escrava em São Domingos (hoje, Haiti) e a derrocada da economia de exportação dessa ilha somaram-se à queda dos preços de africanos, provocando uma rápida expansão do açúcar no “Oeste velho” de São Paulo: isto é, no quadrilátero compreendido entre os povoados de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, aí englobada a região de Campinas.¹⁰ Com isso, abriram-se possibilidades para uma agricultura comercial diversificada e uma vida mercantil urbana, também baseadas no trabalho escravo. Assim, a região passou a atrair uma corrente de migrantes livres das mais variadas procedências.



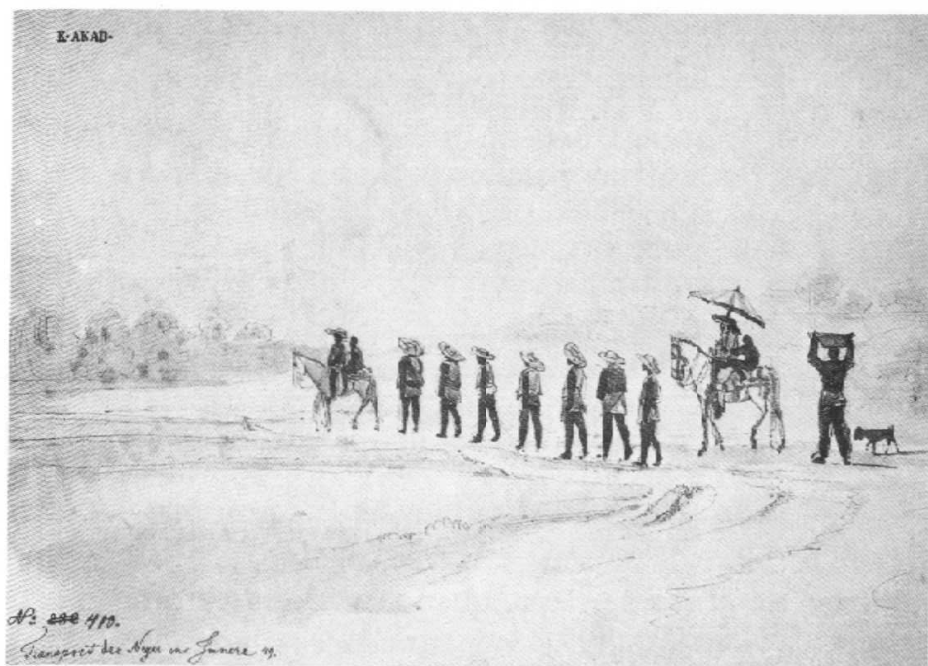
2. Cada qual no seu lugar: duas vezes ao mês, havia uma revista dos escravos e funcionários da Companhia de Mineração São João del Rei, em Morro Velho, Minas Gerais. (Riedel, 1865)



Tais migrantes, sobretudo aqueles com relativamente poucos recursos, eram um grupo muito volátil, sempre prestes a mudar de atividade econômica ou pôr de novo o pé na estrada à procura de melhores condições. De acordo com um estudo recente sobre Campinas, 62% dos chefes de domicílio que em 1817 eram “agricultores” (categoria que inclui todos os lavradores da terra, menos senhores de engenho), não estavam mais presentes no município em 1825, pelo menos com essa ocupação.¹¹ Mesmo assim, o afluxo líquido de pessoas livres para o Oeste paulista e especialmente para Campinas foi grande o bastante para provocar o rápido aumento da população. Em Campinas, o número de pessoas livres cresceu de cerca de trezentos, em 1776, para 3300, em 1829, e 17700, em 1874.¹² Entre esses migrantes havia trabalhadores europeus; entretanto, seu número na agricultura continuaria sendo pouco expressivo, comparado ao dos escravos, até o segundo quinquênio da década de 1880.

As experiências migratórias de Pedro e Lúcio não foram, portanto, atípicas. Tampouco o foi a maneira deles de subir na vida. Campinas era conhecida no Império como região de grande lavoura, com o açúcar dominando a economia até ser praticamente substituído pelo café em meados do século.¹³ Além disso, no entanto, era uma região de agricultura diversificada, orientada para o mercado interno. A produção comercial de gêneros alimentícios, feita por escravos, já é evidente nos censos da primeira metade do século.¹⁴ Após 1850, tal atividade recebeu mais impulso, ao mesmo tempo em que o café se impunha como o principal gênero de exportação. Nessa década, os preços dos gêneros alimentícios dispararam no Sudeste, aumentando mais do que os do café, do açúcar, e do escravo.¹⁵ Analistas da época atribuíam o fato à decisão dos senhores de *plantation* (em face do aumento do preço dos escravos após o fim do tráfico africano) de concentrar, mais do que antes, a força de trabalho cativa na grande lavoura. A explicação pode ser correta, mas ao mesmo tempo a carestia dos alimentos na década significava que quem quisesse dedicar-se à produção dos mesmos desfrutava de condições particularmente boas para comercializá-los.

O viajante Augusto-Emílio Zaluar observou, em 1860-1, que tanto os fazendeiros quanto os pequenos agricultores de



3. Um comboio de escravos é conduzido para a fronteira agrícola.
(Thomas Ender, 1817)

Campinas plantavam gêneros de primeira necessidade em “grande abundância” para o consumo local e para outros municípios. Além disso, ele indiretamente chamava a atenção para a produção diversificada de uma vasta área interiorana, ao caracterizar a parte urbana de Campinas — que concentrava, segundo ele, entre 5 mil e 6 mil habitantes — como “o entreposto entre Goiás, Uberaba, Franca e outras povoações do interior com a Corte”.¹⁶ As observações de Zaluar foram confirmadas por pesquisas recentes. No início da década de 1870, enquanto quase toda a força de trabalho cativa (93%) do Vale do Paraíba fluminense labutava no café, nos principais municípios do Oeste paulista voltados para esse produto apenas 27% dos escravos se dedicava a seu cultivo. As grandes fazendas do Oeste paulista, nessa altura, bem podem ter se tornado mais especializadas do que antes na produção de café; mas, em tal aspecto, provavelmente não sobrepujaram as grandes propriedades no Vale do Paraíba. Em todo caso, seria somente nos anos 1880 que o grau de especialização monocultora no escravismo do Oeste paulista atingiria o mesmo nível que o do Vale do Paraíba fluminense.¹⁷

SENHORES, ESCRAVOS E MOBILIDADE SOCIAL

É dentro desse contexto de economia florescente que Pedro e Lúcio elaboram suas estratégias de acumulação. A de-

4. Anúncios de escravos fugidos eram publicados diariamente nos jornais e criavam um clima de insegurança nas cidades. Em "Pai contra mãe", um dos textos mais dramáticos de Machado de Assis, um paupérrimo caçador de escravos, atrás da recompensa para alimentar seu filho, captura nas ruas do Rio de Janeiro uma escrava grávida em fuga. Espancada, a escrava acaba abortando. (Jornal do Comércio, 1851)

...LÚCIO, não se abando depois a reclamação alguma.

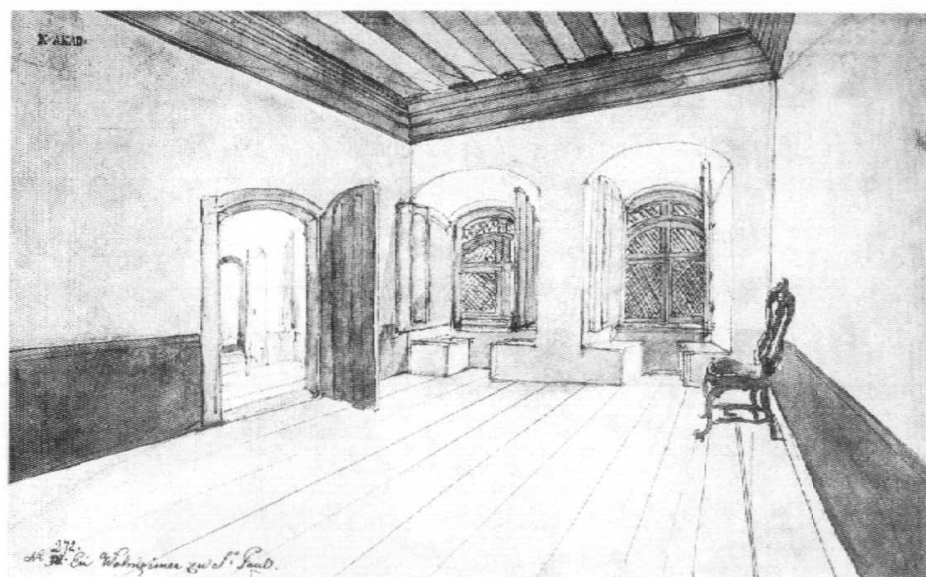


Fugio, da rua de S. Diogo n. 41, uma preta Mima, de nome Victoria, tem alguns cabellos brancos, cara redonda, cor retinta, vendia quitanda pode ter-se derivado disso; quem a apprehender ou der noticias sera gratificado, e protesta-se contra quem a tiver acoutada.

VENDE-SE uma negrinha de 15 annos, sabendo cozer e matar, e fisica de não ter visto algum...

cisão de Pedro de fixar-se na cidade de Campinas — para alugar os serviços de seus escravos ou trabalhar como empreiteiro de obras de taipa, quando não estava negociando cativos — testemunha as oportunidades abertas na época para os que dispunham de recursos. Lúcio, ao exercer inicialmente a profissão de carapina, sabia que a escolha de um ofício qualificado podia levar uma pessoa de poucos recursos a certa prosperidade. No censo de 1829, há vários “carpinteiros”, “alfaiates” etc. — alguns, inclusive, mulatos — que são pequenos proprietários de escravos. Mais tarde, a volta de Lúcio para Campinas, após receber sua herança, para empregar-se como administrador de uma propriedade alheia no início da década de 1850 e logo em seguida engajar-se na produção de alimentos, também é representativa das experiências de uma classe proprietária próspera, embora não “rica”. Lúcio, aliás, não deve ter sido o único agricultor de poucos recursos a aproveitar-se do sucesso da conjuntura dos anos 1850, provavelmente mais favorável do que os anos anteriores para a produção comercial de alimentos.

Entretanto, se Lúcio representa um certo grupo social, sua experiência não deve ter sido exatamente “típica” da sua época. Segundo estudo de Elizabeth Kuznesof focalizando a vila de São Paulo entre 1765 e 1836, as oportunidades de mobilidade social para pessoas de poucos recursos podem ter sido significativas no início do período (quando a zona vivia condições de fronteira agrícola), mas haviam se reduzido antes da década de 1830.¹⁸ Por outro lado, Hebe Mattos de Castro, em estudo sobre a província do Rio, chama a atenção para a crescente dificuldade de acesso do pequeno agricultor tanto a escravos quanto a terra no decurso do século XIX.¹⁹ Castro localiza o

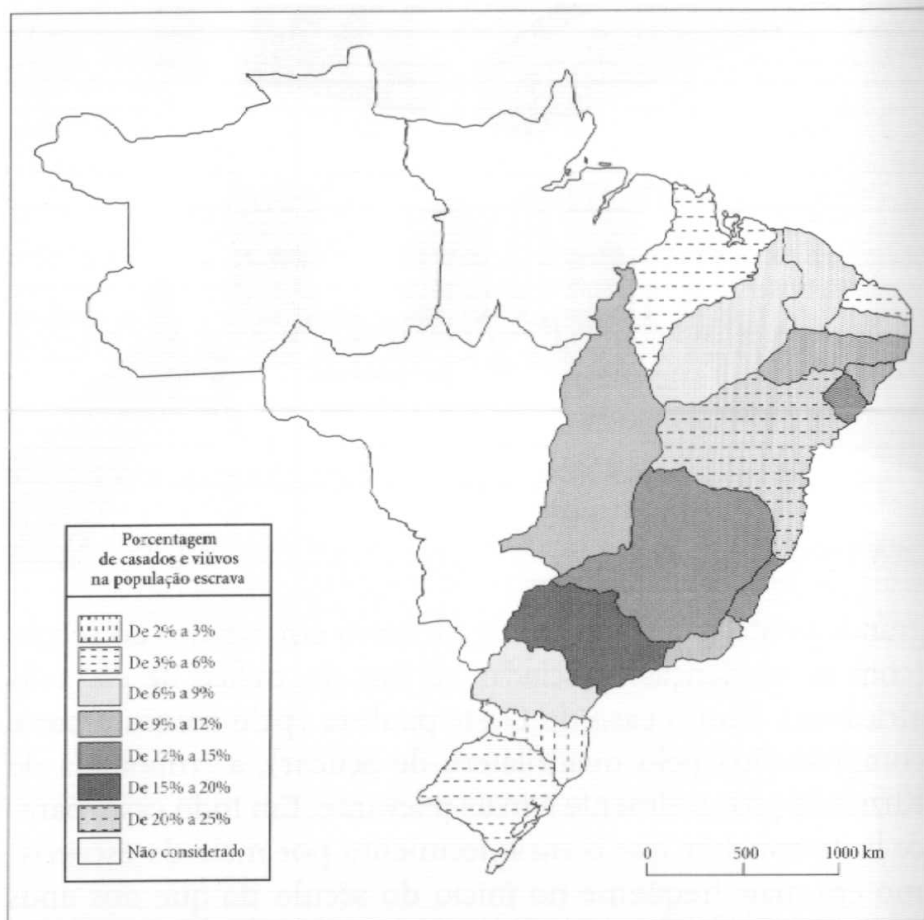


5. Apenas uma cadeira na vastidão da sala: no início do Império, o conforto era reduzido nas casas paulistas. (Thomas Ender, 1817)

grande ponto de inflexão desse processo em meados do século (com as mudanças associadas ao fim do tráfico de escravos africanos). Para o caso do Oeste paulista (pelo menos a parte compreendida pelo quadrilátero de açúcar), a cronologia de Kuznesof provavelmente é mais relevante. Em todo caso, parece lícito concluir que o enriquecimento por meio do escravismo era mais freqüente no início do século do que nos anos 1850-80, mesmo levando-se em conta a situação favorável para o produtor de alimentos nos anos 1850.

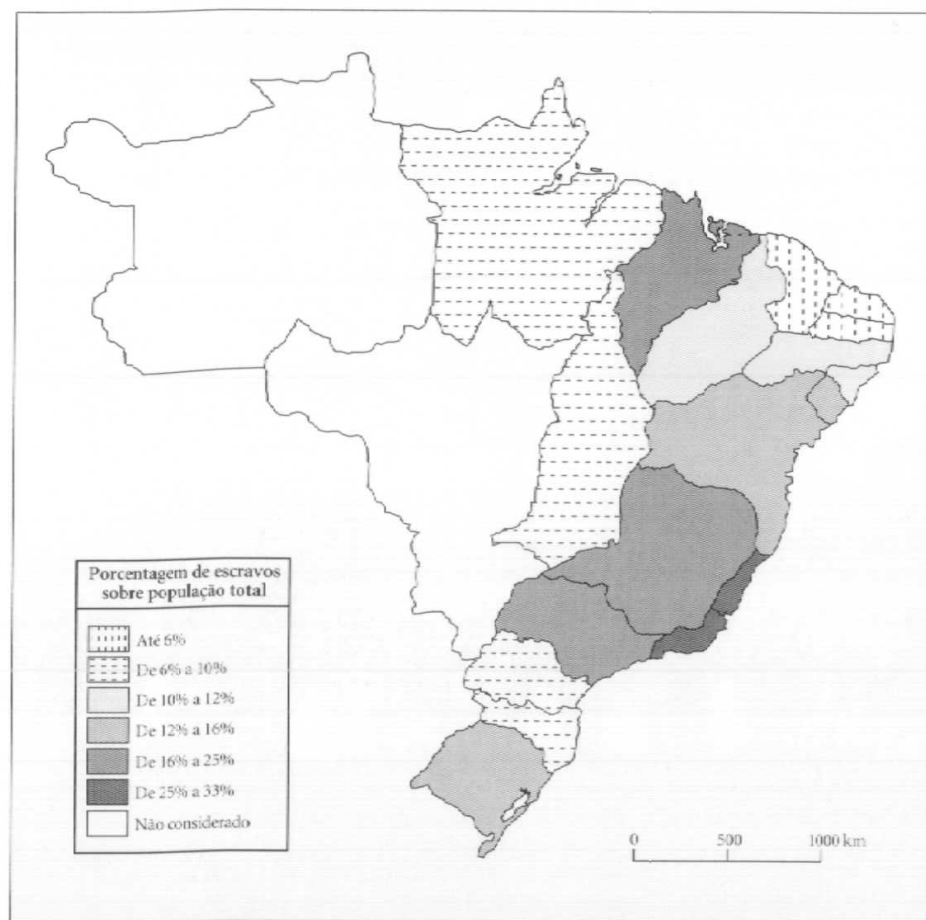
Por outro lado, ao longo de todo o período o *empobrecimento* de pequenos senhores de escravos deve ter sido bastante comum. São notórios os altos riscos enfrentados por pequenos agricultores quando decidem orientar a produção sobretudo para o mercado. Dados os seus poucos recursos, uma safra ruim ou uma queda nos preços de seus produtos pode facilmente levá-los à falência. Quando o pequeno produtor do século passado adquiria alguns escravos para aplicá-los na agricultura comercial, é provável que assumisse riscos especialmente grandes (ainda mais se contraía dívidas para isso), pois empataba recursos numa “máquina” produtiva que poderia desaparecer de uma hora para outra, dada a sua grande suscetibilidade à morbidez e à mortalidade, e a sua possibilidade de fuga.²⁰ Para os senhores médios, e em particular para os grandes, o risco do investimento era mais previsível — vale dizer, menor —, por ser passível de cálculo mediante princípios atuariais. Por exemplo, se a taxa bruta de mortalidade na população escrava era de 5% ao ano, um senhor de

6. A permissão dos senhores para o casamento de seus escravos podia funcionar como um instrumento de controle dos cativos: em caso de fuga, os familiares do fugitivo sofreriam represálias nas fazendas. No censo de 1872, a Bahia aparece com a maior porcentagem de escravos casados e viúvos. Talvez porque os senhores baianos tenham preferido vender para o Sul os escravos solteiros, guardando os casados, mais suscetíveis de ser controlados. (LED-Cebrap) (Ver Apêndice, tabela 9.)



duzentos cativos podia prever que mais ou menos dez deles iriam desaparecer por esse motivo num determinado ano e planejar os investimentos de acordo com tal estimativa. No outro extremo, a pessoa que comprava seu primeiro escravo jogava roleta-russa, apostando que a morte não levaria embora todo o seu investimento antes de este amortizar-se.

Essas considerações são relevantes para a avaliação dos dados sobre a posse de escravos no século XIX. Em Campinas, em 1872 como também em 1829, aproximadamente um terço dos fogos (domicílios) possuía escravos, o que pode dar a impressão de que a mobilidade social por meio da aquisição de cativos era bastante acessível. Entretanto, 64% dos fogos com escravos em 1829, e provavelmente uma proporção ainda maior em 1872, tinham menos de dez cativos.²¹ Dentro desse grupo de proprietários, a falência do projeto escravista — e a volta à condição de agricultor sem escravos (ou mesmo à condição de homem pobre sem terra) — deve ter sido um desfecho bastante comum. Um exemplo desse empobrecimento surge na documentação



7. Apesar da imigração portuguesa ocorrida após 1850, a área do Rio de Janeiro e do Espírito Santo ainda apresenta a mais forte proporção de escravos na população total no censo de 1872. (LED-Cebrap) (Ver Apêndice, tabela 10.)

sobre Pedro Gurgel Mascarenhas. Trata-se de um cliente de Pedro no mercado de escravos, um tal de João da Silva, acionado por Lúcio em 1847 por não saldar a dívida ao espólio de seu pai. Silva antes tivera “bens de Pais, Escravos, o que tudo lhe foi tirado por dívidas”. Já, na época do processo, seus “únicos bens” são uma escrava e o filho da mesma, justamente a propriedade requisitada por Lúcio para o pagamento de parte da dívida ao seu falecido pai.

O caso é apenas ilustrativo, pois histórias de enriquecimento de pequenos senhores também podem ser apontadas.²² Entretanto, dados sobre a “cor” dos proprietários de escravos em Campinas reforçam a tese de que os canais de mobilidade entre os grupos sem e com escravos, e entre as categorias de pequenos e médios senhores, eram restritos. Em 1829, apenas 8,6% dos proprietários de um a nove cativos e 3,6% dos proprietários de dez a dezenove cativos, não eram registrados como “brancos”. Entre senhores de mais de vinte escravos, não havia nenhum que não fosse “branco”. Do total de vinte proprietários descritos como de tez escura, de-



8. Os escravos partem para mais um dia de trabalho na roça vigiados pelo seu senhor. (Victor Frond, 1861)

zenove eram “pardos” e apenas um era “negro” (um carpinteiro, dono de dois ajudantes). Ora, na localidade o mesmo censo identifica 31% da população livre como “pardo” e “negro”.²³ Há provavelmente sub-registro dos não-brancos, em particular na classe senhorial, em que questões de status pesavam mais, e muitos pardos e negros teriam tido motivo para assumir uma cor mais clara. Mesmo assim, parece lícito supor que não muitos negros ou mulatos escuros teriam sido identificados como “brancos”. Desse modo, relativamente poucos mulatos conseguiam tornar-se senhores médios e grandes, e pouquíssimos negros e mulatos escuros entravam no rol dos pequenos donos de escravos.²⁴ Ao fim e ao cabo, Lúcio, um “mulato” com 23 escravos no final da vida, era uma exceção em Campinas. É possível que devesse boa parte de sua acumulação de propriedade à herança paterna, ou seja, à casualidade de seu pai falecer sem cônjuge e filhos legítimos, o que não era a norma entre os senhores de escravos. Os dados sobre cor, portanto, combinam com nossa aná-

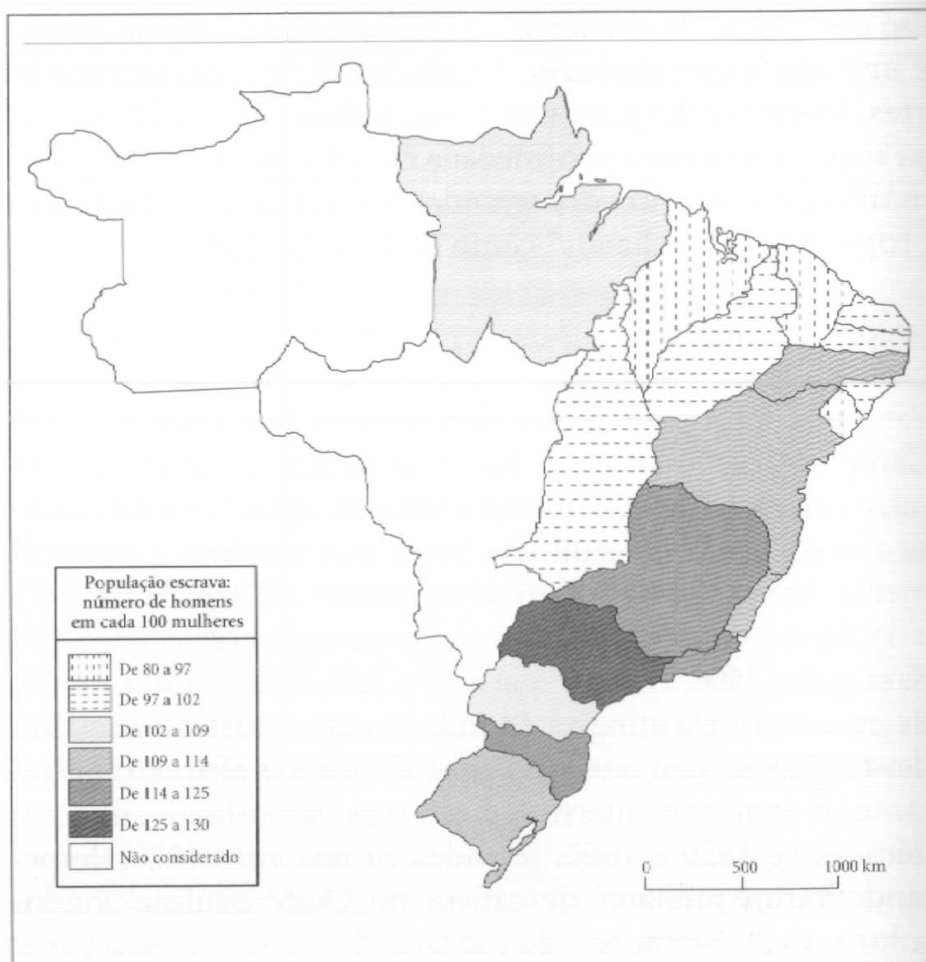
lise da “lógica” da situação dos modestos senhores de cativos e impõem uma conclusão. Relativamente poucas pessoas livres, nascidas com poucos recursos, teriam conseguido vencer os riscos da pequena propriedade em escravos e criar o patrimônio característico dos grandes senhores, ou mesmo dos proprietários “medianos” como Pedro e Lúcio.

MIGRANTES CATIVOS

Qual foi a experiência dos escravos nessa história? Em Campinas, como no quadrilátero de açúcar de um modo geral, a expansão da agricultura comercial após 1790 não trouxe apenas homens e mulheres livres, mas também, e especialmente, um grande número de migrantes cativos. Entre 1779 e 1829, a população escrava do município cresceu de 156 para quase 4800. Em 1872, já com o café como a força motriz da economia, ela atingira 14 mil. A maior parte do aumento desde 1829 se deu antes do final do tráfico africano. Entretanto, o comércio interno de escravos, já bastante ativo nas décadas de 1850 e 1860, recrudescer nos anos 1870, despejando vários milhares de cativos no Oeste paulista, vindos sobretudo do Nordeste e do Rio Grande do Sul. Foi só a partir de 1881, com a alta tributação sobre o tráfico interno para o Sudeste e a crise política da escravidão, que os fazendeiros voltaram-se para trabalhadores imigrantes. Sua mudança de atitude coincidiu com uma queda nos preços agrícolas na Itália, que expeliu de lá um grande número de trabalhadores do campo. Como resultado, uma enorme corrente de “colonos” italianos entrou em São Paulo nos últimos anos de 1880, possibilitando uma transformação rápida na força de trabalho, sem grandes transtornos para os fazendeiros.

A estratégia de inundar o mercado de trabalho de “estrangeiros” representou, de certa forma, uma volta à solução encontrada na primeira metade do século. Até 1850, o tráfico transatlântico de escravos introduziu um enorme contingente de africanos no Oeste paulista, como, aliás, no Sudeste em geral. Por causa disso, e também das taxas relativamente baixas de fecundidade na população cativa, o trabalho escravo na grande lavoura do Sudeste, antes de meados do século, era quase literalmente uma escravidão africana. Por exemplo, em treze localidades paulistas de economias variadas em 1829,

9. Destino do tráfico interno de escravos, São Paulo compra no Norte sua mão-de-obra para o duro trabalho no preparo e no plantio das fazendas de café, e por isso aparece como a província que tem a maior proporção de homens escravos. (LED-Cebrap) (Ver Apêndice, tabela 11.)



65% dos escravos adultos (acima de quinze anos) eram africanos.²⁵ Em Campinas, lugar bastante típico dos municípios de grande lavoura da época, essa cifra atingia 80%. Nas propriedades maiores, a taxa de africanidade era ainda mais alta; em Campinas, no ano de 1829, 89% dos adultos em posses com dez escravos ou mais provinham da África.²⁶

Após 1850, a mortalidade entre os africanos, ao lado da introdução cada vez maior de escravos “crioulos” (nascidos no Brasil) via tráfico interno, reduziu rapidamente a presença de “estrangeiros” na população cativa. Mesmo assim, havia, ainda em 1861, uma proporção bastante alta de escravos adultos africanos em Campinas — e provavelmente também na propriedade de Lúcio. Além disso, boa parte dos escravos crioulos acima de quinze anos, tanto no município quanto no espólio de Lúcio, eram filhos de africanos. Enfim, pouco mais de uma geração antes da Abolição, os cativos da região, como no resto do Sudeste, não estavam muito distantes no tempo de suas raízes culturais na África.

No tráfico de escravos para o Sudeste e sobretudo para o Oeste paulista, tanto antes quanto depois de 1850, os homens predominavam largamente sobre as mulheres. Na compra de cativos, os pequenos proprietários rurais parecem ter tido menos preferência por escravos masculinos do que os grandes. Os proprietários urbanos, porém, pelo menos aqueles engajados em atividades que “exigiam” mão-de-obra masculina (tropeiros, por exemplo, além de taapeiros como Pedro), tinham poses em que o superávit de homens era especialmente grande. Ao morrer, Lúcio — talvez por ser herdeiro de Pedro — tinha um grande excesso de homens sobre mulheres entre seus escravos adultos, mesmo para os padrões de Campinas.²⁷

Isidoro Gurgel Mascarenhas, o filho de Lúcio, nasceu em Campinas em 1850. Como sua mãe, Ana, era escrava, ele teria começado a vida no cativeiro se o pai não o tivesse libertado na pia batismal. Lúcio, na época, não assumia a paternidade da criança, registrada pelo pároco como sendo de “pai incógnito”. Tampouco se identificava como o progenitor de outros dois filhos e de uma filha, nascidos de suas escravas entre 1851 e 1858, e também batizados como livres. Entretanto, no testamento, elaborado pouco antes de sua morte em 1861, Lúcio reconheceu Isidoro, essas outras crianças e dois meninos mais velhos que não foram batizados em Campinas. E deixou-lhes toda a sua propriedade: “sou solteiro, nunca contrai matrimônio e meus Pais são ambos falecidos. Declaro que tenho seis filhos naturais [...] e os instituo por meus herdeiros, os quais estão no meu poder e os criei”.

A “generosidade” de Lúcio para com os filhos pode ter nascido de reflexões sobre sua própria experiência. Como vimos, ele mesmo era filho natural mulato, reconhecido pelo pai apenas quando este estava moribundo, e sua mãe provavelmente tinha origens humildes, se não fosse escrava. Mas, se Lúcio se reconhecia nos filhos, ele não foi magnânimo com as mães deles.

Sabemos, por meio de uma declaração feita por seu inventariante, que havia quatro dessas mulheres. Em prestações de contas apresentadas pelos tutores dos filhos e nos assentos de batismo, consta que três das mães eram escravas chamadas Rufina, Ana e Maria, e que pelo menos esta última era

ESCRAVOS.

Vende uma peçoca chegada da pousa do Norte, bonitos e moços, entre elles notão-se um official de ouzivas, uma bonita crioula, uma parça de 18 a 20 annos com habilitações, um preto pároco e fôrteiro, um bonito parço de 17 annos, optimo para pagem, e mais pretos e moleques; na rua da Alfândega n. 278.

COMPRA-SE uma cria de peito; na rua da Assembléa n. 78.

10. Anúncio de escravos chegados do Norte. O comércio interprovincial deslanchou nos anos 1850, após o final do tráfico atlântico. Trazendo para o Centro-Sul escravos ladinos do Norte, esse movimento prenuncia a influência cultural da fala e dos costumes nordestinos no Rio e em São Paulo. (Jornal do Commércio, 1854)

“crioula”. As relações sexuais de Lúcio com Maria e com Rufina duraram (ou, se interrompidas, demarcaram) um período substancial; cada uma dessas mulheres lhe deu duas crianças: Maria no espaço de cinco anos, Rufina provavelmente no período de um ano a 22 meses.²⁸ Isidoro, o filho de Ana, nasceu entre os dois filhos de Rufina e num intervalo de apenas meses, o que pode indicar que Lúcio tenha mantido relações com as duas mulheres simultaneamente. Já os filhos de Maria nasceram depois, o último em 1858, apenas três anos antes de Lúcio redigir o testamento.

Apesar de sua intimidade com essas escravas, Lúcio manteve pelo menos duas no cativeiro. Em 1861, Maria e Ana foram avaliadas como parte de seu espólio. Foram descritas como costureiras e cozinheiras. Rufina não aparece nos documentos do inventário, e é possível que Lúcio a tenha libertado. Se assim procedeu, ele não lhe deixou nada no testamento. Aliás, nenhuma dessas mulheres foi sequer mencionada no documento. Tal silêncio sugere que ele se interessava em esconder as origens maternas de suas crianças, agora que se identificava como o pai, assim como preocupava-se em não revelar sua paternidade nos assentos de batismo, onde identificou as mães como escravas.

A aparente despreocupação de Lúcio pelas mães de seus filhos contrasta com a solicitude dele para com outros cativos. No testamento, Lúcio excluiu quase um quinto de seu espólio da herança deixada para os filhos, destinando-o a outras finalidades (missas para o bem de sua alma, “esmolas” para pessoas pobres), e especialmente para alforrias. Estipulou que sete dos 23 escravos deveriam ser libertados sem condição após sua morte. Entre eles estava uma mulher casada e suas cinco crianças, todos do mesmo pai cativo. Além disso, outra pessoa recebeu alforria durante o inventário: uma mulher que Lúcio libertara em 1847, na condição de que esta lhe prestasse serviços até ele morrer.

Em tal contexto, o fato de ter deixado as mães de seus filhos no cativeiro sugere que a relação de Lúcio com essas mulheres não se caracterizava mais por laços de afeto ou de reciprocidade de favores. Não há informações que indiquem o conteúdo das relações entre Lúcio e as escravas, e suas mudanças ao longo do tempo. Outras duas histórias, contudo, ajudam a mapear o terreno em que se davam os encontros íntimos entre senhores e mulheres cativas.

ENCONTROS ÍNTIMOS

Em junho de 1872, o rábula negro Luís Gama dirigiu um requerimento ao presidente da província de São Paulo em nome do escravo Serafim, casado, com dois filhos, morador em Jacareí. Na representação, Serafim reclamava que “mais de uma vez [...] impediu os atentados libidinosos do seu senhor” contra sua esposa, Romana, correndo com isso perigo de vida. Finalmente fugira com Romana, seguindo a sugestão da mulher do proprietário. Esse “ato de prudência”, todavia, “nada garante ao suplicante a sua segurança de vida, nem à sua esposa o pudor”, porque seu senhor “procurou-o tenazmente, dizendo *que o há de matar porque precisa da crioula Romana para sua manceba!*” (grifos no original).²⁹

Na segunda história, outra desavença conjugal leva uma senhora de escravos a denunciar o marido, porém sem proteger a protagonista cativa. No ano de 1887, em Vassouras, província do Rio de Janeiro, a fazendeira Maria José pede na justiça o embargo de sua propriedade e da de seu segundo marido, Antônio, anunciando que também pretende levantar contra este uma ação de “divórcio e separação perpétua de pessoa e bens”.³⁰ Acusa o marido de ter dissipado a fortuna dela, de ter se apoderado ilegalmente da herança paterna de suas filhas do primeiro casamento e de haver cometido adultério.

Segundo as testemunhas no processo, a “outra mulher” no caso é uma ex-escrava e ex-mucama de d. Maria José, chamada Marcelina, que Antônio libertara e “com quem [ele] gastava, tendo-a na Corte”, até pouco tempo antes. Como prova da acusação de infidelidade, d. Maria José apresenta à justiça uma carta de Antônio e uma fotografia de Marcelina: documentos que aparentemente lhe foram entregues pelo representante comercial de Antônio na cidade do Rio, por quem passava a correspondência entre este e a amante.³¹ A carta, sem dúvida, é comprometedora:

Marcelina,

Você como tem passado meu bem? Estou com muitas saudades de Você, e ainda não fui dar-lhe um abraço porque estou na roça, feitorando outra vez [...]

Adeus, minha negra, recebe um abraço muito e muito saudoso, e até breve. O frio já está apertando, e faz-me

11. O velho acaricia a mucama que lhe traz um copo d'água.
A coabitação dos cativos e criados domésticos com seus senhores altera o quadro da vida privada.
(A Semana Ilustrada, 1865)



lembrar das noites da barraca com uma saudade que me põe fora de mim; está bom, não quero dizer mais nada por hoje, se começo a me lembrar de certas coisas, em vez desta carta vou eu mesmo, e hoje eu não posso sair. Outra vez Adeus, e até lá.

A fotografia de Marcelina, é uma típica *carte de visite*, um pequeno retrato feito para ser dado a amigos como lembrança, comum na época.³² Contudo, é um documento iconográfico extraordinário: a imagem de uma “Xica da Silva”, que melhorou de condição social, talvez pela dor e humilhação, talvez pelo cálculo e complacência. A ex-escrava aparece numa pose típica da época. Há retratos de baronezas usando roupa de estilo semelhante, posicionando-se de maneira idêntica e segurando, também, um leque na mão.³³ Os acessórios decorativos da fotografia — um pano de fundo pintado com folhas e o tronco de uma árvore — poderiam dar a impressão de terem sido escolhidos para lembrar as origens rústicas dessa mulher. No entanto, recursos do

tipo são comuns nos estúdios do período e há retratos até de d. Pedro II e da imperatriz Teresa Cristina posando em cenários semelhantes, embora muito mais elaborados e “bonitos”.³⁴

Marcelina (ou o fotógrafo) provavelmente teve a intenção de aproximar sua pessoa à sociedade fina, utilizando acessórios que estavam em moda para não lembrar seu passado de ex-escrava. Afinal, a firma de Carneiro e Gaspar, antecessora do estúdio de Carneiro e Tavares, onde Marcelina foi retratada, costumava promover seus serviços com anúncios que diziam: “Hoje em dia, quem não gostaria de mandar um voto de afeto a seus amigos, na forma de um retrato? [...] Até pessoas ordinárias [parecem] [...] descender de Apolo e Vênus”.³⁵

As duas histórias, à primeira vista, parecem bem contrastantes: de um lado, a imagem crua de uma tentativa de estupro; de outro, o retrato de uma relação travada com a anuência de ambas as partes e, aparentemente, não desprovida de afeto (pelo menos da parte masculina). Entretanto, delineia-se aqui, no conjunto dos dois casos, o campo perigoso de força e favor em que a mulher escrava se movia.

Marcelina, antes de aproveitar (ou sofrer) “as noites da barraca” com Antônio, tinha decerto alguma idéia dos “prêmios” que poderia ganhar com isso. Prêmios tanto mais atraentes quanto mais era precária sua situação de escrava. Por outro lado, com certeza sabia algo também sobre o que poderia acontecer se contrariasse os desejos de Antônio. Não que seu senhor necessariamente partisse, nesse caso, para o estupro. Ele pode não ter tido a índole para isso. Ou, se tivesse, pode ter sido dissuadido do ato (ao contrário do proprietário de Serafim e Romana) pelo apoio que a mulher escrava eventualmente mobilizasse na senzala. Em todo caso, é certo que ele tinha à sua disposição outras represálias eficazes contra escravas “desobedientes”, desde os conhecidos castigos físicos à retração de favores.

Em *Mocidade de Trajano* (1871), romance do visconde de Taunay ambientado em Campinas, uma escrava doméstica expressa o medo de sofrer esse segundo tipo de disciplina se contrariar a vontade de sua proprietária. Em conversa com o pai, ela afirma a decisão de unir-se a um escravo, seu parceiro, mesmo que a senhora dela não consinta no casamento



12. A ex-escrava Marcelina, amante do marido de sua ex-senhora. Ao processo civil de anulação de casamento movido contra seu marido adúltero, a esposa enganada anexou esta fotografia da rival. (Foto de Carneiro & Tavares, c. 1880)

e tome represálias: “eu não posso mais resistir, se minha senhora não me der licença, com certeza tenho de ir trabalhar na roça e de passar por uma grande vergonha”.³⁶ Da mesma forma, Marcelina, mucama de sua senhora, deve ter avaliado não apenas os favores que poderia ganhar, mediante uma relação com Antônio, mas também o perigo de sofrer violências ou a perda de favores já conquistados. E, no limite, a condenação ao trabalho duro no eito. O perigo existia, dissesse ela “sim” ou “não” a seu senhor. Pois, se não provocasse o desgosto dele, provocaria o de d. Maria José, caso o adultério viesse à luz.

Nesse mesmo mundo de força e favor, de perigos e prêmios não gratuitos, encontravam-se as escravas de Lúcio Gurgel Mascarenhas. Assediadas ou não pelo senhor delas, Ana, Maria e Rufina “negociaram” seus termos de rendição ou de convivência com ele. Ao contrário de Marcelina, não obtiveram, com isso, a alforria (com a possível exceção de Rufina). Viram suas crianças, é verdade, transformarem-se em herdeiros de Lúcio. O fato em si, contudo, não lhes garantiu a permanência junto aos filhos nem a liberdade. Após a morte de Lúcio, Ana e Maria correram certo risco de ser vendidas. E, mesmo depois de se tornarem escravas dos filhos, continuaram a ser tratadas durante anos pelos tutores destes como cativas de fato, não apenas na lei.

Lúcio especificara no testamento que seus filhos não poderiam alienar a parte deles na herança de maneira nenhuma até entrarem no “uso da razão”, e mesmo assim poderiam apenas “vender terra para os outros herdeiros, com a permissão de seus tutores”. Entretanto, o inventariante do espólio — Antônio Joaquim de Sampaio Peixoto, associado de Lúcio e de seu pai desde longa data — era da opinião de que “a legítima [paterna] lhes é devida [aos herdeiros] por Direito, uma vez que foram reconhecidos” e, portanto, a cláusula de inalienabilidade no testamento não teria validade. Além disso, argumentava que o interesse dos herdeiros era vender a maior parte do espólio e converter sua herança em dinheiro. “Aos herdeiros não convêm” os bens de raiz do espólio, dizia ele: nem o terreno urbano, que “não dá rendimento”, nem o



13. Enquanto o rapaz aborda a criada, aqui representada numa atitude brejeira, a donzela se escandaliza. Durante gerações o assédio das escravas e depois das criadas por parte dos rapazes constituiu prática corrente e banal. (A Semana Ilustrada, 1865)

sítio, “cujo custeio é muito difícil atento à idade dos mesmos [herdeiros]”. Tampouco “lhes convêm os escravos, não só pelo perigo da mortalidade, como pela dificuldade do custeio, e porque quando os herdeiros chegarem à idade maior já os escravos estão velhos”.³⁷

Depois desse raciocínio frio e calculista, despreocupado do bem-estar ou da sensibilidade dos escravos, Sampaio Peixoto propôs que Ana e Maria fossem excluídas da venda. Ao explicar por quê, manteve o silêncio de Lúcio no que diz respeito à relação dessas mulheres com os herdeiros: “julgo [...] que a humanidade e a boa razão [grifos meus] exigem que ao herdeiro Isidoro se dê em quinhão a escrava Ana, de 1:400\$, e aos herdeiros Eufrásia e Martiniano se dê a escrava Maria de 1:800\$”. Ora, Isidoro era filho de Ana, assim como Eufrásia e Martiniano eram filhos de Maria. Sampaio Peixoto também julgava “conveniente que não vá à praça o escravo Francisco Velho, avaliado por 400\$, cuja mulher e cinco filhos ficaram libertos, visto que este escravo trata de arranjar o dinheiro para obter sua liberdade, o que me parece muito razoável”.

A justiça aceitou todas as recomendações do inventariante. Treze escravos foram postos à venda, em leilão público. Francisco Velho permaneceu junto à família para tratar da sua liberdade. E Ana e Maria, por motivos de “humanidade” e de “boa razão”, viraram escravas dos próprios filhos.

A MÃE

Era meado de 1861 e a vida espelhava-se na arte; pouco mais de um ano antes havia estreado no Rio de Janeiro a peça de José de Alencar, *Mãe*.³⁸ Alencar contava uma história mais melodramática: o senhor moço, no caso, herda (e vende) a mãe cativa sem sabê-lo, descobrindo o parentesco apenas no último ato, que termina no suicídio da escrava. Entretanto, apesar dessas e de outras diferenças, a trama básica de Alencar é a mesma que a do drama encenado em Campinas. Um jovem recebe a própria mãe na herança paterna e concede-lhe carta de alforria quando chega à maioridade.³⁹

Na época da herança em Campinas, Isidoro tinha quase onze anos, Eufrásia oito, e Martiniano dois. Como eram menores, a lei não lhes permitia tomar decisões a respeito de sua propriedade. Mas também restringia o poder dos tutores deles, nomeados pela justiça, e do juiz de órfãos. Incumbidos de proteger os interesses econômicos dos tutelados, esses homens aparentemente não tinham autoridade de alienar sua propriedade. Nenhum deles sequer sugeriu a possibilidade de libertar Ana ou Maria, pelo menos por escrito. Um dos tutores, é verdade, se preocupara com a situação estranha de sua tutelada Eufrásia. Em novembro de 1865, ele declarou à justiça que “este [tutor] tem entendido não dever trazer para sua casa a mãe [Maria] como escrava da filha, o que parece um ato contra a natureza”. Todavia, não propôs à justiça que a meia parte que sua tutelada dispunha sobre a propriedade da mãe fosse renegada, a favor do princípio da liberdade. Simplesmente, disse que cabia ao tutor das outras crianças, em cujo poder Maria estava, prestar contas a respeito dela ao juiz. Além disso, quando os tutores responsáveis por Ana e Maria apresentaram suas prestações de contas, aquiesceram no fato de que as duas mulheres eram escravas. Insistiram em tratá-las no processo como a lei da propriedade exigia. Ana e Maria eram semoventes, tinham conhecimentos como ser-

ventes domésticas e um alto preço de mercado. Para os tutores, essas considerações parecem ter predominado. A lei exigia que a propriedade de seus tutelados fosse administrada para produzir renda. Como consequência, o primeiro tutor, o próprio inventariante Sampaio Peixoto, alugou Ana e Maria para terceiros durante dezoito meses, entre 1861 e 1863.

O tutor que o substituiu em meados desse ano continuou a prática. Quando não foi possível alugar as mulheres, os dois homens sentiram a necessidade de justificar o fato ao juiz. Dessa forma, em 1865 o segundo tutor manteve Ana (na época com trinta anos) durante sete meses “em minha casa, não só por não poder conservá-la fora visto ter sido fujona, mas também por haver andado incomodada com dores de peito, uma espécie de magreza, tosse com lançamento de sangue, e isto depois que sofreu as bexigas [varíola], de modo que a tenho medicado e conservado com pouca dieta e tem sido melhorado”. O tutor notou ainda que “esta negra não tem bom comportamento, pois tem sido fujona e bebe não pouco”.

Retrata-se a precária situação de saúde da população cativa. As taxas de mortalidade escrava em Campinas no período sugerem uma expectativa de vida, ao nascer, de dezenove a 26 anos, ou de mais 34 a 38 anos para quem conseguia chegar aos dez anos de idade.⁴⁰ Vislumbra-se, ainda, as práticas médicas da época: um flagelo não apenas para escravos, mas também para pessoas livres. Nesse caso a receita era de “pouca dieta”, a qual certamente não curou Ana de sua “magreza”. Em outros casos podia ser a sangria — como numa fazenda em que o barbeiro aparecia com alguma frequência para aplicar “bichas” (sanguessugas) em escravos doentes.⁴¹

Acima de tudo, as observações do tutor sugerem o quanto Ana se ressentia de sua condição. Nessa altura, ela não procurava mais, se alguma vez o tivesse feito, moldar seu comportamento para ganhar favores. Entre julho de 1863 e dezembro de 1865 ela fugiu duas vezes de um dos locatários de seus serviços, o padrinho de batismo de outra filha dela, nascida em 1852 e não liberta. Ana já tinha razões de sobra para não compactuar com os favores senhoriais. Entretanto, como veremos, não era a única entre os escravos a agir de maneira contestatória, mesmo porque a resistência, mantida dentro de certos limites, também podia “amolecer” os man-

datários. Quando Ana fugiu pela segunda vez do compadre, “reaparecendo” somente um mês depois, conseguiu ser transferida para outro empregador.

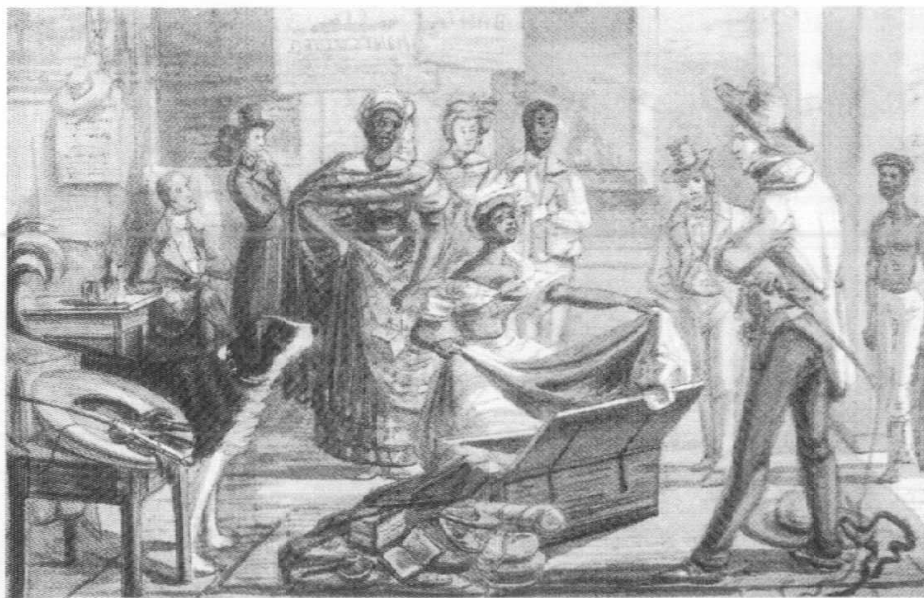
A partir do final de 1865, nem Ana nem Maria foram mais alugadas. O tutor justificou o fato ao juiz, culpando a má saúde das duas. No caso de Ana, o “mau comportamento” talvez tenha contribuído à decisão. É bem possível, também, que Isidoro e Eufrásia, já adolescentes, tenham começado a interceder junto aos tutores para suavizar o tratamento dado às suas mães. No entanto, não há sinal disso no discurso dos tutores. Quando um dos empregadores de Ana e Maria foi à falência em 1863, privando Isidoro e os irmãos dos aluguéis devidos, o inventariante declarou que “os interesses dos [...] [menores] foram prejudicados”. Em nenhum momento se sugeriu que a própria “locação” dessas mulheres feria os interesses dos filhos.

O fato, esdrúxulo para as sensibilidades de hoje, provavelmente tem uma explicação simples. Se, nessa história, o discurso na justiça permanece dentro de limites estreitos, a causa está na longa recusa senhorial de deixar a lei positiva invadir o terreno do favor. Manuela Carneiro da Cunha e Sidney Chalhoub já mostraram o quanto os senhores se opunham a conceder ao escravo no código escrito o direito de redimir-se do cativo mediante a apresentação de seu valor de mercado. Na ótica escravista, qualquer direito desse tipo minaria a base do sistema de domínio, ao restringir a vontade senhorial. Era necessário que a alforria pudesse ser representada pelo senhor sempre como concessão ou dádiva, mesmo quando a “graça” cruzava com dinheiro na outra mão.⁴² Pelas mesmas razões, recusava-se o direito à liberdade à escrava amancebada com o senhor ou ao parente cativo do mesmo.

Não que tivessem faltado propostas nesse sentido. José Bonifácio em 1825, Muniz Barreto e Frederico Burlamaqui na década de 1830, indicaram a necessidade de uma lei que alforriasse a mãe escrava e o filho tido com o senhor. O jurista Caetano Soares faria o mesmo em 1845 e 1851. O Instituto dos Advogados Brasileiros, por iniciativa do jurista Perdigão Malheiro, se manifestou enfaticamente a favor de uma interpretação da lei existente que reconhecesse esse di-

reito. Pelo menos para o filho do senhor, ou para qualquer parente cativo do mesmo. Em 1866-7, Perdigão Malheiro reiteraria essa opinião em seu importante tratado, *A escravidão no Brasil*.⁴³ Apesar de toda essa fermentação, expressando o repúdio dos altos meios jurídicos à manutenção da escrava amante do senhor e do próprio filho ou qualquer parente deste no cativeiro, muito pouco foi feito para proibir ou amenizar tais aberrações. Os legisladores não resolveram o problema com novas leis. Ao mesmo tempo, a jurisprudência existente não se prestava facilmente à interpretação que Perdigão Malheiro e seus colegas queriam imprimir-lhe. Em consequência, os Tribunais de Apelação negaram de modo enfático a essa “família escrava” do senhor o direito à liberdade. Primeiro num Acórdão de 1855, e mais uma vez em 1873.⁴⁴ Segundo o texto de 1855, “o ajuntamento ilícito do senhor com a escrava não é razão suficiente que importe a liberdade da escrava e dos filhos posteriores ao ajuntamento ilícito, depois da morte do senhor”.

Em 1874, o Tribunal da Relação de São Paulo derrubou uma sentença na comarca de Amparo, baseada no Acórdão de 1855, num caso quase idêntico ao de Ana e Maria e seus filhos menores. Reconheceu o direito da mãe escrava à liberdade, ainda mais porque seu filho-proprietário e o tutor do mesmo não se opunham à ação.⁴⁵ Ao que parece, a decisão não teve muito impacto na jurisprudência, pois outro Acórdão em 1875, do Tribunal da Relação de Ouro Preto, reitera-



14. Menina negra que, havendo comprado sua liberdade, fora acusada de roubo sob a ameaça do chicote. (Paul Harro-Harring, 1840)

ria as decisões anteriores de 1855 e 1873.⁴⁶ Em 1880, um renomado jurista ainda reafirmaria o argumento de que a lei existente não favorecia a liberdade de familiares cativos do senhor. Citaria como base de sua opinião todos os acórdãos mencionados, *menos* o de São Paulo de 1874.⁴⁷ Três anos depois, o Tribunal da Relação de Pernambuco declararia improcedente o processo contra um senhor acusado de estuprar uma menina escrava, revelando em seu parecer a dificuldade em mudar a lei ou reinterpretá-la: “se o legislador tivesse em mente punir [...] os estupros praticados pelos senhores em seus escravos menores de dezessete anos, dando nesses casos o direito de queixa aos promotores públicos [...] seguir-se-ia que iguais direitos teriam os promotores [...] de se queixarem pelos escravos em referência aos senhores todas as vezes que se tratasse de alguma outra ação [...] criminosa [...] do que resultariam milhares de processos em perigo para a sociedade”.⁴⁸

Em suma, a peça de Alencar, *Mãe*, provavelmente já expressava um consenso bastante amplo de que casos do tipo retratado atentavam “contra a natureza”, como diria tanto o tutor de Eufrásia, quanto Perdigão Malheiro.⁴⁹ Aliás, Alencar deve ter se inspirado nas resoluções sobre o assunto do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB, futura OAB) em 1859, justo o ano em que ele escreveu a peça.⁵⁰ Afinal, não apenas era sócio do Instituto, mas advogara como assistente de Caetano Soares no início da década de 1850, e a partir do começo de 1859 ocupava os cargos de chefe de seção e consultor do Ministério da Justiça, em que, por obrigação, teria estado atento aos debates jurídicos.⁵¹ A confirmação da natureza *política* de *Mãe* é que o drama está ambientado na corte no início de fevereiro de 1855. Justamente na cidade, no mês e talvez, no que se refere ao último ato, no *dia* (6 de fevereiro) do Acórdão infame desse ano, tão combatido pelo IAB quatro anos mais tarde.⁵²

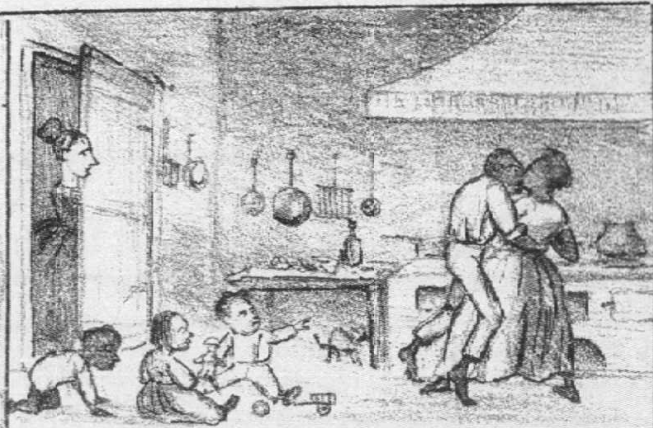
O suicídio da mãe escrava, que receava ser desprezada pelo filho por ter sido cativa, reveste-se, portanto, de um sentido metafórico: é a esperança de liberdade de todas as escravas na sua situação que é assassinada pelo Acórdão. Se com a peça *Mãe* o consenso moral em torno dessa questão saiu dos gabinetes dos juristas e invadiu o espaço da cultura, ele não produziu um avanço legislativo sobre o assunto, nem uma mudança na aplicação da lei existente. A força política

15. Agostini satiriza a vida doméstica dos paulistas: a moral familiar é ameaçada de dentro, pelos escravos, e de fora, pelos janotas que se servem do moleque de recados para aproximar-se da sinhazinha. (A. Agostini, Cabrião, 1867)

Costumes paulistas



O Sr. F, sua mulher, e seus 3 filhos



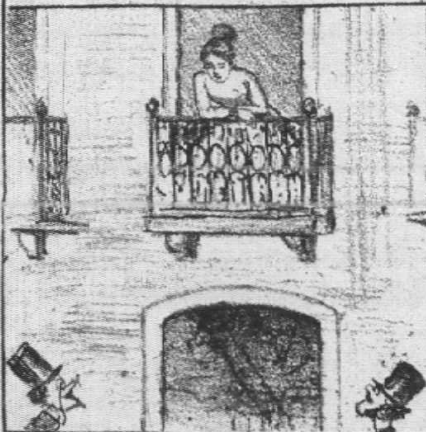
Primeiras lições de moralidade que recebem seus filhos por estarem onde não deverião estar



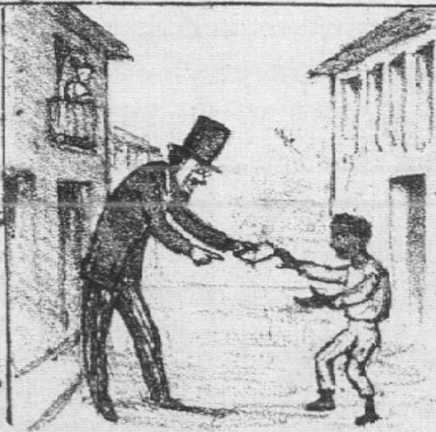
O Sr. F mandou chamar um maestro, p. que sua filha sabia bem tocar, o que faz o desapego da vizinhança



O menino e a menina são postos no collegio por serem muito travessos, e levados do diabo



S. Mica, que se aborreceo logo do piano, descobrio, que estar a janella era mais aprazivel. Ja tem 2 namorados.



O namorado mais curado, faz do moleque da casa, seu mercusio



Com a primeira carta, quasi desmaiou de gosto

dos senhores ainda era, e continuaria a ser por bastante tempo, uma barreira forte contra uma reforma na área, que na verdade explodiria as bases do poder privado.

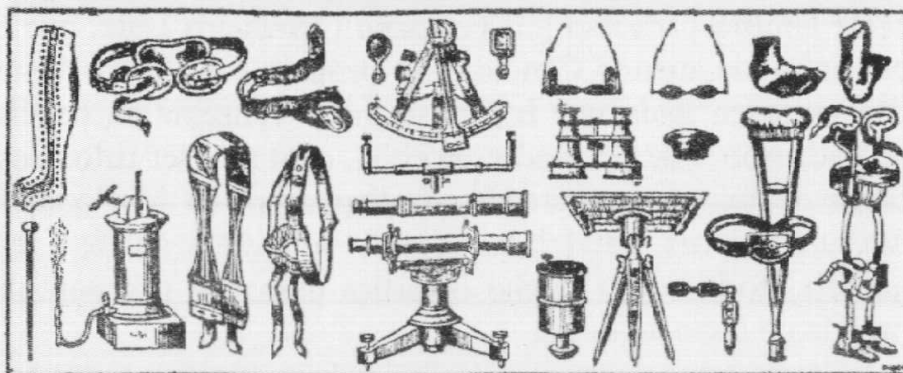
Dito de outra maneira, o drama das *Mães*, Ana e Maria, foi encenado no Fórum de Campinas nos anos 1860 como uma peça banal do direito escravista, porque encarnava princípios essenciais ao sistema de domínio senhorial. Princípios defendidos tenazmente durante muito tempo e ainda não abalados no âmbito político. Era importante para os donos de escravos conservar o campo de força e favor que cercava as mulheres cativas como um feudo, reduto da vontade do proprietário. Mesmo que isso implicasse tolerar fatos moralmente esdrúxulos. A experiência das pessoas beneficiadas com a liberdade incondicional no testamento de Lúcio Gurgel Mascarenhas nos conduz a esse terreno mais amplo de punições e prêmios.

PADRINHOS E COMPADRES

Lúcio não explicou por que decidiu alforriar a escrava Joana, seus cinco filhos e um adolescente ou jovem adulto chamado João da Mata. Nem por que deixou no cativeiro os pais deste, e o marido de Joana, Francisco Velho. Alguns fatos sugestivos, no entanto, emergem da documentação sobre Joana e sua família. Primeiro, ela e o marido haviam sido escravos de Lúcio desde muito tempo. Francisco, taieiro de profissão em 1861, provavelmente havia pertencido a Pedro Gurgel Mascarenhas.⁵³ Ao que parece, fora transferido para Lúcio em meados da década de 1820 e teve o primeiro filho com Joana antes da mudança de Lúcio para Campinas por volta de 1849-50. Segundo, Joana e Francisco possivelmente viviam com Lúcio na cidade. O mercado para os serviços de um taieiro era mais urbano do que rural. Além disso, dois dos padrinhos dos filhos desse casal possuíam terrenos que limitavam com a propriedade urbana de seu senhor.⁵⁴

Vivendo próximos de seu proprietário durante um longo tempo, Joana e Francisco Velho tiveram ampla oportunidade de cultivar o favor dele, e os favores de outras pessoas ao seu redor. As relações de compadrio que eles formaram nas cerimônias de batismo dos filhos desde 1851, são testemunhas eloqüentes de suas estratégias nesse sentido. Os pa-

RUA DA QUITANDA N. 64.



Fabrica de fundas de feltos os mais modernos, polainas para impedir a inchação das pernas, cintas para barriga, suspensórios para os testículos, etc.

Objectos de optica, de mathematicas, de agrimensão e nauticos, oculos fixos de todas as qualidades, grande sortimento de vidros avulsos, armações ditas, etc.

Fazem-se aparelhos para corrigir quaisquer deformidades corporaes, pernas artificiaes mecanicas, moletas, cintas hypogastricas, pessarias para o anus, etc.

drinhos do segundo filho (o primeiro não foi batizado em Campinas) eram cativos — “João e sua mulher Marcelina”, pertencentes a outro senhor —, como era a norma entre os escravos do município. Entretanto, seus compadres no batismo dos três filhos seguintes eram pessoas livres: “João Teodoro Ferraz e sua mulher Ana Ferraz”; em seguida, o próprio Lúcio e Honória Gonçalves Mascarenhas, possivelmente uma parenta sua; e por fim “Tenente Feliciano Cavalleiro Leite e sua mulher Dona Maria Gertrudes de Vasconcelos Pinto”. Estes últimos, vizinhos de Lúcio na cidade, eram pessoas de certa posição social, a julgar de seus títulos honoríficos, “tenente” e “dona”, e do fato de que a mulher tinha um sobrenome composto que prescindia dos sobrenomes do marido.

Com cada filho depois do primeiro, Joana e Francisco Velho formaram laços de parentesco ritual com pessoas cada vez mais altas na escala social. Os documentos não explicitam a trama que essa progressão refletia, nem o que ela significava para o casal escravo. Lúcio, contudo, sentia claramente que tais relações de compadrio tinham algum conteúdo, pois ao relacionar os filhos de Joana no testamento ele tomou o cuidado de notar que o quarto, Jorge, era seu afilhado. O inventariante do espólio dele, Sampaio Peixoto, também pensava que o papel de padrinho nesses casos não era mera formalidade. Numa nota dirigida à justiça, pouco depois da morte de Lúcio, ele observou, a respeito dos filhos de Joana e

16. Utilizando ferro, madeira, couro ou borracha, a indústria produz artigos para o homem moderno das cidades e das fazendas.

O anúncio propõe objetos óticos, mas também próteses para o corpo.

Os “suspensórios para testículos” serviam de proteção à hérnia escrotal, as “pessarias para o ânus” cobriam as nádegas e protegiam os que sofriam de hemorróidas.

Ambas as moléstias causavam grandes incômodos para montar

a cavalo, meio de transporte quase obrigatório no Império. Sofrendo de hemorróidas, o político paulista Leite Moraes, que morava em

Araraquara, próximo a Campinas, ao deixar a presidência de Goiás, em 1881, preferiu enfrentar índios ferozes e milhares de quilômetros de navegação fluvial e marítima pelo Norte para evitar as dores causadas pelo percurso a cavalo na estrada do Sul, muito mais curta e menos perigosa que a outra. Assim subiu de canoa os rios Araguaia e Tocantins até o Pará, e de lá voltou por mar para o Rio de Janeiro.

Continuou até São Paulo, de trem, e depois foi para Araraquara de trole. (Jornal do Comércio, 1854)

Francisco Velho, que “se faz mister nomear [...] um tutor a estes menores [...] para zelar de suas pessoas [...] e o suplicante lembra para isso [...] Feliciano Cavalheiro Leite, que é padrinho da menor Cândida”. O próprio Cavalheiro Leite não escreveu nada que indicasse como concebia os papéis de padrinho e de compadre. Aceitou, contudo, ser tutor dos filhos de Joana, prometendo, na linguagem da lei, “zela[r] das suas pessoas, trata[r] das suas demandas e negócios e requere[r] todo o seu direito e justiça para que não sofram prejuízo e lesão alguma”.

Pouco tempo depois, Cavalheiro Leite prestou outro favor a essa família: concordou em representar o compadre Francisco Velho perante a justiça, quando esse homem veio requerer sua liberdade. Francisco, como vimos, não foi encaminhado à venda como quase todos os outros escravos, porque tratava “de arranjar o dinheiro para obter sua liberdade”. Logo em seguida apresentou os recursos para pagar o preço atribuído a ele no inventário: um valor baixo, “em vista do estado de sua saúde e de suas doenças”. A maior parte desse dinheiro veio de uma pessoa não identificada — o próprio Cavalheiro Leite? —, ou como dádiva ou como empréstimo. Para completar o que faltava, Francisco apresentou um vale que Lúcio havia assinado, reconhecendo uma “dívida” a Joana. Provavelmente era o “pecúlio” (poupança) que ela depositara com ele.⁵⁵ Com juros simples de 1% ao mês, acumulados ao longo de mais de um ano, o total que o espólio de Lúcio devia a Joana era 60 mil-réis (US\$ 31,00). Francisco, ao que parece, não precisava da permissão formal da mulher, agora liberta, para apresentar o vale. Seu direito como chefe de família de dispor livremente do pecúlio dela prevalecia sobre o fato de que Joana agora era seu superior em termos sociais. Ele precisava, sim, da anuência do inventariante e da própria justiça para que sua liberdade pudesse ser efetivada. A aprovação foi dada por ser “vantajos[a] para os órfãos”, como fora a venda de outros cativos.

Por que a magnanimidade de Lúcio com um grande número de cativos, representando quase um quarto do valor de sua propriedade em escravos? A resposta começa com a constatação de que poucos senhores em Campinas abriam mão, como Lúcio, de tão grande parte de seus escravos na hora da morte, ou mesmo ao longo da vida. Os que sucum-

biam a esses arroubos de “generosidade”, contudo, normalmente eram semelhantes a ele, a julgar de estudos sobre testamentos da mesma época em Sorocaba e Campinas. Isto é, não possuíam cônjuge ou herdeiros “forçados” (descendentes legítimos ou ascendentes), que ainda estivessem vivos.⁵⁶ Os testadores com esse perfil manumitiam escravos e deixavam dinheiro, terra ou casas a cativos e libertos, com muito mais freqüência e prodigalidade (no que diz respeito ao valor dessas doações) do que aqueles cuja última vontade ficava constrangida pela lei das heranças e por suas “legítimas” obrigações sociais. Lúcio, então, era representativo de um certo tipo social. Quando chegou ao fim da vida e viu, como outros na situação dele, que “não tinha para quem deixar”, preferiu distribuir favores a quem estava à sua volta, em vez de entregar a propriedade para o Estado.

Lúcio, entretanto, não concedeu prêmios de forma aleatória — como tampouco fizeram seus colegas na mesma situação. Ele começou com seus próprios filhos naturais, a quem havia criado. Relutara, é verdade, em reconhecê-los, aparentemente atribuindo-lhes estigmas de origem ou outros defeitos; reproduziu dessa forma a atitude que o pai tivera com ele. Sentindo a morte chegar e vendo que nunca teria outros herdeiros mais a seu agrado, acabou nomeando-os seus sucessores. Em seguida, alforriou vários escravos, quase todos de uma família que ao que parece conseguira “aproximar-se” dele, ao longo de muitos anos de serviço. Novamente parece ter agido como o pai, o qual em 1843 libertou pessoas que o acompanharam desde a década de 1820.

Na verdade, a distinção que Lúcio fazia entre escravos, na hora de dispor sobre o destino de sua propriedade, lembra as disposições dos outros testadores sem cônjuges e herdeiros forçados. O grupo de senhores que “não tinha para quem deixar” (segundo a lei) era muito criterioso com respeito a quem “deixava”; e é nisso, justamente, que reside seu interesse para o historiador. Sem dúvida, esses senhores eram atípicos, no que se refere à freqüência de doações de alforria e propriedade a escravos. Suas práticas, contudo, tornam visível uma política de domínio largamente baseada na distribuição de prêmios por “mérito” entre “dependentes”, difundida no escravismo da época. Abre-se uma janela que nos permite entrever a luta dos escravos pela sobrevi-

EGUAS BOAS E BONITAS.



Na rua Nova do Ouvidor n. 29, cocheira do Sr. Thomaz Land, vendem-se duas das melhores eguas de paiz, as quaes se tornão recomendaveis aos amadores pela sua boniteza, gordura e habilidades, accrescendo não terem ainda 7 annos de idade: são vendidas porque seu dono se retira por estes dias para fora da provincia, em serviço do governo imperial.

VENDE-SE um lindo moleque perfeito official de pífrot; na rua do Senhor dos Passos n. 37.

NA rua da Carioca n. 79, 1º andar, vende-se uma preta moça e de boa figura, sabendo lavar, engommar, cozinhar e coser regular, e um preto de roupa de boa figura.

VENDE-SE uma preta que sabe lavar de sabão e barrela, cozinhar e engommar lizo, de meia idade e sem vicio algum; na rua da Comercio n. 26, sobrado.

PRECISA-SE de uma negrinha, que não seja muito pequena, para andar com crianças; na rua da Alfandega n. 295.

VENDE-SE um preto perfeito cozinheiro de fogão, fogão, massas e doces, sem vicios nem moléstias; na rua do D. Manoel n. 50, 2º andar.

ALUGA-SE um sítio muito bonito para um bom m

17. Página típica da seção de anúncios do Jornal do Comércio, o maior cotidiano do Império: anúncios de venda de animais e de escravos. (Jornal do Comércio, 1853)

vência: as tramas senhoriais iam ao encontro de certas estratégias dos cativos para lidar com um mundo inseguro em extremo.

Vejamos em mais detalhe um desses pontos de interseção de vontades, o compadrio. Com base nos compadres escolhidos por Joana e Francisco Velho, intuí uma estratégia sua de aproximação a pessoas com mais recursos, que pudessem garantir o bem-estar da família deles. Ora, alguns anos depois da morte de Lúcio, a mesma estratégia seria explicitada por Luís Gama, representando uma liberta na cidade de São Paulo. Em maio de 1872, Gama dirige um ofício ao chefe de polícia da província de São Paulo, requerendo em nome da “crioula” liberta, Balbina de São Bento, que o filho desta, de nome Fortunato, fosse devolvido à custódia da mãe. Balbina havia sido escrava do Mosteiro de São Bento na cidade de São Paulo, quando deu à luz seu filho. Este, porém, “nasceu livre, porque a esse tempo já a ordem beneditina batizava como livres os filhos das suas escravas; como, entretanto, a suplicante nem tivesse meios de criar e educar seu filho, nem a mencionada ordem os prestasse, entregou a suplicante o seu dito filho ao padrinho para tal fim. E conquanto o padrinho — Porfírio, escravo do Exmo. Barão de Iguape — fosse, como ainda o é sujeito por [sua] condição [de escravo], tinha, contudo, mais meios do que ela”. Fortunato, com menos de seis anos na época do requerimento, acabara de fugir de seu padrinho e estava recolhido na casa de um terceiro, que o havia encontrado “vagando”. Balbina queria o filho de volta, pois “hoje está liberta, e [...] pelo seu trabalho, tem os preciosos meios para educar e tratar seu filho”.⁵⁷

A mesma estratégia de escolher compadres com recursos pode ser documentada num grupo considerável de escravos em Campinas. As ocupações de pais escravos e de seus compadres de batismo foram levantadas para os anos de 1869-75 em duas fazendas grandes. Utilizaram-se para isso os registros paroquiais de batismos do período e as listas da “matrícula” (registro) de escravos de 1872, que incluem um bom número de informações sistemáticas sobre cada cativo, inclusive a “profissão”.⁵⁸ No que diz respeito às relações de compadrio entre escravos do mesmo senhor, fica patente que em ambas as propriedades os pais escolhiam mais compadres qualificados ou empregados no trabalho doméstico (e menos

Relação n. 176 dos escravos pertencentes a Antônio Francisco Barbosa Traveira residente na paróquia de Santa Cruz
 município de Campinas província de São Paulo (art. 2º do regulamento n. 4.835 do 1º de dezembro de 1871)

Número de ordem no matriculo	Número de ordem no registro de estado civil	Nomes	Cor	Idade	Estado	Naturalidade	Filiação	Aptidão para o trabalho	Profissão	Observações
90	1	Catarina	Branca	42 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
91	2	Marichiana	Branca	35 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
92	3	Benedita	Branca	21 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
93	4	Maria	Branca	18 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
94	5	Josephina	Branca	12 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
95	6	Marichiana	Branca	12 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
96	7	Justina	Branca	10 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
97	8	Maria	Branca	10 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
98	9	Bressília	Branca	10 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
99	10	Joanna	Branca	10 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
100	11	Maria	Branca	10 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
101	12	Maria	Branca	10 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
102	13	Euclídia	Branca	10 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
103	14	Euclídia	Branca	10 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28
104	15	Euclídia	Branca	10 annos	branca	Paraguari	Ignora	regular	de roça	1º Casada com Germano desta relação nº 28

Provincia de _____ do _____
 Paróquia de _____ do _____

compadres de “roça/lavoura”) do que seria de se esperar em vista da distribuição dessas ocupações entre adultos nas respectivas senzalas.⁵⁹ Numa dessas propriedades, é possível estudar a escolha de compadres de acordo com a ocupação dos pais; verifica-se, então, que os pais domésticos/qualificados tinham proporcionalmente mais compadres com essas mesmas ocupações do que os pais que trabalhavam no setor agrário.⁶⁰ Na mesma propriedade, um número substancial de cativos tinha pessoas livres (libertos ou livres de nascença) como compadres, sendo que proporcionalmente mais pais domésticos/qualificados formavam laços com pessoas dessa

18. Uma lista típica da Matricula Geral dos Escravos, de Campinas, em 1872. Nas observações lê-se que várias escravas são casadas.

19. Antes de ir para a roça, os escravos conversam à porta da senzala sem janela e com portas geralmente trancadas por fora durante a noite. (Victor Frond, 1861)



categoria (sobretudo com os que nasceram em liberdade) do que os pais de “roça”.⁶¹ Na outra fazenda, observa-se um fenômeno curioso, mas coerente com o que vimos até agora. Duas famílias grandes, cada uma com três gerações de cativos — com certeza as famílias “fundadoras” da senzala —, concentravam a grande maioria das ocupações que não eram de “lavoura”. Ao mesmo tempo forneciam proporcionalmente mais compadres para a senzala do que os outros grupos na fazenda, em especial o conjunto de cativos relativamente “recém-chegados”, que praticamente não continha escravos domésticos/qualificados ou laços familiares entre si.⁶²

Esses padrões são coerentes com o raciocínio atribuído à escrava/liberta Balbina por Luís Gama. Sugerem que os cativos em tais propriedades tendiam a procurar seus compadres entre pessoas e parentelas com mais recursos físicos ou humanos. Entretanto, os pais com poucos recursos — os escravos de “roça”, fazendo o trabalho mais duro na fazenda e tendo menos possibilidades de acumular pecúlios ou influenciar as decisões dos senhores — tinham menos sucesso nesse empreendimento do que seus parceiros domésticos ou qualificados. Talvez porque pudessem oferecer relativamente pouco em termos de favores recíprocos. Ao mesmo tempo, eles também tinham menos acesso a libertos e (sobretudo) a pessoas livres de nascença. Grupos progressivamente mais “ricos” em recursos do que os escravos domésticos/qualificados.

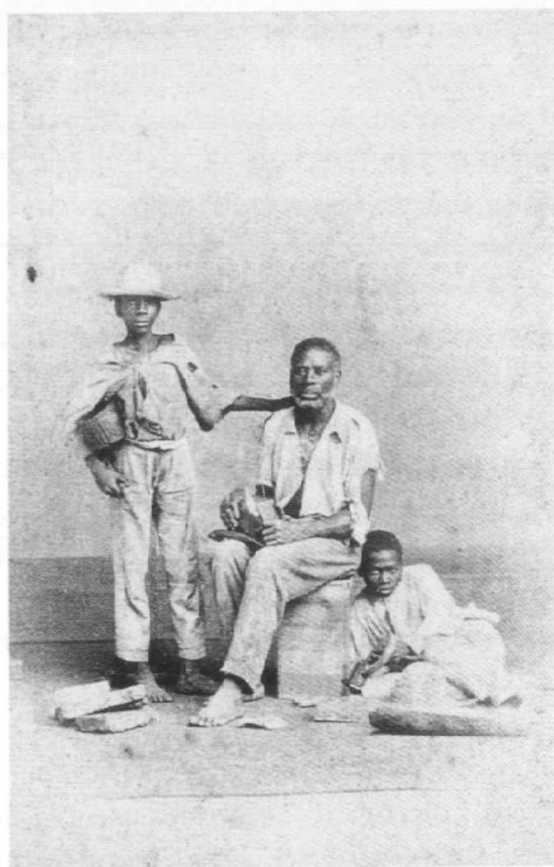
Os dados sobre essas fazendas sugerem que os escravos teciam laços de ajuda mútua dentro da senzala; mas tais laços, que incluíam alguns cativos (preferencialmente aqueles com recursos) e não outros, também constituíam redes de exclusão. Por outro lado, a formação dos laços frequentemente extrapolava os limites do cativeiro. Não há nenhum caso nessas fazendas de um escravo que conseguiu criar uma relação de compadrio com o proprietário. Contudo, o raciocínio que pauta a escolha de compadres — a necessidade, num mundo hostil, de criar laços morais com pessoas de recursos, para proteger-se a si e aos filhos — em nada difere da lógica intuída a partir da história de Joana e Francisco Velho. Esse casal parece excepcional apenas por ter sido muito bem-sucedido na sua estratégia, formando relações desse tipo com seu senhor e com outra pessoa de posses, vizinho do mesmo — o que lhe valeu ganhos substanciais, visíveis nas disposições testamentárias de Lúcio e nas ações do outro compadre, Cavalheiro Leite.

Neste caso, e em outros menos “bem-sucedidos”, mas também envolvendo cativos e compadres livres, o compromisso de “dependência” que foi assumido pelos escravos pode ter tido um custo significativo: ou a renúncia à solidariedade com os cativos de seu senhor, ou um constante esforço de dirimir as dúvidas dos parceiros a respeito do lado em que estava, de fato, sua lealdade. Em contrapartida, o compromisso de “proteção” assumido pelas partes livres nessa relação era relativamente pouco oneroso. É verdade que a promessa de Cavalheiro Leite, quando concordou em ser tutor dos filhos de Joana e Francisco Velho, a princípio impressiona. Trata-se, contudo, de uma fórmula jurídica, cujo verdadeiro significado é esclarecido por um requerimento apresentado à justiça por um tal de Gabriel, alguns anos depois. Após reconhecer formalmente a filha natural, que vivia subordinada a um tutor, Gabriel solicitou à justiça que ela fosse restituída a sua custódia, apesar de ele ser “preto e pobre”, pois “nem outros tutores irão dar à menor grandes regalias mas hão de conservá-la na posição de criada, como sempre sucede”.

Nas duas fazendas analisadas acima, como também na história de Joana (provavelmente uma escrava doméstica) e Francisco Velho (um “taipeiro”), o acesso a compadres com

mais recursos parece ter sido facilitado quando os pais cativos eram de ocupação doméstica ou qualificada. A verdade, entretanto, é que a própria distribuição dessas ocupações “melhores” feita pelo senhor já refletia um compromisso entre as partes no campo da representação da “dependência”.

Tocamos aqui em outro ponto em que a política de domínio dos senhores vai ao encontro das estratégias dos escravos. Em cinco fazendas de Campinas, todas formadas havia bastante tempo, contendo um total de 735 escravos na matrícula de 1872, há evidências de uma clara tendência entre os senhores de discriminar fortemente contra os africanos na distribuição de trabalhos domésticos e qualificados. No caso dos escravos brasileiros, preferiam-se os do Sudeste aos de outras regiões em todos os grupos de idade. Entre as mulheres, pelo menos, as campineiras recebiam a preferência dentro do grupo do Sudeste. Os dados sugerem que os africanos (a maioria residente nessas fazendas desde longa data) tinham pouco acesso ao “compromisso paternalista” oferecido pelo senhor. Já a distri-



20. Crianças e velho escravo posam para o fotógrafo. (Foto de Henschel, meados do século XIX)

buição de ocupações entre os escravos brasileiros é coerente com o que seria de esperar se fosse feita por critérios de “mérito”, como definidos pelo senhor. Os escravos que não vinham do Sudeste (e as mulheres que vinham dessa região mas que não nasceram em Campinas) eram promovidos com menos frequência e com mais demora, justamente porque suas qualidades e temperamentos eram menos conhecidos pelo senhor. Em geral, eram relativamente recém-chegados a tais fazendas, e, além disso, não pertenciam às redes de parentesco formadas havia tempo nas suas senzalas.⁶³ Uma das propriedades analisadas acima, quando o estudo do compadrio estava em pauta, parece reproduzir o padrão dessas cinco fazendas, no que diz respeito à alocação de ocupações. Nela, como vimos, as duas famílias fundadoras da senzala detinham a grande maioria das ocupações que não eram de “lavoura”.

A referência à família escrava aqui, num contexto que lhe atribui, implicitamente, uma importância central para a política de domínio dos senhores e para os projetos dos escravos, nos obriga a examinar o tema em mais detalhe. Novamente, a história de Lúcio e de seus cativos serve como um bom ponto de partida para discutir a norma.

A FAMÍLIA ESCRAVA

Nos três meses que decorreram entre a decisão de vender os escravos de Lúcio e o leilão que consumou o fato, dois escravos fugiram (e foram recapturados). Depois da venda, o inventariante declararia que o espólio produzira pouco desde a morte de Lúcio, em parte por terem os escravos “vadiado na colheita em falta de um feitor, e estarem mal-amanhados desde o tempo do inventariado”. A frase e as fugas podem indicar uma obstinação crônica. Alternativamente, podem revelar a apreensão desses escravos pelo futuro incerto, anunciado pela aproximação da morte de Lúcio e em seguida pela decisão da venda. Seja como for, o impacto da venda nos laços de família desses escravos foi menos catastrófico do que poderia ter sido. Os treze cativos postos à venda foram adquiridos por nove pessoas diferentes, com nenhum dos compradores levando mais de três indivíduos. No entanto, nessa dispersão da senzala, as duas famílias nucleares presentes — iguais à família de Francisco Velho, que não foi vendido



21. O aprendizado da discriminação. Uma anedota na Folhinha Laemmert diz: com a Lei do Ventre Livre (1871), “algumas moças que não querem ficar para tias” casam-se com negros. (1876, Rio de Janeiro)

— permaneceram intactas. Manoel Nhambana, sua mulher Florinda e seu filho Francisco foram leiloados como uma unidade, da mesma forma que Manoel Velho e sua mulher Joaquina. Este último casal foi adquirido por um homem cujo sítio limitava com o de Lúcio. A venda, portanto, não aumentou muito a distância entre eles e seu filho, João da Mata, libertado em testamento e sob os cuidados de um tutor, um homem “de amizade” de Lúcio, segundo o inventariante. Pelo menos oito dos treze escravos foram comprados por senhores residentes em Campinas e provavelmente não saíram do município. Como consequência, muitos laços sociais — por exemplo, aqueles entre Manoel Nhambana/Florenda e seus compadres, os libertos Mateus e sua mulher Teresa de Jesus — foram esticados, mas não quebrados. Além disso, pelo menos algumas das obrigações que Lúcio havia contratado com esses escravos continuavam a ser reconhecidas, mesmo que para isso tenha sido necessária a intercessão de dois dos compradores. Pouco depois da venda, Sampaio Peixoto notou que Lúcio devia 15 mil-réis e 40 mil-réis, respectivamente, a Bento e a Manoel Velho, “procedentes de compras de mantimentos, e estas dívidas têm sido reclamadas pelos novos senhores”.

O que chama a atenção nessa história é, em primeiro lugar, a presença significativa de famílias nucleares, com ambos os pais presentes. De fato, dos 23 escravos arrolados no inventário de Lúcio, incluindo-se os sete libertados, treze se encontravam em famílias desse tipo (três casais e seus sete filhos). Segundo, impressiona aqui o fato de que essas famílias foram mantidas juntas, apesar da dispersão da maior parte da comunidade por venda. Ora, em ambos os aspectos a experiência dos escravos de Lúcio não foi atípica.

Nas pequenas posses de Campinas, ao longo do século XIX, a proporção de escravos adultos casados (na Igreja) ou viúvos era baixa, refletindo o restrito *pool* de possíveis cônjuges dentro dessas propriedades e a virtual proibição, por parte dos senhores, de casamentos entre escravos de donos diferentes. Já a situação nas posses médias e grandes (com dez ou mais escravos) era diferente. Nessas propriedades, a proporção casada ou viúva entre mulheres acima de quinze anos era alta, variando entre 60% e 69% em 1801, 1829 e 1872. A porcentagem entre homens da mesma faixa de idade era bem



22. Os cativos moravam na senzala coletiva ou, gozando de algum privilégio, em casas individuais. (Victor Frond, 1861)

mais baixa (entre 23% e 30% de casados e viúvos nos anos indicados), refletindo o desequilíbrio numérico entre os sexos.

Esses dados revelam uma diferença significativa entre as experiências da população masculina e feminina. Entretanto, quando apreciados do ponto de vista de mulheres e crianças, apontam para uma grande presença em tais propriedades de famílias nucleares, chefiadas por ambos os pais. De fato, segundo os dados de uma amostra da matrícula de escravos de 1872, 68% das crianças de um a nove anos nas posses médias e grandes de Campinas viviam junto com pais casados. Outros 12% viviam com pai viúvo ou mãe viúva. As cifras mostram, indiretamente, uma forte tendência nas propriedades médias e grandes de não separar cônjuges ou pais e crianças pequenas, por venda ou processo de herança.

Tudo indica que os padrões observados aqui são típicos do Oeste paulista. Provavelmente são representativos, também, das regiões de *plantation* do Rio de Janeiro e de São Paulo de um modo geral. Uma das implicações dessa constatação é a de que muitos escravos, seguindo suas próprias estratégias de sobrevivência, adquiriram certo “interesse” no sistema. Ou melhor, ao formarem famílias tornaram-se especialmente vulneráveis ao arbítrio dos senhores, pois a tendência de manter famílias escravas juntas nas vendas e parti-lhas de heranças não foi sempre seguida. Houve, sem dúvida, casos de separação, em particular nas posses pequenas, cujos proprietários eram mais sujeitos a contratempos econômi-

cos. “Seus pais foram vendidos”, diz uma observação lacônica ao lado do nome de um menino de oito anos, na lista de matrícula para uma posse de dois escravos. Por outro lado, a ameaça de separação sempre existia, pelo menos até 1869-71, quando leis nacionais proibiram a prática (no que dizia respeito a cônjuges e a pais e filhos menores), restringindo afinal esse abuso do poder privado.

Em suma, a família escrava transformava os cativos em “reféns”, tanto de seus próprios anseios quanto do proprietário. Os senhores certamente sabiam disso quando refletiam sobre os ditames da “humanidade” e da “boa razão”. A fuga individual, por exemplo, passava a representar para o escravo casado a perda do contato constante com entes queridos e de uma pequena economia doméstica familiar — como a de Joana, que acumulou um pecúlio de 60 mil-réis, e a de Manoel Velho, que vendia mantimentos a Lúcio. Ao mesmo tempo, trazia a ameaça de retaliações contra os familiares que ficassem para trás e, no limite, a possibilidade de sua venda como represália ao fugitivo. “É preciso casar esse negro e dar-lhe um pedaço de terra para assentar a vida e tomar juízo”, dizia sempre um senhor da região de Campinas, referindo-se aos escravos jovens.⁶⁴ A frase, aparentemente banal, adquire um sentido sombrio quando lembramos o amplo poder privado do senhor no manejo de seu arsenal de punições e prêmios.

A família, além disso, estava associada ao sistema de incentivos senhoriais: daí, certamente, um de seus atrativos para os escravos.⁶⁵ As ocupações com autonomia de trabalho, as possibilidades de acumular um pecúlio e escapar da dura labuta no eito eram distribuídas a cativos de mais longo contato com o senhor, que tendiam a ser aqueles com uma história familiar na propriedade. O exercício dessas ocupações, por sua vez, dava ao escravo mais acesso a outros cativos com recursos e a homens livres, fortalecendo uma teia de relações. Mesmo quando formada ao largo da casa-grande, tais relações contribuíam para tornar o escravo mais refém ainda dos próprios projetos. Quem conseguia avançar no caminho do favor ficava cada vez mais vulnerável, pois tinha mais a perder. Ao mesmo tempo, sonhava cada vez mais com a possibilidade de alforria para uma ou mais pessoas de sua família,

ou mediante a autocompra (com o montante das poupanças dos membros da família e com empréstimos de compadres escravos), algum arranjo com compadres livres (empréstimo seguido de contrato de locação de serviços), ou a concessão “gratuita” ou condicional pelo senhor. No início da década de 1870, em todo o Império, aproximadamente seis escravos em cada mil, por ano, obtinham a liberdade. Em Campinas, como em São Paulo e Rio de Janeiro de um modo geral, a taxa anual era a metade disso, ou um pouco mais.⁶⁶

Tais cifras podem parecer pequenas, mas eram, respectivamente, catorze e 7,5 vezes maiores que a taxa no Sul dos Estados Unidos em meados do século.⁶⁷ Projetadas ao longo de muitos anos, indicam que o escravo, mesmo no Sudeste, tinha uma chance pequena, mas não irrisória, de obter a liberdade durante a vida.⁶⁸ Para os escravos mais bem-sucedidos na formação de pecúlios familiares e laços de dependência com pessoas de recursos, a liberdade, ao menos para uma pessoa da família, não deve ter sido uma meta irrealista. Mesmo que ainda estivesse fora do alcance da maioria.

Deve-se enfatizar, contudo, que o que mais tornava o caminho do favor “atrativo”, como um mal menor, era a presença e a ameaça da força. Os anúncios de escravos fugidos nos jornais de Campinas são instrutivos nesse ponto. Na década de 1870, um em cada doze cativos anunciados carrega, explicitamente, as marcas ou os grilhões da punição: “tem sinal de castigo nas costas e nádegas”, “tem sinais no pescoço [e nos tornozelos] provenientes de ferros”, “está com ferro nos pés e gancho no pescoço”.⁶⁹ Incluindo fugitivos com apenas “sinais nas costas” ou “sinais de queimaduras nas costas”, descrições que podem ser eufemismos para marcas de castigo, a proporção vai para um em cada dez anunciados. Sem dúvida, é uma subestimativa da proporção que realmente apresentava as marcas do cativo. Há vários senhores que, ao reconhecer a presença de cicatrizes ou feridas em seus escravos, tentam distanciar-se do fato, contrangidos: “tem sinais de castigo nas costas conforme já estava quando o anunciante o comprou”, “tem sinais muito frescos de castigo que sofreu em consequência de sentença do Júri”, “tem bastantes sinais *antigos* de castigo” (grifos meus).⁷⁰ Na verdade, são sinais dos tempos modernos: na década de 1870, não era mais de “bom-tom” anunciar as



23. Escravos com aparelhos punitivos. A demonstração e o uso da violência facilitavam o arreglo do favor. (Kidder e Fletcher, 1857)

violências “domésticas” para o mundo. Por outro lado, é bem possível que as marcas corriqueiras de castigo fossem tão comuns que não ajudassem muito a distinguir entre fugitivos. “Nenhum [dos três escravos que fugiram] tem sinal de castigo”, diz um senhor, como se a *falta* de marcas no corpo permitisse a identificação.⁷¹ Finalmente, é claro que a variação na loquacidade dos anunciantes também contribuiu para subestimar a incidência de castigos. Retirando-se da análise os anúncios mais lacônicos, que registram pouco mais do que os dados pessoais básicos da pessoa, a proporção de fugitivos com sinais explícitos de punições sobe para aproximadamente um em cinco.⁷²

Não é necessário, porém, fazer um recenseamento preciso dos fugitivos que apanharam. Mesmo a proporção de um em dez ou doze deve ser o suficiente para demonstrar que os senhores estavam dispostos a usar a força, quando necessário, para impor seu domínio. Os favores que eles ofereciam podem nos parecer (e eram) mesquinhos. Mas bastava o escravo presenciar algumas dessas cenas de suplício de colegas sintetizadas nos anúncios — “[o fugitivo] tem por todo o corpo sinais de chicotadas e já foi surrado” — para compreender que a alternativa não era alentadora.⁷³

A FORÇA E O FAVOR

A história de Lúcio e de seus escravos permite intuir o campo de força e favor em que os escravos construíam suas vidas. Entretanto, ela não nos deixa flagrar o sentido que os próprios cativos davam às estratégias deles. Por exemplo, se aqueles que mais trilhavam o caminho do favor internalizavam valores de dependência e aproximação aos senhores, distanciando-se de seus parceiros; e se estes olhavam para aqueles como traidores. Dois processos-crimes, contudo, são muito sugestivos a esse respeito.

O primeiro processo retrata uma rixa entre escravos em Sorocaba.⁷⁴ Jerônimo, cativo solteiro de 28 ou 29 anos, natural de Sorocaba, vive no sítio de seu proprietário “desde criança” e é “filho de Domingos”, falecido, que foi escravo do mesmo senhor. Jerônimo se identifica como “lavrador”; contudo, é também “o encarregado por seu senhor de cuidar e tratar dos animais”. Enfim, cresceu no sítio e pertence a uma

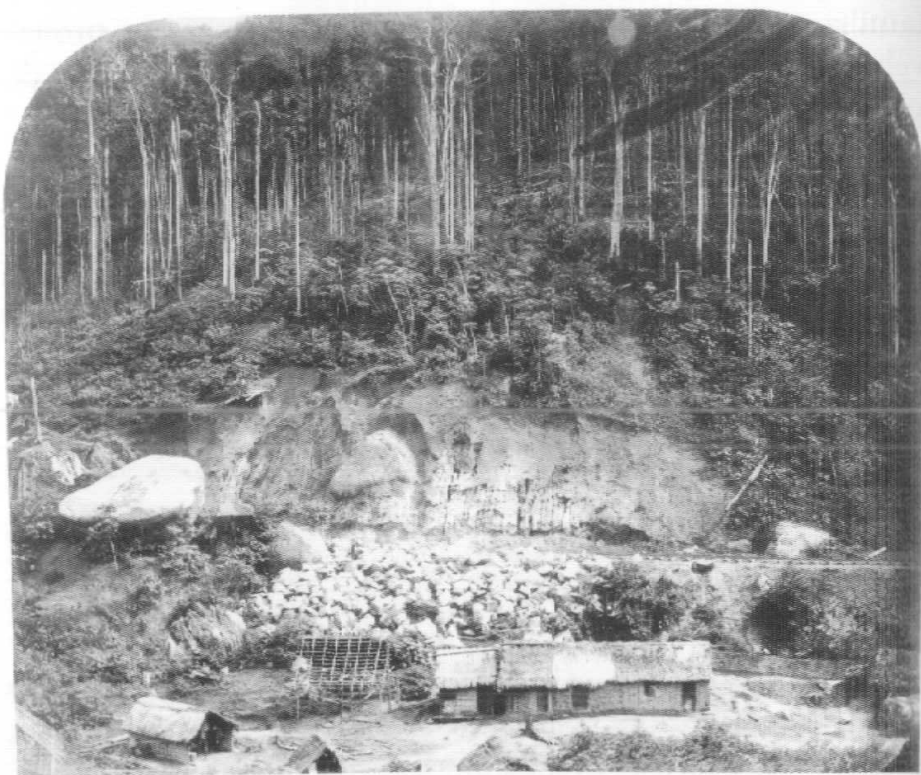
família que prestou longo serviço ao dono: fatos que provavelmente têm a ver com sua escolha para uma atividade de certa responsabilidade.

Foi o empenho de Jerônimo em exercer essa responsabilidade que levou à briga entre ele e seu parceiro Francisco e à morte deste em consequência de “uma pancada na cabeça”. Segundo um dos três escravos que presenciaram o incidente, Jerônimo e Francisco, antes da briga, “sempre viveram em muito boa harmonia como bons parceiros que eram”. No domingo de Páscoa, no entanto, Francisco saiu do sítio sem autorização para visitar um irmão, apropriando-se de uma mula de seu senhor. Na volta, “Jerônimo, que era quem cuidava dos animais por ordem de [...] seu senhor, quando achavam-se na roça na carpição de café, disse a Francisco que se continuasse a [ilegível] os animais havia de contar a seu senhor”. A essa ameaça de delatá-lo, “respondeu Francisco que o fizesse, porque assim [ele, Jerônimo] ganharia alforria; e ditas estas palavras avança um sobre outro ao mesmo tempo, armados de suas respectivas enxadas”.

Na fala de Francisco, flagramos um raciocínio sobre os caminhos que podem levar à alforria surpreendentemente semelhante àquilo que intuímos dos dados sobre família, compadrio e ocupação. Entendemos, também, que o empenho de um “feitor” escravo em exercer suas funções podia provocar um colega a acusá-lo de um comportamento egoísta e subserviente para com o patrão — e que a crítica podia doer ao ponto de ocasionar uma briga sem trégua. O que mais chama a atenção nesse caso, contudo, é que Jerônimo, levando a sério a responsabilidade delegada pelo senhor, não corre para delatar seu parceiro ao proprietário após descobrir a falta. Em vez disso, tenta negociar com Francisco, buscando um acordo que poupe o colega de castigos e neutralize os perigos que a ocorrência representa para sua própria pessoa. Pois Jerônimo sabe que a delação poderá atrair-lhe inimizades na senzala. Ao mesmo tempo, percebe que a complacência com Francisco pode, se instigá-lo à reincidência, aumentar o risco de o senhor descobrir sua própria convivência com a falta e retirar-lhe os prêmios.

Na verdade, o escravo que cultivava o favor do senhor não podia dispensar a “amizade” de seus parceiros. Se assim fizesse, poderia ser alvo do revanchismo deles, como acontece

24. À beira da ferrovia de Campinas, ainda em construção, um caboclo ergue a sua casa. (Foto de Nicklesen, 1880)



com um feitor cativo no romance do visconde de Taunay, *Mocidade de Trajano*.⁷⁵ Ou poderia encontrar-se sem apoio se, por um deslize próprio ou capricho senhorial, caísse do caminho dos prêmios para o “brejo” do desfavor. O perigo de isso acontecer era real, como pode ser apreciado às vezes em codicilos (revisões) incluídos em testamentos, eliminando os nomes de escravos anteriormente contemplados com benesses. O mundo do cativo permanecia um mundo imprevisível, por mais que os escravos se empenhassem em reduzir o perigo em suas vidas. Mesmo os que realmente tinham chances de ficar com o prêmio gordo, a alforria, sabiam que as possibilidades de deixar para trás uma vida de insegurança e privações, como libertos, eram poucas. Nessas circunstâncias, cortar os laços com a comunidade de origem não fazia sentido.

O segundo processo-crime contribui para estas reflexões. Em 1876, o feitor escravo Benedito é acusado em Campinas, junto com outros cativos, de assassinar premeditadamente seu senhor, Francisco de Sales (primo-irmão de Campos Sales, futuro presidente da República).⁷⁶ Na justiça, ele tenta provar sua inocência. Confessa que entrara no plano, sim, como todos os outros cativos de Sales, mas a contragosto; pois, “tendo crescido junto com seu senhor a quem foi

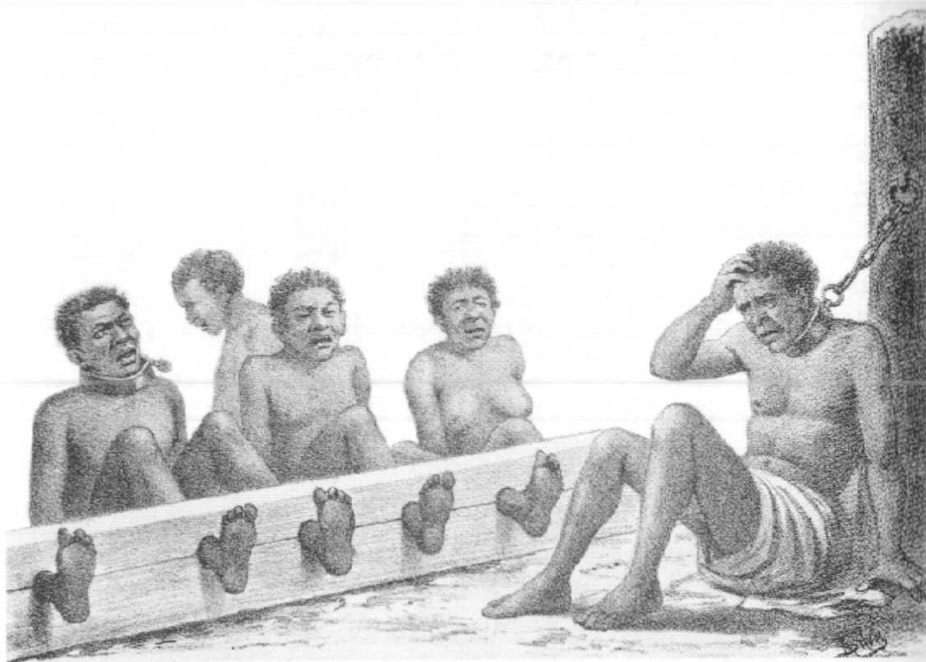
dado em dote pelo pai deste, não tinha coragem de concorrer para o seu assassinato". Na hora do crime, portanto, ele não havia segurado Sales "por detrás", facilitando os golpes de enxada dos outros, como afirmara outro réu. Ao contrário, "arrependido", fora "abraçar-se a seu senhor [...] pela frente" para protegê-lo, "pedindo a seus companheiros que não o matassem".

Na auto-representação que Benedito faz para o júri, flagramos a mesma visão do papel do favor na política dos senhores que intuímos até aqui. Conte ele ou não toda a verdade sobre suas ações, sua história tem certa verossimilhança. Havendo "crescido junto com seu senhor", e tendo ganho a preferência dele ao longo dos anos, a ponto de ser instituído feitor dos outros cativos, Benedito teria retribuído ao favor com solidariedade e gratidão, intercedendo pela vida do proprietário, não por sua morte.

O júri não acreditou na história. Condenou Benedito e outros dois escravos, tidos como os mais ativos no crime, a sofrer trezentos açoites e "trazer ferro ao pescoço por oito anos". Seu ceticismo provavelmente nasceu em parte porque já estava farto de saber de escravos favorecidos que fingiam deferência mas que não mereciam confiança. Nas sociedades escravistas da América, os líderes de revoltas escravas frequentemente eram cativos "privilegiados": feitores, trabalhadores qualificados, escravos domésticos. Não parece ter sido diferente em Campinas. Num plano de levante em 1832, pelo menos três escravos tropeiros desempenhavam papéis importantes.⁷⁷ Em 1848, em outra conspiração, um senhor de escravos revelaria que "são os escravos feitores os cabeças para tratarem com os mais", avaliação confirmada por outros proprietários.⁷⁸ A julgar dos anúncios de escravos fugidos na década de 1870, ainda havia muitos cativos que, como esses feitores, eram mestres da dissimulação, fato que não passou despercebido para os senhores: um fugitivo "fala bem", outro tem "muita prosa e [é] ladino", ainda outro "tem boa prosa de iludir".⁷⁹

A política de domínio dos senhores era ardilosa e eficaz. Indo ao encontro de certos anseios dos escravos, ela aumentava a vulnerabilidade de muitos cativos, tornando-os menos dispostos a arriscar confrontos. Entretanto, essa política provavelmente não conseguiu cooptar a maioria dos escravos

25. O tronco servia para vários escravos serem castigados ao mesmo tempo. (A. Agostini, Revista Ilustrada, 1888)



favorecidos e dividir politicamente a senzala. Sem dúvida, havia tensões na comunidade cativa, por exemplo entre africanos e crioulos e entre campineiros e brasileiros de outras origens, trazidos pelo tráfico interno após 1850. Mas a própria vivência no cativeiro — a insegurança de vida e a necessidade de escravos domésticos e qualificados sempre terem de mediar, como Jerônimo, os (des)encontros entre senhor e trabalhador — teria dificultado a abertura de um fosso intransponível entre subalternos favorecidos e não favorecidos.

Por outro lado, o ardiloso engenho montado pelos senhores voltou-se contra seus criadores. A política que incentivava a criação de famílias, visando produzir reféns, também garantia aos escravos um certo espaço de autonomia. Os africanos deportados para o Sudeste, na sua grande maioria oriundos da África Central (principalmente de Angola e da região do baixo rio Zaire), trouxeram consigo línguas e culturas com muitas afinidades entre si.⁸⁰ A família escrava, nuclear, extensa, incorporando compadres e *malungos* (companheiros “do mesmo barco”), provavelmente serviu como instituição importante para a amálgama dessas culturas centro-africanas, para o encontro entre tradições africanas e européias, e para a transmissão de reflexões sobre vivências e memórias entre as gerações. Portadores de uma experiência e cultura em comum, os muitos escravos Beneditos, ladinos e

de muita prosa, teriam deixado seus senhores sempre em dúvida; qual, afinal, o sentido “daquele abraço”?

IMIGRANTES NAS SENZALAS

No censo de Campinas de 1801, há uma anotação a respeito do fogo de um agricultor sem escravos que chama a atenção: “falta nesta lista sua agregada Vicência, que fugiu”.⁸¹ A frase é emblemática da situação de pessoas livres sem recursos numa sociedade escravista. No Brasil do século XIX, tais pessoas eram constantemente pressionadas a se enquadrar no mesmo campo privado de força e favor em que estavam os escravos. No Império, os delegados de polícia tinham amplos poderes para vigiar e expulsar pessoas de seus distritos, e sobretudo para recrutá-las.⁸² Ao ler a correspondência da polícia, mesmo para as décadas de 1870 e 1880, tem-se a impressão de que o recrutamento servia menos para garantir a defesa pública do que para forçar os pobres a “se agregar” ao domicílio de um homem poderoso: “[...] havendo desconfiança de ser ele autor de furtos entre os seus companheiros, e não se empregando em cousa alguma, o recrutei”; “[estou] informado de pessoa digna de todo o conceito que o mencionado recruta é de péssimos costumes; sedutor de senhoras casadas, barulhento, é procurador de dúvidas”; “está muito no caso de ser recrutado porque é turbulento, desinquietador de famílias e vadio”.⁸³ Não é de surpreender, portanto, que os trabalhadores imigrantes tenham sofrido as mesmas pressões.

Entre os documentos citados acima, referentes a trabalhadores brasileiros, encontra-se outro, bastante típico, a respeito de um colono de café de nome Guilherme Shimit [sic], morador no município de Amparo. Em 1872, esse Schmidt foi preso a pedido do administrador da fazenda onde estava empregado por haver rompido seu contrato de trabalho. Além de ser acusado de não cuidar bem dos cafezais, ele e outros colonos “vão ao Amparo e voltam quantas vezes querem sem pedir licença, quer seja um dia santo ou um dia da semana”.⁸⁴

Na verdade, não é necessário insistir nesse assunto, pois um dos temas principais do belo livro de Warren Dean sobre o município de Rio Claro, localizado a oeste de Campinas, é

justamente a tendência dos fazendeiros de dar aos trabalhadores imigrantes o mesmo trato que concediam aos escravos.⁸⁵ Dean, inclusive, atribui a virtual perda de interesse dos senhores na imigração, desde a “revolta” dos colonos do senador Vergueiro em 1856 até o final da década de 1870, à sua percepção de que não seria fácil sujeitar ao trabalho um grande número de pessoas livres usando as estratégias coercitivas do escravismo (pelo menos sem saturar o mercado de trabalho com uma imigração em massa). Mesmo reconhecendo que outros fatores também contribuíram para esse relativo desinteresse, há de se concordar que a truculência dirigida a Schmidt e muitos outros colonos tinha provavelmente sua origem, em parte, nos hábitos de mando escravistas.⁸⁶

Vale a penar observar, no entanto, que as relações de produção no regime de trabalho do colonato, sobretudo a partir da grande imigração dos anos 1880, eram muito diferentes daquelas que prevaleciam no escravismo. A força senhorial a pesar sobre o imigrante, apontada por Dean, bem como o favor, continuou existindo. Ambos, porém, tiveram de ser adaptados às novas condições. A título de exemplo, identifico aqui três mudanças, mormente no terreno do favor, onde as metamorfoses talvez sejam menos óbvias.

A primeira mudança diz respeito às casas dos trabalhadores, e reside na área tanto dos castigos quanto dos prêmios. Na época escravista, era comum nas grandes propriedades, tanto no Vale do Paraíba quanto no Oeste paulista, as senzalas se localizarem logo atrás ou ao lado da casa-grande, em volta do “pátio”, ou terreiro de café. Também era comum, pelo menos no caso das senzalas mais bem construídas do tipo pavilhão ou barracão, as portas se abrirem para o terreiro, permitindo ao senhor e ao feitor manter uma vigilância estreita sobre a moradia dos escravos, já que muitas atividades domésticas eram feitas fora das casas.⁸⁷

Quando chegaram os imigrantes, pelo menos alguns fazendeiros tentaram alojá-los em antigas senzalas. Os colonos, no entanto, não gostaram do plano arquitetônico, semelhante ao de uma cadeia, e insistiram em mudanças. Os senhores aceitaram, despreocupados que estavam agora com a fuga de trabalhadores que não eram mais semoventes. O arquiteto Júlio



26. Foto de 1910 que parece uma cena de filme neo-realista. Imigrantes e ex-escravos, adultos e crianças, trabalhando juntos num depósito de café do Rio de Janeiro.

Roberto Katinsky descreve as modificações feitas na senzala de uma fazenda localizada entre Jundiaí e Itu. Construída seguindo o esquema descrito acima, a senzala sofreu uma “inversão das portas e janelas para fora do pátio central”, quando “se transformou no embrião da ‘colônia’ dos trabalhadores livres após a abolição”.⁸⁸ Uma fotografia de Guilherme Gaensly tirada em 1902-3 numa propriedade antiga em Campinas, a Fazenda Lapa, provavelmente revela outro caso. Percebe-se um edifício em forma de quadrado, construído em torno de um pátio, e mostrando portas e janelas nos lados externos. Tudo indica que é a antiga senzala, modificada para alojar trabalhadores livres.⁸⁹

A maioria dos imigrantes, entretanto, acabou não ficando em senzalas remodeladas. Com a imigração em massa a partir do final da década de 1880, os fazendeiros baratearam os custos da mão-de-obra livre e asseguraram para si uma posição de clara vantagem na negociação de salários e condições de trabalho. Mesmo assim, e sobretudo em vista da grande mobilidade geográfica do imigrante, que desde cedo freqüentemente mudava de fazenda de ano em ano, os empregadores tiveram de concorrer entre si para *atrair* trabalhadores. Aqueles habilitados a oferecer incentivos econômicos melhores, diretos ou indiretos (pagando salários maiores por tarefa; concedendo cafezais novos e mais produtivos, onde o trabalhador também pudesse plantar gêneros alimentícios para seu proveito), tinham menos necessidade de se preocupar com incentivos não econômicos, por exemplo, as condi-

ções de moradia. Segundo um observador arguto do colonato em 1891, as casas “ruins”, isto é, “as que ainda serviam na época da escravidão”, eram encontradas “mais facilmente em fazendas esplêndidas”, onde os colonos eram relativamente bem remunerados. Fora esses casos, na maioria das propriedades a concorrência no mercado de trabalho levou os empregadores a abandonar as senzalas e construir moradias novas, variando em qualidade mas melhores do que os antigos alojamentos para cativos.⁹⁰

Nos anos iniciais do colonato, havia fazendeiros que mandavam construir essas moradias bem próximas da casa-grande, o que levou o viajante Van Delden Laërne a observar que eles não refletiram “sobre se o colono quer mesmo morar sob as vistas do patrão”. O fazendeiro, continuava ele, “acostumado como está a lidar constantemente com escravos, [...] facilmente considera os colonos totalmente seus dependentes”.⁹¹ Mais tarde, os fazendeiros acataram a preferência dos imigrantes (cujo interesse também era ficar mais próximos a seus cafezais) e afastaram a “colônia” da casa-grande. Tinham, aliás, suas próprias razões para isso; não mais temendo a fuga do trabalhador, preocupavam-se com a perda de tempo dos colonos na “viagem” entre sua casa e o campo, em especial nas novas grandes propriedades, alcançando dimensões raras vezes vistas no regime escravista.

27. Nesta foto de Militão, a rua São João, em São Paulo, em 1862. Pequeno burgo estudantil, a cidade continha ainda menos de 20 mil habitantes. À esquerda, o Hotel Itália e Brasil, “para famílias”. (Militão, 1862)



Uma segunda mudança, associada à mobilidade geográfica do colono, diz respeito ao poder dos fazendeiros de empregar o instrumento do favor. Desde cedo, os senhores davam preferência à imigração de famílias, não de trabalhadores individuais. Fizeram isso sobretudo por razões ligadas à organização da produção. No regime de parceria e em particular no colonato, as decisões sobre a alocação e divisão do trabalho eram tomadas em grande parte na unidade doméstica do trabalhador, ao contrário do que era o caso no escravismo. A experiência com famílias cativas provavelmente serviu de referência aos senhores para pautar suas relações com os novos trabalhadores. Deve ter havido muitos patrões de colonos que pensavam como aquele fazendeiro, empenhado em “casar esse negro [...] para [ele] assentar a vida e tomar juízo”, e como a d. Sinhá, do romance *Mocidade de Trajano*, preocupada em dar sua bênção ou seu veto aos casamentos escravos.

De fato, em 1884 Van Delden Laërne, ainda duvidando que São Paulo atraísse os imigrantes necessários para superar a crise política do escravismo, chamava a atenção para tais atitudes, identificando-as como empecilhos à mudança no regime de trabalho: “[o fazendeiro] não acha demais interferir nos arranjos domésticos do colono. Por exemplo, ele é dado a promover casamentos entre os jovens [...] [Ele acha que tem] o direito [...] de ser consultado sobre todos os assuntos domésticos, e de interferir em disputas familiares [...] [Considera] os colonos dependentes e servos, ao invés de trabalhadores livres”.⁹² Entretanto, alguns anos mais tarde, quando a grande imigração era uma realidade e os trabalhadores com frequência mudavam de fazenda de ano em ano, tais preocupações “paternalistas” devem ter perdido boa parte de seu sentido como armas de domínio.

A AGRESSÃO SEXUAL DOS SENHORES ÀS ESCRAVAS E ÀS IMIGRANTES

As mesmas causas induziram a uma terceira mudança: o encolhimento do arsenal de “promessas” de que os fazendeiros dispunham para impor suas vontades, tanto na prática quanto no nível da representação. No assédio às mulheres escravas, os senhores podiam oferecer a liberdade ou, alternativamente, a estabilidade na fazenda com prêmios menores, cujo atrativo residia justo em seu contraste com a imposição,

sempre possível, de trabalhos individuais mais pesados ou da venda em separado de membros da família. Com as mulheres *livres*, pertencentes a famílias que migravam freqüentemente entre fazendas, não funcionava mais nem a letra morta da alforria, a promessa de estabilidade com prêmios, a ameaça de expulsão com separação da família, tampouco a insinuação de trabalho mais duro (que não cabia mais ao senhor impor, mas ao chefe de família da trabalhadora). Os fazendeiros, é claro, tinham outros recursos eficazes, desde a força dirigida contra a mulher e seus parentes até o suborno. Dean cita alguns exemplos de assédio a “italianinhas” por parte de fazendeiros, indicando que a prática continuava a existir.⁹³ Contudo, além de esses recursos serem um tanto menos “convincentes”, era mais difícil mascará-los com ares de paternalismo. A escravidão, fato social e legal, podia ser “naturalizada”. Assim, “regalias” dentro dessa condição e sobretudo a alforria podiam ser representadas pelos fazendeiros (mesmo se eles convencessem apenas a si mesmos) como benesses dados por um generoso senhor.

Os sinais dos novos tempos aparecem na região de Rio Claro em 1900, num caso de assédio sexual e assassinato de grande repercussão, envolvendo de novo a família do então presidente Campos Sales, dessa vez por meio do seu sobrinho.⁹⁴ Esse senhor moço tentou seduzir a filha de um dos colonos do pai dele, primeiro oferecendo-lhe os minguados favores que estavam à sua disposição: prometia, se ela cedesse, dar permissão à sua família de “recolher o café no lugar mais fértil da fazenda”.⁹⁵ Não era exatamente o equivalente à promessa de alforria para a mulher escrava, nem em seu valor monetário, nem em sua capacidade de ser representada como algo além de um suborno. Tampouco era um prêmio de grande duração, já que a família provavelmente não tinha planos de fixar-se na fazenda por muitos anos. A moça recusou e seu assediador partiu, então, para o rapto, que fracassou. Em seguida, ele mobilizou a polícia do município para prender o irmão da moça. Por fim, lançou mão de uma das maiores punições possíveis; convenceu o pai a expulsar a família da moça da fazenda.

A medida era grave. Os colonos eram móveis, mas sua mudança *voluntária* quase sempre acontecia depois da colheita de café, quando eles tinham condições de acertar as



28. Uma escrava colhendo café.
A partir dos anos 1880, no Oeste paulista, os imigrantes estrangeiros trabalham ao lado dos cativos nos cafezais. (Christiano Jr., c. 1865, Rio de Janeiro)

contas com o patrão e chegar a uma outra fazenda ainda na época certa de plantar alimentos. Fora desse momento, a expulsão trazia dificuldades para o colono, mesmo que o proprietário perdoasse as dívidas ou pagasse os créditos, pois ele tinha que pedir adiantamentos na fazenda do novo patrão, inclusive para seus gastos básicos, durante bastante tempo.⁹⁶ Mesmo assim, essa punição ficava aquém da “expulsão” radical à qual o escravo estivera, em princípio, sujeito: a venda em separado dele e de seus familiares.

No confronto entre o fazendeiro e a família de colonos, a situação evoluiu rapidamente para a violência. Quando, a certa altura, o fazendeiro agrediu fisicamente o patriarca idoso da família, o irmão da moça, o mesmo mencionado acima, matou-o com um tiro. O processo subsequente mobilizou a comunidade italiana da região, que conseguiu levantar recursos para contratar um renomado advogado de defesa. Era outro sinal dos novos tempos, mesmo que não tenha adiantado para livrar o acusado de uma sentença pesada, somente revogada alguns anos depois pelo Supremo Tribunal no Rio. Segundo Warren Dean, o estardalhaço do caso contribuiu para a decisão do governo italiano de proibir a imigração para o Brasil em 1902. Mas isso já é outra história.

CARAS E MODOS DOS MIGRANTES E IMIGRANTES

*Luiz Felipe de Alencastro e
Maria Luiza Renaux*

O debate governamental sobre a raça, a cara e os modos de vida dos imigrantes nasceu antes mesmo da Independência, no quadro dos tratados anglo-portugueses de 1810 que previam a abolição do tráfico negreiro. Depois de um quarto de século de guerras de proporções inéditas na história ocidental, a derrota de Napoleão e a paz do Congresso de Viena (1815) conduzem à desmobilização dos exércitos na Europa e deixam ao léu milhares de soldados que procuravam emigrar para a América. Pensou-se em trazer parte dessa gente para o Brasil. Mas na corte de d. João VI vetou-se a vinda indiscriminada de colonos protestantes.

Na mesma época, combinaram-se política imigrantista e medidas restritivas ao tráfico: o freio imposto à entrada de africanos devia ser acompanhado de medidas estimulando a chegada de europeus. Desse modo, um alvará de 1818 aumentou em uma vez e meia as tarifas sobre a entrada de escravos africanos, reservando parte de tais rendas tributárias para a compra de ações do novo Banco do Brasil. Do rendimento das ações seria retirado o sustento do “novo povoamento de colonos brancos”. Isto é, da colônia suíça de Nova Friburgo.¹ Colonos brancos e católicos. Aliás, o Código Criminal do Império (1830), no seu artigo 276, punia “com multa e dispersão do culto” o ato de celebrar “em casa ou edifício que tenha alguma forma exterior de templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra religião que não seja a do Estado”. Ao lado de outros fatores, o catolicismo institucional ajudou a travar a imigração européia para o Império.

Forjadas na Colônia, as práticas e concepções de vida

privada, de sociabilidade, de comunidade de costumes e de crenças modelavam os que eram brasileiros e impunham-se àqueles que, desembarcados nos portos do novo Império, viam a ser brasileiros.

Até meados do século XIX, enquanto perdura o comércio internacional de escravos, tanto a política agrária brasileira como seu corolário, a política de imigração, permanecem ilusórios. Na verdade, os fazendeiros continuavam a comprometer o país na sua própria política agrária: a introdução maciça de africanos expandia as fazendas e reforçava o escravismo. Esse quadro muda por completo a partir de 1850, quando o contrabando negreiro é definitivamente suprimido. A política imigrantista governamental, privilegiando até então o estabelecimento de colônias de europeus em terras encravadas no Rio de Janeiro, em São Paulo ou nas províncias sulinas, passa a ser pressionada pelos fazendeiros.

Resumindo os interesses em jogo, podem-se definir as diferentes correntes que se enfrentavam na imprensa e no Parlamento no terreno da política imigrantista. No fundo, antes de responder à pergunta: "Quem virá trabalhar em nosso país?", os responsáveis pela política governamental deveriam ter resolvido uma questão prévia: "Para quem se virá trabalhar em nosso país?". Se o imigrante viesse trabalhar por conta de outra pessoa, para os fazendeiros, poderia ser de qualquer raça. Em compensação, se viesse cultivar terras por conta própria, deveria preencher as características étnicas e culturais desejadas pelos funcionários do Império. Tais eram as alternativas que se apresentavam.

Determinados a consolidar a grande propriedade e a agricultura de exportação, os fazendeiros e o grande comércio buscavam angariar proletários de qualquer parte do mundo, de qualquer raça, para substituir, nas fazendas, os escravos mortos, fugidos e os que deixavam de vir da África. Preocupados, ao contrário, com o mapa social e cultural do país, a burocracia imperial e a intelectualidade tentavam fazer da imigração um instrumento de "civilização", a qual, na época, referia-se ao embranquecimento do país. Desde logo, as duas correntes encaram de maneira radicalmente distinta a ação do Estado e a política imigrantista.

Se o objetivo das novas medidas fosse substituir os escravos pelos imigrantes no eito das fazendas — a “imigração dirigida” —, o Estado devia intervir em dois setores. Acima dos fluxos migratórios, subvenções oficiais permitiriam o pagamento de passagens a todos os candidatos à imigração: europeus, asiáticos e, eventualmente, africanos livres. Dessa forma, o Império captaria um número considerável de trabalhadores estrangeiros, e sobretudo os mais pobres e mais submissos entre eles, aqueles cujos braços constituíam o seu único ativo negociável. Abaixo dos fluxos migratórios, o acesso às terras públicas seria restringido a fim de impedir que os imigrantes contornassem as fazendas para se estabelecer por conta própria.

Mas, se a meta escolhida fosse atrair colonos — a “imigração espontânea” — para reestruturar a propriedade da terra, as técnicas de produção, a zona rural e, ao fim e ao cabo, a sociedade brasileira, as verbas orçamentárias seriam então destinadas à abertura de um cadastro das terras públicas. Delimitadas, mapeadas, estas seriam postas à venda nos consulados brasileiros em Birmingham, Glasgow, Amsterdam, Hamburgo, Le Havre, Estocolmo e outras portas de saída dos povos da Europa do Norte. Os imigrantes detentores de capital próprio, aptos a se tornar proprietários e a desenvolver a agricultura moderna — camponeses europeus que desejavam continuar sendo camponeses na América —, comprariam essas terras. Seguiriam depois para o Brasil pagando suas próprias passagens. Em contraste, os proletários e desclassificados europeus, e obviamente os asiáticos, seriam excluídos das viagens rumo ao Império.

Nessa ordem de idéias, o Estado deveria também modificar as leis civis, que privilegiavam os católicos, para facilitar o afluxo e a integração dos colonos protestantes norte-europeus. Logo após o término do tráfico negreiro, o governo imperial inicia a criação de cartórios de registros nacionais de nascimento e de óbito, administrados por funcionários civis, para atender brasileiros e estrangeiros de qualquer confissão religiosa. Como se viu no capítulo 1, a revolta dos vigários, que exercitavam as atividades cartorárias e delas retiravam renda, impediu a implementação dessa reforma.

A questão do trabalho desembocava em cheio na questão nacional, no projeto sobre o conjunto de famílias, de vidas privadas, que formaria a futura vida pública brasileira:

no reverso do debate sobre a imigração desenhava-se o debate sobre a nacionalidade. Repare-se ainda que essas discussões transcorriam em tempos de unificação dos Estados nacionais europeus, numa época em que a homogeneidade cultural, lingüística, comunitária apresentava-se como um trunfo indispensável para viabilizar as nações modernas.

Desse modo, o antagonismo entre os interesses dos fazendeiros e os da burocracia imperial pela imigração reportava-se tanto ao presente quanto ao futuro do Império: qual povo virá? que sociedade resultará?

Para os fazendeiros, o fim do tráfico negreiro podia acarretar apenas um “amarelecimento” dos trabalhadores das fazendas: em vez dos negros seriam os chineses que pegariam na enxada. Houve, de fato, um começo de imigração chinesa para o Brasil, a exemplo do que acontecia em Cuba. Negreiros portugueses, e mais particularmente açorianos, haviam engatado um tráfico de chineses para o Brasil, valendo-se de contatos estabelecidos via Macau. Perto de 2 mil chineses foram assim desembarcados no Rio de Janeiro entre 1854 e 1856.²

Para os altos funcionários imperiais, o fim do contrabando negreiro abria, ao contrário, a oportunidade tão esperada de “civilizar” o universo rural e, mais ainda, o conjunto da sociedade, reequilibrando o povoamento do território em favor da população branca. No horizonte da questão imigratória, os debates definem uma visão da contemporaneidade oitocentista brasileira, da evolução das sociedades modernas, dos modos de vida predominantes no país. “Nós constituímos um povo, uma nacionalidade, cujo futuro dependerá das raças que lhe serão incorporadas, da natureza da civilização que o influenciará”, escrevia Lacerda Werneck, herdeiro de fazendeiros de café, mas também jurista e membro da comissão governamental encarregada de definir a política imigratória em meados do século XIX.³

Tal povo, tal nação. O assunto atravessa todo o debate político brasileiro da Independência até a Revolução de 1930, e impregna muitas das grandes e pequenas obras literárias e ensaísticas brasileiras.

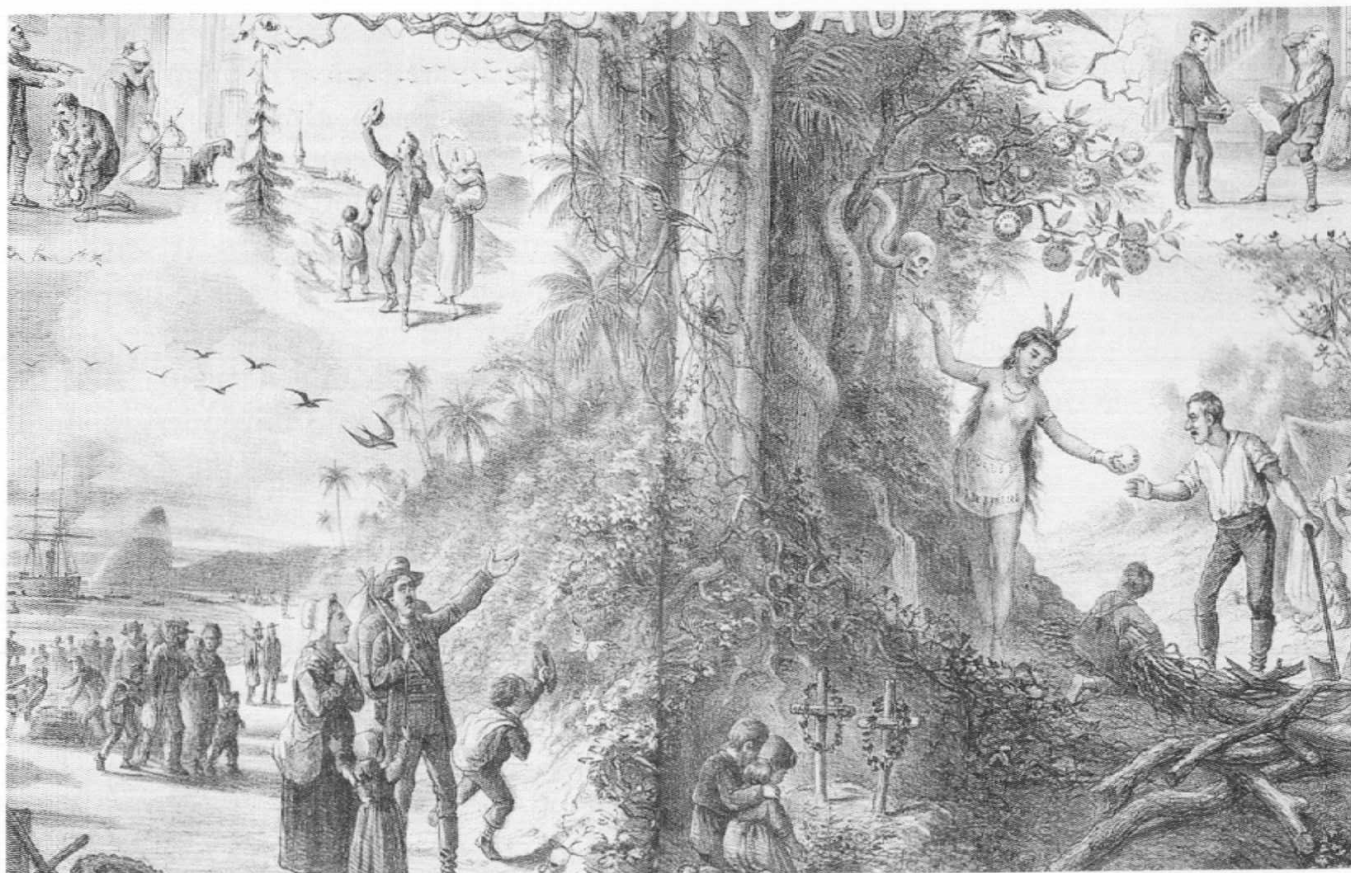
Na década de 1850, findo o tráfico e alocadas as verbas para a imigração, os fazendeiros comportaram-se como seus congêneres ingleses, franceses, holandeses e espanhóis do

Caribe. Procuraram armar um circuito de transporte de asiáticos e de africanos livres para substituir os escravos. Mas havia uma diferença decisiva. As ilhas e enclaves antilhanos submetiam-se ao estatuto colonial. Dependiam de governos metropolitanos e de funcionários de outro continente, os quais nem imaginavam que aquelas regiões distantes pudessem um dia organizar-se em sociedades autônomas, em Estados independentes. O Império, ao contrário, gozava de autonomia política, de um regime parlamentar bem implantado para os padrões do continente americano e de uma burocracia consciente de que o Estado precedera a nação. E, por isso mesmo, persuadida de que o Estado devia dar molde à nação. Num país fagocitado pelas oligarquias e desorganizado pela violência social e a heterogeneidade cultural que resultavam das formas de trabalho compulsório dominantes na economia, a “civilização” da sociedade aparecia como um dos objetivos essenciais do Estado. Como as tarefas históricas dos bacharéis que compunham a administração do governo central do Império.

Vêm à tona as divergências sobre os rumos passados e futuros do destino brasileiro, a visão do cotidiano nacional, da vida pública e privada de uns e de outros, da casa-grande e do sobrado, do campo e da cidade. Fato pouco conhecido, o primeiro embate frontal entre as duas concepções da nação tem como objeto a imigração de um povo longínquo que nem chegou a fincar pé no Brasil: os chineses.

O CHINÊS INDOLENTE

De fato, no debate parlamentar de 1857, a propósito da imigração chinesa, ocorreu uma discussão reveladora do impacto dos condicionantes culturais na nova política de povoamento e de mão-de-obra. Na Câmara, um deputado havia declarado: “quando procurávamos escoimar a nossa civilização da barbárie africana, [vamos] colonizar o Império com o indolente asiático, escravo da rotina e da superstição”. Respondendo ao deputado, o ministro do Império, Couto Ferraz, futuro visconde de Bom Retiro, explica os motivos que, a seu ver, tornavam os chineses menos comprometedores: “O chim não sai do seu país, senão com o fito de adquirir algum dinheiro, formar um pequeno pecúlio, e sempre com a idéia



fixa e com a condição expressa de regressar ao seu país no fim de três, quatro ou cinco anos [...] jamais o governo tivera a idéia de querer aumentar a população brasileira por semelhante meio”.⁴

Na verdade, o tráfico de chineses para o Brasil não se estabelecerá por causa do veto cultural e político que faz também abortar, nesse mesmo ano de 1857, um projeto da Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro, visando a estimular a vinda de “colonos africanos”, isto é, de imigrantes africanos livres, no Império. Derrotado o projeto fluminense, o *Jornal do Comércio* comenta num editorial sua satisfação. Para o jornal governista, o atraso da agricultura devia-se aos africanos. Só colonos europeus poderiam regenerá-la.⁵

Um choque exemplar entre as duas correntes que tentavam controlar a política governamental e captar as verbas oficiais destinadas à imigração, ocorrera dois anos antes no Senado. A primeira estocada fora dada pelo senador Vergueiro, político de grande influência, proprietário de fazendas de café em Limeira e Rio Claro, no Oeste paulista, e um dos

1. Angelo Agostini, um dos grandes ilustradores e chargistas do Segundo Reinado, faz um desenho dramático da emigração européia confrontada com as febres tropicais. No Brasil, a floresta selvagem, representada por uma índia, causa a morte do casal de colonos, deixando seus dois filhinhos órfãos. (Revista Ilustrada, 1876)

mais destacados porta-vozes dos fazendeiros no Parlamento. No seu discurso, Vergueiro afirmava que o homem “era como um diamante”: só brilhava quando esfregado por outro, quando entretinha trato econômico com outro homem, outro produtor. Por isso, não fazia sentido enviar colonos para os sertões, longe das cidades e dos mercados. A seu ver, o governo deveria subvencionar as passagens dos imigrantes que desejassem vir trabalhar nas fazendas brasileiras.

A resposta veio de Manuel Felizardo de Sousa e Mello, personagem emblemática do outro pólo do poder do Brasil oitocentista, a burocracia imperial. Ex-presidente das províncias do Ceará, Maranhão, Alagoas, São Paulo e, mais tarde, presidente de Pernambuco e conselheiro de Estado (1859-66), Manuel Felizardo era, com efeito, um dos grandes nos quadros da administração monárquica. Apresentava-se como um representante da corrente favorável à imigração de colonos norte-europeus para “civilizar” a sociedade rural e a nação brasileira. Na altura do debate ocupava o cargo de diretor-geral das Terras Públicas, órgão ligado ao Ministério do Império e embrião do futuro Ministério da Agricultura (1862).

Defendendo a política da repartição que dirigia, Manuel Felizardo responde ao senador Vergueiro:

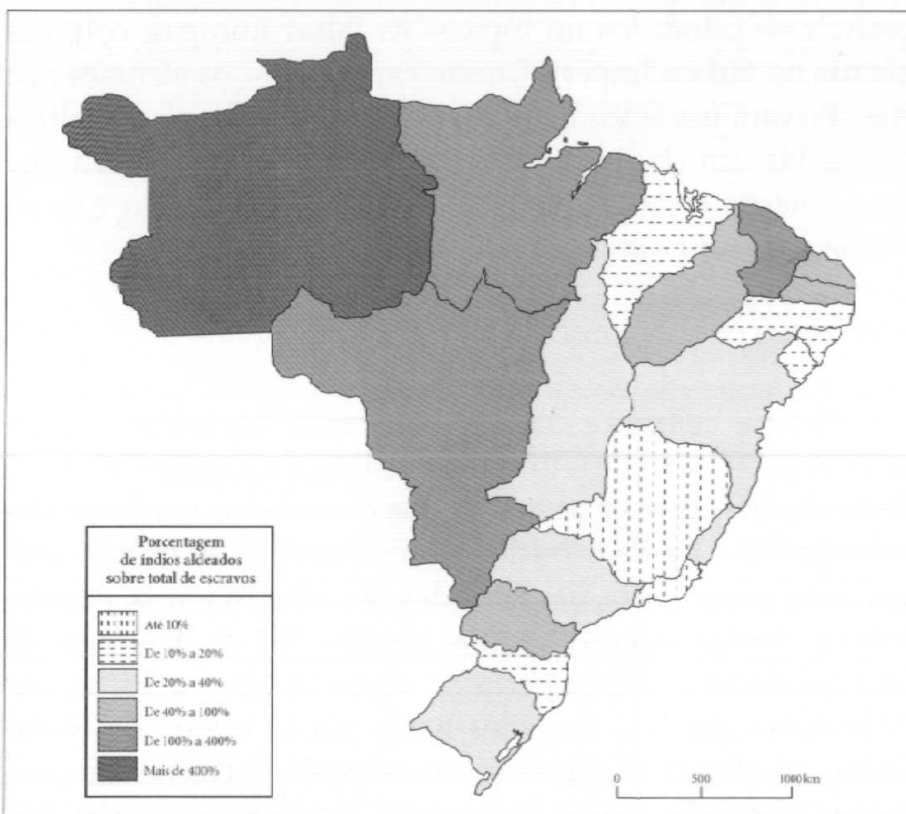
Ninguém desconhece a necessidade que todos os lavradores têm de aumentar o número de seus trabalhadores [...] E como até há pouco supriam-se os lavradores dos braços necessários? As fazendas eram alimentadas pela aquisição de escravos, sem o menor auxílio pecuniário do governo [...] Ora, se os lavradores se supriam de braços à sua custa, e se é possível obtê-los ainda, posto que de outra qualidade, por que motivo não hão de procurar alcançá-los pela mesma maneira, isto é, à sua custa? Será justo que a nação contribua para que dez, vinte, cem ou duzentos fazendeiros sejam supridos de braços à custa do país inteiro?

Isso é dito ali na bucha por um funcionário — decerto de alto nível, mas sem estatuto de ministro — a um pai da pátria, o senador Vergueiro: o Estado não pretendia subvencionar mão-de-obra estrangeira para os fazendeiros que até então haviam custeado eles próprios o tráfico negreiro.

Como ensinou Sérgio Buarque de Holanda, investindo

contra um equívoco tenaz da historiografia brasileira, os fazendeiros e senhores de engenho não controlavam o Estado imperial. Um artigo na imprensa da corte, sob o título “Lavoura”, conclama os grandes proprietários rurais para entrar no Parlamento, em vez de se contentar somente com a vereança nos municípios. Segundo o articulista, que escrevia em 1864, dos 131 deputados com assento na Câmara, “não se encontra um que seja meramente lavrador [...] sabemos que há alguns deputados que são também lavradores, mas não meramente lavradores e estão na Câmara mais como representantes de outras classes do que da lavoura”.⁶ *Lavrador*, no vocabulário oitocentista, significa, genericamente, “fazendeiro”. Afirmar, portanto, que não havia nenhuma representação política dos fazendeiros na Câmara era certamente um exagero. Mas o fato é que o autor exprime uma frustração de classe e aponta a insuficiente representação política dos proprietários rurais no governo central.

Ao tentar instrumentalizar o Estado, após o fim do tráfico, os fazendeiros bateram de frente com os altos funcionários da Coroa. Estes estavam mais preocupados em viabilizar a nação, trazendo colonos, do que em dar continuidade ao



2. Zona de pecuária, atividade pouco adaptada ao escravismo, o Ceará preservou formas de trabalho compulsório indígena e aparece em 1872 como a província litorânea contendo a maior proporção de índios aldeados relativamente à população escrava, com um perfil semelhante a duas das províncias amazônicas (Pará e Mato Grosso). Essa reserva de trabalho compulsório indígena facilitou a abolição da escravidão no Ceará em 1884. (LED-Cebrap)
(Ver Apêndice, tabela 12.)

latifúndio exportador, trazendo proletários rurais do estrangeiro. Ademais, escaldada pelo contencioso internacional gerado pelo tráfico negreiro, a burocracia imperial queria evitar novas encrências diplomáticas por causa do transporte e da contratação arbitrária de proletários europeus no Brasil. As reservas e as oposições do governo central provocarão um refluxo das pressões dos fazendeiros para as instâncias provinciais do poder público. Desse modo, para implementar sua própria política imigratória, os fazendeiros exigem mais verbas — donde maior autonomia tributária — para as províncias. Esse será um dos eixos do desenvolvimento da idéia federalista no Brasil.

Entrementes, os fazendeiros lidavam, mal ou bem, mais mal do que bem, com os imigrantes que já haviam chegado aos portos do Império.

No censo de 1872, os africanos livres e escravos (183 mil) aparecem como o primeiro contingente estrangeiro, seguidos pelos portugueses (121 mil) e pelos alemães (46 mil). Por enquanto, convém fixar a atenção nesse contingente alemão que, ao lado dos portugueses, vai polarizar o essencial da política imigrantista até os anos 1880. Em contraste com os seus compatriotas residentes em núcleos coloniais mais estáveis — estudados no tópico “As falsas Europas: colônias alemãs no Sul do Império”, neste capítulo —, os alemães que trabalhavam nas fazendas às vezes formavam famílias maltrapilhas. Há um chiste pejorativo, cunhado na época, em que essa situação é retratada: “Não sou filho de alemão que os outros comem e ele não”.

“COLONOS LUXUOSAMENTE VORAZES”

Choque cultural e choque social entre fazendeiros e imigrantes provocam, de fato, a intervenção da força pública em favor do fazendeiro e protestos dos consulados em favor dos estrangeiros.⁷ Desde o início, a incorporação de trabalhadores livres estrangeiros nas fazendas de café revelou-se problemática. Numa fazenda fluminense do litoral, denominada Martim de Sá e situada perto da divisa de São Paulo, os trabalhadores alemães, chegados havia pouco tempo de Hamburgo, rebelaram-se contra os maus tratos. O fazendeiro protestou, alegando que os imigrantes, “luxuosamente vorazes,

começaram a exigir maior soma de alimentos [...] pretendendo igualmente que o proprietário os tratasse com iguarias delicadas e bebidas alcoólicas”. Num universo rural cujas formas de revolta consistiam na fuga de escravos, ou no incêndio do canavial provocado pelo morador que o senhor de engenho expulsara, surge, de maneira organizada na Fazenda Martim de Sá, um fenômeno tão extravagante que nem tinha nome, o pacto rebelde dos colonos alemães tachado pelo fazendeiro de “pacto de ociosidade”: a greve de trabalhadores rurais.⁸

Hábitos alimentares europeus, fundados no costume milenar — duplamente milenar — do consumo de pão e por vezes, para os portugueses e italianos, de vinho, podiam ser suprimidos de maneira brutal no isolamento das fazendas, nas lonjuras do sertão. As “bebidas alcoólicas” desejadas pelos alemães não seriam, por exemplo, a cachaça, que rolava aos borbotões nos quatro cantos do território e costumava ser fornecida até como remédio aos escravos e aos moradores. Referiam-se a vinhos e cerveja, que a propaganda das casas importadoras nos jornais da corte, interessadas em aumentar o consumo desses produtos no Império, apresentava como bebidas do homem citadino, bem instalado na vida.

Presunto, queijo e manteiga afiguravam-se ao fazendeiro e à esmagadora maioria dos brasileiros como “iguarias delicadas”. De novo, é preciso atentar para o contexto específico da época.

Minas Gerais, reciclada na produção alimentar, exportava para São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia toucinho, carnes de vaca e de porco salgadas, e queijo, bastante queijo. Números de 1840 indicam que naquele ano 559 mil queijos mineiros haviam sido exportados para o Rio e para São Paulo. Haveria certamente um acréscimo a essa cifra se nela fossem incluídos os produtos enviados para a Bahia.⁹ Parte dessa exportação de alimentos mineira deve ter se dirigido às tropas do governo central que combatiam, no Rio Grande do Sul, a revolução Farroupilha (1835-45). Contudo, a partir dos anos 1850 acentua-se a penetração no Império de produtos alimentares europeus, americanos e platinos que concorrem com a produção mineira. Novos hábitos alimentares são também introduzidos pelos estrangeiros. O viajante Walsh conta que um inglês, Duval, foi o primeiro a servir guisado de carneiro aos seus convi-

3. Ameixas, manteiga e presunto também eram importados em maior quantidade no Império após 1850. Os hábitos alimentares, que seguiam os cardápios europeus, e os restaurantes dos imigrantes difundem o consumo desses produtos. (Jornal do Comércio, 1853)

AMEIXAS

da rainha Claudia, 800 rs.; pera, 1,000, em lata de 6 libras paças muito boas e baratas; manteiga, 720 rs. a libra; presuntos de Hamburgo, a 280 rs. a libra; na rua do Comércio n. 67.

dados brasileiros na corte, no Primeiro Reinado. Até então, o preconceito religioso excluía a carne de carneiro das mesas da América portuguesa e do Império, porque o prato aparecia como “a carne do Cordeiro de Deus”.¹⁰

Comparando-se os quinquênios 1845-50 e 1850-5 (sempre considerando que o ano fiscal começava em julho e acabava em junho do ano seguinte), constata-se que o valor da importação de manteiga no Rio de Janeiro teve um aumento de 27%. Muito mais impressionante foi o aumento de quase três vezes dos valores das carnes importadas no mesmo período.¹¹ Nas listagens da alfândega, não há discriminação da entrada de queijos, provavelmente incluídos no item geral “artigos não especificados”, cujo valor conheceu, como se notou no capítulo 1, um forte aumento de quase sete vezes no mesmo período. O fato é que o consumo do produto deve ter aumentado, pois os jornais da corte estampam propaganda constante de queijos importados.

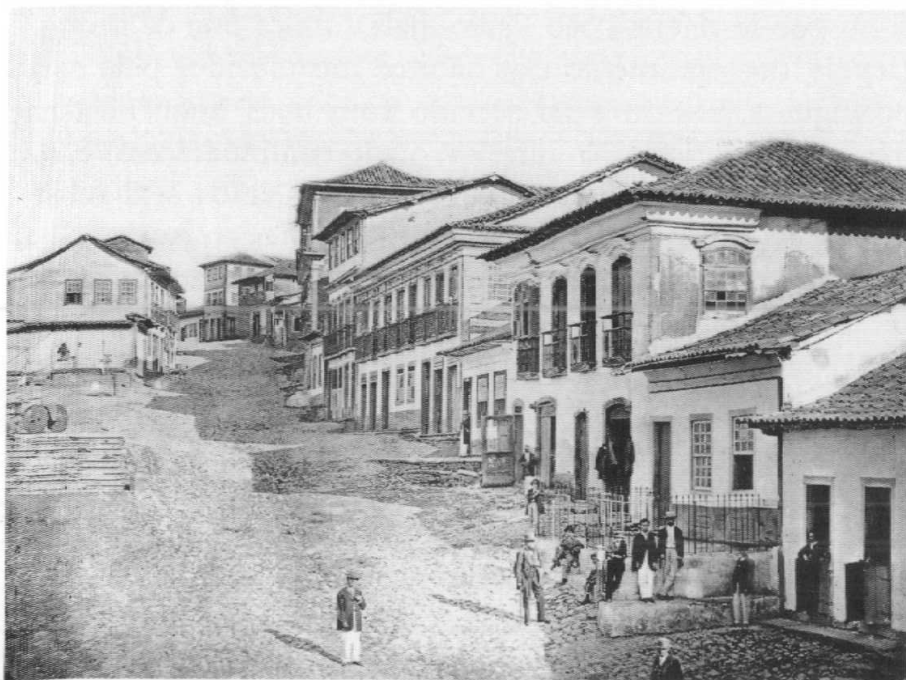
Em geral, a ausência — salvo em Minas Gerais — de fabrico desses produtos constituía, aos olhos dos estrangeiros e de muitos brasileiros das cidades, uma prova suplementar do atraso da vida rural brasileira. O médico e viajante alemão Avé-Lallemant, ao passar por Lajes, no Oeste catarinense, registra a seguinte observação: “Nunca vi tanta indolência, ou melhor, tanta preguiça como entre os camponeses de Lajes. Não é notável, por exemplo, que na cidade central de um município onde pastam centenas de milhares de reses não se encontre uma libra de manteiga para comprar?”.¹² O paradoxo parece menos evidente quando se sabe que o gado do campo não se presta à ordenha e, por isso, desestimula o fabrico de laticínios, ao contrário do gado criado em estábulos, como na Europa. Quando viajavam no Oeste dos Estados Unidos, europeus e americanos da Nova Inglaterra incorriam

no mesmo equívoco, ligando a ausência de manteiga à “preguiça” dos grandes criadores de gado daquela região.

De maneira geral, a influência dos modos de vida e dos hábitos alimentares e culturais europeus será propagada pelos núcleos coloniais, e não pelos trabalhadores estrangeiros diretamente incorporados ao eito das fazendas. Em *O cortiço* (1890), Aluísio de Azevedo descreve, com alguma condescendência, um processo de aculturação alimentar que parece ter sido bem mais complicado. Referindo-se a um imigrante português numa fazenda, ele narra:

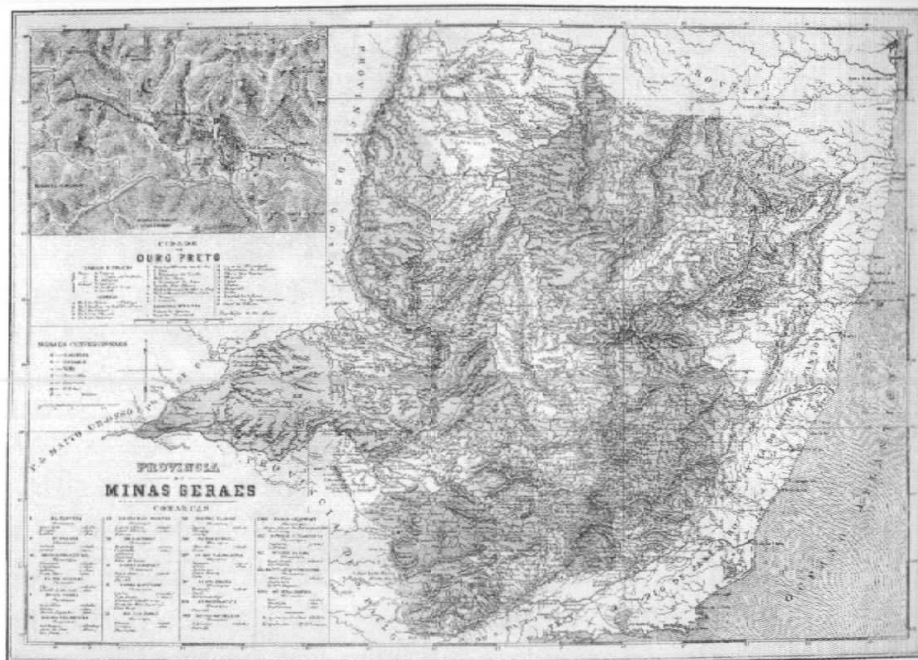
E Jerônimo abraçeirou-se [...] a aguardente de cana substituiu o vinho; a farinha de mandioca sucedeu à broa; a carne-seca e o feijão-preto ao bacalhau com batatas e cebolas cozidas; a pimenta-malagueta e a pimenta-de-cheiro invadiram vitoriosamente a sua mesa [...] a couve à mineira destronou a couve à portuguesa; o pirão de fubá ao pão de rala e, desde que o café encheu a casa com o seu aroma quente, Jerônimo principiou a achar graça no cheiro do fumo e não tardou a fumar também com os amigos.¹³

Houve, entretanto, um alimento europeu que veio para ficar. De fato, difundido pelas vagas imigratórias da segunda metade do século XIX, o pão incorporou-se definitivamente às mesas brasileiras, mudando os hábitos nutritivos do país.



4. Vista da rua Direita, em Diamantina. A sociabilidade urbana mineira sobrevive ao declínio da mineração. Helena Morley escreve ali, nos anos 1890, o seu célebre diário *Minha vida de menina*. (Foto de Riedel, 1868)

5. Minas Gerais torna-se um exportador de gêneros alimentícios para a Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Na Zona da Mata e no Sul mineiro, a cultura do café tem também grande importância na segunda metade do século XIX. (Cândido Mendes, Atlas do Império do Brasil, 1868)



O PÃO, "ALIMENTO DE PRIMEIRA NECESSIDADE"

Na Colônia e no Império predominavam nas refeições o feijão e a farinha de mandioca e de milho. Comiam-se também carnes e, sobretudo nas províncias marítimas, muito peixe. Tradicionalmente, os países dados ao consumo de arroz incluem pouco ou nenhum pão na sua alimentação cotidiana. Até os finais do século XVIII, o arroz parece ter tido pouco consumo interno, sendo compensado pela mandioca e, no que se refere a São Paulo, pela canjica fina de milho.¹⁴ Depois, no seguimento dos hábitos introduzidos pela corte portuguesa, passou a ser servido com mais frequência nas mesas oitocentistas. No interior, o pão continuará raro e, nas zonas paulistas e sulistas povoadas por italianos, será substituído pela polenta e as broas de milho. Mas em várias cidades, e sobretudo na corte, o pão se impõe. Na cidade do Rio de Janeiro, o número de padarias aumenta de setenta, em 1853, para 157, em 1860.¹⁵ Do quinquênio 1845-50 para o de 1850-5, houve um aumento de 30% nos valores das importações de farinha de trigo na corte.

Os vetores principais dessa mudança nos hábitos alimentares foram os imigrantes portugueses, consumidores e fabricantes de pães. Das 439 padarias registradas na corte em 1884, 46% pertenciam a portugueses, e era nesse setor do comércio que a presença dos lusitanos atingia seu maior peso.¹⁶ Acresce

PADARIA APERFEIÇOADA.

SYSTEMA ROLLAND

PREVILEGIADO S. G. D. G. EM FRANÇA E
OUTROS PAIZES ESTRANGEIROS.

DELMILHAC

PADEIRO

RUA DA MISERICORDIA N. 16.

AMASSADOR MECANICO.

FORNO AREOTHERMO.

estabeleceu uma padaria pelo systema novamente inventado, e já em Paris geralmente adoptado por causa do asseio e perfeição do producto que se obtém, juntamente a superioridade do pão e assado com que é feito, por ser unicamente fabricado em processos mecanicos: evita-se desta maneira o contacto e suor dos trabalhadores, que pelo modo antigo torna nojenta a fabricação de um alimento de primeira necessidade. O estabelecimento, unico nesta cidade, acha-se patente ao exame de todas as pessoas que o quizerem visitar, e principalmente aos Srs. donos de padarias.

Na mesma casa fornece-se de um rancho de lãoa.

NOVA PADARIA

6, 7. Para enfrentar a concorrência das padarias portuguesas no Rio de Janeiro, o padeiro francês Delmilhac enfatiza o progresso das novas máquinas de fazer pão que importou da França. Sem padrão definido do gosto dos consumidores brasileiros, a Nova Padaria anuncia o fabrico de pão de diversos tipos e sabores. (6. Jornal do Comércio, ago. 1853; 7. Jornal do Comércio, 1852)

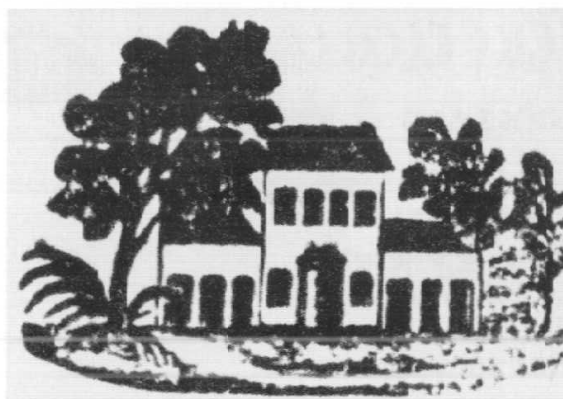
que o Rio, e o Império, podia contar com as exportações de três zonas triticultoras distintas e complementares, a Europa, os Estados Unidos e, na entressafra americana e européia, o Chile.

Pães de diversos tipos e sabores estavam à venda. Na corte, a Nova Padaria comunicava à freguesia a venda de seus variados produtos: “pão Napoleão, provença, crioulo, o novo pão saloio, biscoito da rainha, bolachinha americana, de araruta, de erva-doce, rosca da Califórnia”.¹⁷ Para vencer a concorrência portuguesa, o padeiro francês Delmilhac anunciava que sua padaria utilizava um novo sistema mecanizado de fazer pães, com um amassador mecânico e um forno especial, garantindo mais higiene no fabrico desse alimento que ele julgava indispensável. Meio apelativa, sua propaganda enfatiza, como era a moda na época, as vantagens do maquinismo: “evita-se dessa maneira o contato e suor dos trabalhadores que, pelo modo antigo, torna nojenta a fabricação de um alimento de primeira necessidade”.¹⁸

Espalhado pelos imigrantes e a moda européia e americana, o consumo de pão aumenta no Império e na República, transformando-se num item constante e incompressível das importações brasileiras. A exemplo do que representavam — num cálculo estritamente contábil —, até meados do século XIX, as importações de escravos africanos no país.

Para além dos números, a influência dos novos modos de vida respondia também à posição social dos estrangeiros. Embora pouco numerosa, a comunidade de negociantes americanos e europeus sediada na corte e nos principais portos tinha grande influência na política e na economia do país. Entretan-

8. As famílias estrangeiras preferiam morar nas chácaras dos arrabaldes do Rio de Janeiro do que nos sobrados do centro velho da cidade. (Jornal do Comércio, 1852)



Precisa-se de uma chacara para pequena família estrangeira nas Laranjeiras, Caminho Velho do Botafogo, Rio Comprido, ou Engenho Velho; dirija-se à rua da Quitanda n. 189.

to, as características de seus negócios e de seu modo de vida limitaram a influência social dessa comunidade no Império.

O CELIBATO FORÇADO DOS NEGOCIANTES ESTRANGEIROS

Na realidade, a generalidade dos importadores estrangeiros vivia numa situação delicada que se refletia na vida privada deles. Sendo apenas agentes consignatários de uma casa matriz européia, não tinham propriedade efetiva sobre os bens que importavam e vendiam no Império. Quando morriam sem testamento, sua loja e as mercadorias ali consignadas podiam ser embargadas pelos juízes de órfãos e ausentes. Na ausência de leis imperiais relativas às heranças dos estrangeiros, as casas exportadoras européias incorriam em grandes riscos. O assunto pareceu suficientemente sério para merecer, em 1845, um artigo do recém-fundado jornal londrino *The Economist*, ancestral da revista que atualmente leva esse nome. Militando pelo livre-cambismo, o jornal inquietava-se com a situação política do Império do Brasil e com o fato de que as mercadorias nas mãos dos consignatários ingleses falecidos sem testamento fossem incorporadas ao espólio do morto, quando, na realidade, pertenciam à casa matriz inglesa.¹⁹

Se o comerciante estrangeiro tivesse filhos no Brasil, os juízes de órfãos, numa interpretação nacionalista dos interesses das crianças, incorporavam os bens sob a guarda dos pais à herança do menor. Desde logo, os negociantes estrangeiros recebiam das matrizes ordens para se cuidar, retirando-se dos portos do Império nos períodos de epidemias. Recebiam também instruções para não casar nem ter filhos com brasileiras, a fim de evitar o confisco das mercadorias sob a sua guarda, caso viessem a falecer no Império. No Recife, um jor-

nal nacionalista criticava, em meados do século, o celibato forçado dos negociantes portugueses: “blasona esse insolente portuga de só namorar por divertimento e de não casar senão em sua terra”.²⁰ Não se tratava de nenhuma birra do português em questão, nem dos importadores estrangeiros em geral, com as virtudes conjugais das brasileiras. De fato, na mesma época, o viajante anglo-americano Thomas Ewbank confirmava o comportamento singular da comunidade dos negociantes europeus e americanos: “os comerciantes estrangeiros no Rio de Janeiro vivem como se formassem uma espécie de ordem monástica [...] quase todos são solteiros de trinta a sessenta anos de idade. Em suas casas, como nos mosteiros, não há mulheres”.²¹

Só mais tarde, quando os tratados internacionais sobre as heranças dos estrangeiros foram completados e consolidados, mudou o comportamento esquisito dos negociantes estrangeiros com as mulheres brasileiras.

Majoritários na comunidade desses negociantes, maciçamente representados no contingente imigrado, integrados de imediato pela língua e pela rede familiar e cultural tecida ao longo de dez gerações na América portuguesa, os lusitanos — compondo o mais numeroso grupo imigrante no Brasil, no longo prazo, no período 1825-1972 — constituem um caso à parte.²²

A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Primeiro, cabe uma questão mais complexa do que parece à primeira vista: como os moradores da América portuguesa, todos súditos do rei de Portugal, tornaram-se brasileiros de um dia para o outro após a Independência?

Na verdade, o Sete de Setembro de 1822 cria uma situação extravagante no Brasil. Quem é quem? 1808, a corte vem de Portugal; 1821, a corte volta: como cada um escolheu sua pátria, entre um príncipe regente, proclamado imperador de um novo país (outubro de 1822), e seu pai, soberano da Metrópole?

No fundo, a escolha foi essencialmente pautada pelos interesses particulares, pelo modo de inserção da vida privada na nova vida pública brasileira inaugurada pelo Império. Alvo da desconfiança das novas autoridades luso-brasileiras, parte dos oficiais e das tropas lusitanas não teve dúvida e em-



9. *Oficiais brasileiros e estrangeiros, sobretudo na marinha, substituíram as tropas portuguesas que deixaram o Império após a Independência, mas o recrutamento de soldados para o exército sempre foi problemático. Na Guerra do Paraguai havia os “voluntários da pátria”, mas também os “voluntários da corda”, homens livres compulsoriamente incorporados nas tropas imperiais. Aqui a família, abençoa seus rapazes que partem para a guerra. (A Semana Ilustrada, 1865)*

barcou para a Europa logo após a Independência. Mas muitos funcionários régios ficaram.

Nas classes dominantes do país houve, entretanto, dois comportamentos bem distintos e bem fundamentados quanto à opção a tomar depois de 1822. Todos os proprietários, todos os fazendeiros e senhores de engenho, estivessem eles na América portuguesa havia muitas gerações ou alguns anos somente, tinham de brasilianizar-se. Detentores da ordem privada escravista, exercendo domínio direto sobre os escravos e os homens livres que viviam em suas terras, eles precisavam assumir plenamente os direitos políticos outorgados pelo Império, a fim de garantir sua própria inserção nas novas instituições nacionais.

Todos os que tinham comércio, negócio de importação e de distribuição de importados, tomaram uma atitude oposta. Depositários de bens móveis e exercendo o comércio por con-



10. O índio servia de emblema nacionalista para os comerciantes brasileiros submetidos à dura concorrência das casas de comércio estrangeiras, sobretudo portuguesas. (Jornal do Comércio, 1853)

signação, ou seja, ganhando uma comissão sobre mercadorias alheias que lhes eram confiadas para ser vendidas no Brasil, eles continuavam submetidos às casas comerciais do Porto e de Lisboa. Não convinha, nem aos seus patrões metropolitanos, nem a eles próprios, optar pela nacionalidade brasileira. O setor será, aliás, constantemente renovado pela vinda organizada de parentes portugueses que chegam como caixeiros para assumir, mais tarde, a sucessão do comerciante estabelecido na corte e nos principais portos brasileiros. Desse modo, a comunidade dos comerciantes portugueses no Brasil reproduz-se, ao longo do século XIX, no âmbito de um universo delimitado, cujo centro financeiro e mercantil situa-se no Porto e cujas bases demográficas residem na província do Minho, plataforma da imigração de caixeiros.

No meio tempo, os comerciantes portugueses, donos da maior rede de distribuição de secos e molhados do Império, donos também — na corte e na província do Pará — de um número de armazéns que excedia àquele possuído por brasileiros, tornam-se alvos da hostilidade nacionalista urbana.

Nessa campanha, valia tudo. Em alguns momentos a lusofobia atingiu as raias do delírio psicanalítico. O português aparecendo como o grande estuprador da ex-Colônia, que ameaçava até a virilidade dos brasileiros. Tal é o sentido de uma carta publicada em 1848 no jornal nacionalista pernambuco-

bucano *A Voz do Brasil*. No limite da torpeza, a carta investe contra certo “sr. Cutrim”, um comerciante português estabelecido em Maceió. “Esse burro deflorou uma nossa patricia, e gravidou-a, ao mesmo tempo que gravidou a mãe da mesma rapariga! Horror! Infâmia! Senhor [leitor], cá, vosmecê, tenha olho vivo com esse patriarca da prostituição. Olhe que vosmecê é brasileiro, e que o bicho é bom na broxa.”²³

Na mesma época, na Bahia, o jornal semanal *O Povo*, todo impresso em papel verde-amarelo, publicava um artigo intitulado “Paralelo entre africanos e portugueses” que dizia o seguinte:

Se diferença se pode dar no seu físico, certo que na moralidade das ações, muitas vezes o africano excede ao português [...] O africano, bem que de mau grado, lavra os nossos campos [...] o português destrói a indústria, aniquila o comércio [...] o africano que para cá veio é muitas vezes filho de famílias de mais ou menos representação, porque ainda reina entre eles o bárbaro costume de serem escravos os prisioneiros de guerra. O português que para aqui vem é réu de polícia, ladrão de estrada, chefe de quadrilhas, passador de papel falso, galegos que correspondem ao que chamamos negro cangueiro.²⁴

Esse tipo de lusofobia caracterizava a oposição aos comerciantes portugueses.

A DESCOBERTA DO PROLETÁRIO EUROPEU

A concentração de imigrantes pobres nas cidades confunde aqueles que contavam utilizar a imigração branca para “civilizar” o país. Torna-se evidente uma realidade social cujos termos eram até então antinômicos: a existência de europeus pobres, nivelados ao estatuto dos escravos de ganho e do eito, exercendo atividades insalubres e personificando formas de decadência social que pareciam estar reservadas aos negros.

Dadas as dificuldades que passavam no transporte marítimo durante a travessia atlântica, às vezes assegurada pelos agentes e navios da antiga frota negreira, os imigrantes pobres portugueses mergulhavam quase inevitavelmente no universo dominado pelas práticas escravagistas. Nos campos,

COLONAS chegadas ultimamente de Fayal, nó e s-
cuna portugueza Amélia, contracto-se na ilha das
Cobras no desembarque do Vidal.

11. As imigrantes açorianas entram
no mercado de trabalho feminino
da corte e fazem concorrência
às mucamas. (Jornal
do Comércio, mar. 1853)

em geral ladeados por cativos, os imigrantes coabitam com escravos nas senzalas e são por vezes controlados por escravos-feitores.²⁵ Na cidade, e em particular nas fábricas de charuto, onde imigrantes menores são empregados ao lado de crianças escravas, as condições de trabalho são duras. Duas mil crianças e adolescentes açorianos trabalham nessas fábricas no fim da década de 1850.²⁶ A construção de estradas e de vias férreas na segunda metade do século XIX dá lugar a incidentes entre contramestres estrangeiros e brasileiros e imigrantes portugueses.

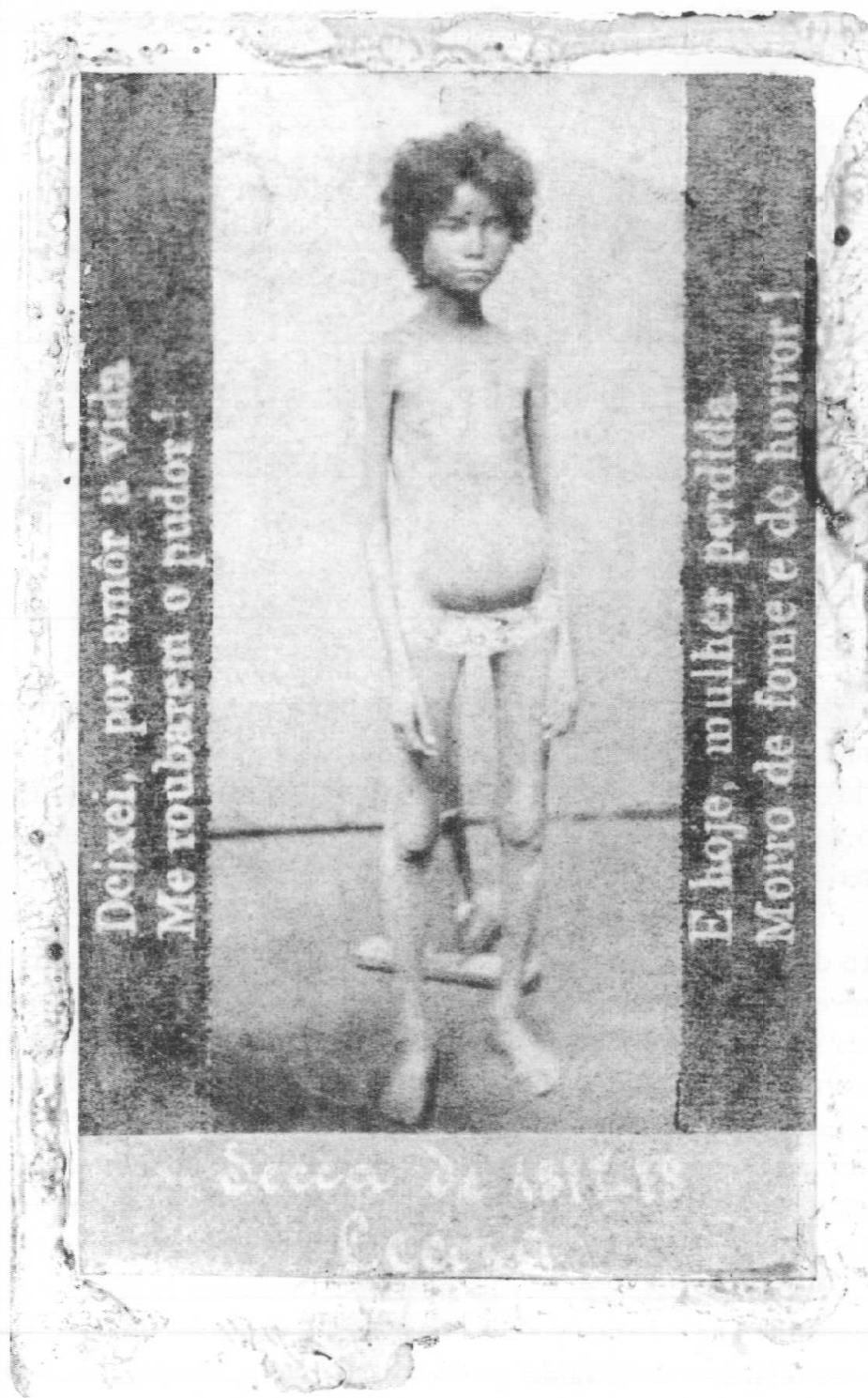
Notícias de conflitos com os trabalhadores aparecem de permeio às ameaças de levante de escravos. Em janeiro de 1863, numa correspondência de São Paulo, o *Jornal do Comércio* informa sobre uma tentativa de insurreição de escravos ramificada em Taubaté, Pindamonhangaba, Guaringuetá e Lorena e, logo em seguida, anuncia o prosseguimento dos conflitos com imigrantes que trabalhavam na estrada de ferro para Jundiaí: “continuam os distúrbios nos trabalhos da linha férrea. No Barbado, próximo a Jundiaí, três portugueses, trabalhadores, foram mortos em luta”.²⁷ Na imprensa surgem protestos contra a “escravidão branca”. Assinala-se, com escândalo, a evidente semelhança entre os anúncios sobre “escravos em fuga” e “colonos em fuga” publicados nos jornais.²⁸ Às vezes, conflitos opunham os comerciantes portugueses a seus compatriotas. No início, é bem provável que o substantivo *galego* tenha sido usado pejorativamente pelos próprios comerciantes lusitanos para designar os proletários portugueses entregues a tarefas similares às dos verdadeiros galegos, emigrados da Galícia, na cidade de Lisboa. Em seguida, os brasileiros denominaram “galegos” o conjunto dos portugueses estabelecidos no Império. Suscitando discussões sobre o presente e o futuro dos modos de vida no Brasil, a imigração de proletários portugueses alimentava também os debates sobre o passado, o que constitui uma outra maneira de questionar o presente. Assim, o Instituto Histórico propõe um tema de pesquisa

que ainda hoje incomoda uma parte da velha oligarquia brasileira: “A que classes da sociedade pertenciam os primeiros colonizadores portugueses no Brasil? De que categoria de indivíduos descendemos?”²⁹

Contudo, os incidentes não estavam restritos à imigração portuguesa no Rio e em São Paulo. Depois de uma série de tumultos que se estendiam desde 1872, explode em 1874, na colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande Sul, o levante dos “Mucker”. Movimento messiânico liderado por um curandeiro teuto-brasileiro, João Jorge Maurer, e sua mulher, a profetiza Jacobina, ambos filhos de alemães da primeira leva de imigrantes estabelecidos na área. Envolvendo os membros da mais antiga colônia alemã do Império, o conflito deu lugar a choques armados entre as tropas e os rebeldes.³⁰ Como observou Maria Isaura Pereira de Queiroz, o levante místico, até então restrito às antigas áreas de colonização afro-luso-brasileira do Nordeste e, por isso mesmo, atribuído à “instabilidade psicológica” dos mestiços, irrompia no seio da comunidade imigrante mais prestigiada pela administração imperial.

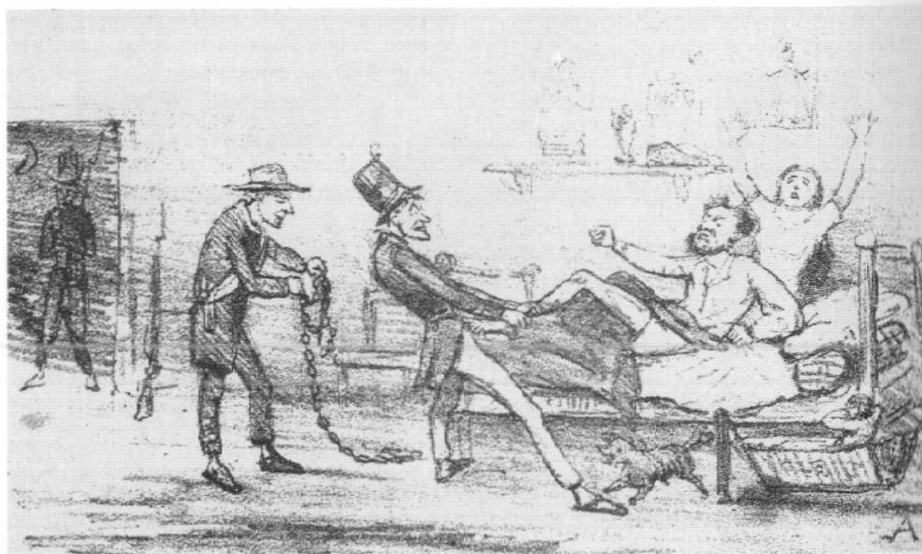
Todos esses incidentes com os imigrantes estrangeiros levam a classe dirigente brasileira a reelaborar sua própria visão do país. “A existência infortunada do [...] escravo [...] conduziu o proprietário brasileiro a ignorar o valor das massas proletárias existentes no país [...] mas o brasileiro é calmo, sóbrio, inteligente, apto a tudo e desinteressado”, registra um membro do Instituto Histórico num comentário sobre o livro de um viajante inglês. Aliás, comparando a qualidade de vida entre os pobres da Inglaterra e os do Brasil, o mesmo autor pondera que os brasileiros viviam melhor que os ingleses morando nos “bairros imundos” da “fumígera Londres”.³¹

Uma tragédia social e humana, de dimensões catastróficas, iria se desenrolar nos sertões do Nordeste, e sobretudo no Ceará, mostrando que os brasileiros não viviam tão bem assim. Ocorrendo no tempo cíclico de vinte a trinta anos que já havia ocasionado as secas de 1825 e 1846, ambas acompanhadas de migração para outras áreas do Império, e em especial para o Pará e o Maranhão, a seca de 1877-8 causou, provavelmente, em termos relativos, o drama de maior custo humano jamais registrado no Brasil.



12. As fotografias feitas por J. A. Corrêa da seca de 1877-8 no Ceará ainda chocam. Denunciam a miséria extrema dos sertanejos. Bordalo Pinheiro criticou, na sua revista *O Besouro*, o descaso do governo e do próprio imperador que, na época da tragédia, viajava pelos Estados Unidos e Europa. A reportagem, de 1878, apresenta-se como uma edição pioneira do fotojornalismo brasileiro. (J. A. Corrêa, 1877)

13. Soldados invadem casas atrás de recrutas no início da Guerra do Paraguai. Um dos homens leva uma corda para amarrar o "voluntário". (A. Agostini, Cabrião, 1867)



GENTES E NÚMEROS

Globalmente, os grandes fluxos migratórios — forçados e livres — dirigidos para o Brasil dividem-se da seguinte maneira: cerca de 4 milhões de africanos foram deportados para a Colônia e o Império entre 1550 e 1850, enquanto 5 milhões de europeus, levantinos e asiáticos entraram no território brasileiro entre 1850 e 1950.

No Império, quando se realiza a transição entre o tráfico de africanos e o transporte de imigrantes livres, o quadro reveste-se de características específicas. Como foi dito, no censo de 1872, africanos, portugueses e alemães ocupavam as três primeiras posições no contingente estrangeiro. Nessa altura, os italianos totalizavam apenas 6 mil pessoas. Na verdade, a entrada maciça dos imigrantes inicia-se no final da década de 1880: em 1887 desembarcam 32 mil imigrantes e, em 1888, com a Abolição já concluída, a cifra salta para 92 mil. Os espanhóis chegam em maior número no período 1887-1914. Nos anos 1890, a imigração italiana — essencialmente dirigida para São Paulo e financiada por subvenções do governo provincial e depois do governo estadual — atinge seu pique histórico: 85 mil italianos entram nesse estado em 1895.³²

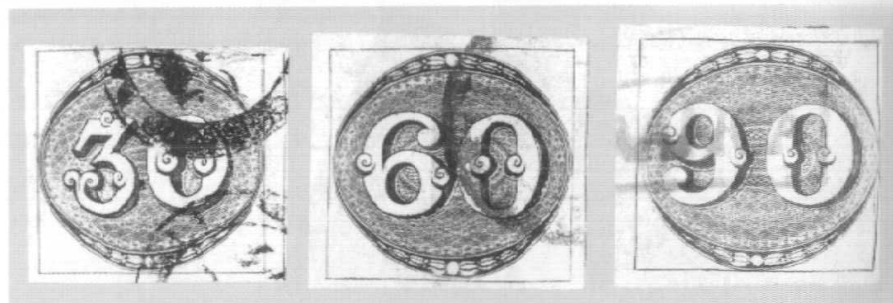
No último quartel do século XIX, por motivos ligados à própria naturalidade dos recém-chegados, há um arrefecimento do debate sobre a cara e os modos de vida dos imigrantes entre as duas correntes que se enfrentavam. Em certo



14. Os carimbos foram usados em cartas antes do aparecimento do selo postal. A afluência dos imigrantes aumenta o fluxo das relações postais com a Europa. (c. 1840, Museu Histórico Nacional)

sentido, os portugueses, os espanhóis e os italianos, compondo os maiores contingentes imigratórios para o Brasil, registrados entre a Independência e a Primeira Guerra Mundial, satisfaziam as reivindicações dos dois grupos de pressão nacionais. Majoritariamente desprovidos de posses, situavam-se, por um lado, como substitutos dos escravos nas fazendas e como empregados nas novas áreas pós-escravistas, atendendo assim às demandas dos fazendeiros. Por outro lado, como europeus e católicos, não destoavam do bloco cultural e demográfico formado pela classe dominante imperial, confortando as perspectivas culturalistas da corrente “civilizatória” presente no aparelho de Estado.

15. O Brasil foi o segundo país do mundo a adotar o selo postal adesivo, chamado de "olho-de-boi". (1843, Museu Paulista)

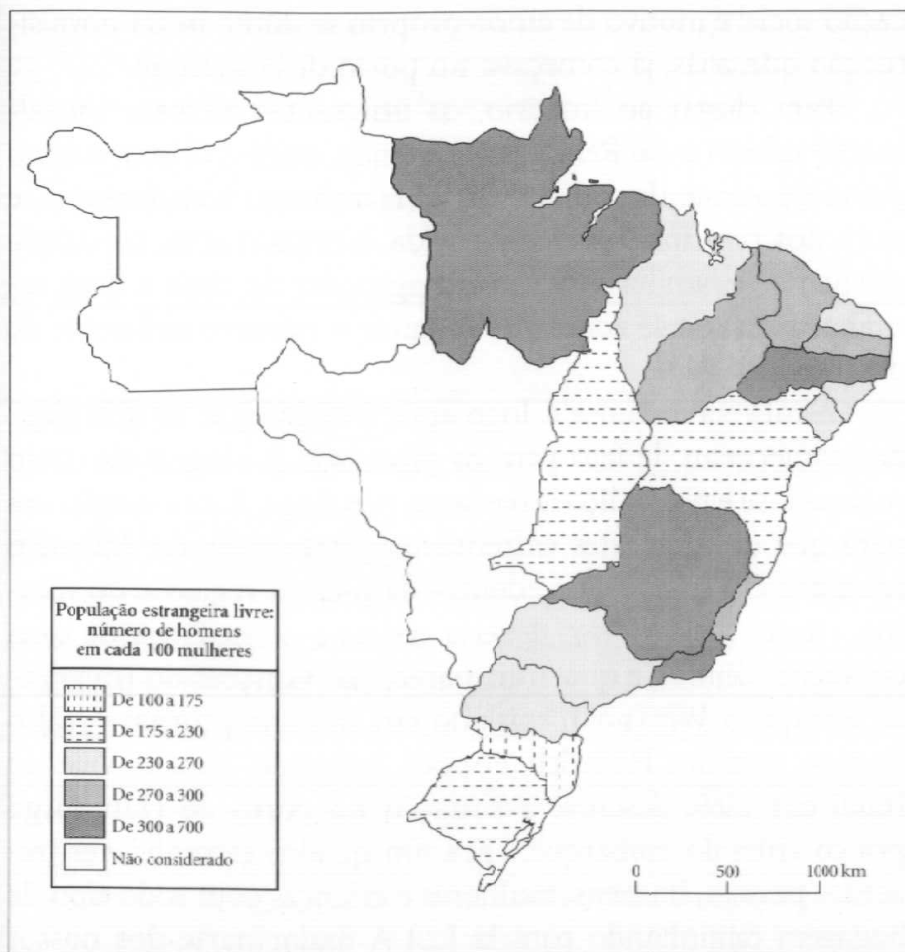


Só a imigração asiática relançará, no final do século, o debate de fundo sobre a imigração. Depois dos anos 1850, outras tentativas de trazer imigrantes chineses, e asiáticos em geral, foram bloqueadas por razões culturais. Logo no início da República, o decreto de 28 de junho de 1890 proíbe a entrada de asiáticos e africanos no Brasil. Sob a pressão dos fazendeiros, sobretudo dos cafeicultores paulistas, para quem a imigração era crucial, o governo volta atrás. A lei de fevereiro de 1892 levanta o veto à imigração asiática e os primeiros japoneses chegam em 1908.

Nessa altura, já haviam se consolidado no Sul do país as comunidades alemãs e, em menor medida, as italianas, que iriam constituir uma nova face da diversidade cultural brasileira.

Um balanço feito em 1855 pelo governo imperial repertoria 44 colônias estabelecidas em sete províncias: uma no Amazonas, duas no Maranhão, duas no Espírito Santo, oito no Rio de Janeiro, catorze em São Paulo, três no Paraná, nove em Santa Catarina e cinco no Rio Grande do Sul. Dos 18 mil colonos que os funcionários imperiais conseguiram contabilizar nesses núcleos, 74% residiam em Santa Catarina. O censo de 1872 registra uma nova etapa na consolidação dessa área de povoamento: Santa Catarina aparece como a província do Império em que o número de homens para cada cem mulheres, índice denominado pelos demógrafos de "razão de sexo", apresenta-se mais equilibrado entre os estrangeiros. Ou seja, a comunidade implantada naquela província, zona pouco tocada pela grande propriedade escravista, apresenta um perfil essencialmente familiar. Tais características assegurarão a continuidade e o desenvolvimento desse tipo de povoamento, já embrionário no Rio Grande do Sul e depois difundido no Paraná.

L. F. de A.



16. O mapa com os dados do censo de 1872 dá um retrato da imigração no Império. Santa Catarina, mercado secundário, apresenta um povoamento familiar e uma proporção mais equilibrada de homens e mulheres estrangeiras. Mas o Rio de Janeiro e o Pará, onde se desenvolve a exploração da borracha e de outros produtos florestais, assim como Minas Gerais, zona produtora de alimentos para o mercado interno, atraem muito mais trabalhadores solteiros estrangeiros. (LED-Cebrap) (Ver Apêndice, tabela 13.)

• AS FALSAS EUROPAS: COLÔNIAS ALEMÃS NO SUL DO IMPÉRIO

A RECONSTRUÇÃO DAS TRADIÇÕES

No estudo das colônias alemãs no Sul do Império, é preciso considerar, em primeiro lugar, a diversidade existente entre os próprios membros dessas comunidades. De fato, boa parte do contingente de 350 mil alemães que chegou ao Império a partir de 1824 — data de fundação da colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul — até a proclamação da República não tinha a mesma procedência regional, nem os mesmos hábitos. Tal heterogeneidade, às vezes, levava os alemães a julgarem a si próprios estrangeiros.

A travessia marítima da Europa para o Brasil, quando todos se achavam misturados no navio anonimamente, despertava no imigrante a sensação de isolamento. Nome, origem, profissão e tudo o mais que até então servira como identi-

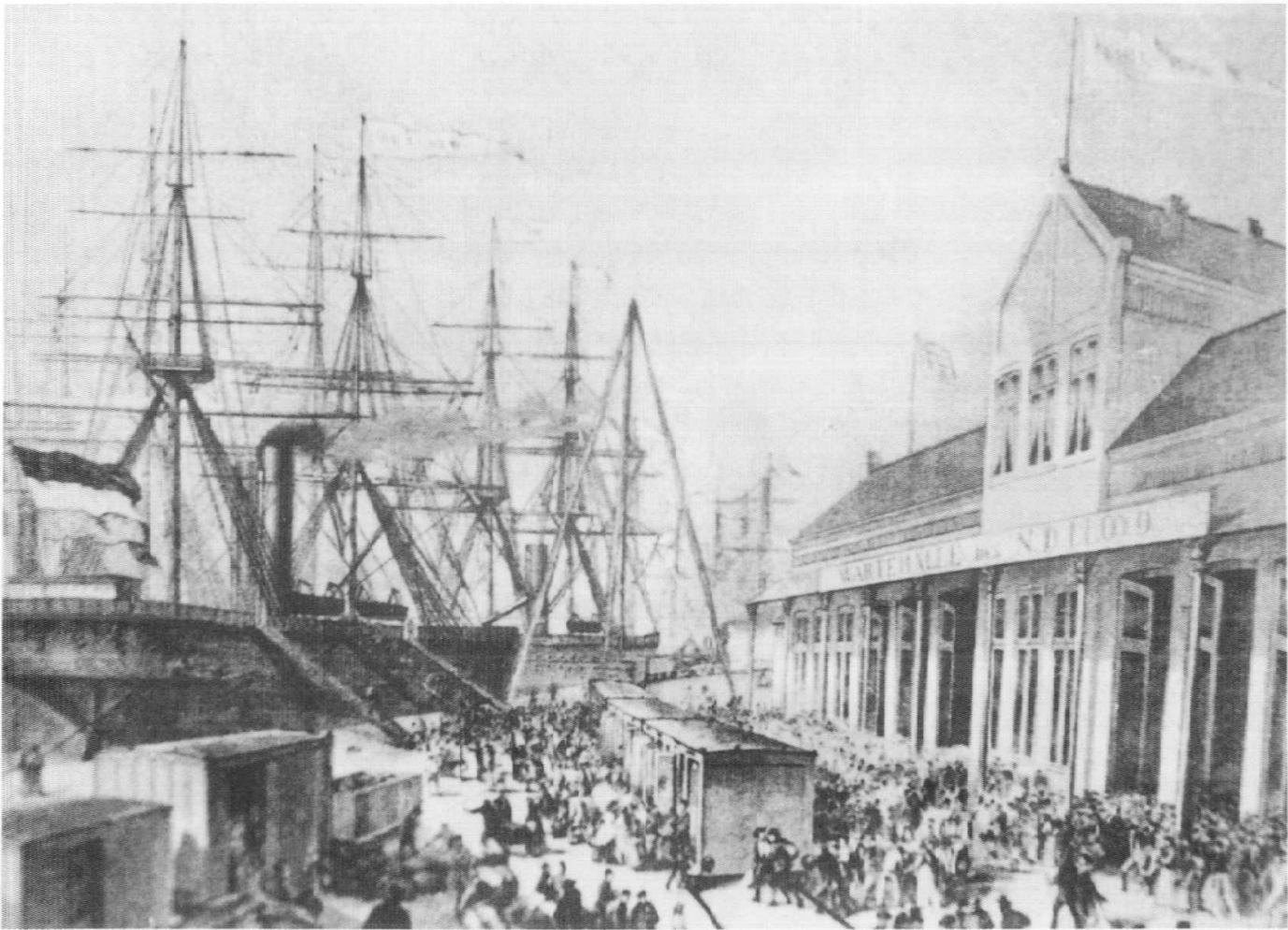
cação social e motivo de amor-próprio se diluía nessa nova situação que, aliás, já começava no porto de embarque.

Para chegar ao Império, os imigrantes alemães inicialmente subiam o rio Reno até a Holanda, onde embarcavam no porto de Amsterdam. Mais tarde, Hamburgo transformou-se num dos principais portos de saída. Normalmente, na cidade portuária as famílias precisavam aguardar de uma a duas semanas para que se conseguisse reunir o número suficiente de passageiros.

A rota era tortuosa e, logo após o embarque, as dificuldades começavam de fato para os pioneiros. A viagem de navio realizava-se em condições bastante precárias. A orientação era para que os imigrantes enfrentassem a travessia do Atlântico reunidos em grupos procedentes da mesma região e do mesmo estrato social. Disso deveria nascer a consciência de uma condição idêntica, a qual transparece nas Canções do Imigrante, em que o *Wir* (nós), entoado em conjunto, tornava real o destino comum. Heinrich Pöpper, imigrado para o Vale do Itajaí em 1869, descreve a situação no porto de Hamburgo pouco antes do embarque: “Era um quadro estranho ver trezentas pessoas, homens, mulheres e crianças com todo tipo de bagagem caminhando para lá [...] A maior parte dos nossos companheiros de viagem era de Hinterpommern. Nós dificilmente podíamos entendê-los quando falavam em seu dialeto”.³³

Os imigrantes dos anos 1830-50 vinham do Sudoeste da Alemanha, de regiões definidas como tendo estrutura econômica agrícola em combinação com o artesanato rural e com pequenas indústrias domésticas. No período 1850-65, provinham das regiões agrárias do Norte e do Leste. Do restante da Alemanha saíam, durante os anos 1865-95, grupos sociais empobrecidos, juntamente com artesãos e pequenos empresários. A partir de 1880, a maioria dos emigrados passa a ser de procedência urbana.

Nas camadas mais modestas, existia uma *Heimatlosigkeit* (ausência do sentimento de pátria) estrutural, vivenciada como a não-propriedade do solo ([*Grund*] — *Bezitslosigkeit*), o que tornava alguém sem terra o mesmo que alguém sem pátria, com a conseqüente condição de desgarramento, ou ausência de sentimento comunitário. Emigrar surgia como a



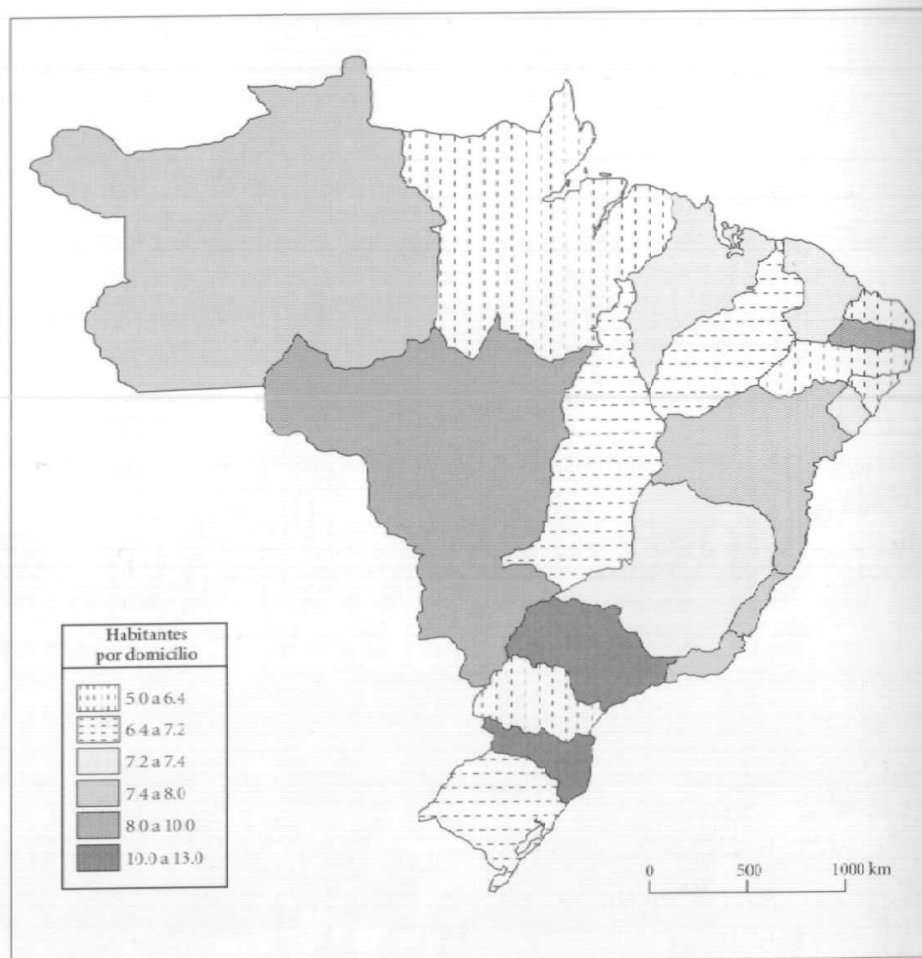
única alternativa para um dia se realizar o sonho de ser proprietário de um pedaço de chão.

Traziam então o modelo da grande Revolução de 1789 — boa parte dos imigrantes vinha da Renânia, região às margens do rio Reno conhecida como Palatinado ou Rheinpfalz, constantemente invadida pelos franceses — e, sob esse aspecto, a emigração era a procura consciente de terra e liberdade. Essa conotação novamente se observa nas Canções do Imigrante: “Amerika, du freies Land [...] Europa bot nur Slaverei” (América, terra livre [...] a Europa só nos oferece escravidão).³⁴

O sonho de liberdade dos camponeses alemães vinha ao encontro da proposta de Hermann Blumenau, “um dos maiores colonizadores da América do Sul”, como lembra Sérgio Buarque de Holanda. No contexto de um plano de colonização e produção para o mercado empenhou-se em trazer da Alemanha gente de várias profissões.³⁵ Para isso divulgou relatórios em que propunha às pessoas que quisessem emigrar

17. No embarque em navios entulhados rompia-se a intimidade familiar e a privacidade dos imigrantes. (Vista do porto de Hamburgo no momento do embarque para a América, meados do século XIX, arquivo do Jornal de Santa Catarina)

18. Santa Catarina, zona de colonização baseada no trabalho familiar, e São Paulo, área de fronteira agrícola escravista, aparecem como as províncias que concentram o maior número de pessoas por domicílio no censo de 1872. (LED-Cebrap)
(Ver Apêndice, tabela 14.)



a liberdade, com relação tanto à servidão feudal européia quanto à fé religiosa e à opção política.

Por meio da pequena propriedade e da produção doméstica introduziu-se um padrão cultural novo no Império. Em núcleos como Blumenau, todos os imigrantes deviam começar a vida na mesma condição — a de colono —, fossem eles profissionais liberais, artesãos ou fabricantes em seu lugar de origem, determinando de entrada a estruturação de uma sociedade original no Vale do Itajaí. Isso não apenas era requisito básico imposto pelo fundador em concordância com as diretrizes do governo imperial: a situação econômica e social da maioria dos imigrantes não permitia que se envolvessem no grande comércio ou na grande agricultura de exportação.

No tipo de economia colonial que acabava de se implantar e que se tornaria característica do Vale do Itajaí, a policultura, segundo a tradição alemã, devia atender ao autoconsumo e ao pequeno comércio, solidificando um caráter independente entre os colonos.³⁶ Essa independência era re-

forçada pelo fato de os colonos alemães não encontrarem jornalheiros entre os seus conterrâneos. De fato, a mentalidade com que todos vieram começar a vida no Brasil era de que ninguém trabalharia para os outros, para os grandes proprietários, e todos ansiavam pela autonomia econômica.³⁷

HERMANN HERING: "CONDES E BARÕES, MENDIGOS
E VAGABUNDOS NÃO EXISTEM EM NOSSA COLÔNIA"

Enquanto os imigrantes da área rural procuravam a liberdade mediante a posse da terra, aqueles saídos do meio urbano, desalojados pela grande indústria desenvolvida na Alemanha a partir dos anos 1870, passaram a compor um número significativo de emigrantes. O que eles desejavam reproduzir no Novo Mundo eram as condições de sua vida anterior, representada pelas corporações profissionais, das quais se orgulhavam. Leia-se carta de Hermann Hering, artesão da Saxônia que imigrou em 1878 para Blumenau, onde iniciou a indústria têxtil: "Todo imigrante, sem ser doente, nem mendigo, três ou quatro anos após a sua chegada assume status social médio da concepção alemã".

Instalados, os Hering deram início à sua fábrica de malhas, a exemplo das unidades produtoras domésticas européias antes da Revolução Industrial. Nestas, o local de moradia ainda não era separado do local de trabalho, misturando a atividade assalariada ao espaço cotidiano da vida privada familiar.

Hermann Hering, numa outra carta, lamenta o fato de não ter trazido sua mãe para a colônia de Santa Catarina e descreve o lugar e a sociedade em termos idílicos: "A permanência no ar puro, as janelas e portas encontram-se abertas o dia inteiro, o calor predominante (neste inverno a temperatura aqui desceu somente três graus), bem como a vida entre seus semelhantes — [pois] condes e barões, mendigos e vagabundos não existem em nossa colônia — lhe teria [à sua mãe], em todo caso, sido mais agradável do que a vida na abafada e estreita Brüdergasse [sua residência na Alemanha], onde não faz verão".³⁸

Condes, barões, mendigos e vagabundos da Alemanha são nivelados a uma mesma categoria de perturbadores da ordem comunitária, ordem que se tentava criar, ou recriar, no Sul do Império.

19. Os Hering, artesãos têxteis da Saxônia, fundam a primeira malharia de Santa Catarina em 1880. Numa carta para a Alemanha, Hermann Hering fala da vida comunitária em Blumenau, onde, segundo ele, não existiam os dois tipos de inúteis que estragavam a sociedade européia: "os condes e barões", assim como os "mendigos e vagabundos". (Centro de Documentação Hering)

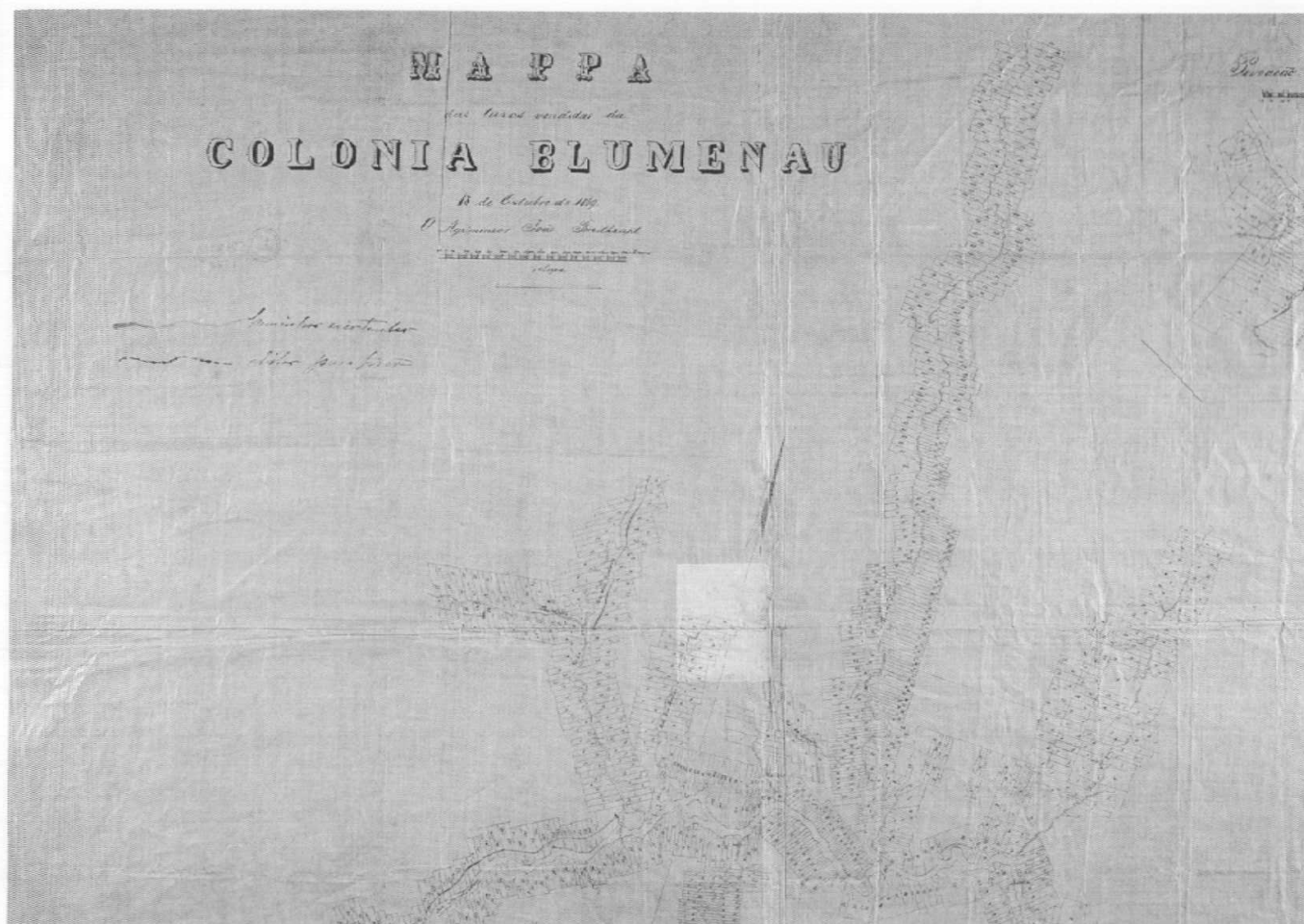


De fato, os imigrantes tentaram recriar a noção de *Heimat* (pátria), objetivamente reconhecida como a região, a comunidade, a escola, a igreja, o parentesco e as amizades marcadas por uma mesma situação social, características dos lugares onde haviam passado a infância e a juventude.

A SOLIDÃO DAS MULHERES

Os grupos que chegavam da Europa estabeleciam-se em vales nas margens dos rios, formando uma comunidade isolada que se organizava de modo a garantir sua sobrevivência material e cultural. O primeiro passo era a instalação dos equipamentos urbanos, iniciada com a construção de uma igreja, um cemitério, uma escola. Uma casa comercial recebia os alimentos produzidos pelos colonos e os trocava por produtos manufaturados trazidos da capital. As famílias viviam exclusivamente de sua produção de alimentos, motivo por que precisavam ter filhos, os quais ajudavam na lavoura. A família apresentava-se como uma pequena empresa e, enquanto os filhos cresciam, o maior número de tarefas repousava sobre os ombros das mães.³⁹

De início, houve um desacerto entre o vestuário tradicional alemão, sobretudo feminino, e a vida no Brasil. Muitos imigrantes trouxeram os trajes típicos de sua região de origem na bagagem. Em meio à gente do campo, o número de saias que a camponesa vestia indicava seu estado civil ou o



status da família. Nas famílias mais prósperas, o número de saias usadas sobrepostas pelas moças e mulheres podia chegar a dezesseis. Mas nas colônias brasileiras, onde não havia necessidade de símbolos hierárquicos para identificação da posição social, o hábito foi abandonado.

Apesar das referências dos textos da época às costureiras, apenas duas vezes por ano confeccionava-se, ou melhor, reformava-se um vestido: no Natal, portanto na entrada do verão, e em Pentecostes, na entrada do inverno, e isso entre as famílias residentes nos centros das vilas. Nas áreas mais afastadas dos núcleos coloniais, o traje das mulheres era composto de saia, avental e blusa, aqui se abdicando do corpete, do xale e da touca, que era substituída por um lenço de proteção contra o sol. Quanto às crianças até os seis anos de idade, o vestuário delas limitava-se, durante a semana, a uma camisa que descia até os joelhos.

O modo de vida desenvolvido nas relações de trabalho das corporações de ofício, em que a mulher participava ativa-

20. Herdeiros das tradições seculares da vida comunitária camponesa, os colonos procuravam manter-se agrupados nas novas colônias brasileiras. (Breithamp, Mapa, meados do século XIX, Biblioteca Nacional)



21. A casa com sótão, o velhote com o acordeão, as mulheres de saia longa e pesada, o moço com a espingarda de dois canos e o facão. Em volta, os pés de café, plantados como se fossem árvores de pomar. Os imigrantes alemães de São Paulo geralmente trabalhavam em fazendas já cultivadas por escravos. (Colonos no Sul, Dietze, c. 1870)

mente ao lado do marido, estabelecia um contraste entre o papel da dona de casa alemã e o da brasileira, gerando o preconceito de que “a brasileira é má dona de casa”.

As mulheres que permaneceram isoladas nas colônias — muitas das quais embarcaram na aventura da imigração para o Império por escolha dos maridos ou dos pais, e não por vontade própria —, tinham consciência das carências que afligiam os imigrantes. Fora da cultura aldeã tradicional europeia, sozinhas num meio ambiente hostil e desconhecido, muitas delas viveram melancolicamente. Como observou um viajante alemão a respeito dessas mulheres: “Ficou a recordação de uma forte saudade da velha pátria e não raramente levam a vida deprimidas até a morte. Principalmente quando têm certa cultura e quando lhes falta o contato social com as famílias vizinhas. Estas mulheres sofrem profundamente com



a solidão na floresta — esta é a situação nas colônias da floresta sul-brasileira”.

A LEITURA NOS BOSQUES

Havia entre os imigrantes uma viva consciência da importância do livro e da leitura, mais ainda entre os luteranos, educados na prática constante da leitura da Bíblia.

Em Blumenau, por exemplo, logo de início foram criados dois *Lesezirkeln* (círculos de leitura para a troca de livros entre os associados). No Rio Grande do Sul, da Legião Alemã que chegou em 1852 a convite do governo brasileiro, faziam parte muitos intelectuais, professores e jornalistas que haviam participado da Revolução Liberal de 1848 e defendido seus ideais nas barricadas. Associados à população imigrada havia mais tempo, esse grupo passou a exercer forte influência cultural nas comunidades alemãs rio-grandenses.

Mas foi o próprio sistema comunitário formado pelos pequenos núcleos auto-suficientes que se encarregou da es-

22. Associado à aristocracia européia, o hábito dos gaúchos de montar a cavalo era admirado e copiado pelos colonos alemães. (Sul do Brasil, final do Império)

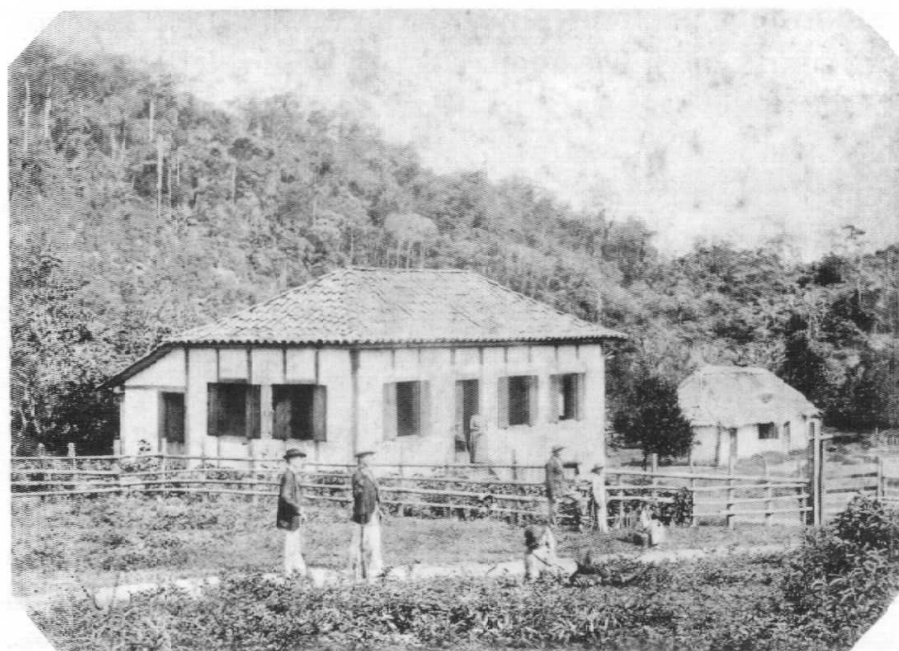
trutura básica nas áreas de colonização. O modelo de convivência levou ao surgimento, entre os imigrantes, de uma série de associações cujo objetivo era a manutenção dos seus costumes. As primeiras associações foram as das escolas e igrejas, destacando-se também as destinadas a promover o convívio social. Havia sociedades de ginástica, de acordo com uma concepção saudável de vida. Havia também sociedades de fumantes onde os homens se reuniam para fumar cigarros, charutos e cachimbos.

Os clubes de caça e tiro obedeciam à mesma finalidade do lazer e do convívio. Sua origem remontava às corporações de jovens na Alemanha que, em tempos de perigo, se reuniam para a defesa de burgos e castelos e, em tempos de paz, participavam dos festivais de colheita na primavera. Aí, ao lado das competições de tiro, realizavam-se jogos, danças, cantos etc., cujo propósito era exercitar o corpo, promover a diversão e estimular a camaradagem.

De modo geral, os alemães admiravam os brasileiros das cidades. Sobretudo no Rio Grande do Sul, viam a população local como portadora de uma cultura urbana mas também pastoril e, como tal, detentora de status social. É que o cavaleiro, "de traje distinto e bravura", facilmente se identificava com a classe senhorial européia. A confirmá-lo existe o caso da colônia Hansa, em Santa Catarina: cinco anos após sua fundação, entre as 350 famílias instaladas, havia 147 cavalos de montaria, além, é claro, dos cavalos de tração necessários ao trabalho.

Entre os recém-chegados, a solidariedade também se manifestou na edificação da igreja e da escola. Aí os imigrantes alemães demonstraram o mesmo empenho conjunto revelado na abertura das roças, na construção de suas casas, na organização do lazer. Como a maioria deles era de fé luterana, foram luteranas as primeiras comunidades religiosas a formar-se nas colônias do Sul.⁴⁰

Para os alemães, a religião apresentava-se como um campo quase exclusivo da vida privada. De fato, nas colônias protestantes as cerimônias religiosas não tinham a força de um ato civil como nas católicas, em que esse ato era público em virtude da união Estado-Igreja no Império. Assim, o re-



23. Com 46 mil indivíduos, os alemães compunham, no censo de 1872, o terceiro maior contingente estrangeiro no Império, atrás dos africanos livres e escravos (183 mil) e dos portugueses (121 mil), mas na frente dos italianos (6 mil). (Casa de colonos alemães no Sul do Brasil, Dietze, c. 1870)

conhecimento dos ritos restringia-se à privacidade da comunidade.⁴¹ Por outro lado, graças ao caráter independente e privado com que cada comunidade luterana criava seus estatutos, parte dos governos do Império, não vendo no protestantismo uma ameaça à religião oficial, a católica, tolerou-as e de certo modo favoreceu-as.

Batizados, casamentos e serviços fúnebres marcavam as etapas da existência e não permitiam que a vida religiosa e as tradições se extinguissem nesses lugares remotos.

Nas localidades mais distantes do centro da vila ocupavam-se as dependências da escola para a celebração dos cultos e, na ausência de órgão, a voz do professor regia os cantos entoados pelos fiéis. Com o tempo foi preciso institucionalizar essas práticas, solicitando a vinda de um pastor e de um padre e a construção dos respectivos templos. Apелou-se por isso à Igreja evangélica na Alemanha.⁴²

Por decreto de 1858, do governo do Império, o pastor Hesse foi contratado na Alemanha para servir em Blumenau. Durante os primeiros sete anos de estadia, foi pago pelo governo imperial, o que não era incomum nas paróquias evangélicas. O mesmo benefício fora concedido à colônia gaúcha de São Leopoldo, cujo primeiro pastor, que chegou ao lugar em 1824, também teve seu salário pago pelo Império, favor negado na época à paróquia católica da região.⁴³ Mais tarde, em 1849, chegaram a esse núcleo colonial gaúcho, onde os

católicos representavam um terço do contingente de colonos, os primeiros padres de língua alemã.⁴⁴ Ao governo da província de Santa Catarina, pediu-se ajuda para trazer da Alemanha um sacerdote católico. O auxílio oficial foi concedido, e em 1876 já se encontrava na região o padre Jacobs, natural da Renânia. Em Joinville, o governo provincial chegou a colaborar com a quantia de 10:000\$000 para a construção do templo evangélico.

A edificação do templo era o principal objetivo dos pastores.⁴⁵ Graças ao mutirão dos fiéis, ergueu-se um pequeno templo em estilo gótico, sem torre externa — esse privilégio era reservado apenas à Igreja católica —, idealizado por um imigrante formado na Academia de Munique. O arquiteto, que chegou a Blumenau em 1858, foi responsável igualmente pelo traçado do templo católico, no mesmo estilo. As construções das duas igrejas, cada qual ocupando uma colina — uma à entrada, outra no centro (*Stadtplatz*) da vila —, tanto pelo estilo quanto pela localização diferente da ocupada nas vilas lusas, deram contornos muito próprios ao lugar.

A LEITURA DA BÍBLIA E A PRIVACIDADE

A vida espiritual imbricava-se na vida privada. Entre os documentos das famílias teuto-brasileiras encontraram-se velhas Bíblias nas quais se anotavam as datas dos eventos mais importantes — casamentos, batismos, óbitos — dos seus membros. Os livros de canto distribuídos à comunidade, que eram levados aos encontros dominicais, também registravam em suas páginas a memória familiar.

Tschudi observou em Blumenau que o principal livro de leitura da escola era a Bíblia, tanto em versão portuguesa quanto em versão alemã, ambas publicadas em Nova York.⁴⁶ Em São Pedro de Alcântara, no Rio Grande do Sul, o pastor Voges também se preocupou com a distribuição de Bíblias à população católica luso-brasileira: “Sobretudo peço remeter-me duzentos Novos Testamentos em língua portuguesa [...] Entre a grande maioria dos sacerdotes do Brasil raras vezes pode ser encontrado um Novo Testamento e muito menos uma Bíblia inteira”.⁴⁷



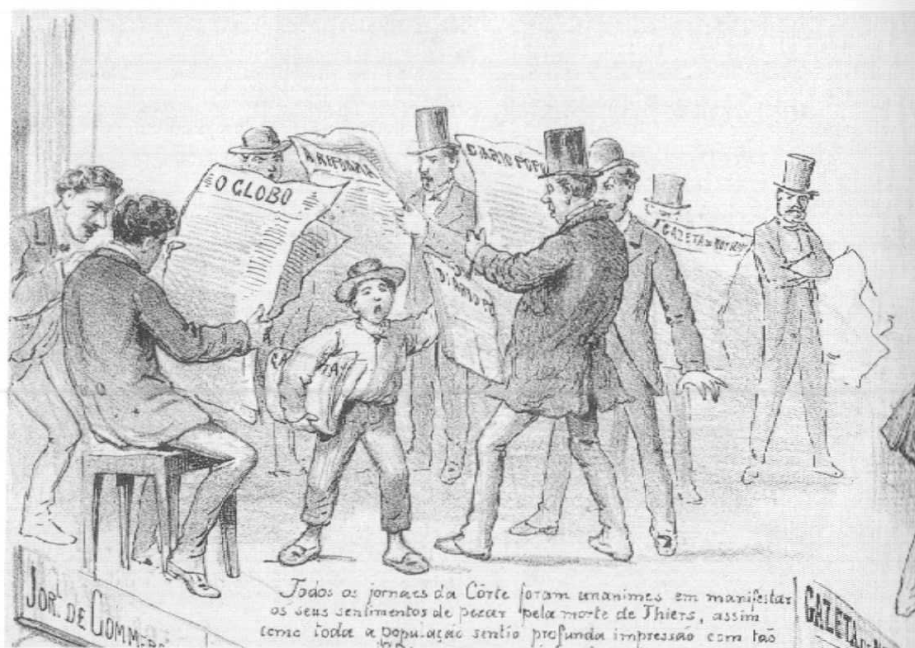
Todas essas práticas religiosas nas colônias alemãs levaram o protestantismo a ser fator de preservação da cultura germânica no exterior. Isso ocorreu primeiramente de forma espontânea e depois deliberada, quando o protestantismo se transformou na religião oficial do Império alemão. Desde então pastores comissionados pelas autoridades eclesiásticas alemãs passaram a ser enviados ao exterior, o que retardou a formação de um clero protestante brasileiro ou teuto-brasileiro. Dessa maneira, a língua e os costumes que os protestantes trouxeram consigo contribuía para que eles fossem vistos como corpo estranho pela gente do lugar, tornando mais vigorosos seus laços culturais na privacidade.

As igrejas católicas das colônias alemãs objetivavam servir o meio cultural brasileiro, embora os padres viessem da Alemanha, o ensino em suas escolas e a catequese em suas igrejas fossem ministrados na língua alemã, e embora os sermões fossem pronunciados em alemão e os cânticos entoados nessa língua.

As posições divergentes tomadas pelas duas religiões aumentaram a desconfiança mútua entre os fiéis, a qual já existia desde a predominância protestante na Alemanha. No Brasil, onde os católicos eram a maioria, os protestantes é que

24 Horas Vagas e uma revista alemã, revistas de leitura femininas publicadas em Petrópolis por Pedro Müller em 1875. (Museu Imperial!)

25. A imprensa brasileira seguia assiduamente o noticiário europeu e o denso movimento migratório de colonos da Europa para os Estados Unidos. Em contraste, comentavam-se os diversos embaraços que bloqueavam a chegada de imigrantes europeus ao Brasil. (A. Agostini, Revista Ilustrada, 1877)



assumiram atitude defensiva para com seus ideais de fé, apesar de o Império ter reconhecido oficialmente o protestantismo em 1870. Entre os motivos de atrito pesava o despeito dos protestantes contra o número elevado de feriados católicos no Império. O costume de não trabalhar na primeira sexta-feira do mês, observado pelos católicos, atrapalhava a continuidade do trabalho agrícola. Na prática da vida religiosa, os protestantes também seguiam a norma segundo a qual “só tem religião quem a pratica”. Assim, as mulheres e os homens — ao contrário do que acontecia entre os católicos — participavam ativamente dos cultos religiosos e do cotidiano eclesiástico. Tal como nas aldeias protestantes da Alemanha, o controle social da comunidade estendia-se com a mesma força sobre homens, mulheres e crianças.

Os setores da administração do Império favoráveis à imigração alemã salientavam o gosto alemão pelas instituições monárquicas e viam nessa característica um elemento propício a sua integração no Brasil oitocentista.

Aparentemente, os colonos corresponderam a esse sentimento, uma vez que a hierarquia política encabeçada pela Coroa fazia parte de suas representações mentais mais arraigadas. Embora por parte da prática administrativa do governo houvesse negligências na colonização, que passara da esfera central para a provincial, e pressão contra o regime da pequena propriedade nos núcleos tradicionais de produção

do país, a imagem de d. Pedro II sempre foi amável para com os alemães e teuto-brasileiros. Sobre a veneração à figura genérica do imperador, leiam-se versos de estrofe encontrados em jornal de Blumenau:

Ao Imperador!

[...]

Quem defende a liberdade e o direito?

Quem se impõe contra as ameaças?

O Imperador!

Quem é a fortaleza da paz?

Quem defende o filho no reduto mais distante?

*O Imperador!*⁴⁸

O cooperativismo desenvolvido entre os imigrantes manifestou-se no plano econômico, aqui entendido como expressão da vida privada pelo simples fato de os colonos terem sido entregues à própria sorte depois de instalados em seus lotes de terra. O interesse por parte do governo imperial foi grande e suas promessas foram muitas, mas os recursos, escassos, o que acabou esgotando os bens particulares investidos no empreendimento.⁴⁹ Contudo, Hermann Blumenau e os líderes locais criaram os (*Agri*) *Kulturvereine*, associações agrícolas, muito peculiares às colônias alemãs, para a discussão de problemas relativos ao setor produtivo da comunidade.

Normalmente os *Kulturvereine* costumavam repassar as informações aos seus sócios em palestras realizadas aos domingos, após o culto na igreja protestante, quando os temas eram a situação das plantações, da pequena indústria, dos transportes, da flora e até dos hábitos da população luso-brasileira. Interessante é notar que, além de implantar as culturas com método, discutia-se quais as mais adequadas à região e nomeavam-se comissões para fazer experiências com sementes e plantas, e ao cabo de certo prazo discutir os resultados. Uma “caixa de consultas” em que os sócios depositavam suas sugestões e dúvidas completava as informações.

Em sua busca de integração ao Império os sócios do *Kulturverein* programaram a assembléia do final do ano de 1866 para o dia do aniversário do imperador, 2 de dezembro. Soa pitoresco o registro feito no livro de atas: “Após a

reunião os presentes se dirigiram ao jardim do Sr. Keiner e aí, ao ar livre, debaixo das laranjeiras, festejaram com música e palestras, o aniversário de sua Majestade, o Imperador do Brasil”.⁵⁰

MANEIRA DE EDUCAR

O segundo pilar em que repousavam as colônias alemãs era a escola. Como já dissemos, o livro, portanto, a escrita, era uma maneira de manter viva a unidade cultural germânica. Isso aparecia no lar da forma mais ingênua, quando a mãe repetia os contos de fadas alemães ao pé da cama, à noite, para as crianças, um modo de também educá-las; na reza, antes de dormir; nos hinários eclesiásticos, e na Bíblia, em cujas páginas, como igualmente já foi dito, elaborava-se um tipo de diário de família que era transmitido de geração em geração.

Poucas escolas haviam sido instaladas no Brasil pelos luso-brasileiros, principalmente por causa da religião: o catolicismo lusitano contava com o padre para ler e interpretar a Bíblia, desobrigando os fiéis de aprender a ler, enquanto o protestantismo, professado por dois terços dos imigrantes alemães, exigia a alfabetização para a leitura do texto sagrado. Esse aspecto valorizou a educação. Os imigrantes implantaram a escola em casa, daí nascendo as escolas comunitárias, nas quais em geral o professor era escolhido entre os próprios colonos, cuidando da roça e criando porcos paralelamente à sua atividade profissional.

Os livros didáticos nas colônias alemãs costumavam ser, em sua maioria, editados no Império. Os valores neles reproduzidos eram “amor à nova pátria e fidelidade à velha mãe-pátria”. Daí existirem livros em que se alternavam histórias sobre o descobrimento do Brasil com histórias de Carlos Magno, herói da unidade alemã, e com versos de Goethe e Schiller. Estes últimos eram memorizados na escola e declamados nos encontros familiares, e sempre que a vida, nos momentos de dificuldade, exigia elementos de reflexão.

As cartilhas escolares, por sua vez, deixam claro que o que se queria promover nas escolas era a consciência de uma comunidade nacional alemã (a unidade da Alemanha não era política, mas cultural, determinada pela língua e pelas tradi-

ções em comum), ao mesmo tempo que da cidadania brasileira, afirmando-se com isso a inclusão da população de origem alemã no Estado brasileiro.⁵¹

As escolas católicas, ao contrário das protestantes, que valorizavam sobretudo a educação alemã, obedeciam à supremacia da formação religiosa. Por isso, as escolas paroquiais no Sul, geralmente dirigidas por religiosos, pouco se distinguiam das públicas. Entretanto, as comunidades católicas teuto-alemãs estiveram na origem de muitas vocações religiosas. Numerosos padres e bispos do Brasil contemporâneo nasceram e cresceram no seio dessas comunidades. Ademais, várias universidades particulares dos estados sulistas nasceram dos seminários católicos teuto-alemães ali existentes.

A cartilha escolar adotada nas colônias alemãs ainda no começo do século xx ilustra o biculturalismo dessas comunidades e o recorte entre a casa e a rua, a vida privada e a vida pública dos teuto-brasileiros. Escrita em alemão, a cartilha continha, além do ensino da gramática e da ciência, um resumo da história do Brasil. A certa altura, o texto aborda a questão da nacionalidade e da tradição cultural.

O Brasil é a terra em que nasceste. O Brasil é a terra em que pela primeira vez viste o céu azul e o sol reluzente. O Brasil é a terra onde teu pai e tua mãe vivem. Por isto, é a tua pátria [...] Mas os teus avôs e tuas avós não nasceram aqui no Brasil [...] Eles vieram da Alemanha. Por isso, o avô e a avó eram alemães e não brasileiros como vocês são [...] É certo, sois brasileiros, por isso deveis falar a língua nacional brasileira e aprendê-la e exercitá-la na escola para que mais tarde na vida vos destaqueis como verdadeiros cidadãos brasileiros. Mas em casa, na família, junto ao pai e à mãe, aí vocês precisam falar alemão. Com isso honrarão seus antepassados e sua Pátria. Sem vossos laboriosos antepassados germânicos, vocês hoje não seriam bons brasileiros.⁵²

O germanismo, ou seja, o cultivo dos valores culturais destacados na educação alemã pertenceu a um primeiro momento da imigração (1824-50), em que a religião e a língua davam aos imigrantes familiarmente o sentido da sua nacionalidade. A partir do último quartel do século xix,

com a constituição do Império germânico e a entrada da Alemanha unificada na disputa territorial e colonial com outras nações européias, mudaram os dados do problema. O novo poder assumiu ideologicamente a nação e deu aos valores da vida privada, antes vividos pelas famílias em particular, um caráter uniforme: o *Volksgeist* (espírito do povo) germânico. Surgiu então o pangermanismo, que introduziu a noção de *Auslanddeutsche* (alemães do exterior). Depois disso, todos os imigrantes e seus descendentes adquiriram o direito legal (Lei Delbrück) de reivindicar formalmente a nacionalidade alemã, ainda que fossem cidadãos de outros países.⁵³ Nesse momento também, passaram a existir dois conceitos com relação aos alemães imigrados, o dos *Deutsch-brasilianer* (teuto-brasileiros), no qual se incluíam os descendentes dos pioneiros, e o dos *Auslanddeutsche* (alemães no estrangeiro), de sentido político implícito, defendido por parte da imprensa e por parte das lideranças comunitárias nas colônias alemãs. Entre essas últimas encontravam-se as igrejas luteranas cujo conselho superior (*Oberkirchenrat*) era filiado à Prússia (caso de Blumenau e de boa parte das comunidades do Rio Grande do Sul em oposição às comunidades pertencentes à igreja da Baviera, que defendia a fidelidade à religião em lugar da germanidade, caso de Joinville, Santa Catarina). Os elementos ligados à Igreja prusiana em geral eram egressos das universidades, que, sob o novo regime na Alemanha, visavam a expansão da educação, liderada pela burguesia intelectual alemã. Como tal, influenciaram o sistema de ensino nas comunidades luteranas no exterior. Basta dizer que o exame de graduação conhecido como *Abitur* na Alemanha, fruto da reforma dos ginásios, podia ser feito pelos estudantes das “classes seletas” existentes nas escolas luteranas do Brasil e permitia a esses o ingresso no ensino da própria Alemanha.⁵⁴

Tais aspectos, frutos, afinal, da expansão do Império alemão e da Liga Pangermânica, que devia associar todos os alemães no estrangeiro, contribuíram para que surgisse no Brasil, desde o final do século XIX, toda uma discussão a propósito do “perigo alemão”, potencialmente reconhecido como imperialismo ou expansionismo germânico e visto como ameaça à integridade nacional brasileira.

Conservando sua identidade cultural na esfera da vida privada, as comunidades alemãs do Sul procuraram seguir os preceitos de sua cartilha escolar: “Em casa, na família, junto ao pai e à mãe, aí vocês precisam falar alemão. Com isso honrarão seus antepassados e sua Pátria. Sem vossos laboriosos antepassados germânicos, vocês hoje não seriam bons brasileiros”.

M. L. R.

LAÇOS DE FAMÍLIA E DIREITOS NO FINAL DA ESCRAVIDÃO

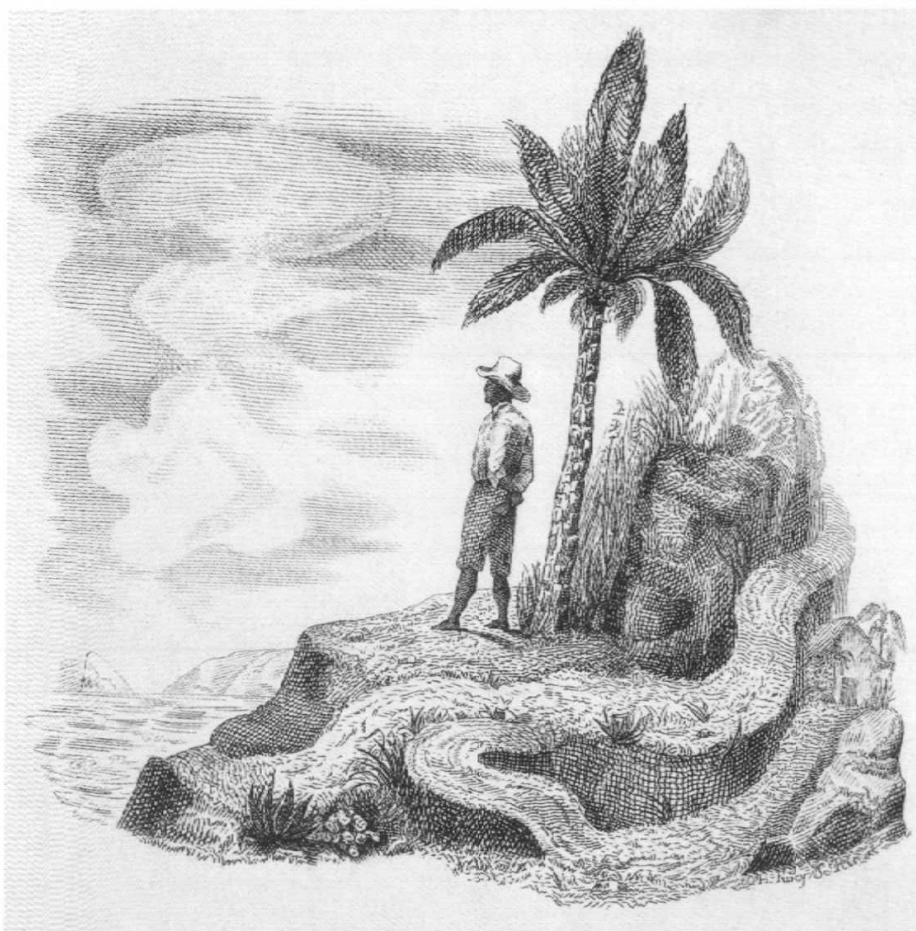
Hebe M. Mattos de Castro

O escravo é um ente privado dos direitos civis; não tem o de propriedade, o de liberdade individual, o de honra e reputação; todo o seu direito como criatura humana reduz-se ao da conservação da vida e da integridade do seu corpo; e só quando o senhor atenta contra este direito é que incorre em crime punível. Não há crime sem violação de um direito.

Recurso apresentado em 1874 à Relação do Maranhão¹

Para a maior parte do continente americano, o século XIX foi um século de abolições. Da independência do Haiti ainda em finais do século XVIII à Lei Áurea no Brasil, as abolições constituíram talvez a mais ampla e profunda transformação social nas Américas. Privacidade e direitos civis são noções que o mundo ocidental viu se consolidarem no mesmo contexto histórico e cultural que engendrou no continente americano essa “era de emancipações”.²

Nas sociedades ditas tradicionais, o privado se opunha ao público antes como poder do que como direito. É o poder privado do senhor sobre seus escravos que define essencialmente uma ordem escravista. Nesse campo, talvez mais do que em qualquer outro, o Império viveu uma situação peculiar que, de resto, compartilhou — pelo menos até meados do século — com a maioria das antigas colônias escravistas do continente. Ainda assim, as formas práticas e legais mediante as quais a sociedade imperial tentaria acomodar a



1. Na Revue Française, publicada no Rio: "Para o pobre negro, o lugar mais próximo da África era aquele onde podia contemplar a imensidão dos mares". (1840)

continuidade da escravidão, ou seja, a existência legal e legítima do domínio privado de um ser humano sobre outro, à adoção de certas noções gerais de direito civil adotadas na Constituição de 1824 primariam pela originalidade.

Por um lado, a continuidade da união entre a Igreja e o Estado imperial e o reconhecimento do catolicismo como religião oficial dispensariam por quase todo o século a adoção do registro civil como forma de identificação legal do cidadão brasileiro e de garantia de seus direitos civis (inclusive no que dizia respeito ao direito de propriedade consubstanciado nos procedimentos de herança ou matrimoniais). Dessa maneira, manteve-se a prática dos livros eclesiásticos em que, desde o período colonial, assinalavam-se nascimentos, casamentos e óbitos em volumes distintos, de acordo com a condição livre ou cativa dos indivíduos registrados, desobrigando o poder público da incômoda tarefa de legislar sobre uma diferença de condição que os princípios gerais inscritos na Constituição pareciam ignorar. Essa concepção de direito civil e natural de base monárquica e católica foi her-

32



Eu abaixo assignado declaro, que tenho vendido a
 Antonio Nunes hum Escravo
 de nome Seas de nação Cabinda
 com todos os vícios e achaques novos e velhos tal e qual o preço pela quantia de
 _____ que recebi no
 favor desta em Sete e oitenta e cinco livres e desembarçado de
 penhoras e hypothecas obrigando-me a favor boi e valiosa a venda para sem
 pre ficando o dito Comprou obrigado a
 pagar a Sra

Rio de Janeiro 5 de Outubro de 1853

São R. _____
ALVARO ALVES DE SIQUEIRA NETO

Declaro que faço esta venda p. autho-
 rização que tenho do Ex.^{mo} Sr. D. Antonio José
 Soares de Sousa.

como Test.^o José Gonçalves Pereira de Sousa
 Antonio Luis de Figueiredo Junior
 Carlos Ant. Tomaz

dada do Império português, apresentando ainda claras ligações com uma concepção patrimonial do direito e da vida em sociedade. Apesar disso, a continuidade da escravidão na jovem monarquia se fez fundamentada no direito positivo: o direito de propriedade dos senhores sobre seus escravos, assimilados estes, juridicamente, a simples mercadorias. Do ponto de vista legal, portanto, esvaziava-se a relação escravista de seu liame senhorial para enfatizar seu sentido comercial. Ao fazê-lo, a monarquia exacerbava — em princípio — o poder privado dos senhores sobre seus cativos, transformado em simples direito de propriedade.

Tal solução implicou, contraditoriamente, um amplo reconhecimento jurídico dos direitos civis de todos os cidadãos. Em outras palavras, ao contrário da maioria das regiões escravistas da América, o Império dispensou o discurso “científico” do tempo sobre as diferenças raciais para embasar a legitimidade da escravidão, não impondo qualquer restrição legal aos descendentes de africanos já nascidos livres.

A pluralidade étnica dos brasileiros impressionava vivamente os estrangeiros que, desde 1808, se avolumavam como viajantes, naturalistas ou comerciantes pelo país. Apesar disso, para além do espanto dos viajantes, são raros os registros dessa convivência interétnica do século passado fora da clássica relação senhor-escravo.

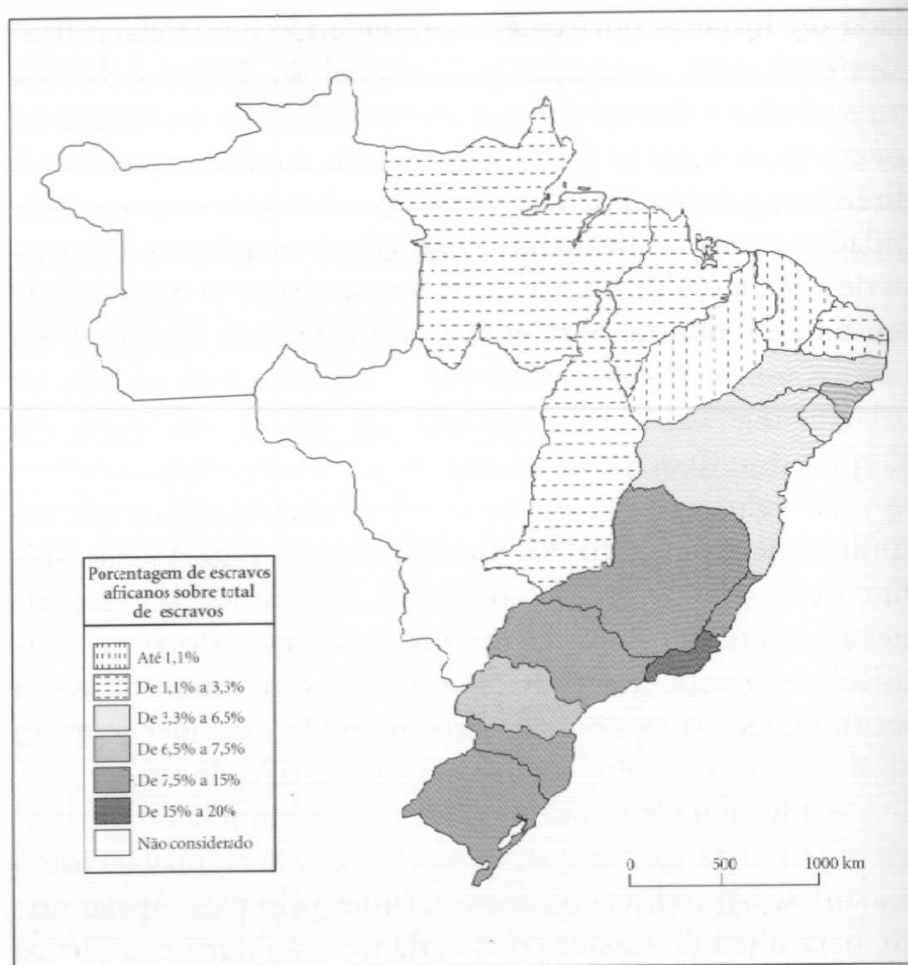
Em um processo-crime de 1850, ocorrido no município fluminense de Rio Claro, encontramos um raro flagrante de tal convivência e das tensões do dia-a-dia dos brasileiros oitocentistas.³

Antônio Ramos foi processado pelo assassinato do negociante Feliciano Lisboa e de sua “caseira” (amásia), Isabel Leme. Todas as testemunhas que depuseram contra ele no processo, acreditavam que o motivo do crime fora uma vingança por Isabel tê-lo chamado de “negro” após um jantar na casa das vítimas.

O que verdadeiramente interessa no caso é que no processo, a indignação de Ramos, apesar de ele ter sido considerado um homem violento, pareceu compreensível aos depoentes. Mesmo sem justificar seu ato extremo, nenhuma das testemunhas negou-lhe razão em sua raiva por Isabel que, afinal, o recebera em casa. É raro na documentação uma referência tão explícita à convivência interétnica no nível privado, bem co-

2. No recibo de compra e venda de escravos, uma vinheira mostra os senhores sentados decidindo o destino de um casal.

3. Consequência do volumoso tráfico negreiro desembarcado nos portos da área até 1850, no censo de 1872 o Rio de Janeiro aparece como a região que contém a maior proporção de africanos no seu contingente de escravos.
(LED-Cebrap)
(Ver Apêndice, tabela 15.)



mo às normas de comportamento e tensões que implicava, consubstanciadas no sentido pejorativo que a qualificação de “negro” dada por Isabel ao seu convidado tinha para os que conviviam com eles. Ou seja, não era o convite de Lisboa e Isabel para que Ramos jantasse em sua casa — um homem livre, ao que tudo indica descendente de africanos — o que causava estranheza às testemunhas, mas o fato de que, nessa situação, a anfitriã o tivesse chamado de “negro”, desqualificando-o desse modo como hóspede à mesa do casal.

Como regra geral, o que se depreende da leitura desse processo, bem como da de outros documentos similares, é que a palavra *negro* foi utilizada na linguagem coloquial, por quase todo o século XIX, como uma espécie de sinônimo de *escravo* ou *ex-escravo*, com variantes que definiam os diversos tipos de cativos, como o africano — comumente chamado de “preto” até meados do século — ou o cativo nascido no Brasil — conhecido como “crioulo” —, entre outras variações locais ou regionais. Apesar disso, 41% da população livre do

Império, recenseada em 1872, era formada por descendentes de africanos.⁴

Na ausência de uma fronteira racial absoluta entre escravidão e liberdade, os fatos jurídicos, que conformavam a condição livre ou cativa, decorriam de relações costumeiras, as quais eram sempre tributárias das relações de poder pessoal e de seu equilíbrio. Para que um descendente de africano fosse escravo ou livre era preciso que ele assim se reconhecesse e fosse reconhecido como tal.

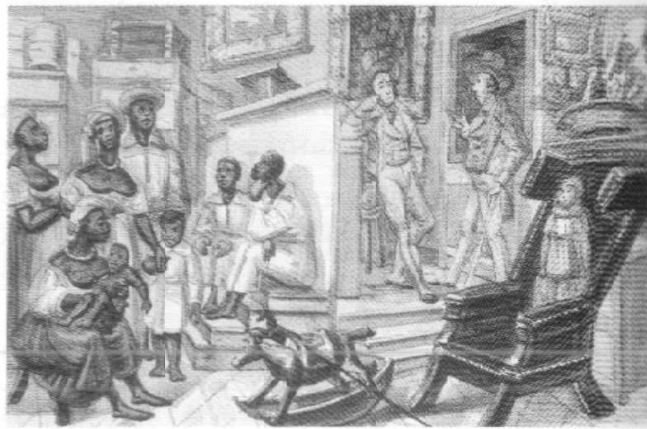
Não se deve perder de vista que os escravos formavam geralmente uma minoria, em meio a uma população livre multiétnica e em grande parte composta de descendentes de africanos. Além disso, desde 1850, com a extinção do tráfico africano, a propriedade escrava — antes amplamente disseminada entre a população livre — passa a concentrar-se, por causa da alta do preço do cativo, nas mãos de grandes senhores das províncias cafeeiras.

SOB O JUGO DO CATIVEIRO

A extinção do tráfico africano de escravos determinou uma profunda inflexão na experiência de cativo como até então se apresentava para os cativos aqui residentes, bem como para os que, em qualquer nível, se viam envolvidos na administração do controle social dos escravos.

Segundo os cálculos de Robert Slenes, por volta de 1850 as plantações cafeeiras, em rápida expansão no Rio e em São Paulo, podiam apresentar uma proporção de até 90% de africanos bantos. Mesmo nas regiões mais antigas e de perfil econômico distinto, os estudos demonstram uma presença africana sempre expressiva e frequentemente superior a 50% dos escravos arrolados.⁵ Os cafezais continuaram, no entanto, a se expandir para leste e para oeste. De há muito é sabido que o tráfico interno de escravos, e não o crescimento natural da população cativa, respondeu por essa expansão.

O recrudescimento do tráfico interno, a partir de meados do século, intensificaria o processo de criouliização dos cativos, além de fazer regredir a pulverização da posse de escravos, até então característica do Brasil. A concentração social e regional da propriedade escrava daí decorrente constituiu-se em elemento essencial, para além das idéias do tem-



4, 5. Um quadro marcado pelo realismo social de um pintor abolicionista: sob o olhar pudibundo das madames, dois lascivos compradores escolhem moças aterrorizadas no mercado de escravos africanos do Rio. As famílias dos escravos podiam ser desmembradas nos leilões. Nessa hora, sua sorte estava nas mãos dos senhores.

(4. Paul Harro-Harring, Inspeção de negras recentemente desembarcadas da África, 1840;

5. Paul Harro-Harring, Cena da abertura de uma venda pública de negros, 1840)

po, para a quebra da cumplicidade do conjunto da população livre com a continuidade da escravidão.

O impacto demográfico dessa inflexão não foi pequeno, expressando-se de maneira nítida no perfil dos 257 escravos, reunidos como réus e testemunhas informantes a partir dos processos-crimes da Corte de Apelação envolvendo escravos e tendo lugar no Centro-Sul do país (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo). Até 1850, as pequenas e médias propriedades são cenários habituais desses processos e, neles, os africanos respondem por 56% dos cativos arrolados. Após essa data, entretanto, os africanos já não são mais de um quinto dos escravos considerados. Ao mesmo tempo, os escravos crioulos, nascidos fora da região em que serviam como cativos, que representavam inexpressivos 8% dos cativos nos processos até 1850, tornam-se 35%, concentrados especialmente em grandes fazendas cafeeiras ainda em expansão.

Alguns aspectos da vida cotidiana dos escravos são violentamente atingidos por essa nova conjuntura. A maioria dos réus cativos nos processos analisados era de início declarada como tendo filiação desconhecida. Nada mais natural para escravos adultos, em geral distantes de seu lugar de origem. As relações pessoais e familiares que deixaram em suas regiões revelam-se, porém, nas entrelinhas dos processos, quando se vê a "filiação desconhecida", apontada no inquérito, ser substituída por nomes bastante precisos, quando se indagavam os próprios acusados no julgamento. Para 65,22% dos nascidos nas áreas onde viviam em cativeiro, podem-se identificar relações familiares, muitas vezes remontando a mais de uma geração. O mesmo pôde ser percebido para 82% dos réus (os únicos a quem se perguntou diretamente

sobre filiação), mesmo considerando-se que, na maioria dos casos, não haviam nascido onde serviam como cativos no momento do processo.

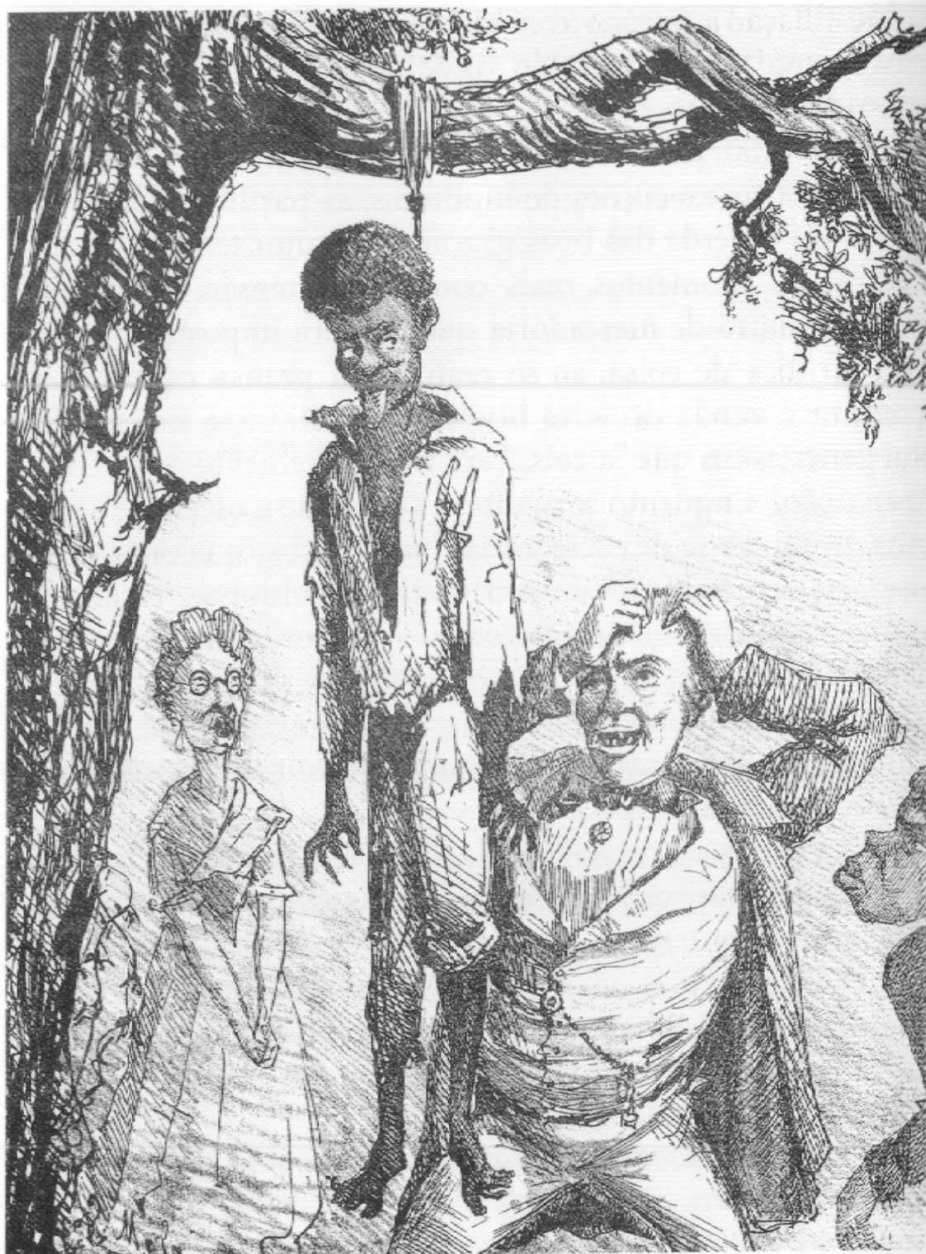
Até 1850, para os escravos crioulos ou para os africanos residentes, as execuções de hipotecas, as partilhas nos inventários ou a perda das boas graças do senhor tendiam a concentrar os momentos mais comuns de tensão, produzidos pela condição de mercadoria que lhes era imposta. A condição jurídica de coisa, ao se realizar na prática cotidiana da compra e venda de seres humanos, tornava-se um negócio *sui generis*, em que “a coisa” era freqüentemente partícipe da transação.⁶ Enquanto se manteve constante a oferta de africanos, tratando-se de escravos ladinos, os custos econômicos e sociais da aquisição de um cativo insubmisso raramente compensavam. Em termos gerais — as pesquisas mais recentes o têm demonstrado —, os senhores desenvolviam uma sofisticada economia política nas decisões de venda, hipoteca ou partilha de escravos, buscando diminuir a oposição destes às decisões tomadas.

A prática de respeitar os grupos familiares nas partilhas e vendas de cativos pode ser registrada com alguma freqüência, mesmo antes que se transformasse em imposição legal, em 1869. Situações em que os próprios cativos, recorrendo a fugas ou apadrinhamentos, praticamente “escolhiam” seus novos senhores têm sido registradas como possibilidade por diversos pesquisadores.⁷

Essas situações restringiram-se após 1850, quando o mercado interno de escravos se desenvolveu para assumir dimensões nacionais e as decisões de venda entre pequenos e médios proprietários tomaram uma amplitude antes inexistente, ultrapassando em muito o tradicional momento de tensão originado na partilha dos bens. A concentração social da propriedade cativa que daí se originou não afetou apenas os pequenos proprietários de escravos, ajudando a deslegitimar a escravidão. Afetou diretamente o dia-a-dia dos cativos desses pequenos e médios senhores.

Menos expressivos após 1850, os pequenos e médios plantéis não deixarão de existir. Nem todos os cativos nessa situação se viram transportados para os sertões, mas todos passaram a conviver com tal possibilidade. Contar a história de Justina é uma forma significativa de aproximação com

6. Mulher: "Olhai, nhô Antonico, que lástima! Um conto e quinhentos mil-réis perdidos."
 Homem: "Qual conto e quinhentos, nhá dona! É um Hábito da Rosa que perdemos!!!"
 No final do Segundo Reinado, o imperador concedia a Comenda da Rosa aos que emancipassem seus cativos. (O Arlequim, 1867)



essa dimensão da experiência escrava, na segunda metade do século XIX. Caso-limite, sua história reflete exemplarmente o nível de violência da ameaça de desenraizamento que significou a generalização do tráfico interno.

Justina cometeu aquele tipo de crime para o qual não se encontra justificativa além da loucura e do desespero. Matou cada um de seus três filhos menores e depois tentou, sem sucesso, o suicídio. Espera-se encontrar por trás de tal gesto uma cruel história de violência, tortura e humilhação. Não é, entretanto, o que transparece nos depoimentos, inclusive o dela própria e de seus companheiros de cativeiro.⁸

De fato, as condições de vida de Justina podem ser reconstituídas com precisão. O processo-crime que as narra constitui documento raro, verdadeiro flagrante sobre a vida doméstica de um pequeno senhor rural e seus escravos. Trata-se de um pequeno ou médio senhor. Na casa dele, na freguesia de São Sebastião, município de Campos (Rio de Janeiro), em 1878, moravam todos os seus escravos, à exceção de um. Antônio Pais da Silva era solteiro e vivia com a caseira, a forra Bibiana, com quem tinha filhos. Num quarto próximo à cozinha, dormiam Justina e as três crianças: Ambrósio e Bernarda, seus filhos, e Lourença, a quem Justina criava como filha visto que a mãe dela, a escrava Inácia, fora vendida, sem a criança, a um irmão de Antônio que se mudara para o sertão. Justina tinha a chave de seu quarto, que permanecia trancado por dentro durante a noite. Na cozinha, dormiam dois outros escravos de Antônio: Fidélis, de 25 anos, e Miguel, de dezoito, este também filho de Justina. Em casa da forra Ana Maria Pais, agregada em terras de Antônio, de quem havia sido escrava, dormia seu filho Clemente, também escravo de Antônio, que todas as manhãs se apresentava ao senhor para o trabalho. Dessa forma, apesar do incontestado poder senhorial de Antônio Pais, nos cômodos de sua casa, bem como nas demais casas de propriedade dele, definiam-se espaços privativos dos diferentes núcleos familiares que viviam naquele domicílio. Havia um quarto não apenas para ele próprio, mas também para Bibiana e as crianças e para Justina e seus filhos, bem como uma casa em separado para sua agregada liberta e o filho cativo desta, e apenas dois rapazes escravos, adultos e solteiros, dormiam em um espaço comum a todos: a cozinha.

Antônio Pais não tinha feitor. Nos depoimentos dos cativos, que narram o momento da descoberta do crime, tem-se um rico relato do cotidiano de sua casa.

Os escravos, após cumprirem as tarefas de rotina pela manhã, apresentavam-se para receber novas ordens. O relato de Fidélis merece ser transcrito para que se possa entender a diferença dos códigos que regiam as relações entre senhores e escravos em pequenos e grandes plantéis.

Perguntado como se descobriram as crianças na ribanceira no tanque. Respondeu que tendo ele interrogado

ontem à noite ido a uma ladainha em casa de Bárbara de Tal, e ao chegar em casa de seu senhor viu uma luz acesa no quarto de Justina, porém ele interrogado não desconfiou de nada e foi dormir num quarto imediato, e ao amanhecer do dia de hoje foi para seu serviço em companhia dos outros parceiros, às sete horas da manhã vindo com os parceiros a receber novas ordens do seu senhor, em casa soube que não estavam as crianças em casa e que Justina tendo amanhecido em casa tinha se retirado mandando seu senhor o interrogado para outro serviço e Clemente seu parceiro para dar ração aos cavalos [...]

Em casa de Antônio Pais, todos pareciam saber de suas obrigações. Não conheciam feitor, freqüentavam as ladainhas nas casas da vizinhança e tinham a chave dos próprios quartos. Mas levantavam-se cedo, enquanto o senhor ainda dormia, para realizar as tarefas de rotina, a tempo de se apresentarem, no horário esperado, em busca de novas ordens. Mesmo Bibiana, apesar de forra e de sua posição de caseira, ocupava-se dos trabalhos domésticos. Segundo seu depoimento, ela também se levantava mais cedo e preparava o café da manhã do amásio. A principal tarefa de Justina, em casa de Antônio Pais, era ajudar Bibiana nos serviços domésticos. Pode-se dizer que Antônio Pais era uma ilha, cercado de escravos e forros por todos os lados.

No dia do crime, Bibiana estranhou a negligência de Justina em suas obrigações. Enquanto ela preparava o café da manhã, Justina permanecia trancada em seu quarto. Mesmo as crianças não haviam ainda levantado e Bernarda, a mais velha, era quem pajeava os filhos de Bibiana, enquanto esta se ocupava dos trabalhos domésticos. Bibiana chamou, então, por Bernarda, em voz alta, pedindo-lhe que viesse olhar seus filhos, que estavam chorando. Do interior do quarto, Justina respondera, com voz rouca, que havia mandado as crianças à casa de um vizinho. Os demais acontecimentos do dia são narrados da mesma forma por todos os moradores da casa. De acordo com os depoimentos, Justina, que dormia com as três crianças, as retirara à noite, pela janela, afogando-as no tanque perto da casa. Em seguida, voltara ao quarto e ali tentara matar-se, cortando a própria garganta. Ferida, teria

saído novamente pela janela, dirigindo-se à casa de João Claudino, carpinteiro e sitiante, que se negou a matá-la e tentou convencê-la a voltar para casa. Ela fugiu mais uma vez e ficou embrenhada no mato por oito dias, quando finalmente foi presa, com o ferimento na garganta infeccionado. Justina viveu o suficiente para ser condenada a 42 anos de prisão simples.

Por que Justina decidiu matar os filhos e a si própria? Porque teria sido substituída por Bibiana como caseira de Antônio Pais? Seriam as crianças filhas de Antônio Pais? Nenhuma palavra nesse sentido é transcrita nos depoimentos. À pergunta do motivo por que Justina matara os filhos, as respostas invariavelmente consideravam uma só razão: porque ela estava convencida de que seria vendida pelo senhor na viagem que fariam para o sertão do Morro do Coco. Ela própria, no primeiro depoimento no inquérito, quando descreve detalhadamente os acontecimentos daquela noite, só alega como justificativa “que havia sido atentada pelo demônio”. No segundo, orientada por advogados, fala em privação dos sentidos e que não se lembrava do que havia feito. No julgamento, seu curador alega que o senhor pretendia vendê-la no sertão, como castigo por ela negar-se a manter tratos ilícitos com ele em respeito a Bibiana. Nenhum dos depoimentos menciona esse possível conflito entre Justina e Antônio Pais. Consensual nos depoimentos de todos os moradores da casa, inclusive o do senhor, é a referência à convicção de Justina de que, à semelhança do que acontecera com Inácia, cuja filha adotara, seria vendida no sertão sem as suas crianças, apesar da lei de 1869 (que proibia a separação entre as crianças escravas e os pais). A viagem estava marcada para o dia seguinte e as três crianças não acompanhariam Antônio Pais, Justina e Miguel.

Justina nascera em São Sebastião. Seus filhos formavam uma terceira geração de cativos junto à família Pais, argumento usado por Antônio Pais para tentar demovê-la da idéia de que seria vendida. Justina chegara a lhe pedir que pelo menos a vendesse ali mesmo. Ao que Pais alega ter respondido que “não a vendia nem aqui nem no sertão”. Mas Justina não acreditava nele. De forma direta, Antônio Pais, Bibiana, Miguel, Clemente e Fidélis associavam essa convicção de Justina à sua trágica decisão.

Fosse verdadeira ou não a alegação das testemunhas, o fato é que a versão parecia suficientemente plausível para explicar o comportamento de Justina. Apesar das condições costumeiras que emprestavam ao cativo na casa de Antônio Pais uma dimensão de intimidade hierárquica, a dimensão de mercadoria, recalculada pela conjuntura do tempo, trazia para primeiro plano a violência intrínseca à sociedade escravista.

PARENTESCO E COMUNIDADE ESCRAVA

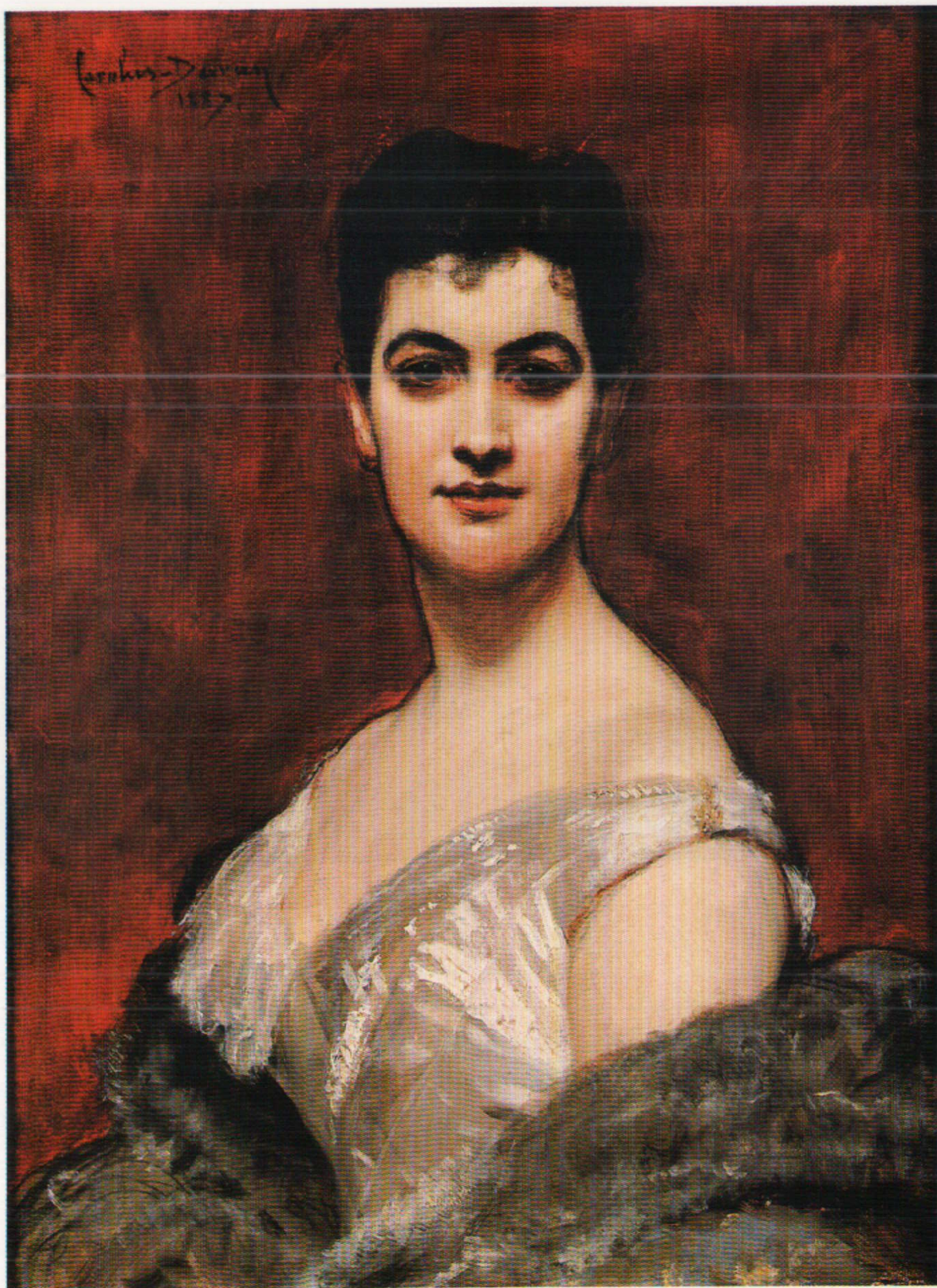
Os estudos sobre cartas de alforria têm revelado que os cativos crioulos (nascidos no Brasil) e as mulheres e crianças, em especial, foram majoritariamente seus beneficiários, ao mesmo tempo que afirmam um peso variável, mas sempre expressivo, das alforrias condicionais e remuneradas.⁹ Também em relação às possibilidades de acesso ao questionamento jurídico da escravização ilegal, a preeminência dos crioulos sobre os africanos sobressai. Eles formam 86% dos escravos com a nacionalidade declarada no libelo inicial, num contingente de 380 ações de liberdade da Corte de Apelação. Se nelas há um equilíbrio entre homens e mulheres, enquanto autores das ações, a necessária menção a uma mulher (mãe, avó ou mesmo bisavó) que teria sido alforriada, como base de muitas das ações, levou as relações familiares dos cativos a se evidenciar, em 46% dos processos, nomeando 890 pessoas. Tomados qualitativamente, esses casos mostram que o acesso a relações familiares (mais fácil para os crioulos, de uma maneira geral, e para as mulheres, em particular) constituía variável tão fundamental quanto a proximidade da família senhorial para o acesso à alforria e, com frequência, se revelava condição daquela.

Se a família foi a variável essencial para o acesso à alforria, na gestação da comunidade escrava nos grandes plantéis, a chegada contínua de novos braços, primeiro africanos e depois crioulos, bem como a recorrente formação de novos plantéis majoritariamente masculinos na expansão da fronteira, fazia da violência, do celibato e do castigo físico a face mais visível da escravidão. Em dois crimes ocorridos em Valença, Vale do Paraíba Fluminense, no interior das tradicionais senzalas em quadrado, com cubículos individuais ou coletivos e trancadas por fora, chama a atenção a ausência de crianças.



1. Interior de casa de imigrantes
alemães já adaptados
aos costumes do Rio
Grande do Sul.

(Pedro Weingartner, Chegou tarde,
final do século XIX)



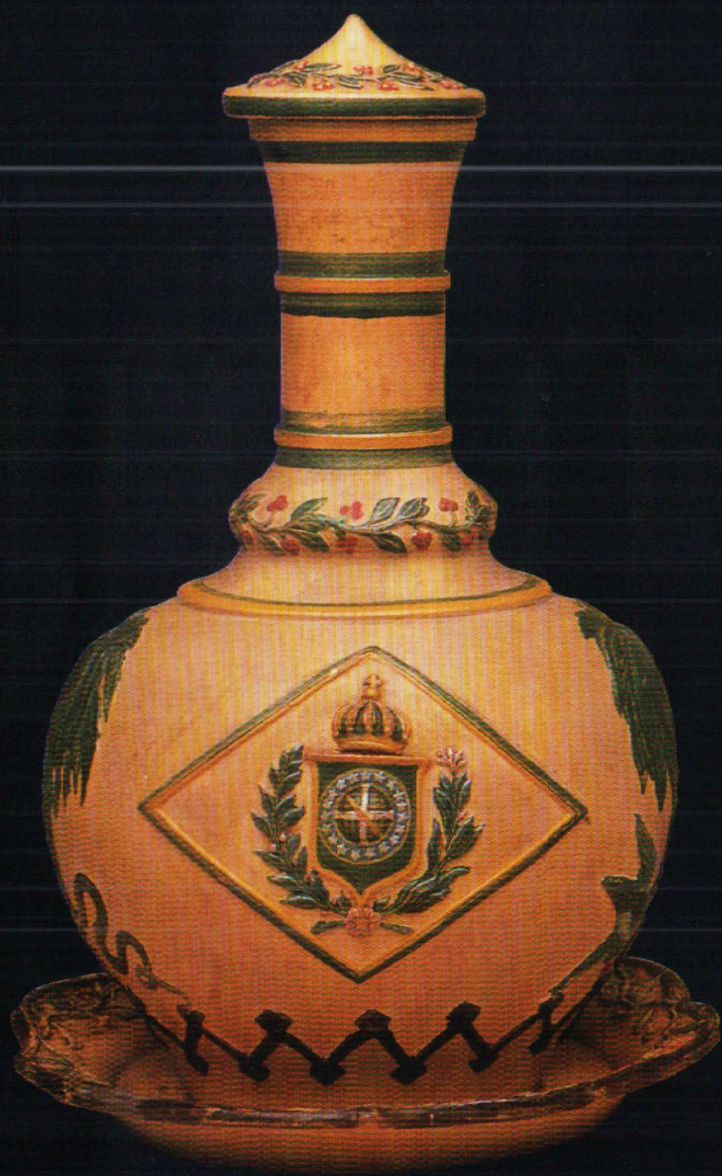
2. Uma grande dama do Segundo Reinado. Eufrásia Teixeira Leite, amiga do abolicionista Joaquim Nabuco, filha do comerciante de café Joaquim Teixeira Leite e herdeira da Casa da Hera, em Vassouras.

(Lawlis Duray, Museu da Chácara da Hera, 1887)



3. *As filhas, o salão e o piano de um magnata do Segundo Reinado.*

(José Correia de Lima, Francisco Manuel e suas filhas, c. 1850)



4. Palavra da língua kicongo, falada pelos povos congoleses, moringa incorporou-se ao vocabulário brasileiro. A peça maior traz as armas imperiais do Brasil. A menor tem o retrato de d. Pedro V, rei de Portugal e sobrinho de d. Pedro II.



5. Jogos das crianças da família imperial. O quebra-cabeça tem a imagem do exército brasileiro comandado por d. Pedro I.

(Gravuras de Wunder, 1875, Museu Imperial)



6, 7, 8. *Mestres-de-obras baianos
do Segundo Reinado,
continuadores da tradição
do artesanato luso-brasileiro
da Colônia.*



9. À esquerda, a porta da alcova onde pernoitavam os fazendeiros que vinham a Vassouras vender café e fazer negócios com o comissário Joaquim Teixeira Leite. O comissário, ou correspondente, era o fiador, o intermediário insubstituível entre o fazendeiro e os exportadores. Laços de compadrio costumavam estreitar as relações entre os dois parceiros: os negócios apareciam como um prolongamento da vida privada.

(Salão Comercial, Museu da Chácara da Hera, século XIX)





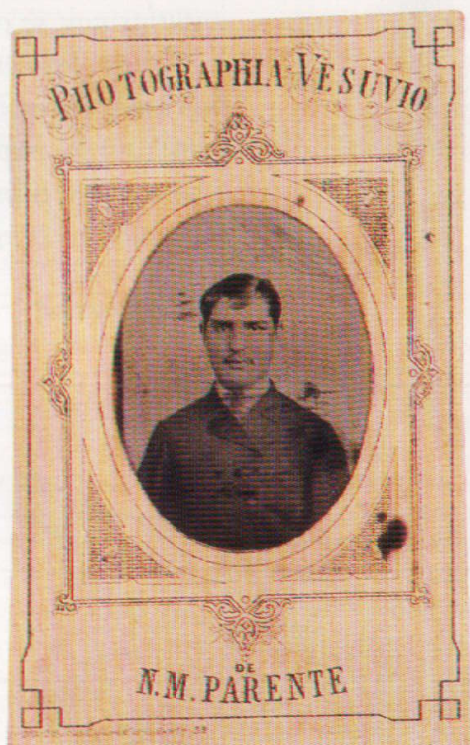


10. Estojo de campanha do duque de Caxias. Nas viagens e nas campanhas militares os talheres completos podiam ser usados pelos habitantes europeizados e pelos oficiais. Mas a maioria da população usava apenas uma faca e um copo, frequentemente dividido com outros, nas suas refeições.



11. Interessado pelas novidades técnicas, d. Pedro II entusiasmou-se com o telefone. Este exemplar, fabricado por volta de 1880, pertenceu ao imperador e foi um dos primeiros a ser instalado no Brasil.

(Museu Imperial)



12. Os estojos de fotografias eram portados pelas famílias, perpetuando a presença dos ausentes e dos mortos. Mas a foto revelava também outras utilidades. No final dos anos 1860, a polícia imperial já recebia fotografias de criminosos franceses foragidos no Império.

(Museu Histórico Nacional)



JA' NÃO HA CRIANÇAS.

— Julietta, estás hoje muito jururá.
— Como não heide estar; não sabes que o Juca depois de tantos juramentos que me fez, está fazendo a córte a Mimi?

— Homem, já sabes que o Arthur váe casar-se?
— Que tolo! Ha de ser um homem perdido para a sociedade!



— Felizmente chegaram os jornaes de modas de Paris. Das invenções estamos agora livres!
Pai (escravocrata, largando o *Jornal*).—Livres? o que? dos ventres? não me fallem nisso!

13. Os chargistas do Segundo Reinado tinham perfeita consciência dos limites da modernidade no contexto de uma sociedade escravista. No desenho de baixo uma alusão ao escândalo que a Lei do Ventre Livre provocava entre os escravocratas.

(A Semana Ilustrada, 1871)



14. A tabaqueira também servia para carregar o tabaco em pó para cheirar, o rapé, fabricado em várias províncias e chamado de "pó", "amostrinha" e "torrado". A efígie de d. Pedro II é ladeada por duas figuras alegóricas. A da esquerda se refere à Marinha de Guerra e a da direita, uma índia, representa a Marinha Mercante.

(Tabaqueira, Museu Imperial, segunda metade do século XIX)



16. A proximidade com o gado miúdo das chácaras e das fazendas marcava, como na Europa rural oitocentista, a vida das crianças.

(Foto de Paula Ramos, Rio de Janeiro, 1860)

Em 1866, o feitor livre Joaquim Pereira Leal, português, teria ouvido gritos na senzala, tendo, então, “ido buscar as chaves para abri-la”.¹⁰ Dormiam na senzala, num mesmo quarto, Lúcio, 32 anos, de nação Cabinda; João, o escravo assassinado, sem maior identificação; e Simpliciano, quarenta anos, também escravo de nação. Em outros quartos na mesma senzala, dormiam ainda Martiniano, “crioulo de Minas”, “vinte e tantos anos”; Daniel, também “crioulo de Minas”, “22 anos”; Manuel, “crioulo de Pernambuco”, “vinte e tantos anos”; e Manuel, “crioulo de Minas”, “45 anos”. Não se sabe se outros escravos habitavam a senzala. Todos os depoentes no processo são homens, adultos, nascidos na África ou em outras regiões do Império. Trata-se de uma senzala exclusivamente masculina.

Simpliciano acusava Lúcio de ter matado João no quarto em que dormiam por este haver dito que ele tinha “dado raízes para uma escrava abortar”. Os quartos eram suficientemente próximos uns dos outros. Assim, os cativos que não dormiam com Lúcio e João afirmaram que ouviram os gritos de João, de “suas senzalas”, e correram para acudi-lo, encontrando-o já morto. Aqui se está diante da imagem clássica da escravidão, clássica na historiografia e na visão que os contemporâneos dela guardaram: os sexos separados, a maioria de homens e o aborto para evitar o nascimento de um filho escravo.

Já em 1883, na mesma Valença, essa imagem se reforça. De novo a senzala trancada, desta vez com cubículos que acomodavam, separados, mas comunicando-se entre si, homens e mulheres. Nenhuma criança. A maioria, cativos adultos e adquiridos no tráfico interno. Antônio Ivo, 25 anos, natural de Pernambuco; Félix, sessenta anos, natural de Pernambuco; Maria Maceió, 35 anos, solteira, natural do Piauí; e Romana, a vítima, trinta anos, também natural de Pernambuco. Dormiam ainda na mesma senzala Basílio, quarenta anos, e Lauriano, trinta anos, solteiros, naturais de Valença. Como no primeiro caso, os gritos de Romana foram ouvidos pelo feitor, que pegou as chaves e abriu a senzala. Neste caso, entretanto, o feitor era o escravo Silvério, natural de Valença que, “como feitor, não dorme na mesma senzala que os outros”. Quem mais, além de Silvério, dormiria fora das senzalas trancadas?

Não eram apenas os “feitores” que habitavam cabanas separadas das conhecidas senzalas em quadrado. A maioria dos cativos casados ou amasiados o faziam. Para conhecê-los, podemos visitar, por meio de uma trágica história, Francisco e Generosa, ambos africanos, e seus três filhos adolescentes, na Paraíba do Sul, em 1867.¹¹ Havia também Antônio, carpinteiro, africano como Francisco e Generosa, mas solteiro, que por algum tempo viveu na “casa” do casal. Talvez esse arranjo se desse por conveniência do senhor. Mas parece, pelos depoimentos, que o arreglo se mostrava interessante a ambos os escravos. Extremamente sutil na utilização das palavras, Francisco relata os fatos com clareza. Nos seus depoimentos, os familiares dele foram sempre identificados pelas relações de parentesco, enquanto os demais escravos da fazenda eram designados como “parceiros” ou como o “preto Fulano ou Beltrano”. Na transcrição de sua fala, a “senzala” (assim caracterizada nas perguntas feitas no processo) transforma-se em “casa”. Do ponto de vista dele, a hospedagem de Antônio possuía um sentido econômico e excluía a mediação senhorial. Antônio que, como carpinteiro, tinha maior acesso a remunerações em dinheiro, livrava-se da senzala coletiva, beneficiava-se dos serviços domésticos de sua mulher e filha e, em troca, dava-lhes presentes e ajuda financeira eventual. Descobre-se, entretanto, que o verdadeiro interesse de Antônio era casar-se com a filha de Francisco, contra a forte oposição deste último e de sua esposa. Em seu depoimento, Antônio alegou a oposição do casal a sua intenção para justificar o ato de violência que cometeu contra Generosa, matando-a a foçadas enquanto ela lavava roupa no rio.

O caso é paradigmático. Sugere a existência de regras bastante complexas a definir as opções do casamento escravo, propondo uma hierarquia geracional (com os pais — e em especial as mães — tendo ingerência na escolha das filhas). Mais ainda, ilustra o papel que o acesso à relação conjugal desempenhava para a construção de uma relação de pertença dos recém-chegados com a comunidade cativa já estabelecida. Nesse contexto, o assassinato de Generosa por Antônio tem um sentido simbólico mais profundo que o de simples consequência de um acesso de ódio ou inveja. No seu casamento com Generosa, Francisco conquistara o capital social básico para se diferenciar da experiência comum do cativo.



7. Na região da Tijuca, no Rio de Janeiro, escravas lavadeiras se encontram, trabalham e conversam. (Foto de Klumb, 1860)

Viver a vida de escravo na América foi, para os africanos, uma experiência dolorosa de ressocialização em condições adversas. Tais condições permitiram, por vezes, a construção de uma identidade africana impossível na própria África, unindo malês e iorubas na Bahia.¹² Ou possibilitando o reconhecimento de uma identidade lingüística e cultural entre os bantos no Rio de Janeiro.¹³ No nível individual, o que parece ter prevalecido foi a mediação da comunidade escrava já estabelecida na ressocialização do recém-chegado.¹⁴ Essa integração comunitária se intensificava com o tempo e as gerações, produzindo ganhos diferenciais que tornavam menos remota a possibilidade da alforria. Foi, entretanto, no espaço desses ganhos diferenciais que, prioritariamente, se criaram condições para preservar grande parte da herança cultural africana, como os padrões de moradia, as práticas religiosas, as noções de família-linhagem ou de família extensa.

Os cativos, especialmente os nascidos no Brasil, possuíam o aprendizado de uma política de negociação desen-

volvida no campo dos costumes e do poder dos senhores. Se a possibilidade dessa política representou para os senhores uma forma de produzir fidelidades e potencializar o nível de sua autoridade entre os cativos, para os escravos ela buscou a miragem da alforria. A frustração das expectativas causada pelos senhores dependia de um cálculo sobre os riscos de insubordinação dela decorrentes. Do ponto de vista senhorial, portanto, a manobra deveria estar muito bem regulada. De certa maneira, esse controle senhorial foi facilitado pela chegada constante de novos africanos, até a extinção do tráfico, e pelas limitações à mobilidade espacial dos libertos, tornando-os dependentes e freqüentemente sujeitando seus descendentes à reescravização.

O segredo do código paternalista de domínio escravista estava no poder senhorial de transformar em concessão qualquer ampliação do espaço de autonomia no cativo. A violência era ainda parte integrante desse sistema, mas passava a responder a certas regras ou expectativas, que acabavam por legitimá-la perante os próprios escravos. Até mesmo a compra da alforria pelo cativo podia ser lida como concessão senhorial — desde a doação do tempo e das condições para formar o pecúlio e a concessão do reconhecimento daquela propriedade até a concordância com a alforria mediante indenização. A família escrava tornava-se também uma concessão senhorial, conforme se lê em parecer do Conselho de Estado, quando se julgava a comutação da pena de morte de um cativo que matara o senhor “em legítima defesa da honra” e por isso havia sido condenado pela lei de 1835. O parecer reconhecia as “razões” do acusado, mas considerava: “Porém [a comutação da pena] não pode ser atendida, porque o réu é escravo e o escravo, apesar de casado pela mesma forma que o é o homem livre, isto é, segundo o Concílio de Trento, somente tem aqueles direitos, pátrio poder e outros direitos de família, que o senhor lhe quer permitir. A lei não lhe dá meio algum para os fazer valer.”¹⁵

Mesmo que a abrangência da família entre os cativos, do pecúlio do escravo e da própria prática das alforrias remuneradas aparecesse como um movimento que os senhores não seriam capazes de conter, mas somente disciplinar, devem-se considerar outros fatos. Assim, a manutenção dessas práticas na dependência do arbítrio senhorial tornava-as, mais que di-

reitos, privilégios, levando parte do esforço cativo para transformar suas condições de cativo, e para dele se libertar, a ser passível de uma leitura que reforçava a autoridade senhorial.

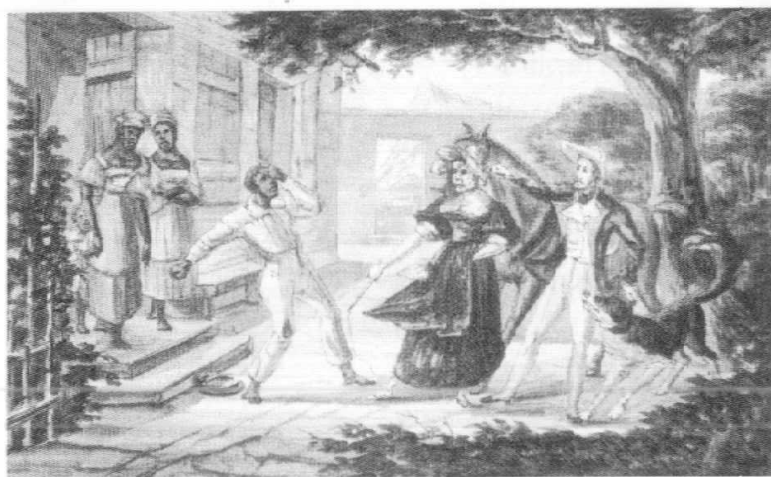
ENTRE PRIVILÉGIOS E DIREITOS

O quadro se altera com a extinção do tráfico africano. Entre 1850 e a aprovação da Lei do Ventre Livre (1871), o número de Ações de Liberdade movidas por escravos contra seus senhores na Corte de Apelação do Rio quase triplicou em relação às décadas anteriores, reunindo 194 processos e envolvendo 736 cativos. Tal crescimento pode ser atribuído a uma progressiva participação de escravos rurais nesses processos. Pleiteia-se a liberdade de cativos rurais (residentes em sítios ou fazendas) em 68,97% dos processos nas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Cento e duas dessas ações mencionaram relações familiares nos libelos iniciais e apenas 8,05% dos autores foram identificados como africanos.

Embora reduzidos, os números mostram um alargamento do arco geográfico das ações, em relação à primeira metade do século, principalmente em direção aos municípios do Vale do Paraíba. As ações familiares passaram a predominar no mundo rural, mostrando um novo contexto. Prevaleciam, nessas áreas, processos de “manutenção de liberdade”, revelando que, mesmo nas áreas tradicionais, as comunidades de forros começavam a reunir recursos para pressionar e resistir à prática, até então contumaz, da reescravização.

Crescia a pressão pela alforria entre os cativos com maiores recursos comunitários, escancarando as válvulas de escape do sistema. Mas isso ocorria porque, ao contrário do cativo recém-chegado da África, o escravo crioulo, negociado no tráfico interno, trazia toda uma bagagem de práticas costumeiras, sancionadas na fazenda onde antes habitara, e encontrava-se diante de uma situação marcada pela total ausência de prerrogativas.

Ele tinha concepções preestabelecidas de castigo justo ou injusto, de ritmos de trabalho aceitáveis ou inaceitáveis, das condições que deveriam dar acesso ao pecúlio e à alforria, que podiam ser distintas das que encontrara nas fazendas de café do Sudeste. Essas condições, até então, podiam no máximo alcançar abrangência regional. Nas maiores propriedades,



8, 9. O historiador norte-americano Eugene Genovese, citando Gilberto Freyre, afirma que o senhor podia bater no seu escravo da mesma forma que batia no seu filho, no contexto de uma truculência paterna comum no Brasil patriarcal. Mas o filho do senhor, o *nhonhozinho*, parava de apanhar quando crescia, enquanto o escravo continuava apanhando até a velhice, na frente de seus filhos e netos. Mais uma vez, o abolicionista Harro-Harring pinta uma cena decisiva do sistema escravista. A família escrava sempre estava sob a ameaça do arbítrio senhorial. (8. Paul Harro-Harring, Velho escravo sendo açoitado por sua senhora por mal-entendido, 1840; 9. Paul Harro-Harring, Uma negra é açoitada na frente das crianças e de um padre, 1840)



cada fazenda engendrava seus próprios padrões, nos quais, além da pressão da comunidade cativa, a personalidade do senhor desempenhava um papel fundamental. Dentro do quadro de violência necessária da escravidão, existiram sempre “os senhores cruéis”. O tráfico interno traria consigo a possibilidade de generalizar uma concepção de “cativeiro justo”, que apenas aparentemente reforçaria a legitimidade da dominação escravista.

A noção de um “cativeiro justo” ou do “bom senhor” em primeira análise está reconhecendo a própria legitimidade da instituição escravista. Trata-se de discutir as condições de seu funcionamento e não o direito de propriedade sobre seres humanos. Apenas, essas noções só assumem tal papel se são construídas com base no reconhecimento da primazia do senhor. A universalização de um padrão de comportamento senhorial pressuporia o reconhecimento de direitos (também universais) aos escravos, o que, em si, é incompatível com a dominação escravista. Os escravos negociados no tráfico interno, ao propugnar a efetivação de práticas costumeiras, vigentes em suas regiões de origem, questionavam o poder de

reinterpretar, como concessão seletiva do arbítrio senhorial, o acesso a recursos que permitissem maior autonomia no cativeiro, como também perspectivas, mesmo que remotas, de acesso à liberdade. Ao fazê-lo, punham em xeque as bases de reprodução da dominação escravista.

Diversos autores têm enfatizado que o custo da vigilância e disciplinarização dos cativos tornou-se extremamente elevado, em especial no Oeste paulista, após 1850. É bastante difícil comprovar um aumento das ações criminosas dos cativos, para além da paranóia senhorial, no contexto do que se chamou na época de “onda negra”.¹⁶ Não é, entretanto, o número de atentados violentos a senhores e feitores que deve ser contabilizado, mas a inflexão do discurso que os cativos apresentaram nessas ocasiões.

Não era uma coincidência a semelhança, em diferentes áreas cafeeiras, ou no Oeste paulista ou no Norte fluminense, dos processos-crimes de homicídio de senhores e feitores. Em um desses processos, de 1872, Bernardino, escravo em São Fidélis, identificava-se como filho de Jacinto e Felizarda, escravos em Pernambuco, onde ele próprio nascera. Dizia ainda que tinha trinta anos de idade e cerca de seis anos na fazenda. Era amásio de Ana, também escrava. E, quando lhe perguntaram os motivos que o levaram a assassinar seu senhor, “respondeu que sendo o falecido senhor dito João Pereira de Sousa mau senhor, tirando tanto a ele interrogado e seus parceiros os Domingos e dias santos, maltratando de comida, vestuário, resolveu na madrugada do dia 26 do mês e ano próximo passado acabar com o dito seu senhor [...]”.¹⁷

Não se pode deixar de relacionar a referência precisa que Bernardino faz ao nome dos pais e de seu antigo senhor, em Pernambuco, com quem aqueles ainda viviam, com seu arrolamento, também preciso, das obrigações senhoriais não cumpridas pelo senhor, que havia assassinado: comida, vestuário, domingos e dias santos livres. Essas reivindicações tornam-se ainda mais específicas em outros depoimentos, claramente associadas à expressão “mau cativeiro”.

Manuel Passos, negociante na freguesia, a quem Bernardino procurara para acompanhá-lo quando fosse se entregar à polícia, informa que o réu lhe teria dito que fora forçado ao crime “pelo mau cativeiro em que vivia” e porque o senhor lhe havia “roubado os domingos e dias santos”.



10. Numa estação de telégrafo do interior, um grupo engravatado aguarda as notícias da corte enquanto lê sentado na calçada. (Albert Richard Dietze, c. 1870)

Nesse depoimento, o negociante sugere que o cativo teria usado o termo *roubado* para caracterizar a decisão senhorial de fazê-lo trabalhar aos domingos e dias santos. É difícil precisar se a palavra *roubo*, que remete à idéia de um direito lesado, foi realmente empregada por Bernardino, pelo comerciante, em seu depoimento, traduzindo o que Bernardino lhe dissera, ou ainda pelo escrivão. De qualquer forma, alguém em São Fidélis, no ano de 1872, utilizou a palavra *roubo* para assinalar o sentimento de Bernardino a respeito da proibição de dispor livremente dos seus domingos e feriados.

Um outro negociante, sócio de Passos, torna ainda mais precisa a associação entre dias livres e direito do escravo, negada pelo comportamento senhorial. Referindo-se à roça de Bernardino, ele “disse que sabe de ouvir do réu ter sido ele quem assassinara seu senhor João Pereira de Sousa a olho de machado, pelo mau cativo que vivia e [...] ter roubado os domingos e dias santos e mesmo a roça que nas horas vagas fazia, seu senhor a comprava e nunca pagava”. As reclamações de Bernardino são ainda confirmadas, no mesmo tom, por outros cativos da fazenda.

A relação desse procedimento com o contexto pré-Abolição e perda de legitimidade da instituição escravista pode ser melhor situada quando se alarga o arco de observação. Uma certa visão contratualista da escravidão, de reciprocidade entre partes desiguais, sempre esteve presente nas tentativas de legitimação do cativo no Brasil, desde os escritos dos jesuítas Benci e Antonil no início do século XVIII. Essa face paternalista não se opunha à violência necessária da instituição escravista. Ao contrário, o paternalismo só se fazia possível em contraponto à pedagogia da violência, que instituíu a desigualdade essencial sobre a qual as relações pessoais poderiam desenvolver-se. Diversas pesquisas, centradas em períodos anteriores à extinção do tráfico, enfatizam que os cativos freqüentemente souberam reverter em seu favor as estratégias senhoriais. Onde está, então, a novidade do discurso acima referido?

A reprodução de um documento, já clássico em relação à pressão escrava por maior espaço de autonomia dentro da lógica do cativo, permite responder melhor à questão. No famoso “Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservaram levan-

tados (c. 1789)", chama a atenção não apenas a demanda dos cativos por maior autonomia econômica, direito ao lazer e escolha dos feitores, mas determinados trechos que distinguem os requerentes rebeldes de outros escravos do plantel. Lê-se nesse documento: "Não nos há de obrigar a fazer camboas, nem a mariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos Minas"; "Para o seu sustento tenha lancha de pescaria ou canoas do alto, e quando quiser comer mariscos mande os seus pretos Minas".¹⁸

Ou seja, reivindicam-se privilégios, e não direitos. Lograr espaços de autonomia ampliados dentro do cativeiro significava, antes de mais nada, afastar-se daquela condição primeira que definiria o escravo: a total ausência de prerrogativas. Com direitos não há escravos.

Antes da extinção do tráfico, os cativos de maiores recursos comunitários pressionaram mais por privilégios do que por direitos. É verdade que eles leram as "concessões senhoriais" e as práticas costumeiramente sancionadas como "direitos pessoais" que os faziam — de seu ponto de vista — um pouco menos escravos que os outros. A originalidade da argumentação dos cativos negociados no tráfico interno, nas últimas décadas da escravidão, está no sentido genérico que atribuíam ao "mau cativeiro" e na positividade que emprestavam ao "bom cativeiro", sem o qual o senhor não merecia obediência.

O crime não era a única forma, nem sequer a mais provável, de manifestação desse sentimento de ilegitimidade do cativeiro. Antes do dia de Natal em que decidiu matar seu senhor, Bernardino havia fugido e se apadrinhado com um sitiante vizinho (forro), que tentara comprá-lo. Mas seu proprietário se recusara a vendê-lo, alegando que estava hipotecado. Esse sentimento de ilegitimidade, de resto compartilhado com os demais escravos da fazenda, levava a que se reforçasse a pedagogia da violência, para manter a ordem e a disciplina. Também impedia que se engendrasses nas novas fazendas, além do temor, o outro pilar sobre o qual se sustentava a dominação escravista: o poder moral dos senhores e sua capacidade de sancionar o acesso àqueles recursos agora requisitados.

A generalização do tráfico interno, a troca de experiências de cativeiro, especialmente nas fazendas novas, onde tudo ainda estava para ser estabelecido, tendiam assim a levar os escla-



11. Este tipo de alambique de pedra-sabão era muito usado em Minas Gerais. No século XIX os alambiques de metal, importados ou fabricados no Império, difundiram o consumo da cachaça pelo país inteiro.

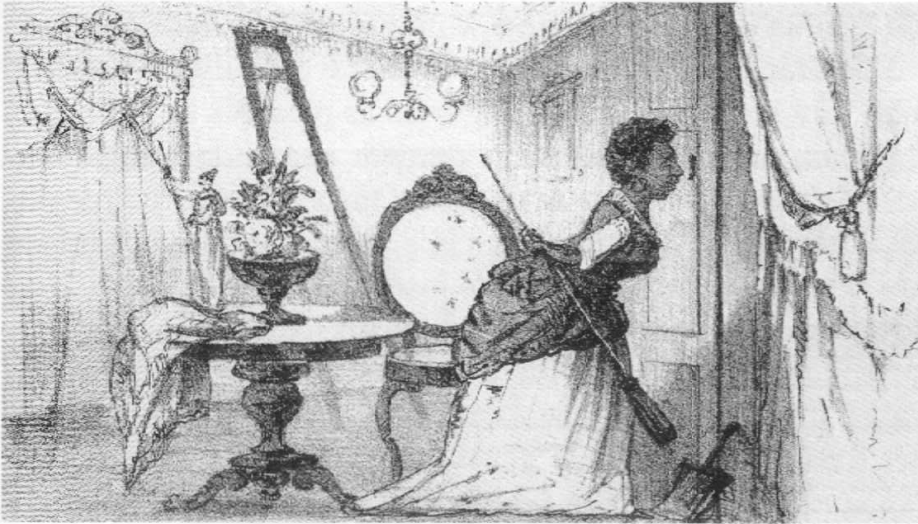
vos a propor, de forma até então inusitada, um código geral de direitos dos cativos. Desde logo, esfacelava-se a própria essência da dominação escravista, que residia na capacidade de transformar em privilégio toda e qualquer concessão à ausência de prerrogativas inerente a estatuto de escravo.

A atuação do próprio Estado, a partir do final da década de 1860, no sentido de reconhecer legalmente alguns desses direitos (a não-separação de famílias e o direito ao pecúlio e à autocompra, em especial), conferia um caráter cada vez mais político às ações cotidianas dos cativos, especialmente daqueles negociados no tráfico interno, na medida em que se pressionava por direitos universais e não por privilégios ou “direitos” pessoais. Essa pressão constante no cotidiano da propriedade, sobretudo nas fazendas novas, não pode ser tomada como elemento único ou central no desmancho das condições políticas e morais que sustentavam o domínio escravista. Mas não deve ser subestimada sua força num contexto, externo à propriedade, de crescente perda de legitimidade da escravidão.

UMA RELAÇÃO PERIGOSA

Nem todos os cativos, nos últimos anos da escravidão, foram negociados no tráfico interno. Mas, a partir de meados do século, mesmo a relação dos senhores com as “crias da casa” tornava-se perigosa. Sem a entrada maciça de africanos, em vista da crescente pressão dos cativos recém-chegados pela generalização de um certo padrão de “bom cativo”, intensificaram-se também as pressões dos cativos detentores de maiores recursos comunitários pelo trânsito para a liberdade. Ao contrário do que se poderia esperar, num contexto de escassez de mão-de-obra, as alforrias se multiplicaram ao longo da segunda metade do século XIX. Há o fato de que a instituição escravista sofria uma perda progressiva de legitimidade. Mas há também a circunstância de que se tornava perigoso, para os senhores, frustrar as expectativas do trânsito para a liberdade dos próprios cativos.

Como já foi visto, pelo menos no meio rural, a constituição da família escrava quase sempre tinha como pressuposto a possibilidade de alforria. Nesse sentido, raramente o objetivo da alforria aparecia como um projeto individual. Na ver-



12. Os escravos domésticos podiam espionar a intimidade dos senhores. A charge chama a atenção para essa deformação que o escravismo impunha aos padrões da privacidade oitocentista brasileira. (A Semana Ilustrada, 1872)

dade, o trânsito só se completava quando todo o grupo perdia os elos de ligação com o cativo. Nos processos-crimes analisados, bem como nas ações de liberdade, encontram-se inúmeros grupos familiares a meio caminho entre a escravidão e a liberdade. Bem administrada do ponto de vista senhorial, essa situação podia engendrar cativos “de confiança” e dependentes leais. Filhos, irmãos e netos no cativo prendiam os dependentes forros a seus ex-senhores muito mais que possíveis sentimentos de gratidão e lealdade. Nesses casos, a reescravização não chegava a ser incomum. Porém, frustrar as expectativas desse movimento para a liberdade, na sua dimensão familiar, podia tornar-se surpreendentemente perigoso nas últimas décadas da escravidão.

Pedrinho, filho de Pedro e Marcelina, era casado, carapina, arreador e de serviço de roça, nascido e criado na Fazenda do Sertãozinho, na freguesia mineira de Lambari.¹⁹ Cativo de confiança, dispunha de uma liberdade de movimentação extremamente ampliada pelo ofício de arreador e pela constante condução de tropas e correspondência entre a fazenda e a casa da família senhorial, na cidade de Campanha. Habitava com sua mulher Custódia numa casa em separado, onde, além de roça própria, possuía um cavalo. Era irmão de Manuel, forro, que vivia no bairro rural de Várzea Grande, não muito longe das terras do Sertãozinho, com casa, roça e a família. Era ainda amásio de Candinha, moça livre, de dezesseis anos, afilhada de Bernardo, homem livre e amásio de uma afilhada livre do mesmo Pedrinho. Três de seus irmãos eram ainda cativos como ele: Marciana, escrava da matriarca



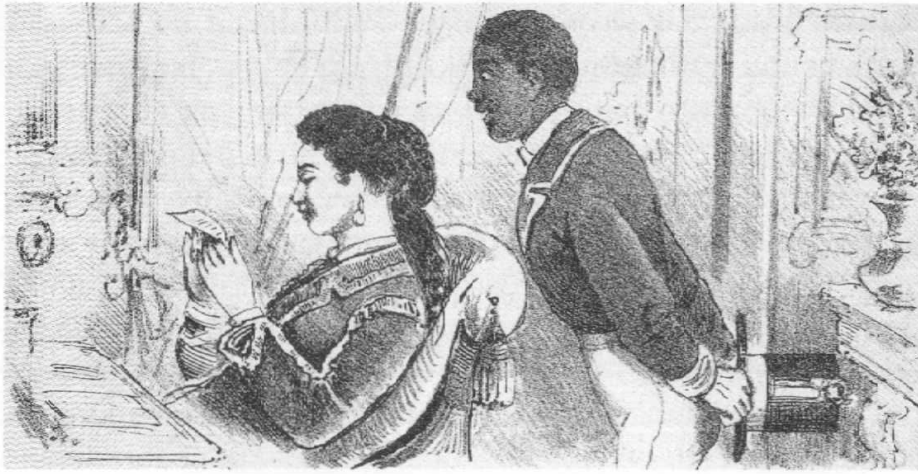
13. Um policial vigia os escravos em uma venda. Nas cidades a polícia atuava como feitor, controlando os cativos de ganho. (Kidder e Fletcher, 1857)

da família senhorial; Manuel, como o próprio Pedrinho cativo de Francisco Gomes; e José, ex-escravo do mesmo senhor, que fora vendido por este, segundo as palavras de Pedrinho, “a quem não queria servir”, e que por isso andava fugido.

Sem dúvida, havia se realizado uma partilha recente dos bens da família Gomes. Francisco Gomes é ainda chamado de “senhor moço” e a venda de José parece ter se resolvido ao longo do inventário. Todos moravam, entretanto, em propriedades próximas. Assim, a partilha não significara a perda de contato entre a família escrava e mesmo entre seus parentes e compadres livres.

O lento trânsito da família de Pedrinho, da escravidão à liberdade, incluindo aí a vivência de espaços de autonomia, parecia transcorrer com base na ascendência moral da família senhorial sobre os cativos “privilegiados”, bem como sobre os agregados libertos ou livres ligados a estes. Talvez por inexperiência, o senhor moço Francisco Gomes agia convencido de que aquela situação devia-se apenas à boa vontade senhorial. A intimidade e confiança da família senhorial com Pedrinho transparece na própria enunciação de seu nome. À medida que surgem as evidências de que Pedrinho fora o autor do assassinato de seu senhor, o designativo muda. Em depoimentos de familiares da vítima, Pedrinho transforma-se no “preto Pedro”, e seu irmão forro, antes simplesmente o “pardo” Manuel, torna-se o “preto forro Manuel”. A intimidade da família senhorial com o cativo extravasa, contudo, de todos os depoimentos, assumindo contornos de cena de filme, como no depoimento de Marciana, a qual, enquanto lavava a camisa ensangüentada do irmão Pedrinho, tinha por testemunha sua senhora, a mãe da vítima. Esta, identificando como sangue o líquido vermelho que saía da camisa, chorou convulsivamente, enquanto afirmava: “Foi Pedrinho quem matou o meu filho”.

Francisco Gomes não parecia temer essa possibilidade. Vendera José a um senhor que o cativo não queria servir, e não se preocupara com isso. Considerara como roubo a venda que Pedrinho fizera de um cavalo que, de fato, sempre havia estado sob o usufruto do escravo e de sua esposa. Até mesmo um irmão da vítima declara, aparentemente sem perceber a contradição da frase, que, no próprio dia do crime, seu irmão havia saído para buscar um cavalo que “pertencia



14. “Essas são as conseqüências quando se ensina aos moleques a ler e escrever; ficam sendo conhecedores e confidentes de todos os nossos segredos”, dizia a revista. O bom escravo era o escravo analfabeto, incapaz de entender o universo da linguagem escrita controlado pelos homens livres. (A Semana Ilustrada, 1872)

ao preto Pedro” e que este havia “vendido sem autorização do senhor”. Francisco Gomes repreendera Pedrinho duramente pela venda e anunciara que iria buscar o cavalo em casa de Manuel, irmão do acusado. Caso este não fosse devolvido, entregaria o caso à polícia.

Pedrinho negou o crime até o fim, argumentando que seu irmão José, “que andava fugido por haver sido vendido a quem não queria servir”, fora o provável assassino. Alegava como álibi que se separara do irmão Manuel na condução da tropa à cidade de Campanha, ali chegando apenas no dia seguinte, porque fora pernoitar na casa de sua amásia Candinha, como sempre fazia. Candinha não negava o fato, mas mencionou que a camisa de Pedrinho tinha manchas de sangue. As mesmas que Marciana diz que sua senhora identificara. Além disso, Pedrinho tentara vender um rosário de ouro e fora visto com um maço de notas. Dinheiro e um rosário de ouro haviam sido roubados no momento do crime.

José ou Pedrinho? Importa-nos pouco o resultado da investigação policial. O que conta é a percepção de que, apesar da confiança do “senhor moço” em sua autoridade moral, avisando a Pedrinho que ia buscar o cavalo, no momento mesmo em que o animal reaparece, sem cavaleiro, na casa de Custódia e Pedrinho, todos concluem que Francisco Gomes fora assassinado, e que Pedrinho era o principal suspeito. Na família senhorial e entre os demais cativos, havia a convicção de que a atitude do novo senhor, negando a Pedrinho o direito de dispor do cavalo, tinha gerado sérios ressentimentos. Pedrinho defende-se, sugerindo um ódio mais grave, o de seu irmão José, que já fugira por se negar a aceitar sua venda. A

plausibilidade das suspeitas sobre Pedrinho, e da acusação deste contra o irmão fugido, encontrava-se na crença de que Francisco Gomes assumira riscos ao impor sua autoridade sobre liberdades consensualmente assumidas pelos escravos.

Talvez a inexperiência não explique essa atitude. Afinal, Francisco Gomes desrespeitara práticas costumeiras sem nada temer. Pedrinho era “cria da casa”, “gente da família”. Francisco parecia considerar sua autoridade senhorial de fazer o bem ou o mal como uma verdade inquestionável, aceita por quem dependia dele para alcançar a própria liberdade ou a dos filhos. Pode-se presumir que agiria de maneira diferente caso desconfiasse que Pedrinho ou José pudessem rebelar-se. De fato, diante de escravos estranhos, comprados no tráfico interno, muitos senhores viviam sob o temor de um atentado ou de um levante. Nas últimas décadas da escravidão, em vista da perda de legitimidade do cativo e da interferência do Estado na relação senhor-escravo, foi talvez a mudança surpreendente de comportamento dos cativos de confiança que forçou a ampliação do número de alforrias, até levar à verdadeira avalanche de alforrias observada nos primeiros meses de 1888.

“THE DAY AFTER”

[A lei de 13 de maio] “limitou-se a reconhecer e confirmar um fato preexistente, evitando com esse reconhecimento as maiores perturbações e desordens, se não terríveis calamidades. A emancipação estava feita no dia em que os ex-escravos recusaram marchar para o eito e começaram o êxodo das fazendas. A lei confirmou-a, deu-lhe sanção dos poderes públicos, mas sem a lei não deixaria de ser um fato que se impunha contra todas as resistências”, ponderava o *Jornal do Comércio* em outubro de 1888.²⁰

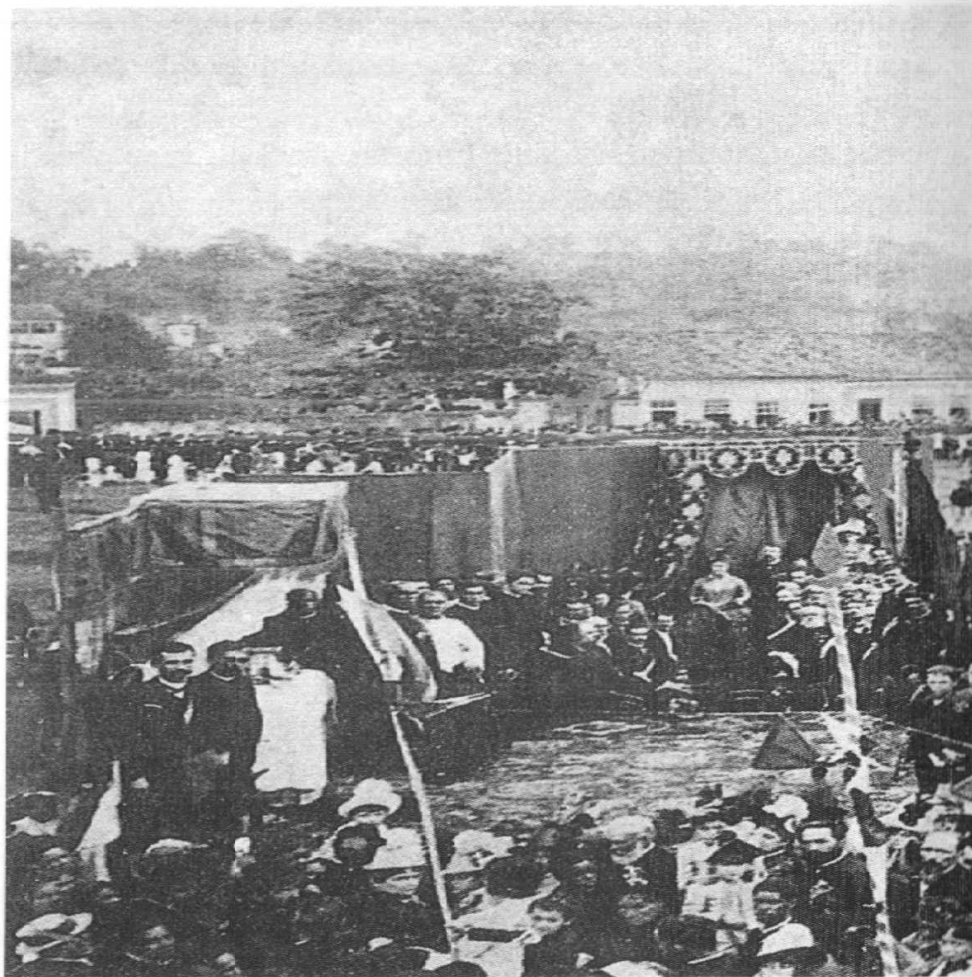
A Abolição sem indenização foi uma experiência traumática para os senhores de escravos das províncias cafeeiras do Centro-Sul do país. Só em 1887 haviam cessado os negócios com escravos nessas províncias e os proprietários de cativos viram-se forçados a encarar a libertação iminente. Até então, esperavam que fosse cumprido o cronograma de emancipação, decidido em 1884, que previa a indenização pelo menos em obrigação de serviços. Foram atropelados,

entretanto, pelas desordens nas senzalas das novas áreas cafeeiras de São Paulo e pela conseqüente quebra do consenso emancipacionista nas hostes conservadoras. Todo esse processo refletiu-se nas suas próprias senzalas, generalizando-se as fugas de escravos e as concessões de alforria em massa que tentavam evitá-las. Divididos entre os que acreditavam que deveriam lutar até o fim por seus direitos de propriedade e os que advogavam que apenas as alforrias em massa antes da Abolição poderiam preservar a ordem senhorial, os jornais interioranos digladiaram-se. Houve grande quantidade de cartas de leitores e artigos assinados durante os meses que antecederam o fim do cativeiro e os que se seguiram a este. Por meio desses artigos consegue-se uma primeira aproximação às expectativas da liberdade, bem como uma percepção das atitudes dos libertos, observados pelo filtro do olhar senhorial.²¹

A surpresa dos senhores diante da aceleração da conjuntura política relativa ao escravismo e, principalmente, diante do papel de seus próprios escravos nesse processo emerge como único ponto de consenso. A defesa das alforrias em massa, que se generalizava entre muitos deles, buscava resgatar a ascendência moral sobre seus cativos, em especial nas áreas escravistas menos tocadas pelo tráfico interno. Os que as advogavam confiavam não apenas na gratidão dos libertos, mas sobretudo na força dos laços comunitários e familiares entre os cativos para mantê-los, se não nas fazendas, pelo menos na região. Embasavam-se, assim, em um saber senhorial sobre os libertos e procuravam usá-lo para recuperar o controle da situação.

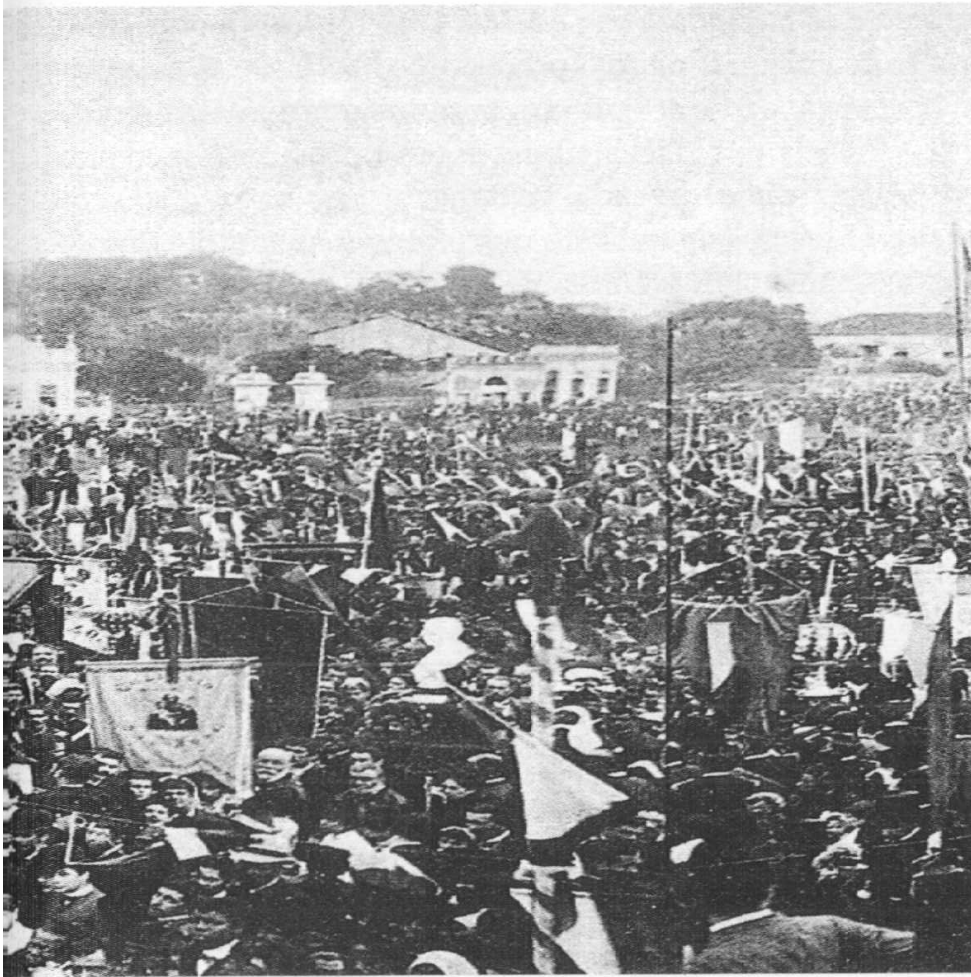
O documento mais expressivo nesse sentido é uma carta do político e fazendeiro paulista Paula Sousa ao também fazendeiro e político baiano César Zama. O senhor paulista procurava convencer o senhor baiano de que a alforria incondicional em massa era o único meio de conservar os ex-escravos na fazenda e deter as desordens nas senzalas. Usando um tom propositalmente emocional, Paula Sousa argumentava:

Desde 1º de janeiro não possuo um só escravo! Libertei todos, e liguei-os à casa por um contrato igual ao que tinha com os colonos estrangeiros e que terei com os que de novo ajustar. Bem vêes que o meu escravismo é toleran-



te e suportável [...] Dei-lhes liberdade completa, incondicional, e no pequeno discurso que lhes fiz ao distribuir as cartas, falei-lhes dos graves deveres que a liberdade lhes impunha, e disse-lhes algumas palavras inspiradas no coração... No ponto de vista literário, fiz um fiasco completo porque chorei também. Concluí dando-lhes uma semana para procurarem o cômodo que melhor lhes parecesse, e declarando-lhes ao mesmo tempo que minha casa continuaria sempre aberta para os que quisessem trabalhar e proceder bem. À exceção de três, que foram procurar seus irmãos em São Paulo, e dois, um dos quais — ingênuo — que foram ter com o pai, libertado por mim há dez anos, todos ficaram comigo, e são os que me rodeiam, e junto dos quais me sinto feliz e contente.²²

Às listas de libertadores, publicadas com alarde nos jornais abolicionistas, freqüentemente seguiam-se pequenos artigos, considerando que nessas fazendas haveria “trabalho e



15. Vista geral da missa realizada no Campo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, para celebrar a Abolição. (Luís Ferreira, 1888)

ordem como nunca”, e mesmo “desistência de salários na primeira colheita” por parte dos libertos.²³

Portanto, havia senhores recém-convertidos à causa da liberdade que acreditavam na gratidão do liberto, e na força dos laços pessoais e comunitários estabelecidos nas regiões ou nas fazendas, para mantê-los no trabalho. Mas existiam também outros, que procuravam ainda deter a generalização das alforrias e a Abolição incondicional, esgrimindo o argumento de que nada disso evitaria os efeitos nefastos de um mercado de trabalho prejudicial a seus interesses. No jornal conservador de Cantagalo, na província do Rio de Janeiro, último baluarte da defesa da escravidão, publicava-se a coluna “Frutos do abolicionismo triunfante”. Ali procurava-se mostrar que as decisões dos libertos de permanecer nas fazendas, ou delas se retirar, não eram motivadas pela gratidão, mas pelos salários, ficando inúmeras fazendas desprovidas de trabalhadores.²⁴

Os parâmetros que uns e outros utilizavam para avaliar as conseqüências das alforrias em massa eram, assim, rigoro-

samente os mesmos: a sua eficácia para restituir a ordem e o controle senhorial sobre o processo de libertação. A expectativa dos senhores que optavam pela manumissão era lograr a permanência dos trabalhadores e um mínimo de mudança na organização da fazenda. Pelo menos logo na primeira colheita. O sistema de trabalho que propuseram aos libertos — quase sempre com retumbante fracasso —, foi o de parceria “a eito”. Pressupunha a continuidade do trabalho coletivo e supervisionado, assim como a divisão da safra com o conjunto dos trabalhadores ao final da colheita.²⁵

Não foi apenas por meio das concessões de alforria que os ex-senhores tentaram responder ao desmonte da ordem escravista. Desde janeiro, e especialmente entre março e maio de 1888, sucederam-se reuniões de fazendeiros por quase todas as freguesias rurais das zonas afetadas. Nesses encontros, em muitos casos com a participação de líderes abolicionistas, procurou-se realizar acordos que homogeneizassem as remunerações oferecidas aos libertos, a disciplina nas fazendas e as regras para o recebimento de novos trabalhadores.²⁶

Nem a aposta no paternalismo, nem as tentativas de controlar corporativamente o mercado de trabalho levaram, entretanto, as relações extra-econômicas a predominar sobre as novas relações entre libertos e ex-senhores. A competição pelo trabalhador liberto acirrou-se após o Treze de Maio. Contraditoriamente, os mesmos congressos que exigiam cartas de recomendação dos libertos que deixassem a fazenda dos ex-senhores nas suas regiões, buscavam atrair trabalhadores libertos de outras regiões.²⁷ Ainda em maio de 1888, o governo publicou portaria concedendo passagens ferroviárias para trabalhadores que apresentassem contrato de trabalho nas zonas rurais.²⁸ Com base nessa franquía, representantes dos cafeicultores iam até os municípios vizinhos para conseguir trabalhadores que concluíssem a colheita.²⁹

Os lavradores escravistas de cereais, menos ricos, foram os mais atingidos. A quebra da safra de cereais em 1889, que efetivamente ocorreu, foi prevista em vários artigos e editoriais.

Além de relações de mercado que atingiam desigualmente os ex-senhores, algo mais profundo informava as dificuldades em criar novas relações sociais no interior das antigas fazendas escravistas. Segundo as estimativas do próprio *Correio de Cantagalo*, não mais que 10% dos libertos deixaram as fazendas

imediatamente após a Abolição.³⁰ Para influenciar a permanência na fazenda, os ex-senhores apostavam na gratidão dos ex-escravos, e na força dos laços de família e vizinhança desenvolvidos pelos libertos ainda durante a escravidão. Por outros motivos, porém, tornaram-se raras as fazendas que continuavam contando com seu antigo pessoal após a Abolição.

Na Fazenda da Conceição, em Cantagalo, o coronel Augusto de Sousa Araújo libertou seus escravos dias antes do Treze de Maio. Nas festas que então se realizaram houve até mesmo coroação do antigo senhor pelos libertos e enterro da palmatória e do vergalho. No dia seguinte, entretanto, os libertos comunicaram a seu senhor que impunham como condição para permanecer na fazenda que se expulsasse dali o



16. Escravos comemoram a libertação. (A. Agostini, Revista Ilustrada, 1888)

administrador. Pouco disposto a concordar com a condição imposta, o coronel viu em poucos dias sua fazenda abandonada pelos ex-cativos.³¹

Decidir ficar, obviamente, não significava concordar em manter as mesmas condições de trabalho do regime anterior. Enterrar a palmatória e o vergalho podia fazer pouco sentido para os libertos, se o homem que as usava continuasse a dar as ordens. Casos como este, em que os antigos escravos tentaram negociar as condições para sua permanência na fazenda, não parecem ter sido incomuns. Reuni referências a alguns casos, nos quais grupos de libertos recorreram aos párocos locais e mesmo a agentes policiais para apresentar suas condições de permanência aos antigos senhores.³²

Negociar coletivamente com os libertos parece, no entanto, ter sido uma situação para a qual os ex-senhores se mostravam despreparados. Um fazendeiro de Cantagalo relatava que oferecera a seus ex-escravos 10\$000 réis por dia para os homens, 8\$000 para as mulheres, dois dias por semana para trabalharem em suas roças, duas roupas grossas para o trabalho, médico, botica e alimentação. Eles, entretanto, teriam recusado a proposta, pedindo cada um sua própria lavoura de café. Sem alternativas, o fazendeiro lhes teria dado terra em parceria e uma caderneta com um regulamento impresso para as suas contas. Os libertos, contudo, teriam procurado conselheiros alfabetizados e, conforme o ex-senhor, enganados por estes, ou simplesmente esclarecidos sobre os termos do regulamento, o teriam também recusado. Em agosto de 1888, os ex-cativos desse fazendeiro continuavam ainda nas terras dele, sem que tivessem chegado a um acordo sobre as novas condições de trabalho a ser adotadas.³³

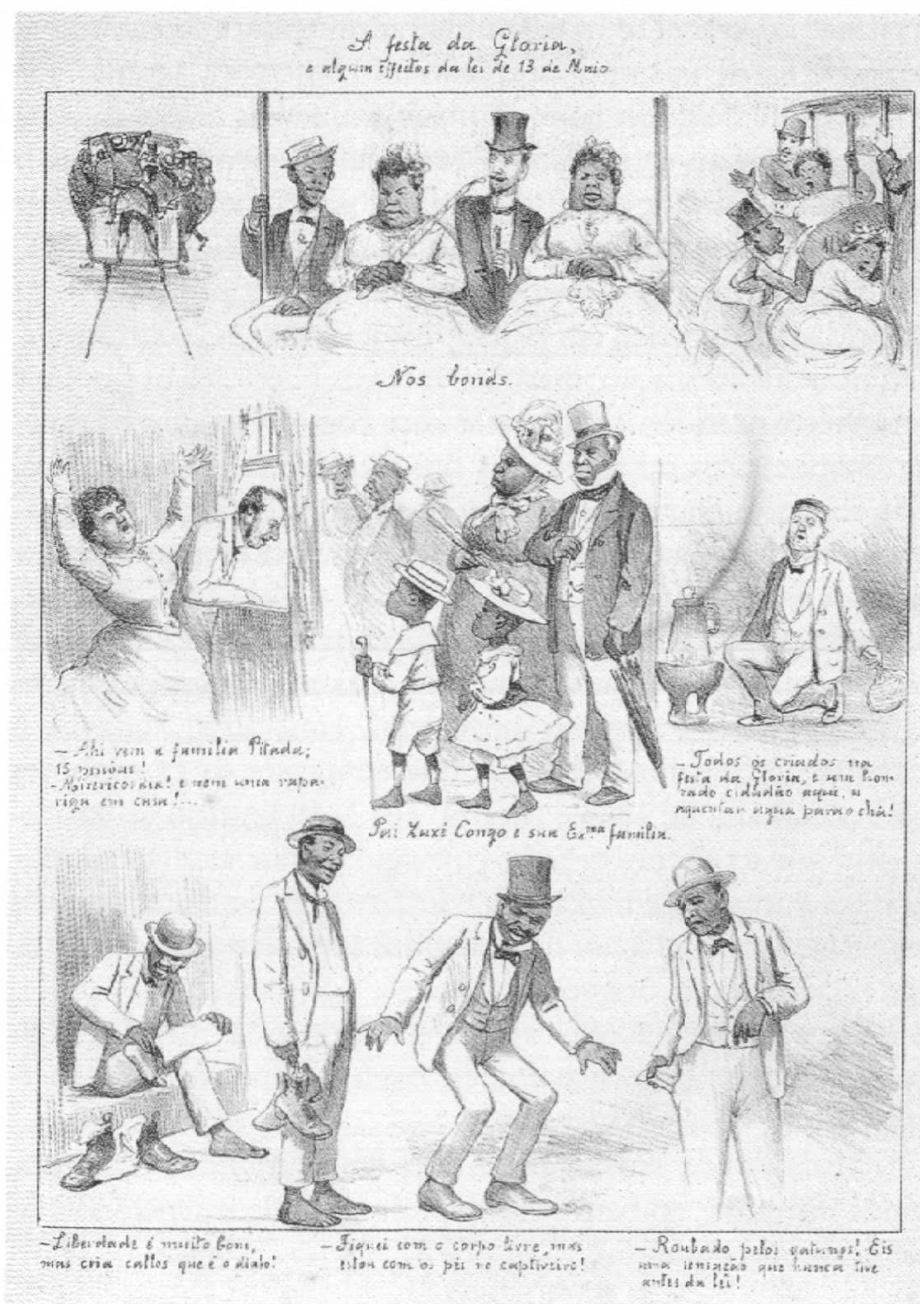
O comendador Breves, proprietário de mais de vinte fazendas de café na província fluminense, fez publicar três cartas de seu administrador da Fazenda da Floresta, em Itaguaí, sobre suas dificuldades de relacionamento com os ex-cativos. Na primeira delas, o administrador descrevia suas dificuldades com os recém-libertos:

Ilmo. Sr. comendador Joaquim José de Sousa Breves —
Fazenda da Floresta, 16 de maio de 1888.

Certo das ordens de sua respeitável carta de 13 do andante mês respondo-a que, em presença de seus ex-escravos foi lida e explicada as condições das vantagens que V. S.^a lhes oferece [...] Veja que com tal acontecimento [o Treze de Maio] o prejuízo é inaudito: tem esta fazenda os milhos para quebrar, quarenta alqueires de feijão sofrível para arrancar e que não se pode adiar a colheita [...]

Com respeito e obediência, sou de V. S.^a afilhado, criado e obrigado — Eugênio de Sousa Breves.

Depois que esta escrevi, vejo que até o café colhido será difícil acabar de secar para socar: os pretos querem já impor os serviços que hão de fazer, a hora e tudo mais que entendem — ESB.³⁴



17. Sátira do cotidiano após a Abolição. O preconceito continuou cercado os ex-escravos; uma troça da época dizia: "Nasceu periquito, morreu papagaio, não quero histórias com treze de maio".

(A. Agostini, Revista Ilustrada, 1888)

Nas cartas seguintes, o administrador esclarece que os ex-escravos que permaneceram na fazenda teriam concordado com o sistema de parceria a oito. Entretanto, em razão disso consideravam-se senhores da administração de seu tempo de trabalho. Por mais que o administrador se esforçasse, durante todo o mês de junho não conseguiu retomar o domínio da organização do trabalho. Os libertos agiam como se ele não existisse, decididos a dirigir sem supervisão os serviços da colheita, da qual, pelo sistema de parceria a oito, haviam se tornado sócios. Buscando manter o controle sobre

o ritmo de trabalho, o administrador tentara aumentar a ração de carne nas refeições, matando bois para agradar aos ex-cativos, e despedir os mais insubordinados, os quais, contudo, recusavam-se a deixar a fazenda. No final de junho, o comendador decide expulsá-los a todos, com a ajuda de seus inúmeros agregados livres. Mas a tentativa fracassa.

Esse é um ponto essencial em tal contexto. À quebra da autoridade senhorial, em princípios de 1888, não correspondeu uma identificação imediata entre os libertos e os homens e mulheres nascidos livres, que viviam como pequenos proprietários, posseiros ou agregados nas vizinhanças das fazendas. Não se tentou, ou não se julgou possível, quebrar prontamente as relações costumeiras que davam suporte econômico e social a esses grupos. Em 1888, as novas áreas cafeeiras paulistas, mais produtivas e capitalizadas, já começavam a atrair as primeiras levas de imigrantes italianos, com passagens subsidiadas pelo governo provincial. Fora delas, todavia, o estoque de trabalhadores com que contavam os ex-senhores para a colheita de 1888 e mesmo em 1889 limitou-se basicamente aos ex-escravos. Sem conseguir atrair e reter os imigrantes europeus em vista da concorrência paulista; sem leis sobre as novas relações de trabalho; sem alteração das antigas relações com os roceiros livres e agregados, ex-senhores e mesmo antigos abolicionistas sentiam-se “à mercê dos libertos”, que transformavam as fazendas em congadas permanentes.³⁵

Uma poesia satírica publicada em *O Monitor Campista*, ainda em 1888, dá bem a medida do grau de intencionalidade desse movimento:³⁶

*Fui ver pretos na cidade
Que quisessem se alugar.
Falei com esta humildade:
— Negros, querem trabalhar?
Olharam-me de soslaio,
E um deles, feio, cambaio,
Respondeu-me arfando o peito:
— Negro, não há mais, não:
Nós tudo hoje é cidadão
O branco que vá pro eito.
[...]*

“NÓS TUDO HOJE É CIDADÃO”

É o que teria respondido o negro feio e cambaio da poesia. Até que ponto tal resposta era possível? Que consciência de cidadania teria um ex-escravo? Ao se colocar a questão nesses termos, corre-se o risco de cometer um grave anacronismo em relação à realidade rural do século XIX. Em sentido pleno, a questão da cidadania não foi sequer colocada para as populações rurais. Ao se ler esses versos com os olhos de hoje, perde-se o seu real significado, óbvio, entretanto, para os contemporâneos.

A cidadania, reclamada para os libertos por lideranças abolicionistas no Parlamento, por parte do pensamento jurídico ou pelos poetas anônimos nos jornais, era, apesar de tudo, mais que um exercício de retórica. Era mesmo uma questão já antiga, que acompanhara a política de emancipação gradual, levada a cabo pelo governo até 1888. Nesta, em 1871 como em 1885, os libertos ficavam sujeitos a uma legislação de exceção, especialmente no que se referia à obrigatoriedade de fazer contrato de trabalho, que continuava a distingui-los dos nascidos livres, os “cidadãos brasileiros”. Os direitos de cidadania dos libertos dividiram a consciência jurídica da época. Em nome do direito de propriedade, admitia-se uma legislação especial para os escravos. Concomitantemente, reconhecia-se uma série de direitos civis aos homens livres (os cidadãos brasileiros). O que fazer em relação à condição civil do liberto?

Esse dilema teórico produzia, com frequência, problemas práticos. O que fazer, por exemplo, com o escravo condenado à pena de açoites, pela Lei Especial de 1835 (uma lei que só recaía sobre os escravos), que se visse liberto por abandono ou alforria antes da execução da pena? A Constituição, que regia os homens livres, proclamava solenemente, em seu artigo 179, nº XIX: “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”.

A pena de açoite foi, pelo menos teoricamente, exclusiva dos escravos. No caso da lei de 1835, entretanto, não havia pena equivalente aplicável a homem livre na mesma situação em que aquela pudesse ser transformada, visto tratar-se de uma lei que recaía apenas sobre os cativos. A polêmica jurídica acirrou-se por todo o Império, mas a maioria dos parece-

res foi favorável à simples suspensão da pena. Não sem que, na maior parte dos casos, ressalvassem: "Faremos, ainda, uma reflexão, e é que, pela proposta, parece haver quem entenda que o escravo manumitido fica logo sendo cidadão brasileiro, desde o momento da alforria. Isto nos parece um erro, ao menos olhando a proposição em sua generalidade. Como, porém, a proposta não exige, particularmente, a solução desta espécie, a omitimos por esta ocasião. Tal é o meu parecer, salvo o dos sábios. (a) A. G. d'a." ³⁷

Por toda a política emancipacionista imperial, à exceção da lei de maio de 1888, manteve-se a tutela estatal ou privada sobre os libertos, desde os africanos livres pela extinção do tráfico em 1831 até os ingênuos (1871), sexagenários (1885) e manumitidos, por alforria ou pelo fundo de emancipação, privando-os da "cidadania brasileira", conforme era reconhecida aos nascidos livres.

O que significava, porém, essa cidadania? Quais os sentidos da liberdade? Politicamente, ela era uma farsa, mesmo para os "cidadãos ativos". Em termos civis, garantia as liberdades clássicas (de ir e vir, o direito à família, à propriedade etc.), bem como a liberdade de opinião e a integridade física, quando proibia a tortura ou o castigo infamante. Qual, entretanto, o significado real de tais garantias para os "cidadãos passivos", em face do poder privado dos potentados rurais?

Mais uma vez é preciso ter em mente a experiência da escravidão para mensurar o significado dos "direitos civis" atribuídos aos cidadãos brasileiros no Império. Desde 1850, a tendência da legislação imperial foi transformar o costume em direito, garantindo "direitos" aos escravos, mesmo mantendo uma condição civil especial para o liberto. Foi o Estado imperial que assegurou o fim do tráfico; que reconheceu para os cativos o direito à família, proibindo as separações de casais e seus filhos; que mudou em direito a prática do pecúlio e o acesso à alforria; que proibiu o açoite, em 1886. Os significados de cada uma dessas medidas legais para a força moral dos senhores, para a própria viabilidade da dominação escravista, eram bem medidos pelos contemporâneos, apesar de serem freqüentemente negligenciados pelos historiadores. O que esteve em discussão, pelo menos desde 1850, foi a possi-

bilidade de se atribuir “direitos civis” aos escravos e também aos libertos. Assim, o que entrou em jogo após maio de 1888 foi a discussão sobre direitos civis, nos termos em que eram compreendidos e garantidos na ordem imperial.

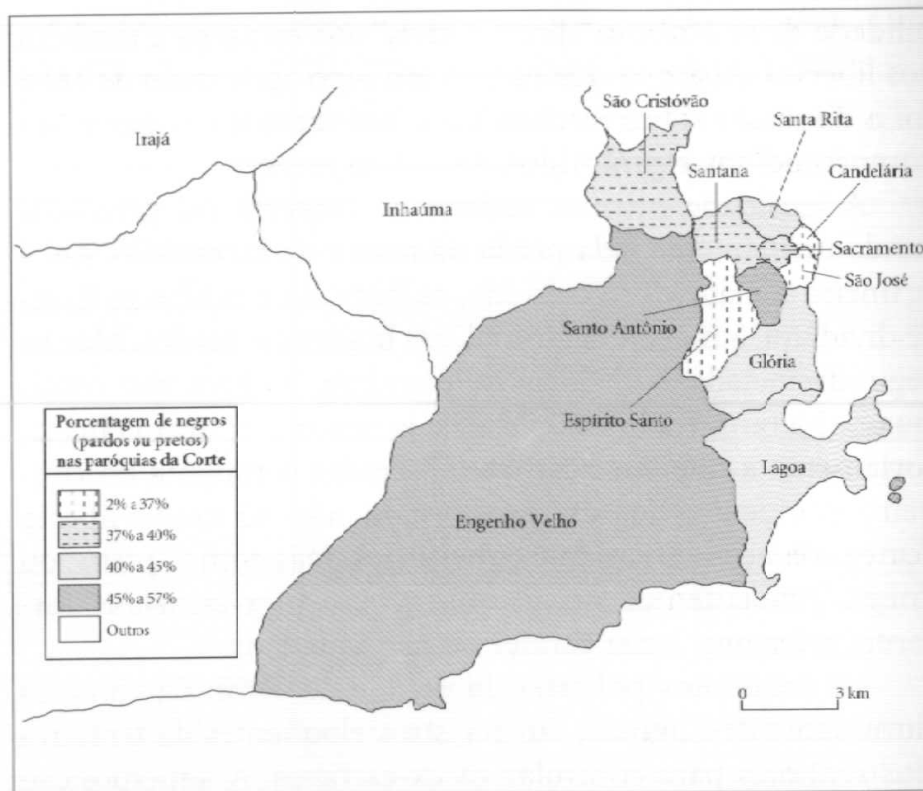
A igualdade entre os súditos do Império era percebida fundamentalmente pela perda da marca da escravidão. Até a primeira metade do século XIX, os homens e mulheres livres se dividiam, à maneira colonial, em brancos e pardos. Mas na segunda metade, a vivência da liberdade, se bem que continuasse hierarquizada em essência, já não incorporava obrigatoriamente a diferenciação racial. Perder o estigma do cativo era deixar de ser reconhecido não só como liberto (categoria necessariamente provisória), mas como “preto” ou “negro”, até então sinônimos de *escravo* ou *ex-escravo* e, portanto, referentes a seu caráter de não-cidadãos.

Os inquéritos policiais da década de 1890, da comarca fluminense de Campos, são registros eloquentes da tentativa dos senhores para controlar os ex-escravos. A superposição dos papéis de fazendeiro e subdelegado, o uso dessa prerrogativa para forçar os libertos ou, na expressão da época, os “treze de maio” a fazer contrato de trabalho nos termos que lhes eram impostos, são eventos corriqueiros.

As condições de mercado em que a Abolição se desenrolou limitavam, entretanto, a eficácia dessa atuação. Um caso, especialmente, ilustra os dois termos da equação: a tentativa de usar a repressão policial em nome dos interesses privados dos ex-senhores e a concorrência pelo trabalhador liberto, que limitava o recurso a essa repressão. Trata-se de uma queixa sobre crime de desacato e desobediência à autoridade, em 1894, na comarca de Campos: “No domingo 18 do corrente, às onze horas do dia, mais ou menos, o suplicante, na qualidade de subdelegado de polícia do Nono Distrito deste município tendo ido à casa do suplicado, aí foi por este desacatado e desobedecido na presença de testemunhas, pelo fato de querer fazer vir à sua presença uma mulher que era acusada de crime de roubo pelo cidadão José Francisco Nunes de Azevedo”.³⁸

Uma primeira peculiaridade dos inquéritos policiais da fase republicana é a utilização sistemática do termo *cidadão* como designativo de status social. Nesses inquéritos, são chamados a depor “homens”, “mulheres” e “cidadãos” (que, em

18. Na década de 1870 a forte imigração portuguesa havia mudado a composição étnica da área urbana do Rio de Janeiro. (LED-Cebrap)
(Ver Apêndice, tabela 16.)



geral, são proprietários e residentes numa fazenda do distrito). Neste, confrontavam-se o “cidadão” Manuel de Castro, subdelegado do Nono Distrito, também proprietário e fazendeiro na região, mais conhecido como Maneco Castro, e o “cidadão” (afro-brasileiro, como se verá) Joaquim da Silva, proprietário da Fazenda Santo Antônio e nela residente. O pomo de discórdia entre os dois fazendeiros, até então vizinhos e amigos, é a “mulher”, acusada de roubo na fazenda do terceiro “cidadão”, citado na queixa-crime, que é identificadada adiante como “preta Matilde”.

A versão do queixoso pode ser assim resumida. A “preta Matilde” fora acusada de roubo na fazenda onde trabalhava. Dali saíra e se empregara nas terras do acusado. O subdelegado mandara buscá-la para averiguações e o acusado se negara a entregá-la a seus representantes. Ele teria, então, ido pessoalmente à casa do acusado buscar a suspeita, tendo sido ali desacatado pelo proprietário da fazenda.

Na versão do acusado, Maneco Castro (o subdelegado) mandara três de seus “trabalhadores”, um dos quais estaria bêbado, à fazenda dele, dizendo que, por ordem do patrão, “vinham buscar a preta Matilde”. O acusado, então, “receando fazer entrega da pobre preta a homens desconhecidos, um

dos quais embriagado”, escrevera um bilhete a Maneco Castro pedindo-lhe que viesse pessoalmente conversar sobre a questão. Este teria chegado à fazenda de maneira truculenta e cercado de “capangas”, tendo então o queixoso o convidado a se retirar. O ponto básico da defesa é que em nenhum momento foi mostrado um mandado de prisão contra a “preta” e nem Maneco Castro ali se apresentara como subdelegado.

Mais interessantes que a disputa dos dois fazendeiros pela “preta Matilde”, assim identificada seis anos após a Abolição, são os depoimentos das testemunhas sobre a troca de agressões verbais.

Os depoimentos da defesa, com pequenas variações de forma, ressaltavam que Silva teria dito a Maneco Castro “que nunca matou nem mandou matar ninguém, nem esbordoava quem quer que fosse por cobrar salários devidos”.

A defesa enfatizava os depoimentos produzidos pela acusação: “Que não lhe consta que o acusado alicia colonos ou oculte criminosos e desordeiros”. Afirmava-se ainda que Maneco Castro, ao lhe indagarem sobre um mandado de prisão, respondera: “Qual lei qual nada, estamos em Estado de Sítio, podemos fazer o que muito bem quiser”.

Na versão do acusado, portanto, desenham-se duas estratégias em confronto, disputando a mão-de-obra liberta. Maneco Castro, em aliança com outros fazendeiros, procurava, no exercício da autoridade policial, manter os libertos nas fazendas, forjando acusações contra os que se retiravam e “matando ou esbordoando” quem tentasse discutir as condições de remuneração oferecidas. Silva, utilizando-se de um código de proteção e paternalismo bem conhecido da experiência de liberdade até então prevalecente, colocava-se como alternativa para os libertos e parecia estar obtendo sucesso em seu intento.

Os depoimentos favoráveis a Maneco Castro alegam que este teria ido à Fazenda Santo Antônio buscar Matilde, então acusada de furto, e que seu proprietário teria dito “que não lhe entregava para não desmoralizar a fazenda”; “que ele era uma autoridade que ignorava a lei, e burro”; “que o acusado nesta ocasião disse que o queixoso exercia o cargo de subdelegado para ter empregados baratos e tinha a casa cheia de capangas”; “que dizendo o queixoso ao acusado se ele o queria matar, este respondeu-lhe que se o quisesse matar, ele

mesmo o mataria, não mandaria, e que o filho da puta que botasse os pés das suas portas para dentro ele daria um tiro”.

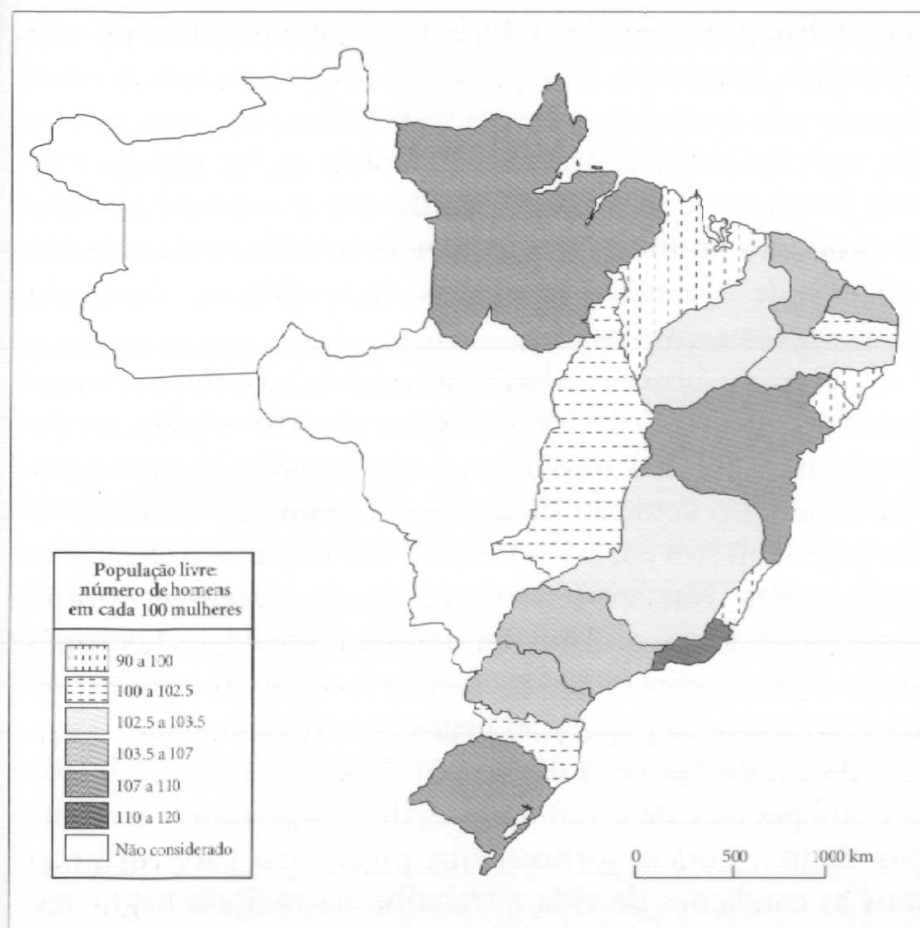
Ou seja, os depoimentos favoráveis ao subdelegado não tentam negar a disputa pela mão-de-obra liberta alegada pela defesa. Apenas, se na versão da defesa é o subdelegado que abusa de suas funções públicas, em nome de interesses privados, e tenta proceder a prisões sem o amparo da lei, na versão do queixoso é o réu que coloca a autoridade sobre as próprias terras acima da lei para “não desmoralizar a fazenda”. Em ambos os casos se faz um discurso para o poder judiciário, em que a ficção da existência separada dessas duas esferas (o público e o privado) deveria prevalecer. O promotor da cidade de Campos indefere a queixa e condena Maneco Castro às custas.

Se combinarmos os dois discursos, constatamos que relações costumeiras de tipo tradicional (“não desmoralizar a fazenda”) continuavam sendo a garantia única aos direitos de cidadania conferidos pela liberdade (tendo impedido a prisão arbitrária e ilegal de Matilde).

Costuma-se alegar que aos libertos nada foi concedido além da liberdade. Nem terras, nem instrução, nem qualquer reparação ou compensação pelos anos de cativeiro. Eles foram entregues à própria sorte, o que podia ser especialmente dramático para idosos e órfãos, como, aliás, não deixava de lembrar o *Correio de Cantagalo*. No contexto da época, salvo a remota possibilidade de uma distribuição de terras por parte do último gabinete do Império — motivo de pânico entre os proprietários —, a legislação especial que se esperava tinha como base a idéia de tutela do Estado sobre o liberto, forçando-o a continuar na propriedade em condições cujos termos deviam ser definidos pelo ex-senhor. Não é por acaso que o *Correio de Cantagalo* foi a folha que mais denunciou o abandono dos velhos e órfãos depois do Treze de Maio. Após essa data, os libertos tiveram de enfrentar as manobras, muitas vezes violentas, para forçá-los a se manter como “negros libertos”, numa condição civil diferenciada dos demais homens livres.

NEGRO, NÃO HÁ MAIS NÃO?

“O Senhor Cândido de Oliveira (o interrompe): — Não há mais libertos, são cidadãos brasileiros. O Sr. Barão de



19. Por causa da forte imigração de trabalhadores portugueses, a área do Rio de Janeiro registra a maior proporção de homens relativamente às mulheres no contingente de habitantes livres. (LED-Cebrap) (Ver Apêndice, tabela 17.)

Cotegipe: — S. libertos, mas direi, se quiser, até que são ingleses (Risadas). Eu uso o termo próprio.”³⁹

Com base nesse quadro e num foco de análise mais reduzido, pode-se tentar reencontrar o dia-a-dia dos libertos imediatamente após o Treze de Maio. Para a área do Norte fluminense, há dados interessantes em doze crônicas publicadas em 1894 e assinadas por Arrigo de Zetirry.⁴⁰ As crônicas se singularizam por deter-se em análises individualizadas das fazendas visitadas, enfocando as condições de aproveitamento dos libertos. Há também os registros civis de nascimento e óbito para três freguesias, única fonte a contemplar uma referência sistemática à cor na década de 1890.⁴¹

Seis anos após a Abolição, destaca-se da narrativa de Zetirry e dos registros analisados uma situação de mercado de trabalho desfavorável aos fazendeiros. Nas áreas cafeeiras não havia propriedades abandonadas e nelas tinham se fixado alguns imigrantes. Mesmo assim, as famílias de libertos ainda

respondiam por 50% dos trabalhadores em fazendas na área. Na região açucareira, boa parte das fazendas encontrava-se abandonada e os recém-libertos respondiam por mais de 60% dos trabalhadores. Nas zonas de cereais, as lavouras comerciais haviam se desarticulado, sendo substituídas pela pequena produção familiar. Essa tendência é confirmada pela inexistência de "fazendas" nos locais de residência informados pelos registros civis da área.

Os recém-libertos, identificados pelo qualificativo *negro* nos registros civis, não foram facilmente assimilados aos homens e mulheres nascidos livres, o que lhes dificultava o acesso à terra fora do contexto da antiga propriedade. Mais de 60% dos negros viviam em fazendas nas áreas cafeeiras e canavieiras consideradas. Nas áreas de produção de alimentos, fora do contexto de zonas de fronteira de difícil acesso, os libertos se viram muitas vezes forçados a deixar a região, o que se revela no decréscimo da população negra nos registros civis.

As condições de trabalho em Três Barras, fazenda com 500 mil pés de café e 128 famílias de trabalhadores, descritas por Zetirry, podem fornecer um parâmetro para conhecermos as condições de vida e trabalho da maioria negra residente nas fazendas da área. Ali, as famílias dos colonos somavam juntas 542 pessoas, com uma média de 4,2 indivíduos cada uma. A maior parte delas achava-se empregada no trabalho de tratar os cafezais já formados, "de capinar quantas vezes por ano puder, e de colher o café na época oportuna". A remuneração que recebiam era a metade da colheita de café e das roças de milho e feijão que tivessem plantado.

Para Zetirry essa seria "a medida mais evidente" da crise de trabalho por que passava o Estado. Para obter mão-de-obra suficiente aos trabalhos da fazenda, o lavrador fluminense via-se obrigado a "submeter-se a condições de parceria" que, segundo o autor, horrorizavam os fazendeiros paulistas.

Nas famílias de libertos, que formavam a maioria dos colonos de Três Barras, privilegiava-se as roças de mantimentos, as mulheres se recusavam a trabalhar nos cafezais, os filhos começavam tarde a ajudar na lavoura e ainda por cima casavam-se cedo. Os dias de trabalho reduziam-se a quatro na semana, em virtude da multiplicidade de festas religiosas em que nunca deixavam de participar. Em condições de parceria, os proprietários não tinham meios de modificar esse quadro.

Não faltavam jornaleiros assalariados, também majoritariamente libertos. Mas o trabalho destes custava ainda mais caro, e além do mais eles eram mais incertos do que os meeiros.

Se nas áreas cafeeiras era essa a situação, nas zonas açucareiras de Campos, onde o lucro diminuía, a dependência do trabalho do liberto mostrava-se ainda mais significativa. Para fixar o liberto, a lavoura de cana adotara a parceria em condições bem mais favoráveis aos colonos do que aquelas vigentes no café. A parceria na cana, em 1894, não impunha a meação às lavouras de milho e feijão, não cobrava aluguel pelo transporte das canas e dos cereais, nem sequer pelo uso de instrumentos aratórios dos proprietários, como fora projetado nos congressos agrícolas da região que procuraram regulamentá-la apenas como forma de atrair os imigrantes. Mesmo assim, segundo o autor: “Estão longe de deixar os bons lucros que percebem os parceiros de café”.

Além da valorização da autonomia, as observações de Zetirry sobre as relações familiares entre os libertos e o “seu apego irracional à lavoura de cana” parecem sugerir que, para além das condições mais vantajosas que a lavoura de cana campista oferecia, o verdadeiro segredo das mais bem-sucedidas fazendas da região consistira no atendimento a essas demandas num contexto de laços afetivos e familiares dos libertos situados na região.

Os dados levantados nos registros civis de nascimento e óbito para São Gonçalo indicam que os laços familiares herdados do cativo influíram nas opções de migração ou permanência dos libertos.⁴² Os laços de família preexistentes ou reelaborados mostraram-se também fundamentais nas decisões de fixação em novas áreas, como revela a organização familiar das colônias de trabalhadores nas áreas cafeeiras. Desse modo, o trinômio — mobilidade, laços de família, autonomia — que definia a experiência de liberdade com a qual os libertos anteriormente conviviam, continuava a informar suas expectativas de liberdade, definindo assim o que alguns autores têm chamado de um “projeto camponês”.⁴³ Engendrava-se uma ética do trabalho que incidia sobre o mercado de trabalho rural em gestação.

Por outro lado, na perspectiva dos ex-senhores, as condições de atração do antigo roceiro nascido livre ainda não tinham levado “brancos” e “pardos” a se tornar maioria dentro

20. Uma criança negra sozinha no Passeio Público, local de lazer da sociedade da corte. (Foto de Klumb, 1860)



das fazendas da região. Dessa maneira, não podiam fazer retroceder sua forte dependência para com os recém-libertos, delineada ainda em 1888. Nesse contexto, os libertos conseguiram força de pressão suficiente para moldar as novas relações de trabalho nas fazendas às suas expectativas de liberdade e autonomia.

Uma crescente indiferenciação entre “libertos” e “nascidos livres” refletia-se já na década de 1990. Nos registros considerados, os filhos dos libertos estavam progressivamente perdendo a marca do cativo. Em São Gonçalo, o intercambiamento entre os qualificativos *pardo* (nascido livre) e *negro* (nascido escravo) tornava-se evidente em termos estatísticos. A uma expressiva diminuição da proporção de crianças negras entre os registros de nascimento e os de óbito, correspondia um crescimento percentualmente equivalente das crianças pardas, sem que se alterasse a presença proporcional dos brancos nos dois conjuntos considerados.⁴⁴

Os libertos procuraram afirmar a experiência de liberdade que se abria aos homens livres despossuídos nas últimas décadas de cativeiro. Mobilidade, autonomia e não-qualificação racial eram os signos mais fortes dessa experiência. Ela ocorria, entretanto, estreitamente associada a relações costumeiras, de forte cunho pessoal e, muitas vezes, hierárquico. Tais relações não se desfizeram imediatamente, forjando um mercado de trabalho que, na sua ponta mais lucrativa, marginalizava o ex-escravo por causa da concorrência do imigrante e, na outra ponta, deixava os produtores menos capitalizados sem trabalhadores. Os ex-escravos souberam se aproveitar desse quadro, influenciando nas formas adotadas pelas novas relações de trabalho nas fazendas em que se fixaram. Para os últimos cativos, era fundamental afirmarem-se como “livres” e não mais como libertos. Não foi fácil impor essa diferença.

O FIM DAS CASAS-GRANDES

Evaldo Cabral de Mello

DIÁRIOS E "LIVROS DE ASSENTOS"

É conhecida a raridade de diários íntimos na sociedade escravocrata do Brasil colonial e imperial, em comparação com a frequência com que surgem noutra sociedade do mesmo feitio, o velho Sul dos Estados Unidos. Gilberto Freyre reparou na diferença, atribuindo-a ao catolicismo do brasileiro e ao protestantismo do americano: aquele podia recorrer ao confessional, mas a este só restava o refúgio do papel.¹ Esta é também a explicação que oferece Georges Gusdorf, na base de uma comparação mais ampla dos textos autobiográficos produzidos nos países da Reforma e da Contra-Reforma. Ao passo que no catolicismo o exame de consciência está tutelado na confissão pela autoridade sacerdotal, no protestantismo ele não está submetido a interposta pessoa.

A quantidade desses textos produzidos nos países protestantes a partir do século XVI contrasta fortemente com a sua quase-inexistência nos países católicos. Naqueles, o diário íntimo é "um exercício espiritual que procede diretamente da exigência religiosa".² Gusdorf, aliás, não parece convencido de que essa seja a única explicação, lembrando a importância da autobiografia na tradição católica entre Santo Agostinho e Teresa d'Ávila. E, com efeito, o catolicismo pós-tridentino encorajou, à sua maneira, o exame de consciência, dando origem a uma casuística sutilíssima que contribuiu para o autoconhecimento como nenhuma outra técnica faria, até os dias da psicanálise.³ Por tabela, a confissão oral poderia ter estimulado o gosto da confissão escrita nos países católicos.



1. Numa foto que lembra a pintura seiscentista de Frans Post, na época em que os fotógrafos imitavam os grandes pintores, a imagem capturou, a contraluz, uma casa de engenho e sua capela em Pernambuco. (Augusto Stahl, 1858)

Se não o fez, isso se deveu provavelmente à inexistência de duas outras condições indispensáveis, também presentes nos países protestantes. A primeira, produto igualmente da Reforma ao exigir do crente o conhecimento direto das Santas Escrituras: um nível educacional mais elevado tanto entre os homens quanto entre as mulheres. A segunda, o aparecimento precoce de uma cultura da vida privada, em cuja invenção os países protestantes também se anteciparam aos católicos, mais apegados às formas de sociabilidade extradomésticas.

No Brasil imperial, o papel privado que proliferou foram os chamados “livros de assentos”, pequenos cadernos em que o chefe de família anotava os principais acontecimentos da história doméstica (casamentos, nascimentos, batizados e falecimentos) no propósito eminentemente prático de dispor da correspondente informação em face da precariedade do sistema de registros públicos a cargo de párocos nem sempre cuidadosos ou competentes, como foi o caso até a proclamação da República. Esses cadernos também serviam para a anotação de operações financeiras e comerciais: o dinheiro que se emprestou ou se tomou emprestado, os lucros ou os prejuízos com as safras etc. Eles podiam ir um pouco além, como no “livro de família” de Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, que refere a origem da linhagem.⁴ Embora em

termos de história brasileira as fontes da história pernambucana sejam razoavelmente abundantes, os diários contam-se nos dedos, tendo sido, na sua maioria, redigidos por forasteiros, desde o administrador colonial da Companhia das Índias Ocidentais que produziu o relato dos últimos anos do Brasil holandês até as notas pessoais de um comerciante e de um engenheiro franceses, passando por um governador português de meados do século XVIII.

Os textos que o autor vai glosar são o perfil biográfico de João Joaquim da Cunha Rego Barros, terceiro barão de Goiana (1797-1874), escrito por seu genro e sobrinho João Alfredo Correia de Oliveira, conselheiro, ministro, senador e presidente do Conselho que realizou a Abolição; e o diário de Sebastião Antônio de Acióli Lins, barão de Goicana (1829-91). Malgrado a diferença entre a transcrição quase imediata de uma experiência pessoal e a reconstituição de uma existência que já se encerrou, ambos os textos têm o mesmo assunto: a vida privada de dois senhores de engenho da mata pernambucana no século XIX.⁵

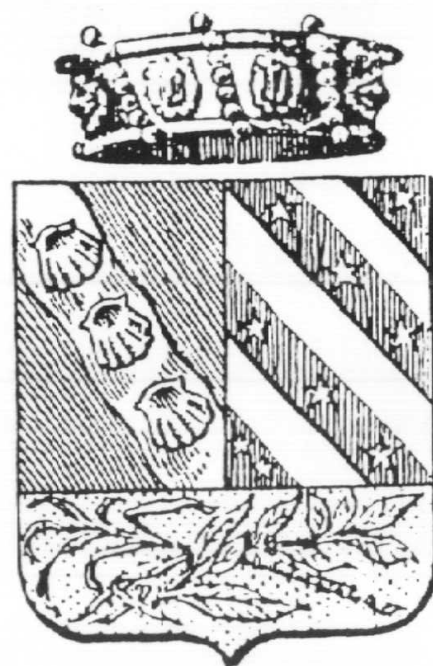
• REGO BARROS, O BARÃO DE GOIANA

João Alfredo pretendia homenagear a memória do sogro, a quem devia inclusive o impulso inicial de uma bem-sucedida carreira política. Ele não escreve uma biografia no que já era então o sentido rigoroso da expressão. Suas páginas antes fazem lembrar o gênero clássico dos “espelhos”, destinados a estabelecer modelos éticos a serem meditados e imitados. Rego Barros não passara de um notável, isto é, de uma influência local. Senhor de engenho em Goiana, tornara-se o chefe conservador do Norte canavieiro da província, mas nunca exerceu qualquer mandato de âmbito provincial ou nacional. Seu papel foi sempre o de um cacique político que da casa-grande do seu engenho do Bonito ou do seu sobradão azulejado da Madalena, no Recife, puxava os cordéis do poder nas situações conservadoras, sob a chefia do visconde de Camaragibe e da oligarquia cavalcantista reinstalada no poder após o fracasso da Revolução Praieira (1848-9).

Na realidade, os motivos de João Alfredo são mais complexos que os confessados. A redação do texto remonta aos

anos 90 do século XIX, quando o advento do regime republicano cortara-lhe a carreira política, encerrada prematuramente aos 54 anos; e quando as veleidades de restauração monárquica haviam sido juguladas pela ação de Floriano. Uma menção ao livro de Eduardo Prado, *A ilusão americana*, aparecido em 1893, e a ausência de qualquer referência a *Um estadista do Império*, de Joaquim Nabuco (1897), o qual, como o seu trabalho, ocupa-se largamente da política pernambucana de meados do século, indicariam que a vida de Rego Barros terá sido escrita entre 1894 e 1896, no começo da presidência Prudente de Moraes.⁶ O próprio João Alfredo nos dá a chave do seu estado de espírito nesse período como o de alguém que vive “em triste crepúsculo, desiludido das glórias e grandezas mundanas, a que sacrificou na política heranças e todo o bem-estar pacífico de agricultor que pudera ter”. Era a atmosfera de nostalgia e pessimismo do que Nabuco chamaria “as soirées de São Petersburgo”.⁷ Vizinhos da rua Marquês de Olinda, em Botafogo, Nabuco, João Alfredo e Francisco de Carvalho Soares Brandão, ex-ministro e ex-senador do Império, os três pernambucanos enchiam as noites de ostracismo com intermináveis reminiscências da vida política sob o regime recém-abolido.⁸ Nabuco encontrava-se então entregue à tarefa de escrever a biografia do pai, obra em que se detectam as marcas dessas conversas. Ambos os textos, aliás, enunciam opiniões semelhantes sobre o movimento praieiro, seu chefe, Nunes Machado, e suas consequências sociais na província. A obra monumental e o ensaio despretensioso têm em comum a indisfarçável melancolia pela velha ordem de coisas e pela marginalização a que a nova tinha relegado seus autores.

O diário de Acióli Lins cobre o período de 1º de janeiro de 1886 a 28 de fevereiro de 1890, coincidindo assim com os derradeiros anos do Império e os meses iniciais da República, que foram também os seus últimos de vida. Da folha de rosto do manuscrito, infere-se ter havido ao menos um caderno anterior, hoje extraviado ou destruído. Os cadernos registram as preocupações cotidianas de um grande proprietário rural do século XIX que é também barão do Império, título com que Sua Majestade o agraciara em recompensa da sua iniciativa de alforriar os escravos do engenho. Data de então a única fotografia que se conhece dele.



2. Brasão do terceiro barão de Goiana, João Joaquim da Cunha Rego Barros, sogro de João Alfredo.

Em seguimento do outro livro
 que ficou encerrado no
 anno de 1885, con-
 tinuando os a-
 posuitam^{to}
 no presente livro
 a contar se do começo do anno
 de 1886 por diante.

Eng.^o Goicana 1 de Janeiro 1886
 S. A. Accioli (Lins)

3. Página de rosto do diário do barão de Goicana. (Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano)

Já cinqüentão, ei-lo entalado no seu redingote burguês, a cabeleira e a barba quase brancas, os olhos fundos mas vivos, a contemplar-nos da tristeza da sua velhice prematura. Felizmente, aí está o diário que nos permite vê-lo de perto e não apenas como os mortos do velho álbum de fotografias do poema de Drummond, envergando a sobrecasaca ritual dos grandes dias ou simplesmente dos dias de fotógrafo; indivíduo formal, Acióli Lins não chegava jamais ao ponto de aparecer de roupão de chita da Índia, à maneira dos seus pares da primeira metade de oitocentos que os viajantes estrangeiros surpreendiam nesses trajes no interior de suas casas-grandes e mesmo na bagaceira, só se vestindo a capricho para sair do engenho.⁹ Dos escrúpulos de elegância do autor do diário dá testemunho um desafeto, ao alegar que, “em sua fofa vaidade, depois do baronato, enluva-se e veste-se para falar na própria casa a qualquer campônio que o procure, ou mesmo para receber o cambiteiro que vai dar-lhe a conta das canas que descarregou no picadeiro do engenho! E tal é a gravidade e o *aplomb* com que se ostenta o apavonado titular que muito discretamente diz a todos que é assim que ‘um barão deve se apresentar’”.¹⁰

Não surpreende assim que embora o texto de Acióli Lins já seja o diário burguês, voltado para a intimidade doméstica e pessoal, ele fique no limiar de confissões demasiado íntimas. Como a João Alfredo ao escrever a biografia do sogro, não o animam pretensões literárias. Para o autor, trata-se sobretudo de superar o isolamento penoso a que seu formalismo o condena mesmo nas relações com os parentes. Nesse esforço, ele revela-nos o suficiente da experiência imediata de um senhor de engenho dos fins do Império para servir de oportuno antídoto às idealizações do texto de João Alfredo. A historiografia convencional, que a fantasiou de aristocracia rural, partilha com a historiografia de inspiração marxista, que a descreveu como classe dominante, a mesma propensão a enxergar a açucarocracia através de lentes de aumento, no fito seja de engrandecê-la seja de rejeitá-la. Assim como a realidade do engenho de açúcar só nasceu para a literatura quando este já praticamente não existia, transformado que fora pelo trabalho livre e pela usina, o senhor de engenho só passou a ser personagem histórica quando se achava reduzido ao papel de mero bangüezeiro ou fornecedor de cana.¹¹

Dessa nostalgia senhorial, a biografia de Rego Barros pode, aliás, ser considerada um dos textos fundadores.

É revelador que, ao recapitular a vida de um chefe político da província, João Alfredo nos restituía, de maneira paradoxal, a imagem de um indivíduo intensamente privado, inclusive no seu comportamento naquelas esferas, como a vida política ou a atividade econômica, que extrapolam a existência doméstica. Sua primeira e absorvente prioridade é a proteção da parentela e o reforço da sua solidariedade. A família, a restrita como a larga, encontra-se permanentemente sob a ameaça da desagregação e das variações da fortuna. "A família que se desune é uma força que por si mesma se destrói", assegura João Alfredo, é a repetição indefinida e imemorial do crime de Caim, é "a traição que a cobiça arma à natureza." O primeiro dever do seu chefe é o de velar por essa união para refazê-la, caso se desfaça.

Dessa obsessão, existe, aliás, um testemunho ritualístico no "livro de família" de Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, senhor dos engenhos Gaipiú e Arandu de Baixo (Ipojuca) e político dos últimos decênios do Império e do primeiro da República. Na Sexta-Feira da Paixão de 1895, ele reúne em Gaipiú filhos, noras, genros e netos, "sem faltar um só e sem estar presente pessoa alguma estranha". No decurso da reunião, assina com os presentes um termo de compromisso em que se prevê que, "para comemorar este dia", seu primogênito, ou o descendente mais velho que estiver vivo daí a cinquenta anos, assume a obrigação de realizar na casa-grande de Gaipiú, "ou noutra qualquer onde residir aquele em poder do qual estiver este livro", idêntica assembléia de todos os seus descendentes, "a qual terá por fim a confraternização de todos eles, fortificando-se os laços de harmonia e amizade no seio da família e acabando-se com qualquer desgosto ou malquerença que porventura existir possa entre eles".¹²

Essa união devia funcionar inclusive como um mecanismo de previdência social. As vicissitudes de uma economia agrária e escravocrata eram especialmente aptas a cavar, no espaço de apenas uma ou duas gerações, fossos profundos no status dos membros das famílias mais sólidas. Os tios e os cunhados de Rego Barros e seus descendentes, por exemplo, não se puderam manter no mesmo nível, embora nenhum tivesse caído na miséria. "A sorte nunca é igual nas grandes

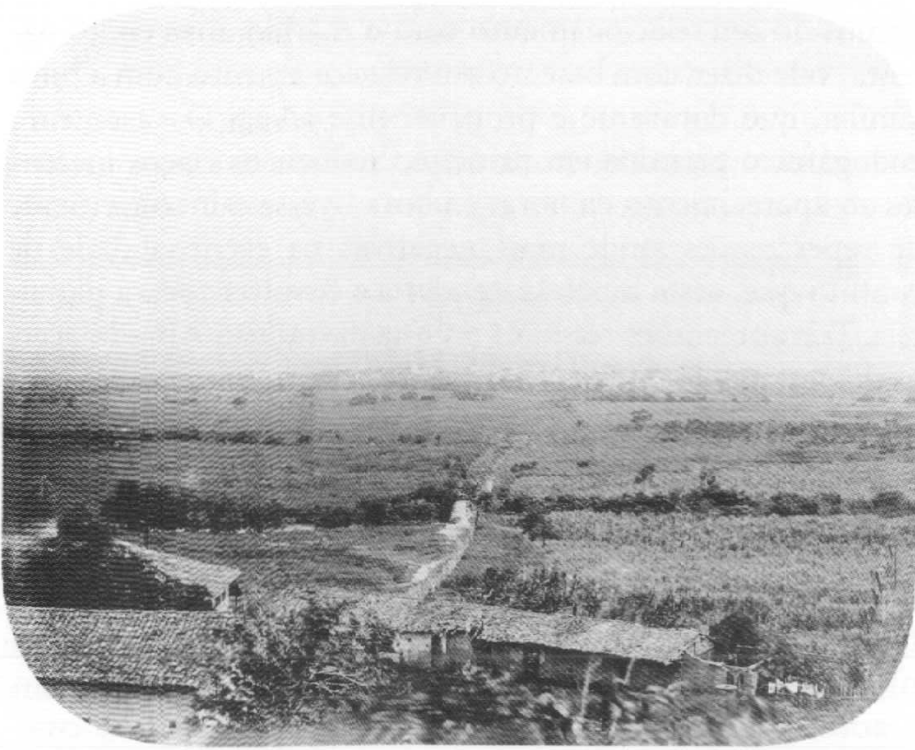
irmandades”, observa João Alfredo, “alguns foram ricos, outros mantiveram-se em tranqüila e feliz mediania e nenhum deixou de ter a subsistência farta e decente que o trabalho, a economia e a sobriedade sempre dão.” Escusado assinalar que o quadro poderia ter sido bem diverso e que freqüentemente o era. É o que indica a prática de incluir nos testamentos ou em manifestações escritas de última vontade a recomendação de os filhos se manterem unidos e se ajudarem mutuamente na adversidade e dispensarem proteção aos parentes vulneráveis, às viúvas, aos órfãos, às mulheres solteiras, aos doentes.

Filho único de uma família de muitas filhas, Rego Barros herdou, ainda jovem, as responsabilidades de pai, inclusive a de gerir os bens da mãe e das irmãs, algumas delas já viúvas, e a de ajudar os cunhados. Seu primeiro dever é o de filho, é o da proteção da mãe viúva. O velho, filho único também e também com várias irmãs, permanecera solteiro enquanto a mãe viveu e só depois de cumprido o segundo dever, o de casá-las “bem”, considerou chegado o momento de consorciar-se, isso já aos 38 anos de idade, homem maduro e influente na administração municipal de Goiana. Só em parte Rego Barros seguiria o exemplo paterno. Falecida a mãe, cogitou de buscar mulher. Mas se se resolveu a fazê-lo logo foi por entender que devia dar às irmãs solteiras “uma companhia de inteira confiança”, um substituto da mãe.

Na tarefa de casar as irmãs, tanto o pai quanto o filho desempenharam-se a contento. As seis tias de Rego Barros se haviam consorciado com “proprietários e agricultores”. O velho casara na família do capitão-mor Gregório José da Silva Coutinho, português, mas “bem-nascido”, como se apressa em esclarecer João Alfredo, consciente dos preconceitos relativos ao casamento com reinol, sobre quem pesava, via de regra, a suspeita de nascimento ignóbil. Mas se Gregório foi “bem-nascido”, a realidade é que chegou pobre a Pernambuco, tanto assim que só se tornou aceitável como genro de família da terra após haver feito fortuna no comércio de Goiana, onde existiu da segunda metade do século XVII até os fins do XIX um núcleo coeso de mercadores lusitanos, tão incitador do ressentimento nativista e popular quanto sua contraparte recifense.¹³ O casamento de Gregório não se realizou em família rural de Goiana mas com gente da periferia açucareira da Paraíba e do Ceará, que invocava, contudo, pa-

rentescos pernambucanos, como, aliás, o fazem certas personagens dos romances de José Lins do Rego. Quanto às irmãs de Rego Barros, seis consorciaram-se com agricultores e a última com Joaquim José Nunes Machado, "proprietário e capitalista", tio materno do líder praieiro, Joaquim Nunes Machado. Nem todas fizeram-no, portanto, com senhores de engenho, como indica o fato de que João Alfredo enumera com cuidado os engenhos dos maridos mas se limita, quanto a duas delas, a aludir apenas à condição de "proprietário e agricultor" dos seus cunhados, provavelmente lavradores de cana livres, isto é, donos de suas terras, ou fazendeiros de algodão na zona do agreste, em todo caso indivíduos com a renda exigida pelo censo eleitoral. Ao enviuvarem duas das irmãs, Rego Barros casou-as mais uma vez com senhores de engenho, um deles o chefe praieiro Manuel Paulino de Gouveia Muniz Feijó, que chegou à vice-presidência da província e às listas senatoriais. Outra irmã, que perdera o marido, o filho e o genro, passou a residir definitivamente com o barão.

Como o pai, Rego Barros casou-se numa família de portugueses abastado, a do capitão João de Medeiros Raposo, cuja origem modesta João Alfredo descreve sob os traços geralmente associados ao reinol: "homem chão, boníssimo, perseverante no trabalho, sóbrio e econômico". Aportando a Pernambuco em meados do século XVIII, Raposo abandonou o projeto de ganhar a vida no comércio para enriquecer como criador e fazendeiro de algodão no Brejo da Madre de Deus, tangido, segundo o neto, pela "nostalgia dos campos". Como a grande maioria dos portugueses enraizados na capitania pelos bens e pelo sangue, aderiu ao movimento da Independência, o que lhe valeu a honra de ser escolhido eleitor no pleito que escolheu o primeiro governo autônomo de Pernambuco, a junta presidida por Gervásio Pires Ferreira (1821). Através da vida de Raposo e do casamento da filha com Rego Barros, o leitor entrevê a vinculação da economia e da sociedade da mata seca (ou mata norte) ao agreste, ou "mimoso", como então se dizia. Vinculação que contrastava com a relativa separação em que viveu a mata úmida (ou mata sul) *vis-à-vis* da sua hinterlândia, de que a apartava a faixa de matas densas, dominadas por brancos pobres, índios e negros "papa-méis" e mesmo guerrilheiros cabanos, até a repressão da revolta praieira e a construção, dez anos depois,



4. Vista do Engenho Jacaré
em Goiana, Pernambuco.
(Foto de Augusto Stahl, 1858)

da ferrovia de Palmares, que abriria a região à monocultura canavieira. A despeito da modéstia das suas origens, Raposo consorciara-se em família de senhor de engenho de Itamaracá, que reivindicava descendência de Francisco Berenguer de Andrade, sogro de João Fernandes Vieira (1602-81), o restaurador do domínio português em Pernambuco. Por insistência da mulher de pretensões nobiliárquicas, Raposo veio a adquirir na ilha o Engenho São João, que se tornou, diz João Alfredo, que ali nasceu, “sua residência de gozo”, ou antes, de ostentação social. Possuir engenho na mata representava para um fazendeiro do agreste uma forma importante de promoção social, e para sua cônjuge, a recuperação de um status comprometido pela *mésalliance* com reinol humilde morador no Brejo da Madre de Deus. Donde a queixa de Raposo de que muito cara lhe tinha saído a nobreza da mulher.

Como valor supremo, a solidariedade de família enfrenta dois momentos particularmente críticos: o casamento dos filhos e a partilha da herança paterna. Pelo matrimônio, a mulher devia tornar-se antes a filha dos sogros do que dos pais, a irmã dos cunhados mais que dos irmãos. A entrada da recém-casada no grupo doméstico representava assim algo de potencialmente desagregador. Daí que sua estimação não se faça primordialmente em termos de cônjuge, isto é, em

termos do seu relacionamento com o marido, mas como parenta, vale dizer, com base no seu relacionamento com a nova família, que doravante é propriamente a sua. O casamento endogâmico permitia em princípio reduzir os riscos inerentes ao aparecimento da nora, embora tivesse o inconveniente de repercussões ainda mais negativas na eventualidade de conflito que, nesta hipótese, tenderia a envolver toda a parentela. Tais apreensões ressoam no que narra João Alfredo acerca do casamento de Rego Barros. Este, como se recorda, consorciara-se principalmente para dar uma mãe ou irmã mais velha às irmãs pequenas. “Por sua parte, a baronesa satisfaz plenamente as vistas fraternais de seu digno marido. Ela tinha a satisfação de declarar que viveu na mais perfeita harmonia com suas cunhadas solteiras e viúvas e com todos [da família do marido].” D. Manuela correspondera assim à primeira das exigências impostas à condição feminina. Por fim, a nora, parenta ou estranha, tinha a possibilidade de comprometer de maneira irremediável a honra da família, medida pela reputação das suas mulheres. Desse ponto de vista, Rego Barros foi também um homem feliz. “Das duas famílias de que ele procedeu [afirma categoricamente João Alfredo] [...] todos os homens foram honrados e todas as mulheres, puras.” Também na família da baronesa, “a honra e as virtudes eram tradicionais, hereditárias, transmitindo-se de geração a geração com a mesma pureza”.

Eis um matrimônio bem-sucedido segundo o modelo da nossa antiga sociedade rural. Quanto à felicidade do casal propriamente dito, era outra questão e de somenos importância. Pelos critérios destes finais de século xx, o casamento de Rego Barros foi uma experiência frustrante, uma coexistência pacífica que não descambou para a guerra conjugal aberta, postura patriarcal *oblige*. Embora respeite os “limites sagrados que a inquirição não pode ultrapassar”, João Alfredo deixa clara a incompatibilidade radical de feitios e de gostos entre marido e mulher. O ativismo de um não se compaginava com a apatia do outro cônjuge, o barão arrogando-se até mesmo competências femininas, como a escolha dos menus. O que não impedia, aliás, d. Manuela de ser “uma boa dona de casa, muito cuidadosa e econômica, excelente para a família, enfermeira de primeira ordem, de rara dedicação e gentileza”. A sociabilidade de Rego Barros, sempre de



5. Sobrados oitocentistas na rua do Crespo, no Recife. (Emil Bauch, meados do século XIX)

viagem entre os engenhos, Goiana ou o sobradão do Recife, também contrastava com a tendência de d. Manuela à reclusão, na companhia dos filhos e dos criados, que só largava para receber algum parente de fora ou para alguma obra de caridade. Por ocasião da grande seca de 1878, a baronesa desdobrou-se, enviando aos retirantes ajuda de melhor qualidade e mais abundante que os alimentos distribuídos pelo governo imperial. No mais, segregação quase monástica, hábitos estritos de higiene, intensa religiosidade: refeições à parte da mesa patriarcal, devoções diárias, “o terço cantado de cada noite na sala do oratório, com benditos, ladainhas e hinos”. Carolice que ia ao ponto de pessoalmente temperar e provar as refeições fornecidas durante muitos anos a um sacerdote virtuoso que caíra na miséria.

É sabido que, no casamento pré-romântico, a felicidade conjugal não decorria predominantemente do relacionamento entre marido e mulher mas do atendimento de outras necessidades práticas de que o casal era apenas instrumento. À convivência conjugal bastava a estima e o respeito mútuos, a reciprocidade de serviços, sobretudo em caso de doença. Se a aliança tinha lados negativos do ponto de vista dos cônjuges, eles tornavam-se irrelevantes em face do êxito do que era reputado o essencial. Não se apresse, contudo, o leitor em identificar o casamento pré-romântico com a dominação masculina. Por trás da aparência, João Alfredo divisa uma outra relação de poder: “em todo este longo período, a baronesa, com os seus ares de passividade e obediência, fez o que quis; e o barão, com toda a sua autoridade e mando, com o poder que teve de imprimir

a sua feição em quantos o cercavam, fez mais do que comprazer aos sentimentos de religião e caridade em que comungava com ela; submeteu-se aos hábitos que o contrariavam". Dito o quê, d. Manuela desaparece completamente da biografia do marido, das suas atividades de senhor de engenho e de chefe político, pela simples razão de que não exerceu nenhum papel fora das paredes da casa-grande, se é que jamais pensou em fazê-lo. Não constitui um paradoxo, antes uma consequência perfeitamente lógica, se o intenso familismo brasileiro mostrou-se incompatível com a afirmação feminina fora da porta da casa. Após mencionar d. Manuela como "o tipo mais comum de mulher brasileira durante o Império", Gilberto Freyre observou com felicidade o caráter exclusivamente privado da relação conjugal no Brasil patriarcal:

Nunca os dois sexos se ajustaram numa criação comum, de significado político ou literário. Nada que se aproximasse de inteligente ação extradoméstica da mulher, através do marido, do filho, do irmão, com quem ela colaborasse ou a quem estimulasse por meio de uma simpatia docemente criadora. Nunca numa sociedade aparentemente européia, os homens foram tão sós no seu esforço, como os nossos no tempo do Império; nem tão unilaterais na sua obra política, literária, científica [...] Essa falta de mulher, não inspiradora, mas colaboradora do marido, do filho, do irmão, do amante, sente-se no muito que há de seco, de incompleto e até de pervertido em alguns dos maiores homens do patriarcalismo e do semipatriarcalismo no Brasil.¹⁴

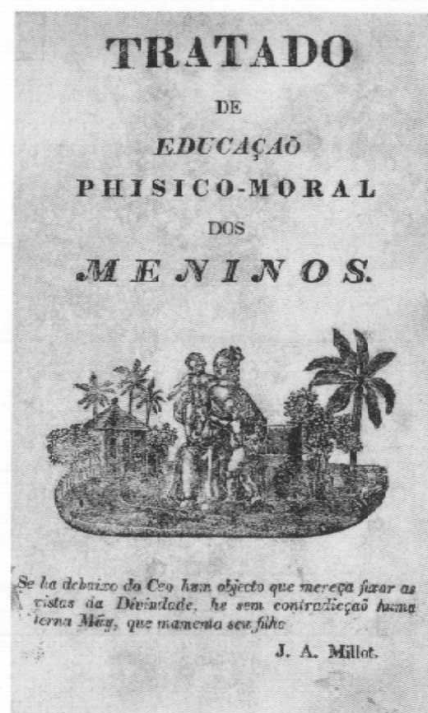
A educação e, em geral, os planos feitos para a vida dos filhos são o oposto dos que se destinam às filhas. Em matéria de instrução dos meninos, Rego Barros não media sacrifícios, a ponto de, quando ainda não se encontrava numa situação financeira sólida, tomar dinheiro emprestado para enviá-los à Europa. Sua dedicação para com as filhas não era menor; apenas tinha um caráter diferente. Não poupou meios para conseguir-lhes os melhores casamentos, mesmo se tivesse de adquirir um engenho para acomodar um genro. Não fora diverso o comportamento do seu sogro com as filhas. O velho Raposo, que, aliás, apenas sabia ler e escrever, entendia, como todo mundo, que as moças não careciam de estudar: "Tenho

dote para as minhas filhas”, dizia, “e não é com letras que se manda ao açougue e à padaria”. De uma delas, a própria mãe de João Alfredo, reconhece o filho que não dispunha de “instrução alguma”. O que não a impediu de, com o falecimento prematuro do marido e na menoridade dos filhos, assumir as responsabilidades masculinas de chefe de família, embora sob o olhar supervisor de um irmão.¹⁵

Para além da família conjugal, parentela e clientela constituíam os círculos concêntricos sobre os quais se exercia o paternalismo de Rego Barros. Financeiramente, ajudou os parentes, como Nunes Machado; o pai de d. Vital, futuro bispo de Olinda, para quem João Alfredo, ministro do Império no gabinete Rio Branco (1871-5), obteria a mitra, sem prever a crise que a intransigência ultramontana do prelado criaria para o governo. Rego Barros era também atento às necessidades do clero e das viúvas, categorias indefesas carentes de proteção. Um dos seus engenhos foi adquirido para impedir o despejo do amigo que o arrendara, cujas dívidas saldou e a quem deixou residindo na casa-grande. Isso para não falar nas ocasiões convencionais em que se devia exercer o evergetismo¹⁶ açucarocrático: calamidades públicas, solenidades religiosas, comemorações cívicas, aumento do capital da Santa Casa de Misericórdia. Quando da visita de d. Pedro II a Pernambuco (1859), “ninguém despendeu mais do que ele, que pertenceu às comissões de hospedagem imperial no Recife e em Goiana”. Também politicamente, Rego Barros não faltava aos parentes. Quando se tentou impugnar a candidatura de Nunes Machado, que não dispunha da renda exigida pela lei, ele encerrou a disputa, prontificando-se a fazer-lhe doação de uma de suas propriedades, seguindo o exemplo do visconde de Suassuna em favor da carreira política dos irmãos. Ao sobrinho afim e genro, o mesmo João Alfredo, fez eleger deputado provincial e geral, tendo ainda a satisfação de vê-lo ministro do Império aos 35 anos e herdeiro presuntivo do visconde de Camaragibe na chefia do Partido Conservador em Pernambuco.

O FAMILISMO POLÍTICO

A noção da ilegitimidade do nepotismo é fenómeno recentíssimo na cultura política brasileira e, na prática, como



6. O Tratado de Joaquim Jeronymo Serpa, publicado no Recife em 1828, dava conselhos para a educação dos filhos da elite pernambucana do novo Império do Brasil.

se sabe, ainda encontra dificuldades para impor-se às condutas.¹⁷ A fórmula de Joaquim Nabuco segundo a qual a sociedade brasileira de 1860 “tinha tanta consciência da anomalia da escravidão como do movimento da terra”, poderia com maior propriedade ser empregada para caracterizar o fenômeno.¹⁸ Ao pai de Nabuco, o futuro senador Nabuco de Araújo, deveu-se, aliás, a formulação mais enfática da legitimidade da influência política de família quando posta em causa pelo movimento praieiro. Movimento que constituiu manifestação precoce de antifamilismo político, menos por causa de mudanças de mentalidade ou de reivindicações populares do que por causa da exigência de setores da oligarquia rural, marginalizados ou insuficientemente representados pelo sistema de poder que dominava a província.

Embora tivesse contado com uma ala radical ou “histórica” até 1848, o Partido Liberal em Pernambuco era tão açucarocrático quanto seu rival “guabiru”. Com a diferença de que seu comando era partilhado entre diversos grupos, inclusive por um setor da própria família Cavalcanti de Albuquerque representada pelo visconde de Albuquerque, a qual, além de controlar o Partido Conservador, pesava igualmente na direção dos liberais. Defendendo o domínio de família, Nabuco de Araújo exprimia um dos grandes pressupostos da política imperial ao sustentar que ele

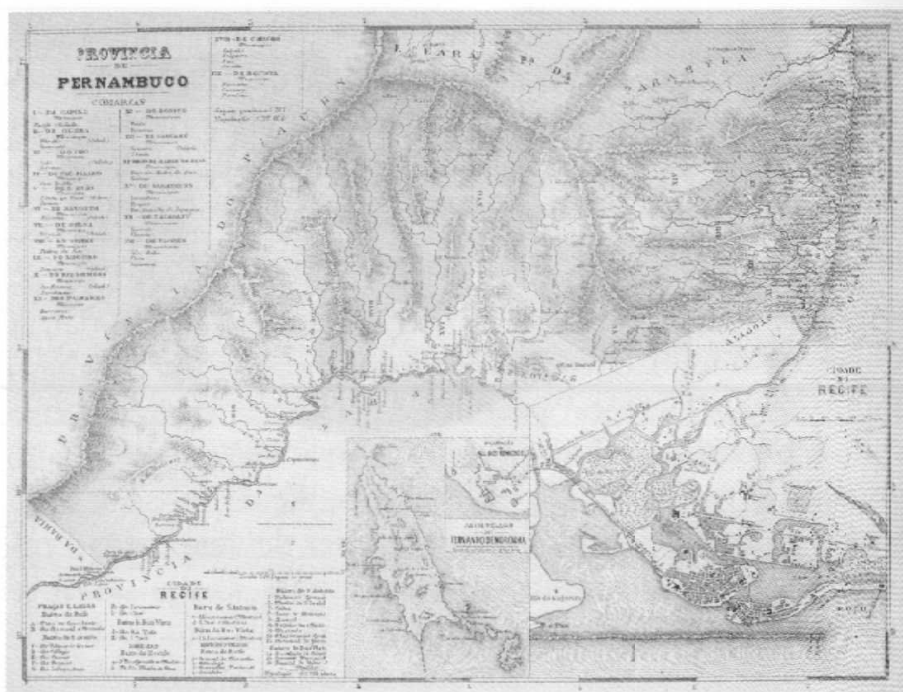
não é obra do poder ou da revolução mas procede da natureza das coisas. É a influência que sempre teve e há de ter uma família numerosa, antiga e rica e cujos membros sempre figuraram nas posições sociais mais vantajosas. Esses Cavalcantis antes da nossa emancipação política já figuravam como capitães-mores, tenentes-coronéis, coronéis e oficiais de ordenanças e milícias e em todos os cargos da governança. Os engenhos, que a maior parte deles tem, foram havidos por heranças transmitidas por seus maiores e não adquiridas depois da revolução [isto é, da Independência]. Enumerais os engenhos da província e vos damos fiança de que um terço deles pertence aos Cavalcantis [...] Nestas circunstâncias, com estes predicados e elementos e no estado normal da sociedade, é impossível que essa família não exerça influência. Uma família antiga, rica, numerosíssima, composta de membros que sempre ocuparam as

melhores posições sociais [...] só não terá influência quando a sociedade estiver transtornada, quando todos esses elementos de uma influência regular e legítima estiverem obliterados pelo predomínio da violência, pela confusão da anarquia, pelo revolvimento da sociedade.¹⁹

À gente do engenho, Rego Barros dispensava o trato correspondente à hierarquia das condições existentes porteiros adentro. No topo, havia os lavradores-meeiros, que dividiam com o senhor o açúcar produzido pelos seus canaviais, vínculo econômico reforçado pelo compadrio e pela teia de obrigações recíprocas do clientelismo. Ainda no tempo do barão, esses indivíduos podiam proceder de “famílias tão antigas quanto as dos senhores de engenho”. O seu status se havia deteriorado desde o século XVII, e nos anos 40 do XIX Vauthier os descreveria empunhando “a enxada com seus escravos e misturando seu suor ao deles”, e vivendo em moradias acanhadas, que, “muitas vezes, não passa de uma cabana de pau-a-pique”, embora se tratasse de indivíduos cujo “porte respira dignidade e, quando saem, vestem-se como gente da cidade; em seus calcanhares, tilintam esporas de prata”.²⁰ Encontrando-se na casa-grande na hora das refeições, tinham direito à comensalidade. Ocasionalmente, um filho podia formar-se em direito e aspirar a uma carreira política, como o dr. Francisco Carlos Brandão, cuja candidatura ao Parlamento do Império Rego Barros estimulou.

Abaixo dos lavradores-meeiros, vinham os moradores do engenho, a quem se concedia casa e lote de terra e que constituíam a mão-de-obra livre a que recorria o proprietário. A seleção desses indivíduos era rigorosa, devendo ser “pacíficos, laboriosos e morigerados”. Nada de valentões e de arruaceiros que criavam problemas dentro e fora da propriedade. Não tendo a inclinação dos seus pares, de se fazer acompanhar de “cabras de bagaceira”, Rego Barros expôs-se ao vexame de sofrer um desacato na estrada do engenho, por onde cavalgava na companhia apenas do pajem. Quanto à escravaria, ela compreendia a camada de privilegiados que prestavam serviços domésticos, entre os quais avulta o cozinheiro, mestre João, que o acompanhava invariavelmente nas suas viagens; e a massa dos que trabalhavam no campo e na fábrica, a quem dispensava tratamento severo (“foi o maior

7. A província de Pernambuco em 1868. (Atlas do Império do Brasil, Cândido Mendes, 1868)



disciplinador do seu tempo e rigoroso quando lhe parecia necessário”), embora abrandado pelo espírito de justiça. Como proprietário de escravos, importava-lhe sobretudo poupá-los ao trabalho além da capacidade física e proporcionar-lhes alimentação, vestuário e alojamento adequados à preservação do capital investido.

A acreditar em João Alfredo, no mundo do Bonito como no universo rural de Goiana, as relações sociais timbravam na estabilidade, pelo menos até o tempo da Revolução Praieira, que teria subvertido as relações sociais no campo. Os lavradores-meeiros eram substituídos por seus filhos; os empregados envelheciam no serviço e continuavam a residir no engenho, como o feitor que, após mais de trinta anos de trabalho, ficou morando no porão da casa-grande, de onde continuava a gritar suas ordens. Estabilidade que, segundo João Alfredo, decorria da “confiança e reciprocidade de sentimentos que então havia entre o pobre e o rico”. A comarca de Goiana que o biógrafo descreve a quarenta ou cinquenta anos de distância banha-se numa atmosfera de ordem e harmonia, sob a tutela benigna dos seus senhores de engenho que ocupam as altas patentes da Guarda Nacional e constituem “uma classe grave, unida, benéfica e hospedeira”, estimada e respeitada pela população. Entre eles, prevalece um sistema tácito de policiamento mútuo destinado a punir os

comportamentos desviantes dos seus pares, como no caso do senhor do Engenho Catu, confrontado como o ultimátum de vender a propriedade e abandonar a região. João Alfredo não menciona em que consistira o comportamento desviante do senhor do Catu, mas pode-se dar de barato que se tratou de violência doméstica ou de alguma manifestação demasiada explícita de sadismo escravocrata. Os notáveis de Goiana, proprietários urbanos, grandes comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos, acaudilhavam os artesãos e a plebe citadina, e coadjuvavam a ascendência açucarocrática, com suas “famílias respeitáveis que mantinham a decência e o recato dos costumes antigos”. O clero compreendia sacerdotes ilustrados e virtuosos, um compositor, o autor de uma gramática latina, um ex-reitor do seminário de Olinda, chantre e governador do bispado, um eloqüente prior do Convento do Carmo. “Goiana era a terra dos padres e quase todos bons cantores.” A religiosidade popular manifestava-se intensamente nas igrejas da cidade, na matriz das povoações, nas capelas e oratórios rurais.

O perfil de Rego Barros é igualmente revelador de seus valores econômicos, que eram também os ideais, nem sempre realizados, de sua classe,

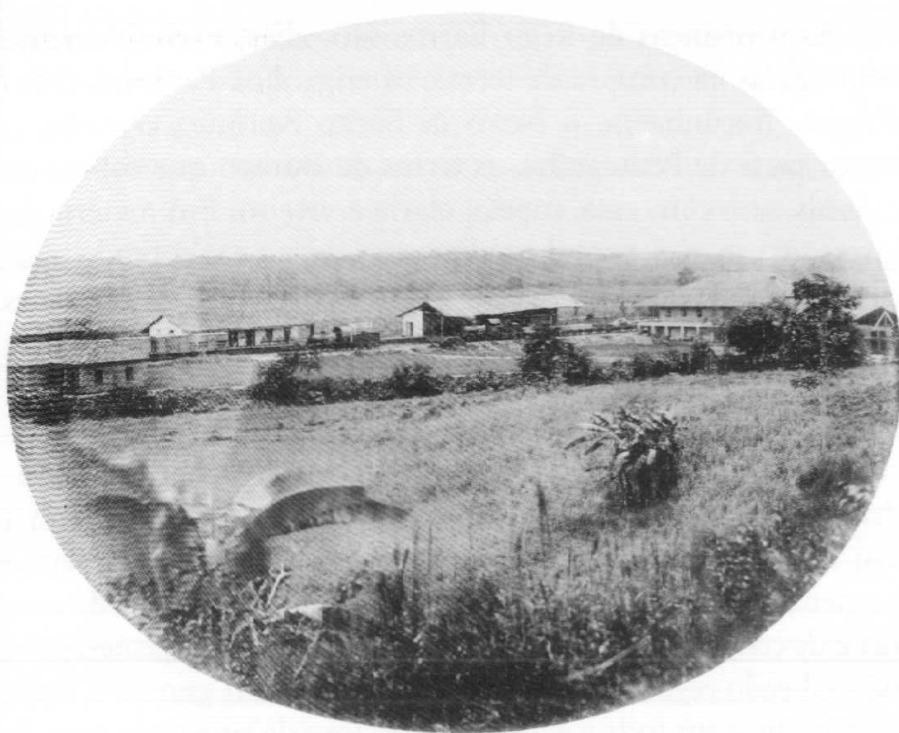
as gerações fortes que amavam a terra, na qual viam reluzir o ouro da sua liberdade e independência [...] Viver por si do próprio esforço e da graça de Deus; amontoar pela economia que é sábia e pela sobriedade, que é salutar; exercer uma profissão que não visa a fatura alheia nem precisa de reclames e falácias; sentir-se firmemente apoiado em uma propriedade indestrutível que fica, enquanto outras se desvalorizam e passam; ter uma fonte inesgotável de subsistência como é o solo bem lavrado; aprender nele energias, perseverança e paciência — parecia-lhes, e é, a posição mais segura e digna. Para essas gerações, a terra herdada era um fideicomisso de família e brasão que se prezava mais que a vida, tanto como a honra.

Nesse particular, seu biógrafo dá-se conta do que essa atitude comportava de arcaico para uma época, a que se seguiu ao Encilhamento, como eram os dias em que ele, no Rio, redigia a vida do sogro:

Esses traços não nos dão o homem econômico que acumula tudo quanto pode ser poupado, nem o financeiro que habilmente faz frutificar o seu capital. O que eles mostram é que o barão de Goiana [...] nem sequer revela a ambição de riquezas nos limites em que ela pode ser justa e honrosa. Se trabalha muito, infatigavelmente e sempre até a morte, se do modo mais lícito, pelos frutos de suas terras, de ano a ano, aumenta os seus haveres, é para gozar nobremente com a família, é para beneficiar parentes, amigos e estranhos; é para dar aos pobres; e contenta-se de deixar aos filhos patrimônio suficiente para que eles pudessem continuar as tradições e os exemplos de sua honrada ascendência.

Seus começos de vida não haviam sido propriamente fáceis. Filho único com sete irmãs, Rego Barros era o candidato natural, embora não necessário, à sucessão paterna do Bonito. Apesar de serem também herdeiros da propriedade, os cunhados não lhe disputaram esse direito. Durante seis anos marcados inclusive por epidemias e pelas repercussões na mata seca da grande estiagem de 1825, Rego Barros não saiu do engenho, poupando no passadio e nos gastos de ostentação, em que se privou dos cavalos finos de sela, “um dos seus maiores luxos” e símbolo de status senhorial.²¹ “Só reapareceu em público quando no ajuste de contas com o seu correspondente [do Recife] verificou um saldo de seis contos de réis.” Graças à boa gestão dos negócios e um adiantamento da legítima do sogro em escravos, jóias e numerário (sua parcela do restante da sucessão de Raposo só lhe virá às mãos vinte anos depois), pôde adquirir as partes das irmãs, tornando-se o único proprietário do Bonito.

O êxito de Rego Barros não era a regra geral. Muitos dos rebentos que se encontraram à frente do engenho da família quando do falecimento do pai não lograram fazer a transição, cedendo a vez a um irmão mais empreendedor. O dr. Silvestre da Rocha Wanderley, que herdou a maior parte do Engenho Araçu (Barreiros), “excelente propriedade agrícola”, de escravaria numerosa, dissipou-a em poucos anos, sem que sucumbisse a qualquer das tentações associadas à ruína familiar: jogo, bebida, mulheres, ou simplesmente vida ostentosa. Nada disso: “não saía de sua casa-grande”, onde vivia recluso a ponto de perder as



8. Estação de trens da Vila do Cabo, Pernambuco. (Augusto Stahl, 1858)

maneiras finas que aprendera em casa e nos estudos para transformar-se num “matutão”. Veio em sua ajuda um irmão detentor de parcela minoritária do engenho, que se tornou o único proprietário após pagar-lhe “alguns contos de réis”. A sucessão também se podia fazer em benefício do genro. O sargento-mor Francisco Antônio de Albuquerque Pereira dos Santos, senhor do Engenho Tentúgal (Barreiros), foi um patriarca à maneira de Goiana ou de seu pai. “Senhor de dois bons engenhos e de uma grande fábrica [isto é, quantidade] de escravos [...] teve sempre servida generosa mesa e não regateava hospedagem.” Após seu falecimento, os filhos comprometeram a fortuna, ao sofrerem perseguições políticas e procurarem “manter o mesmo padrão de vida do velho sem o seu meticuloso esforço e aprumo no trabalho”. O engenho foi abandonado até pelos “grandes lavradores que valiam na época muito mais do que hoje um fornecedor de canas”. Tentúgal seria preservado da incompetência dos filhos, “verdadeiramente espavoridos com a situação da casa que vários credores rodeavam gananciosos como um bando de lebréus à presa acossada e sem esperança de salvação”, pelo cunhado empreendedor, originário de modesto engenho do Norte de Alagoas, o qual entrou em acordo com os credores, trouxe os escravos e os animais que herdara, rematou o inventário do sogro e assumiu a posse da propriedade.²²

As poupanças de Rego Barros são, aliás, exclusivamente empregadas na compra de terras, os engenhos Pangauá, Olho d'Água, Tracunhaém, o Novo de Santo Antônio, o Palha, a maior parte de Pedregulho, as terras de Buraco que cobriu de cafezais, sítio com casa, capela, olaria e viveiro. Em matéria de inversões urbanas, possui prédios em Goiana e o sobrado apalaçado da Madalena no Recife. O que sobrava dessas inversões conservadoras emprestava a amigos e a protegidos, sem juros ou a juro baixo; ou entesourava em metálico. E, contudo, a despeito da fortuna que amealhou, Rego Barros dispensava a escrituração, conhecendo de memória as cifras dos seus negócios. A epidemia de cólera (1854), que lhe ceifou 56 escravos, o obrigará a um único recuo, o abandono da cultura do café. Não sendo homem de negócio, como frisa João Alfredo, abstinha-se de vender e de comprar, o que só fazia por intermédio de agentes, pois, não sabendo regatear, não desejava perder nem ganhar à custa de outrem; e em toda a existência não teve de processar nem de ser processado, mesmo quando prejudicado por um comissário da praça e por amigos a quem dera fiança.

A educação de Rego Barros, feita toda ela em casa, não podia deixar de ser deficiente, limitando-se à leitura, à redação e às quatro operações. Mas a excelente memória, a inteligência viva e a sagacidade natural permitiram-lhe suprir as lacunas. Falando, sua linguagem era “correta, fluente e agradável”, em nada se parecendo à daqueles contemporâneos que para desespero do padre Lopes Gama falavam “a linguagem ou geringonça luso-africana de muita gente nossa”.²³ Escrevia, porém, com erros de ortografia e péssima caligrafia, razão pela qual preferia ditar, embora a expressão fosse precisa e clara. Como agricultor e fabricante de açúcar, era destituído de “preparo científico”, mas seu empirismo, que era comum à agricultura brasileira, não o impediu de ser “um rotineiro progressista, que se adiantava pela própria experiência ou pelas experiências confirmadas que chegavam ao seu conhecimento”. Mercê do quê, o Bonito tornou-se “o engenho-modelo, a escola prática da comarca de Goiana e dos lugares vizinhos”, pois não contente de produzir safras recorde de 6400 pães de açúcar, o barão fazia cultivar “frutas, cereais, legumes e hortaliças”, criava gado e carneiros com reprodutores importados da Europa, aves domésticas e abelhas de variedade brasileira, e, no viveiro, os caranguejos que

“de gordos se desbarbavam”. Havia, por fim, os finíssimos cavalos de sela que emprestou à comitiva do imperador em visita à província e a cujo respeito confessava um dos seus membros que “não conhecera iguais”. Sobre o Bonito, único dos engenhos que administrava diretamente, exercia-se o ativismo do proprietário: “madrugador, estava de pé e em movimento ao romper d'alva; às oito horas da manhã já tinha ordenado todos os serviços do dia, assistido ao começo de alguns, percorrido edifícios, engenho, oficinas, enfermaria, cavalaria, estábulo, currais, chiqueiro e galinheiro”.

Como parte desse ativismo, Rego Barros era indivíduo eminentemente gregário, que “gostava da mundanidade, queria as salas e a mesa cheias; não podia estar só com os de casa; arranjava passeios e divertimentos e ia às festas públicas”. Até 1857, em que ele construiu seu casarão recifense ainda de pé, a casa-grande do engenho “foi também a mais alegre vivenda



9. Nas idas à missa, os vestidos e os trajes marcavam as diferenças sociais. (L. Buvelot e Auguste Moreau, 1842)

rural por mais de um quarto de século". "Nos domingos e dias santos, os vizinhos iam ouvir missa e ficavam para o almoço e o jantar: as horas corriam alegres; conversava-se em boa amizade, jogava-se o voltarete e o trinta-e-um barato." No Bonito, havia sobrado especial, "sempre preparado e nunca vazio", destinado aos visitantes e viajantes, que dispunham assim de uma alternativa menos constrangedora e mais confortável que a da hospedagem na casa-grande ou do pernoite na moita do engenho.²⁴ A tônica da hospitalidade era a gastronomia, podendo-se dizer do barão que foi um voyeur gastronômico, pois vivendo "em regime quase dietético [...] todo o seu prazer de mesa consistia em ver comer bem" uma quantidade de convidados, logo apelidados pelos adversários liberais de "servos do talher".

• ACIÓLI LINS, O BARÃO DE GOICANA

Bem diversa da atmosfera descrita por João Alfredo é a que se desprende do diário de Acióli Lins. Para governo do leitor, resumamos sua existência em poucas datas: 1829: nascimento em Sirinhaém; 1850: conclusão do curso jurídico de Olinda; 1856: casamento com a prima, Feliciano Inácia de Acióli Lins; 1857: herança do Engenho Goicana, pertencente a seu tio, João Batista Acióli Lins; 1860: nascimento da filha, Joana; 1862: nascimento do primeiro filho, Filinto; 1867: nascimento do filho caçula, João Batista; 1872: extinção do trabalho servil na propriedade; 1882: feito barão de Goicana pelo imperador; 1891: falecimento no Recife. Nos anos cobertos pelo diário, o engenho fabricava anualmente entre 1700 e 2500 pães de açúcar, o que dista, como vemos pelo exemplo do Bonito, de colocá-lo no nível superior de produção dos engenhos da época, situando-o entre as unidades de tipo médio que manufaturavam em torno de 150 toneladas de açúcar por safra.²⁵ Essa mediania, administrada com parcimônia e prudência, permitiu a Acióli Lins aumentar o patrimônio, como o de Rego Barros, todo constituído de imóveis.

As poupanças foram inicialmente aplicadas no aumento e consolidação do fundo territorial. Primeiro, adquiriu, em sociedade com o irmão, Prisciano de Barros Acióli Lins, as terras que o marquês de Olinda possuía no lindeiro Engenho

da Boa Vista, ao norte do seu. Depois, comprou pequenas propriedades limítrofes, sítios de lavradores independentes, convertendo-os em partidos de cana. Posteriormente, acrescentou os engenhos Floresta e Carrapato, a oeste, também adquirido em parceria com o irmão. O Floresta foi desmontado, utilizando-se suas terras no plantio de cana para o Goicana. Ainda com Prisciano, comprou o Engenho Duas Bocas, em Rio Formoso, que arrendou. Por fim, Acióli Lins possuía, além do sítio com sua competente casa de moradia no bairro da Torre, no Recife, uma casa de veraneio na praia dos Carneiros (barra de Rio Formoso) localizada num sítio de coqueiros que também arrendava; um sobrado na rua Bela, em Rio Formoso, que alugava, e uma conta na Caixa Econômica. Este senhor de engenho de tipo médio não deve, apesar do preço do açúcar, um único ceítal a quem quer que seja, salvo os adiantamentos rotineiros do seu correspondente do Recife, periodicamente compensados pela remessa de açúcar, de acordo com o velho esquema de ajuste de contas entre produtor e comerciante. Não tendo dívida nem hipoteca, não o assustavam os dois grandes fantasmas da sua classe.

Como no engenho de Rego Barros, seguia-se no de Acióli Lins a prática herdada do período colonial de partilhar o cultivo das terras entre o senhor de engenho, de um lado, e os lavradores de cana, de outro. O diário só permite entrever os trabalhos levados a cabo na “fazenda”, isto é, nos partidos de cana cultivados pelo proprietário. Além das canas da “fazenda”, o engenho mói a matéria-prima procedente das terras do ex-Engenho Floresta, quase inteiramente ocupadas pelos partidos dos moradores. Quanto às terras do Goicana, o barão cultiva com os dois filhos cerca de metade, deixando o restante também a cargo de lavradores. O Goicana, aliás, dispõe de muitas ladeiras e poucas várzeas; na sua maior parte, estende-se sobre um relevo de colinas (as “meias-laranjas” da designação dos geógrafos, características da mata úmida pernambucana), o qual, a despeito de fértil, absorve com desapontadora facilidade a água das chuvas. Em alguns oiteiros, ainda se mantinham uns restos da mata primitiva, destinados a suprir de lenha as caldeiras da fábrica, como indica, aliás, fotografia coeva do engenho. Nas suas terras, pelas quais está longe de demonstrar entusiasmo, Acióli Lins planta as variedades que se vinham disseminando depois que a moléstia dos últimos



10, 11. Sebastião Antônio de Acióli Lins, barão de Goicana.

D. Feliciano Inácia de Acióli Lins, baronesa de Goicana. (Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano)

anos 70 tinha devastado as antigas, como a caiana. Ele experimenta algumas destas novidades que então chegavam de Java, da ilha Maurício e das Antilhas: a férrea e a Lousier, a do dr. Caetano, a Salangor ou Pinang.

ANGÚSTIAS METEOROLÓGICAS

Mais do que a cotação do açúcar na praça do Recife, um dos grandes temas do diário é a obsessão do agricultor: o tempo que faz e o tempo que vai fazer. Duas, três, quatro vezes por mês, Acióli Lins registra as condições atmosféricas, exprime satisfação ou seu contrário, refere as conseqüências para a lavoura, para o funcionamento do bangüê, para o estado de salubridade da região, outra das preocupações dominantes no sistema de ansiedades deste hipocondríaco. O engenheiro situa-se na mata sul ou mata úmida de Pernambuco, que, grosso modo, vai do Recife a Barreiros e constitui a área mais bem aquinhoadada pluviometricamente da província e do Nordeste. Os geógrafos que aplicam a classificação de Koppen consideram-na do tipo Am, em contraste com a mata norte ou seca, que pertenceria ao tipo As.²⁶ O regime pluviométrico é função do regime de ventos, de fevereiro a agosto os ventos de sudeste, de setembro a janeiro o nordeste.

Acióli Lins, como Rego Barros, não leu os geógrafos, mas dispõe do conhecimento empírico acumulado em três séculos de exploração da terra pela monocultura canavieira. Ele sabe que a natureza só é o reino da regularidade e da previsibilidade para quem vive fora dela, nas cidades, ou para quem não vive dela, entregue a atividades não agrícolas. Para o agricultor, ela é causa de permanente frustração, não proporcionando jamais a exata combinação de sol e chuva que permita o crescimento satisfatório dos canaviais, sua maturação e, por conseguinte, o teor ideal de sacarose. A natureza peca sempre por excesso ou por escassez. O diário queixa-se sobretudo da falta ou insuficiência da chuva. O inverno parece-lhe sempre curto e o verão, prolongado. Para este agricultor pouco dado às inovações, como em geral seus colegas, a chuva é, por excelência, “o adubo fertilizador das terras”. Assim, mal começa janeiro, ei-lo que escruta impaciente o céu, ou antes, o que ele chama o “horizonte de leste”, o lado do mar, donde chegam as grossas nuvens pejudas. Se o sol intenso de dezembro continua no mês seguin-

te, as canas carecem de “filiação”, de desenvolvimento da folhagem, sinal de pouca sacarose. Se as primeiras chuvas caem em meados de janeiro, ele agradece à Providência Divina os aguaceiros que empapam a terra, animando a planta e limpando os ares dos miasmas d’água enfermicos que ele teme mais que tudo; se nos últimos dias do mês caem uns vagos aguaceiros, ele os acusa de tardios.

Em 1888, ano de seca no sertão, janeiro foi péssimo, sol abrasador, chuviscos esparsos, comprometendo as plantas novas cultivadas havia três ou quatro meses nas várzeas. Janeiro de 1890, a estiagem, atroz no sertão, chega até a mata privilegiada, paralisando a moagem de muitos engenhos, por falta d’água nas levadas. Os fevereiros são também desapontadores. Os aguaceiros, alguns até torrenciais, são breves, brevíssimos, o sol voltando a brilhar ao longo do mês, colocando Acióli Lins na contingência de suspender também os trabalhos da fábrica. Fevereiro de 1890, muitas cacimbas secam, e no fundo da província a seca devasta tudo. Mesmo se as chuvas de março são generosas, como aquela tromba-d’água que durou das duas da manhã às três da tarde de um dia de 1887, elas chegam tarde. Em março de 1889, chove mais na mata seca que na úmida. Nestes quatro anos de notas, nem mesmo março de 1887 contenta o barão, pois o açude ameaça transbordar. Nos meses de abril, o inverno começa oficialmente. A chuva continuada torna intransitáveis as estradas, atropela os derradeiros dias de moagem e os serviços de limpa dos partidos, exceto abril de 1889, em plena “seca do Norte”. Ao longo do diário, apenas dois maios com precipitações suficientes. O verdadeiro inverno fica para junho. A casa-grande torna-se úmida e soturna, em virtude do sopro do sudeste, que traz o hálito dos sítios de coqueiro e dos manguezais litorâneos que sobrevoa em seu curso; quando demasiado fortes, essas ventanias atrapalham a infiltração da água no solo. De repente, a clareira de um dia ou de um par de dias de sol: a lama das estradas seca rapidamente, mas o ar permanece fresco e os ventos não descontinuam.

O engenho está finalmente no coração do inverno. Chove sem parar e o barão anota a duração das pancadas, que podem demorar oito, dez horas. Quando a água cessa, o céu permanece carregado, os ventos, tormentosos, e até faz frio, um frio às vezes excessivo que provoca nevralgias. Agosto não difere mui-

to de julho, exceto que o sudeste abranda, embora no litoral ocorra o naufrágio das pequenas embarcações de cabotagem. O rigor do tempo não impede, contudo, Acióli Lins de passar o mês em sua casa de praia para banhos de mar. Tampouco o inibe de iniciar os trabalhos de moagem, antecipando-se ao mês canônico da inauguração da safra, que é setembro. Às vezes, porém, o inverno se atarda, se esquece de partir; e setembro vem indeciso, com ventos variáveis que podem soprar tanto de sudeste quanto de nordeste. Na mata úmida, prevalece a crença de que os primeiros dias de outubro definem o grau de intensidade do verão que começa. As chuvas de outubro são de bom augúrio, em especial se caírem entre 1º e 4 de outubro. É o “camboeiro de São Francisco”, indício seguro de estio moderado apenas nas estações regulares. Esses dias são, portanto, de observação ansiosa, e, se outubro falha, o agricultor já não tem o que esperar de novembro e dezembro.

As lamentações meteorológicas do barão podem chegar à paranóia: as nuvens vindas de leste foram cair longe do engenho; a chuva foi mais generosa na mata seca que na úmida. Geralmente, porém, ele tem razão de queixar-se. O biênio 1888-9 correspondeu, como vimos, a um período de seca no sertão, a qual pode incidir atenuadamente sobre a zona canavieira, causando reduções substanciais na safra de cana. As observações de Acióli Lins estão longe, contudo, de ser empiricamente puras, surgindo de mistura com observações políticas, econômicas e sociais em que dá livre curso à sua propensão catastrofista, como se a irregularidade dos fenômenos naturais fizesse parte de um inelutável desarranjo universal, algo aparentado ao antigo sentimento medieval da senectude do mundo e da sua degeneração física. Se recentemente os historiadores descobriram que a natureza também tem história, anexando à disciplina o estudo do clima e das suas variações seculares, os agricultores sempre souberam disso, como atesta a noção generalizada nos mais diversos meios rurais, segundo a qual as estações teriam sido mais regulares e previsíveis no passado.

O COTIDIANO DA CASA-GRANDE

A dissolução da consciência pela natureza é o que Marx tinha em vista ao referir-se certa vez à “idiotice da vida rural”.



12. O Engenho Goicana no Rio Formoso, Pernambuco. (Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano)

Esta é o produto da segregação no campo, onde, como já sabia a Grécia clássica, a vida privada reduz ou anula a vida pública, transformando o cidadão em “idiota”, no sentido etimológico da palavra. É a existência doméstica que, com efeito, absorve Acióli Lins. Ao contrário de Rego Barros, seu círculo de relações é praticamente coextensivo à família, a conjugal e a outra, e a dos irmãos e irmãs casadas, que habitam engenhos vizinhos. Salvo uma ou outra exceção, seus amigos são seus consanguíneos e afins. Nestes anos do diário, ele tem consigo, na casa-grande, a mulher, Feliciano, onze anos mais moça do que o senhor seu marido, com quem se casara aos quinze anos; a filha única e primogênita, Joana, solteirona que arrasta uma existência silenciosa interrompida por acessos de histeria; Filinto, casado com uma prima, Lídia, filha de uma irmã de Acióli Lins; e João Batista, que sofre desde a infância de epilepsia, a que o pai se refere eufemisticamente como o “seu mal velho”. Na casa-grande convivem apenas duas gerações, pois Filinto não teve filhos. Uma família nuclear, exceto pelo fato de o filho casado ainda residir na casa paterna. Comparada às noções estereotipadas sobre a família patriarcal, a reunir sob o mesmo teto protetor várias gerações, esta tem um ar quase moderno.²⁷

Só o ar. Apesar da estrutura conjugal, a família de engenho do patriarcalismo tardio não aboliu as distâncias entre marido e mulher ou entre os pais e os filhos. A organização patriarcal da família não é primordialmente um problema de números nem o resultado da família extensa, como indicam

o clã e a grande família aristocrática, que, com suas fronteiras fluidas e movediças, eram dificilmente hierarquizáveis em decorrência da dispersão e da capacidade de articulação em subgrupos. A família patriarcal era sobretudo o produto de uma concepção autoritária da natureza das relações entre seus membros. O estado do Renascimento e não o patriarcalismo da história clássica proporcionou seu modelo ao fazer do chefe na família o equivalente ao rei no reino.²⁸ Via de regra, tende-se a identificar, de um lado, patriarcalismo a aristocracia; e, de outro, patriarcalismo a família rural. Na realidade, o patriarcalismo não tem *necessariamente* a ver com a família aristocrática. No tocante a Portugal, ainda não se conhece o processo pelo qual a família patriarcal constituiu-se em alternativa à família aristocrática, mas não há razão para acreditar que, levados na devida conta os *décalages* temporais, o processo, ali, como na Espanha, tenha sido muito diferente do verificado no outro lado dos Pireneus. A mesma facilidade com que o tipo de organização doméstica se aclimatou no Brasil, por intermédio precisamente de um estoque de colonos oriundos de camadas médias, pareceria indicar que ele já se encontraria muito difundido nesses estratos da população do Reino, se é que não foi sua criação. Quanto à associação entre patriarcalismo e ruralidade, a família de sobrado urbano foi tão patriarcal quanto a de casa-grande rural. O patriciado de homens de negócios que se consolidou desde o século XVII nas cidades portuárias da América portuguesa não foi menos patriarcal na sua teoria e na sua prática do que sua contraparte agrária. Ocorreu apenas que, em razão do espaço urbano e da natureza das atividades comerciais, ele ficou menos exposto às deformações que a escravidão e a grande propriedade imporiam à família rural. Patriarcalismo rural e urbano, ambos descendiam do mesmo tronco. Ainda não se dispõe de estudos de antropologia histórica sobre a família portuguesa do Antigo Regime, mas, quando eles forem realizados, provavelmente dar-nos-emos conta de que, no essencial, o patriarcalismo brasileiro não se distinguiu muito do peninsular.

No caso da família de Acióli Lins, a estrutura conjugal fora possivelmente reforçada pela mortalidade infantil, pela doença de Joana e de João Batista, que os reduzira ao celibato, e pela esterilidade do casamento de Filinto. O barão não

menção o número de filhos que teve com d. Feliciano, mas entre o consórcio e o nascimento da filha e entre a vinda de Filinto e a do caçula observam-se dez anos seguramente de abortos e mortes.²⁹ Nem mesmo a mudança para o Recife modificou a célula familiar. Quando Acióli Lins, de má vontade, cedeu às pressões domésticas, passando a residir na capital, combinou-se que o filho casado permaneceria no engenho para ocupar-se da sua gestão. Seis meses depois, contudo, Filinto comunicava, numa dessas conversas de pai e filho que o leitor do diário adivinha penosa, seu desejo de abandonar a propriedade e fixar-se também no Recife, "o que muito me contraria e obriga-me a voltar para o engenho". Filinto e a mulher de retorno ao sítio da Torre, recriou-se a unidade da casa-grande. Mas o barão, achacado e idoso, não regressará ao engenho, cuja administração será entregue a duas pessoas de confiança. O diário conclui um par de meses depois e não sabemos muito da existência citadina da velha família rural, mas apostaria que ela se conservou sob o mesmo teto após o falecimento de Acióli Lins.³⁰

Das porteiras do engenho para fora, as relações restringem-se praticamente aos irmãos do barão e suas famílias, residentes em engenhos vizinhos. O diário refere Prisciano de Barros Acióli Lins, senhor do Engenho Tinoco, limítrofe do Goicana; Irmina, casada com Francisco Vítor de Gouveia Acióli, senhor do Camaçari; e Maria Gertrudes, mulher de José Henriques, senhor do São Paulo. A endogamia é praticada à larga. Acióli Lins mesmo casara com uma prima; Prisciano, com uma sobrinha, Rosa, filha de sua irmã Irmina, ela também casada com um primo. Filinto casara com outra filha de Irmina, Lídia, o que o fazia genro da tia, concunhado do tio e cunhado da prima. Sobre todos, o barão exerce uma ascendência derivada da sua condição de primogênito, uma ascendência natural e distante, que não se manifesta em formas ostensivas de autoridade. Suas relações mais estreitas são as que o ligam ao irmão, amigo e vizinho, que vê constantemente e com quem partilha as convicções abolicionistas, mas não as políticas e religiosas.

Consoante o código tácito do seu grupo, ele distingue as relações com os parentes masculinos das relações com os parentes femininos, as primeiras mais próximas e informais. O irmão é o objeto das únicas visitas que faz, visitas,

aliás, motivadas sobretudo pelos problemas de saúde de Prisciano, a cujos altos e baixos o diário dedica tanto ou mais espaço do que às crises do filho caçula. A dedicação de Acióli Lins é integral e certas vezes dorme em Tinoco para ministrar a Prisciano o tratamento homeopático de que era entusiasta. Ao adoecer a cunhada, o barão traz Prisciano para o Goicana, donde não se mexe nem mesmo quando ela é vítima de envenenamento causado pela ignorância do médico ou do farmacêutico. Ele acompanha Prisciano, que embarca para o Recife ou para o Rio de Janeiro, ou se encarrega, na sua ausência, da gestão do Tinoco. Numa das crises do irmão, leva-o à capital da província. De outra feita, encontrando-se ali em viagem de negócios, regressa precipitadamente ao engenho ao receber um telegrama alarmista. Quando Prisciano retorna do Rio, segue até o porto vizinho de Tamandaré para tomar o vapor da Companhia Pernambucana que o transportaria ao Recife para recebê-lo, mas, tendo-o perdido, não se poupa ao incômodo de seguir pelo “vapor de terra”, isto é, pelo trem. No Recife, hospeda-o no sítio da Torre, não permitindo que parta para o Tinoco sem descansar uns dias no Goicana. Ou vai à praia do Gamela superintender a arrumação da casa de veraneio que Prisciano possui ali. Com a viuvez do irmão, Acióli Lins ajuda-o na criação e educação dos filhos, a quem faz companhia quando o pai se ausenta, a despeito de as crianças se acharem sob os cuidados de uma governante contratada no Recife; ou os leva consigo para o engenho, onde d. Feliciano toma conta deles.

A amizade pelo irmão mais velho inclui também a presença do barão em outros momentos da vida de Prisciano, como o arrolamento e avaliação dos bens do casal com vistas ao inventário de d. Rosa. Proteção que desconhece o autoritarismo e até convive com uma rasgada admiração pelo mano. Ao saber que a regente sancionara a Lei da Abolição, Acióli Lins, num dos raros momentos de euforia no seu diário de depressivo, comemora a boa nova, mas entre os emancipacionistas sinceros que lutaram pela causa em Pernambuco só menciona nominalmente o irmão que, entre tantos, “tornou-se notável pelo seu acrisolamento e inflexibilidade de propósito, quaisquer que fossem os sacrifícios”. A nota mais emotiva num diário singularmente pudico e sóbrio nas expressões de afeto, ele a destina a Prisciano, confessando, ao

mudar-se para o Recife, haver se separado do irmão “com bastante saudade” e com a promessa de que viria também residir na cidade. Pouco tempo depois, Prisciano instalava-se na rua da Matriz, internando dois dos filhos no colégio. Mas a convivência já não podia ser a mesma, seja porque Prisciano não se adapta à vida urbana, seja porque não se pode arredar da gestão do Tinoco, aonde termina por regressar em caráter definitivo.

As relações de Acióli Lins com as irmãs estão longe de ter a mesma intimidade; com os cunhados, elas são distantes. O casamento da mulher, já vimos, arrancava-a definitivamente ao domínio dos pais e irmãos para integrá-la ao do marido, dos sogros, dos cunhados. Com Irmina, sogra de Prisciano e de Filinto, os contatos são mais freqüentes, ajudados pela proximidade do Engenho Camaçari (Rio Formoso). Ele a acompanha mesmo ao Engenho Pacavira, onde pensa buscar alívio aos seus achaques graças à mudança de ares; ou Irmina, marido e filhos vêm passar dias no Goicana. O barão, sempre solícito em caso de doença, trata-a homeopaticamente, e ao cunhado, que sofre um acesso de sezões, administra a costureira dose de quinino. Filinto e Lídia também costumam no começo do ano excursionar pelos engenhos da parentela em Água Preta e Palmares. As alusões aos cunhados são lacônicas: incompatibilidade de feitio, alguma antiga querela sucessória, resíduos da atitude que os encara como intrusos que podem interferir com a transferência de comando do pai ao filho? Ao mudar-se para o Recife, não ocorre a Acióli Lins sequer despedir-se deles. Desde então, já não se ouve falar das irmãs e dos cunhados.

O mal-estar é palpável nas suas relações com Filinto. Não se trata da ambigüidade que podia caracterizar a atitude do pai para com o primogênito que, sucessor potencial na chefia da família, estava em posição de opor-se à autoridade paterna, catalisando as resistências domésticas à sua vontade. Nada disso: Filinto é demasiado abúlico para contestar Acióli Lins. É precisamente essa apatia a causa das reservas do barão. Filinto descarrega-se mal das obrigações a que estava chamado pela sua condição de filho mais velho e pela moléstia do irmão: a geração e a gestão. Ele padece intermitentemente do que o diário registra como uma bronquite asmática mas que o médico diagnostica como uma caquexia palustre, que já atingira os



13. Prisciano de Barros Acióli Lins, senhor do Engenho Tinoco. (Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano)

14. Com frascos de medicamentos, instrumentos e um livro de instruções, a botica portátil do dr. Chernovitz equipava os médicos que percorriam o interior. (Século XIX, Museu Histórico Nacional)



intestinos, o baço e o fígado, e que o força a freqüentes ausências em busca dos doutores do Recife ou dos ares saudáveis da praia, dos engenhos dos parentes e de Garanhuns. A mulher sofre de anemia e do fígado. Com todos esses achaques, o casal não terá sucessão e ela tampouco virá de Joana ou de João Batista. A família caminha para a extinção, mas Acióli Lins jamais alude à perspectiva, pois mesmo à discrição de um caderno que não é para ser lido por estranhos cumpre furtar certas áreas da intimidade de um homem de bem. Nesse particular, a decepção do pai antes se adivinha do que se exprime. Ele tampouco alimenta ilusões sobre o futuro do engenho, mas a esse respeito manifesta suas preocupações. Aos filhos, inaptos para os estudos superiores, iniciou na direção dos trabalhos do campo e da fábrica e atribuiu a administração de partidos de cana. Nas raras ausências do barão, Filinto assume seu lugar, preparando-se para o dia em que ele desapareça ou que, doente e cansado, retire-se para o sítio da Torre. O pai sabe que Filinto o desapontará não só por ser quem é, mas porque a lógica patriarcal tende a fomentar a suspeita da incapacidade constitucional dos descendentes para a atividade prática.³¹ O

chefe de família sendo propriamente insubstituível, seu desaparecimento levará o grupo à ruína.

Quanto a Filinto, vive adiando a vida. Dócil e submisso, ele aceita muito bem a tutela paterna que tudo prevê e provê, sem assomos de independência e sem gosto de mando, na abulia da doença que o consome. Como a mãe, como os irmãos, Filinto apaga-se diante do pai. Em quatro anos de diário, não vem à tona uma única discórdia dentro da família, apesar da neurose de quase todos. Quando o barão capitula e decide mudar-se para o Recife, chega para Filinto a hora da verdade. Teria resistido à idéia de assumir a direção do engenho, como sugere o fato de que o diário só menciona a decisão dois meses após a mudança, como se só então o assunto estivesse resolvido? Ou teria o pai esperado poder seguir administrando a propriedade mediante estadias periódicas? De boa ou de má vontade, provavelmente de má, Filinto fica com a mulher no engenho. À distância, o pai acompanha sua atuação. Essas avaliações oscilam entre a conclusão de que as coisas estão indo mal e a de que, no final das contas, elas não estão indo tão mal assim ou poderiam estar indo pior, mas não desembocam jamais num julgamento positivo. Ao cabo de seis meses, é a crise, em consequência do insulto cerebral que acomete Filinto. Acióli Lins tem de embarcar às pressas para o engenho, onde não pusera os pés desde a mudança para a cidade, permanecendo aí até finais de novembro, quando o filho, restabelecido, parece pronto a reassumir. Eis que, entretanto, na intimidade da casa-grande meio despovoada, Filinto toma a coragem de manifestar o desejo de partir definitivamente para o Recife, “o que muito me contraria [diz o diário] e obriga-me a voltar para o engenho logo que entre o novo ano”. O barão se resigna, vendo confirmada a sabedoria patriarcal para quem os filhos não serão jamais o que foram os pais ou o que estes supõem que foram. Em nenhum momento, ocorre-lhe uma reação individualista: vender ou arrendar o engenho, encarregar Filinto no comércio ou no serviço público. O barco afundará unido na sua orgulhosa coesão. O filho e a nora instalam-se no sítio da Torre e os serviços do engenho são entregues a dois prepostos, que também se desincumbem sofrivelmente. Pai e filho parecem haver chegado a um compromisso pelo qual Filinto viajaria regularmente para fiscalizar o duunvirato.



15. Remédios milagrosos freqüentemente postos à venda: “descobriu-se afinal” um xarope que prometia parar a tosse e curar a tuberculose. (Jornal do Comércio, 1851)

É sobre o caçula, João Batista, que se concentra a afeição paterna. Epilético desde os seis anos, as convulsões amiúdam-se e prolongam-se ao longo do diário. Acióli Lins dá-se conta do agravamento do mal, cuja periodicidade de trinta a 35 dias passava a ciclos de dezoito. Ao contrário da sua atitude para com a doença nervosa da filha, ele observa e descreve pormenorizadamente os ataques do filho, entremeados de acessos de insanidade, a que se seguem fases de prostração, de que só penosamente o enfermo reemerge para a vida cotidiana, conversando com os familiares e com a gente do engenho ou envergando o fato domingueiro para tocar o piano. Em vão, o pai recorre a todos os especialistas recifenses e a todos os medicamentos disponíveis na província, alopáticos ou homeopáticos, desde as novidades estrangeiras, como as soluções antinervosas de Laroyenne, os vomitórios Le Roi, as fórmulas de Gelineau, os elixires de Yarn e de Brion, até os caseiríssimos sinapismos, óleo de rícino, clister de pimenta, água de flor de laranjeira, pílulas de jalapa.

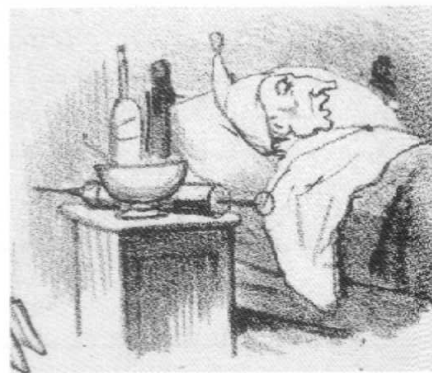
O barão é, aliás, entusiasta da homeopatia, que aplica de acordo com as indicações do *Tesouro homeopático*, do dr. Sabino Pinho. As relações de Acióli Lins com o filho mais moço ignoram a reticência e a reserva que prevalecem com Filinto. Goicana, aliás, não poupa João Batista aos contatos externos, no engenho e fora dele. Como o irmão, ele participa da administração do bangüê, fazendo seu aprendizado de proprietário, dirigindo a roçagem dos partidos e o plantio das canas novas. Como Filinto, ele recebeu um módico de instrução, provavelmente na própria casa-grande, e possuía os rudimentos de piano; e também viaja ao Recife para espairer da rotina rural, ver o Carnaval, o dentista ou os médicos. Numa dessas viagens, toma mesmo a iniciativa, que o irmão mais velho não teria ousado, de submeter-se, sem conhecimento do barão, a uma operação para corrigir o estrabismo. Nenhum dos dois, aliás, corresponde aos modelos antitéticos do filho de senhor de engenho do Norte: o capadócio de bagaceira (ou, como diria o padre Lopes Gama, “o garanhão daqueles contornos”) e o bacharel empertigado.

AS MULHERES DA FAMÍLIA

Comparada à atenção dispensada aos homens da família, é bem modesta a que Acióli Lins concede às mulheres,

que não são menos enfermidades que os homens. Aí estão as sezões e a afecção cardíaca de d. Feliciano, a anemia crônica e as infecções da garganta da nora e as crises histéricas da filha, a cujo respeito ele se limita a registrar a incidência, abstendo-se das descrições que faz acerca das de João Batista. A intimidade das mulheres da família é uma linha intransponível que só as outras mulheres podem atravessar. O barão não entra em minúcias sobre as crises de Joana, como faz com as do caçula, primeiro, por uma questão de pudor, depois, porque elas transcorrem no recesso da camarinha. Do que se passava no quarto de Joana, o pai só devia saber pelas referências crípticas de d. Feliciano. Ao contrário das afecções da esposa ou da nora, acerca das quais ele entra em detalhes, a histeria da filha dizia respeito ao grande tabu da família senhorial, a sexualidade feminina. A mesma descrição ele demonstra pelas crises nervosas da sobrinha, filha de Prisciano. Fora dos seus acessos, Joana quase não existe no diário, apesar de viver permanentemente na casa-grande, da qual só se afasta para ir de passeio ao engenho de algum parente, existência bem diversa, portanto, da do irmão caçula, que, apesar de mais gravemente enfermo, desfruta de maior liberdade de movimentos.

O elogio fúnebre que Acióli Lins faz da cunhada resume, nos mesmos termos de João Alfredo, a concepção do papel feminino. “Em todo o percurso de sua vida [escreve a respeito de d. Rosa], foi sempre possuída por virtudes raras e muito apreciáveis, já como filha, já como esposa, já como mãe e já como amiga e parenta.” As virtudes da morta são assim também definidas exclusivamente por causa da família. Até mesmo suas qualidades de amiga estão vinculadas à sua condição de parenta, pois o círculo de amizades da mulher deve limitar-se à parentela, fora da qual não se espera que mantenha relações igualitárias. D. Rosa, aliás, não fora o agente dessas virtudes; a forma passiva do verbo sugere que era apenas o instrumento de modelos tradicionais de comportamento inculcados pela sabedoria da ordem doméstica. Finalmente, “para com os pobres foi sempre compassiva e caridosa”. Como em Tinoco já não havia escravos, a fórmula refere-se aos moradores e trabalhadores do engenho. Referências do mesmo gênero também se encontram no diário acerca de d. Feliciano. Do casamento, Acióli Lins só tem a quei-



16. Remédios caseiros e homeopáticos eram bastante difundidos em todo o Império. (A. Agostini, *Revista Ilustrada*, 1876)

xa da doença incurável dos filhos, suficiente para fazê-lo duvidar por vezes da "vantagem da vida conjugal". Da pena deste bem-comportado, é a confissão mais íntima que o leitor pode esperar.

No isolamento do engenho, Acióli Lins tem pouco tempo para a parentela disseminada pelas redondezas. Havendo a idade agravado a sedentariedade natural de proprietário rural, ele só se desloca quando imprescindível. Poucas foram as vezes que saiu nesses anos de diário: ao Pacavira, na companhia de uma irmã; ao Serra d'Água para ver um primo doente; uns dias que passou com outro parente. Cabeça de clã, ele recebe mais visitas do que faz, embora estas tampouco sejam numerosas. A casa-grande triste, povoada de doentes, está nas antípodas da de Rego Barros. Os sobrinhos raramente aparecem; só de partida para uma viagem à Europa é que se vêm despedir. Uma prima velha, viúva ou solteirona, vem passar alguns dias; uma sobrinha, também. No seu aniversário ou no dia do seu santo, alguns fiéis vêm cumprimentá-lo. Só no Recife, em 1890, a comemoração teve alguma alegria: um grupo diminuto jantou, tocou, dançou, cantou e divertiu-se com jogos de prendas e víspora, separando-se às nove e meia da noite. Mesmo fora do engenho, o barão continua a viver na intimidade doméstica do sítio da Torre ou da casa de praia.

SOLIDÕES RECIFENSES

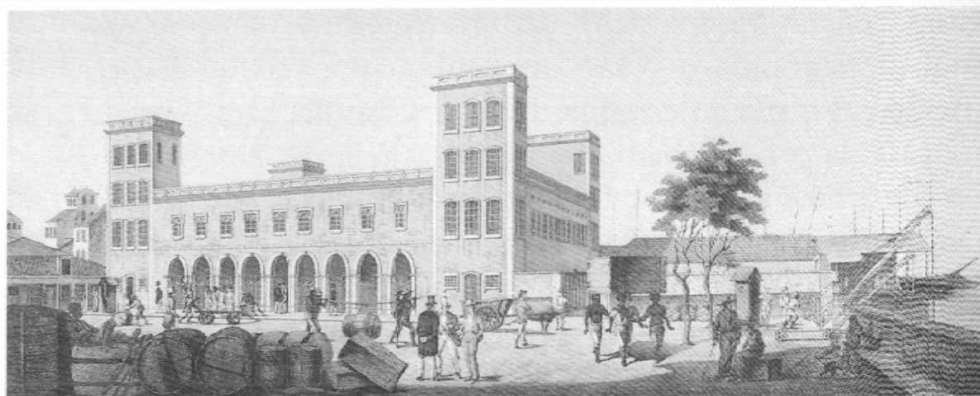
Em quatro anos de diário, vai apenas duas vezes a Rio Formoso, que é a sede do município onde se localiza o engenho; e em ambas as oportunidades, por motivos estritamente privados: o enterro de um parente e na jornada para o Serra d'Água. Quando da renovação do contrato de arrendamento do Engenho Carrapato, ele se deixa ficar em casa, mandando um procurador ao cartório do escrivão Lima. Pelo mesmo procurador, faz-se representar em Sirinhaém, ao adquirir outra parcela da mesma propriedade. Até sua mudança para o Recife, foi apenas três vezes à capital, duas delas para acompanhar o irmão doente que se ia tratar no Rio, outra em viagem de negócios. Ausências, aliás, curtas, de três, quatro dias, uma semana no máximo e a cujo respeito registra apenas os incidentes do percurso, o

que disseram os médicos, a febre que o acometeu após um banho no Capibaribe. Pela cidade, ele apenas transita: do porto ou da estação das Cinco Pontas ao sítio; ou uma refeição ligeira num daqueles hotéis do cais da Lingüeta. Seus contatos urbanos resumem-se aos médicos e a seu correspondente, Trajano da Costa Melo. Essa existência seqüestrada não se modificará com a mudança para o Recife: este começa além dos muros do sítio, tão distanciadores quanto os cercados do engenho. Seus contatos encolhem-se.

Na esfera privada, inscrevem-se até mesmo as relações de Acióli Lins com a “praça”, isto é, o mercado recifense, onde atuam essas forças anônimas que fazem descer o preço do seu açúcar e subir o dos produtos que adquire. Como as de Rego Barros, essas relações são intermediadas, no caso pelo correspondente, que comercializa as safras e fornece os suprimentos de que carecem os engenhos do barão e de Prisciano. Com Trajano, ele mantém uma ligação eminentemente pessoal, descrevendo-o como um amigo, que vem periodicamente em visita ao engenho ou traz a família para veranejar na casa da praia. É bem sabido que as relações entre senhor de engenho e correspondente, como também as que prevaleciam entre o fazendeiro de café e seu comissário da praça do Rio, extrapolavam o âmbito puramente comercial para incluir quase todos os vínculos entre o proprietário rural e a praça.³² Quando se agrava a doença de Prisciano, Trajano vem a Tinoco levá-lo ao Recife e, de outra feita, conduzir dois dos seus filhos a uma consulta médica, hospedando-os na cidade e trazendo-os de volta à casa paterna. Quando, em razão dos ventos contrários, Prisciano não encontra barcaça que o leve à capital, Trajano mobiliza um rebocador do porto para transportá-lo. Se João Batista resolve operar-se, é Trajano quem escreve a Acióli comunicando a decisão e os resultados da cirurgia. Também abolicionista, é Trajano quem telegrafia eufórico para dar a notícia do êxito eleitoral de Joaquim Nabuco na eleição para deputado-geral (1887) ou da vitória da Abolição. Quando o barão adoece no sítio recifense, longe dos cuidados da mulher, é o correspondente e seus familiares que o tratam e fazem-lhe companhia. Mesmo após a instalação definitiva no Recife, ele continua a ser o elo entre Acióli Lins e a cidade, e a única amizade de que dispõe no meio urbano.

Suas relações com o clero é que se situam fora da esfera privada. Sua religiosidade e a da família já não têm nada a ver com a religiosidade convencional das casas-grandes descrita por João Alfredo a propósito da sogra. Prisciano tinha mesmo fama de ateu, negando-se a batizar os filhos, como também de republicano, rejeitando o título de segundo barão do Rio Formoso oferecido pelo governo imperial, o que só fez aumentar sua fama de excêntrico.³³ O conformismo de Acióli Lins não lhe permitia ir tão longe, mas a fé que transparece no diário, sem descambar para o deísmo, é uma crença pessoal que, embora respeitosa dos santos, dispensa a intermediação dos padres, salvo nas ocasiões sociais: batizado, casamento, morte. Nos anos do engenho, não há uma única alusão ao comparecimento à missa, quer da parte do barão, quer da de sua mulher e filhos. Somente com a mudança

17. O movimento do bairro comercial do Recife. (Emil Bauch, meados do século XIX)

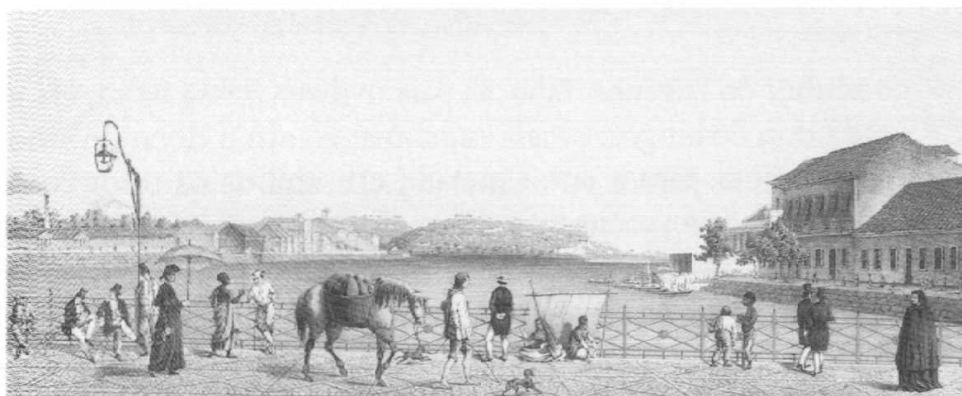


para o Recife surgem referências a esse respeito, como a indicar a natureza puramente convencional que atribui a tais atos: missa de Natal na matriz da Boa Vista, missa de domingo na capela do Hospital Pedro II, que são outras tantas oportunidades de espairecer da vida reclusa de sítio. No engenho, é provável que o catolicismo de d. Feliciano se tivesse contentado com “o quarto dos santos”, embora não se encontre menção à existência da peça.

A propriedade dispõe de capela, cujo orago é Nossa Senhora do Pilar, mas acha-se em mau estado, por causa da “falta de freqüência”.³⁴ Sua função é menos religiosa que doméstica, sua única utilização sendo a funerária, pois nela se enterram os membros da família, inclusive os filhos e a mulher de Prisciano, cujo engenho não dispunha de templo. Os ofícios religiosos são raramente celebrados. Nestes quatro anos de anota-

ções, apenas a missa de batizado de um afilhado do barão e de sétimo dia pela alma de d. Rosa, ambas a cargo do pároco de Rio Formoso. Acióli Lins vai mesmo ao ponto de dispensar a bênção costumeira por motivo da “botada”, isto é, do começo da moagem; e quando ela se realiza, como em 1888, é a família que dirige a celebração. O 20 de janeiro, dia de São Sebastião, onomástico do proprietário, é também comemorado mas tingido da conotação cívica de festejar também a data em que se extinguiu o trabalho escravo no engenho.

Os engenhos de Goiana possuíam geralmente capela e capelão, segundo afirmava João Alfredo. Idealização de memorialista? Se no tempo de Acióli Lins o capelão de engenho tornara-se coisa do passado, o mesmo já ocorria meio século antes. Conforme observava o engenheiro francês Louis Léger Vauthier, o “luxo” do “capelão residente” havia desaparecido



18. Pessoas passeiam na ponte da Boa Vista, no Recife, onde dois mendigos se instalaram. (Emil Bauch, meados do século XIX)

e os engenhos recorriam “à paróquia mais próxima para os socorros da religião”. “Há mesmo muitos onde não se diz mais a missa senão em raras ocasiões e especialmente quando se põem em movimento o engenho e as caldeiras ou por ocasião da festa do santo ao qual a usina [sic] é consagrada.” Em muitos engenhos, a capela fora “substituída por um simples altar, colocado em um dos cantos da sala de jantar, onde um capelão de passagem vem officiar aos domingos e fazer, quando necessário, os batismos e os casamentos dos habitantes das imediações”.³⁵ Para Sirinhaém uma estatística de 1873 indicava que, em 69 engenhos, apenas doze tinham capela e sete, oratório privado; a grande maioria contaria apenas com o “quarto dos santos” ou a solução descrita por Vauthier. Veja-se o caso deste frade italiano, Donato Barrucco, que, coadjutor na Glória do Goitá nos anos 70, apalavrou-se com

19. Igreja da Ordem Terceira do Carmo, Goiana, Pernambuco. A cidade de Goiana era um dos bastões do antilusitanismo pernambucano no Império. (Augusto Stahl, 1858)

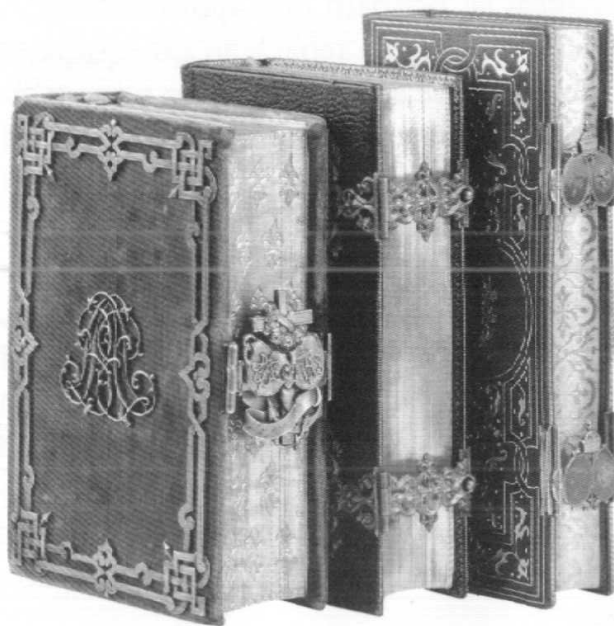


o senhor do Engenho Tabocas para ir dizer missa na capela a cada dois domingos, a meia capelania; e com o dono do sítio do Monjolo, para a outra metade, em ambos os casos com obrigação de fornecimento do cavalo.³⁶

É possível que a falta de serviços religiosos no engenho de Acióli Lins tivesse também a ver com seu anticlericalismo, que reponta no diário, quando acusa o clero de coadjuvar o imperador e seus “asseclas” na tarefa de reduzir o povo à ignorância. No essencial, o barão é, porém, indivíduo religioso, crente na Misericórdia Divina que, à espera de levá-lo à “morada eterna, onde existe a verdadeira felicidade”, intervirá para protegê-lo e à família dos percalços da existência neste baixo mundo. O Todo-Poderoso, ele invoca numa variedade de ocasiões: pelos sobrinhos do Tinoco, que correm o risco da orfandade; pela alma de d. Rosa, que se finou no Recife; para que chova nos canaviais; para que cesse a chuva abundante; para que defenda Pernambuco da cólera-morbo do Prata, que já teria chegado à Bahia; para que salve o Brasil do desgoverno dos conservadores e dos políticos em geral; para que proteja a viagem dos parentes que vão à Europa; para que se compadeça da sorte de João Batista; para que se amerceie dele, barão, no seu triste fim de vida etc.

CRIADOS E TRABALHADORES

Quanto à gente que vive ou trabalha no engenho, toda ela livre, o diário transmite uma impressão de anonimidade oposta ao teor personalizado que se tende a atribuir às relações sociais no patriarcalismo. Também nesse particular ele fornece uma imagem diversa da consagrada, não referindo sequer os criados da casa-grande, cuja existência se fica sabendo pelo registro das despesas mensais. Há apenas uma alusão a certo Amaro, afilhado do barão e para quem adquire um cavalo “ruço pombo” e “inteiro”, isto é, não castrado, a título de liquidação do salário que acumulara em suas mãos durante o tempo em que estivera ao seu serviço, “ficando assim sal[da]das nossas contas”, como se apressa em notar com escrúpulo burguês. Os serviçais, ele os contrata segundo as necessidades de momento. Com a mudança para o Recife, mantém nada menos de oito no sítio da Torre e reduz os da casa-grande, onde agora só habitam o filho e a nora. No engenho, Acióli Lins os distingue em “criados internos” e “externos”, os de casa e os de fora, e entre estes os estribeiros, encarregados dos animais de montaria, selas e arreios e que eventualmente também exercem a função de portadores de recado. Essas subcategorias percebem ordenados variáveis, como, aliás, a maioria dos trabalhadores do engenho, não pertencendo assim ao círculo de privilegiados que ganham ordenado fixo e que se defendem



20. Os livros de horas, que continham as preces e outras matérias de culto, podiam ser encadernados com requinte e acompanhar seus proprietários por toda parte e por toda a vida. (Século XIX, Museu Imperial)

portanto da persistente tendência à baixa dos salários que caracteriza, nos fins do Império e começos da República, o mercado de trabalho na mata pernambucana.³⁷

Quanto aos trabalhadores que exercem uma função produtiva, haveria que distinguir entre os da fábrica ou do engenho propriamente dito, encarregados do fabrico do açúcar; os do campo ou da “fazenda”, incumbidos das tarefas de cultivo e limpa dos partidos de cana pertencentes ao barão; e os moradores e seus assalariados que plantam em terras do engenho e que estão obrigados à sua moenda. Essas categorias residem na propriedade. Fora delas, existem os lavradores livres, que moem suas canas no engenho; os “artistas” ou artesãos, que prestam serviços eventuais na reparação da maquinaria e dos carros de boi, na sua condição de carpinas, ferreiros, pedreiros; e finalmente os “jornaleiros”, ou “corumbas”, termo este que o diário não emprega mas que designa os trabalhadores sazonais vindos da zona do agreste, que afluem durante os meses de moagem, retornando a seus lugares de origem. Com exceção do feitor, que se ocupa da supervisão das fainas agrícolas, as anotações referem preferencialmente os trabalhadores da fábrica e os “artistas”, com quem o barão mantém contatos mais freqüentes. Os especialistas recebem salários fixos: o caso do feitor, do purgador, do destilador, do mestre-de-açúcar, do banqueiro, do tacheiro e do caldeireiro, isto é, dos “empregados anuais” que o proprietário mantém de inverno a verão, e que na estação morta entre as moagens se ocupam do “apontamento”, vale dizer, dos trabalhos de conserto e reparação do equipamento. Para alguns, o contrato prevê alimentação não na casa-grande mas em local à parte, donde a existência de uma “cozinheira para empregados” e de “criados a serviço do engenho”. Os operários vindos de fora para tarefas específicas são pagos por empreitada, como mestre Rocha, que vem assentar as tachas, ou por dia ou “jornal”, como o carpina que trabalha na reforma da casa da praia dos Carneiros. A menção que o diário faz a esses indivíduos limita-se aos pagamentos; nenhuma nota de caráter pessoal os identifica. Esse é também o caso do “caixeiro”, isto é, do supervisor do acondicionamento do açúcar e encarregado da escrituração do engenho, que tem um status igual ao do feitor mas cujas responsabilidades são gerenciais e contábeis.

Os moradores do engenho e os lavradores de cana tampouco escapam à impessoalidade do diário, que deles só informa o montante dos pães de açúcar fabricados com sua matéria-prima para efeito da divisão do produto final. Apenas dois são expressamente mencionados. O primeiro, Antônio Rodrigues de Gouveia, despedido por causa de um problema com João Batista. Gouveia era português e compadre do barão, de quem fora feitor durante seis anos e meio, ao cabo dos quais havia sido dispensado pela sua irascibilidade e imprudência. Passando por dificuldades, Gouveia regressou com o sogro e o cunhado ao aprisco do engenho na condição de lavradores, recebendo casa e terra. O diário não esclarece o motivo do desentendimento, mas não é difícil perceber que Gouveia desacatara ordem de João Batista, tipo de conflito muito de um sistema em que o filho era a representação da autoridade paterna, seu alter ego. Suas instruções deviam, portanto, ser cumpridas à risca, mesmo quando implicassem derrogação de diretrizes paternas. Ao pai é que cumpria pedir explicações ao filho, caso tivesse ocorrido abuso de delegação. Dessa maneira, o problema administrativo transformava-se em problema doméstico, sob as instâncias moderadoras dos demais membros da família.

Jacinto Soares de Sousa era simples “morador”, isto é, dispunha de casa e pequeno sítio, alugando seu trabalho ao engenho ou cedendo-lhe, como “morador condiceiro”, alguns dias da semana em paga da moradia. O barão faz seu elogio. Em primeiro lugar, Jacinto era casado, não solteiro ou amigado, o que oferece uma garantia de estabilidade e de adaptação. Era também “pacato”, sujeito respeitador da casa-grande, operoso e destituído de vícios como o alcoolismo. E, contudo, esse obscuro varão, que encarna as virtudes do trabalho livre segundo a ótica do senhor de engenho, morre assassinado, vítima da embriaguez dos parentes. Cabe mencionar também uma categoria especial, situada acima dos criados da casa-grande, com quem partilhavam serviços de natureza pessoal mas que também exerciam responsabilidades no tocante à segurança da família senhorial: os “homens de confiança”, que, na sua condição de moradores, podiam desempenhar encargos, às vezes dúbios. Quando Filinto vai se tratar em Garanhuns, o barão o faz acompanhar de dois desses indivíduos, incumbidos de “prestar-lhe bons serviços e zelar de

acordo com minhas recomendações". Outro acompanha Prisciano ao Rio de Janeiro.

Além dos "artistas" convocados para o "apontamento", há os que o barão designa por "operários", expressão inquietantemente nova aplicada aos irmãos Basanha, que vêm recompor os dentes das carretas da moenda. No engenho de Prisciano, que já dispõe de cozimento a vácuo, existem mesmo "maquinistas". Tendo ocorrido defeito no mecanismo, um deles apelara para a feitiçaria de modo a repô-lo em funcionamento. Na ausência do irmão, Acióli Lins teve de resolver o assunto, solicitando de um engenho vizinho, já que o seu não dispunha da novidade, a colaboração de um perito que pôs as coisas nos eixos. Por fim, o leitor entrevê dois "corumbas" que, na época da moagem, descem dos seus sítios do brejo para complementar os ganhos escassos da agricultura de subsistência. A um destes, colheu a pneumonia; tratava-se, escreve o barão, de "homem do sertão, de conduta irrepreensível", qualidades geralmente conexas na avaliação dos proprietários rurais da mata pernambucana, onde o sertanejo era reputado indivíduo mais sério, mais trabalhador e mais confiável do que os trabalhadores da região. Resquício escravocrata? É bem provável, pois vigia a presunção de que o sertanejo mantivera-se intocado pelo sangue africano, tendo guardado boa quantidade de sangue português e até holandês, ascendência que se atribuía a muitos desses indivíduos que, dos confins da província, despontam, com a tez alva e os olhos inesperadamente azuis, pelos engenhos do litoral, sobretudo nas ocasiões de seca braba. O outro "corumba" é originário de Timbaúba, nas extremas da mata norte de Pernambuco.

Como o barão tem dificuldade para recrutar feitores satisfatórios, percebemos-os melhor que os outros trabalhadores graduados do engenho, como o caixeiro ou o mestre-de-açúcar, que permanecem na penumbra do diário porque se desincumbem a contento. No decorrer de um ano, Goicana experimentou sem êxito os serviços de cinco diferentes feitores, dos quais três deles já haviam exercido a função ou irão exercê-la de novo. O barão dispõe assim de pouca margem de manobra; em matéria de feitor, a oferta é limitada. Que lhes reprocha o barão? Suas reclamações são o negativo do que deve constituir o tipo ideal. Um não



21. A rua da Cruz no Recife. (Emil Bauch, meados do século XIX)

sabia ler nem escrever, nem era “empregado ativo nem dos mais inteligentes”, tendo, em compensação, “bom gênio, bom comportamento e me parece fiel”. A carência de energia o tornava inapto para lidar com trabalhadores livres, que necessitariam assim, mais do que os escravos, de mão forte combinada com certa habilidade no trato. Outro, imigrante português, não tinha relações fáceis com a gente do eito saída da escravidão e que devia olhar com o desdém do reinol pelas camadas pobres e mestiças da população. Um terceiro abandonou o emprego “sem motivo e estupidamente”, parecendo “homem de juízo pouco seguro e inconstante”. O único feitor a contentar Acióli Lins teve, porém, de deixar o serviço por causa da sífilis, que lhe impedia o “pesado serviço de campo e engenho”.

Seria sociologicamente tentador associar a anonimidade com que o diário trata a gente do engenho, indiferença tão oposta à mitologia patriarcalista da convivência personalizada, à implantação do trabalho livre por Acióli Lins. Tal indiferença não teria constituído a contrapartida, no plano das relações humanas, da transformação do trabalho escravo em assalariado? Prefiguraria o barão a ordem pós-escravocrata do mercado de trabalho? Não é provável e por vários motivos. O barão ainda tem os pés firmemente plantados no passado servil, havendo possuído escravos, de 1857 a 1872, e comportando-se de acordo. Fernando da Cruz Gouvea recorda que ainda em 1869 ele prometia pelo *Diário de Pernambuco* recompensar generosamente quem lhe capturasse um preto fugido.³⁸ O extravio dos primeiros cadernos do diário não permite determinar a proporção dos escravos que continua-

ram a servi-lo como assalariados, mas qualquer que tenha sido o escopo dos ajustamentos verificados na composição da sua mão-de-obra, os homens de que dispunha — fossem trabalhadores do eito ou cabras da bagaceira — eram o produto da mesma instituição que os moldara e ao barão, e ainda sobrevivia nos engenhos das vizinhanças.

O ABOLICIONISMO DO BARÃO

Acióli Lins não se exprime, aliás, univocamente sobre as razões do seu abolicionismo. Cálculo econômico, convicção da superioridade do trabalho livre? A esse respeito, o menos que se pode dizer é que ele se contradiz. Não há no barão qualquer reação nostálgica pelos “bons tempos da escravidão”, nem sequer a “singular nostalgia” que confessaria Nabuco depois de 1888: “a saudade do escravo”,³⁹ emoção predominantemente literária de quem, depois da infância, só tivera a experiência da escravidão doméstica. Acióli Lins só sentiu a nostalgia da vida rural após a mudança para o Recife. O diário não registra uma única palavra de arrependimento pela desapareição do elemento servil. Ele saúda a Abolição com todos os tópicos surrados da propaganda, condenando a instituição em bloco e irremissivelmente. A notícia do 13 de maio é a única que produz neste macambúzio o que ele mesmo descreve como “prazer indizível”. Ao contrário da maioria dos seus pares, para quem só o descendente de africano poderia aturar o penoso condicionalismo físico da grande lavoura tropical, ele diz acreditar por experiência na superioridade do trabalho livre, mas neste abolicionista semelhante convicção não significa entusiasmo. Quando se analisam suas reações aos problemas imediatos que surgem na rotina administrativa do engenho, a desilusão com o trabalho livre vem logo à tona. Recapitulando suas queixas: os serviços estão sempre atrasados em razão da “desfaçatez dos que vivem de salário” e da “sarna proverbial dos nossos jornaleiros”, da “índole do povo” ou ainda do “relaxamento de costume dos que se prestam a perceber salários”. Essas críticas não se dirigem apenas aos trabalhadores do eito ou da bagaceira, muitos deles até recentemente escravos, mas aos próprios “oficiais” ou artesãos, filhos ou netos de homens livres. O barão não imputa esses males à raça ou ao clima,

como se estava tornando de moda no Brasil do seu tempo, na cauda das teorias “científicas” vindas da Europa, mas à escravidão, como o leitor de *O abolicionismo* de Nabuco que seguramente foi. O proprietário rural “por muito tempo sofrerá a maldição do trabalho escravo”. Assim o trabalho livre torna-se para ele apenas uma questão de mal menor.

Em todo caso, sua rejeição do trabalho servil não resultou de vocação modernizadora. O irmão, sim, era dado a inovações. Além de abolicionista, republicano e livre-pensador, Prisciano adotara em Tinoco moenda a vapor e turbinas de cozimento a vácuo quando ainda eram raridades na província.⁴⁰ Acióli Lins não tinha essas veleidades, exceto, ao que parece, no tocante ao conforto doméstico: quando d. Pedro II passou em 1859 pelo engenho, observaria “a elegante casa de vivenda”.⁴¹ É certo que, diante das dificuldades por que passa o açúcar no mercado internacional, o barão admite, em princípio, a necessidade de melhoramentos. “O sistema de nossos trabalhos [é] ainda quase geralmente muito rotineiro e atrasado”, o que já constitui na época idéia comumente aceita. Se os preços do produto não se recuperarem ou se os senhores de engenho não se associarem para modificar o regime de trabalho e renovar os métodos agrícolas e industriais, o açúcar deixará de ser remunerador. Ele não ultrapassa, contudo, o plano das constatações. Somente no tocante à parte agrícola, refere-se à introdução de novas variedades de cana no engenho, mas a verdade é que desde a praga dos anos 70 não havia alternativa. Na parte fabril, não introduziu modificação de monta. A fábrica continua a operar graças à energia hidráulica e a cozinhar o açúcar em tachos de cobre, abertos e servidos por uma única fornalha, o chamado “trem da Jamaica”; ela apenas teve aumentada a capacidade dos tachos.

Não houve, portanto, utilização do vapor nem como força motriz, nem como veículo do calor no cozimento. A primeira carência nada tinha de grave, de vez que o engenho dispunha de suprimento hídrico bastante, embora nos períodos mais prolongados de estio a fábrica tivesse de parar por falta de força suficiente na moenda. Sob esse aspecto, a inovação indispensável consistia na moenda horizontal de ferro, que podia operar a partir da água, da força animal ou do vapor; e dela dispõe a fábrica, já que seu uso viera se disseminando desde a segunda metade do século XVIII.⁴² Mas a ine-



xistência de turbinas de cozimento a vapor representava um atraso importante. Malgrado o exemplo do irmão, o barão não se mexe. Quando se verifica o acidente no vácuo do Tino-co, ele anota sua ignorância da matéria, como se tal ocorrência pertencesse a uma atividade remota ou diferente da sua. E, contudo, homem de haveres, a instalação dessas ingresias estava perfeitamente a seu alcance.

O abolicionismo de Acióli Lins não procedia, como o de tantos emancipacionistas urbanos, de tendências abstratamente modernizantes, mas da experiência humana e cotidiana da escravidão rural, circunstância que confere maior interesse ao seu diário. Em face da sua misantropia, da sua percepção da existência como fardo, do seu catastrofismo crônico, até da sua hipocondria incurável, a emancipação terá constituído menos uma opção econômica do que um desengajamento pessoal *vis-à-vis* da instituição e do decorrente estilo de vida que devia representar uma responsabilidade torturante e uma escravidão às avessas. Quando seu emancipacionismo ultrapassou as porteiras do engenho, não foi por zelo de converso ou ardor de proselitista mas por solidariedade familiar. As referências de Fernando da Cruz Gouvea às atividades abolicionistas dos dois irmãos deixam evidente que, nesse particular, o primogênito manteve-se na sombra do caçula. Prisciano denunciou aos jornais liberais do Recife as violências praticadas pelos escravocratas do distrito e promoveu operações de libertação de escravos pertencentes a senhores das vizinhanças, abrigando-os nas matas de Tinoco, onde, segundo a imprensa conservadora, havia um verdadeiro quilombo. A acusação de homiziador de escravos



22, 23. Brinde de propaganda política. Na década de 1880 os abolicionistas ofereciam charutos e cigarros com a efígie de Joaquim Nabuco. Nos anos seguintes, quando Nabuco já se tornara uma personalidade importante da República, os cigarros do mesmo nome continuaram tendo boa aceitação. Havia também cervejas “nabuquistas”. (Fundação Joaquim Nabuco, Recife)

era uma questão de honra. Em Pernambuco, a imputação estivera associada não ao idealismo abolicionista mas à atividade de ladrão de escravos de que haviam sido acusados membros da família Rego Barros ao tempo do domínio praeiro. “Ladrão de escravo” tornara-se assim uma nomeada ainda mais infamante que a de “ladrão de cavalo”, que atingia especialmente os ciganos mas também indivíduos de famílias ilustres, como indica o fato de que possuir ou exibir patronímicos longos e sonoros se tivesse identificado com esse tipo de delito, como sugere a expressão popular “nome de ladrão de cavalo” aplicada a nomes demasiado extensos.

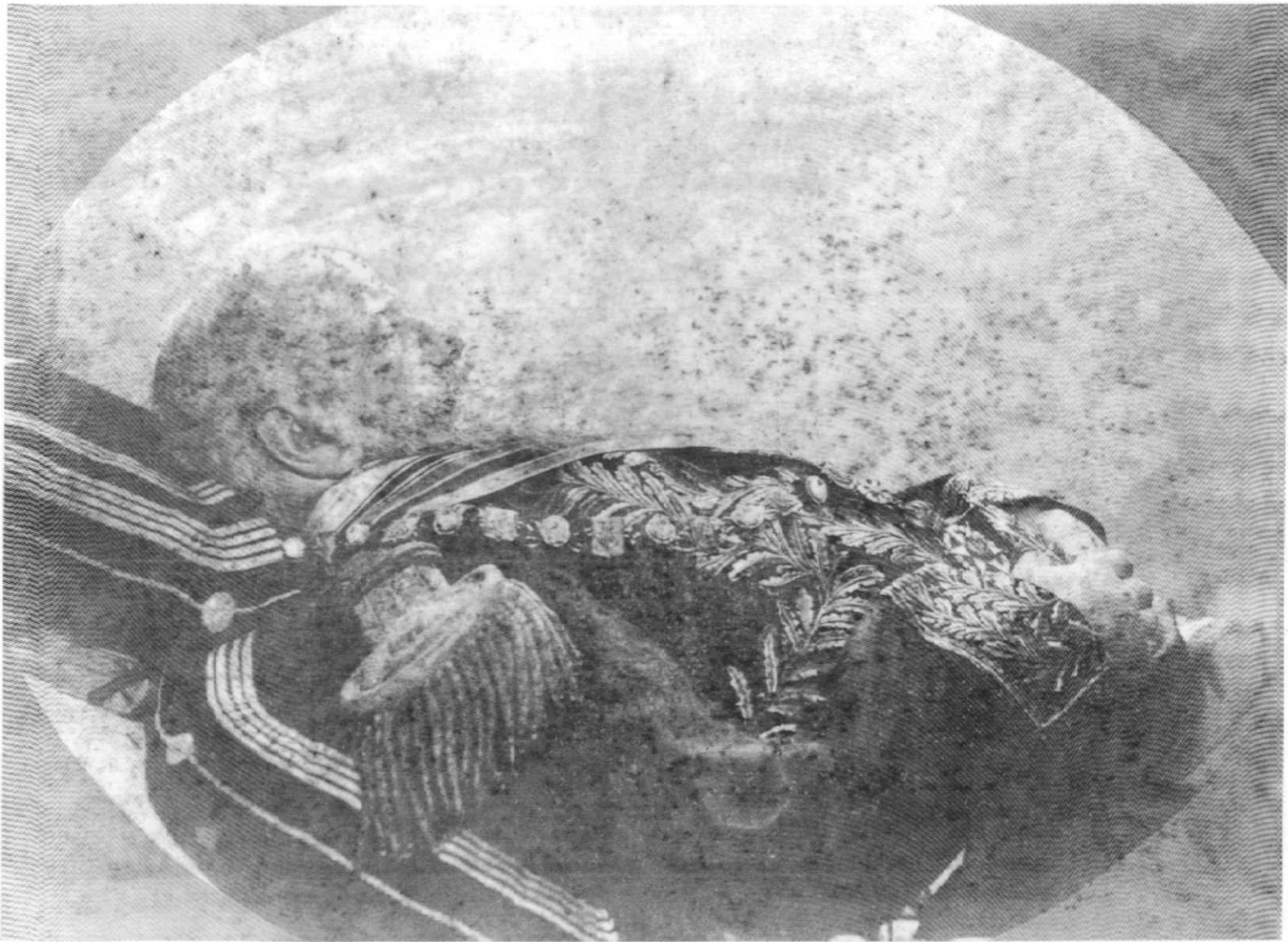
Malgrado ter feito do seu sítio da Torre o prolongamento citadino do engenho, Acióli Lins não se sente à vontade no Recife, embora tivesse à mão tantas sumidades médicas para o atendimento rápido dos achaques próprios e dos da família, motivo de peso na sua decisão de instalar-se na cidade. Havia, é certo, a saudade do campo: “Apesar dos atrativos que dizem haver na cidade, eu de bom grado prefiro o sossego e entretenimento do meu viver e lides de engenho, donde por certo saí com pesar e saudoso do povo com quem tenho lidado e vivido e de algum modo servido nos seus vexames, conforme meus recursos”. Havia também a preocupação do proprietário ausente. O filho se estaria desincumbindo a contento? Os lavradores, o feitor, o caixeiro, os oficiais, a gente do eito estariam cumprindo suas obrigações? E havia sobretudo as considerações financeiras: a vida no Recife e a manutenção do sítio pareciam-lhe dispendiosas. Acióli Lins enfileira cifras, compara-as, avalia-as cada mês com sua regularidade meticulosa; e as conclusões que tira não lhe agradam.



24. A multidão se concentrou diante do Paço Imperial para festejar a assinatura da Lei Áurea. (Luís Ferreira, 1888)

Os rendimentos da conta bancária, que supusera suficientes, não lhe permitiam arcar sequer com a quarta parte das despesas recifenses.

No número e na freqüência dos contatos, sua vida é ainda mais limitada do que no engenho. Eles são bem poucos: as indefectíveis consultas médicas, uma ou outra missa, como a do Galo, na matriz da Boa Vista, raras visitas, as do correspondente e as do irmão, quando vinha do Tinoco, uma parada militar em homenagem à república do Paraguai, os festejos carnavalescos vistos da calçada da rua ou do portão do sítio. D. Feliciano se arrisca com os filhos a uma excursão ao centro, com missa na capela do Hospital Pedro II, visitas aos prédios do Liceu de Artes e Ofícios e do Ginásio Pernambucano, esticando-a com um passeio a Olinda, para conhecer a igreja de Nossa Senhora do Monte. O barão prefere ficar



no sítio, ocupando-se, como fazia no engenho, na leitura de *A Província* e do *Jornal do Recife*, de onde tirava suas reflexões desencantadas sobre o rumo das coisas.

25. Felix Nadar, o mais célebre fotógrafo do século passado, fez o retrato funerário do imperador em Paris. (1891)



F. VILLELA.

ESTADO DO CARUGA. 13

*Ama escrava
e menino
Augusto Gomes
Leal (c. 1860).*

EPÍLOGO

De corpo inteiro, a imagem da capa do volume. Fotografia feita no Recife por volta de 1860. Na época era preciso esperar no mínimo um minuto e meio para se fazer uma foto. Assim, preferia-se fotografar as crianças de manhã cedo, quando elas estavam meio sonolentas, menos agitadas. O menino veio com a sua mucama, enfeitada com a roupa chique, o colar e o broche emprestados pelos pais dele. Do outro lado, além do fotógrafo Villela, podiam estar a mãe, o pai e outros parentes do menino. Talvez por sugestão do fotógrafo, talvez porque tivesse ficado cansado na expectativa da foto, o menino inclinou-se e apoiou-se na ama. Segurou-a com as duas mãozinhas. Conhecía bem o cheiro dela, sua pele, seu calor. Fora no vulto da ama, ao lado do berço ou colado a ele nas horas diurnas e noturnas da amamentação, que seus olhos de bebê haviam se fixado e começado a enxergar o mundo. Por isso ele invadiu o espaço dela: ela era coisa sua, por amor e por direito de propriedade. O olhar do menino voa no devaneio da inocência e das coisas postas em seu devido lugar.

Ela, ao contrário, não se moveu. Presa à imagem que os senhores queriam fixar, aos gestos codificados de seu estatuto. Sua mão direita, ao lado do menino, está fechada no centro da foto, na altura do ventre, de onde nascera outra criança, da idade daquela. Manteve o corpo ereto, e do lado esquerdo, onde não se fazia sentir o peso do menino, seu colo, seu pescoço, seu braço escaparam da roupa que não era dela, impuseram à composição da foto a presença incontida de seu corpo, de sua nudez, de seu ser sozinho, da sua liberdade.

O mistério dessa foto feita há 130 anos chega até nós. A

EPÍLOGO

De corpo inteiro, a imagem da capa do volume. Fotografia feita no Recife por volta de 1860. Na época era preciso esperar no mínimo um minuto e meio para se fazer uma foto. Assim, preferia-se fotografar as crianças de manhã cedo, quando elas estavam meio sonolentas, menos agitadas. O menino veio com a sua mucama, enfeitada com a roupa chique, o colar e o broche emprestados pelos pais dele. Do outro lado, além do fotógrafo Villela, podiam estar a mãe, o pai e outros parentes do menino. Talvez por sugestão do fotógrafo, talvez porque tivesse ficado cansado na expectativa da foto, o menino inclinou-se e apoiou-se na ama. Segurou-a com as duas mãozinhas. Conhecia bem o cheiro dela, sua pele, seu calor. Fora no vulto da ama, ao lado do berço ou colado a ele nas horas diurnas e noturnas da amamentação, que seus olhos de bebê haviam se fixado e começado a enxergar o mundo. Por isso ele invadiu o espaço dela: ela era coisa sua, por amor e por direito de propriedade. O olhar do menino voa no devaneio da inocência e das coisas postas em seu devido lugar.

Ela, ao contrário, não se moveu. Presa à imagem que os senhores queriam fixar, aos gestos codificados de seu estatuto. Sua mão direita, ao lado do menino, está fechada no centro da foto, na altura do ventre, de onde nascera outra criança, da idade daquela. Manteve o corpo ereto, e do lado esquerdo, onde não se fazia sentir o peso do menino, seu colo, seu pescoço, seu braço escaparam da roupa que não era dela, impuseram à composição da foto a presença incontida de seu corpo, de sua nudez, de seu ser sozinho, da sua liberdade.

O mistério dessa foto feita há 130 anos chega até nós. A

imagem de uma união paradoxal mas admitida. Uma união fundada no amor presente e na violência pregressa. Na violência que fendeu a alma da escrava, abrindo o espaço afetivo que está sendo invadido pelo filho de seu senhor. Quase todo o Brasil cabe nessa foto.

Luiz Felipe de Alencastro

NOTAS

INTRODUÇÃO. MODELOS DA HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA IMPERIAL (pp. 7-10)

(1) O livro apresenta-se, na verdade, como o desdobramento da tese de mestrado que Freyre defendera na Universidade de Columbia (Nova York) em 1922, "Social life in Brazil in the middle of the 19th century", *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. As referências que se seguem remetem à 3ª ed. aument. de *Sobrados e mucambos*.

(2) *Ibidem*, I, p. xxvii.

(3) Leia-se, por exemplo, o longo capítulo IX do tomo 2, dedicado às influências asiáticas na sociedade brasileira, o qual não leva a lugar nenhum, aparecendo hoje como uma intuição desprovida de fundamento histórico.

(4) Os mapas estatísticos de 1872 mostrados ao longo do livro foram elaborados por Ciro Biderman, Anderson Kazu Nakano, Felipe Massao Kuzuhara, Clovis Ferreira Cunha Filho e Pedro Puntoni no Laboratório de Espacialização de Dados do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (LED-Cebrap). As estatísticas do censo de 1872, extraídas das informações coletadas nas paróquias do Império pelos recenseadores da época, provêm da base informatizada de dados feita pelo Cedeplar e generosamente cedida ao Cebrap por Clotilde Paiva. A digitalização dos cromos do *Atlas do Império do Brasil* (1868) foi realizada a partir da redefinição das variáveis do mapa informatizado do Brasil atual. O *Atlas* de Cândido Mendes, trabalho admirável da geografia oitocentista brasileira e internacional, cuja parte litográfica ele próprio imprimiu nas suas gráficas particulares, mereceria um livro à parte e uma urgente reedição pelo IBGE.

(5) Ver Alft LÖDTKE (org.), *Alltagsgeschichte*, trad. franc., *Histoire du quotidien*.

1. VIDA PRIVADA E ORDEM PRIVADA NO IMPÉRIO (pp. 11-93)

(1) Alexandre J. de MELLO MORAES, *Corographia historica, cronographica, genealogica, nobiliarquica e politica do Império*, ver. p. 92. Sobre a transferência da corte e o enraizamento do poder monárquico no Centro-Sul do Brasil, ver o ensaio de Maria Odila Leite da SILVA DIAS, "A interiorização da Metrópole 1808-1853", em Carlos Guilherme MOTA, 1822 — *dimensões*, pp. 160-84.

(2) John LUCCOCK, *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil 1808-1818*, p. 29.

(3) "O Brasil meridional visto por um oficial de marinha russo no início do século XIX", *Revista de História*, abr.-jul. 1951.

(4) M. de OLIVEIRA LIMA, *D. João VI no Brasil*, vol. I, pp. 110-28 e 214.

(5) Recenseamentos de 1799 e 1821, Mary C. KARASCH, *Slave life in Rio de Janeiro 1808-1850*, p. 62.

(6) Fernando A. NOVAIS, *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*.

(7) Para uma interpretação sociológica da ordem privada, distinta do enfoque institucional dado neste capítulo, Nestor DUARTE, *A ordem privada e a organização política nacional*.

(8) Movimento centralista acentuado com a "Lei dos Prefeitos" (1838), e completado com a Maioridade (1840) e a Lei da Reforma Judiciária (1841).

(9) Dado que a ficha do censo de 1872 era preenchida pelo chefe de família, supõe-se que as uniões consensuais foram, na sua maioria, registradas como casamentos, ao mesmo título que os matrimônios legais. O item "solteiros" inclui, para o Maranhão e para todo o Império, as crianças e os adolescentes. Não responde ao critério mais estrito de "celibatários"; isto é, dos adultos que permaneciam solteiros.

(10) D. J. GONÇALVES DE MAGALHÃES, "Memória histórica e documentada da Revolução da província do Maranhão desde 1839 até 1840" (1848), *Novos Estudos-Cebrap*, 1989, n.º 23, pp. 14-66.

(11) Conde José Antônio MARINHO, *História da Revolução de 1842*, pp. 33-8 e 227-38.

(12) *Autos dos inqueritos da Revolução de 1842 em Minas Gerais*, pp. 101-2 e 198-9.

(13) MARINHO, *História da Revolução de 1842*, pp. 241-6.

(14) Os votantes, ou eleitores de segundo grau, deviam ter uma renda anual de cem mil-réis, os de primeiro grau de duzentos mil-réis; para ser candidato a deputado, a renda subia para quatrocentos mil-réis, e a senador para oitocentos mil-réis.

(15) *O Cabalista Eleitoral ou Collecção alfabética e resumida de todos os avisos do Ministério do Império relativos à matéria eleitoral*, pp. 5 e 218.

(16) Luiz PEIXOTO DE LACERDA WERNECK, *Idéias sobre colonização*, p. 38. Nascido em 1824, era filho de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck e Maria Isabel de Avellar Lacerda, barões do Paty do Alferes, foi bacharel em direito civil em Paris em 1844 e em direito canônico em Roma (1845), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), cód. 112, vol. II. Ver também as referências à família Werneck, adiante, no capítulo "Imagem e auto-imagem do Império", de Ana Maria Mauad.

(17) Victor NUNES LEAL, *Coronelismo, enxada e voto*. Richard Graham escreve que o coronelismo é criação do Império; R. GRAHAM, *Patronage and politics in nineteenth century Brazil*, p. 123.

(18) Amaro QUINTAS, "O sentido social da Revolução Praieira", *Revista de História*, 1954.

(19) *Jornal do Comércio* (JC), 14/5/1858.

(20) Na primeira metade do século XX, o Rio perde sua preeminência como centro exportador, mas continuará sendo o primeiro porto de importação do país. Eulália M. LAHMEYER LOBO, *História do Rio de Janeiro — do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, vol. I, pp. 266-8, vol. II, pp. 556-7.

(21) Precisamente 110 497 cativos para 266 466 habitantes do Município Neutro, isto é, nas oito paróquias urbanas e nas oito rurais. Censo organizado, com o apoio do ministro Eusébio de Queirós, pelo então juiz de paz de Engenho Velho e futuro vereador carioca, Roberto Haddock Lobo, *Almanak Laemmert* (1851), Suplemento, pp. 231-40. Sobre a escravidão urbana na corte antes da Independência, ver Leila MEZAN ALGRANTI, *O feitor ausente — estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*.

(22) Moses I. FINLEY, *Eslavage antique et idéologie moderne*, p. 130.

(23) Nove paróquias formavam o centro urbano do Rio em 1850, descobradas em onze no recenseamento de 1872: Sacramento, São José, Candelária, Santa Rita, Glória — a "cidade velha" —, Santana, Santo Antônio e Espírito Santo — na "cidade nova" —, e Engenho Velho, Lagoa e São Cristóvão.

(24) Eduardo SILVA, *Prince of the people. The life and times of a Brazilian free man of colour*.

(25) Niterói tinha 22 mil escravos (74,5%) num total de 29 500 habitantes. J. C. R. MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, *Diccionario geographico historico e descriptive do Imperio do Brazil*, vol. II, pp. 151-4. Sobre Campos, "Quadro da população da província do Rio de Janeiro — 1840", *Relatório do presidente Paulino José Soares de Souza*.

(26) Para o cálculo da população da Bahia, Guaraci A. ALVES DE SOUZA, "Sucessões das gerações na Bahia — reencontro de uma totalidade esquecida", p. 102.

(27) JC, 31/7/1857.

(28) *Aurora Fluminense*, 27/5/1831.

(29) GONÇALVES DIAS, *Meditação*, em *Poesia completa e prosa escolhida*, pp. 741-74.

(30) *Obras completas de Joaquim Nabuco*, vol. VII, p. 236.

- (31) Luiz Felipe de ALENCASTRO, "Proletários e escravos — imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro 1850-72", *Novos Estudos-Cebrap*, 1988, n.º 21, pp. 30-56. "Districto Federal", *Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil — 1890*.
- (32) GONÇALVES DIAS, *Correspondência*, em *Poesia completa e prosa escolhida*.
- (33) *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do imperador de Rasilh pela Europa* (1872), p. 2.
- (34) Gilberto FREYRE, *Sobrados e mucambos*, vol. II, p. 447; idem, *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*.
- (35) Joaquim Manuel de MACEDO, *A Moreninha*, cap. II, p. 22.
- (36) Barão STUDART, *Diccionario bio-bibliographico cearense*, vol. I, pp. 229-30.
- (37) Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres MARANHÃO, *Poranduba maranhense* (c. 1830), separata da *Revista de Geografia e História do Maranhão*, São Luís, 1946, p. 148.
- (38) Luiz Carlos VILLALTA, "O que se fala e o que se lê — língua, instrução e leitura", em Fernando A. NOVAIS e Laura de MELLO e SOUZA, *História da vida privada no Brasil*, vol. I, pp. 331-85.
- (39) *JC*, 23/7/1851.
- (40) Anna RIBEIRO DE GOES BITTENCOURT, *Longos serões do campo*, vol. II, p. 153.
- (41) Na ausência de "Diário Oficial", os jornais submetiam-se a concorrência pública para obter o monopólio de publicar os debates parlamentares. Quase sempre titular desse privilégio, o *Jornal do Comércio* publicava antes dos anos 1850 somente um resumo dos debates.
- (42) Sobre o apodo que recebeu, ver F. A. de PEREIRA DA COSTA, *Vocabulário pernambucano*, *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, 1936, vol. XXXIV (159-62), p. 212. Manuel Carneiro da Cunha era deputado por Pernambuco na quinta legislatura (1843-4).
- (43) Sobre os cálculos do comércio clandestino negreiro e a conjuntura econômica da época, Luiz Felipe de ALENCASTRO, "Bahia, Rio de Janeiro, et le nouvel ordre colonial, 1808-1860", em Jeanne CHASE (org.), *Géographie du capital marchand aux Amériques 1760-1860*, pp. 131-49.
- (44) *JC*, 22/8/1851, p. 4.
- (45) O valor das importações de jóias e objetos de ouro e prata cresceu 283%, e o de artigos "não especificados", 700%, enquanto o valor da entrada de moedas de ouro e prata cresceu 325%. "Relatório do inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro", Sampaio Viana, *JC*, 10/9/1855. Um bom conhecedor do mercado brasileiro dirá, poucos anos depois, que parte dos capitais negreiros refluíram em seguida para fora do Brasil. Muito provavelmente para Portugal, Sebastião FERREIRA SOARES, *Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*, p. 30.
- (46) Sobre a questão do tempo na Colônia, Mary DEL FRIORE, "Ritos da vida privada", em NOVAIS e MELLO e SOUZA, *História da vida privada no Brasil*, vol. I, pp. 275-330.
- (47) Archives du Ministère des Affaires Étrangères (França), "Rio de Janeiro", *Correspondance Politique*, 26/5/1849, vol. 29.
- (48) *JC*, 11/11/1851.
- (49) Sobre a influência do romance de folhetim francês na literatura brasileira, Marlyse MEYER, *Folhetim — uma história*.
- (50) Frédéric MAURO, *La vie quotidienne au Brésil au temps de Pedro Segundo 1831-1889*, pp. 251-9.
- (51) Roger BASTIDE, "Le spiritisme au Brésil", *Archives de Sociologie des Religions*, 1967, n.º 24, pp. 3-16.
- (52) RIBEIRO DE GOES BITTENCOURT, *Longos serões do campo*, vol. II, pp. 53 e 86; José RAMOS TINHORÃO, *História social da música popular brasileira*, pp. 102-3.
- (53) Padre Miguel do Sacramento LOPES GAMA, *O Carapuceiro 1832-1842*, 8/2/1834, vol. I. Uma seleção desses artigos, comentada por Evaldo CABRAL DE MELLO, foi recentemente publicada: padre LOPES GAMA, *O Carapuceiro*, São Paulo, 1996.
- (54) Sobre a mesma problemática no campo da pintura, ver o ensaio sobre Debret em Rodrigo NAVES, *A forma difícil — ensaios sobre a arte brasileira*, pp. 11-129.
- (55) M. P. DEVILLE, "Rapport [...] sur le commerce de Rio de Janeiro", Rio de Janeiro, 13/9/1852, Archives Nationales de France, série F12 - 2699.
- (56) *JC*, 25/9/1851.
- (57) Richard GRAHAM, *Britain and the onset of modernization in Brazil 1850-1914*, apênd. C, p. 330.

- (58) JC, 2/1/1853, p. 4.
- (59) Charles EXPILLY, *Les femmes et les mœurs du Brésil*, trad. bras. e notas G. PENALVA, *Mulheres e costumes do Brasil*, p. 404.
- (60) Mário de ANDRADE, *Pequena história da música*, p. 167.
- (61) MACHADO DE ASSIS, *Várias histórias*, pp. 42-51.
- (62) RAMOS TINHORÃO, *História social*, p. 113.
- (63) O excelente catálogo da exposição comemorativa do primeiro decênio da seção de música e arquivo sonoro da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro marca as etapas da evolução dessas publicações, *Música no Rio de Janeiro imperial 1822-1870*, p. 72.
- (64) Devo boa parte dessas idéias a Roberto Schwarz, cujos livros e pontos de vista me influenciaram a um grau que as notas de pé de página não têm como refletir.
- (65) MARTINS PENA, *Folhetins* (23/3/1847), p. 241. Para uma análise da obra de Martins Pena e, mais precisamente, de *O diletante*, Vilma SANT'ANNA ARÉAS, *Na Tapera de Santa Cruz — uma leitura de Martins Pena*, pp. 243-6. O negreiro que financiava o teatro imperial São Pedro de Alcântara era José Bernardino de Sá (JC, 11/7/1850), fichado como traficante desde 1838, segundo registro do Ministério da Justiça, "Correspondência da Polícia, Relação das pessoas implicadas no tráfico de africanos e em moeda falsa", ANRJ, Ministério da Justiça, série II^o 480.
- (66) JC, 9/6/1855, p. 4.
- (67) JC, 24 e 25/7/1851.
- (68) JC, 4/2/1856 e 7/2/1856.
- (69) Aluísio de AZEVEDO, *O cortiço*, p. 130.
- (70) Katia M. de QUEIRÓS MATTOSO, *A Bahia no século XIX — uma província no Império*, p. 272.
- (71) Alexandre J. de MELLO MORAES, *Brasil Histórico*, 24/7/1864. Num texto decisivo, José Murilo de CARVALHO analisa o embate entre republicanos e monarquistas a respeito dessa estátua, *A formação das almas*, cap. 3.
- (72) Maria Luíza MARCÍLIO, *A cidade de São Paulo 1750-1850*, pp. 70-3; idem, "Variations de noms et de prénoms au Brésil", *Annales de Démographie Historique*, 1972, pp. 345-53.
- (73) Gilberto FREYRE, "Introdução", em F. C. de ALBUQUERQUE MELLO, *Memórias de um Cavalcanti*, anot. Diogo de MELLO MENEZES, pp. 45-7.
- (74) LOPES GAMA, *O Carapuceiro 1832-1842*, vol. II, 13/12/1837. Sobre o autor e a obra, ver também M. Lúcia PALLARES-BURKE, *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*.
- (75) Ina von BINZER, *Os meus romanos (1881-1883)*, pp. 80-6.
- (76) *A Abolição em Pernambuco*, Leonarço DANTAS (org.), p. 63.
- (77) Foram distribuídos 1211 títulos a 986 titulares, visto que 225 indivíduos receberam mais de um título de nobreza. Desse total, 90% referiam-se a topônimos, 9% tinham origem onomástica, isto é, continham o nome de família do titular, e 1% tinha origem cognomástica, ou seja, tinha o nome de santos, lembrando às vezes o nome do titular ou de algum membro de sua família, Carlos R. RHEINGANTZ, *Titulares do Império*.
- (78) FREYRE, *Sobrados*, vol. II, pp. 369-70. Talvez porque os habitantes da corte repugnassem ser assimilados a uma raça de porco doméstico brasileiro também chamada "carioca".
- (79) No Sul dos Estados Unidos, onde também se batizam os escravos com nomes tirados da Antiguidade clássica, constatou-se que os ex-escravos abandonaram tais prenomes na emancipação geral de 1865, Herbert G. GUTMAN, *The black family in slavery and freedom 1750-1925*, p. 186.
- (80) Para completar, dir-se-á que o ressurgimento da religiosidade popular, propulsado pelas Igrejas evangélicas, reabilitará, no século XX, toda uma série de prenomes de origem bíblica. Juntando-se com os nomes étnicos trazidos pelos imigrantes, as novas e antigas práticas tornam singular a vastíssima coleção de prenomes que existe no Brasil atual.
- (81) Faltam estudos sistemáticos sobre o assunto. A evolução aqui avançada foi observada ao longo do período 1714-1910 na ilha de Santa Catarina, povoada por açorianos impregnados de forte tradição religiosa, e por isso mais reticente ao avanço dos costumes leigos, Marly A. F. B. MIRA, "A história demográfica da ilha de Santa Catarina e o continente fronteiro", Iraci del Nero da COSTA (org.), *Brasil — história econômica e demográfica*, pp. 309-21.
- (82) Alfredo de Carvalho, cit. por PEREIRA DA COSTA, *Vocabulário pernambucano*, verbetes "Algodãozinho" e "Estrada da liberdade", pp. 27 e 327.

(83) José Tomás NABUJO DE ARAÚJO, *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro*, p. 45. A palavra *cavanhaque* difunde-se após 1848, em referência ao general Cavaignac, comandante da repressão contra o operariado parisiense.

(84) MACEDO, *A Moreninha*, cap. II, p. 24, e cap. XVII, p. 182.

(85) Gilda de MELLO e SOUZA, *O espírito das roupas — a moda no século XIX*, pp. 78-9.

(86) "Relação de uma viagem à serra dos Órgãos", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), Rio de Janeiro, 1841, t. 3, pp. 76-95.

(87) JC, 6/9/1853, p. 4.

(88) *Ostensor Brasileiro — Jornal Litterário e Pictorial*, Rio de Janeiro, 1845-6, t. 1, p. 113.

(89) JC, 11/8/1851, p. 4.

(90) Mas, entre 1905 e 1914, perto de um terço dos bebês parisienses eram ainda entregues a amas-de-leite que moravam dentro ou fora da cidade, Edward SHORTER, *Naissance de la famille moderne*, pp. 219-38.

(91) E. K. MCKITRICK (org.), *Slavery defended*, p. 44.

(92) *O Constitucional*, 7/5/1853, p. 3.

(93) Jean-Jacques ROUSSEAU, *Emile ou De l'éducation*, em *Oeuvres complètes*, vol. IV, p. 257.

(94) Antônio FERREIRA PINTO, *O médico da primeira infância ou O conselheiro da mulher grávida e higiene da primeira infância*, pp. 203-7. Sobre a questão das amas-de-leite no Rio, Sandra LAUDERDALE GRAHAM, *Proteção e obediência — criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1850-1910*, pp. 138-45.

(95) Para um estudo mais amplo sobre a situação epidemiológica e o debate sobre o sanitarismo no Rio de Janeiro, sobretudo no último quartel do século XIX, ver Sidney CHALHOUB, *Cidade febril — cortiços e epidemias na corte imperial*, livro que retoma, felizmente, a tradição interrompida dos estudos históricos sobre a epidemiologia brasileira. FREYRE, *Sobrados*, vol. II, p. 500.

(96) José PEREIRA REGO, *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*.

(97) ALVES DE SOUZA, "Sucessões das gerações na Bahia", p. 120.

(98) Gilberto Osório de ANDRADE, *A cólera-morbo — um momento crítico da história da medicina em Pernambuco*, p. 77.

(99) Renato PINTO VENANCIO, "A madrinha ausente — condição feminina no Rio de Janeiro 1750-1800", em Iraci del Nero da COSTA (org.), *Brasil — história econômica e demográfica*, pp. 95-102.

(100) PEREIRA DA COSTA, *Vocabulário pernambucano*, p. 54. LAUDERDALE GRAHAM, *Proteção e obediência*, pp. 98-9.

(101) FREYRE, *Sobrados*, vol. I, pp. 67-8.

(102) Jacques LÉONARD, *La France médicale au XIX^{me} siècle*.

(103) José PEREIRA REGO, diversos artigos sobre as doenças e mortalidade infantil no Rio de Janeiro, nos *Annaes de medicina brasiliense*. Maria de Fátima RODRIGUES DAS NEVES, "Infância de faces negras — a criança escrava brasileira no século XIX", pp. 165-79.

(104) Joaquim A. ALVES RIBEIRO, *O manual da parteira ou Pequena compilação de conselhos na arte de partejar, escrita em linguagem familiar*.

(105) MELLO MORAES, *Corographia historica*, vol. II, p. 444.

(106) Embora a personagem de *Luciola* pareça artificial, Cavalcanti Proença menciona a existência desse tipo de meretrizes no Rio durante o Segundo Reinado. M. CAVALCANTI PROENÇA, *José de Alencar na literatura brasileira*, p. 19; FREYRE, *Sobrados*, vol. I, pp. 209-10 e 295-8.

(107) JC, 16/4/1853.

(108) Manuel BANDeira, "Gonçalves Dias — esboço biográfico", em *Poesia e prosa*, vol. II, pp. 761-5.

(109) FREYRE, *Sobrados*, vol. I, pp. 122-3.

(110) JC, 5/4/1864.

(111) Num outro plano, num processo igualmente sugestivo da mescla cultural operada na época, Laura de MELLO e SOUZA estuda a questão da demonologia, "Persistências inferas — Bernardo Guimarães e o imaginário demonológico", em *O Inferno atlântico — demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*, pp. 189-95.

(112) Gilberto FREYRE, *Sociologia da medicina*, pp. 50 e 173.

(113) Mário de ANDRADE, "A medicina dos excretos", em *Namoros com a medicina*, pp. 63-124.

(114) Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, *Caminhos e fronteiras*, cap. 6.

(115) José VIEIRA FAZENDA, "Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro", RIHGB, 1924, t. 95, vol. 149, p. 621.

- (116) J. B. A. IMBERT, *O manual do fazendeiro ou Tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros generalizado às necessidades de todas as classes*, vol. I, p. 217.
- (117) JC, 8/11/1851.
- (118) *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de S. Paulo* — 1858, p. 275.
- (119) Diversos anúncios no JC dos anos 1850.
- (120) IMBERT, *O manual do fazendeiro*, vol. II, pp. 257-62 e 356-69.
- (121) Sobre a questão da medicina militar e das doenças tropicais no século XIX, Philip D. CURTIN, *Death by migration*, caps. 1-3.
- (122) JC, 23/9/1855.
- (123) JC, 19/2/1850, p. 4. Ver, a esse respeito, o belo texto de Manuela CARNEIRO DA CUNHA, "Olhar escravo, ser olhado", em *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.*, pp. XXIII-XXX.
- (124) JC, 25/9/1855.
- (125) Robert E. BIEDER, *Science encounters the Indian, 1820-1880 — the early years of American ethnology*, pp. 55-103.
- (126) J. F. X. SIGAUD, *Du climat et des maladies du Brésil*, pp. 129-40.
- (127) Assim, dos 23 suicídios registrados pelo chefe de polícia da corte no ano de 1860, nove referiam-se a livres e catorze a escravos, *Almanak Laemmert*, Documentos oficiais, p. 65.
- (128) IMBERT, *O manual do fazendeiro*, vol. I, pp. XV-XXI.
- (129) Sobre as duas faculdades e o debate a respeito da questão racial no Império, Lília MORITZ SCHWARCZ, *O espetáculo das raças — cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*, pp. 189-235.
- (130) Além de tornar-se evidente pela documentação conhecida sobre a continuidade das religiões africanas e afro-brasileiras, a manipulação censitária revelou-se nas estatísticas do censo de 1872. Assim, na paróquia da Candelária, no Rio de Janeiro, onde residiam 1843 escravos, o recenseador da área hesitou, computando zero escravos "católicos" e zero escravos "acatólicos". Mas, na soma geral da cidade, o seu superior administrativo incluiu todos os escravos da paróquia entre os "católicos". Outras paróquias menos importantes do Império também contêm esse desvio revelador.
- (131) Discurso do senador pelo Mato Grosso, e ex-ministro do Exterior, José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, na sessão de 27/8/1864, JC, 3/9/1864.
- (132) Múltiplos anúncios na imprensa a partir do início dos anos 1850.
- (133) LAUDERDALE GRAHAM, *Proteção e obediência*, p. 49.
- (134) MELLO E SOUZA, *O espírito das roupas*, pp. 89-141, e, num registro diferente, "Macedo, Alencar, Machado e as roupas", *Novos Estudos-Cebap*, 1995, n.º 41, pp. 111-9.
- (135) MACEDO, *A Moreninha*, pp. 33-4, 145 e 167.
- (136) JC, 2/7/1851.
- (137) J. M. FIGUEIRA DE MELLO, *Autos do inquérito da Revolução Praieira*, p. 323.
- (138) Luiz EDMUNDO, *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, pp. 205-13.
- (139) MACHADO DE ASSIS, *Histórias sem data*, pp. 24-32.
- (140) JC, múltiplos anúncios no ano de 1854.
- (141) JC, 3/9/1864.
- (142) JC, 29/11/1857.
- (143) Joaquim Manuel de MACEDO, *As vítimas-algozes — quadros da escravidão*, p. 58.
- (144) Artigo transcrito pelo *Jornal de Comércio*, 13/1/1857.
- (145) ARISTÓTELES, *Politique*, liv. I, VI, 1, p. 20.

2. O COTIDIANO DA MORTE NO BRASIL OITOCENTISTA (pp. 95-141)

Agradeço a Sara Oliveira, Walter Fraza Filho e Cláudia Rodrigues por terem gentilmente posto à minha disposição suas anotações de pesquisa sobre a morte. Este trabalho contou com o apoio do CNPq.

- (1) Magda Maria de O. RICCI, "Nas fronteiras da Independência — um estudo sobre os significados da liberdade na região de Itú (1779-1822)", p. 234.
- (2) Bernardo José PINTO DE QUEIRÓS, *Práticas exortatorias para socorro dos moribundos, ou novo ministro de enfermos*, p. 38.
- (3) Idem, *ibidem*, p. 323.

- (4) Jacques LE GOFF, *La naissance du Purgatoire*; Michel VOVÉLLE, *Les âmes du Purgatoire, ou Le travail du deuil*.
- (5) Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*, p. 63.
- (6) Francisco ROLLAND, *Adágios, proverbiais, ríffes e anexins da lingua portuguesa tirados dos melhores authores nacionais e recopilados per ordem alphabetica*, p. 173.
- (7) João Maurício RUGENDAS, *Viagem pitoresca através do Brasil*, p. 64.
- (8) Ver sobre a morte africana, Louis VINCENT-THOMAS, *La mort africaine — ideologie funeraire en Afrique noire*. Sobre a morte nagô no Brasil, Juana ELBEIN DOS SANTOS, *Os Nagô e a morte — Pàde, Àsèsè e o culto Ègun na Bahia*.
- (9) Juana ELBEIN DOS SANTOS e Deoscoredes M. dos SANTOS, "O culto dos ancestrais na Bahia", em Carlos E. M. de MOURA (org.), *Olorisa — escritos sobre a religião dos orixás*, pp. 158-62 e 170.
- (10) *O Alabama*, 11/07/1865.
- (11) *O Alabama*, 28/04/1869.
- (12) *Diário da Bahia*, 7/6/1836. O periódico ainda identificava outras fases posteriores à velhice: a decrepitude, caducidade, idade do favor, do milagre e do fenômeno.
- (13) PINTO DE QUEIRÓS, *Práticas exhortatorias*, p. 193.
- (14) Francisco de Paula FERREIRA DE REZENDE, *Minhas recordações*, p. 212.
- (15) Arquivo Público da Bahia (APEBA), Inventário nº 07/2926/11, fol. 3.
- (16) PINTO DE QUEIRÓS, *Práticas exhortatorias*, p. 228.
- (17) APEBA, Inventário nº 1/67/84/2, fol. 4.
- (18) APEBA, Inventário nº 03/1079/1548/4, fol. 92.
- (19) João José REIS, *A morte é uma festa — ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*, cap. 8; Adalgisa ARANTES CAMPOS, "Irmandades mineiras e missas", *Vária História*, 1996, nº 16, pp. 66-76.
- (20) Anna RIBEIRO DE GOES BITTENCOURT, *Longos serões do campo*, vol. II, pp. 19-20.
- (21) ROLLAND, *Adágios*, p. 174.
- (22) APEBA, Inventário nº 03/964/1433/01, fol. 5.
- (23) APEBA, Livro de registro de testamentos, nº 23, fol. 80.
- (24) Philippe ARIES, *Images de l'homme devant la mort*, p. 110.
- (25) A. P. D. G., *Sketches of Portuguese life, manners, costume, and character*, p. 239. Todo o capítulo XIII desse livro é dedicado aos funerais portugueses e revelam grande semelhança com os brasileiros, da extrema-unção ao enterro.
- (26) Johann Emanuel POHL, *Viagem no interior do Brasil*, p. 46.
- (27) Thomas LINDLEY, *Narrative of a voyage to Brazil*, p. 19.
- (28) PINTO DE QUEIRÓS, *Práticas exhortatorias*, pp. 51-2, 195, 246 e 248. Sobre a morte de Leopoldina: Ferdinand DENIS, *O Brasil*, vol. I, pp. 267-8.
- (29) Sheila S. de CASTRO FARIA, "A Colônia em movimento — fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII)", pp. 501-2.
- (30) Cláudia RODRIGUES, "Lugares dos mortos na cidade dos vivos — tradições e transformações fúnebres na corte", p. 118.
- (31) REIS, *A morte é uma festa*, p. 110.
- (32) D. Romualdo Antônio de SEIXAS, *Collecção das obras*, vol. I, pp. 70-1.
- (33) Hildegardes VIANNA, *A Bahia já foi assim*, pp. 53 e 55. Ver também Alceu M. ARAÚJO, *Ritos, sabenças, artes e técnicas, linguagem*, p. 55, sobre o "ofício da agonia".
- (34) Getúlio CÉSAR, "Velório", em Mário SOUTO MAIOR e Waldemar VALENTE (orgs.), *Antologia pernambucana de folclore*, pp. 67-8.
- (35) Richard HUNTINGTON e Peter METCALF, *Celebrations of death: the anthropology of mortuary ritual*, especialmente cap. II.
- (36) Outro ditado português: "Nem boda sem canto, nem morte sem pranto": ROLLAND, *Adágios*, p. 175. Sobre a África, Richard e John LANDER, *Journal of an expedition to explore the course and termination of the Niger — with a narrative of a voyage down that river to its termination*, vol. I, pp. 71 e 113; H. D. ALLEN e T. R. II. THOMSON, *Narrative of the expedition sent by her Majesty's government to the river Niger in 1841*, vol. I, p. 263.
- (37) *O Carapuceiro*, nº 23 (22/9/1832), em padre LOPES GAMA, *O Carapuceiro*, Evaldo CABRAL DE MELLO (org.), p. 78.
- (38) *Jornal da Bahia*, 17/6/1857.
- (39) *O Carapuceiro*, nº 23.
- (40) James W. WELLS, *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil, do Rio de Janeiro ao Maranhão*, vol. II, p. 88.

- (41) *Idem*, *ibidem*, p. 89.
- (42) Eram freqüentes as queixas de paroquianos do interior da Bahia contra a ausência ou negligência de padres, inclusive na imprensa. Ver *Jornal da Bahia* (25/6/1857) dos moradores de Serrinha que viam seus falecidos serem enterrados "sem a honra de um enterro solene", ou seja, sem padre; ver abaixo-assinado em 1851 dos moradores de Santo Antônio de Jesus, queixando-se de "sepultarem-se pela maior parte os mortos sem as encomendações canônicas, porque ou não se acha o Capelão, distraído nos negócios de seu particular interesse, ou quando vem é com tal tardança, que os condutores dos cadáveres já os têm enterrado". APEBA, Legislativa. Abaixo-assinados, maço 983.
- (43) RODRIGUES, "Lugares dos mortos", pp. 129-31.
- (44) CASTRO FARIA, "A Colônia em movimento", p. 506.
- (45) Sandra P. L. de CAMARGO GUEDES, "Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)", p. 46.
- (46) Robert FARRIS THOMPSON, *Flash of the spirit*, p. 134.
- (47) REIS, *A morte é uma festa*, pp. 124-7.
- (48) CASTRO FARIA, "A Colônia em movimento", p. 506.
- (49) Thomas EWEANK, *A vida no Brasil*, p. 58.
- (50) A. H. de OLIVEIRA MARQUES, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 211.
- (51) No sertão baiano de cerca de duas décadas atrás ainda se dizia que o cordão do hábito franciscano "afasta o Inimigo e serve aos anjos para puxarem o finado": Cândido da COSTA e SILVA, *Roteiro de vida e de morte — um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*, p. 25; e uma incêndia caipira do interior de São Paulo, colhida em 1947, sugere que são Francisco distribui passaportes para o Céu: ARAÚJO, *Ritos, sabenças*, p. 56.
- (52) EWEANK, *A vida no Brasil*, p. 59.
- (53) Sobre a devoção a São Miguel no contexto da cultura funerária de Minas Gerais setecentista, ver Adalgisa ARANTES CAMPOS, "A terceira devoção do Setecentos mineiro — o culto a São Miguel e Almas", especialmente cap. 4.
- (54) Para dar uma idéia da mortalidade infantil no período, 32,6% das pessoas mortas em Salvador em 1836 tinham menos de onze anos; esse índice sobe para 47,2% entre os escravos (REIS, *A morte é uma festa*, p. 36). Na mesma cidade, o *Jornal da Bahia* de 4/6/1857 publicava que, entre as 304 pessoas mortas em abril daquele ano, 46,3% tinham menos de onze anos e 20,1% não haviam completado o primeiro ano de vida.
- (55) John LUCCOCK, *Notes on Rio de Janeiro and the Southern ports of Brazil taken during a residence of ten years in that country from 1808 to 1818*, p. 57; M. J. ARAGO, *Souvenirs d'un aveugle voyage au tour du monde*, vol. I, p. 103; DENIS, *O Brasil*, p. 266; Robert MINTURN, *From New York to Delhi, by way of Rio de Janeiro, Australia and China*, p. 15.
- (56) Maria Helena MACHADO, *O plano e o pânico — os movimentos sociais na década da Abolição*, p. 93.
- (57) Luís da CÂMARA CASCUDO, "Anúbis, ou o culto do morto", em *Superstições no Brasil*, p. 18. Ver também João VARELA, *Da Bahia do Senhor do Bonfim*, p. 125, e VIANNA, *A Bahia já foi assim*, pp. 56 e 71.
- (58) CÉSAR, "Velório", pp. 69-70.
- (59) Archives du Ministère des Relations Extérieures (França), Correspondance politique. Brésil, vol. 12, fols. 206-7.
- (60) CÂMARA CASCUDO, "Anúbis", p. 20.
- (61) ARAGO, *Souvenirs*, pp. 102-3.
- (62) WELLS, *Explorando e viajando*, p. 88.
- (63) APEBA, Saúde. Falecimentos etc., maço 5402, doc. 1859.
- (64) *O Baiano*, 2/5/1828; *O Sete de Setembro*, 5/12/1837; *Jornal da Bahia*, 21/2/1857.
- (65) LUCCOCK, *Notes on Rio de Janeiro*, p. 57.
- (66) DENIS, *O Brasil*, vol. I, p. 265.
- (67) FERREIRA DE REZENDE, *Minhas recordações*, p. 236.
- (68) James WETHERELL, *Brazil — stray notes from Bahia; being extracts from letters, etc., during a residence of fifteen years*, p. 111.
- (69) POHL, *Viagem*, p. 205.
- (70) Carl SEIDLER, *Dez anos no Brasil*, p. 156.
- (71) REIS, *A morte é uma festa*, p. 153.
- (72) Joaquim Manuel de MACEDO, *As vítimas-algozes — quadros da escravidão*, p. 123.
- (73) Arquivo da Cúria de Salvador, Livro de óbito da Sé (1827-31), fol. 230.

- (74) Jean Baptiste DEBRET, *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil depuis 1816 jusqu'en 1831 etc*
- (75) Charles EXPILLY, *Le Brésil tel qu'il est*, p. 43.
- (76) *Correio Mercantil*, 10/12/1836.
- (77) Antônio José ALVES, *Considerações sobre os enterramentos por abuso praticados nas igrejas e recintos das cidades; perigos que resultam d'essa prática; conselhos para construção dos cemitérios*, pp. 9-10.
- (78) *Correio Mercantil*, 24/10/1843.
- (79) Compromisso da Irmandade de São Benedicto erecta na Igreja da Villa de Parati, Rio de Janeiro, 1814, ms. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.
- (80) Estatuto da Congregação dos Pretos Minas Mahii (31/1/1786), Arquivo Nacional, cod. 721 P7 (SAP). Agradeço a Flávio Gomes uma cópia desse documento.
- (81) ARAGO, *Souvenirs*, p. 103.
- (82) CAMARGO GUEDES, "Atitudes perante a morte em São Paulo", p. 40; RODRIGUES, "Lugares dos mortos", p. 154.
- (83) FERREIRA DE REZENDE, *Minhas recordações*, p. 163.
- (84) Felliipe SCARLATA, "Inscrições lapidárias da cidade do Salvador", fol. 405, mss., Arquivo Municipal de Salvador.
- (85) Arquivo da Cúria de Salvador, Livro de óbitos da paróquia de São Pedro, 1823-30, fols. 83-83v.
- (86) APEBA, Inventários, nº 04/1723/2193/03, fol. 13; CAMARGO GUEDES, "Atitudes perante a morte em São Paulo", p. 40.
- (87) DENIS, *O Brasil*, p. 266. Denis escreveu que os enterros no solo das igrejas brasileiras "pode[m]-se explicar pela idéia religiosa, que considera o corpo dado à terra como sendo a mesma terra".
- (88) Maria GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil*, pp. 366-7.
- (89) EWBANK, *A vida no Brasil*, p. 194.
- (90) Ver David Charles SLOANE, *The great last necessity — cemeteries in American history*.
- (91) GRAHAM, *Diário de uma viagem ao Brasil*, p. 366.
- (92) SEIDLER, *Dez anos no Brasil*, pp. 329-30.
- (93) Idem, *ibidem*, p. 329.
- (94) Petição dos Irmãos de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos das Portas do Carmo ao Rei, c. 1802, ms., Biblioteca Nacional, II-33,22,44.
- (95) Manuel Maurício REBOUÇAS, "Dissertation sur les inhumations en général (leurs résultats fâcheux lors qu'on les pratique dans les églises et dans l'enceintes villes, et des moyens d'y rémédier par des cimetières extra-muro)". A tese foi publicada em Salvador no ano seguinte, pela Typographia do Órgão, e portanto pôde ser lida pelos médicos e leigos brasileiros. Há exemplares de ambas na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.
- (96) J. d'Aquino FONSECA, "Memória acerca das inhumações, sepulturas, e enterros, apresentada ao Conselho Geral de Salubridade Publica da província de Pernambuco pelo seu presidente [...] etc.", *Arquivo Médico Brasileiro*, 1846, t. III, vol. 3, p. 61.
- (97) Ver discussão detalhada do que é tratado nos parágrafos seguintes em REIS, *A morte é uma festa*, cap. 10.
- (98) Luís GONÇALVES DOS SANTOS (padre Perereca), *Dissertação sobre o direito dos catholicos de serem sepultados dentro das igrejas, e fora dellas nos seus adros, cemitérios e catiacumbas, etc.*
- (99) Idem, *ibidem*, pp. 320-2 (manifesto), pp. 325-9 (Pirajá).
- (100) Sigmund FREUD, "Nosotros y la muerte", *Freudiana*, 1991, nº 1, p. 16.
- (101) Para a Bahia, ver Onildo REIS DAVID, *O inimigo invisível — a epidemia do cólera na Bahia, 1855-1856*; para o Rio de Janeiro, ver RODRIGUES, "Lugares dos mortos", caps. 2 e 3.

3. A OPULÊNCIA NA PROVÍNCIA DA BAHIA (pp. 143-79)

- (1) Luís dos SANTOS VILHENA, *A Bahia no século XVIII*, vol. I, p. 188.
- (2) Em 1890, a população do Brasil era de 14 353 915 habitantes. A Bahia tinha então 1 919 802 habitantes, e sua capital, 144 959 habitantes. Nessa mesma data, as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo tinham, respectivamente, 522 651 e 64 934 habitantes.

(3) Katia M. de QUEIRÓS MATTOSO, *Bahia — Salvador e seu mercado no século XIX*, pp. 253-60.

(4) SANTOS VILHENA, *A Bahia no século XVIII*, vol. II, pp. 334-44 e 461-4.

(5) O nosso conhecimento dos outros estudos poderia servir para comparar a Bahia ao Rio de Janeiro e a São Paulo: João Luis R. FRAGOSO, *Homens de grossa aventura — acumulação e hierarquia social na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*, especialmente pp. 253-303, e Zélia M. CARDOSO DE MELLO, *Metamorfoses da riqueza — São Paulo 1845-1895*.

(6) Vários dicionários de língua portuguesa foram consultados: *Vocabulário português e latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos [...]* pelo pe. Raphael Bluteau [...]; *Diccionario de lingua portuguesa composto pelo pe. d. Raphael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Do mesmo MORAES SILVA, foi consultado o *Diccionario [...] novamente emendado e muito acrescentado [...]*. Foram ainda consultados o *Grande dicionario portuguez ou thesouro da lingua portugueza pelo dr. frei Domingos VIEIRA dos eremitas caçados de Santo Agostinho [...]*, dedicado “A Sua Magestade o Senhor d. Pedro II, imperador do Brasil em 1º de março de 1872”, e o *Diccionario contemporâneo da lingua portugueza, feito sobre um plano inteiramente novo*.

(7) “Opulência: extrema abundância dos bens de fortuna, riqueza extraordinária// Abundância; fausto; magnificência// As pessoas ricas, opulentas [...]”, *Diccionario contemporâneo*.

(8) A magnificência é definida em francês como “fortunas, grandezas, poder da-quele que possui muitos bens”, em F. GAFFIOT, *Dictionnaire illustré latin-français*.

(9) SANTOS VILHENA, *A Bahia no século XVIII*, vol. I, pp. 51-7.

(10) Idem, *ibidem*, p. 52.

(11) Katia M. de QUEIRÓS MATTOSO, *A Bahia no século XIX — uma província no Império*, p. 670, nota 18.

(12) “[...] Ha no Reyno de Portugal cinco gracs de Nobreza: o primeiro são os vassalos que tem cavallos; o segundo os escudeiros; o terceiro os cavalleiros; o quarto os fidalgos de cozza de armas e geração que tem insignias de nobreza; o quinto há dos fidalgos que tem assentamento e foro na casa del rey [...]”, BLUTEAU, *Vocabulário*, t. V, p. 732.

(13) *Diccionario de lingua portuguesa*, II, p. 30.

(14) *Diccionario contemporâneo*.

(15) BLUTEAU, no *Vocabulário*, t. IV, p. 107, escreve “Fidalgo deriva-se de filho e algo, palavra castelhana [o grifo é meu], que em portuguez significa alguma coisa [...] No ano pois de 1572 variando El-Rey D. Sebastião a forma destes títulos [escudeiros fidalgos e cavalleiros fidalgos], mandou que os acrescentados se nomeassem fidalgos cavalleiros e fidalgos escudeiros. Nos mais reinos da europa [sic], em que se pesão os quilates da Fidalguia só pelos merecimentos e antiguidade do sangue, he ignorado este singularissimo titulo de Honra, inventado pelos Reys de Portugal, para alentarem com esperanças honorificas o valor e a fidelidade de seus vassalos [...]”.

(16) R. J. D. FLORY, “Bahian society in the mid-colonial period — the sugar planters, the tobacco growers, merchants and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725”, p. 102; Stuart B. SCHWARTZ, *Segredos internos, 1550-1835*, p. 228.

(17) QUEIRÓS MATTOSO, *A Bahia no século XIX*, pp. 178-9.

(18) Hélio VIANNA, *Vultos do Império*, pp. 208-29; R. VIEIRA DA CUNHA, *O Parlamento e a nobreza brasileira*. Uma excelente análise da nobreza imperial brasileira encontra-se em Eul-So PANG, *In pursuit of honor and power — noblemen of the Southern Cross in nineteenth-century Brazil*.

(19) SCHWARTZ, *Segredos internos*, p. 230.

(20) Para maiores detalhes sobre o cotidiano em Salvador ler: João José REIS, *Rebelião escrava no Brasil — a história do levante dos malês, 1835*, e *A morte é uma festa — ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*; M. I. C. de OLIVEIRA, *O liberto, e seu mundo e os outros — Salvador, 1790-1890*; A. A. VIEIRA DO NASCIMENTO, *Dez freguesias da cidade do Salvador, e Patriarcado e religião — as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia, 1677-1890*; Katia M. de QUEIRÓS MATTOSO, os livros já citados nas notas 3 e 11 e *Ser escravo no Brasil*; e M. J. de S. ANDRADE, *A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860*.

(21) Ver nota 5. Se a comparação entre Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador é difícil, é porque os métodos de análise nos três estudos diferem. Tanto o estudo de FRAGOSO como o de CARDOSO DE MELLO são sólidos trabalhos de história econômica e extremamente preciosos para a nossa historiografia tão carente de estudos similares.

(22) TABELA 1: *Classificação das fortunas em Salvador 1801-89 (em contos de réis)*

1	Muito pequenas	até :200
2	Pequenas	:201 a 1:000
3	Médias baixas	1:100 a 2:000
4	Médias	2:100 a 10:000
5	Médias altas	10:100 a 50:000
6	Grandes baixas	50:100 a 200:000
7	Grandes médias	200:100 a 500:000
8	Grandes	500:100 a 1:000:000

Fonte: QUEIRÓS MATTOSO, *A Bahia no século XIX*, p. 608.

(23) Para mais detalhes ver QUEIRÓS MATTOSO, *A Bahia no século XIX*, pp. 602-42.

(24) TABELA 2: *Elementos constituintes das fortunas, 1801-89*

Elementos	Valor (em contos de réis)
1. Imóveis	8:082:245
2. Terras	1:797:392
3. Escravos	2:008:644
4. Dinheiro líquido	457:529
5. Depósitos bancários	4:620:129
6. Ações e apólices	3:447:045
7. Dívidas em ativo	4:454:443
8. Móveis	596:961
9. Fundos de comércio	1:888:401
10. Rendas	361:063
Total	27:713:848

Fonte: QUEIRÓS MATTOSO, *A Bahia no século XIX*, p. 628.

TABELA 3: *Composição das fortunas por categorias sócio-econômicas, 1801-89 (%)*

Categorias	Imóveis	Terras	Escravos	Dinheiro líquido	Depósitos bancários	Ações, apólices	Dívidas	Móveis	Fundos de comércio	Rendas
Negociantes	26,9	4,5	2,5	0,8	21,1	10,1	17,4	1,7	13,6	1,2
Industriais	26,0	1,1	8,7	2,1	2,0	15,4	7,4	2,8	32,5	1,8
Profissionais liberais	20,4	1,3	3,6	1,6	19,4	44,4	7,0	2,0	-	0,2
Senhores de engenho	4,0	50,8	19,1	0,6	3,7	1,9	17,1	1,0	-	0,9
Rentistas	37,9	2,6	5,9	2,0	15,8	15,8	15,6	2,3	-	1,8
Donos de barcos	4,4	2,8	5,1	0,1	4,0	1,2	5,5	3,3	73,4	-
Comerciantes	16,1	2,6	9,6	1,2	4,4	2,6	44,6	2,0	16,2	0,4
Proprietários agrícolas	9,5	32,0	23,5	3,5	10,4	9,5	8,8	1,6	-	1,2
Padres	35,0	6,8	14,3	3,9	4,6	18,5	9,0	2,7	-	5,1
Funcionários	25,6	1,4	6,4	1,0	38,1	14,0	7,2	5,8	-	-
Oficiais subalternos	35,5	6,4	12,0	0,1	15,6	-	26,6	3,7	-	-
Oficiais superiores	40,7	4,9	14,2	0,2	11,7	11,8	13,6	2,8	-	0,02
Artesãos	32,2	4,4	11,5	4,9	23,6	8,0	7,7	2,0	5,3	0,4
Sem ocupação	42,7	1,4	17,4	2,6	17,0	10,0	4,5	4,0	-	0,3
Marítimos	26,3	10,8	40,3	0,5	8,9	-	2,4	4,2	1,4	5,7

Fonte: QUEIRÓS MATTOSO, *A Bahia no século XIX*, p. 629.

TABELA 4: Composição das fortunas por categorias sócio-econômicas, 1801-89 (%)

Categorias	Imóveis	%N	Escravos	%N	Depósitos	%N	Dívidas	%N	% Total	% Total-4
Negociantes (108)	26,9	63,0	2,5	70,0	31,2	77,7	17,4	59,2	78,0	60,6
Industriais (13)	26,0	69,2	8,7	76,9	17,4	69,2	7,4	69,2	59,5	52,1
Profissionais liberais (19)	20,4	57,9	3,6	63,1	63,8	89,4	7,0	36,8	94,8	87,8
Senhores de engenho (17)	4,8	41,1	19,1	100,0	5,6	52,9	17,1	47,0	46,6	29,5
Rentistas (310)	37,9	72,6	5,9	67,4	31,6	66,7	15,6	53,5	91,0	75,4
Donos de barcos (6)	4,4	33,3	5,1	83,3	5,2	50,0	5,5	33,3	20,2	14,7
Comerciantes (73)	16,1	57,5	9,6	75,3	7,0	37,0	44,6	55,0	77,3	32,7
Proprietários agrícolas (78)	9,5	59,0	23,5	82,0	19,9	21,8	8,8	39,7	61,7	52,9
Padres (23)	35,0	60,9	14,3	65,2	23,1	43,5	9,0	47,8	81,4	72,4
Funcionários (14)	25,6	57,1	6,4	57,1	52,1	71,4	7,2	35,7	91,3	84,1
Oficiais subalternos (14)	35,5	64,3	12,0	85,7	15,6	50,0	26,6	35,7	89,7	63,1
Oficiais superiores (18)	40,7	61,0	14,2	72,2	23,5	55,5	13,6	44,4	92,0	78,4
Artesãos (32)	32,2	46,8	11,5	75,0	31,6	21,8	7,7	25,0	83,0	75,3
Sem ocupação (378)	42,7	62,4	17,4	54,2	27,0	27,0	4,5	15,6	91,6	87,1
Marítimos (12)	26,3	66,6	40,3	75,0	8,9	33,3	2,4	16,6	77,9	75,5

Entre parênteses, números de inventários estudados; 1 = imóveis (percentagem sobre o total das fortunas, em valor); 2 = escravos (idem); 3 = depósitos bancários e ações/apólices (idem); 4 = dívidas em ativo (idem); N = número de inventários; % N = percentagem sobre o número de inventários; %Total = percentagem das quatro rubricas sobre o número de inventários; %Total-4 = o mesmo que o anterior, excluindo-se as dívidas em ativo.

Fonte: QUEIRÓS MATTOSO, *A Bahia no século XIX*, p. 632.

(25) Ver nota 20.

(26) QUEIRÓS MATTOSO, *A Bahia no século XIX*, pp. 252-91 e pp. 616-48.

(27) *Dicionário de língua portuguesa*, t. I, p. 409.

(28) *Ibidem*, t. II, p. 441.

(29) VIEIRA DO NASCIMENTO, *Dez freguesias da cidade do Salvador*, pp. 181-2.

(30) Seria sem dúvida interessante poder comparar as cidades mercantis do Brasil com suas congêneres da Europa Ocidental, e de preferência com Lisboa e Porto, em Portugal, Liverpool na Inglaterra, Nantes e Bordeaux, na França.

(31) SANTOS VILHENA, *A Bahia no século XVIII*, pp. 54-5.

(32) QUEIRÓS MATTOSO, *Bahia — Salvador e seu mercado*, p. 577.

(33) *Idem*, *ibidem*, p. 372.

4. IMAGEM E AUTO-IMAGEM DO SEGUNDO REINADO (pp. 181-231)

Agradeço às pesquisadoras Juliana Carneiro e Daniela Ferreira Nunes; a Roberto Menezes de Moraes, pela sua generosidade em dividir fontes inéditas; a Eduardo Schnoor; a Sonia Mattos. Sem contar a ala familiar e seu carinho logístico.

(1) "Carta de d. Pedro II à imperatriz d. Thereza Cristina", Arquivo da Fazenda Imperial, Petrópolis, Rio de Janeiro, cit. por Augusto C. da SILVA TELLES, "Visita de Pedro II a Vassouras", *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1968, nº 16, p. 92, doc. XXV.

(2) "Correspondência do presidente da província do Rio de Janeiro com o ministro do Império", datada de 8/5/1848, doc. 228; "Concessão de graças honoríficas e títulos de nobreza sugeridos a d. Pedro II, após a sua viagem à região central fluminense, em 1848, doc. 229, *Anais do Congresso de História do Segundo Reinado*, nov. 1975.

(3) *Ibidem*, doc. 229.

(4) "Diário do imperador, 31/12/1861", Pedro VASQUEZ, *D. Pedro II e a fotografia no Brasil*, pp. 11-2.

(5) Carl von KOSERITZ, *Imagens do Brasil*, p. 31.

(6) Gilberto FERREZ, *A fotografia no Brasil 1840-1900*, nota 46.

(7) Charles RIBÉYROLLES, *Brazil pittoresco*, vol. 1, p. 111.

(8) Flora SÜSSEKIND, *O Brasil não é longe daqui*, p. 39.

(9) Rodrigo Naves, no seu instigante capítulo "Debret, o neoclássico e a escravidão", avalia a busca do artista em criar uma forma que figure a realidade que o impressiona. Debret, um neoclássico menor, encontra na expressividade da aquarela a melhor forma de figurar o Brasil, um país que foge aos cânones neoclássicos. RODRIGO NAVES, *A forma difícil — ensaios sobre a arte brasileira*, pp. 41-129.

(10) Sobre isso, ver Boris KOSSOY, *Hércules Florence — 1833: a descoberta isolada da fotografia no Brasil*.

(11) Daguerreótipo: imagem positiva direta em chapa de cobre, coberta de uma fina camada de prata, cuidadosamente polida e sensibilizada por meio de vapores de iodo. A imagem é revelada utilizando-se vapores de mercúrio e apresentada em caixilho hermeticamente fechado. Esteve muito em voga até a década de 1860, quando foi substituído pela *carte de visite*.

(12) A. FABRIS, *Usos e funções da fotografia no século XIX*, p. 14.

(13) *Jornal do Comércio* (JC), 17/1/1840.

(14) Solange FERREZ DE LIMA, "Círculo social da fotografia — estudo de caso II", em FABRIS, *Usos e funções*, p. 79.

(15) Margarida de SOUSA NEVES, "As vitrines do progresso"; idem, "As arenas pacíficas", *Gávea: Revista de História da Arte e Arquitetura*, Rio de Janeiro, 1988, n.º 5, pp. 28-42.

(16) A vista estereoscópica era um formato extremamente popular no século XIX, sobretudo para vistas e paisagens. "Consistia na montagem de um cartão (medindo 9 x 18 cm, aproximadamente) com duas fotografias ligeiramente diferenciadas (a cena vista pelo olho direito e a cena vista pelo olho esquerdo). Observadas simultaneamente em um visor especial, as duas imagens do cartão formavam uma imagem única, vista em três dimensões, isto é, possuindo relevo e profundidade. As fotografias estereoscópicas eram realizadas com o emprego de uma câmara e duas objetivas e foram produzidas nos vários processos fotográficos da época"; Maria Inez TURAZZI, *Poses e trejeitos — a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*, p. 281.

(17)

Ano	Retratistas	Oficinas fotográficas-Fotógrafos	Casas vendendo material fotográfico
1847	19	3	-
1857	25	13	2
1867	12	36	4
1877	18	28	3
1887	34	31	3

Fonte: *Almanaks Laemmert*.

(18) JC, 1/1/1855.

(19) *Ibidem*, 4/7/1850.

(20) *Gazeta de Notícias*, 13/8/1875.

(21) *Almanak Laemmert*, 1858, p. 90.

(22) TURAZZI, *Poses e trejeitos*, p. 128; de acordo com essa amostragem, uma conserva de abacaxi custava 3\$000 (lata) e o preço do sapato variava entre 5\$000 e 6\$000 o par.

(23) FERREZ, *A fotografia no Brasil*, p. 20.

(24) Fotos de Carneiro e Gaspar, de 1867, publicadas no livro de VASQUEZ, *D. Pedro II*, pp. 122-3.

(25) Além dos próprios descendentes da família imperial, d. Pedro Gastão de Orléans e Bragança e d. João de Orléans e Bragança, que mantêm coleções próprias, as fotografias da família imperial também integram acervos de instituições públicas, tais como: Museu Imperial de Petrópolis, Coleção Maria Thereza Cristina, na Biblioteca Nacional, Museu Histórico Nacional, sem contar as coleções particulares, como as de Gilberto Ferrez e de outros colecionadores de retratos.

(26) Foto publicada no livro de VASQUEZ, D. *Pedro II*, p. 109.

(27) Idem, *ibidem*, p. 20.

(28) TURAZZI, *Poses e trejeitos*, p. 102.

(29) Todas as fotos foram publicadas no livro de FERREZ, *A fotografia no Brasil*.

(30) Para uma abordagem detalhada do mundanismo oitocentista, ver Wanderley PINHO, *Salões e damas do Segundo Reinado*.

(31) *Novo Correio das Modas*, ago.-set. 1854.

(32) *Almanak Laemmert*, 1880, p. 1897.

(33) Sobre a imagem do negro na iconografia do século XIX ver o belo trabalho de Boris KOSSOY e Maria Inês TUCCI CARNEIRO, *O olhar europeu — o negro na iconografia brasileira do século XIX*.

(34) Fotos publicadas em FERREZ, *A fotografia no Brasil*, p. 65.

(35) Idem, *ibidem*, p. 63.

(36) Idem, *ibidem*, p. 67.

(37) Sobre a presença do escravo no interior das famílias, analisada com base na iconografia e nos relatos produzidos por viajantes estrangeiros, Miriam MOREIRA LEITE, "Família — século XIX", em *Retratos de família*. Para uma análise da figuração escrava nas fotografias ver: MAUAD, Ana Maria, "Retrato do negro para o branco". Quando fotografados, os escravos entravam no estereótipo criado pela e para a representação branca, assumindo posições pré-estabelecidas pela pose do retrato. Não há construção de uma auto-imagem escrava, pela fotografia no século XIX, como ocorre com a classe dominante, detentora dos meios técnicos de produção cultural.

(38) Para uma excelente avaliação das formas de resistência e manifestações populares no Rio de Janeiro oitocentista, Martha CAMPOS ABREU, "O Império do Divino — festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro 1830-1900".

(39) Veiculadas por periódicos cujos nomes já denotavam o público-alvo e o objetivo da publicação, entre elas destacam-se alguns peculiares: *A Estação: Jornal Ilustrado para a Família* (Rio de Janeiro, 1879); *A Mulher: Periódico Ilustrado de Literatura e Bellas Artes, Consagrado aos Interesses e Direitos das Mulheres* (Rio de Janeiro, 1881); *Bazar Volante* (Rio de Janeiro, 1863-7); *Biblioteca Doméstica* (Rio de Janeiro, Ano I, n.º 10, 1885); *Correio das Damas: Jornal de Literatura e de Modas* (Lisboa, 1836-52); *Correio das Modas: Jornal Crítico e Literário das Modas, Bailes, Theatros, etc.* (Rio de Janeiro, 1839-40); *Ilustração Brasileira* (Rio de Janeiro, 1854); *Jornal Correio Mercante* (Rio de Janeiro, 1854); *Jornal das Famílias* (Rio de Janeiro, 1863-78); *Jornal das Senhoras* (Rio de Janeiro, 1852-5); *Jornal Novo Correio de Modas: uma Resenha por Quinzena da Vida Social e Intelectual na Corte do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 1852-4); *Novo Correio das Modas: Novellas, Poesias, Viagens, Recordações Históricas, Anedotas e Chamadas* (Rio de Janeiro, 1852-4); *O Actualidade* (Rio de Janeiro, 1864); *O Álbum Semanal* (Rio de Janeiro, 1852); *O Arlequim* (Rio de Janeiro, n.º 1, maio 1867); *O Espelho, Revista de Literatura, Modas, Indústria e Artes* (Rio de Janeiro, 1859-60); *O Gosto* (Rio de Janeiro, 1843).

(40) *Jornal das Senhoras*, 18/12/1853.

(41) *Ibidem*, 12/11/1854.

(42) *Ibidem*, 1/1/1853.

(43) Sobre a análise da formação dos códigos de comportamento tipicamente burgueses, na cidade do Rio de Janeiro, mediante a imagem fotográfica, ver Ana Maria MAUAD ESSUS, "Sob o signo da imagem — a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social, pela classe dominante, na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX".

(44) *O Gosto*, 12/8/1843.

(45) Utilizamos o conceito de *habitus* no sentido que lhe atribui Pierre Bourdieu: sistemas de estruturas interiorizadas e condição de toda a objetivação, estando contidas nesse conceito as práticas culturais e suas representações sociais, tais como educação escolar, comportamentos variados, entre os quais se pode incluir o de registrar a imagem em fotografias. P. BOURDIEU, *Economia das trocas simbólicas*.

(46) *JC*, 9/2/1848.

(47) *Ibidem*, 28/1/1848.

(48) *Ibidem*, 28/2/1848.

- (49) SILVA TELLES, "Visita de Pedro II a Vassouras", pp. 57-8.
 (50) Carta de 2 de julho de 1865, cit. por SILVA TELLES, *ibidem*, p. 57.
 (51) Roberto MENEZES DE MORAES, *O casal Furquim Werneck e sua descendência*, p. 25.
 (52) Que nos foi gentilmente cedido por Sonia Mattos.
 (53) JC, 23/9/1876.
 (54) *Ibidem*, 1/12/1871 e 19/4/1872.
 (55) *Gazeta da Noite*, 30/12/1879.
 (56) O diário da viscondessa do Arcozello encontra-se no Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.
 (57) Em outra ocasião tivemos oportunidade de trabalhar com dois álbuns de famílias da região de Bananal, somando um total de 235 fotos, cujos resultados em grande medida se aproximam dos obtidos na análise da coleção relativa a famílias de Vassouras e Pati do Alferes. Tal fato corrobora a unidade da região cafeeira do Vale do Paraíba, para além das delimitações provinciais. Nesse sentido, as regiões de Bananal, Areias, Guatatinguetá, Vassouras, Valença, Pati do Alferes, Iguaçu, apesar de estarem em províncias diferentes, foram o berço da classe senhorial do século XIX, apresentando hábitos de consumo e normas de comportamento social bastante parecidas. Sobre as fotografias da região de Bananal, Ana Maria MAUAD ESSUS, "Resgate de memórias", em Hebe M. MATTOS DE CASTRO e Eduardo SCHNOOR (orgs.), *Resgate — uma janela para o Oitocentos*, pp. 101-38.
 (58) Sobre a política de casamentos na formação da classe senhorial, ver Ilmar R. MATTOS, *O tempo saquarema*, especialmente o item 2 do cap. I.
 (59) A coleção analisada foi gentilmente cedida por Roberto Menezes de Moraes, neto de Dora Werneck de Almeida Menezes.
 (60) As informações seguintes foram retiradas de dois livros de Roberto MENEZES DE MORAES: *O casal Furquim Werneck e Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau-Grande*.
 (61) MENEZES DE MORAES, *Os Ribeiro de Avellar*, pp. 20-3 e 30-2.
 (62) Entre os viajantes que trazem descrições das fazendas de café, destacamos: Auguste de SAINT-HILAIRE, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* e Augusto-Emílio ZALUAR, *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. Para uma avaliação crítica da arquitetura de uma fazenda de café da região do Vale ver Eduardo SCHNOOR, "Das casas de morada às casas de vivenda", em MATTOS DE CASTRO e SCHNOOR (orgs.), *Resgate*, pp. 31-63.
 (63) Certidão de casamento, Segundo livro de casamentos do Cartório de Vassouras, fols. 164-5.
 (64) MAUAD ESSUS, "Resgate de memórias", p. 101.
 (65) MENEZES DE MORAES, *O casal Furquim Werneck*, p. 33.
 (66) Afonso d'Escagnolle TAUNAY, *História do café no Brasil*, t. III, vol. V, p. 198.
 (67) Sobre isso ver o belo trabalho de Gilda de MELLO E SOUZA, *O espírito das roupas — a moda no século XIX*.
 (68) *O Paiz*, 11/11/1889.

5. SENHORES E SUBALTERNOS NO OESTE PAULISTA (pp. 223-90)

- (1) Livro de notas e escrituras 61, fol. 28v, 11/10/1869, Cartório do Primeiro Ofício Cível de Campinas (C1), Fórum de Campinas. A maior parte desta pesquisa realizou-se no Arquivo Judiciário de Campinas (AJC), no Centro de Memória da Unicamp (CMC).
 (2) O "Oeste histórico" inclui o "Oeste velho" (o "quadrilátero de açúcar", centrado na região de Itu e Campinas), que se expande como área de "grande lavoura" (produzindo açúcar e, mais tarde, café) a partir da década de 1790, e o "Oeste novo" (de Rio Claro para o norte-noroeste), que se expande como área cafeeira especialmente a partir da década de 1850. Ver José Francisco de CAMARGO, *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*, vol. I. Campinas, situada no Oeste velho, era região de expansão econômica e demográfica acentuada ainda no período pós-1850, o que a torna, em certos aspectos, típica também do Oeste novo nesse período.
 (3) Distancio-me, aqui, de uma historiografia clássica, que vê o domínio escravista como quase unicamente baseado na força e enfatiza a falta de instituições familiares entre os escravos e sua relativa incapacidade de agir como "sujeitos históricos". Ver Florestan FERNANDES, *A integração do negro na sociedade de classes*, vol. I, partes 1 e 2, e Roberto SCHWARZ, *Ao vencedor as batatas*, p. 16.

(4) As fontes principais para a reconstrução das experiências de Pedro, Lúcio e Isidoro Gurgel Mascarenhas (PGM, LGM e IGM), e das pessoas à sua volta, são: 1) Maços de população, Campinas, Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP); 2) Processos diversos do C1 no AJC, CMU: Processo 957 (Reconhecimento de crédito, 1826, PGM autor), P 1197 (Libelo cível, 1829, PGM autor), P 1626 (Reconhecimento de crédito, 1833, PGM autor), P 2436 (Embargo, 1844, PGM autor), P 9784 (Testamento, 1845, PGM réu [testador]), P 2651 (Assinação de dez dias, 1847, LGM autor), P 2668 (Arresto, 1847, LGM autor), P 3110 (Sentença cível em grau de apelação, 1856, LGM autor), P 3118 (Libelo cível, 1856, LGM réu), P 3328 (Sentença cível, 1860, LGM réu); 3) Inventário *post-mortem*, 1861 (LGM réu [inventariado]), Cartório do Terceiro Ofício Cível de Campinas (C3), AJC, CMU; 4) Registro paroquial [de terras], 1854-7, liv. 114, paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas (a única do município até 1870), APESP; 5) "Meia sisa de escravos" (Livros de lançamento de impostos, Campinas), 1842-3 a 1861-2, Arquivo da Coletoria de Campinas, CMU; 6) Livros de assentos de batizados (série para livres e série para escravos), paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas (ACMC).

(5) Quatro homens foram libertados no testamento de Pedro e um (Francisco Velho) compra sua alforria no inventário de Lúcio.

(6) Os dados sobre "cor" são reconhecidamente problemáticos, mesmo que não se concorde com o argumento de Mattos de Castro de que *branco, pardo e negro* referiam-se muito mais ao status da pessoa do que à cor da pele. Hebe M. MATTOS DE CASTRO, *Das cores do silêncio — significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil. Século XIX*.

(7) APESP, cx. 2449-14 (Polícia, 1848), doc. 263 (avulso), chefe de polícia de São Paulo ao presidente da província, 7/8/1848, doc. anexo: "extrato das partes policiais recebidas por esta Repartição [...]".

(8) De acordo com a taxa média do câmbio de 1861 (1 mil-réis = US\$ 0,52) em Julian SMITH DUNCAN, *Public and private operation of railways in Brazil*, tabela, p. 183.

(9) Robert W. SLENES, "A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste — Campinas, um caso paradigmático no século XX", *Revista do CEDHAL*, 1997, nº 1.

(10) Maria Thereza SCHORER PETRONE, *A lavoura canavieira em São Paulo — expansão e declínio*, p. 41; Peter L. EISENBERG, *Homens esquecidos — escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*, parte IV. Sobre preços de escravos na costa africana, ver Joseph MILLER, *Way of death*; Patrick MANNING, *Slavery and African life — Occidental, Oriental, and African slave trades*, p. 19.

(11) Cláudia M. FULLER, "Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1820-1840)", pp. 230-1; segundo o mesmo estado, os agricultores com escravos eram muito mais propensos a ficar no município. Sobre as altas taxas de migração no Oeste paulista e no Sudeste em geral, ver Alida C. METCALF, *Family and frontier in Colonial Brazil — Santana de Parnaíba, 1580-1822*; Carlos BACELLAR, *Os senhores da terra — família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*; Valter MARTINS, *Nem senhores, nem escravos — os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX*; Sheila S. de CASTRO FARIA, *A Colônia em movimento — fortuna e família no cotidiano colonial*.

(12) EISENBERG, *Homens esquecidos*, gráfico, p. 334 (para 1776 e 1829); CAMARGO, *Crescimento*, vol. II, p. 4 (dados do censo de 1872).

(13) SCHORER PETRONE, *A lavoura canavieira*, p. 224.

(14) FULLER, "Pequenos agricultores", cap. 1.

(15) Stanley STEIN, *Vassouras, a Brazilian coffee country, 1850-1900*, pp. 74-7.

(16) Augusto-Emílio ZALUAR, *Peregrinação pela província de São Paulo*, pp. 136 e 137.

(17) Roberto B. MARTINS, e Amílcar MARTINS FILHO, "Slavery in a non-export economy — nineteenth-century Minas Gerais revisited", *Hispanic American Historical Review*, ago. 1983, 63, vol. 3, p. 547. Para indícios da forte tendência à monocultura de café nas fazendas do Vale do Paraíba (e, portanto, da inserção no mercado para a compra de insumos e outras necessidades) já na década de 1850, ver Eduardo SILVA, *Barões e escravidão — três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*, e Robert W. SLENES, "Escravos, cartórios e desburocratização — o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?", *Revista Brasileira de História*, 1983, nº 10, pp. 178-9. As evidências atuais contrariam a tese de que as fazendas do Oeste paulista após 1850 eram cada vez mais "centros

de exploração industrial”, em contraste com as “baronias” autárquicas do Vale; ver Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, “Prefácio do tradutor”, em Thomas DAVATZ, *Memórias de um colono no Brasil* (1850), pp. XXII-XXIV.

(18) Elizabeth Anne KUZNESOF, *Household economy and urban development* — São Paulo, 1765-1836.

(19) MATTOS DE CASTRO, *Das cores do silêncio*, parte I.

(20) Ver sobre isto: GAVIN WRIGHT, *The political economy of the Cotton South* — *household, markets and wealth in the nineteenth century*, cap. 3.

(21) SLENES, “A formação da família escrava”.

(22) Ver MARTINS, *Nem senhores, nem escravos*, e FULLER, “Pequenos agricultores”.

(23) Eram 27% pardos e 4% negros. Recenseamento de 1829, tabelas gerais (somadas corrigidas), cx. 27-27 (Maços de população, Campinas, 1815-36), APESP.

(24) Suponho aqui que os termos sobre cor contenham uma referência importante à pigmentação da pele, mesmo que traduzam também questões de cultura e de status social.

(25) Robert W. SLENES, “The demography and economics of Brazilian slavery — 1850-1888”.

(26) Idem, “*Malungu, Ngoma vem!*” — África encoberta e descoberta no Brasil”, *Revista USP*, 1990-1, nº 12, pp. 48-67; FRANCISCO V. LUNA, “Casamentos de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829”, em Sérgio NADAIIN et alii (org.), *História e população — estudos sobre a América Latina*, pp. 226-37.

(27) Muito se tem escrito sobre o efeito devastador na família escrava da preponderância de pessoas do sexo masculino no tráfico. De fato, a maioria dos onze homens acima de vinte anos na propriedade de Lúcio em 1861, onde havia apenas cinco mulheres na mesma faixa de idade, estava condenada a nunca efetivar uma união monogâmica duradoura, pelo menos dentro da mesma propriedade. No entanto, veremos adiante que a família conjugal escrava não está ausente desta história, nem da história mais ampla de Campinas.

(28) Não encontrei o assento de batismo de Valentim, o primeiro filho dela com Lúcio, o que pode indicar que ele tenha nascido em Araraquara entre 1844 (ano de nascimento do mais velho dos herdeiros de Lúcio) e a mudança de Lúcio para Campinas. O mais provável, contudo, é que Valentim nasceu após outubro de 1849, quando Lúcio comprou uma escrava de nome Rufina, e antes de 1851, quando nasceu Estanislau, o irmão mais novo de Valentim, de pai e de mãe, segundo declaração do inventariante de Lúcio. Rufina, comprada em 1849, teve duas crianças entre essa data e 1856 (possivelmente Valentim e Estanislau), segundo declaração nesse ano do homem que a vendera a Lúcio (P 3118, C1, e Inventário LGM, C3, ambos em AIC, ACM; e Assentos de batismo de Campinas, CMC).

(29) APESP, cx. 2541-106 (Polícia, 1872), pasta: “Requerimentos: junho”, Requerimento, Luís Gama ao presidente da província, 26/6/1872. Ver SLENES, “A formação da família escrava”, para uma discussão mais circunstanciada desse caso.

(30) Embargo, 1887 (Antônio A. de Azevedo Nogueira, suplicado), Cartório do Primeiro Ofício, Vassouras. Utilizo aqui material publicado em SLENES, “Escravos, cartórios e desburocratização”, pp. 173-4.

(31) Foi o representante comercial que forneceu a carta; não há indicação da proveniência da fotografia.

(32) A fotografia original está colada na folha do processo. Sobre a *carte de visite*, ver Boris KOSSOV, *Origens e expansão da fotografia no Brasil, século XIX*, pp. 42-6.

(33) Ver, por exemplo, os retratos reproduzidos em Eul-Soo PANG, *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana — alguns aspectos de sua história, 1875-1891*, pp. 104 e 132.

(34) Ver KOSSOV, *Origens e expansão*, pp. 92-3, para fotografias de interiores de estúdios. Os retratos do casal imperial estão em Gilberto FERREZ e Weston J. NAEF, *Pioneer photographers of Brazil, 1840-1920*, pp. 90-1. Para outros retratos com elementos decorativos rústicos, ver Gilberto FRIYRE, Fernando PONCE DE LEON e Pedro VASQUEZ, *O retrato brasileiro — fotografias da Coleção Francisco Rodrigues, 1840-1920*, pp. 63, 77 e 81.

(35) Cit. por FERREZ e NAEF, *Pioneer photographers*, p. 93.

(36) Visconde de TAUNAY [Alfredo d'Escagnolle], *Mocidade de Trajano*, pp. 26-7.

(37) Sampaio Peixoto também atendia “à idade dos herdeiros que são todos impúberes, à exceção de Joaquim que tem cerca de dezoito anos” e ao desejo do mesmo Joaquim de deixar a agricultura e “aplicar-se ao ofício de carapina”, a ocupação original de seu pai.

(38) José de ALENCAR, *Mãe*, em *Teatro completo*, vol. II; a primeira encenação foi em março de 1860.

(39) Para enaltecer o caráter da escrava, Alencar retratava o amor entre ela e seu senhor como desinteressado. A relação começara quando ela ainda não estava subordinada ao poder do amante. Este a comprara, grávida, para alforriar e reconhecer seu filho; e teria libertado a escrava também, se não tivesse sido surpreendido pela morte.

(40) SLENES, "The demography and economics", pp. 347-8.

(41) Inventário (Joaquim José dos Santos Camargo, inventariado), CI, AIC, CMU.

(42) Manuela CARNEIRO DA CUNHA, "Sobre os silêncios da lei — lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX", em *Antropologia do Brasil — mito, história, etnicidade*, pp. 123-44; Sidney CHALHOUB, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, cap. 2. A Lei do Ventre Livre, dessa perspectiva, representava um golpe contra o princípio de domínio senhorial, ao reconhecer o direito do escravo de acumular um "pecúlio" e usá-lo para comprar a liberdade pelo preço de sua avaliação em processos de herança.

(43) José Bonifácio de ANDRADA E SILVA, "Representação [...] sobre a escravatura", em *Memórias sobre a escravidão*, introd. G. SAIGADO; Domingos Alves Branco MUNIZ BARRETO, "Memórias sobre a abolição do comércio da escravatura", em *ibidem*; F. L. C. BURLAMAQUI, "Memória analítica [...]", em *ibidem*; PERDIGÃO MALHEIRO, *A escravidão no Brasil — ensaio histórico, jurídico, social*, vol. 1, p. 57; *Revista do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros [RIOAB]*, jul.-dez. 1867, ano VI, t. 5, n.º 1 e 2; Conferência (sessão) de 15/4/1858, 19/5/1859, 27/6/1859; *RIOAB*, jan.-jul. 1868, ano VII, t. 6, n.º 1 e 2, outras Conferências de 1859 (25/7, 15/9, 22/9, 13/10). Em 1851 o jurista Caetano Soares achava que "seria para desejar" uma lei nova e enfática sobre o assunto, já que (na sua opinião) a Ordenança de 16/1/1773 negava o direito à liberdade da escrava amante e do filho cativo do senhor (*Nova Gazeta dos Tribunais*, 1851, n.º 176). Perdigão Malheiro interpretava essa ordenança de forma diferente: PERDIGÃO MALHEIRO, *A escravidão no Brasil*. Ver Cândido MENDES DE ALMEIDA, *Ordenações filipinas*, 1870, livro 4.º, p. 939, para o texto da ordenação. Sou grato a Eduardo Spiller Pena pelas referências indicadas aqui (fora os textos de Bonifácio, Burlamaqui e Malheiro), como também as relacionadas aos Acórdãos de 1855, 1862, 1875, e 1883, citados nas notas seguintes.

(44) Acórdão de 6/2/1855, em Mancel da SILVA MAFRA, *Jurisprudência dos tribunais*, vol. 1, pp. 188-9; Acórdão de 28/10/1873, em Miguel Thomaz PESSOA, *Manual do elemento servil*, pp. 408-9.

(45) *A Província de São Paulo*, 16/1/1875, p. 2, vols. 4-5. O caso é comentado em Emília VIOTTI DA COSTA, *Da senzala à colônia*, pp. 262-3.

(46) Acórdão do Tribunal da Relação de Ouro Preto de 1/6/1875, *O Direito*, 1875, ano III, vol. 8.

(47) L. F. [sic], *Questões de liberdade — suplemento ao formulário das ações relativas ao elemento servil*, (agradeço essa referência a E. Pena). Houve, contudo, alguns tímidos avanços na "periferia" dessa questão. Em 1852, um Acórdão do Tribunal da Relação do Rio estabeleceu o direito do senhor de alienar mais que um terço de sua propriedade nas disposições testamentárias, para dar liberdade a um parente dele — se "alguns" dos herdeiros também reconhecessem o caso de parentesco (Acórdão de 4/1/1852, em José P. J. da SILVA CAROTÁ, *Apanhamento de decisões sobre questões de liberdade publicadas em diversos periódicos forenses da corte*. Em 1877, a Junta Emancipadora de Santa Maria Madalena, na província do Rio, determinou que uma mãe escrava, subordinada a seu filho menor de idade desde 1862, podia receber um lugar de preferência na aplicação do "Fundo de Emancipação" nesse município, destinado à compra de alforrias, apesar de não estar na categoria de pessoas mais favorecidas pelo regulamento desse fundo. (Ver artigo em *O Direito*, [1880], vol. 23, ano VIII, pp. 8-10.)

(48) Acórdão de 11/5/1883 do Tribunal da Relação de Pernambuco, cit. em Lenine NEQUETE, "As relações entre senhor e escravo no século XIX — o caso da escrava Honorata", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, jul. 1981, n.º 53, p. 231.

(49) PERDIGÃO MALHEIRO, *A escravidão no Brasil*, vol. 1, p. 57: "repugna ao Direito Natural que alguém possua como seu cativo seu próprio filho" (ou, da mesma forma, sua própria mãe).

(50) ALENCAR, *Teatro completo*, vol. II, p. 255. A introdução à peça foi assinada em 15/12/1859, segundo Luís VIANA FILHO, *A vida de José de Alencar*, p. 95.

(51) FRANCISCO MARTINS, "Introdução", em José de ALENCAR, *Pareceres de José de Alencar*, pp. 25-6, 28-9.

(52) Nas duas edições da peça consultadas, indica-se o 3 de fevereiro como a data em que se passa a ação da cena IV do segundo ato (ALENCAR, *Teatro completo*, vol. II, p. 275; José de ALENCAR, *Obra completa*, vol. IV, p. 313). A data na última cena da peça, portanto, seria o 4 de fevereiro; o dia seria terça-feira (de acordo com cena VIII do quarto ato). Ora, o dia 4 de fevereiro de 1855 era um domingo. A terça-feira subsequente era o dia 6 de fevereiro: exatamente a data do Acórdão de 1855. Tudo indica, portanto, que Alencar quis escrever “5”, onde se lê “3” de fevereiro. Ainda não pude verificar em que momento ou edição se introduziu o erro, repetido até hoje. Curiosamente, a bibliografia sobre Alencar insiste em desvincular a peça da política; ver, por exemplo, Arthur MOTTA, *José de Alencar (o escritor e o político) — sua vida e sua obra*, p. 132; Raimundo MAGALHÃES JÚNIOR, “Sucessos e insucessos de Alencar no teatro”, em ALENCAR, *Teatro completo*, vol. I, pp. 18-9.

(53) Há um Francisco no fogo de Pedro em 1824; não mais aparece nos censos de 1825 e 1829.

(54) Ver STEIN, *Vassouras, a Brazilian coffee country, 1850-1900*, p. 69, sobre as construções de taipa.

(55) O depósito do pecúlio com o senhor parece ter sido uma prática razoavelmente comum. O decreto regulamentando a Lei do Ventre Livre a reconhece.

(56) Sobre Sorocaba, ver Carlos VOGT, Peter FRY e Robert W. SLENES (colaborador), *Cafundó — a África no Brasil*. Sobre Campinas, ver resultados preliminares de pesquisa de Adauto DAMÁSIO, doutorando em história (Unicamp). Ver também DAMÁSIO, “Alforrias e ações de liberdade em Campinas”.

(57) APESP, CX. 2541-106 (Polícia, 1848), pasta: “1872, Requerimentos: maio”, Requerimento de Luís Gama ao chefe de polícia de São Paulo, 21/5/1872. Segundo anotação no documento, o chefe de polícia aprovou o pedido no dia seguinte.

(58) As propriedades são as de Felipe Antônio Franco e d. Ana Cândida Pacheco e Silva, respectivamente com 66 e 46 compadres e comadres de crianças batizadas nos anos de 1869-75. Ver Cartório do Primeiro Ofício Cível de Campinas (C1), CMU: Inventário, 1875 (Franco, inventariante); ACMC, livros de batismo de escravos e ingênuos nas paróquias de Nossa Senhora da Conceição e Santa Cruz. A discussão a seguir resume alguns resultados de uma pesquisa em andamento. Sobre a matrícula de escravos de 1872, ver Robert W. SLENES “O que Rui Barbosa não queimou — novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX”, *Revista de Estudos Econômicos*, 1983, 13,1, pp. 117-49.

(59) As ocupações domésticas/qualificadas (D/Q) também incluem as administrativas (por exemplo, “feitor”). Pais D/Q: casos em que pelo menos um dos pais faz trabalho D/Q. Pais de “roça”/“lavoura”: casos em que ambos os pais são assim descritos, ou em que a mãe é do setor agrário e o pai não é identificado. Na propriedade de Franco, 42% (dezesesseis em 38) são compadres D/Q; em contraste, 28% (26 em 93) de todos os escravos acima de vinte anos (o *pool* dos compadres em potencial) têm esse tipo de ocupação. Na fazenda de Pacheco e Silva, os poucos (três) compadres de pais D/Q são agrupados aqui com os dos pais de “lavoura”. Nesse caso, 43% (dez em 23) são compadres D/Q; em contraste, 19% (onze em 58) dos cativos acima de vinte anos têm esse tipo de ocupação.

(60) Na propriedade de Franco, 37% (sete em dezenove) dos compadres de pais agrícolas são D/Q, enquanto 47% (nove em dezenove) dos compadres de pais D/Q também têm essa ocupação.

(61) Na propriedade de Franco, os pais D/Q têm onze compadres livres de nascença; já os pais de “roça” têm dois compadres livres de nascença e quatro compadres libertos. Na fazenda de Pacheco e Silva, não há casos de compadres livres. (Deve-se notar que são excluídos desta análise: no caso de Franco, seis compadres que têm ocupação desconhecida e cinco que são cativos de outros senhores; no caso de Pacheco e Silva, três compadres que são da fazenda mas que não estão na lista de matrícula e vinte que são cativos de outros senhores.)

(62) As duas famílias têm vinte pessoas acima de vinte anos em 1872 e fornecem doze padrinhos no período; no outro extremo, o grupo de “recém-chegados” tem 27 pessoas acima de vinte anos e fornece apenas cinco compadres.

(63) Resumo aqui os resultados de Robert W. SLENES (colaborador), “Coping with oppression”; ver, também, SLENES, “The demography and economics”, cap. 10, pp. 530-42, especialmente tabela, p. 535. Uma síntese um pouco maior desses dados se encontra em VOGT, FRY e SLENES (colaborador), *Cafundó*, pp. 90-2.

(64) Maria BARROS, *No tempo de dantes*.

(65) Elementos do argumento a seguir foram elaborados primeiro em SIENES, "The demography and economics", caps. 10 e 11, e em trabalhos subsequentes. Ver, sobre o Rio de Janeiro, o trabalho instigante de MATTOS DE CASTRO, *Das cores do silêncio*. Sobre a família escrava, ver também Manolo FLORENTINO e José Roberto GÓES, "Parentesco e família entre os escravos do Vallim", em Hebe M. MATTOS DE CASTRO e Eduardo SCHNOOR (orgs.), *Resgate — uma janela para o Oitocentos*, pp. 139-64; Sheila S. de CASTRO FARIA, "Família escrava e legitimidade — estratégias de preservação da autonomia", *Estudos Afro-Asiáticos*, 1992, n.º 23, pp. 113-32.

(66) SIENES, "The demography and economics", cap. 10, p. 489: a estimativa para "todo o Brasil" (6,3/1000) é para as treze províncias que oferecem dados; para São Paulo e Rio de Janeiro, as estimativas são de 4,8 e 3,4/1000. Todas as estimativas são subestimativas das taxas reais, pois os dados oficiais sobre alforrias são menos completos do que os dados sobre população. As taxas antes de 1850 provavelmente eram maiores, pois os preços reais de escravos eram mais baixos.

(67) Ver *ibidem*, pp. 491-4. Nos Estados Unidos, a taxa de alforria era de 0,45/1000; ver Robert FOGEL e Stanley ENGERMAN, *Time on the cross*, vol. 1, p. 150.

(68) Ver o modelo demográfico construído por SIENES, "The demography and economics", p. 491, que sugere que um mínimo de 8,4% de uma coorte de escravos de dez anos receberia a alforria ao longo de um período de cinquenta anos, dada uma taxa de alforria de 6,3/1000 e certas pressuposições (baseadas em dados sobre Campinas) a respeito das taxas de mortalidade e da incidência da alforria nos diversos grupos de idade.

(69) *Gazeta de Campinas*: 20/12/1874, p. 3, col. 3; 18/4/1872, p. 3, col. 1; 10/3/1878, p. 3, col. 2. Foram analisados todos os anúncios na *Gazeta* nos anos pares entre 1872 e 1880 (N = 399 escravos fugidos).

(70) *Ibidem*: 5/3/1874, p. 3, col. 3; 22/10/1874, p. 3, col. 3; 11/1/1874, p. 4, col. 2.

(71) *Ibidem*, 31/3/1880, p. 2, col. 4.

(72) Estimativa baseada nos anúncios para 1874 e 1878 (N = 199 escravos fugidos). Atribuímos pontos a cada ficha de fugitivo (variando de 0 a 6), de acordo com o número de campos "não básicos" contendo informações. Fichas contendo dados em menos de três campos não básicos foram consideradas "lacônicas".

(73) *Gazeta de Campinas*, 7/4/1872, p. 3, col. 2.

(74) Processo do Tribunal do Júri, 1868 (réu: Jerônimo, escravo do capitão Manoel Ribeiro d'Arruda e Silva), processos-crimes, maço 15, Cartório do Primeiro Ofício de Registro de Imóveis [sic] de Sorocaba. Ver, também, a discussão desse processo em VOGT, FRY e SIENES (colaborador), *Cifundé*, pp. 92-4.

(75) O feitor no caso, recém-promovido, exagera no uso do açoite; como resultado, seu filho é envenenado.

(76) P 1094, Sumário-crime 28/2/1876 (a Justiça, autora; Ana, Benedito e outros, réus), Processos-crimes, Campinas, APESP.

(77) Processo de 1832, transcrito em Suely Robles REIS DE QUEIROZ, *Escravidão negra em São Paulo — um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*, pp. 218-9.

(78) Doc. 84A (20/9/1848) na pasta 1, cx. 59 (Ofícios diversos, Campinas), APESP.

(79) *Gazeta de Campinas*: 13/6/1872, p. 3, col. 3; 4/4/1872, p. 3, col. 3; 16/5/1872, p. 3, col. 3.

(80) SIENES, "Malungu, Ngoma vim!" — África encoberta e descoberta no Brasil e Na senzala uma flor (no prelo).

(81) Campinas, Recenseamento de 1801, fogo n.º 136; (Maços de população, Campinas), APESP.

(82) José M. P. VASCONCELLOS, *Ratiro dos delegados e subdelegados de polícia* [...], pp. 37 e ss.

(83) Delegado de polícia (DP), Itu, ao chefe de polícia de São Paulo (CP), 18/12/1872, e DP, Taubaté, ao CP, 12/12/1872, ambas na pasta: "Delegados, dezembro, 1872", cx. 2542-107 (Polícia, 1872), APESP; DP em exercício, Amparo, ao CP, 20/2/1876 (anexo: "Auto de qualificação", assinado pelo subdelegado de Serra Negra, 14/1/1876), pasta: "1876, Correspondência recebida, Força Pública, Recrutadas, janeiro a dezembro", cx. 2571-136 (Polícia, 1876), APESP.

(84) DP, Amparo, ao CP, 13/12/1872, pasta: "Delegados, dezembro, 1872", cx. 2542-107 (Polícia, 1872), APESP.

(85) Warren DEAN, *Rio Claro*, *passim*.

(86) Verena STOLCKE e Michael HALL, "A introdução do trabalho nas fazendas de café de São Paulo", *Revista Brasileira de História*, 1984, nº 6, pp. 80-120; e Robert W. SLENES, "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a província cafeeira do Rio de Janeiro", em Iraci del Nero da COSTA (org.), *Brasil — história econômica e demográfica*, pp. 128-33.

(87) Sobre a arquitetura das senzalas, ver SLENES, *Na senzala uma flor*, parte II.

(88) Júlio Roberto KATINSKY, "Arquitetura do açúcar", vol. III, s. p. Em 1884, o médico e viajante francês Louis Couty descreveu outra propriedade (provavelmente em São Paulo) onde houve modificações semelhantes (Louis COUTY, *O Brasil em 1884 — esboços sociológicos*, p. 149).

(89) Boris KOSSOY, *São Paulo, 1900 — imagens de Guilherme Gaensly*, p. 97.

(90) Anônimo [Arrigo de Zettiry], "A Imigração italiana em São Paulo", artigo XIV: "Os regulamentos das fazendas — as casas dos colonos", *Jornal do Comércio*, 24/10/1991, p. 2, cols. 2-4. Sobre a mobilidade geográfica dos imigrantes, ver o artigo VI dessa série ("Defeitos dos colonos italianos"), *Jornal do Comércio*, 12/8/1991, p. 3, cols. 1-4. Ver também Thomas HOLLOWAY, *Immigrants on the land — coffee and society in São Paulo, 1886-1934*, fotografias, pp. 124-5 e 204-5. Segundo DEAN, *Rio Claro* (p. 170), os "camaradas" brasileiros (a maioria negros e mulatos) que trabalhavam por salários e em turmas eram alojados às vezes nas antigas senzalas, enquanto os "colonos" italianos tinham maior remuneração e melhores condições de moradia.

(91) C. F. van DELDEN LAERNE, *Brazil and Java — report of coffee culture in America, Asia and Africa*, p. 362.

(92) Idem, ibidem, p. 138.

(93) DEAN, *Rio Claro*, p. 224, notas 38 e 39.

(94) É o famoso caso Lungaretti, recontado em detalhe por DEAN (*Rio Claro*, pp. 181-3). O homem assassinado era Diogo Sales. Baseio-me aqui em DEAN e nas reportagens sobre o caso nos jornais *Fanfulla* e *Avanti*.

(95) *Fanfulla*, 5/10/1900. Agradeço a Michael Hall suas anotações sobre esse jornal.

(96) Segundo DEAN (*Rio Claro*, p. 183), os Lungaretti eram credores da fazenda. Outros colonos na mesma situação já haviam sido expulsos, perdendo suas plantações, benfeitorias e créditos.

6. CARAS E MODOS DOS MIGRANTES E IMIGRANTES (pp. 291-335)

(1) Alvará de 25 de abril de 1818, aumentando de 160% as taxas sobre a importação de escravos africanos. A respeito de Nova Friburgo, Pedro CÚRIO, *Como surgiu Nova Friburgo*.

(2) José Xavier PINHEIRO, *Importação de trabalhadores chins — memória apresentada ao ministro da Agricultura*.

(3) Luiz PEIXOTO DE LACERDA WERNECK, *Idéas sobre colonização*, pp. 100-3.

(4) *Jornal do Comércio* (JC), 30/7/1857.

(5) JC, 6/10/1857.

(6) JC, 12/1/1864.

(7) Sobre esse capítulo, veja-se o prefácio de Sérgio Buarque de Holanda e o testemunho do colono alemão, Thomas DAVATZ, *Memórias de um colono no Brasil*, pp. 15-46.

(8) JC, 2/8/1855.

(9) Alcir LENHARO, *As tropas da moderação*, pp. 79-82 e 136. Os trabalhos de Roberto Borges Martins lançaram um importante debate nacional e internacional sobre o papel da economia mineira no Império, ver Amílcar MARTINS FILHO e Roberto BORGES MARTINS, "Slavery in a non-export economy nineteenth-century Minas Gerais revisited", *Hispanic American Historical Review*, vol. 63, nº 3. Nesse número da revista, Robert W. Slenes, Warren Dean, Stanley L. Engerman e Eugene Genovese discutem o artigo de Amílcar e Roberto Borges Martins. Sua resposta está no volume 64, nº 1, da mesma revista. Ver, ainda, Roberto BORGES MARTINS, "Minas Gerais, século XIX — tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora", *Estudos Econômicos*, 1983, vol. 13, nº 1; Robert W. SLENES, "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX", *Estudos Econômicos*, 1988, vol. 18, nº 3; Maria Odila Leite da SILVA DIAS, "Impasses do inorgânico", em Maria A. D'INCAO, (org.), *História e ideal*. Recentemente, analisando a demografia e a economia mineira com base nas listas nominativas

relativas a 400 mil pessoas elaboradas em 1831 e 1832 em Minas Gerais, Clotilde Paiva deu novo enfoque ao debate, Clotilde ANDRADE PAIVA, "População e economia nas Minas Gerais do século XIX".

- (10) Gilberto FREYRE, *Inglêses no Brasil*, p. 45.
- (11) Relatório da Alfândega do Rio de Janeiro, JC, 10/9/1855.
- (12) Robert AVÉ-LALLEMANT, *Viagem pela província de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* — 1858, pp. 68-72. Devo a citação a Maria Luiza Renaux.
- (13) Aluísio de AZEVEDO, *O cortiço*, p. 105.
- (14) Sérgio BUARQUE DE HOLANDA, *Caminhos e fronteiras*, pp. 183-9 e 198.
- (15) Sebastião FERREIRA SOARES, *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*, p. 290.
- (16) Eulália M. LAHMEYER LOBO, *História do Rio de Janeiro — do capital comercial ao capital industrial e financeiro*, vol. I, p. 284.
- (17) JC, 14/9/1851.
- (18) JC, 31/8/1853, p. 4.
- (19) *The Economist*, 9/8/1845.
- (20) Cit. por F. A. PEREIRA DA COSTA, *Vocabulário pernambucano*, *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, 1936, vol. XXXIV (159-62), verbete "Portuga".
- (21) Thomas EWBANK, *Life in Brazil*, vol. I, p. 189.
- (22) Stella F. LEVY, "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira", *Revista da Saúde Pública*, São Paulo, 1974.
- (23) *A Voz do Brasil*, Recife, 28/11/1848, J. M. FIGUEIRA DE MELLO, *Autos do inquérito da Revolução Praieira*, p. 322.
- (24) *O Povo*, 18/2/1849; exemplares desse tablóide, provavelmente inexistentes nos arquivos brasileiros, encontram-se na correspondência consular portuguesa em Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Bahia, cx. 2.
- (25) "Colonização portuguesa", JC, 25/10/1861.
- (26) JC, 20/7/1868, FERREIRA SOARES, *Notas estatísticas*, p. 73.
- (27) JC, 19/1/1863.
- (28) JC, 28/11/1856 e 9/11/1855.
- (29) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1841, t. 3, p. 141.
- (30) Janaína AMADO, *Conflito social no Brasil — a revolta dos "Mucker"*.
- (31) A. D. de PASCUAL, *Ensaio crítico sobre a viagem ao Brasil em 1852 de Carlos B. Mansfield*, pp. 34 e 193.
- (32) Luiz Felipe de ALENCASTRO e Roberto CATTELLI, *Trabalho escravo e trabalho compulsório no Brasil 1870-1930*.
- (33) Emílio WILLEMS, *A aculturação dos alemães no Brasil*, pp. 55 e 61-4.
- (34) Heinrich HOFFMANN, entrevista concedida a Maria Luiza Renaux.
- (35) Sérgio BUARQUE DE HOLANDA (org.), *História geral da civilização brasileira*, t. II, vol. 3, p. 234.
- (36) Maria Luiza RENAUX HERING, *Colonização e indústria no Vale do Itajaí — o modelo catarinense de desenvolvimento*, p. 45.
- (37) Emílio WILLEMS, *Assimilação e populações marginais do Brasil*, pp. 267-8.
- (38) RENAUX HERING, *Colonização e indústria*, pp. 90-2.
- (39) Arthur RAMBO, *Jornal de Santa Catarina*, 28/11/96, Cad. A, Destaque "Colonização" (2), p. 3A.
- (40) Jean ROCHE, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, p. 671.
- (41) Idem, ibidem, p. 679. A lei de 11 de setembro de 1861 e o decreto de 17 de abril de 1863 deram valor jurídico e efeitos civis aos casamentos não católicos.
- (42) João KLUG, *Imigração e luteranismo em Santa Catarina — a comunidade alemã de Desterro — Florianópolis*, pp. 75 e 82.
- (43) ROCHE, *A colonização alemã*, p. 671.
- (44) AMADO, *Conflito social no Brasil*, p. 59.
- (45) Pastor Rolf DÜBBERS, "Mensagens do púlpito de dias idos", em pastor Max-Heinrich FLOS (org.), *Unsere Väter — nossos pais*, p. 67.
- (46) Johann Jacob von TSCHUDI, *Reisen durch Süd-Amerika*, p. 392.
- (47) Carlos Henrique HUNSCHKE, *Protestantismo no Sul do Brasil — nos 500 anos de nascimento de Lutero (1483-1983)*, p. 21.
- (48) *Der Urwaldsbote. Kalender für die Deutschen in Südbrasilien*, p. 52.

(49) Walter PIAZZA, *A colonização de Santa Catarina*.

(50) RENAUX HERING, *Colonização e indústria*, p. 89.

(51) Giralda SEYFERT estudou amplamente esse assunto, produzindo excelente obra, *Nacionalismo e identidade étnica e "Imigração e colonização alemã no Brasil — uma revisão da bibliografia"*, *B. I. B.*, Rio de Janeiro, 1988, n.º 25, pp. 3-55.

(52) Wilhelm ROTERMUND, *Fibel für deutsche Schulen in Brasilien*.

(53) SEYFERT, "Imigração e colonização", p. 20.

(54) Sobre a expansão do sistema de ensino na Alemanha na época do Império ver Konrad H. JARAUCH, *Students, society and politics in Imperial Germany — the rise of academic liberalism*.

7. LAÇOS DE FAMÍLIA E DIREITOS NO FINAL DA ESCRAVIDÃO (pp. 337-83)

(1) Recurso apresentado à Relação do Maranhão, em 1874, por Raimundo José Lamagner Viana por intermédio de seu advogado Francisco de Melo Coutinho Vilhena, publicado em *O Direito*, 1875, n.º 7, pp. 341-54. Cit. por Lenine NEQUETE, *O escravo na jurisprudentia brasileira — magistratura e ideologia no Segundo Reinado*.

(2) Robin BLACKBURN, *The overthrow of colonial slavery, 1776-1848*.

(3) Documentação judiciária, Corte de Apelação: escravos, Processos criminais, cx. 309, n.º 1091, Arquivo Nacional.

(4) Este capítulo está baseado nos seguintes corpos documentais: Processos civis e criminais (65) da Corte de Apelação (rubrica "escravos") no Arquivo Nacional — todos os processos fichados sob a rubrica "escravos" relativos às províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (século XIX). As Ações de Liberdade (380) localizadas nas caixas relativas à Corte de Apelação. Jornais: *O Correio de Cantagalo*, *O Voto Livre*, *A Gazeta Sul-Mineira*, *O Monitor Sul-Mineiro*, *O Monitor Campista*, *Jornal do Comércio* (1886, 1888, 1889, 1894) na Biblioteca Nacional. Registros civis de nascimento e óbito das freguesias de Cachoeiras de Muriaé, Santa Rita da Lagoa de Cima e São Gonçalo (Campos, Rio de Janeiro), 1888-1900. Quanto ao uso específico do qualificativo *preto/negro* levaram-se em conta, especialmente, as 755 testemunhas livres e 237 réus e informantes cativos qualificados nos 65 processos civis e criminais relativos às províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo no Arquivo Nacional, e o material discursivo considerado nesses processos e nos jornais relacionados acima. Ver também quanto a essa afirmação Hebe M. MATTOS DE CASTRO, *Das cores do silêncio — significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil. Século XIX*, sobretudo cap. V ("A cor inexistente").

(5) Ver, entre outros, Robert W. SLENES, "The demography and economics of Brazilian slavery, 1850-1888"; Manolo FLORENTINO, *Em costas negras — um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o Rio de Janeiro, c. 1790-1830*; Sheila Siqueira de CASTRO FARIA, "Escravidão e relações familiares no Rio de Janeiro", *Estudos sobre a Escravidão II*, Cadernos do ICHÉ, ago. 1990, n.º 23; MATTOS DE CASTRO, *Das cores do silêncio*; Roberto W. SLENES, "Malungu, Ngoma vem!" — África encoberta e descoberta no Brasil, *Revista USP*, dez.-jan.-fev. 1991-2, n.º 12.

(6) Ver Silvia H. LARA, *Campos da violência — escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808*, e Sidney CHALHOUB, *Visões da liberdade — uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, cap. 1.

(7) Ver João Luis R. FRAGOSO e Manolo FLORENTINO, "Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda — estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul, 1835-1872", *Estudos Econômicos*, 1987, 17, n.º 2, pp. 151-73; Ademir GEBARA, *O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888*, cap. 3; LARA, *Campos da violência*, cap. 10.

(8) Documentação judiciária, Corte de Apelação: escravos, Processos criminais, cx. 1185, n.º 9, Arquivo Nacional.

(9) Ver, entre outros, Peter L. EISENBERG, "Ficando livre — as alforrias em Campinas no século XIX", que faz um balanço dos resultados das pesquisas quantitativas com cartas de alforrias, em *Homens esquecidos — escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*.

(10) Documentação judiciária, Corte de Apelação: escravos, Processos criminais, cx. 3709, n.º 2, Arquivo Nacional.

(11) Documentação judiciária, Corte de Apelação: escravos, Processos criminais, cx. 11959, n.º 754, Arquivo Nacional.

- (12) Ver João José REIS, *Rebelião escrava no Brasil*.
- (13) Ver SLENES, "Malungu Ngoma, vem!".
- (14) Nesse sentido, ver, entre outros, José Roberto GOES, *O cativo imperfeito*.
- (15) Apud José Antonio SOARES DE SOUZA, "Os escravos e a pena de morte no Império", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, out.-dez. 1976, nº 313, pp. 5-19. Parecer do visconde do Uruguai em 6 de novembro de 1854.
- (16) Ver, especialmente, Célia MARINHO DE AZEVEDO, *Onda negra, medo branco — o negro no imaginário das elites, século XIX*, e Maria Helena MACHADO, *O plano e o pânico — os movimentos sociais na década da Abolição*.
- (17) Documentação judiciária, Corte de Apelação: escravos, Processos criminais, cx. 8598, nº 3933, Arquivo Nacional.
- (18) Apud E. SILVA e João José REIS, *Negociação e conflito*, p. 123.
- (19) Documentação judiciária, Corte de Apelação: escravos, Processos criminais, cx. 3682, nº 5906, Arquivo Nacional.
- (20) Ver *Jornal do Comércio*, 17/10/1888 (Biblioteca Nacional).
- (21) Os jornais utilizados nesta parte do capítulo, todos do acervo da Biblioteca Nacional, foram: *O Correio de Cantagalo* (CC), conservador e antiabolicionista, publicado em Cantagalo; *O Voto Livre* (VL), liberal e abolicionista, publicado em Cantagalo, Rio de Janeiro; *O Monitor Sul-Mineiro* (MSM), monarquista e abolicionista, publicado em Campanha, Minas Gerais; *A Gazeta Sul-Mineira* (GSM), conservador e antiabolicionista, publicado em São João del Rei, Minas Gerais; *O Monitor Campista* (MC), republicano e abolicionista, publicado em Campos, Rio de Janeiro; e, ainda, *Jornal do Comércio* (JC), publicado na Corte. Todos os jornais interioranos considerados tinham uma forte penetração junto às elites agrárias locais.
- (22) Esta carta foi publicada na *Gazeta Sul-Mineira* (19/4/1888) e no *Monitor Campista* (5/4/1888), após ter saído em março no *Jornal do Comércio* e em *O Paiz*, jornais da Corte. Outras cartas, artigos e editoriais com o mesmo teor foram publicados em março e abril nos demais jornais analisados, freqüentemente acompanhando as listas de libertações locais.
- (23) Ver *O Voto Livre*, 22/4/1888, "A Abolição triunfante".
- (24) A coluna "Frutos do abolicionismo triunfante" foi publicada em *O Correio de Cantagalo* em 3, 6 e 10 de maio de 1888.
- (25) Idem.
- (26) Ver "Atas do Congresso Agrícola de Campos", MC, 20 e 22/3/1888; "Congresso dos Lavradores de São Benedito" (freguesia de Campos, transcrição das atas), MC, 11/4/1888; "Congresso Agrícola de São Fidélis" (São Fidélis, Rio de Janeiro, resumo das resoluções), MC, 27/4/1888; "Congresso Agrícola de São Sebastião" (freguesia de Campos, Rio de Janeiro, resumo das resoluções), MC, 9/5/1888, "Reunião do Club da Lavoura" (Angustura, Minas Gerais, transcrição das atas), CC, 2/2/1888; "Resolução da União dos Lavradores" (Cantagalo, Rio de Janeiro), CC, 20/5/1888.
- (27) Ver atas e resoluções citadas na nota anterior.
- (28) Ver "Aviso do ministro da Agricultura, Antônio Prado, ao diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, com validade por todo o ano de 1888", transcr. em *O Monitor Sul-Mineiro* em 14 de julho de 1888 e cit. no *Jornal do Comércio* e em *O Correio de Cantagalo*, com referência à sua utilização preferencial por recém-libertos, em 18 de agosto e em 5 de julho de 1888, respectivamente.
- (29) Ver nota anterior. Há outras referências sobre emissários de fazendeiros paulistas enviados a municípios do Rio de Janeiro (Barra Mansa e Barra do Piraí) para recrutar trabalhadores e, mesmo, sobre um emissário de Cantagalo preso nessa condição em Piraí, Rio de Janeiro. (Ver CC, 17/6/1888 e 18/10/1888.)
- (30) Ver "Desorganização do trabalho agrícola", CC, 5/7/1888.
- (31) Ver "Frutos do abolicionismo triunfante", CC, 6/5/1888.
- (32) Ver "Frutos do abolicionismo triunfante", CC, 3 e 10/5/1888; "Noticiário", CC, 9/9/1888.
- (33) Ver "A pedido", CC, 25/10/1888.
- (34) Ver "Itaguahy", JC, 20/6/1888.
- (35) Carta publicada "A pedido", no *Jornal do Comércio*, em 19 de junho de 1888, assinada por dr. F. A. Pereira de Andrade. Quanto ao consenso geral em relação a essa avaliação, nos anos de 1888 e 1889, ver "Editorial", VL, 27/1 e 12/5/1889; "Editorial", MC, 9/8/1888; "Retrospecto anual", MC, 26/1/1889; e "Editorial", MSM, 22/7/1888.

(36) Ver MC, 28/3/1888.

(37) Apud NEQUETE, *O escravo na jurisprudência brasileira*, p. 38.

(38) Campos, Cartório do Terceiro Ofício de Notas, 1894, maço 317, "Sumário de culpa por crime de desacato e desobediência contra Joaquim José de Araújo e Silva", Petição inicial.

(39) Transcrição do discurso do barão de Cotegipe no Senado em 12/5/1888, publicado pela *Gazeta Sul-Mineira* em seu primeiro número após a Abolição, em 4 de junho de 1888. Seção de Periódicos, Biblioteca Nacional.

(40) "A lavoura no estado do Rio de Janeiro I a XII", JC, jun.-ago. 1894. Foram utilizados, para este artigo, especialmente os números II, III, IV, VII, VIII, X e XI, publicados em 28 de junho, 5 e 10 de julho, 3, 4 e 18 de agosto de 1894, respectivamente.

(41) Ver Registros civis de nascimento e óbito das antigas freguesias de Nossa Senhora das Cachoeiras do Muriaé (hoje município de Italva), São Gonçalo e Santa Rita da Lagoa de Cima, do município de Campos, para a década de 1890.

(42) Evidências nesse mesmo sentido, também trabalhando com os registros civis, foram encontradas por Ana Maria Lugão Rios. Ver Ana Maria Lugão RIOS, "Família e transição — famílias negras em Paraíba do Sul. 1872-1888".

(43) Ver MACHADO, *O plano e o pânico*; Ana Maria Lugão RIOS e João Luis FRAGOSO, "Um empresário brasileiro do Oitocentos", em Hebe M. MATTOS DE CASTRO e Eduardo SCHNOOR (orgs.), *Resgate — uma janela para o Oitocentos*.

(44) Não parece, portanto, que se possa explicar o fenômeno por um maior sub-registro das crianças negras, sobretudo quando se tem o dado de que 60% dos "pardos" residentes em fazendas nos registros de óbito tinham menos de quinze anos de idade, tratando-se possivelmente de parte dos antigos "ingênuos" (afinal "nascidos livres" de acordo com a lei de 1871) e dos filhos de libertos nascidos após maio de 1888. Também cerca de 40% das crianças nascidas e registradas entre 1889 e 1894, em Santa Rita, não tiveram a cor mencionada em seus registros de nascimento. A representação proporcional entre brancos, pardos e negros entre 1889 e 1894, não se considerando os casos que não mencionam a cor, bem como entre 1895 e 1901, quando essa possibilidade já não acontece, mantém-se, entretanto, rigorosamente a mesma. Dessa forma, a negligência desse escrivão específico teria incidido de modo indiferente sobre as crianças brancas, pardas, ou mesmo filhas de recém-libertos (negras) que permaneceram no município ou tiveram acesso aos registros civis. Registros civis de São Gonçalo. Óbitos: brancos, 26,09%; negros, 26,76%; pardos, 37,16%. Nascimentos: brancos, 35,43%; negros, 16,95%; pardos, 47,62%.

8. O FIM DAS CASAS-GRANDES (pp. 385-438)

(1) Gilberto FREYRE, *Casa-grande & senzala*, p. LXVI.

(2) Georges GUSDORF, *Les écritures du moi*, pp. 62, 213 e ss.

(3) Jean DELUMEAU, *L'aveu et le pardon — les difficultés de la confession, XIII^e-XVIII^e siècle*.

(4) "Livro de família de Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (RIAP)*, 1950-3, vol. 43, pp. 429-52.

(5) O texto de João Alfredo Correia de OLIVEIRA, intitulado "O barão de Goiana e a sua época genealógica", foi publicado em 1922, na revista *O Norte*, sendo posteriormente reproduzido na *RIAP*, 1925-7, vol. 27, e reeditado numa coletânea, *Minha meninice & outros ensaios*, pp. 43-87. O diário de Goicana foi publicado e prefaciado por Fernando da CRUZ GOUVEA na *RIAP*, 1978, vol. 50, pp. 153-344.

(6) Joaquim NABUCO, *Um estadista do Império (1897-1899)*.

(7) Título do livro de Joseph De MAISTRE.

(8) Luiz VIANNA FILHO, *Três estadistas: Rui — Nabuco — Rio Branco*, p. 572.

(9) L. L. VAUTHIER: "Se tivesse de nos acompanhar fora de suas terras, não se mostraria mais assim. Calçaria então botas luzidias, com esporas de prata; o traje preto de rigor sairia da arca; ele cobriria a cabeça com um chapéu de feltro negro e montaria um cavalo elegantemente selado, far-se-ia seguir a dez passos de distância por um pajem de libré e galão de ouro ao chapéu, levando seu guarda-sol na mão e uma maleta à garupa", "Casas de residência no Brasil", em Gilberto FREYRE, *Um engenheiro francês no Brasil*, II, p. 892.

(10) Apud CRUZ GOUVEA, "O barão de Goicana e o seu diário", p. 164.

(11) Não foi provavelmente um acaso que o primeiro romance sobre a vida de engenho, *Senhora de engenho*, de Mário SETTE, publicado nos anos 20, tenha sido escrito por quem confessou só haver conhecido esse gênero de existência ao longo de duas semanas de férias num engenho da mata; *Memórias íntimas*.

(12) "Livro de família de Ambrósio Machado".

(13) Os portugueses de Goiana foram, como se sabe, a principal vítima das represálias de brasileiros indignados contra as *Farpas* escritas por Eça de Queirós e Ramalho Ortigão sobre a primeira viagem de d. Pedro II à Europa. Ver a respeito Paulo CAVALCANTI, *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*.

(14) Gilberto FREYRE, *Sobrados e mucambos*, pp. 112-4. Em sua biografia do conselheiro Nabuco, Joaquim Nabuco faria uma eliminação ainda mais radical da figura da esposa. A referência ao casamento é relegada a uma nota de pé de página numa das páginas finais do livro: *Um estadista do Império*, p. 958. E, contudo, pelo que se sabe, d. Ana Benigna coadjuvou ativamente o marido nas suas obrigações sociais na corte. Ver a respeito VIANNA FILHO, *Três estadistas*, p. 418.

(15) João Alfredo, "Minha meninice", em *Minha meninice & outros ensaios*, pp. 23-4.

(16) Conceito formulado por H. I. Marrou e desenvolvido por Paul Veyne para significar as formas de mecenato praticadas na Roma antiga.

(17) Norbert ELIAS criticaria como etnocêntrica a tendência da opinião pública ocidental em identificar sumariamente à corrupção as práticas familistas vigentes nos estados africanos, lembrando que o indivíduo que no poder protege financeira, social e politicamente os parentes não está apenas, na ótica dessas sociedades, protegendo-se a si mesmo mas cumprindo um dever de solidariedade cuja violação constituiria grave infração do sistema de normas: *La société des individus*, p. 235.

(18) *Um estadista do Império*, p. 602.

(19) J. T. NABUCO DE ARAÚJO, *Justa apreciação do predomínio do Partido Praieiro*, p. 4. Só a partir do esmagamento da Revolução Praieira é que a família Cavalcanti de Albuquerque daria mostras de disposição de abrir espaço a outros setores. O visconde de Camaragibe que substituiu o irmão, visconde de Suassuna, na chefia do Partido Conservador da província, reconheceu, num momento de objetividade sociológica, que "o cavalcantismo tinha degenerado pelo crime dos feudatários, senhores de engenho". Mas a abertura do Partido nunca teve lugar, mesmo após o falecimento de Camaragibe, substituído por João Alfredo. Contava-se, aliás, que ao receber do correligionário barão de Goiana o pedido da inclusão de João Alfredo na chapa de deputado provincial pelo distrito de Goiana, Camaragibe comentara com um amigo: "Este rapaz tem todas as vantagens. É nosso parente e não tem o nosso nome". O fato é que, ainda nos anos 70, Martinho Campos, numa alusão à quadrinha que circulava ao tempo da Revolução Praieira, referia-se à bancada pernambucana no Senado do Império, unanimemente conservadora, como estando composta de "cinco Cavalcantis e de um cavalgado", este último o visconde do Bom Conselho, o qual, sem ser membro da família, era um dos seus velhos aliados. A legitimidade da influência política de família foi um dos grandes pressupostos da política imperial, tão óbvia que nunca se falava nele, exceto em ocasiões de desafio frontal, como a Revolução Praieira ou, nos anos 80, a luta, dentro do Partido Liberal da província, entre uma ala urbana e radical, os "cachorros", e uma facção açucarocrática representada pela família Sousa Leão. Já senador, João Alfredo discursaria em defesa dos Sousa Leão, usando praticamente os mesmos argumentos que Nabuco de Araújo empregara trinta anos antes.

(20) VAUTHIER, "Casas de residência no Brasil", p. 892.

(21) Ver a respeito FREYRE, *Nordeste*, pp. 87 e ss.

(22) Julio BELLO, *Memórias de um senhor de engenho*, pp. 1, 9, 21-2 e 49-50.

(23) LOPES GAMA, *O Carapuceiro*, p. 421.

(24) VAUTHIER: "A hospitalidade, essa virtude de nossos maiores, é uma planta graciosa que se cultiva em toda parte onde os cuidados que ela requer não são muito custosos. Nos recantos afastados, fora das vias de circulação intensa, encontram-se no Brasil em plena floração. À beira das estradas freqüentadas, porém, seu cultivo seria por demais dispendioso e é forçoso descuidá-la. O proprietário do engenho fez então construir, bem à margem da estrada, a certa distância da usina [isto é, da fábrica], uma casa onde insala um dos seus rendeiros e é a esta que se dirige o viajante desconhecido que vem redamar uma refeição ou uma pousada para a noite", "Casas de residência no Brasil", p. 877.

(25) Peter L. EISENBERG, *The sugar industry in Pernambuco, 1840-1910*, p. 40.

(26) Mário LACERDA DE MELLO, *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*, pp. 91-2.

(27) Essa estrutura nuclear representou, ao menos no século XIX, a feição predominante da família açucarocrática em Pernambuco. Veja-se, por exemplo, a estatística, engenho a engenho, da população da freguesia de Jaboatão (1857). Em muitos casos, a família senhorial compõe-se apenas do marido, da mulher e dos filhos solteiros, ou de um cônjuge viúvo e dos filhos; em outros, apenas do casal ou porque não tivesse filhos ou, mais provavelmente, porque os filhos casados já não habitavam a casa-grande paterna. O filho casado, convivendo com os pais e irmãos solteiros, como no caso de Goicana, surge igualmente mas não com a mesma frequência. Falecidos os genitores, podia mesmo ocorrer que os filhos, solteiros e casados, continuassem a residir na mesma casa-grande. E havia finalmente o caso clássico das tias, irmãs celibatárias ou viúvas vivendo na companhia do irmão casado. A essa variedade de circunstância, já preside, portanto, a tendência principal que é a da família nuclear: "Freguesia de Jaboatão. Uma estatística", J. A. GONSAVES DE MELLO, *O "Diário de Pernambuco" e a história social do Nordeste*, vol. II, pp. 448-633.

(28) Lawrence STONE, *The family, sex and marriage in England, 1500-1800*, pp. 93 e ss. Que organização patriarcal e grande família não são sinônimos indica a análise por Stone do que denominou "família nuclear patriarcal restrita" (pp. 93 e ss.). Na Inglaterra da primeira modernidade, o aparecimento da família conjugal, em face dos modelos tradicionais da parentela e da clientela predominantes na aristocracia, é que acarretou precisamente o reforço do poder patriarcal e da autoridade do marido sobre a mulher e os filhos (p. 109). Pode-se dizer, portanto, que há um patriarcalismo das classes médias e subalternas.

(29) Do irmão, Prisciano, ele refere que, em quinze anos de vida conjugal, tivera nove filhos, uma média de filho a cada ano e meio, dos quais cinco sobreviveram.

(30) O livro de lembranças de Felix Cavalcanti permite constatar a persistência urbana das estruturas domésticas da família açucarocrática em meio urbano: Felix CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE MELLO, *Memórias de um Cavalcanti*.

(31) "Nosso filho de cem anos depois/ que não sabes viver nem conheces os bois/ pelos seus nomes tradicionais" (Carlos Drummond de Andrade).

(32) A respeito da região cafeeira do Paraíba do Sul, ver Stanley STEIN, *Vassouras, a Brazilian coffee country, 1850-1900*.

(33) BELLO, *Memórias de um senhor de engenho*, p. 225.

(34) GONSAVES DE MELLO, *O "Diário de Pernambuco"*, II, p. 646.

(35) VAUTHIER, "Casas de residência no Brasil", cit., p. 884.

(36) Donato BARRUCCO, *Dodici anni di residenza nel Brasile*, pp. 79 e ss.

(37) Evaldo CABRAL DE MELLO, *O Norte agrário e o Império*, pp. 23-4.

(38) CRUZ GOUVEA, "O barão de Goicana e o seu diário", cit., p. 310.

(39) NABUCO, *Minha formação*, p. 216.

(40) BELLO, *Memórias de um senhor de engenho*, p. 225.

(41) D. PEDRO II, "Viagem a Pernambuco em 1859", *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, 7-8 (1950-1), p. 445.

(42) Ruy GAMA, *Engenho e tecnologia*, pp. 134, 183 e 195.

APÊNDICE

TABELA 3
Número de parteiros por 10 000 mulheres livres e escravas

Província	Mulheres	Parteiros	Razão
Alagoas	174 512	40	2,3
Amazonas	26 140	1	0,4
Bahia	660 169	357	5,4
Ceará	355 839	118	3,3
Espírito Santo	40 671	14	3,4
Goiás	80 055	39	4,9
Maranhão	180 209	67	3,7
Mato Grosso	24 486	22	9,0
Minas Gerais	992 709	351	3,5
Pará	132 740	66	5,0
Paraíba	186 112	55	3,0
Paraná	61 912	12	1,9
Pernambuco	409 374	160	3,9
Piauí	99 955	37	3,7
Rio de Janeiro	480 730	141	2,9
Rio Grande do Norte	114 687	37	3,2
Rio Grande do Sul	208 105	129	6,2
Santa Catarina	78 645	30	3,8
São Paulo	401 010	233	5,8
Sergipe	90 664	28	3,1

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 4
Médicos, cirurgiões, farmacêuticos e parteiros por 10 000 habitantes

Província	População	Saúde	Razão
Alagoas	348 009	122	3,5
Amazonas	57 610	11	1,9
Bahia	1 379 616	817	5,9
Ceará	721 686	236	3,3
Espírito Santo	82 137	37	4,5
Goiás	160 395	60	3,7
Maranhão	359 040	149	4,1
Mato Grosso	51 745	43	8,3
Minas Gerais	2 039 735	914	4,5
Pará	275 237	170	6,2
Paraíba	376 226	98	2,6
Paraná	126 722	42	3,3
Pernambuco	834 314	340	4,1
Piauí	202 222	52	2,6
Rio de Janeiro	1 057 696	1443	13,6
Rio Grande do Norte	233 979	59	2,5
Rio Grande do Sul	434 813	344	7,9
Santa Catarina	159 802	123	7,7
São Paulo	837 354	713	8,5
Sergipe	176 243	62	3,5

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 5
Porcentagem de negros “pardos” e “pretos” na população total

Província	População Total	Pardos	Pretos	%
Alagoas	348 009	210 802	42 045	72,7
Amazonas	57 610	7644	1943	16,6
Bahia	1 379 616	633 752	371 258	72,8
Ceará	721 686	357 420	42 593	55,4
Espírito Santo	82 137	27 385	22 641	60,9
Goiás	160 395	90 498	23 718	71,2
Maranhão	359 040	167 692	76 882	68,1
Mato Grosso	51 745	19 777	9573	56,7
Minas Gerais	2 039 735	703 952	471 786	57,6
Pará	275 237	105 307	32 707	50,1
Paraíba	376 226	188 241	33 697	59,0
Paraná	126 722	34 745	13 192	37,8
Pernambuco	834 314	409 807	123 285	63,9
Piauí	202 222	116 499	28 823	71,9
Rio de Janeiro	1 057 696	254 994	338 853	56,1
Rio Grande do Norte	233 979	90 444	30 031	51,5
Rio Grande do Sul	434 813	71 257	79 472	34,7
Santa Catarina	159 802	16 594	14 374	19,4
São Paulo	837 354	196 458	167 999	43,5
Sergipe	176 243	91 024	32 354	70,0

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 6
Porcentagem da população livre que sabe ler e escrever

Província	Livres	Instruídos	%
Alagoas	312 268	41 860	13,4
Amazonas	56 631	7 613	13,4
Bahia	1 211 792	249 072	20,6
Ceará	689 773	79 560	11,5
Espírito Santo	59 478	9 732	16,4
Goiás	149 743	22 656	15,1
Maranhão	284 101	68 571	24,1
Mato Grosso	45 851	9 721	21,2
Minas Gerais	1 669 276	224 539	13,5
Pará	247 779	60 395	24,4
Paraíba	354 700	41 212	11,6
Paraná	116 162	31 816	27,4
Pernambuco	746 753	146 663	19,6
Piauí	178 427	27 770	15,6
Rio de Janeiro	716 120	213 756	29,8
Rio Grande do Norte	220 959	39 822	18,0
Rio Grande do Sul	367 022	95 303	26,0
Santa Catarina	144 818	21 926	15,1
São Paulo	680 742	141 067	20,7
Sergipe	153 620	29 138	19,0

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 8
Porcentagem de escravos na população total do município da corte

Paróquia	Total	Escravos	%
Campo Grande	9747	2816	28,9
Candelária	10 005	1843	18,4
Engenho Velho	15 756	3344	21,2
Espírito Santo	14 130	2033	14,4
Glória	22 485	4525	20,1
Guaratiba	7627	1763	23,1
Ilha do Governador	2856	603	21,1
Inhaúma	7444	1316	17,7
Irajá	5910	1439	24,3
Jacarepaguá	8218	2591	31,5
Lagoa	13 616	2722	20,0
Paqueta	1409	506	35,9
Sacramento	27 077	4150	15,3
Santa Cruz	3018	338	11,2
Santa Rita	34 835	4778	13,7
Santanna	38 903	5157	13,3
Santo Antônio	20 693	3937	19,0
São Cristóvão	10 961	2174	19,8
São José	20 282	2904	14,3
Total da corte	274 972	48 939	17,8

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 9
Porcentagem de escravos casados e viúvos sobre a população escrava

Província	Total de Escravos	Escravos Casados	Escravos Viúvos	%
Alagoas	35 741	3183	768	11,1
Amazonas	979	16	8	2,5
Bahia	167 824	26 758	7664	20,5
Ceará	31 913	1898	348	7,0
Espírito Santo	22 659	2792	452	14,3
Goiás	10 652	956	312	11,9
Maranhão	74 939	2647	716	4,5
Mato Grosso	5894	570	146	12,1
Minas Gerais	370 459	33 671	13 550	12,7
Pará	27 458	1693	594	8,3
Paraíba	21 526	1435	340	8,2
Paraná	10 560	580	161	7,0
Pernambuco	87 561	7783	1876	11,0
Piauí	23 795	1301	368	7,0
Rio de Janeiro	341 576	24 003	7201	9,1
Rio Grande do Norte	13 020	590	129	5,5
Rio Grande do Sul	67 791	1703	456	3,2
Santa Catarina	14 984	221	92	2,1
São Paulo	156 612	21 231	4390	16,4
Sergipe	22 623	2450	271	12,0

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 10
Porcentagem de escravos na população total

Província	Total	Escravos	%
Alagoas	348 009	35 741	10,3
Amazonas	57 610	979	1,7
Bahia	1 379 616	167 824	12,2
Ceará	721 686	31 913	4,4
Espírito Santo	82 137	22 659	27,6
Goiás	160 395	10 652	6,6
Maranhão	359 040	74 939	20,9
Mato Grosso	51 745	5894	11,4
Minas Gerais	2 039 735	370 459	18,2
Pará	275 237	27 458	10,0
Paraíba	376 226	21 526	5,7
Paraná	126 722	10 560	8,3
Pernambuco	834 314	87 561	10,5
Piauí	202 222	23 795	11,8
Rio de Janeiro	1 057 696	341 576	32,3
Rio Grande do Norte	233 979	13 020	5,6
Rio Grande do Sul	434 813	67 791	15,6
Santa Catarina	159 802	14 984	9,4
São Paulo	837 354	156 612	18,7
Sergipe	176 243	22 623	12,8

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 11
População escrava: número de homens em cada 100 mulheres

Província	População Escrava		
	Homens	Mulheres	Razão
Alagoas	17 913	17 828	100,5
Amazonas	487	492	99,0
Bahia	89 094	78 730	113,2
Ceará	14 941	16 972	88,0
Espírito Santo	11 859	10 800	109,8
Goiás	5372	5280	101,7
Maranhão	36 889	38 050	96,9
Mato Grosso	3219	2675	120,3
Minas Gerais	199 434	171 025	116,6
Pará	13 908	13 550	102,6
Paraíba	10 681	10 845	98,5
Paraná	5506	5054	108,9
Pernambuco	46 245	41 316	111,9
Piauí	11 945	11 850	100,8
Rio de Janeiro	187 280	154 296	121,4
Rio Grande do Norte	6571	6449	101,9
Rio Grande do Sul	35 686	32 105	111,2
Santa Catarina	8069	6915	116,7
São Paulo	88 040	68 572	128,4
Sergipe	10 840	11 783	92,0

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 12
Porcentagem de índios aldeados sobre total de escravos

Província	Escravos	Índios	%
Alagoas	35 741	6364	17,8
Amazonas	979	36 812	3 760,2
Bahia	167 824	49 855	29,7
Ceará	31 913	52 837	165,6
Espírito Santo	22 659	5529	24,4
Goiás	10 652	4250	39,9
Maranhão	74 939	10 943	14,6
Mato Grosso	5894	6574	111,5
Minas Gerais	370 459	32 499	8,8
Pará	27 458	44 589	162,4
Paraíba	21 526	9567	44,4
Paraná	10 560	9087	86,1
Pernambuco	87 561	11 866	13,6
Piauí	23 795	13 453	56,5
Rio de Janeiro	341 576	8775	2,6
Rio Grande do Norte	13 020	11 039	84,8
Rio Grande do Sul	67 791	25 717	37,9
Santa Catarina	14 984	2892	19,3
São Paulo	156 612	39 465	25,2
Sergipe	22 623	3087	13,6

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 13
População estrangeira livre: número de homens em cada 100 mulheres

Província	Estrangeiros Livres		
	Homens	Mulheres	Razão
Alagoas	978	363	269,4
Amazonas	1760	426	413,1
Bahia	7896	4411	179,0
Ceará	1101	392	280,9
Espírito Santo	1417	512	276,8
Goiás	150	77	194,8
Maranhão	2529	968	261,3
Mato Grosso	924	254	363,8
Minas Gerais	14 518	3997	363,2
Pará	5224	753	693,8
Paraíba	493	165	298,8
Paraná	2080	809	257,1
Pernambuco	8022	2314	346,7
Piauí	300	104	288,5
Rio de Janeiro	85 971	25 724	334,2
Rio Grande do Norte	416	160	260,0
Rio Grande do Sul	24 980	11 478	217,6
Santa Catarina	8357	6489	128,8
São Paulo	11 831	4736	249,8
Sergipe	387	158	244,9

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 14
Habitantes por domicílio

Província	Habitantes	Domicílios	Razão
Alagoas	348 900	60 389	5,8
Amazonas	57 610	7811	7,4
Bahia	1 379 616	181 004	7,6
Ceará	721 686	100 027	7,2
Espírito Santo	82 137	10 810	7,6
Goiás	160 395	25 222	6,4
Maranhão	359 040	49 282	7,3
Mato Grosso	51 745	6299	8,2
Minas Gerais	2 039 735	281 657	7,2
Pará	275 237	43 820	6,3
Paraíba	376 226	44 438	8,5
Paraná	126 722	22 026	5,8
Pernambuco	834 314	132 193	6,3
Piauí	202 222	30 770	6,6
Rio de Janeiro	1 057 696	134 404	7,9
Rio Grande do Norte	233 979	37 320	6,3
Rio Grande do Sul	434 813	61 451	7,1
Santa Catarina	159 802	14 656	10,9
São Paulo	837 354	65 960	12,7
Sergipe	176 243	24 646	7,2

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 15
Porcentagem de escravos africanos sobre total de escravos

Província	População Escrava			%
	Brasileiros	Africanos	Total	
Alagoas	33 364	2377	35 741	6,7
Amazonas	966	13	979	1,3
Bahia	157 543	10 281	167 824	6,1
Ceará	31 811	102	31 913	0,3
Espírito Santo	20 397	2262	22 659	10,0
Goiás	10 512	140	10 652	1,3
Maranhão	73 198	1741	74 939	2,3
Mato Grosso	5631	263	5894	4,5
Minas Gerais	342 514	27 945	370 459	7,5
Pará	26 908	550	27 458	2,0
Paraíba	21 341	185	21 526	0,9
Paraná	9822	738	10 560	7,0
Pernambuco	84 477	3084	87 561	3,5
Piauí	23 553	242	23 795	1,0
Rio de Janeiro	274 341	67 235	341 576	19,7
Rio Grande do Norte	12 599	421	13 020	3,2
Rio Grande do Sul	62 687	5104	67 791	7,5
Santa Catarina	13 856	1128	14 984	7,5
São Paulo	143 557	13 055	156 612	8,3
Sergipe	21 228	1395	22 623	6,2

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 16
Porcentagem de negros “pardos” e “pretos” na população da corte

Paróquia	Habitantes	Pretos	Pardos	%
Campo Grande	9747	4597	3021	78,2
Candelária	10 005	651	1845	24,9
Engenho Velho	15 756	2931	4404	46,6
Espírito Santo	14 130	2398	2812	36,9
Glória	22 485	3817	5341	40,7
Guaratiba	7627	3424	1993	71,0
Ilha do Governador	2856	899	705	56,2
Inhaúma	7444	1792	1655	46,3
Irajá	5910	1787	1820	61,0
Jacarepaguá	8218	3304	2933	75,9
Lagoa	13 616	2294	3408	41,9
Paqueta	1409	243	565	57,3
Sacramento	27 077	3831	6290	37,4
Santa Cruz	3018	1097	1339	80,7
Santa Rita	34 835	7206	8375	44,7
Santanna	38 903	6780	8194	38,5
Santo Antônio	20 693	3783	5685	45,8
São Cristóvão	10 961	1794	2497	39,1
São José	20 282	3278	3462	33,2
Total da corte	274 972	55 906	66 344	44,4

Fonte: Censo de 1872.

TABELA 17
População livre: número de homens em cada 100 mulheres

Província	População Livre		
	Homens	Mulheres	Razão
Alagoas	155 584	156 684	99,3
Amazonas	30 983	25 648	120,8
Bahia	630 353	581 439	108,4
Ceará	350 906	338 867	103,6
Espírito Santo	29 607	29 871	99,1
Goiás	74 968	74 775	100,3
Maranhão	141 942	142 159	99,8
Mato Grosso	24 040	21 811	110,2
Minas Gerais	847 592	821 684	103,2
Pará	128 589	119 190	107,9
Paraíba	179 433	175 267	102,4
Paraná	59 304	56 858	104,3
Pernambuco	378 695	368 058	102,9
Piauí	90 322	88 105	102,5
Rio de Janeiro	389 686	326 434	119,4
Rio Grande do Norte	112 721	108 238	104,1
Rio Grande do Sul	191 022	176 000	108,5
Santa Catarina	73 088	71 730	101,9
São Paulo	348 304	332 438	104,8
Sergipe	74 739	78 881	94,7

Fonte: Censo de 1872.

OBRAS CITADAS

INTRODUÇÃO. MODELOS DA HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA IMPERIAL

PREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. 3ª ed. aument. Rio de Janeiro, 1961, 2 t.

_____. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Recife, 1977.

LÜDTKE, Alft (org.). *Alltagsgeschichte*. Frankfurt, 1989. Trad. fr. *Histoire du quotidien*. Paris, 1994.

1. VIDA PRIVADA E ORDEM PRIVADA NO IMPÉRIO

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. "Bahia, Rio de Janeiro, et le nouvel ordre colonial, 1808-1860". In CHASE, Jeanne (org.). *Géographie du capital marchand aux Amériques 1760-1860*. Paris, 1987.

_____. "Proletários e escravos — imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro 1850-72". *Novos Estudos-Cebrap*, 1988, nº 21.

ALVES DE SOUZA, Guaraci A. "Sucessões das gerações na Bahia — reencontro de uma totalidade esquecida". Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 1996.

ALVES RIBEIRO, Joaquim A. *O manual da parteira ou Pequena compilação de conselhos na arte de pariejar, escrita em linguagem familiar*. Leipzig, 1861.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de S. Paulo — 1858. São Paulo, 1857.

Almanak Laemmert. Rio de Janeiro.

ANDRADE, Gilberto Osório de. *A cólera-morbo — um momento crítico da história da medicina em Pernambuco*. 2ª ed. Recife, 1988.

ANDRADE, Mário de. "A medicina dos excretos". In *Namoros com a medicina*. 4ª ed. Belo Horizonte, 1980.

_____. *Pequena história da música*. 3ª ed. Belo Horizonte, 1980.

Annaes de medicina brasiliense. Rio de Janeiro.

Archives du Ministère des Affaires Etrangères (França).

ARISTÓTELES. *Politique*. Liv. I, VI, 1. Texto estabel. e trad. J. AUBONNET. Paris, 1960.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Aurora Fluminense.

Autos dos inquéritos da Revolução de 1842 em Minas Gerais. Brasília, 1979.

AZEVEDO, Aluísio de. *O cortiço*. São Paulo, 1968.

BANDEIRA, Manuel. "Gonçalves Dias — esboço biográfico". In *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro, 1958.

BASTIDE, Roger. "Le spiritisme au Brésil". *Archives de Sociologie des Religions*, 1967, nº 24.

BIEDER, Robert E. *Science encounters the Indian, 1820-1880 — the early years of American ethnology*. Norman, Oklahoma, 1989.

BINZER, Ina von. *Os meus romanos (1881-1883)*. Rio de Janeiro, 1982.

- BORDALLO PINHEIRO, R. *Apontamentos de Raphael Bordallo Pinheiro sobre a picaresca viagem do imperador de Rasilb pela Europa*. (1872). São Paulo, 1996.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Caminhos e fronteiras*, 3ª ed. São Paulo, 1994.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. "Olhar escravo, ser olhado". In *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Christiano Jr.* São Paulo, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo, 1990.
- CAVALCANTI PROENÇA, M. *José de Alencar na literatura brasileira*. Rio de Janeiro, 1972.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril — cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, 1996.
- CURTIN, Philip D. *Death by migration*. Nova York, 1989.
- DANTAS, Leonardo (org.). *A Abolição em Pernambuco*. Recife, 1988.
- DEL PRIORE, Mary. "Ritos da vida privada". In NOVAIS, Fernando A., e MELIO E SOUZA, Laura de. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, 1997, vol. 1.
- DEVILLE, M. P. "Rapport [...] sur le commerce de Rio de Janeiro". (13/9/1852). Archives Nationales de France. Sér. F12-2699.
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. 2ª ed. São Paulo, 1966.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. 2ª ed. Rio de Janeiro, s. d.
- EXPILLY, Charles. *Les femmes et les mœurs du Brésil*. Paris, 1863. Trad. bras. e notas G. PENNALVA. *Mulheres e costumes do Brasil*. São Paulo, 1935.
- FERREIRA PINTO, Antônio. *O médico da primeira infância ou O conselheiro da mulher grávida e hygiene da primeira infância*. Rio de Janeiro, 1860.
- FERREIRA SOARES, Sebastião. *Esboço ou primeiros traços da crise commercial da cidade do Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1864*. Rio de Janeiro, 1865.
- FIGUEIRA DE MELLO, J. M. *Autos do inquérito da Revolução Praieira*. Brasília, 1979.
- FINLEY, Moses I. *Eslavagem antique et idéologie moderne*. Paris, 1981.
- FREYRE, Gilberto. "Introdução". In ALBUQUERQUE MELLO, F. C. de. *Memórias de um Cavalcanti*. Anot. Diogo de MELLO MENEZES. São Paulo, 1940.
- _____. *Sobrados e mucambos*. 3ª ed. aument. Rio de Janeiro, 1961, 2 t.
- _____. *Sociologia da Medicina*. Lisboa, 1967.
- _____. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX* (1961). 2ª ed. São Paulo, 1979.
- GOLOVIN, Vassili. "O Brasil meridional visto por um oficial de marinha russo no início do século XIX". *Revista de História*, abr.-jul. 1951.
- GONÇALVES DE MAGALHÃES, D. J. "Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840" (1848). *Novos Estudos-Cebrap*, 1989, nº 23.
- GONÇALVES DIAS. *Correspondência e Meditação*. In *Poesia completa e prosa escolhida*. Rio de Janeiro, 1959.
- GRAHAM, Richard. *Britain and the onset of modernization in Brazil 1850-1914*. Nova York, 1968.
- _____. *Patronage and politics in nineteenth century Brazil*. Stanford, Cal., 1990.
- GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom 1750-1925*. Nova York, 1976.
- IMBERT, J. B. A. *O manual do fazendeiro ou Tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros generalizaão às necessidades de todas as classes*. (1835). Rio de Janeiro, 1839, 2 vols. *Jornal do Comércio*.
- KARASCH, Mary C. *Slave life in Rio de Janeiro 1808-1850*. Princeton, N.J., 1987.
- LAHMEYER LOBO, Eulália M. *História do Rio de Janeiro — do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, 1978, 2 vols.
- LAUDERDALE GRAHAM, Sandra. *Proteção e obediência — criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo, 1992.
- LÉONARD, Jacques. *La France médicale au XIX^{ème} siècle*. Paris, 1978.
- LOPES GAMA, padre Miguel do Sacramento. *O Carapuceiro 1832-1842*. Ed. fx. Recife, 1983, 3 vols.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e paries meridionais do Brasil 1808-1818*. São Paulo, 1942.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha* (1844). Rio de Janeiro, s. d.
- _____. *As vítimas-algozes — quadros da escravidão*. (1869). 3ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo, 1991.
- MACHADO DE ASSIS. *Histórias sem data*. 3ª ed. Rio de Janeiro, 1989.
- _____. *Várias histórias*. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1989.
- MARANHÃO, frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres. *Foranduba maranhense* (c. 1830). Sep. *Revista de Geografia e História do Maranhão*. São Luís, 1946.
- MARCILIO, Maria Luiza. "Variations de noms et de prénoms au Brésil". *Annales de Démographie Historique*, 1972. Paris, 1972.

- MARCILIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo 1750-1850*. São Paulo, 1974.
- MARINHO, cônego José Antônio. *História da Revolução de 1842*. Brasília, 1978.
- MARTINS PENA. *Folhetins* (23/3/1847). Rio de Janeiro, 1965.
- MAURO, Frédéric. *La vie quotidienne au Brésil au temps de Pedro Segundo 1831-1889*. Paris, 1980.
- MCKITRICK, E. K. (org.). *Slavery defended*. Englewood Cliffs, N. J., 1963.
- MELLO E SOUZA, Gilda de. "Macedo, Alencar, Machado e as roupas". *Novos Estudos-Cebrap*, 1995, n.º 41.
- . *O espírito das roupas — a moda no século XIX*. São Paulo, 1987.
- MELLO E SOUZA, Laura de. "Persistências inferas — Bernardo Guimarães e o imaginário demonológico". In *O Inferno atlântico — demonologia e colonização, séculos XVI-XVIII*. São Paulo, 1993.
- MELLO MORAES, Alexandre J. de. *Corographia historica, cronographica, genealogica, nobiliarquica e politica do Império*. Rio de Janeiro, 1858-63, 5 vols.
- . *Brasil Histórico*. Rio de Janeiro, 24/7/1864.
- MEZAN ALGRANTI, Leila. *O feitor ausente — estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis, 1988.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim — uma história*. São Paulo, 1996.
- MILLIET DE SAINT-ADOLPHE, J. C. R. *Diccionario geographico historico e descriptivo do Imperio do Brazil*. Paris, 1863, 2 vols.
- MIRA, Marly A. F. B. "A história demográfica da ilha de Santa Catarina e o continente fronteiro". In COSTA, Iraci del Nero da (org.). *Brasil — história econômica e demográfica*. São Paulo, 1986.
- MORITZ SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças — cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo, 1993.
- Música no Rio de Janeiro imperial 1822-1870*. Catálogo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, s. d.
- NABUCO, Joaquim. *Obras completas de Joaquim Nabuco*. São Paulo, 1949, 14 vols.
- NABUCO DE ARAÚJO, José Tomás. *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro*. Recife, 1847.
- NAVES, Rodrigo. *A forma difícil — ensaios sobre a arte brasileira*. São Paulo, 1996.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, 1979.
- NUNES LEAL, Victor. *Coronelismo, enxada e voto*. 2.ª ed. São Paulo, 1975.
- O Cabalista Eleitoral ou Collecção alfabética e resumida de todos os avisos do Ministério do Império relativos à matéria eleitoral*. Rio de Janeiro, 1868.
- O Constitucional*.
- OLIVEIRA LIMA, M. de. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro, 1945, 3 vols.
- Ostensor Brasileiro — Jornal Litterário e Pictorial*. Rio de Janeiro, 1845-6, t. 1.
- PALLARES-BURKE, M. Lúcia. *Nísia Floresta, O Carapuceiro e outros ensaios de tradução cultural*. São Paulo, 1997.
- PEIXOTO DE LACERDA WERNECK, Luiz. *Idéas sobre colonização*. Rio de Janeiro, 1855.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. de. *Vocabulário pernambucano*. N.º esp. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, 1936, vol. xxxiv (159-62).
- PEREIRA REGO, José. *História e descrição da febre amarela epidêmica que grassou no Rio de Janeiro em 1850*. Rio de Janeiro, 1851.
- PINTO VENANCIO, Renato. "A madrinha ausente — condição feminina no Rio de Janeiro 1750-1800". In COSTA, Iraci del Nero da (org.). *Brasil — história econômica e demográfica*. São Paulo, 1986.
- QUEIRÓS MATTOSO, Katia M. de. *A Bahia no século XIX — uma província no Império*. Rio de Janeiro, 1992.
- QUINTAS, Amaro. "O sentido social da Revolução Praieira". *Revista de História*, 1954.
- Recenseamento geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil — 1890*. Rio de Janeiro, 1895.
- RAMOS TINHORÃO, José. *História social da música popular brasileira*. Lisboa, 1990.
- "Relação de uma viagem à serra dos Órgãos". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1841, t. 3.
- RHEINGANTZ, Carlos R. *Titulares do Império*. Rio de Janeiro, 1960.
- RIBEIRO DE GOES BITTENCOURT, Anna. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro, 1992, 2 vols.
- RODRIGUES DAS NEVES, Maria de Fátima. "Infância de faces negras — a criança escrava brasileira no século XIX". Dissertação de mestrado. São Paulo, USP, 1993.

- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emile ou De l'éducation*. In *Oeuvres complètes*, Paris, 1969.
- SANT'ANNA AREAS, Vilma. *Na Tapera de Santa Cruz — uma leitura de Martins Pena*. São Paulo, 1987.
- SHORTER, Edward. *Naissance de la famille moderne*. Paris, 1975.
- SIGAUD, J. F. X. *Du climat et des maladies au Brésil*. Paris, 1844.
- SILVA, Eduardo. *Prince of the people. The life and times of a Brazilian free man of colour*. Londres; Nova York, 1993.
- SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. "A interiorização da Metrópole 1808-1853". In MOTA, Carlos Guilherme. 1822 — *dimensões*. 2ª ed. São Paulo, 1986.
- SOARES DE SOUZA, P. J. "Quadro da população da província do Rio de Janeiro — 1840". In *Relatório do presidente Paulino José Soares de Souza*. Niterói, 1841.
- STUDART, barão. *Diccionario bio-bibliographico cearense*. Fortaleza, 1910-3, 2 vols.
- VIEIRA FAZENDA, José. "Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1924, t. 95, vol. 149.
- VILLALTA, Luiz Carlos. "O que se fala e o que se lê — língua, instrução e leitura". In NOVAIS, Fernando A., e MELLO E SOUZA, Laura de. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo, 1997, vol. 1.

2. O COTIDIANO DA MORTE NO BRASIL OITOCENTISTA

- A. P. D. G. *Sketches of Portuguese life, manners, costume, and character*. Londres, 1826.
- ALLEN, H. D., & THOMSON, T. R. II. *Narrative of the expedition sent by her Majesty's government to the river Niger in 1841*. Londres, 1848.
- ALVES, Antônio José. *Considerações sobre os enterramentos por abuso praticados nas igrejas e recintos das cidades; perigos que resultam d'essa prática; conselhos para construção dos cemitérios*. Salvador, 1841.
- ARAGO, M. J. *Souvenirs d'un aveugle voyage au tour du monde*. Paris, 1840.
- ARANTES CAMPOS, Adalgisa. "A terceira devoção do Setecentos mineiro — o culto a São Miguel e Almas". Tese de doutorado. São Paulo, USP, 1994.
- . "Irmandades mineiras e missas". *Vária História*, 1996, n.º 16.
- ARAÚJO, Alceu M. *Ritos, sabenças, artes e técnicas, linguagem*. São Paulo, 1964.
- Archives du Ministère des Relations Extérieures (França).
- ARIES, Philippe. *Images de l'homme devant la mort*. Paris, 1983.
- Arquivo da Cúria de Salvador.
- Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro.
- Arquivo Nacional.
- Arquivo Público da Bahia.
- Biblioteca Nacional.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. "Anúbis, ou o culto do morto". In *Superstições no Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo, 1985.
- CAMARGO GUEDES, Sandra P. L. "Atitudes perante a morte em São Paulo (séculos XVII a XIX)". Tese de mestrado. São Paulo, USP, 1986.
- CASTRO FARIA, Sheila S. de. "A Colônia em movimento — fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII)". Tese de doutorado. Niterói, UFF, 1994.
- CESAR, Getúlio. "Velório". In SOUTO MAIOR, Mário, & VALENTE, Waldemar (orgs.). *Antologia pernambucana de folclore*. Recife, 1988.
- Correio Mercantil*.
- COSTA E SILVA, Cândido da. *Roteiro de vida e de morte — um estudo do catolicismo no sertão da Bahia*. São Paulo, 1978.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil depuis 1816 jusqu'en 1831 etc.* Paris, 1839.
- DENIS, Ferdinand. *O Brasil*. Salvador, 1955.
- Diário da Bahia*.
- ELBEIN DOS SANTOS, Juana. *Os Nãgó e a morte — Pãde, Àsèsè e o culto Ègum na Bahia*. Petrópolis, 1986.
- & SANTOS, Deoscoredes M. dos. "O culto dos ancestrais na Bahia". In MOJRA, Carlos E. M. de (org.). *Olorisa — escritos sobre a religião dos orixás*. São Paulo, 1981.
- EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Trad. H. CASTRO JOBIM. Rio de Janeiro, 1973, 2 vols.
- EXPILLY, Charles. *Le Brésil tel qu'il est*. Paris, 1862.

- FARRIS THOMPSON, Robert. *Flash of the spirit*. Nova York, 1983.
- FERREIRA DE REZENDE, Francisco de Paula. *Minhas recordações*. Belo Horizonte; São Paulo, 1988.
- FONSECA, J. d'Aquino. "Memória acerca das inhumações, sepulturas, e enterros, apresentada ao Conselho Geral de Salubridade Publica da provincia de Pernambuco pelo seu presidente [...] etc.". *Arquivo Médico Brasileiro*, 1846, t. III, vol. 3.
- FREUD, Sigmund. "Nosotros y la muerte". *Freudiana*, 1991, n.º 1.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo, 1990.
- GONÇALVES DOS SANTOS, Luís (padre Perereca). *Dissertação sobre o direito dos catholicos de serem sepultados dentro das igrejas, e fora dellas nos seus adros, cemitérios e catacumbas, etc.* (1826) Rio de Janeiro, 1839.
- HUNTINGTON, Richard, & METCALF, Peter. *Celebrations of death: the anthropology of mortuary ritual*. Cambridge, 1979.
- Jornal da Bahia*.
- LANDER, Richard & John. *Journal of an expedition to explore the course and termination of the Niger — with a narrative of a voyage down that river to its termination*. Nova York, 1837.
- LE GOFF, Jacques. *La naissance du Purgatoire*. Paris, 1981.
- LINDLEY, Thomas. *Narrative of a voyage to Brazil*. Londres, 1805.
- LOPES GAMA, padre. *O Carapuceiro*. CABRAL DE MELLO, Evaldo (org.). São Paulo, 1996.
- LUCCOCK, John. *Notes on Rio de Janeiro and the Southern ports of Brazil taken during a residence of ten years in that country from 1808 to 1818*. Londres, 1820.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas-algozes — quadros da escravidão*. (1869) 3ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo, 1991.
- MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico — os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro; São Paulo, 1994.
- MINTURN, Robert. *From New York to Delhi, by way of Rio de Janeiro, Australia and China*. Nova York, 1859.
- O Alabama*.
- O Baiano*.
- O Sete de Setembro*.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. *A sociedade medieval portuguesa*. 3ª ed. Lisboa, 1974.
- PINTO DE QUEIRÓS, Bernardo José. *Práticas exhortatorias para soccorro dos moribundos, ou novo ministro de enfermos*. Lisboa, 1802.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo, 1976.
- REBOUÇAS, Manuel Maurício. "Dissertation sur les inhumations en général (leurs résultats fâcheux lors qu'on les pratique dans les églises et dans l'enceintedes villes, et des moyens d'y rémedier par des cimetières extra-muro)". Tese. Paris, Faculdade de Medicina, 1831.
- REIS, João José. *A morte é uma festa — ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, 1991.
- REIS DAVID, Onildo. *O inimigo invisível — a epidemia do cólera na Bahia, 1855-1856*. Brasília; Salvador, 1995.
- RIBEIRO DE GOES BITTENCOURT, Anna. *Longos serões do campo*. Rio de Janeiro, 1992, 2 vols.
- RICCI, Magda Maria de O. "Nas fronteiras da Independência — um estudo sobre os significados da liberdade na região de Itu (1779-1822)". Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp, 1993.
- RODRIGUES, Claudia. "Lugares dos mortos na cidade dos vivos — tradições e transformações fúnebres na corte". Tese de mestrado. Niterói, UFF, 1995.
- ROLLAND, Francisco. *Adagios, proverbios, rifões e anexins da lingua portuguesa tirados dos melhores authores nacionais e recopilados por ordem alphabetica*. Lisboa, 1780.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem pitoresca através do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo, 1979.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo, 1974.
- SCARLATA, Fellipe. "Inscrições lapidares da cidade do Salvador". Tese do I Congresso de História da Bahia. Salvador, 1949. Ms. Arquivo Municipal de Salvador.
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo, 1980.
- SEIXAS, d. Romualdo Antônio de. *Collecção das obras*. Recife, 1839-58.
- SLOANE, David Charles. *The great last necessity — cemeteries in American history*. Baltimore; Londres, 1991.

- VARELA, João. *Da Bahia do Senhor do Bonfim*. Salvador, 1936.
- VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*. Salvador, 1973.
- VINCENT-THOMAS, Louis. *La mort africaine — ideologie funeraire en Afrique noire*. Paris, 1982.
- VOVELLE, Michel. *Les âmes du Purgatoire, ou Le travail du deuil*. Paris, 1996.
- WETHERELL, James. *Brazil — stray notes from Bahia; being extracts from letters, etc., during a residence of fifteen years*. Liverpool, 1960.
- WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil, do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte, 1995.

3. A OPULÊNCIA NA PROVÍNCIA DA BAHIA

- ANDRADE, M. J. de S. *A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo, 1988.
- BLUTEAU, padre Raphael. *Vocabulario portuguez e latino [...] autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes e latinos [...] pelo pe. Raphael Bluteau [...]*. Coimbra, 1712, 10 t.
- CARDOSO DE MELLO, Zélia M. *Metamorfoses da riqueza — São Paulo 1845-1895*. São Paulo, 1990.
- _____. *Diccionario contemporâneo da lingua portuguesa, feito sobre um plano inteiramente novo*. Lisboa, 1881.
- FLORY, R. J. D. "Bahian society in the mid-colonial period — the sugar planters, the tobacco growers, merchants and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725". Tese de doutorado. Austin, University of Texas at Austin, 1978.
- FRAGOSO, João Luis R. *Homens de grossa aventura — acumulação e hierarquia social na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro, 1992.
- GAFFIOT, F. *Dictionnaire illustré latin-français*. Paris, 1934.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario de lingua portuguesa composto pelo pe. d. Raphael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Lisboa, 1789, 2 t.
- _____. *Diccionario [...] novamente emendado e muito acrescentado [...]*. Lisboa, 1813.
- Reeds. 1831, 1844, 1858, 1877 e 1890.
- OLIVEIRA, M. I. C. de. *O liberto, o seu mundo e os outros — Salvador, 1790-1890*. São Paulo, 1988.
- PANG, Eul-So. *In pursuit of honor and power — noblemen of the Southern Cross in nineteenth century Brazil*. Londres, 1988.
- QUEIRÓS MATTOSO, Katia M. de. *Bahia — Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo, 1978.
- _____. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, 1982.
- _____. *A Bahia no século XIX — uma província no Império*. Rio de Janeiro, 1992.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil — a história do levante dos malês, 1835*. São Paulo, 1986.
- _____. *A morte é uma festa — ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, 1991.
- SANTOS VILHENA, Luís dos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador, 1968, 3 vols.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos, 1550-1835*. São Paulo, 1988.
- VIANNA, Hélio. *Vultos do Império*. São Paulo, 1968.
- VIEIRA, frei Domingos. *Grande dicionario portuguez ou Thesouro da lingua portugueza pelo dr. frei Domingos Vieira dos eremitas calçados de Santo Agostinho [...]*. Porto; Rio de Janeiro; Pará, 1871-4, 5 vols.
- VIEIRA DA CUNHA, R. *O Parlamento e a nobreza brasileira*. Brasília, 1979.
- VIEIRA DO NASCIMENTO, A. A. *Dez freguesias da cidade do Salvador*. Salvador, 1986.
- _____. *Patriarcado e religião — as enclausuradas clarissas do Convento do Desterro da Bahia, 1677-1890*. Bahia, 1994.

4. IMAGEM E AUTO-IMAGEM DO SEGUNDO REINADO

- Almanak Laemmert*.
- Anais do Congresso de História do Segundo Reinado*. Nov. 1975.
- Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

- BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo, 1982.
- CAMPOS ABREU, Martha. "O Império do Divino — festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro 1830-1900". Tese de doutorado. Campinas, Unicamp, 1996, 2 vols.
- FABRIS, A. *Usos e funções da fotografia no século XIX*. São Paulo, 1993.
- FERRAZ DE LIMA, Solange. "Circuito social da fotografia — estudo de caso II". In FABRIS, A. *Usos e funções da fotografia no século XIX*. São Paulo, 1993.
- FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil 1840-1900*. Rio de Janeiro, 1985.
- Gazeta da Noite*.
- Gazeta de Notícias*.
- Jornal das Senhoras*.
- Jornal do Comércio*.
- KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte, 1980.
- KOSSOY, Boris. *Hércules Florence — 1833: a descoberta isolada da fotografia no Brasil*. São Paulo, 1980.
- _____. & TUCCI CARNEIRO, Maria Inês. *O olhar europeu — o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo, 1994.
- MATTOS, Ilmar R. *O tempo saquarema*. São Paulo, 1987.
- MAUAD ESSUS, Ana Maria. "Sob o signo da imagem — a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social, pela classe dominante, na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX". Tese de doutorado. Niterói, UFF, 1990.
- _____. "Resgate de memórias". In MATTOS DE CASTRO, Hebe M., & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate — uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro, 1995.
- MELLO E SOUZA, Gilda de. *O espírito das roupas — a moda no século XIX*. São Paulo, 1987.
- MENEZES DE MORAES, Roberto. *O casal Furquim Werneck e sua descendência*. Rio de Janeiro, 1985.
- _____. *Os Ribeiro de Avellar na Fazenda Pau-Grande*. Rio de Janeiro, 1994.
- MOREIRA LEITE, Miriam. "Família — século XIX". In *Retratos de família*. São Paulo, 1993.
- NAVES, Rodrigo. "Debret, o neoclassicismo e a escravidão". In *A forma difícil — ensaios sobre a arte brasileira*. São Paulo, 1996.
- Novo Correio das Modas*.
- O Gosto*.
- O Paiz*.
- PINHO, Wanderley. *Salões e damas do Segundo Reinado*. 3ª ed. São Paulo, 1959.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brazil pittoresco*. Rio de Janeiro, 1976, 2 vols.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Trad. Cláudio Ribeiro de Lessa. Rio de Janeiro, 1944, 2 t.
- SCHNOOR, Eduardo. "Das casas de morada às casas de vivenda". In MATTOS DE CASTRO, Hebe M., & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate — uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro, 1995.
- SILVA TELLES, Augusto C. da. "Visita de Pedro II a Vassouras". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 1968, n.º 16.
- SOUSA NEVES, Margarida de. "As vitrines do progresso". Tese. Rio de Janeiro, PUC, 1986.
- _____. "As arenas pacíficas". *Gávea: Revista de História da Arte e Arquitetura*. Rio de Janeiro, 1988, n.º 5.
- SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo, 1990.
- TAUNAY, Afonso d'Escagnolle. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro, 1939.
- TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos — a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro, 1995.
- VASQUEZ, Pedro. *D. Pedro II e a fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro, s. d.
- ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo, 1975.

5. SENHORES E SULBALTERNOS NO OESTE PAULISTA

A Província de São Paulo.

ALENCAR, José de. *Mãe*. In *Teatro completo*. Rio de Janeiro, 1960.

_____. *Obra completa*. Rio de Janeiro, 1960, 4 vols.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. "Representação [...] sobre a escravatura". In SALGADO, G. (introd.). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro, 1988.

Arquivo da Coletoria de Campinas.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas.

Arquivo Judiciário de Campinas.

Arquivo Público do Estado de São Paulo.

BACELLAR, Carlos. *Os senhores da terra — família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas, no prelo.

BARROS, Maria. *No tempo de danies*. São Paulo, 1946.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. "Prefácio do tradutor". In DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. São Paulo, 1972.

BURLAMAQUI, Frederico L. C. "Memória analítica [...]". In SALGADO, G. (introd.). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro, 1988.

CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo, 1952, 2 vols.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. "Sobre os silêncios da lei — lei costumeira e positiva nas alforrias de escravos no Brasil do século XIX". In *Antropologia do Brasil — mito, história, etnicidade*. São Paulo, 1986.

CASTRO FARIA, Sheila Siqueira de. "Família escrava e legitimidade — estratégias de preservação da autonomia". *Estudos Afro-Asiáticos*, 1992, nº 23.

———. *A Colônia em movimento — fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro, no prelo.

Centro de Memória da Unicamp.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade — uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, 1990.

COUTY, Louis. *O Brasil em 1884 — esboços sociológicos*. Trad. Lígia VASSALO. Rio de Janeiro; Brasília, 1984.

DAMÁSIO, Adauto. "Alforrias e ações de liberdade em Campinas". Tese de mestrado. Campinas, Unicamp, 1995.

DEAN, Warren. *Rio Claro*. São Paulo, 1976.

DELLEN LAËRNE, C. F. van. *Brazil and Java — report of coffee culture in America, Asia and Africa*. Londres; Haia, 1885.

EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos — escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas, 1989.

Fanfulla.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, 1965.

FERREZ, Gilberto, & NAEF, Weston J. *Pioneer photographers of Brazil, 1840-1920*. Nova York, 1976.

FLORENTINO, Manolo, & GÓES, José Roberto. "Parentesco e família entre os escravos do Vallim". In MATTOS DE CASTRO, Hebe M., & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate — uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro, 1995.

FOGEL, Robert, & ENGERMAN, Stanley. *Time on the cross*. Boston, 1974, 2 vols.

Fórum de Campinas.

FREYRE, Gilberto, PONCE DE LEON, Fernando, & VASQUEZ, Pedro. *O retrato brasileiro — fotografias da Coleção Francisco Rodrigues, 1840-1920*. Rio de Janeiro, 1983.

FULLER, Cláudia M. "Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora (Campinas, 1820-1840)". Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp, 1995.

Gazeta de Campinas.

HOLLOWAY, Thomas. *Immigrants on the land — coffee and society in São Paulo, 1886-1934*. Raleigh, 1980.

KATINSKY, Júlio Roberto. "Arquitetura do açúcar". Mimeo. São Paulo, abr. 1977.

KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, 1980.

———. *São Paulo, 1900 — imagens de Guilherme Gaensly*. São Paulo, 1988.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. *Household economy and urban development — São Paulo, 1765-1836*. Boulder, 1986.

LUNA, Francisco V. "Casamentos de escravos em São Paulo: 1776, 1804, 1829". In NADALIN et alii, Sérgio (org.). *História e população — estudos sobre a América Latina*. São Paulo, 1990.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. "Sucessos e insucessos de Alencar no teatro". In ALENCAR, José de. *Teatro completo*. Rio de Janeiro, 1960.

MANNING, Patrick. *Slavery and African life — Occidental, Oriental, and African slave trades*. Cambridge, 1990.

MARTINS, Francisco. "Introdução". In ALENCAR, José de. *Pareceres de José de Alencar*. Rio de Janeiro, 1960.

- MARTINS, Roberto D., & MARTINS FILHO, Amílcar. "Slavery in a non-export economy — nineteenth-century Minas Gerais revisited". *Hispanic American Historical Review*, ago. 1983, 63, n.º 3.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos — os pequenos agricultores em Campinas na primeira metade do século XIX*. Campinas, no prelo.
- MATOS DE CASTRO, Hebe M. *Das cores do silêncio — significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil. Século XIX*. Rio de Janeiro, 1993.
- MENDES DE ALMEIDA, Cândido. *Ordenações filipinas*. Rio de Janeiro, 1870.
- METCALF, Alida C. *Family and frontier in Colonial Brazil — Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Berkeley, 1992.
- MILLER, Joseph. *Way of death*. Madison, 1990.
- MOTTA, Arthur. *José de Alencar (o escritor e o político) — sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro, 1921.
- MUNIZ BARRETO, Domingos Alves Branco. "Memórias sobre a abolição do comércio da escravatura". In SALGADO, G. (introd.). *Memórias sobre a escravidão*. Rio de Janeiro, 1988.
- NEQUETE, Lérine. "As relações entre senhor e escravo no século XIX — o caso da escrava Honorata". *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, jul. 1981, n.º 53.
- O Direito*. Rio de Janeiro, 1880.
- PANG, Eul-Soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana — alguns aspectos de sua história, 1875-1891*. Rio de Janeiro, 1979.
- PERDIGÃO MALHEIRO, A. M. *A escravidão no Brasil — ensaio histórico, jurídico, social*. 3.ª ed. Petrópolis, 1976, 2 vols.
- PESSOA, Miguel Thomaz. *Manual do elemento servil*. Rio de Janeiro, 1875.
- Questões de liberdade — suplemento ao formulário das ações relativas ao elemento servil*. Rio de Janeiro, 1880.
- REIS DE QUEIROZ, Suely Robles. *Escravidão negra em São Paulo — um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX*. Rio de Janeiro; Brasília, 1977.
- SCHORER PETRONE, Maria Thereza. *A lavoura canavieira em São Paulo — expansão e declínio*. São Paulo, 1968.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, 1981.
- SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão — três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro, 1984.
- SILVA CAROATÁ, José P. J. da. *Apanhamento de decisões sobre questões de liberdade publicadas em diversos periódicos forenses da corte*. Bahia, 1867.
- SILVA MAFRA, Manoel da. *Jurisprudência dos tribunais*. Rio de Janeiro, 1868, 3 vols.
- SLENES, Robert W. "The demography and economics of Brazilian slavery — 1850-1888". Tese de doutorado. Stanford, Stanford University, 1976.
- . "Coping with oppression". Trabalho apresentado no Congresso Anual da Southern Historical Association, Saint-Louis, 1978.
- . "Escravos, cartórios e desburocratização — o que Rui Barbosa não queimou será destruído agora?". *Revista Brasileira de História*, 1983, n.º 10.
- . "O que Rui Barbosa não queimou — novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX". *Revista de Estudos Econômicos*, 1983, n.º 13.
- . "Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a província cafeeira do Rio de Janeiro". In COSTA, Iraci del Nero da (org.). *Brasil — história econômica e demográfica*. São Paulo, 1986.
- . "Malungu, Ngoma vem!" — África encoberta e descoberta no Brasil". *Revista USP*, dez.-jan.-fev. 1991-2, n.º 12.
- . "A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste — Campinas, um caso paradigmático no século XIX". *Revista do CEDHAL*, 1997, n.º 1.
- . *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil. Sudeste. Século XIX*. Rio de Janeiro, no prelo.
- SMITH DUNCAN, Julian. *Public and private operation of railways in Brazil*. Nova York, 1932.
- STEIN, Stanley. *Vasscuras, a Brazilian coffee country, 1850-1900*. Princeton, 1985.
- STOLCKE, Verena, & HALL, Michael. "A introdução do trabalho nas fazendas de café de São Paulo". *Revista Brasileira de História*, 1984, n.º 6.
- TAUNAY, [Alfredo d'Esraghnolle], visconde de. *Mocidade de Trajano*. (1871). 2.ª ed. São Paulo, 1984.
- VASCONCELLOS, José M. P. *Roteiro dos delegados e subdelegados de polícia [...]*. Rio de Janeiro, 1857.

- VIANA FILHO, Luís. *A vida de José de Alencar*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro, 1979.
- VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da senzala à colônia*. 2ª ed. São Paulo, 1982.
- VOGT, Carlos, FRY, Peter, & SLENES, Robert W. (colaborador). *Cafundó — a África no Brasil*. São Paulo, 1996.
- WRIGHT, Gavin. *The political economy of the Cotton South*. Nova York, 1978.
- ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo*. São Paulo, 1953.

6. CARAS E MODOS DOS MIGRANTES E IMIGRANTES

A Voz do Brasil

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de, & CAIELLI, Roberto. *Trabalho escravo e trabalho compulsório no Brasil 1870-1930*. Relatório de pesquisa Finep-Cebrap. São Paulo, 1969.
- AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil — a revolta dos "Mucker"*. São Paulo, 1976.
- ANDRADE PAIVA, Clotilde. "População e economia nas Minas Gerais do século XIX". Tese de doutorado. São Paulo, USP, 1996.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela província de Santa Catarina, Paraná e São Paulo — 1858*. São Paulo, 1980.
- AZEVEDO, Aluísio de. *O cortiço*. São Paulo, 1968.
- BORGES MARTINS, Roberto. "Minas Gerais, século XIX — tráfico e apego à escravidão numa economia não exportadora". *Estudos Econômicos*, 1983, vol. 13, nº 1.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. "Prefácio". In DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil* (1850). Belo Horizonte, 1980.
- _____. (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de Janeiro, 1987.
- _____. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo, 1994.
- CÚRIO, Pedro. *Como surgiu Nova Friburgo*. Rio de Janeiro, 1974.
- Der Urwaldsbote. Kalender für die Deutschen in Südbrasilien*. Blumenau, 1990.
- DÖBBERS, pastor Rolf. "Mensagens do púlpito de dias idos". In FLOS, pastor Max-Heinrich (org.). *Unsere Väter — nossos pais*. São Leopoldo, 1961.
- EWBANK, Thomas. *Life in Brazil*. (1856). Trad. H. CASTRO JOBIM. *A vida no Brasil*. Rio de Janeiro, 1973, 2 vols.
- FERREIRA SOARES, Sebastião. *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil*. (1860). Rio de Janeiro, 1977.
- FIGUEIRA DE MELLO, J. M. *Autos do inquérito da Revolução Praieira*. Brasília, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Inglêses no Brasil*. (1948). 2ª ed. Rio de Janeiro, 1977.
- Hispanic American Historical Review*, vol. 64, nº 1.
- HOFFMANN, Heinrich. Entrevista concedida a Maria Luiza Renaux. Brusque, ago. 1977. Acervo particular da autora.
- HUNSCH, Carlos Henrique. *Protestantismo no Sul do Brasil — nos 500 anos de nascimento de Lutero (1483-1963)*. Porto Alegre, 1983.
- JARAUCH, Konrad H. *Students, society and politics in Imperial Germany — the rise of academic liberalism*. Princeton, 1982.
- Jornal do Comércio*.
- KLUG, João. *Imigração e luteranismo em Santa Catarina — a comunidade alemã de Desterro — Florianópolis*. Florianópolis, 1994.
- LAHMEYER LOBO, Eulália M. *História do Rio de Janeiro — do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro, 1978, 2 vols.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo, 1979.
- LEVY, Stella F. "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira". *Revista da Saúde Pública*. São Paulo, 1974.
- MARTINS FILHO, Amílcar, & BORGES MARTINS, Roberto. "Slavery in a non-export economy — nineteenth-century Minas Gerais revisited". *Hispanic American Historical Review*, vol. 63, nº 3.
- O Povo*.
- PASCUAL, A. D. de. *Ensaio crítico sobre a viagem ao Brasil em 1852 de Carlos B. Mansfield*. Rio de Janeiro, 1981.
- PEIXOTO DE LACERDA WERNECK, Luiz. *Idéias sobre colonização*. Rio de Janeiro, 1855.
- PEREIRA DA COSTA, F. A. de. *Vocabulário pernambucano*. N.º esp. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, 1936, vol. XXXIV (159-62).

- PIAZZA, Walter. *A colonização de Santa Catarina*. 2ª ed. Florianópolis, 1988.
- PINHEIRO, José Xavier. *Importação de trabalhadores chins — memória apresentada ao ministro da Agricultura*. Rio de Janeiro, 1869.
- RAMBO, Arthur. "Colonização". *Jornal de Santa Catarina*. Cad. A, 28/11/96.
- RENAUX HERING, Maria Luiza. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí — o modelo catariense de desenvolvimento*. Blumenau, 1987.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1841, t. 3.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1969.
- ROTERMUND, Wilhelm. *Fibel für deutsche Schulen in Brasilien*. São Leopoldo, s. d.
- SEYFERT, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis, 1961.
- . "Imigração e colonização alemã no Brasil — uma revisão da bibliografia". B. I. B. Rio de Janeiro, 1986, nº 25.
- SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. "Impasses do inorgânico". In D'INCAO, Maria A. (org.). *História e ideal*. São Paulo, 1989.
- SLENES, Robert W. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX". *Estudos Econômicos*, 1988, vol. 18, nº 3.
- The Economist*.
- TSCHUDI, Johann Jacob von. *Reisen durch Süd-Amerika*. Leipzig, 1967.
- WILLENS, Emílio. *Assimilação e populações marginais do Brasil*. Rio de Janeiro, 1940.
- . *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, 1946.

7. LAÇOS DE FAMÍLIA E DIREITOS NO FINAL DA ESCRAVIDÃO

- Arquivo Nacional.
- A Gazeta Sul-Mineira*.
- BLACKBURN, Robin. *The overthrow of colonial slavery, 1776-1848*. Londres, 1988.
- CASTRO FARIA, Sheila Siqueira de. "Escravidão e relações familiares no Rio de Janeiro". *Estudos sobre a Escravidão II, Cadernos do ICHE*, ago. 1990, nº 23.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade — uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, 1990.
- FLORENTINO, Manoel. *Em costas negras — um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o Rio de Janeiro, c. 1790-1830*. Rio de Janeiro, 1995.
- FRAGOSO, João Luis R., & FLORENTINO, Manoel. "Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda — estudo sobre famílias escravas em Paraíba do Sul. 1835-1872". *Estudos Econômicos*. São Paulo, USP, 1987, 17, nº 2.
- GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888*. São Paulo, 1986.
- GOES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. Vitória, 1992.
- Jornal do Comércio*.
- EISENBERG, Peter L. "Ficando livre — as alforrias em Campinas no século XIX". *Homens esquecidos — escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX*. Campinas, 1989.
- LARA, Sílvia H. *Campos da violência — escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro: 1750-1808*. Rio de Janeiro, 1988.
- MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico — os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro; São Paulo, 1994.
- MATTOS DE CASTRO, Hebe M. *Das cores do silêncio — significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil. Século XIX*. Rio de Janeiro, 1993.
- & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). *Resgate — uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro, 1995.
- MARINHO DE AZEVEDO, Célia. *Onda negra, medo branco — o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro, 1987.
- NEQUETE, Lenine. *O escravo na jurisprudência brasileira — magistratura e ideologia no Segundo Reinado*. Porto Alegre, 1988.
- O Correio de Cantagalo*.
- O Direito*.
- O Monitor Campista*.
- O Monitor Sul-Mineiro*.
- O Patz*.
- O Voto Livre*.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo, 1986.

- RIOS, Ana Maria Lugão. "Família e transição — famílias negras em Paraíba do Sul. 1872-1888". Dissertação de mestrado. Niterói, UFF, 1990.
- SILVA, Eduardo, & REIS, João José. *Negociação e conflito — a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, 1989.
- SLENES, Robert W. "The demography and economics of Brazilian slavery, 1850-1888". Tese de doutorado. Stanford University, 1976.
- . "'Malungu, Ngoma vem!' — África encoberta e descoberta no Brasil". *Revista USP*, dez.-jan.-fev. 1991-2, nº 12.
- SOARES DE SOUZA, José Antonio. "Os escravos e a pena de morte no Império". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, out.-dez. 1976, nº 313.

8. O FIM DAS CASAS-GRANDES

- BARRUCCO, Donato. *Dodici anni di residenza nel Brasile*. Bolonha, 1903.
- BELLO, Julio. *Memórias de um senhor de engenho*. 2ª ed. Recife, 1985.
- CABRAL DE MELLO, Evaldo. *O Norte agrário e o Império*. Rio de Janeiro, 1984.
- CAVALCANTI, Paulo. *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, 1966.
- CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE MELLO, Felix. *Memórias de um Cavalcanti*. São Paulo, 1940.
- CORREIA DE OLIVEIRA, João Alfredo. "O barão de Goiana e a sua época genealógica". *O Norte*, 1922.
- . *Minha meninice & outros ensaios*. Recife, 1988.
- CRUZ GOUVEA, Fernando da. "O barão de Goiana e o seu diário". *RIAP*, 1978, vol. 50.
- DELUMEAU, Jean. *L'aveu et le pardon — les difficultés de la confession, XIII^e-XVIII^e siècle*. Paris, 1993.
- ELIAS, Norbert. *La société des individus*. Paris, 1991.
- EISENBERG, Peter L. *The sugar industry in Pernambuco, 1840-1910*. Los Angeles, 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. Rio de Janeiro, 1937.
- . *Sobrados e mucambos*. 8ª ed. Rio de Janeiro, 1990.
- . *Casa-grande & senzala*. 36ª ed. Rio de Janeiro, 1992.
- GAMA, Ruy. *Engenho e tecnologia*. São Paulo, 1983.
- GONSALVES DE MELLO, J. A. O. "Diário de Pernambuco" e a história social do Nordeste. Recife, 1975, 2 vols.
- GUSDORF, Georges. *Les écritures du moi*. Paris, 1994.
- LACERDA DE MELLO, Mário. *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*. Rio de Janeiro, 1958.
- "Livro de família de Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti". *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, 1950-3, vol. 43.
- LOPES GAMA, padre Miguel do Sacramento. *O Carapuceiro*. São Paulo, 1996.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império (1897-1899)*. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1975.
- . *Minha formação*. Rio de Janeiro, 1900.
- NABUCO DE ARAÚJO, José Tomás. *Justa apreciação do predomínio do partido praieiro*. Recife, 1847.
- PEDRO II, d. "Viagem a Pernambuco em 1859". *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, 1950-1, vols. 7-8.
- SETTE, Mário. *Memórias íntimas*. Recife, 1980.
- STEIN, Stanley. *Vassouras, a Brazilian coffee country, 1850-1900*. Cambridge, 1957.
- STONE, Lawrence. *The family, sex and marriage in England, 1500-1800*. Londres, 1979.
- VAUTHIER, L. L. "Casas de residência no Brasil". In FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, 1960.
- VIANNA FILHO, Luiz. *Três estadistas: Rui — Nabuco — Rio Branco*. Rio de Janeiro, 1981.

• CRÉDITOS DAS ILUSTRAÇÕES

1. VIDA PRIVADA E ORDEM PRIVADA NO IMPÉRIO

- 1 Charles Simon Pradier, 1818, gravura a buril. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.
- 2 Cândido Mendes, *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1868, estampa. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 3 Código Criminal do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1831. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 4 Fotografia de Militão Augusto de Azevedo, c. 1870. In KOSSOV, Boris, & TUCCI CARNEIRO, M. Luiza. *O olhar europeu — o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo, 1994.
- 5 Emil Bauch, *Largo do Corpo Santo*. Recife, meados do século XIX, gravura. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas-Artes.
- 6 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 7 Fotografia de Revert Henrique Klumb, 1860. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 8 Fotografia de Marc Ferrez, 1870. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 9 Paul Harro-Harring, 1840, aquarela. São Paulo, Instituto Moreira Salles.
- 10 Cândido Mendes, *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1868, estampa. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 11 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, diversos anúncios, ago. 1852. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 12 *Ibidem*, out. 1854. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 13 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 14 Machado de Assis, *Helena*. Rio de Janeiro, 1876. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 15 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1867. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 16 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, abr. 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 17 *Ibidem*, set. 1854. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 18 *Ibidem*, ago. 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 19-21 *Ibidem*, diversos exemplares, 1854. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 22-23 *Ibidem*, ago. 1851. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 24 *Ibidem*, out. 1854. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 25 c. 1850. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.
- 26-27 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, maio 1853 e ago. 1854. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 28 *Ibidem*, dez. 1851. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 29-30 *Ibidem*, ago. 1852 e fev. 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 31 *Ibidem*, set. 1851. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.

- 32 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1863. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 33 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, mar. 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 34 *O Arlequim*. Rio de Janeiro, 1867, n.º 28, p. 5. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 35 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, fev. 1854. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 36 *Ibidem*, maio 1852. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 37 Paul Harro-Harring, 1840, aquarela. São Paulo, Instituto Moreira Salles.
- 38 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, jan. 1852. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 39 *Ibidem*, jun. 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 40 Fotografia de Henschel. Rio de Janeiro, c. 1870. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 41 *Bazar Volante*. Rio de Janeiro, 1863, vol. 1, ano 1, n.º 1, p. 4. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 42 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1868, p. 2917. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 43 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, abr. 1852. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 44 *Bazar Volante*. Rio de Janeiro, 1863, vol. 1, ano 1, n.º 27, p. 8. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 45 Dados extraídos do *Almanak Laemmert*, 1859. França, Bibliothèque Nationale de Paris. Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 46 A. Agostini, *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1876, n.º 10. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
- 47 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1861, p. 36. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 48 *O Arlequim*. Rio de Janeiro, 1867, n.º 27, p. 5. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 49 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 50 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1867, p. 2692. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 51 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ago. 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 52 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1874, p. 5533. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 53 *Doctrine de l'Ecole de Rio de Janeiro et pathogénésie brésilienne*. Paris; Rio de Janeiro, 1849. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 54 Fotografia de Christiano Jr., c. 1860, SPHAN. In AZEVEDO, P. C. de, & LISOVSKY, M. *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Cristiano Júnior*. São Paulo, 1988.
- 55 In ADONIAS, Isa (org.). *IHGB 150 anos*. Rio de Janeiro, 1990.
- 56 E. Rensburg, *Album do Rio de Janeiro e seus arrabaldes*, s. d. Rio de Janeiro, meados do século XIX. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 57-58 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ago. e set. 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 59 *Ibidem*, nov. 1854. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 60 *Ibidem*, ago. 1854. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 61 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1873, p. 5004. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 62 Fotografia de Christiano Jr., c. 1860. In AZEVEDO, P. C. de, & LISOVSKY, M. *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Cristiano Júnior*. São Paulo, 1988.
- 63 J. M. de Macedo, *As vítimas-algozes*. Rio de Janeiro, 1869. São Paulo, Coleção José Mindlin.

2. O COTIDIANO DA MORTE NO BRASIL OITOCENTISTA

- 1 J. M. Rugendas, gravura, *Voyage pittoresque dans le Brésil*. Paris, 1833. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 2 Kidder e Fletcher, *Brazil and Brazilians*. Filadélfia, Penn., 1857. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 3 J. M. Rugendas, gravura, *Voyage pittoresque dans le Brésil*. Paris, 1833. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 4 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1863, p. 897. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 5 J. B. Debret, gravura, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris, 1834. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 6 Ex-voto, século XIX, têmpera sobre madeira. Ouro Preto, Museu da Inconfidência.

- 7 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 8 J. B. Debret, gravura, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris, 1834. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 9 Idem, ibidem. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 10 Idem, ibidem. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 11 *Bazar Volante*. Rio de Janeiro, vol. 3, ano 3, n.º 4, p. 5. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 12 Estampa, 1912. Rio de Janeiro, Coleção Carlos Eugênio Dufriche.
- 13 J. B. Debret, gravura, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris, 1834. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 14 Madeira trabalhada. Ouro Preto, Museu da Inconfidência.
- 15 J. B. Debret, gravura, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris, 1834. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 16 Idem, ibidem. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 17 Idem, ibidem. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 18 J. B. Debret, gravura, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris, 1834. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 19 Idem, ibidem. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 20 Documentação de João José Reis. Salvador, 1996.
- 21 Mary Graham, c. 1824. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 22 Fotografia de Augusto Riedel, 1868. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 23 Fotografia de Felipe Augusto Fidanza, c. 1870. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 24 Ibidem, c. 1870. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 25 Fotografia de Augusto Riedel, 1868. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 26-29 In PRADO VALLADARES, Clarival do. *Nordeste histórico e monumental*. Salvador, 1981, 4 vols., vol. 4, pp. 239-42.
- 30 Documentação de João José Reis. Salvador, 1980.
- 31 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ago. 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 32 Ibidem, maio 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 33-34 Rodolfo Bernardelli (1852-1931), nanquim. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas-Artes.

3. A OPULÊNCIA NA PROVÍNCIA DA BAHIA

- 1 In FERREZ, Gilberto. *Bahia, velhas fotografias, 1858-1900*. Rio de Janeiro, 1988. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 2 Cândido Mendes, *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1868. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 3 H. Lewis e Mary Graham, c. 1840, aquarela. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 4 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 5 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 6 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 7 Fotografia anônima, c. 1877. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 8 J. B. Debret, gravura, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris, 1834. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 9 Medalhas em ouro, brilhante e rubi, c. 1850. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.
- 10 Medalhas em ouro e pedras preciosas. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.
- 11 Victor Frond, gravura. In RIBEYROLLES, Charles, & FROND, Victor. *Brazil pittoresco*. Paris, 1861. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 12 H. Lewis e Mary Graham, c. 1840, aquarela. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 13 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1869, p. 3668. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 14 Ibidem, 1867, p. 2700. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 15 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1851. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 16 Diversos utensílios do período imperial. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.
- 17-18 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1851. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.

- 19 Ibidem, 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 20 Fotografia de Christiano Jr., c. 1860. SPHAN. In AZEVEDO, P. C. de, & LISCOVSKY, M. *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Cristiano Júnior*. São Paulo, 1988.
- 21 H. Lewis e Mary Graham, c. 1840, aquarela. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 22 Idem, ibidem, c. 1840. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 23 Vassouras, Rio de Janeiro, Museu da Casa da Hera, MinC/IPHAN/6: C.R.
- 24 Fotografia atribuída a Georg Barthordy, 1899. Rio de Janeiro, Coleção Roberto Menezes de Moraes.
- 25 Thomas Ender, 1817, aquarela. In FERREZ, Gilberto. *O Brasil de Thomas Ender*. Rio de Janeiro, 1976. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 26 H. Lewis e Mary Graham, c. 1840, aquarela. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 27 *Alamach das senhoras*. Lisboa, 1875. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
- 28 H. Lewis e Mary Graham, c. 1840, aquarela. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.

4. IMAGEM E AUTO-IMAGEM DO IMPÉRIO

- 1 Ludwig e Briggs, *Ostensor Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1843. Rio de Janeiro, Coleção Roberto Menezes de Moraes.
- 2 Fotógrafo anônimo, segunda metade do século XIX. Rio de Janeiro, Coleção Roberto Menezes de Moraes.
- 3 Victor Frond, gravura sobre fotografia. In RIBEYROLLES, Charles, & FROND, Victor. *Brazil pittoresco*. Paris, 1861. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 4 Luis Compte, 1840, Coleção Dom João de Orleans e Bragança. In FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil, 1840-1920*. Rio de Janeiro, 1985. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 5 Fotografia de Revert Henrique Klumb, 1880. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 6-7 Fotografias de Marc Ferrez, 1882. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 8 Fotografia de Marc Ferrez. In FERREZ, Gilberto. *Bahia, velhas fotografias, 1858-1900*. Rio de Janeiro, 1988. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 9 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1864, p. 1356. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 10-15 In FERREZ, Gilberto. *Bahia, velhas fotografias, 1858-1900*. Rio de Janeiro, 1988. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 16 Bordalo Pinheiro, *O Besouro*. Rio de Janeiro, 1878, n.º 23. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
- 17 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1863, p. 925. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 18-19 Fotografia de Insley Pacheco e fotografia anônima de 1885. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 20 A. Agostini. In FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil, 1840-1920*. Rio de Janeiro, 1985.
- 21 Fotografia de Revert Henrique Klumb, 1880. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 22-25 Fotografias de Christiano Júnior, c. 1860. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 26 Fotografia de Militão Augusto de Azevedo, 1879. In KOSSOY, Boris, & TUCCI CARNEIRO, M. Luiza. *O olhar europeu — o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo, 1994.
- 27 Fotografia anônima, c. 1890. Rio de Janeiro, Coleção Ana Maria Mauad.
- 28 Fotografia de Augusto Stahl, c. 1870. Petrópolis, Museu Imperial.
- 29 Fotografia de Marc Ferrez, 1888. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 30-31 Século XX. Petrópolis, Museu Imperial.
- 32-34 Quadros a óleo atribuídos ao pintor C. J. Barandier e fotografia anônima. Rio de Janeiro, Coleção Roberto Menezes de Moraes.
- 35-36 Quadros a óleo atribuídos ao pintor Castan. Vassouras, Rio de Janeiro, Museu da Casa da Hera, MinC/IPHAN/6: C.R.
- 37-41 Fotografias de Christiano Jr., Manuel Paula Ramos, Lopes, Pacheco & Filho e J. Gutierrez. Rio de Janeiro, Coleção Roberto Menezes de Moraes.
- 42-44 Fotografias de Manuel Paula Ramos. Rio de Janeiro, Coleção Roberto Menezes de Moraes.
- 45 Fotografia anônima, c. 1860. Rio de Janeiro, Coleção Roberto Menezes de Moraes.
- 46 Fotografia da loja fotográfica Kaufmann/Kreuzmach. Rio de Janeiro, 1880. Rio de Janeiro, Coleção Roberto Menezes de Moraes.

- 47 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 48 *Missa em Dorlândia*. Fotografia de Manuel de Paula Ramos, c. 1870. Rio de Janeiro, Arquivo particular do embaixador João Hermes Pereira de Araújo.
- 49 Otto Hees, Coleção Dom João de Orleans e Bragança. In FERREZ, Gilberto. *A fotografia no Brasil, 1840-1920*. Rio de Janeiro, 1985.

5. SENHORES E SUBALTERNOS NO OESTE PAULISTA

- 1 Cândido Mendes, *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1868. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 2 Fotografia de Augusto Riedel, 1868. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 3 Thomas Ender, 1817. In FERREZ, Gilberto. *O Brasil de Thomas Ender*. Rio de Janeiro, 1976. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 4 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1851. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 5 Thomas Ender, 1817. In FERREZ, Gilberto. *O Brasil de Thomas Ender*. Rio de Janeiro, 1976. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 6 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 7 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 8 Victor Frond. In RIBEYROLLES, Charles, & FROND, Victor. *Brazil pittoresco*. Paris, 1861. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 9 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 10 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1854. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 11 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1865, p. 1861. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 12 Fotografia Carneiro & Tavares, c. 1880. Vassouras, Universidade Severino Sombra.
- 13 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1865, p. 1861. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 14 Paul Harro-Harring, 1840, aquarela. São Paulo, Instituto Moreira Salles.
- 15 A. Agostini, *Cabrião*. São Paulo, 1866-7, p. 388. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 16 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1854. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 17 Ibidem, 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 18 Campinas, Arquivo do Centro de Memória, Unicamp.
- 19 Victor Frond, gravura. In RIBEYROLLES, Charles, & FROND, Victor. *Brazil pittoresco*. Paris, 1861. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 20 Alberto Henschel. In FERREZ, Gilberto. *Bahia, velhas fotografias, 1858-1900*. Rio de Janeiro, 1988. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 21 *Folhinha Laemmert*. Rio de Janeiro, 1876. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 22 Victor Frond, gravura. In RIBEYROLLES, Charles, & FROND, Victor. *Brazil pittoresco*. Paris, 1861. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 23 Kidder e Fletcher, *Brazil and Brazilians*. Filadélfia, Penn., 1857. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 24 Fotografia de Nicklesen, 1880. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 25 A. Agostini, *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1888, n° 508. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
- 26 Fotografia anônima, c. 1890. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Coleção Ana Maria Mauad.
- 27 Fotografia de Militão Augusto de Azevedo, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. In VASQUEZ, P. *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro, s. d.
- 28 Fotografia de Christiano Jr. In AZEVEDO, P. C. de, & LISSOVSKY, M. *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Cristiano Júnior*. São Paulo, 1988.

6. CARAS E MODOS DOS MIGRANTES E IMIGRANTES

- 1 A. Agostini, *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1876, n° 12. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
- 2 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.

- 3 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 4 Augusto Riedel, c. 1868. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 5 Cândido Mendes, *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1868. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 6-7 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1852 e 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 8 *Ibidem*, 1852. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 9 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1865, p. 1756. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 10 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 11 *Ibidem*, 1853. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 12 Fotografia de J. A. Corrêa, 1877. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 13 A. Agostini, *Cabrião*. São Paulo, 1866-7, p. 100. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 14 Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.
- 15 São Paulo, Museu Paulista.
- 16 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 17 Porto de Hamburgo, meados do século XIX. Blumenau, Arquivo do *Jornal de Santa Catarina*.
- 18 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 19 Fotografia anônima de 1880, Blumenau. Blumenau, Santa Catarina, Centro de Documentação Hering Têxtil.
- 20 Mapa de João Breithamp, meados do século XIX. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 21 Fotografia de Albert Richard Dietze, c. 1870. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 22 Fotografia anônima, final do período imperial, Sul do Brasil. Blumenau, Santa Catarina, Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
- 23 *Casa de colonos alemães*, Fotografia de Albert Richard Dietze, c. 1870. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 24 Petrópolis, Museu Imperial.
- 25 A. Agostini, *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1877, n.º 81. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.

7. LAÇOS DE FAMÍLIA E DIREITOS NO FINAL DA ESCRAVIDÃO

- 1 *Revue Française*. Rio de Janeiro, 1/3/1840. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 2 1841. In ADONIAS, Isa (org.). *IHGB 150 anos*. Rio de Janeiro, Studio HMF, 1990.
- 3 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 4-5 Paul Harro-Harring, 1840, aquarela. São Paulo, Instituto Moreira Salles.
- 6 *O Arlequim*. Rio de Janeiro, 1867, n.º 3, p. 8. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 7 Foto de Revert Henrique Klumb, 1860. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 8-9 Paul Harro-Harring, 1840, aquarela. São Paulo, Instituto Moreira Salles.
- 10 Fotografia Albert Richard Dietze, c. 1870. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 11 Alambique de pedra-sabão, século XIX. Ouro Preto, Museu da Inconfidência.
- 12 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1872. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 13 Kidder e Fletcher, *Brazil and Brazilians*. Filadélfia, Penn., 1857. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 14 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1872, p. 4668. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 15 Fotografia de Luís Ferreira, 1888. Coleção Dom Pedro de Orleans e Bragança. In VASQUEZ, P. *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro, s. d.
- 16 A. Agostini, *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1888, n.º 499. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
- 17 *Idem*, *ibidem*, 1888, n.º 510. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
- 18 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.
- 19 Laboratório de Espacialização de Dados — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). São Paulo, 1997.

20 Fotografia de Revert Henrique Klumb, 1860. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.

8. O FIM DAS CASAS-GRANDES

- 1 Fotografia de Augusto Stahl, 1858. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 2 In SCHWARCZ, Lília Moritz. "D. Pedro é o pai dos brancos — reflexões sobre a construção da imagem pública de d. Pedro II". Relatório de pesquisa apoiada pela FAPESP e pelo CNPq. São Paulo, 1997.
- 3 *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 1978, n.º 50.
- 4 Fotografia de Augusto Stahl, 1858. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 5 Emil Bauch, meados do século XIX, gravura. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas-Artes.
- 6 Joaquim Jeronymo Serpa, *Tratado de educação physico moral dos meninos*. Pernambuco, s. d. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 7 Cândido Mendes, *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1868. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 8 Fotografia de Augusto Stahl, 1858. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 9 L. Buvelot e Auguste Moreau, *Rio de Janeiro pitoresco*. Rio de Janeiro, 1842. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 10-11 Sebastião Antonio de Acióli Lins, barão de Goiana, D. Felliciana Inália de Acióli Lins, baronesa de Goiana.
- 12 Encontro Goiana, Pernambuco.
- 13 Prisciano de Barros Acióli Lins.
- 14 45 cm x 46 cm x 34 cm, século XIX. Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.
- 15 *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 16 A. Agostini, *Revista Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1876, n.º 8. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo.
- 17 Emil Bauch, meados do século XIX, gravura. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas-Artes.
- 18 Idem, ibidem.
- 19 Fotografia de Augusto Stahl, 1858. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.
- 20 Século XIX. Petrópolis, Museu Imperial.
- 21 Emil Bauch, meados do século XIX, gravura. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas-Artes.
- 22-23 Recife, Fundação Joaquim Nabuco.
- 24 Luís Ferreira, 1888. Coleção Dom Pedro de Orleans e Bragança. In VASQUEZ, P. *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro, s. d.
- 25 Fotografia de Felix Nadar, 1891. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional.

EPÍLOGO

- 1 Fotografia de João Ferreira Villela, c. 1860. Recife, Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.

• ILUSTRAÇÕES CADERNOS-COR

CADERNO 1

- 1 Bandeira do Brasil imperial, século XIX, Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.
- 2 J. B. Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris, 1834. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 3 Idem, ibidem. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 4 In RIBEYROLLES, Charles & FROND, Victor. *Brazil pittoresco*. Paris, 1861. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 5 *Paul Harro-Harring*, 1840, aquarela. São Paulo, Instituto Moreira Salles.
- 6-9 In RIBEYROLLES, Charles & FROND, Victor. *Brazil pittoresco*. Paris, 1861. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 10 Cândido Mendes, *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1868. São Paulo, Coleção José Mindlin.
- 11 Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.

- 12 Modesto Broccos (1852-1936), 1892, pintura a óleo. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas-Artes.
 13-15 In RIBETROLLES, Charles & FROND, Victor. *Brazil pittoresco*. Paris, 1861. São Paulo, Coleção José Mindlin.

CADERNO 2

- 1 Pedro Weingartner (1856-1929), final do século XIX, pintura a óleo. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas-Artes.
 2 Lawlis Duray, 1887, pintura a óleo feita em Paris. Vassouras, Rio de Janeiro, Museu da Casa da Hera, MinC/IPHAN/6ª C.R.
 3 José Correia de Lima (1814-1857), meados do século XIX, pintura a óleo. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas-Artes.
 4 Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.
 5 Petrópolis, Museu Imperial.
 6-8 In PRADO VALLADARES, Clarival do. *Nordeste histórico e monumental*. Salvador, 1981, 4 vols., vol. 4, pp. 126-8.
 9 Vassouras, Rio de Janeiro, Museu da Casa da Hera, MinC/IPHAN/6ª C.R.
 10 Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.
 11 Petrópolis, Museu Imperial.
 12 Rio de Janeiro, Museu Histórico Nacional.
 13 *A Semana Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1871. São Paulo, Coleção José Mindlin.
 14-15 Petrópolis, Museu Imperial.
 16 Fotografia de Manuel Paula Ramos, c. 1860. Rio de Janeiro, Coleção Roberto Menezes de Moraes.

• CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

GUILHERME FRACORNEL

- Capítulo 5: 27
 Capítulo 7: 15
 Capítulo 8: 24

HUMBERTO MORAES FRANCESCHIZ

- Capítulo 1: 55
 Capítulo 7: 2

IVSON

- Capítulo 1: 9, 37, 46.
 Capítulo 2: 26, 27, 28, 29
 Capítulo 3: 27
 Capítulo 4: 16, 49
 Capítulo 5: 14
 Capítulo 7: 4, 5, 8, 9
 Capítulo 8: 24
 Caderno-cor 2: 6, 7, 8

JOÃO JOSÉ REIS

- Capítulo 2: 20

LÚCIA LOEB

- Capítulo 1: 2, 3, 10, 14, 15, 32, 34, 41, 42, 44, 47, 48, 50, 52, 53, 56, 61, 63
 Capítulo 2: 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19
 Capítulo 3: 1, 2, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 25
 Capítulo 4: 3, 4, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 20
 Capítulo 5: 1, 3, 5, 8, 11, 13, 15, 19, 20, 21, 22, 23, 25
 Capítulo 6: 1, 5, 9, 13, 25
 Capítulo 7: 1, 6, 12, 13, 14, 16, 17

Capítulo 8: 6, 7, 9, 16
 Caderno-cor 1: 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15
 Caderno-cor 2: 13

ROBERT W. SLENES
 Capítulo 5: 12, 18

RÔMULO FIALDINI
 Capítulo 1: 1, 25
 Capítulo 2: 6, 14
 Capítulo 3: 16
 Capítulo 4: 28, 30, 31
 Capítulo 6: 14, 15, 24
 Capítulo 7: 11
 Capítulo 8: 14, 20
 Caderno-cor 1: 1, 5, 11, 12
 Caderno-cor 2: 4, 5, 10, 11, 12, 14, 15

VICENTE DE MELLO
 Capítulo 1: 5, 7, 8, 40
 Capítulo 2: 12, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 34
 Capítulo 3: 3, 7, 12, 21, 22, 23, 24, 26, 28
 Capítulo 4: 1, 2, 5, 6, 7, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48,
 Capítulo 5: 2, 24, 26
 Capítulo 6: 4, 12, 20, 21, 23
 Capítulo 7: 7, 10, 20
 Capítulo 8: 1, 4, 5, 8, 17, 18, 19, 21, 25
 Caderno-cor 2: 1, 2, 3, 9, 16

• FONTES E BIBLIOGRAFIA DA ICONOGRAFIA

FONTES

Almanak Laemmert. Rio de Janeiro.
O Arlequin. Rio de Janeiro.
Bazar Volante. Rio de Janeiro.
O Besouro. Rio de Janeiro.
Cabrião. São Paulo.
 Iconografia de J. Nabuco. Recife, 1975. Fundação Joaquim Nabuco, Recife.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro.
O Ostensor Brasileiro. Rio de Janeiro.
O Professor. Fortaleza.
Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife, 50:1978.
Revista Ilustrada. Rio de Janeiro.
A Semana Ilustrada. Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

ADONIAS, Isa (org.). *IHGB 150 anos*. Rio de Janeiro, 1990.
 ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de, & LOGATTO, Rosângela. "Imagens da seca de 1877-78 no Ceará". *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n° 114, 1994.
 AZEVEDO, P. C. de, & LISSOVSKY, M. *Escravos brasileiros do século XIX na fotografia de Cristiano Júnior*. São Paulo, 1988.
 BUVELOT, L. & MOREAU, Auguste. *Rio de Janeiro pitoresco*. Rio de Janeiro, 1842.
 DEBRET, J. B. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. Paris, 1834.
 FERREZ, Gilberto. *O Brasil de Thomas Ender*. Rio de Janeiro, 1976.
 ———. *A fotografia no Brasil, 1840-1900*. Rio de Janeiro, 1985.
 ———. *Bahia, velhas fotografias, 1858-1900*. Rio de Janeiro, 1988.
 FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª ed. São Paulo, 1979.

- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo, 1889.
- . *Origens e expansão da fotografia no Brasil — século XIX*. Rio de Janeiro, 1980.
- & TUCCI CARNEIRO, M. Luiza. *O dhar europeu — o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo, 1994.
- LYRA, Heitor. *História de dom Pedro II*. Pref., iconografia e índices, Alexandre EULÁLIO. 3 vols. Belo Horizonte, 1977.
- MELLO E SOUZA, Gilda de. *O espírito das roupas — a moda no século XIX*, São Paulo, 1996.
- RIBERYOLLES, Charles, & FROND, Victor. *Brazil pittoresco*. Paris, 1861.
- RUGENDAS, J. M. *Voyage pittoresque dans le Brésil*. Paris, 1833.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. “D. Pedro é o pai dos brancos — reflexões sobre a construção da imagem pública de d. Pedro II”. Relatório de pesquisa apoiada pela FAPESP e pelo CNPq. São Paulo, 1997.
- VALLADARES, Clarival do Prado. *Nordeste histórico e monumental*. 4 vols. Salvador, 1981.
- VASQUES, P. *Dom Pedro II e a fotografia no Brasil*. Rio de Janeiro, s. d.

• AGRADECIMENTOS

Arquivo Histórico Nacional, Rio de Janeiro
 Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro
 Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro
 Fundação Joaquim Nabuco, Recife
 Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo
 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro
 Instituto Moreira Salles
 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro
 Museu Casa da Hera, Vassouras
 Museu Histórico Nacional
 Museu Imperial, Petrópolis
 Museu da Inconfidência
 Museu Nacional de Belas-Artes, Rio de Janeiro
 Museu Paulista, São Paulo

Angela Alonso, São Paulo
 Beatriz e Mário Pimenta Camargo, São Paulo
 Bóris Kossoy
 Carlos Eugênio Dufriche, Rio de Janeiro
 Ciro Biderman, São Paulo
 Clotilde Paiva, Belo Horizonte
 Cristina Antunes, São Paulo
 Elza Berquó, São Paulo
 Francisco Bethencourt
 Geraldo Di Giovanni, São Paulo
 Gilberto Ferrez, Rio de Janeiro
 Guita e José Mindlin, São Paulo
 Ismail Xavier, São Paulo
 Ítalo Campofiorito, Rio de Janeiro
 João Hermes Pereira de Araújo, Rio de Janeiro
 José Almino de Alencar, Rio de Janeiro
 José Arthur Giannotti, São Paulo
 Lúcia Osório, Campinas
 Lorenzo Mammi
 Miriam Dolnikhof, São Paulo
 Omar Ribeiro Thomaz, São Paulo
 Paulo Arantes, São Paulo
 Paulo Henrique Amorim, São Paulo
 Rachel Valença, Rio de Janeiro
 Roberto Menezes de Moraes, Rio de Janeiro
 Roberto Schwarz, São Paulo
 Rodrigo Nunes, São Paulo
 Ronaldo Marcos dos Santos, São Paulo
 Wilma Peres Costa, Campinas

ÍNDICE REMISSIVO

- Abolição, 147, 207, 250, 314, 364-5, 367, 369, 375, 379, 423, 432; libertadores, listas de, 366; libertos, relações familiares entre, 381; sancionamento da, 416; *ver também* alforria; Club do Cupim; escravidão; Lei Áurea; Lei do Ventre Livre
- Abolicionismo, O* (Nabuco), 433
- Academia de Ciências da França, 187
- Academia Imperial de Medicina, 73
- Acióli Lins, Sebastião Antônio de (barão de Goicana), 388-9, 391, 408-27, 430-5
- açúcar, 145, 236, 239, 242, 249, 380-1, 401, 406, 423, 428, 433, 474n2
- Adams, John, 12
- África: comércio com, 47; funerais, 109, 111, 121-2, 132; tradições vindas da, 62, 98, 282, 353;
- africanos, 92, 106, 250, 282, 345, 350-1, 353; comparados com portugueses, 310; descendentes de, 342-3; em São Paulo, 249-51, 343; funerais, 45, 99, 101, 114, 122; herança cultural, 353; irmandades, 122-3; linguagem, 35, 62, 65, 71, 353, 406; livres, 294, 297, 300, 314, 341-2, 374; e catolicismo, 82-3, 99, 101; na Bahia, 34; no Rio de Janeiro, 13, 25, 28-30, 34, 36, 71, 98, 121, 282, 343; queda dos preços de, 239; *ver também* escravidão; tráfico negreiro
- agricultura, de exportação, 14, 293
- Alabama, O*, 99
- Alagoas, 298
- Albuquerque, visconde de, 400
- Alencar, José de, 74, 477n39
- alforria, 66, 88, 150, 157, 163, 252, 256, 258, 260, 264, 267, 276-7, 279-80, 288, 350, 353-5, 360, 364-5, 367, 373-4, 389, 475n5, 477nn39,42, 479n66, 482n9; fundo de emancipação, 374, 477n47; manumitidos, 374; mão-de-obra liberta, disputa pela, 377-8; taxa de, 479nn67,68; *ver também* escravidão
- Almanak Laemmert*, 193, 199, 204
- Almeida Couto, João José de (barão do Desterro), 155
- Alves, Antônio José (pai de Castro Alves), 122
- amamentação, 63-6, 73, 464nn90,94
- Amazonas, 316
- Andrade, Mário de, 49, 76
- Angelim, Eduardo, 32
- Angola, 13, 35, 63, 111, 122, 282
- Annaes de Medicina Brasiliense* (Pereira Rego), 73, 77
- Arago, M. J., 112, 115, 117, 126
- Araraquara, 238-9
- Araújo de Ponte Lima, família, 153
- Araújo, Maynard, 113

- Araújo Porto Alegre (poeta e crítico de arte), 49
 Ariès, Philippe, 8, 104
 Aristóteles, 93
 arquitetura, 284-6; 474n62; *ver também* imigração/imigrantes: moradia
 Assis e Almeida, Francisco, 217
Atlas completo da anatomia do corpo humano (Bock), 73
Atlas do Império do Brasil (Mendes de Almeida), 8
 Ato Adicional (1835), 17
Aurora Fluminense (jornal), 29
 Avé-Lallemant, Robert (médico e viajante alemão), 302
 axexé, 99
 Azevedo, Aluísio de, 303
- Bach, Johann Sebastian, 49
 Bachieri, Manoel (fotógrafo italiano), 199
 Bahia, 9, 14; 39, 41, 45, 51, 53, 146, 143-5, 149-51; 175-8, 301, 310, 353, 426, 467nn42, 51, 468n101; africanos na, 34; alforrias na, 157, cálculo da população, 461n26; engenhos na, 155; fortuna, 144-5, 159-66, 170-1; funerais na, 99, 102-3, 107, 109, 111-2, 114, 117-8, 122, 124, 127, 129, 136; língua na, 36; medicina na, 75, 82; mortalidade na, 68;
 Balaiada (1839-41), 17
 Banco do Brasil, 292
 Barata, Cipriano, 60
 Barrandier (artista francês), 225
 Barrucco, Donato (frade), 425
 Beecher-Stowe, Harriet, 88, 90
 Beethoven, Ludwig van, 49
 Belisário, conselheiro, 212
Bemtevi (jornal), 18
Bentley's Miscellany (revista), 62
 Bernardino de Sá, José, 51, 443
 Biblioteca Nacional do Rio Janeiro, 463n63
 Bilac, Olavo, 207
bill Aberdeen, 29
- Binzer, Ina von, 57
 Bittencourt, Anna Ribeiro de Goes, 34
 Blumenau, 320-1, 325, 327-8, 334
 Blumenau, Hermann, 319, 331
 Bom Conselho, visconde de, 485n19
Bom-Crioulo (Caminha), 192
 Bordallo Pinheiro, Raphael, 31
 Bourdieu, Pierre, 473n45
 Brandão, Francisco Carlos, 401
 Brandon, M., 190
Brasil Histórico (jornal), 54
Brasil Musical, O, (revista), 51
Brasil pitoresco (Fronde), 186
 Braudel, Fernand, 36
 Breves, Joaquim José de Sousa, comendador, 370
 Buarque de Holanda, Sérgio, 76, 299, 319
 Burlamaqui, Frederico, 260
- Cabana do Pai Tomás*, A (Beecher-Stowe), 90
 cachucha (dança), 51
 café, 14, 91-2, 205-7, 211-2, 215, 236, 343-4, 370, 372, 379-81, 406, 423, 474n2, 475n17; como principal gênero de exportação, 242, 249; elite cafeicultora, 225-6; fazendas de, 243, 298, 300, 355, 474nn62,2, 475n17
 Califórnia, corrida do ouro, 40
 Camamu, visconde de, 120
 Câmara Cascudo, 113
 Camaragibe, visconde de, 399, 485n19
 Caminha, Adolfo, 192
 Campanha, 19, 126, 361
 Campinas, 9, 234, 237-9, 244, 246-51, 258-9, 264-8, 272-7, 280-3, 285, 474n2, 478n56, 479n68; estudo sobre, 242; médicos em, 77; Zalar em, 242-3
 Campos, 28, 34, 43, 106, 110, 347, 375, 378, 381, 461n25
 Campos, Martinho, 485n19
 Campos Sales, 280, 288
 Canções do Imigrante, 318; *ver também* imigrantes
Carapuceiro, O, 45, 55, 109

- Cardoso de Mello, Zélia, 159
 Carnaval, 52-3, 420, 436
 Carneiro da Cunha, Manuel, 35, 462ⁿ⁴²
 Carneiro da Cunha, Manuela, 260, 465ⁿ¹²³
 cartórios de registros, criação, 294
 Carvalho Soares Brandão, Francisco de, 389
 casa-grande, 7, 155, 171, 236, 276, 284, 286, 296, 388, 392, 398-9, 401-2, 404, 407-8, 411, 413-4, 419-22, 427-9
Casa-grande e senzala (Freyre), 7
 casamento, 59, 156, 170, 212, 220, 222, 274, 287, 327-8, 339, 393-8, 408, 417, 461ⁿ⁹, 474ⁿ⁵⁸, 481ⁿ⁴¹, 485ⁿ¹⁴
 Castro Alves, Antônio de, 122
 Castro Faria, Sheila de, 106
 Castro, Manuel de, 376-7
 catolicismo, 137-8, 293, 332, 386, 424; africanizado, 101; como religião oficial, 339; *ver também* Igreja; irmandades; religião
 Cavalcanti de Albuquerque, família, 400, 485ⁿ¹⁹
 Cavalcanti de Albuquerque Melo, Felix, 486ⁿ³⁰
 Caxambu, 20, 216
 Ceará, 33, 57, 298, 312
 Cemiterada, 136, 138-9; *ver também* reforma funerária; sanitarismo
 censos, (1799) 13; (1801) 283; (1821) 13; (1824) 237-8; (1825) 237; (1829), 237, 244, 476ⁿ²³; (1849) 25, 30; (1851) 461ⁿ²¹; (1872) 3, 9, 17, 83, 88, 92, 300, 314, 316, 461ⁿ⁹, 465ⁿ¹³⁰; (1890), 30
 César, Getúlio, 113-4
 Chalhoub, Sidney, 260
 Chile, 305
 Chomet, dr. (médico francês), 74-5
 cidadania, consciência de, por ex-cravos, 373, 378; significado, 374
 Club do Cupim (agremiação de abolicionistas), 57
 Código Civil de 1916, 55
 cólera, 67, 78-9, 140, 406, 426
 colonato. *Ver* trabalho
 compadres, 265, 268; escolha de acordo com a ocupação dos pais, 269-72
 Companhia das Índias Ocidentais, 388
 Compte, abade, 188
 Comte, Auguste, 44
 Concílio de Trento, 354
 congos, 132
 Congresso de Viena (1815), 292
 consciência pela natureza, dissolução da, 412
Constitucional, O, (jornal), 65
 Constituição de 1824, 339
 Correia de Oliveira, João Alfredo, 388-97, 399, 402-3, 406, 408, 421, 424-5, 484ⁿ⁵, 485ⁿ¹⁹
Correio da Bahia, 122
Correio de Cantagalo, 368, 378
Correio Mercantil, 122
 Corsino, Manuel, 101-2
 corte, transferência da, 460^{n1.1}
Cortiço, O (Azevedo), 52, 303
 Costa Melo, Trajano da, 423
 cotidiano, 7-9, 17, 44, 83, 98, 104, 147, 160, 182, 185-6, 191, 197, 199, 202, 205, 208, 211-2, 215-7, 220, 222, 225, 229, 234, 236, 296, 301, 321, 330-1, 347, 360, 413, 469ⁿ²⁰
 Couto Ferraz, ministro (visconde de Bom Retiro), 296
 Cristiano Jr. (fotógrafo), 204
Cronologia da família Almeida (São Laurindo), 229
 Cruz Gouvea, Fernando da, 431, 434
 Cuba, 28, 60, 295
 cultivo das terras, partilha, 409
 Cunha Cavalcanti, Ambrósio Machado da, 387, 392
 d'Eu, conde, 199, 211-2, 229
 daguerreótipo, 187-9, 193, 197, 472ⁿ¹¹; *ver também* fotografia
 dança, 51-2
 Dean, Warren, 283-4, 288, 290, 480^{nn94,9}
 Debret, Jean-Baptiste, 105, 121, 472ⁿ⁹

- Denis, Ferdinand, 112, 118, 129
Diário da Bahia, 101
Diário de Pernambuco, 64, 431
Dileitante, O (Martins Pena), 51, 463n65
 direitos civis, 338-9, 373, 375; reconhecimento jurídico dos, 341
 Drummond de Andrade, Carlos, 391, 486n31
Du climat et des maladies du Brésil (Sigaud), 80
 Duby, Georges, 8

 educação, 332-4, 387, 398, 406, 418
 Elias, Norbert, 485n17
Emile (Rousseau), 65
 Ender, Thomas, 187
 endogamia, 415
 engenho, 157, 170, 388, 391-2, 395, 397, 402-4, 406-9, 415-8, 420-2, 425-8, 430, 433
 escravidão, 14, 16-7, 264, 282; Ações de Liberdade, 355; assistência paroquial, 106; branca, 88, 311; "cativeiro justo", 356, 360; castigo, 277-78, 281, 284, 350, 373; crise da, 249; defesa científica da, 80, 82; direitos civis, 338, 341, 343, 350, 374; distribuição de trabalhos domésticos e qualificados, 272-3; doméstica, crise da, 91; e amamentação, 63-7, 73; e catolicismo, 83; e mobilidade social, 246; e riqueza, 157-8; em Niterói, 28, 461n25; em Salvador, 98, 132, 147; em São Paulo, 91-2, 234, 249, 251, 275, 277, 284, 311, 344, 355, 357, 365; enriquecimento por meio da, 245; escola de ingênuos, 212-4; escravos substituídos por imigrantes, 236; expansão da agricultura comercial, 249; "fala aporuguesada", 32; falência do projeto escravista, 246; fim da, 17; fim do tráfico, 245; fugas, 20; funerais, 134; grau de especialização monocultora, 243; imagens da, 204-5, 226, 254-5; incentivos senhoriais, 276; ingênuos, 366, 374, 484n44; insegurança dos proprietários, 18; introdução maciça de africanos, 293; laços de parentesco, 236, 238-9, 273-4, 276, 282, 352, 365; legitimidade da, 341; libertos, reivindicações, 369-71; mortalidade, 259; na Bahia, 149, 156, 164; no Rio de Janeiro, 10, 23-5, 78-9, 87, 98; "onda negra", 357; patriarcalismo eleitoral, 21; produção de gêneros alimentícios, 242-3; proibição do uso de sapatos, 79; reivindicações, 357-60; revoltas, 92-3, 113-4, 220, 239, 281, 301, 311; saúde e, 77-8; 259; sexagenários, 374; suicídios, 80, 447n127; temor dos senhores, 364; tensão racial, 24; término da, 17, 147; "tigres", 67, 70; tradições vindas da África, 121; tráfico interno, 91; visão contratualista, 358; *ver também* Abolição, alforria; heranças; Lei Áurea; Lei do Ventre Livre; mulheres: escravas; negrologia; tráfico negreiro
Escravidão no Brasil, A (Malheiro), 261
 esgotos, rede de, 67
 Espírito Santo, 316
Estadista do Império, Um (Nabuco), 389
 Estados Unidos, 12, 16, 28, 38, 41, 47, 65, 80, 85, 130, 277, 303, 305, 386, 445n79, 461n67
 Ewbank, Thomas, pastor, 130, 307
 Expilly, Charles, 48, 122
 exportação, 242

 Faculdade de Medicina da Bahia, 134
 família: fortalecimento da, 392-3; livro de, 392; patriarcal, 413-4; patriarcal rural, urbanização da, 7; real, 12; senhorial, 486n27; *ver também* escravidão: laços de parentesco
 febre amarela, 45, 67, 77-8, 186
 febre do ouro, 41

- Felicidade do amor e Hymeneo* (Mayer), 73
- Fernando II, rei, 51
- Ferraz de Lima, Solange, 191
- Ferreira, Gervásio Pires, 394
- Ferreira Pinto, Antônio, 66
- Ferrez, Gilberto, 197
- Ferrez, Marc, 190, 199, 205, 208
- fidalgos, 12, 150-5, 455; fidalguia e fidalgote, definição de, 153; *ver também* nobreza, títulos de,
- Filippone, (editor), 51
- Fitzhugh, George, 65
- Florence, Hércules, 187
- fogões, 41
- fotografia, 10, 79, 84, 186-8, 190-1, 193, 197, 205, 208-9, 211, 439-40, 473ⁿ45, 474ⁿ57; carte de visite, 222, 228, 254, 472ⁿ11, 476ⁿ32, coleção de, 224-5; como emblema de distinção social, 226; crescimento do setor, 193; d. Pedro II e, 197-8; de interiores, 199, 226, 476ⁿ34; de paisagens, 190; e analfabetismo, 189; enquanto arte, 194; enquanto ciência, 194-5; enquanto código de comportamento, 199; ensino, 193; estatueira, 226; exposições universais, 191, 197; família imperial, 229, 472ⁿ25; *flou*, 216, 228; gastos com, 197-8; imagem do Brasil, 197; importância dada pela família imperial, 198; influência do retrato a óleo, 225; *mise-en-scène*, 226, 254; papel da, na construção da imagem do Brasil, 187; preços, 195; representação da auto-imagem imperial, 216; retratando o cotidiano, 205-8, 222, 225; retratos, 191-2, 229; serviços mais comuns, 198; sobrevivendo ao tempo, 217; usos e funções da, 194; venda de material, 195, 197; vista estereoscópica, 472ⁿ16
- Fragoso, João, 159
- França, 29, 43, 48, 134, 187, 194, 212
- “francesismo”, 43, 44, 48
- frenologia, 80
- Freud, Sigmund, 139
- Freyre, Gilberto, 7, 21, 32, 55, 67, 72, 75, 386, 398
- Frond, Victor, 186, 205
- fumo, 145, 305
- funerais, 101, 105, 120, 468ⁿ87; africanos, 121-2; carpideiras em, 109-10, 115; cerimônia, segundo Debret, 121; hierarquia social, 129; música, 120; no catolicismo tradicional, 109; proteção humana, 108; ritos, 98-9, 110, 114, 123, 139, 467ⁿⁿ42,53; domésticos, 110; 114; sepultura, 124-6; vestimenta, 110-4; *ver também* Cemiterada; irmandades; morte; reforma funerária; sanitarismo
- Gaensly, Guilherme (fotógrafo), 285
- Gama, Luís, 253, 268, 270
- germanismo, 333
- Gibraltar, 29
- Goethe, Johann Wolfgang von, 332
- Goiás, 14, 119, 243
- Góis da Bretanha, família, 153
- Golovin, Vassili, 12
- Gonçalves Dias, 29, 31-2, 35, 74
- Gonçalves dos Santos, Luís (padre Perereca), 135, 140
- Gosto*, O, 209
- Graham, Maria, 129-30
- greve, de trabalhadores rurais, 301
- Gurgel Mascarenhas, Lúcio e Pedro, 234, 237-9, 242-8, 250-2, 256-7, 265-7, 274-8
- Gusdorf, Georges, 386
- Haddock Lobo, Roberto, 30, 461ⁿ21
- Hees, Otto e Pedro, 208
- Heimatlosigkeit*, 318
- heranças, 104, 234, 238-9, 244, 248, 252-3, 256, 258, 267, 275, 306-7
- Hering, Hermann, 321
- “Homem célebre, Um” (Machado de Assis), 49
- homeopatia, 44, 74, 77, 82, 416-7, 420

- idéias higienistas européias, 133; *ver também* sanitarismo
- Igreja, 101; como portal do paraíso, 124; *ver também* catolicismo; irmandades; protestantismo; religião
- iluminação, a gás, 48, 83, 213
- iluminismo, 65, 133, 136-7
- Ilusão americana, A* (Prado), 389
- Imbert, dr. (médico francês), 78
- imigração/imigrantes, 9, 30, 78, 83, 93, 207, 234, 236, 249, 283-300, 305; aculturação alimentar, 303; africanos, 300, 314; africanos livres, 297; alemães, 300, 312-22, 326, 333-5; asiática, 314, 316; capital próprio, 294; características étnicas e culturais desejadas, 293; chinesa, 295-7, 316; choque cultural entre fazendeiros e, 300; clubes de caça e tiro, 326; colônia Hansa, 326; como instrumento de "civilização", 293; cooperativismo entre, 331; dirigida, 294; educação, 332-4; espanhóis, 314; espontânea, 294; famílias, 287, 322; forma de atração de, 381; instalação dos equipamentos urbanos, 322; italianos, 249, 290, 304, 314, 316, 372; leitura, 325, 328; levante dos "Mucker", 312; *Lesezirkeln*, 325; mobilidade geográfica, 285, 480n90; moradia, 285, 286; mulheres, 324; nacionalidade, debate sobre, 295; política governamental, 292-3, 297, 300; nacionalidade e tradição cultural, 333, 335; Nova Friburgo, 292; portuguesa, 300, 303-4, 307, 309-11, 314, 431; proletários, 310; religião, 326-33; substituindo escravos, 294; surgimento de associações, 326; travessia do Atlântico, 318; vestuário, 322-3
- importações, crescimento, 37
- Inglaterra, 29, 37-38, 43, 194, 312
- Instituto dos Advogados Brasileiros, 260, 262
- iorubas, 99
- irmandades, 101, 105, 120-3, 126-30, 132, 135-9, 141
- Isabel, princesa, 198-9, 229
- jejes, 99, 122, 132
- João vi, d., 112, 292
- Joinville, 328, 334
- Jornal da Bahia*, 109
- Jornal das Famílias*, 44
- Jornal do Recife*, 437
- Jornal do Comércio*, 34, 52, 64, 75, 88, 91, 183, 193, 213, 297, 311, 364, 462n4
- José Bonifácio, 54, 260
- kardecismo, 44
- Katinsky, Júlio Roberto, 285
- Klumb (fotógrafo), 197-8
- Kuznesof, Elizabeth, 244-5
- Lacerda Werneck, Francisco (Paty do Alferes, barão do), 21, 212, 214, 217, 222, 461n16
- Lacerda Werneck, Luiz Peixoto de, 21, 217, 295
- Lacerda Werneck, Maria Isabel de (viscondessa do Arcozelo), 214-6
- Laërne, Van Delden, 286-7
- "Lapso, O" (Machado de Assis), 86
- Le Goff, Jacques, 97
- Lei Áurea, 30, 338
- Lei do Ventre Livre (1871), 30, 213, 223, 355, 477n42, 478n55
- Lei Especial de 1835, 373
- Leopoldina, imperatriz, 106, 466n28
- Liga Pangermânica, 334
- Lindley, Thomas, 105
- linguagem, 31-5
- Linha de Paquetes a Vapor de Liverpool, 38-9
- Lins do Rego, José, 394
- livre-cambismo, 306
- "livros de assentos", 387
- Lopes Gama, padre, 55, 109, 406, 420, 462n53, 463n74
- Luccock, John, 12, 112, 117
- Lucíola* (Alencar), 74
- Lugão Rios, Ana Maria, 484n42

- lusofobia, 309
- Macedo, Joaquim Manuel de, 32, 85, 90-1, 119
- Machado de Assis, 35, 44, 49
- maçonaria, 54
- Madri, 28
- Mãe (Alencar), 258, 262, 476n38
- Magno, Carlos, 332
- mandioca, 145
- Manual da parteira ou Pequena compilação de conselhos na arte de partejar, escrita em linguagem familiar*, O, (Alves Ribeiro), 73
- Manual do fazendeiro ou Tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros generalizado às necessidades de todas as classes* (Imbert), 78, 80
- Maranhão, 9, 17, 29, 33, 298, 312, 316
- Maranhão, frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, 33
- Marinho, cônego José Antônio, 20
- "Marrequinha de iaiá, A" (Paula Brito), 50
- Martins Pena, 51, 463n65
- Martins Pimentel, Francisco (visconde de Pimentel), 212, 214
- Martins, Roberto Borges, 480n9
- Marx, Karl, 412
- Mattos de Castro, Hebe, 244
- medicina tropical, 73
- Médico da primeira infância*, O (Ferreira Pinto), 66
- Meditação* (Gonçalves Dias), 29
- Mello Moraes, Alexandre J. de, 54
- Memórias sobre uma fazenda de café* (Werneck), 217
- Mendes, Cândido, 8
- Metamorfoses da riqueza em São Paulo, entre 1845 e 1875* (Cardoso de Mello), 160
- metereologia, 411; classificação de Köppen, 410; conhecimento empírico, 410-2; regime pluviométrico, 410
- migração, 475n11; nordestina, primeiro movimento de, 32
- Minas Gerais, 14, 19, 22, 98, 126, 237, 301-2, 344, 355, 467n53, 480n9
- Minha meninice & outros ensaios* (Correia de Oliveira), 484n5
- Ministério da Agricultura, 298
- Minturn, Robert, 113
- mobilidade social, 244
- Moçambique, 13
- Mocidade de Trajano* (Taunay), 255, 280, 287
- Monitor Campista*, O, 372
- Moraes, Vinicius de, 54
- Morais, Prudente de, 389
- Moreninha*, A (Macedo), 32, 60, 90
- mortalidade infantil, 112, 464n103, 467n54
- morte: africana, 466n8; atitudes diante da, 96, 126; como mecanismo de ordenação econômica, 102; como momento de reparação moral, 103, 104; ideal, 104; individualista, 129; infantil, 112-6; na tradição católica, 97; ritos domésticos, 109; organização da, 102; *ver também* funerais; mortalidade infantil;
- movimento praieiro. *Ver* partido da Praia
- Mozart, Wolfgang Amadeus, 49
- mulheres: escravas, 255, 258, 264, 287; fortunas de, 163-4; presença em movimentos, 139
- Muniz Barreto, 260
- Muniz Feijó, Manuel Paulino de Gouveia, 394
- Muritiba, baronesa de, 199
- música, 45-51
- Nabuco de Araújo, José Tomás, 22, 400, 485n19
- Nabuco, Joaquim, 7, 30, 389, 400, 423, 432-433
- Nadar (fotógrafo), 226
- nagôs, 20, 99, 111, 122, 132
- Napoleão Bonaparte, 292
- naturalistas, 187
- Naves, Rodrigo, 472n9
- Nazareth, Ernesto, 51
- negrologia. *Ver* escravidão: defesa científica da

- nepotismo, 399-400
 Niterói, 28, 34, 54, 58
 nobreza, títulos de, 154-6, 183, 217, 220, 424, 463ⁿ⁷⁷, 469^{nn12,15}
 Nott, Josiah C., 80
 Nunes Machado, Joaquim (líder praieiro), 389, 394, 399

 Oliveira, Cândido de, 378
 ópera, 51
 Orléans e Bragança, d. João e d. Pedro Gastão de, 472ⁿ²⁵
Ostensor Brasileiro (jornal), 63
 Ouro Preto, 261

 Pacheco, Joaquim Insley (fotógrafo), 194, 199, 226
Paíz, O, 229
 pangermanismo, 334
 Pará, 9, 32, 309, 312
 Paraná, 9, 316
 parteiras, 71-2
 partido conservador, 20-2, 60, 399-400
 partido da Praia, 21-3, 60, 388-9, 394, 400-2, 464ⁿ⁸³; *ver também* movimento praieiro; Revolução Praieira
 patriarcalismo: eleitoral, 21-2; relações sociais no, 427; rural e urbano, 21
 Paty do Alferes, barão. *Ver* Lacerda Werneck, Francisco (Paty do Alferes, barão)
 Paula Brito, 77
 Paula Rezende, Francisco de, 126
 Paula Sousa, 365
 Pedro Augusto, d., 229
 Pedro I, d., 54, 135
 Pedro II, d., 31, 47, 51, 80, 155, 182-4, 197, 199, 209, 211, 229, 231, 255, 331, 399, 433
 Perdigão Malheiro, 260-62
 Pereira de Queiroz, Maria Isaura, 312
 Pereira Passos, prefeito, 207
 Pereira Rego (barão do Lavradio), 73, 77
 perigo alemão, 334
 Pernambuco, 9, 21-2, 45, 51, 60, 109, 113, 262, 298, 399, 400, 410, 416, 426, 435, 486ⁿ²⁷
 Pestana (pianista na corte), 49-51
 Petrópolis, 68, 182, 208, 211, 229
 Pinho, Sabino (médico), 420
 Pinto de Queirós, Bernardo José, padre, 97-8, 101-2, 105-6
 Pires de Carvalho e Albuquerque, família, 138
 Pohl, Johann Emanuel, 105, 119
 policultura, 320
 poligenismo, 79-80
 política emancipacionista imperial, 374
 Pöpper, Heinrich, 318
Poranduba maranhense (Maranhão), 33
 portos, abertura dos, 24
 positivismo, 44
Povo, O, 310, 481ⁿ²⁴
 Prado, Eduardo, 389
 previdência social, 392
 Primeira Guerra Mundial, 315
 projeto camponês, 381
 prostituição, 73
 protestantismo, 83, 116, 129, 131, 292, 294, 326, 329-33, 386-7
Província, A, 437
 publicidade, 201-4
 puericultura, 64; *ver também* amamentação

 Queirós, Eusébio de, ministro, 461ⁿ²¹

 Ramos, João, 57
 Ramos, Manuel de Paula (fotógrafo), 226
 Rebouças, André, 133
 Rebouças, Manuel Maurício, 133-4
 Recife, 45-6, 67-8, 86, 207, 306, 388, 399, 404, 406, 409, 415-27, 432-6
 recenseamento. *Ver* censos
 reforma funerária, 134-5, 141; movimentos contra, 137; *ver também* Cemiterada; sanitarismo
 regime republicano, 389
 registro civil, 339, 381-2

- Rego Barros, João Joaquim da Cunha (barão de Goiana), 388-9, 392-413, 422-3, 435
- religião, 398, 424-6, 463ⁿ⁸⁰; e educação; 387; *ver também* catolicismo; Igreja; irmandades; protestantismo
- Revista Commercial*, 92
- Revista da Semana*, 209
- Revista Médica Fluminense*, 76
- Revolução Americana, 16
- Revolução de 1789, 319
- Revolução de 1930, 295
- revolução dos Cabanos, 32, 394
- revolução Farroupilha, 301
- Revolução Liberal de 1842, 19
- Revolução Liberal de 1848, 325
- Revolução Praieira, 388, 402, 485ⁿ¹⁹; *ver também* partido da Praia
- Ribeiro de Avellar, Joaquim (barão de Capivary), 217-20
- Ribeyrolles, Charles, 186
- Rio Claro, 92, 283, 288, 298
- Rio de Janeiro, 18, 26-7, 35, 38, 45, 85, 199, 202, 244; cemitérios, 130; cultura funerária, 104-6, 110-2, 115-8, 121-3; Debret no, 121; ditando padrões de comportamento, 23, 185; economia, 23-4, 37, 41, 159, 461ⁿ²⁰; escravidão no, 23, 25, 28-30, 66, 77-9, 87, 98, 275, 277, 343-4, 353, 355, 367, 465ⁿ¹³⁰; Expilly no, 122; fotografia no, 188, 192, 194, 199, 207, 209; imigrantes no, 293, 295, 297, 307, 312, 316; irmandades, 126; maçonaria no, 54; medicina, 74-8; migração para, 10, 12-4; mortalidade infantil, 73; padarias, 304-5; pólo civilizador da nação, 10; prostituição no, 73-4; renda tributária municipal (1858), 24; residência em apartamentos, 7; sanitarismo, 68, 71, 78-9, 133-5, 464ⁿ⁹⁵; sotaque da corte, 31-4
- Rio Grande do Sul, 14, 249, 334; núcleos coloniais fixos, 9, 316-7, 325-8; revolução Farroupilha, 301; levante dos "Mucker", 312
- riqueza ostentatória, 149
- Rodrigues, Claudia, 106
- Rousseau, Jean-Jacques, 65
- Royal Navy, 29
- Rugendas, João Maurício, 98, 187
- Saint-Hilaire, Auguste de, 98, 474ⁿ⁶²
- Salvador, 164; escravidão em, 28, 98; 114; funerais em, 99, 106, 111-2; 114, 119-28, 132, 136-8; mortalidade em, 467ⁿ⁵⁴; opulência em, 144-8, 156, 470ⁿ²²
- Sampaio Peixoto, Antônio Joaquim de, 256, 259, 257, 265
- sanitarismo, 68, 73, 78-9, 464ⁿ⁹⁵; sapatos e, 78-9; *ver também* reforma funerária
- Santa Catarina, 328, 334, 463ⁿ⁸¹; núcleos coloniais, 9, 316, 321; *ver também* imigrantes: colônia Hansa
- Santa Maria de Jaboatão, frei Antônio de, 152
- santo Agostinho, 386
- Santos, marquesa de, 106
- Santos Vilhena, Luís dos, 144-5, 147-55, 171-6
- São Leopoldo, 312, 317, 327
- São Paulo, 7-9, 14, 19, 57, 237, 253, 261-2, 268, 275, 301, 304; após a Revolução de 1842, 23; bilingüismo, 33; café, 92, 243, 343, 372; carnaval em, 52; colônias em, 316; expansão do açúcar em, 239; fortunas, 160; funerais em, 111, 113, 126, 128; imigrantes em, 249, 287, 293, 300, 312, 314; mobilidade social em, 244; *ver também* escravidão: em São Paulo
- São Pedro de Alcântara, 328
- sapatos, uso por livres e libertos, 79, 139; *ver também* sanitarismo: sapatos e
- sarampo, 215
- Schiller, Friedrich von, 332
- Schwartz, Stuart, 156

- seca, 312, 397, 411-2
 Seidler, Carl, 119, 130-1
 Seixas, d. Romualdo, arcebispo, 107, 136-8
Senhora de engenho (Sette), 485n11
Sentinela da Liberdade (jornal), 60
 sexualidade, como tabu, 421
 Sigaud, dr., 80
 Silva Lima, Francisco, 178
 Silva Paranhos, José Maria da (visconde do Rio Branco), 465n131
 Slenes, Robert, 343
 Soares, Caetano (jurista), 260, 262
Sobrados e Mocambos (Freyre), 7, 8
 Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, 133-4
 Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, 19
 Sorocaba, 239, 267, 278, 478n56
 Sourier, 186
 Sousa e Mello, Manuel Felizardo de, 298
 Suassuna, visconde de, 399
 Süsssekind, Flora, 187
 tapas, 132
 Taubaté, 311
 Taunay, Afonso d'Escagnolle, 187, 225
 Taunay, Alfredo d'Escagnolle (visconde de), 255
 Telfer, Guilherme, 193
 teoria dos miasmas, 134
 Teresa Cristina, imperatriz, 51, 182, 197, 229, 255
 Teresa d'Ávila, 386
Tesouro homeopático (Pinho), 420
 testamentos, 9, 237-8, 251-2, 256, 264-5, 267, 274, 306, 393; e a riqueza baiana, 159, 162, 166; implicações místicas, 101-4, 111, 117, 120, 124, 127, 138
The Economist, 306
 Tinhorão, José Ramos, 50
 Tornaghi (editor), 51
 trabalho: colonato, 284-7; livre, desilusão com, 432; mercado de (na ordem escravocrata), 431; no engenho, 157; parceria, 287, 368-71, 380-1, 409
 tráfico negreiro, 25, 29-30, 44, 77, 92-3, 299-300; abolição do, 83, 292-5, 343, 355; interno, 343, 359-60, 364; generalização do, 359; tumbeiros, 132; *ver também* escravidão
 transporte marítimo, 38-41, 68
 "trem da Jamaica", 433
 Tschudi, Johan Jacob von, 328
 Turazzi, Maria Ines, 191
 Uberaba, 243
Vara mágica, A, 51
 varíola, 67, 259
 Vassouras, 182, 212
 Vauthier, L. L., 401, 425, 485n24
 Veiga, Evaristo da, 29
 velas, como bens escassos, 119
 Vergueiro, senador, 298
 vestimenta, 228
 Veyne, Paul, 485n16
 viajantes, 185-7, 342, 474n62
 Vianna, Hélio, 155
 Vieira, Antônio, padre, 82
 Vieira da Cunha, Ruy, 155
 Villa-Lobos, Heitor, 51
 Villela (fotógrafo), 439
Vítimas algozes, As (Macedo), 90, 92, 119
 Voges, pastor, 328
 Von Koseritz, Carl, 185-6
Voz do Brasil, A, 86, 310
 Walsh (viajante), 301
 Washington, George, 65
 Waterloo (cavalo), 37
 Wells, James, 109-10, 116
 Werneck de Almeida Menezes, Dora, 217
 Werneck, família, 231
 Wetherell, James, 118
 xote (dança), 51
 Zaluar, Augusto-Emílio, 213, 242-3, 474n62
 Zama, César, 365
 Zetirry, Arrigo de, 379, 380-1

• SOBRE O COORDENADOR DA COLEÇÃO

FERNANDO A. NOVAIS é professor aposentado do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e professor no Instituto da Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É autor de *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)* (1979).

• SOBRE OS AUTORES DESTE VOLUME

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO é professor de história do Brasil na Universidade Paris IV-Sorbonne e autor de *O trato dos viventes — formação do Brasil no Atlântico Sul* (2000).

JOÃO JOSÉ REIS é professor no Departamento de História da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É autor de *A morte é uma festa* (1991) e *Rebelião escrava no Brasil* (2003).

KATIA M. DE QUEIRÓS MATTOSO é professora emérita da Universidade Paris IV-Sorbonne e autora de, entre outros, *Bahia — a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX* (1978), *Ser escravo no Brasil* (1979) e *Bahia no século XIX — uma província no Império* (1992).

ANA MARIA MAUAD é doutora em história social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), professora do Departamento de História, do Programa de Pós-Graduação em História e pesquisadora do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF. Dedicar-se ao ensino de teoria e metodologia da história e é autora de vários artigos e capítulos de livros sobre a história da cultura e da imagem, especialmente sobre a fotografia.

ROBERT W. SLENES é professor no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É autor de *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil. Sudeste. Século XIX* (1999).

MARIA LUIZA RENAUX é professora de história na Fundação Universidade de Blumenau. É autora de *Colonização e indústria no Vale do Itajaí — o modelo catarinense de desenvolvimento* (1987).

HEBE M. MATTOS DE CASTRO é professora de história na Universidade Federal Fluminense (UFF). É autora de *Das cores do silêncio — significados da liberdade no Sudeste escravista. Brasil. Século XIX* (1993).

EVALDO CABRAL DE MELLO é historiador e autor de *A fronda dos mazombos — nobres contra mascates. Pernambuco, 1666-1715* (1995).

1ª EDIÇÃO [1997] 9 reimpressões

ESTA OBRA FOI COMPOSTA PELO ACQUA ESTÚDIO GRÁFICO EM MINION,
TEVE SEUS FILMES GERADOS PELA EPS E FOI IMPRESSA PELA RR DONNELLEY EM
OFSETE SOBRE PAPEL COUCHÉ REFLEX MATTE DA SUZANO PAPEL E CELULOSE
PARA A EDITORA SCHWARCZ EM JUNHO DE 2008

HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL

2

Neste volume:

1. Vida privada e ordem privada no Império
— LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO
2. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista
— JOÃO JOSÉ REIS
3. A opulência na província da Bahia
— KATIA M. DE QUEIRÓS MATTOSO
4. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado
— ANA MARIA MAUAD
5. Senhores e subalternos no Oeste paulista
— ROBERT W. SLENES
6. Casas e modos dos migrantes e imigrantes
— LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO E MARIA LUIZA RENAUX
7. Laços de família e direitos no final da escravidão
— HEBE M. MATTOS DE CASTRO
8. O fim das casas-grandes
— EVALDO CABRAL DE MELLO

ISBN 978-85-7164-681-0



9 788571 646810